UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DOUTORADO

JALES GUEDES COELHO MENDONÇA

O OUTRO LADO DA MUDANÇA DA CAPITAL DE GOIÁS

Goiânia
2012

JALES GUEDES COELHO MENDONÇA

O OUTRO LADO DA MUDANÇA DA CAPITAL DE GOIÁS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História

Área de Concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades

Linha de Pesquisa: História, Memória e Imaginários Sociais

Orientador: Prof. Dr. Noé Freire Sandes

GOIÂNIA

2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
GPT/BC/UFG

M539o

Mendonça, Jales Guedes Coelho.
O outro lado da mudança da capital de Goiás [manuscrito] / Jales Guedes Coelho Mendonça. – 2012.
372 f. : figs, tabs.

Orientador: Prof. Dr. Noé Freire Sandes.
Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, 2012.
Bibliografia.
Anexos.

I) Transferência da capital – Goiás (Estado). 2. Cidade de Goiás. 3. Goiânia. I. Título.

CDU: 94:32(817.3)

JALES GUEDES COELHO MENDONÇA

O OUTRO LADO DA MUDANÇA DA CAPITAL DE GOIÁS

Tese defendida no Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, para a obtenção do título de Doutor em História, aprovada em _____ de _____ de 2012, pela banca examinadora constituída pelos seguintes eméritos professores:

Prof. Dr. Noé Freire Sandes – UFG (Orientador)

Profa. Dra. Lena Castello Branco Ferreira de Freitas – UFG

Prof. Dr. Nasr Fayad Chaul – UFG

Prof. Dr. Francisco Itami Campos – UNIEVANGÉLICA

Profa. Dra. Lucília de Almeida Neves Delgado – UnB

Prof. Dr. Eliézer Cardoso de Oliveira – UEG (Suplente)

Prof. Dr. Cristiano Pereira Alencar Arrais – UFG (Suplente)

Aos meus amados filhinhos Tales e Melissa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, minha força para conseguir terminar este árduo desafio acadêmico. Obrigado pelas dádivas alcançadas.

Aos Professores Noé Freire Sandes e Lena Castello Branco Ferreira de Freitas, mestres que sempre acreditaram em mim.

À minha esposa Iara, companheira certa das horas incertas.

Aos meus pais, Eduardo e Fátima, e demais parentes que colaboraram, direta ou indiretamente, para a confecção do presente trabalho, em especial Norma de Araújo Cotta, Dr. João Silva de Mendonça e minhas avós Terezinha e Filhinha.

Aos diversos amigos que me auxiliaram, nomeadamente Marcos Assis Silvano, Leonardo Santana Jardim, Bento Fleury, Wilson Rocha Assis, Vinícius Marçal Vieira, Emílio Vieira, Victor Jardim Amorim e Cidinha Coutinho. De igual modo, aos Professores Eliézer Cardoso de Oliveira, Nasr Fayad Chaul e Francisco Itami Campos.

Aos membros do Conselho Superior do Ministério Público de Goiás, por compreenderam a dimensão do saber histórico.

Enfim, às diversas pessoas que, generosamente, de várias maneiras, me estenderam as mãos. Sem vocês, esta tese não se integralizaria. Recebam, pois, minha gratidão vitalícia.

Por fim, ao Vila Nova Futebol Clube, detentor da maior e mais fanática torcida da nova capital de Goiás!

Sob a história, a memória e o esquecimento.
Sob a memória e o esquecimento, a vida.
Mas escrever a vida é outra história.
Inacabamento.

Paul Ricoeur

RESUMO

O presente trabalho tem por escopo analisar a transferência da capital goiana, ao resgatar ângulos ainda pouco explorados pelos estudos históricos. Procura-se aclarar a operação de escolha do local da nova metrópole, tema central na similar experiência mineira levada a efeito no final do século XIX, enfatizando o papel desempenhado tanto pelos integrantes da comissão oficialmente incumbida da aludida missão quanto pelo interventor Pedro Ludovico Teixeira, que influenciou decisivamente para a seleção de Campinas e, consequentemente, para a rejeição do município de Bonfim, contrariando assim o inicial parecer confeccionado pelos técnicos. Renova-se a interpretação a respeito da existência de uma terceira corrente de opinião, denominada de mudancismo condicionado, situada entre as consagradas tendências dicotômicas do mudancismo *versus* antimudancismo, e derivada do compromisso que intentava compatibilizar dois interesses: abrandar a resistência dos vilaboenses situacionistas ao principal projeto do governo revolucionário anhanguerino e resguardar a vetusta Cidade de Goiás da decadência iminente. As vitórias do partido ludoviquista nas três eleições realizadas durante a década de 1930 na antiga capital evidenciam a solução centrista e desmistificam a apregoada oposição sistemática dos moradores de Vila Boa à construção de Goiânia. Busca-se decompor todo o percurso trilhado pela proposta de mudança em dois distintos espaços institucionais legislativos, vale dizer, na Constituinte Estadual de 1935 e na Assembleia Legislativa em 1936, no intuito de elucidar o valor normativo do dispositivo constitucional mudancista gravado na segunda Carta Magna de Goiás e esclarecer se a lei regulamentadora da transferência definitiva realmente foi editada. Reconstitui-se a formação dos partidos políticos estaduais que surgiram entre 1909 e 1934, a começar pelo Partido Democrata, sigla que promoveu a inusitada união de Leopoldo de Bulhões, Antônio Ramos Caiado e Pedro Ludovico Teixeira e dominou o cenário goiano até outubro de 1930.

Palavras-chave: História de Goiás; Partidos Políticos; Transferência da Capital; Poder Legislativo.

ABSTRACT

The present work has since aim analyses the transfer of the capital from Goiás, rescuing angles still little explored by the historical studies. There tries to clear up the operation of choice of the place of the new metropolis, central subject in the similar mining experience put into effect in the end of the century XIX, where there is emphasizing the paper fulffiled so much by the integrants of the commission officially taken charge of the alluded mission all that for the inspector Pedro Ludovico Teixeira, whon it influenced decisively for the team of Campinas and, consequently, for the rejection of the local authority of Bonfim, contradicting so the initial appearance made by the technicians. The interpretation is renewed as to the existence of a third current of opinion, called of mudancismo condicionado, situated between the established tendecies of the mudancismo *versus* antimudancismo, and interests: to ease the resistance of the vilaboenses to the principal project of the revolutionary government and to protect the old city of Goiás of the imminent decadence. The vitories of the party ludoviquista in three elections carried out during the decade of 1930 in the ancient capital show the solution and demystify the proclaimed systematic opposition of the residents of the city of Goiás to the construction of Goiânia. Look to analyse the whole distance trodden by the proposal of change in two different institutional legislative spaces, be worth saying, in the State Constituent Assembly of 1935 and in the Legislative Assembly in1936, in the intention of to elucidate the prescriptive value of the constitucional device mudancista carved in the second Charter of Goiás and explaining if the law of the definite transfer really was published. There reconstitutes the formation of the political state parties that appeared between 1909 and 1934, to begin for the Democratic Party, acronym that promoted the unusual union of Leopoldo de Bulhões, Antônio Ramos Caiado e Pedro Ludovico Teixeira and dominated the scenery from Goiás up to October of 1930.

Key-words: History of Goiás; Political Parties; Transfer of the Capital; Legislative Power.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....12

Capítulo I. A EXPERIÊNCIA REPUBLICANA EM GOIÁS: OLIGARQUIAS E PARTIDOS POLÍTICOS.....17

I.1. Breve panorama do estado de Goiás no quadro federativo (1889-1937).....17

I.1.1. O movimento dos satélites: o caso goiano.....26

I.2. A árdua missão oposicionista.....32

I.3. Partido Democrata: a inusitada união de Bulhões, Caiado e Ludovico e a Revolução de 1909.....38

I.3.1. A "salvação nacional" hermista alcança Goiás: o fim da oligarquia bulhonista?.....63

I.4. O Partido Republicano de Goiás de 1916 e o *modus vivendi* articulado por Wenceslau Braz.....73

I.5. O Partido Republicano Independente de 1924: a tentativa de protagonismo do sudoeste.....83

I.6. A refundação do Partido Republicano de Goiás em 1927.....103

I.7. O Partido Republicano de Goiás no poder: chega o crepúsculo às trincheiras democratas.....113

I.8. O Partido Social Republicano e a formação da Coligação Libertadora.....122

Capítulo II. A ESCOLHA DO LOCAL DA NOVA CAPITAL.....136

II.1. A experiência além-Paranaíba: um espelho para Goiás.....136

II.2. A experiência aquém-Paranaíba.....142

II.3. O memorial Haas.....146

II.4. A disputa entre os municípios.....149

II.5. A comissão e a subcomissão: entre a política e a técnica.....154

II.6. A preferência pela cidade neutra.....158

II.7. Os dois relatórios da subcomissão.....162

II.8. A indignação do prefeito de Bonfim: e a técnica?.....176

Capítulo III. MUDANCISMO CONDICIONADO: CONSTRUIR SEM DESTRUIR.....182

III.1. A convocação centrista de Ignácio Xavier da Silva: *in medio est virtus*.....182

III.2. O futuro de Vila Boa: centro de educação e cultura.....187
III.3. Os compromissos ludoviquistas.....190
III.4. Veto à indenização aos proprietários.....196
III.5. A luta pelo saneamento ambiental.....199
III.6. As balizas legais do mudancismo condicionado.....210
III.7. O emblemático posicionamento de Mário Caiado.....220
III.8. As eleições em Vila Boa na década de 1930.....229
III.9. Mudancismo incondicionado: destruir para construir.....239

Capítulo IV. A CONSTITUINTE GOIANA DE 1935 E A MUDANÇA DA CAPITAL.....249
IV.1. A instalação da Constituinte.....249
IV.2. A posse do governador e a promessa de pacificação.....255
IV.3. Os anteprojetos.....259
IV.4. A trajetória da proposta de mudança na Constituinte e os debates parlamentares...261
IV.5. A Constituição Estadual de 1935: fonte normativa legitimadora da transferência...276

Capítulo V. MUDANÇA SEM LEI.....282
V.1. A trajetória do projeto de lei nº 1 na Assembleia Legislativa – Parte I.....282
V.2. A trajetória do projeto de lei nº 1 na Assembleia Legislativa – Parte II.....301
V.3. Entre o decreto e a lei..... 312
V.3.1. O gesto de reassumir.....314
V.3.2. O veto aos desembargadores.....318
V.3.3. A dimensão da compensação ao município de Goiás.....320
V.3.4. O poder Legislativo não regulamenta a mudança definitiva.....329

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 341

REFERÊNCIAS.....347

INTRODUÇÃO

A presente obra trata, em essência, da transferência da capital do estado de Goiás, concretizada na quarta década do século XX. Convém registrar, de início, que este trabalho representa a continuidade da investigação levada a efeito no curso de mestrado, posteriormente publicada,[1] acrescido naturalmente de novos problemas, bem como do aprofundamento de postulados abordados anteriormente. Ao todo, já se vão mais de sete anos dedicados ao assunto.

A construção de Goiânia significou a abertura de uma nova era para a unidade federativa mediterrânea. De algum modo, pode-se considerá-la uma revolução, nos moldes preconizados por Hanna Arendt,[2] inclusive ante a presença do traço de violência. No entanto, essa compreensão ufanista, que exalta efusivamente a sucessora do primeiro espaço urbano goiano, acabou por ofuscar, com a mesma intensidade, o destino e a experiência vilaboense.

As balizas cronológicas que orientaram a pesquisa medeiam o interregno entre os anos de 1909 e 1937. A opção pela data inaugural compatibiliza-se com a Revolução de 1909,[3] movimento que significa a única tomada do poder pela força por um grupo estadual no regime republicano.[4] O marco temporal final, por seu turno, vincula-se ao golpe de 1937, que introduz no país a ditadura do Estado Novo, no dizer meditado de Jorge Caldeira, "o ponto mais baixo da democracia em toda a história brasileira".[5]

Os limites fixados anunciam que o estudo não se amolda à categoria de história imediata, porquanto esta pressupõe uma radical proximidade dos acontecimentos com a narração do historiador, tampouco ajusta-se ao patamar de história do tempo presente, que presume a existência, entre as fontes hodiernas disponíveis, de testemunhos vivos.[6] O recente passamento da escritora Nice Monteiro Daher[7] simboliza, a nosso ver, a superação da história do tempo presente.

---

1 MENDONÇA, Jales Guedes Coelho. *A Assembléia Constituinte Goiana de 1935 e o mudancismo condicionado.* Goiânia: Ed. da UCG, 2008.

2 ARENDT, Hanna. *Sobre a Revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

3 Utilizaremos doravante a expressão Revolução de 1909 principalmente em razão da consolidação do termo na bibliografia.

4 CAMPOS, Francisco Itami. *Coronelismo em Goiás*. 2ª ed. Goiânia: Ed. Vieira, 2003, p. 89.

5 CALDEIRA, Jorge. Voto secreto: nossa dívida intelectual com a democracia. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 27 de maio de 2012, Ilustríssima, p. 4-5.

6 ABREU, Alzira Alves. Introdução à 2ª edição. In: FGV/CPDOC. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30/*Coordenação: Alzira Alves de Abreu...[et al]. Ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV;CPDOC, 2001, v. I, p. VI.

7 Nice Monteiro Daher, filha de Otávio Monteiro e Argentina Monteiro, nasceu em 1915 na Cidade de Goiás e testemunhou ativamente os acontecimentos mudancistas, a ponto de discursar, representando as mulheres, na solenidade de fundação do Comitê Pró-Cidade de Goiaz, em 1936. Faleceu em 2011. Sua morte calou a última voz que conhecia detalhadamente os eventos sucedidos em Vila Boa na década de 1930.

Do ponto de vista espacial, o cenário principal, por óbvio, é o estado de Goiás. Desse modo, esta tese insere-se no rol das análises de alcance intermediário, situadas entre as apreciações de poder local e de política nacional.[8] Os ensaios de alcance intermediário, sem dúvida, potencializam as aberturas comparativas.

Nessa esteira, é imperioso reconhecer a rica contribuição dos brasilianistas John Wirth, Joseph Love, Robert Levine e Eul-Soo Pang, que examinaram detidamente múltiplos aspectos sucedidos durante as Primeira e Segunda Repúblicas (1889-1937) em cinco entes federativos, a saber: Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco.

Segundo Paul Ricoeur, é armado de perguntas que o historiador se engaja em uma investigação nos arquivos.[9] Assim pensando, e optando pela história-problema, eis alguns questionamentos pelos quais buscamos respostas: Qual o papel desempenhado por Goiás no concerto federativo pátrio entre 1889 e 1937? No sistema eleitoral da Primeira República, quais eram as possibilidades de as oposições dominarem os cenários políticos estaduais? O ano de 1912 representou o fim da oligarquia bulhonista? A transferência da capital apresentou alguma correlação com os acontecimentos passados na região sudoeste na década de 1920? Por que a profundidade da narrativa que trata da escolha do local da nova capital de Goiás e de Minas Gerais restou tão dissonante? O critério de seleção de Campinas empregado pela comissão designada pelo interventor federal observou critérios técnicos? Como os partidários do governo revolucionário ganharam as três eleições realizadas nos anos de 1930 no município de Goiás? Como se processou o projeto mudancista na Constituinte Estadual de 1935 e na Assembleia Legislativa em 1936? A Cidade de Goiás foi realmente salvaguardada após a retirada dos poderes estaduais?

A tese divide-se em cinco partes. O capítulo inaugural procurará detalhar o peso de Goiás na federação brasileira entre o período da proclamação da República e da instauração do Estado Novo, buscando aclarar, assim, o contexto histórico, político, social e econômico em que se processava a mudança da capital.

Outrossim, recompõe-se a experiência de quatro partidos políticos estaduais, todos, a princípio, de oposição ao governo goiano, criados entre 1909 e 1930. A relevância de tal exame pode ser comprovada pelas lições exaradas por Robert Levine, para quem as instituições partidárias compunham as grandes estruturas políticas da Primeira República, ao lado do coronelismo e do sistema eleitoral.[10] Sem embargo, de acordo com Love e Barickman, "os partidos estaduais se

---

[8] NOVAIS, Fernando; CARDOSO, Fernando Henrique. Anotações para um preâmbulo. In: LOVE, Joseph. *A locomotiva:* São Paulo na federação brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 03.

[9] RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007, p. 188.

[10] LEVINE, Robert. *A velha usina:* Pernambuco na federação brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra,

constituíam na única unidade coesa de organização política."[11]

O Partido Democrata, cujo ato de fundação, em 1909, promoveu a inusitada união de José Leopoldo de Bulhões Jardim, Antônio Ramos Caiado e Pedro Ludovico Teixeira, dominou a política anhanguerina, após o triunfo da Revolução de 1909, até outubro de 1930. Nem a criação do oposicionista Partido Republicano de Goiás,[12] em 1916, e sua refundação em 1927 solapou a estabilidade dos democratas.

O Partido Republicano Independente de Rio Verde, quarto partido a ser estudado, apesar de não refletir uma organização de âmbito estadual, será perquirido em decorrência da participação de Pedro Ludovico e seus correligionários sudoestinos.

Por fim, cumpre informar ainda que duas agremiações pós-1930 merecerão abordagem, uma de corte situacionista e outra de feição antigovernista, respectivamente: o Partido Social Republicano (PSR) e a frente única cognominada Coligação Libertadora.

O capítulo II introduzirá o tema principal desta análise, ao retratar a operação que selecionou o local para a construção da nova metrópole, enfatizando os passos trilhados tanto pelos integrantes da comissão incumbida da aludida missão quanto pelo interventor, que influenciou decisivamente para a escolha de Campinas e, consequentemente, para a rejeição do município de Bonfim, contrariando o primitivo parecer dos técnicos da subcomissão. Nesse particular, o cotejo entre o roteiro seguido em Minas Gerais e o adotado em Goiás revelou-se de suma importância, na medida em que descortinou algumas coincidências e muitas diferenças.

A terceira parte cuidará do mudancismo condicionado, corrente de opinião intermediária entre o consagrado maniqueísmo mudancismo *versus* antimudancismo. A hipótese reaparece revigorada por força da incorporação de outros enfoques e da descoberta de fontes até então órfãs e mudas. A evolução do emblemático posicionamento do líder vilaboense Mário de Alencastro Caiado em relação à edificação de Goiânia é pormenorizadamente realçada, bem como a vitória do partido ludoviquista nas três eleições realizadas na década de 1930 no município de Goiás. Por derradeiro, a antítese do mudancismo condicionado, ou seja, o mudancismo incondicionado, será também evidenciada.

O capítulo IV esquadrinhará a trajetória da proposta mudancista no seio da Constituinte Estadual de 1935. Nesse desiderato, para fins didáticos, o percurso legislativo traçado pelo regimento interno do parlamento, foi fracionado em doze fases, resgatando-se desde a etapa

---

1980, p. 140.

[11] LOVE, Joseph; BARICKMAN, Bert. Elites regionais. In: HEINZ, Flávio M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 78.

[12] Goiás fugiu à regra existente em quase todos os estados, onde os Partidos Republicanos eram dominantes.

dos anteprojetos apresentados até o ato final de promulgação da Carta Magna.

O prosseguimento ininterrupto da pesquisa, ao tempo em que reforçou as interpretações lançadas na dissertação precedente, também gestou o afloramento de novas indagações. Entre elas, quiçá a principal, a da incerteza sobre o cumprimento do preceito constitucional mudancista que determinava amparo à Cidade de Goiás. A mencionada dúvida, por seu turno, praticamente ditou o caminho pelo qual a investigação deveria palmilhar: a regulamentação normativa do art. 5º das disposições transitórias da Constituição de 1935 pela Assembleia Legislativa. Eis o objeto central do quinto e último capítulo.

Como se nota, a perspectiva da história política é particularmente focalizada, vale dizer, a dinâmica do processo de disputa entre as elites estaduais, sem prejuízo, é claro, do exame de assuntos correlatos como a história do urbanismo, do parlamento, dos partidos políticos, entre outros. Cumpre reconhecer ainda a contribuição da abordagem micro-histórica. A redução da escala de observação mostrou-se ferramenta valiosa para a manifestação de olhares inovadores.

O saber histórico ensina que o rastro, o documento e a pergunta formam o "tripé de base do conhecimento histórico".[13] Munido de tal compreensão, os arquivos transformaram-se em verdadeiros abrigos e os rastros em grandes conselheiros desta investigação. A consulta aos periódicos ajudou a elucidar áreas obscuras do passado, ao passo que a comparação com as narrativas jornalísticas e memorialísticas, sem dúvida, aproximou a exegese da verossimilhança.

Com efeito, é cediço que localizar jornais antigos, via de regra, é tarefa das mais angustiosas. Os arquivos e os catálogos geralmente encontram-se em situação precária. Mesmo percorrendo museus e acervos de várias cidades, não raro sediadas em outras regiões do país, determinadas lacunas parecem ser realmente insuperáveis.

A título de exemplo, o entendimento preciso do jogo parlamentar ocorrido nas movimentadas sessões da Assembleia Legislativa de 1936 provavelmente não seja mais possível, por dois motivos: primeiro, a metade das atas do *Diario da Assembleia Legislativa* deixou de ser publicada no *Correio Official*; segundo, o livro-ata original que descrevia resumidamente[14] os pronunciamentos e os debates simplesmente desapareceu.

No tocante à bibliografia consultada, a produção acadêmica relacionada à transferência da capital, se não é vasta, representou o ponto de partida do vertente trabalho. A leitura de laureados estudos tonificou a necessidade do exame dos quatro aspectos presentemente

---

[13] RICOEUR, Paul. *Op. Cit.*, p. 188.

[14] Os anais parlamentares eram divulgados resumidamente por não haver à época no poder Legislativo de Goiás o serviço de taquigrafia.

perlustrados – a escolha do local, o mudancismo condicionado, a Constituinte de 1935 e as sessões de 1936 da Assembleia Legislativa.

Nas diversas transcrições colacionadas ao texto, a grafia original foi mantida, inclusive a referente aos títulos dos jornais e suas respectivas sedes. O vocábulo "metrópole" foi usado recorrentemente como sinônimo de capital, consoante autorizam os festejados dicionaristas da Língua Portuguesa.

Ademais, o chefe do poder Executivo de Goiás, embora denominado à época como presidente do estado, recebeu o tratamento de governador, a fim de não acarretar eventual confusão com o cargo de presidente da República. Vale salientar que a maior referência monetária no Brasil na década de 1930 era o conto de réis. À guisa de ilustração, um conto de réis era assim simbolizado: 1:000$000.[15]

Por último, atestamos que a exortação enunciada pela emérita historiadora Lena Castello Branco Ferreira de Freitas nos serviu de norte, *verbis*: "Aos jovens estudantes e pesquisadores – historiadores do futuro –, com votos de que não se esquivem de visitar as zonas de sombra da História e possam ir além do repetido e consagrado, honrando, assim, o compromisso com a verdade da disciplina que escolheram."[16]

Malgrado enfrentarmos uma das zonas de sombra da História de Goiás, classificada por Paulo Bertran[17] como "buraco negro", alguns pontos mitológicos ainda precisam conhecer a saudável luz solar. No entanto, aquela sensação preliminar de que tudo já estava devidamente explicado foi paulatinamente desmoronando na mesma em proporção em que o nosso conhecimento a respeito do tema foi aprimorando-se gradativamente. Na verdade, acreditamos que o presente estudo contribuirá de alguma forma para o movimento de renovação que vem marcando ultimamente o conhecimento histórico.

---

[15] Para facilitar a percepção monetária, é válido sublinhar que um desembargador no estado de Goiás ganhava aproximadamente um conto de réis por mês na década de 1930.

[16] FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. *Poder e paixão:* a saga dos Caiado. Goiânia: Cânone Editorial, 2009, v. I, p. 05.

[17] Eis a frase de Bertran: "Outro perigoso buraco negro da história de Goiás que precisa ser urgentemente compreendido é o paradigma 'Goiânia'". In: BERTRAN, Paulo. A memória consúltil e a goianidade. *Revista da UFG*, ano VIII, n. 1, junho de 2006, p. 66.

CAPÍTULO I – A EXPERIÊNCIA REPUBLICANA EM GOIÁS: OLIGARQUIAS E PARTIDOS POLÍTICOS

I.1. Breve panorama do estado de Goiás no quadro federativo (1889-1937)

Nos prenúncios da nação brasileira, Dom Pedro I homenageou as províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais com nomes alusivos aos de suas filhas nascidas do casamento com a imperatriz Leopoldina, ou seja, Januária e Paula Mariana. Já às filhas Izabel Maria e Maria Izabel, advindas da relação extraconjugal mantida com a marquesa de Santos, o imperador concedeu-lhes, respectivamente, os títulos nobiliárquicos de duquesa de Goiás e do Ceará.[18]

A proclamação da República em 1889 ocasionou importantes alterações no cenário político brasileiro, notadamente a transformação das antigas províncias em estados autônomos, superando, assim, a fase de centralização imperial. A adoção do federalismo republicano, nos moldes do arranjo entabulado, acarretou a hegemonia das unidades mais poderosas, desequilibrando a partilha do poder central. Os interesses nacionais passaram a ser, em grande parte, "os interesses da região economicamente dinâmica do país."[19]

Encravado no coração do Brasil e distante do litoral, Goiás continuou a merecer na República secundária atenção do governo central, quase sempre indiferente às pretensões goianas. A esperança de um igualitário federalismo *à outrance*[20] não se confirmou. Nesse quadro de descaso, a frase exteriorizada, em tom de desabafo, por Sebastião Fleury Curado,[21] bem resume a mentalidade então dominante no estado mediterrâneo: "o goiano precisa ser cem vezes goiano para ser uma vez brasileiro."[22]

Nessa mesma esteira, duas orações lançadas pelo deputado federal Francisco Ayres da Silva. Eis a primeira: "Goyaz vive graças aos seus recursos proprios, completamente desajudado

---

[18] CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados: escritos de História e Política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, p. 163, nota de rodapé nº 07; VILAÇA, Fabiano. *A prole bastarda e imperial*. Revista de História da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, nº 64 – jan. 2011, p. 26-30; e FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. *Op. Cit.*, 2009, v. I, p. 65.

[19] CINTRA, Antônio Octavio. A política tradicional brasileira: uma interpretação entre o centro e a periferia. In: *Cadernos do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais.* Belo Horizonte: Imprensa Universitária, março de 1974, nº 1, p. 68.

[20] A expressão francesa significa em excesso. In: GALVEZ, José A. (Org.). *Dicionário Larousse francês-português, português-francês: mini.* São Paulo: Larousse do Brasil, 2005, p. 240.

[21] Sebastião Fleury Curado nasceu na Cidade de Goiás em 1864. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo. Foi deputado federal por duas legislaturas (1891-1893 e 1912-1914) e exerceu o cargo de Procurador da República em Goiás por mais de 20 anos. Faleceu em 1944. In: CAMPOS, Francisco Itami; DUARTE, Arédio Teixeira. *O Legislativo em Goiás*. Goiânia: ed. do autor, 1998, v. II – perfil parlamentar (1891 – 1937), p. 249.

[22] BORGES, Humberto Crispim. *Moisés Santana:* vida e obra. Goiânia: Cerne, 1980, p. 300.

dos auxilios, sempre prodigos, do Governo da União em favor dos outros Estados."[23] A segunda é mais veemente: "A Goyaz, Sr. Presidente, o Poder Legislativo, o Poder Executivo vão negando tudo; parece que o Estado Central não pertence à Federação; parece que ali não existem brasileiros, não existem siquer seres humanos."[24]

Mais. Em 1930, Mário de Alencastro Caiado[25] frisou que Goiás "não tem passado de um filho bastardo da União, em face do indifferentismo por seus destinos."[26] Por último, a manchete de uma das edições do uberabense *Lavoura e Comercio* sintetiza a percepção: "Goiás, a unidade que a federação esqueceu."[27]

Goiás desmembrou-se efetivamente de São Paulo em 1749.[28] Desde então acumulou constantes perdas territoriais. Além das áreas pertencentes ao atual Distrito Federal e Tocantins, o estado também recuou seus limites ao perder o Triângulo Mineiro, as terras que medeiam do rio Araguaia ao rio das Mortes, no Mato Grasso, bem como grande parte do nordeste do Mato Grosso do Sul.[29] Enfim, da dimensão de cerca de um milhão de Km² da antiga capitania restam hodiernamente aproximadamente um terço das fronteiras originais, isto é, 340 mil km².[30] Em 1910, Goiás era em extensão o quarto maior estado,[31] atrás apenas do Amazonas, Pará e Mato Grosso.

Se a localização de Goiás, postada no Centro-Oeste,[32] impossibilitava confrontação com as nações vizinhas da América da Sul, ao mesmo tempo franqueava contato direto com todas as regiões brasileiras, salvo a meridional.

Essa situação geográfica peculiar, embora anos depois se tornasse relevante fator para a transferência da capital federal, afigurou-se de início em verdadeiro entrave ao desenvolvimento econômico anhanguerino, sobretudo em razão do precário sistema de transportes e da distância da

---

23 Cf. *A Imprensa*, Goyaz, 21 de maio de 1916.

24 SILVA, Francisco Ayres da. *Caminhos de outrora:* diário de viagens. Goiânia: Oriente, 1972, p. 11.

25 Mário de Alencastro Caiado nasceu na Cidade de Goiás em 1876. Bacharelou-se na primeira turma da Academia de Direito de Goiás. Foi juiz de Direito em Pouso Alto, transferindo-se posteriormente para a 1ª Vara da capital goiana. Vitoriosa a Revolução de 1930, integrou a junta governativa. Em 1933, elegeu-se deputado à Assembléia Nacional Constituinte e posteriormente senador da República. Faleceu em Goiânia no ano de 1948. In: FGV/CPDOC. *Op. Cit.*, v. I, p. 929.

26 Cf. *Voz do Povo*, Goyaz, 1º de janeiro de 1930.

27 Cf. *Lavoura e Comercio*, Uberaba, 06 de dezembro de 1932.

28 ASSIS, Wilson Rocha. *Estudos de História de Goiás*. Goiânia: Editora Vieira, 2005, p. 27.

29 Ver mapa na seção de imagens. In: MENDONÇA, Jales Guedes Coelho. *A Invenção de Goiânia*: o outro lado da mudança. Goiânia: Editora Vieira, 2013.

30 GOMES, Horieste; TEIXEIRA NETO, Antônio; BARBOSA, Altair Sales. *Geografia Goiás-Tocantins*. 2ª ed. Goiânia: Editora da UFG, 2004, p. 52.

31 AZEVEDO, Francisco Ferreira dos Santos. *Annuario Historico, Geographico e Descriptivo do Estado de Goyaz para 1910*. Brasília: SPHAN/8ª DR, 1987, p. 65.

32 Como a divisão regional do Brasil feita pelo IBGE só começou na década de 1940, a classificação de Goiás antes desta data era um tanto quanto incerta, chegando alguns escritores a incluir o estado no "bloco do norte". In: LEVINE, Robert. *Op. Cit.*, 1980 a, p. 53, nota de rodapé 02.

orla atlântica.

Malgrado o estado abrigar grande porção das bacias hidrográficas dos rios Araguaia, Tocantins e Paranaíba, a navegação fluvial nunca atingiu escala capaz de romper a insularidade,[33] e, via de consequência, integrar Goiás ao país.[34] O império português enxergou nesses caudalosos mananciais, ao invés de aliados à integração nacional – tal qual o Mississipi/Missouri nos Estados Unidos –, perigosos adversários aos seus ganhos econômicos, o que atrapalhou sobremaneira a interiorização da colônia. Mesmo após a Independência, nunca houve uma vigorosa ação governamental que estimulasse a navegação.

O transporte ferroviário padeceu de similar patologia. Para os goianos o silvo da locomotiva significaria a atenuação das longas distâncias, motivo pelo qual representava "nossa suprema aspiração progressista."[35] No entanto, a estrada de ferro só iniciou seu funcionamento aquém-Paranaíba[36] em 1914,[37] exatos quarenta anos após análogo evento no Rio Grande do Sul.[38] Em 1937, Goiás possuía pouco mais de 350 quilômetros de trilhos,[39] enquanto São Paulo atingia 7.400[40] e Minas Gerais 8.160 quilômetros,[41] embora ambos exibissem inferior extensão territorial.

Relatos indicam que representantes de Minas Gerais – unidade hegemônica no desigual federalismo brasileiro – obstaram a edificação e depois o prosseguimento da estrada de ferro Goiás. A propósito, cumpre assinalar o testemunho do jornalista Moisés Santana:[42] "Foi quando,

---

[33] A elite política goiana acreditava no projeto de navegação, consoante infere-se do discurso pronunciado por Sebastião Fleury Curado em 1914: "Comprehende V. Exa. que o seu futuro [de Goiás] está na exploração e navegação dos seus rios, porque a sua posição geographica é tão infeliz que V. Ex. percorrendo a carta geographica do Brazil, parecerá que todos os demais Estados da União dão as costas a Goyaz. E a geographia tem coincidido com a politica. Goyaz é esquecido desde o Imperio, na Republica continua esquecido dos poderes federaes, a prova está no olvido em que jaz o art. 3º da Constituição quando manda demarcar a zona de 14.400 metros quadrados para a futura capital. A zona já está demarcada desde 1894, entretanto..." In: Discurso proferido pelo deputado federal Sebastião Fleury Curado. Sessão de 17 de setembro de 1914. *Diario do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1914, p. 1936.

[34] Ver DOLES, Dalísia Elisabeth Martins. *As comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX*. Goiânia: Ed. Oriente, 1973.

[35] Cf. *Goyaz*, Goyaz, 15 de abril de 1916.

[36] Toma-se como marco a localização geográfica do estado de Goiás. A expressão foi muito utilizada durante a Primeira República.

[37] GOIÁS. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Coronel Miguel da Rocha Lima pelo Secretário de Estado dos Negócios das Finanças Luiz Guedes d'Amorim em 30 de abril de 1924*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924, p. 29.

[38] LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975, p. 18.

[39] A última estação era a de Anápolis, inaugurada em 07 de setembro de 1935. Ver seção de imagens. In: MENDONÇA, Jales Guedes Coelho. *Op. Cit.*, 2013.

[40] LOVE, Joseph. *Op. Cit.,* 1982, p. 23.

[41] WIRTH, John D. *O Fiel da Balança*: Minas Gerais na Federação Brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 102.

[42] Moisés Augusto Santana nasceu na Cidade de Goiás em 1879. Jornalista, trabalhou em vários periódicos do Brasil, como *O Paiz*, do Rio de Janeiro, e *O Estado de São Paulo*. Militou ativamente na imprensa goiana. Foi assassinado em 1922 na redação do *Lavoura e Comercio*, em Uberaba. In: LÔBO, José. *Goianos ilustres*. Goiânia: Oriente,

justamente, se vibrou contra Goiás o maior golpe: o governo de Minas se apoderou de todos os trilhos da *Goiás*, e os deteve, intransigente, impossibilitando as obras."[43] Anteriormente, o memorialista já afirmara: "sobreveio o governo Afonso Pena, que, no interesse de Minas, deslocou o ponto de partida da Estrada para a cidade de Formiga com um imenso recuo, altamente lesivo a Goiás."[44]

As ponderações de Moisés Santana foram ratificadas por Barsanulfo Gomides Borges: "os grupos econômicos do Triângulo Mineiro, onde os trilhos da Mojiana se encontravam paralisados, não pretendiam perder o privilégio de fazer de Araguari um entreposto comercial de Goiás."[45] E confirmadas integralmente por Antônio Ramos Caiado: "O motivo desta demora [da ferrovia] está nas diversas variantes que se teem suscitado no correr de dois decenios, exigidas por interesses poderosos como os de S. Paulo e Minas Gerais, prejudicando enormemente Goyaz."[46]

Vale aduzir que em 1885 José Leopoldo de Bulhões Jardim[47] anunciara um plano viário em que o modal ferroviário complementaria o fluvial, ante a completa impossibilidade da construção de uma linha férrea ligando o norte ao sul do "Império".[48] Em apertada síntese, a luminosa concepção bulhonista previa a navegação do Araguaia e Tocantins conectada a uma estrada de ferro que ligaria Alcobaça (PA) à cidade goiana de Boa Vista,[49] vencendo assim o trecho encachoeirado do percurso mais amplo de Leopoldina (atual Aruanã/GO) à capital paraense.

A falta de uma boa rede de comunicação inquestionavelmente atrapalhou o progresso estadual. A relação entre os dormentes e o desenvolvimento econômico resta patente, a ponto de o Secretário dos Negócios das Finanças de Goiás sublinhar que após nove anos de tráfego regular da estrada de ferro (de 1914 a 1923), a arrecadação geral saltara de 1.100 para 3.800 contos de réis.[50]

No mesmo relatório, Luiz Guedes d'Amorim[51] frisou que o trem de ferro "tem sido o

---

1974, p. 65-66.

43 Cf. *Lavoura e Comercio*, Uberaba, junho de 1922 *Apud* BORGES, Humberto Crispim. *Op. Cit.*, 1980, p. 306.

44 BORGES, Humberto Crispim. *Op. Cit.*, 1980, p. 297.

45 BORGES, Barsanulfo Gomides. *O despertar dos dormentes:* estudo sobre a Estrada de Ferro de Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais (1909-1922). Goiânia: Cegraf, 1990, p. 60.

46 Discurso proferido pelo deputado Antônio Ramos Caiado. Sessão de 08 de dezembro de 1910. *Diario do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 09 de dezembro de 1910.

47 José Leopoldo de Bulhões Jardim nasceu na Cidade de Goiás em 1856. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo. Foi deputado federal e senador da República, além de ministro da Fazenda nos governos de Rodrigues Alves (1902-1906) e Nilo Peçanha (1909-1910). Exerceu grande liderança política em Goiás. Faleceu em 1928 em Petrópolis. In: CAMPOS, Francisco Itami; DUARTE, Arédio Teixeira. *Op. Cit.*, p. 178.

48 BULHÕES, Augusto de. *Leopoldo de Bulhões*: um financista de princípios (1856 – 1928). Rio de Janeiro: Edições Financeiras S.A., [s.d.], p. 79-80.

49 Segundo Azevedo, o município de Boa Vista, hoje Tocantinópolis (TO), localizava-se no então extremo norte de Goiás, distante 1.797 Kms. da capital estadual. In: AZEVEDO, Francisco Ferreira dos Santos. *Op. Cit.*, p. 147.

50 GOIÁS. *Op. Cit.*, 1924 c, p. 29.

51 Luiz Guedes de Amorim nasceu em Portugal em 1866. Foi deputado estadual e senador estadual por várias legislaturas, além de secretário de estado da Fazenda entre 1921 e 1930. Foi ainda membro da comissão executiva

maior factor de nosso progresso e desenvolvimento", acrescentando, logo em seguida, que "emquanto não tivemos estrada de ferro em nosso Estado, pode-se dizer que só viviamos da industria pecuaria".

Por tal razão, tanto o prolongamento da ferrovia quanto a expansão do serviço telegráfico lideravam a pauta de reivindicações dos parlamentares goianos no Congresso Nacional, consoante se infere das emendas orçamentárias apresentadas em 1923 pelos senadores da República Hermenegildo Lopes de Moraes Filho[52] e Olegário Pinto.[53]

Sem embargo, a rede de estradas de rodagem estava longe de cortar a vastidão territorial do cerrado goiano. Concentrando-se no terço austral, a malha rodoviária[54] alcançava em 1930 apenas 5.816 quilômetros,[55] ao passo que correlata cifra em Minas Gerais passava de 20.000 e em São Paulo 28.000 quilômetros.[56]

Mesmo as poucas estradas de rodagem existentes frequentemente encontravam-se com a trafegabilidade comprometida. Na mensagem encaminhada em 1926 ao Congresso Legislativo o governador Brasil Ramos Caiado[57] ressaltou: "São incalculáveis os estragos produzidos nas nossas estradas pela última estação de chuvas. Todas elas, quer as de automóveis, quer as de carros, estão sendo trafegadas com grandes dificuldades."[58]

O depoimento de Augusta de Faro Fleury Curado, escrito em 1896, elucida a fragilidade da estrutura de comunicação.[59] Como na ocasião da narrativa os trilhos terminavam em Araguari, a viagem do Rio de Janeiro à capital de Goiás continuou com o auxílio de força animal, a partir da citada urbe triangulina.

O contexto descrito provavelmente explique a razão pela qual até 1937 nenhum

---

do Partido Democrata de 1914 a 1930. Faleceu em 1933. In: CAMPOS, Francisco Itami; DUARTE, Arédio Teixeira. *Op. Cit.*, p. 201.

52 Hermenegildo Lopes de Moraes Filho nasceu em Santa Rita do Paranaíba (hoje Itumbiara) em 1870. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo. Regressando a Goiás, exerceu o ofício de advogado em Morrinhos. Foi deputado federal e senador da República (1918-1925). Faleceu no Rio de Janeiro em 1925. In: LÔBO, José. *Op. Cit.*, p. 145-147.

53 Cf. *Annaes do Senado Federal*. Sessão de 27 de novembro de 1923, p. 649.

54 Sem computar as estradas municipais e particulares.

55 GOIÁS. *Relatório apresentado ao Senhor Doutor Alfredo Lopes de Moraes Presidente do Estado pelo Secretário das Obras Públicas Jalles Machado de Siqueira*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1930, p. 18.

56 WIRTH, John D. *Op. Cit.*, 1982, p. 106.

57 Brasil Ramos Caiado nasceu na Cidade de Goiás em 1893. Era filho de Torquato Ramos Caiado e Claudina Fagundes Caiado. Formou-se pela Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo. Foi governador de Goiás entre 1925 e 1929 e, anos após o fim do Estado Novo, tornou-se prefeito de Vila Boa pela União Democrática Nacional. In: FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. *Op. Cit.*, 2009, v. I, p. 313.

58 GOIÁS. *Mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Estado de Goyaz a 14 de maio de 1926 pelo Presidente Dr. Brasil Ramos Caiado*. [S.l.:s.n], 1926, p. 29.

59 GODOY, Maria Paula Fleury de. *Do Rio de Janeiro a Goiás – 1896 (a viagem era assim)*. 2ª ed. Goiânia: ed. da autora, 1985.

presidente da República se dispusesse a atravessar o rio Paranaíba, pisando no território goiano.[60]

Do ponto de vista tributário-financeiro, a arrecadação anhanguerina nos anos específicos de 1910 e 1928 apresentava respectivamente os seguintes algarismos: 1.315 e 5.971 contos de réis.[61] Ao se considerar o mesmo período em Pernambuco, a receita alcançava 11.000 e 56.000[62]; enquanto São Paulo atingia 43.000 e 408.000[63]; e Minas Gerais 22.000 e 180.000 contos de réis.[64] Em 1889, a receita de Minas Gerais, Pará, Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro flutuava entre 3.000 a 4.300, ao passo que a de Goiás era de 191 contos de réis.[65]

Reflexo direto desse débil panorama econômico pode ser sentido no pedido de Hermenegildo de Moraes, que, em 1916, dirige apelo aos diretores do Banco do Brasil para dotarem Goiás de uma agência, porquanto o estado "não dispõe de estabelecimento bancário algum."[66]

Hipotecando seu apoio à iniciativa que visava o "desenvolvimento de nosso commercio e industria", o órgão de propaganda do Partido Democrata explicou como as operações comerciais eram dificultadas pela ausência de um estabelecimento creditício: "O commercio tem que fazer a remessa de dinheiros por intermedio do correio, sujeitando-se a delongas ao pagamento de premios avultados, ou terá que esperar por positivos de confiança que possam conduzir o numerario."[67]

Apesar das aludidas solicitações, somente na década de 1920 a primeira agência do Banco do Brasil foi instalada em Goiás, sediada em Ipameri.[68] Em Minas Gerais, o primeiro estabelecimento do Banco do Brasil foi inaugurado em Ouro Preto no dia 1º de janeiro de 1856.[69]

Um gráfico, reproduzido na obra de Joseph Love, sintetiza adequadamente a situação econômica de Goiás, ao apontar os índices da "produção agrícola e industrial bruta dos estados" em 1920. Pelos indicadores, a unidade aparece à frente apenas do Rio Grande do Norte, Piauí, Mato Grosso, Amazonas e do território do Acre.[70]

Cabe aqui a abertura de um breve parêntese. A despeito de sua pequena vitalidade, a economia goiana começava a diversificar-se após o funcionamento da ferrovia, fortalecendo-se,

---

60 A primeira visita de um presidente da República a Goiás ocorreu em 1940, quando Getúlio Vargas esteve em Goiânia e na ilha do Bananal.

61 GOIÁS. *Relatório apresentado ao Chefe do Governo Provisório pelo Interventor Federal de Goiás em 1933*, [S.l.:s.n.], 1933, p. 165.

62 LEVINE, Robert. *Op. Cit.*, 1980 a, p. 266.

63 LOVE, Joseph. *Op. Cit*., 1982, p. 414.

64 WIRTH, John D. *Op. Cit.*, 1982, p. 351.

65 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *As Constituintes Mineiras de 1891, 1935 e 1947:* uma análise histórica. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1989, p. 21.

66 Discurso proferido pelo deputado Hermenegildo Lopes de Moraes. Sessão de 15 de maio de 1916. *Diario do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 16 de maio de 1916, p. 170.

67 Cf. *A Imprensa*, Goyaz, 30 de junho de 1916.

68 ROSA, Joaquim. *Por esse Goiás afora*. Goiânia: Cultura Goiana, 1974, p. 84.

69 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Op. Cit.,* p. 22.

70 LOVE, Joseph. *Op. Cit.*, 1975, p. 118.

paulatinamente. A pecuária, ou melhor, a exportação de gado bovino – única atividade capaz de vencer as longas distâncias – ganhava a companhia, geralmente complementar, da lavoura.

Reconhecer tal evolução, fundamentalmente após a chegada dos dormentes, é um fato. Outro, diverso, é analisar comparativamente o grau de desenvolvimento econômico de Goiás na moldura nacional. Se confrontados com estados remediados ou ricos, os dados orçamentários goianos do início da República até o Estado Novo são inquestionavelmente inexpressivos.

Estes dois postulados, apesar de diferentes, são perfeitamente compatíveis entre si. Ademais, eles são pressupostos relevantes para a obtenção de uma leitura verossímil da realidade regional, além de ajudarem na superação de interpretações acadêmicas aparentemente díspares.

Fechada a digressão, no tocante ao povoamento, a atual região Centro-Oeste,[71] anteriormente à chegada dos bandeirantes, era ocupada por tribos indígenas, como os caiapó, goyá (origem ao nome do estado), carajá e outros povos.

Conflitos entre colonizadores e aborígenes são mencionados abundantemente na literatura, a exemplo de um registro da lavra de Mauro Borges Teixeira,[72] que narra uma batalha sangrenta entre os moradores de Rio Verde e os índios caiapó. Ao final do episódio, conclui: "A luta de índios contra brancos não era uma guerra qualquer pela conquista de território, ouro ou defesa da honra. […] No fundo era uma batalha de extermínio. O objetivo final era a eliminação do adversário, tanto de um lado quanto de outro."[73]

Com efeito, o povoamento dos colonizadores não causou grande adensamento demográfico na zona. De acordo com o censo do IBGE do ano de 1920, a população de Goiás, concentrada mais acentuadamente no perímetro rural, não excedia a 512 mil habitantes,[74] muito pouco para uma área superior a 600 mil km². A título de comparação, Pernambuco, com uma superfície bem inferior, apresentava números quatro vezes maior,[75] enquanto Minas Gerais possuía quase seis milhões de pessoas.

Essa rarefeita densidade demográfica acarretava baixa representatividade política. Na Câmara dos Deputados apenas quatro parlamentares advogavam os interesses de Goiás.[76] Ao se

---

71 Grande parte dela pertencia ao império espanhol, por força do Tratado de Tordesilhas. Ver seção de imagens. In: MENDONÇA, Jales Guedes Coelho. *Op. Cit.*, 2013.

72 Mauro Borges Teixeira nasceu na cidade de Rio Verde em 1920. Era filho de Pedro Ludovico Teixeira e Gercina Borges Teixeira. Militar do Exército, dirigiu a Estrada de Ferro Goiás entre 1951 e 1954. Foi deputado federal e governador de Goiás (1961 a 1964). In: FGV/CPDOC. *Op. Cit*., v. I, p. 718.

73 TEIXEIRA, Mauro Borges. *Tempos idos e vividos*. Goiânia: ed. do autor, 2002, p. 45.

74 *Apud* CAMPOS, Francisco Itami. *Op. Cit.*, 2003, p. 37.

75 LEVINE, Robert. *Op. Cit.*, 1980 a, p. 50.

76 É esta a redação do art. 28, § 1º, da Constituição Federal de 1891: "§1º. O numero dos Deputados será fixado por lei em proporção que não excederá de um por setenta mil habitantes, não devendo esse numero ser inferior a quatro por Estado." In: MAXIMILIANO, Carlos. *Comentários à Constituição brasileira de 1891*. Brasília: Senado Federal,

recorrer novamente à comparação, vê-se que a bancada mineira atingia 37 deputados e a paulista e a baiana 22.[77] Estas três delegações eram as maiores existentes. No Senado Federal, casa de representação paritária, cada unidade contava com três senadores.[78]

Ostentando uma bancada de deputados federais que não ultrapassava a cota mínima por estado,[79] a observação tecida por um jornalista ajusta-se perfeitamente à hipótese de Goiás: "Seria ridículo, por exemplo, que Sergipe tivesse qualquer influência política [nacional] decisiva, com uma delegação de apenas 4 membros, sendo que pelo menos 2 nada mais são do que instrumentos de facções locais."[80]

O brasilianista John Wirth examinou quais estados presidiram as quatro mais importantes comissões parlamentares da Câmara dos Deputados – Obras Públicas, Finanças, Poderes e Justiça – entre 1891 a 1930. Segundo o estudo, nunca um representante de Goiás comandou alguma das mencionadas comissões.[81]

Na oportunidade, calha registrar a hermenêutica defendida por Itami Campos: "em decorrência de uma situação de pobreza, de atraso e de isolamento em que se encontrava, o Estado de Goiás foi politicamente inexpressivo na configuração nacional"[82] na Primeira República.

Essa inexpressividade política, contudo, não foi atávica,[83] merecendo ser temperada, pelo menos, no período – mais de cinco anos – em que Leopoldo de Bulhões galgou a destacada posição de ministro da Fazenda, conforme veremos abaixo.

Quanto à estruturação das organizações policiais, a Constituição Federal de 1891 conferiu ampla autonomia aos estados. Joseph Love, ao perquirir a relevância dessas milícias, argutamente, percebeu a operação que relacionava três elementos aparentemente desvinculados um do outro: eleições presidenciais, preservação da autonomia estadual e estruturas militares:

> Uma razão importante pela qual os partidos dos Estados poderosos procuravam eleger um Presidente de suas próprias fileiras, era o fato de a presidência tratar-se de uma chave para o

(coleção história constitucional brasileira), 2005, p. 321.

77 WIRTH, John D. *Op. Cit.*, 1982, p. 236.

78 Eis a dicção do art. 30 da Constituição Federal de 1891: "Art. 30. O Senado compõe-se de cidadão elegiveis nos termos do art. 26 e maiores de 35 annos, em numero de tres Senadores por Estado e tres pelo Distrito Federal, eleitos pelo mesmo modo por que o forem os Deputados." In: MAXIMILIANO, Carlos. *Op. Cit.*, p. 329.

79 Nesse mesmo sentido os estados do Paraná, Santa Catarina, Piauí, Amazonas, Rio Grande do Norte, Sergipe, Mato Grosso e Espírito Santo. In: SANDES, Noé Freire. *O tempo revolucionário e outros tempos:* o jornalista Costa Rego e a representação do passado (1930-1947). Goiânia: Ed. UFG, 2012, p. 188.

80 WIRTH, John D. *Op. Cit.*, 1982, p. 240.

81 WIRTH, John D. *Op. Cit.*, 1982, p. 244. Ver seção de imagens. In: MENDONÇA, Jales Guedes Coelho. *Op. Cit.*, 2013.

82 CAMPOS, Francisco Itami. *Op. Cit.*, 2003, p. 109.

83 O professor Itami Campos sustenta ainda que Goiás, "em tempo algum", teve destaque ou influência. In: CAMPOS, Francisco Itami, *Op. Cit.*, 2003, p. 111.

> controle dos governos dos Estados menores e suas delegações no Congresso. O Presidente não só podia distribuir o patronato federal mas também dispor do Exército para depor quaisquer Governadores que se opusessem à sua política, com exceção dos de São Paulo, Minas e Rio Grande. [84]

Na sequência, o brasilianista acentua que após a eleição do primeiro presidente civil, em 1894, o governo federal não tentou destituir os governadores dos três grandes estados, "embora não renunciasse a intervir na maioria dos demais". Incontinenti, complementa de maneira elucidativa: "Esta ausência de intervenção federal em Minas, São Paulo e Rio Grande não era absolutamente uma questão de autocontrole. A existência de formidáveis forças policiais-militares estaduais constituía um impedimento efetivo."

Todos entes federativos queriam, destarte, organizações militares fortes, mas poucos tinham condições de estruturá-las. O efetivo das Polícias Militares das unidades hegemônicas nos anos de 1909 e 1928 era o seguinte: *a) 1909* – Rio Grande do Sul: 1.552; São Paulo: 3.508; Minas Gerais: 2.502; *b) 1928* – Rio Grande do Sul: 3.212; São Paulo: 7.622; Minas Gerais: 4.111.[85]

Nos mesmos anos, o contingente da Força Pública de Goiás perfazia um total de 276[86] e 698[87] homens. Ora, ao se cotejarem as cifras, conclui-se que o aparato militar goiano amedrontava bem menos o governo central que o dos estados poderosos. E não apenas por ser menor como também por proteger um espaço maior, o que minava a mobilidade estratégica da milícia.

O memorialista Joaquim Rosa, ao aventar a possibilidade de um ataque de jagunços à cidade de Formosa por volta de 1916, demonstra a tibieza da Política Militar: "o governo goiano não dispunha de soldados e dinheiro para a defesa da cidade. […] Daí a formação de bate-paus."[88]

Ressai da pesquisa levada a cabo por José Murilo de Carvalho que, de todas as unidades, apenas Goiás e Mato Grosso apresentaram redução do efetivo das forças armadas entre 1889 e 1920.[89] O número de militares do Exército em Goiás em 1920 só superava o do Rio Grande do Norte e o do território do Acre.

A respeito do ensino superior, a primeira instituição do estado foi a Academia de Direito, inaugurada em 1903. No entanto, teve ela vida efêmera, extinguindo-se em 1910,[90] sob o

---

84 LOVE, Joseph. *Op. Cit.*, 1975, p. 122.

85 LOVE, Joseph. *Op. Cit.*, 1975, p. 122.

86 Lei Estadual nº 339, de 11 de julho de 1908. In: GOIÁS. *Colleção das Leis do Estado de Goyaz*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1911, tomo XV.

87 Lei Estadual nº 832, de 25 de julho de 1927. In: GOIÁS. *Colleção das Leis do Estado de Goyaz sanccionadas no anno de 1927*. 2ª ed. Goyaz: Correio Official, 1929.

88 ROSA, Joaquim. *Op. Cit.*, 1974, p. 30.

89 CARVALHO, José Murilo de. As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. *Cadernos do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais.* Belo Horizonte: Imprensa Universitária, março de 1974, nº 1, p. 183.

90 Lei Estadual nº 362, de 30 de junho de 1910. In: GOIÁS. *Colleção das Leis do Estado de Goyaz*. Rio de Janeiro:

argumento de não compensar as "grandes despesas feitas com a mesma." O motivo real, entretanto, residia na seara política. Isso porque a Revolução de 1909 solapou o domínio do grupo oligárquico de José Xavier de Almeida,[91] fundador do instituto jurídico.

Seis anos após a extinção, nova Faculdade de Direito é criada. Tempos depois surge uma segunda faculdade, denominada Escola de Direito. Por alguns anos dois estabelecimentos de ensino jurídico funcionaram concomitantemente, até a encampação do primeiro pelo segundo, especificamente em 1937.[92]

Mas, não só de cursos de Direito viveu Goiás. Na década de 1920, funcionou regularmente a Escola de Farmácia e Odontologia, fundada por médicos e farmacêuticos liderados por Brasil Ramos Caiado. A mudança política acarretada pela Revolução de 1930, todavia, causou o fechamento do centro educacional,[93] medida esta não perdoada pela revista *Informação Goyana*, editada no Rio de Janeiro:

> O Dr. Pedro Ludovico Teixeira, digno e operoso Interventor Federal no Estado, em dois recentes decretos, desferiu rude golpe em duas fabricas de doutores existentes na capital: a Escola de Pharmacia e Odontologia e a Escola de Direito de Goyaz. […] A Escola de Pharmacia foi declarada extinta. […] Que as mãos não lhe dôam, Sr. Interventor Federal![94]

A história se repetia. Sucedia com a Escola de Farmácia e Odontologia o mesmo que ocorrera com a Academia de Direito em 1909. Era a vindita política prejudicando a educação superior em Goiás.

I.1.1. O movimento dos satélites: o caso goiano

Estudioso do federalismo brasileiro, Joseph Love concebeu uma tipologia na qual Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul representariam os estados verdadeiramente autônomos, enquanto as demais unidades enquadrar-se-iam na categoria de "satélites".[95] Nesta última faixa,

---

Imprensa Nacional, 1911, tomo XVII.

91 José Xavier de Almeida nasceu na Cidade de Goiás em 1871. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo. Foi secretário do Interior e Justiça nos governos de Leopoldo Jardim (1895-1897) e Bernardo Albernaz (1898). Com o apoio de Leopoldo de Bulhões, elegeu-se deputado federal (1900) e posteriormente governador (1901-1905). In: ALMEIDA, Leda Xavier de. Presidentes do Estado de Goiás na virada do século XX. *O Vilaboense*, Cidade de Goiás, março de 2000 *Apud* FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. *Op. Cit.*, 2009, v. I, p. 209.

92 Sobre a evolução e os retrocessos dos estabelecimentos jurídicos, ver CASTRO, Abel Soares de. *Origem dos Institutos Jurídicos de Goiaz*. Goiânia: ed. do autor, 1946.

93 BRETAS, Genesco Ferreira. *História da Instrução Pública em Goiás*. Goiânia: Cegraf/UFG, 1991, p. 528.

94 Cf. *Informação Goyana*, Rio de Janeiro, janeiro e fevereiro de 1931.

95 LOVE, Joseph. Autonomia e Interdependência: São Paulo e a Federação Brasileira, 1889-1937. In: FAUSTO, Boris. 4ª ed. *História Geral da Civilização Brasileira*, 4ª ed., 1985, tomo III, p. 66.

porém, o brasilianista abrandou o conceito, elevando Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro ao patamar de "semi-soberanos".[96] Em idêntico sentido, embora utilizando outra expressão, Eul-Soo Pang classificou a Bahia como "importante estado secundário na hierarquia da política da federação na Primeira República."[97]

Assim, na esteira do referido entendimento, existiriam três classificações para os vinte e um[98] estados: os autônomos (Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul); os "semi-soberanos" (Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro); e os "satélites" (os demais). Em verdade, o esquema de Love aproxima-se muito do formulado por Barbosa Lima Sobrinho – estados de primeira, segunda e terceira classe.[99]

No último pelotão, o dos "satélites", de acordo com os dados supra enunciados, mormente as comparações realizadas, enfileirava-se naturalmente Goiás. O discurso pronunciado em 1909 por Leopoldo de Bulhões não deixa dúvida sobre a posição goiana: "A terra é grande, atrasada, pobre e a gente é pouca, mas sinceramente empenhada em melhorá-la, e enriquecê-la."[100] Em outra ocasião, o senador goiano declarou: "eu posso falar em nome dos Estados pequenos."[101] O debate travado no Senado Federal em 1923 segue similar lógica:

> O SR. A. AZEREDO – Os Estados pequenos difficilmente conseguem certos favores.
> O SR. PAULO DE FRONTIN – Mas Goyaz é um Estado grande.
> O SR. HERMENEGILDO DE MORAES – Em territorio apenas.
> O SR. A. AZEREDO – Não é questão de territorio; refiro-me ao numero de habitantes, de Deputados e Senadores.[102]

Apesar de mais subjacente do que os trechos acima colacionados, a caracterização

---

96 LOVE, Joseph. O Rio Grande do Sul como Fator de Instabilidade na República Velha. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*, 4ª ed., 1985, tomo III, v. I, p. 121.

97 PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquia (1889-1934)*: a Bahia na Primeira República Brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1979, p. 09.

98 Incluindo-se o Distrito Federal.

99 Eis a referência de Barbosa Lima Sobrinho: "Temos os Estados líderes e os Estados satélites; os Estados de primeira, de segunda e de terceira classe, segundo podiam candidatar-se à presidência, à vice-presidência da República, ou coisa nenhuma. A bem falar, os Estados de primeira classe, acreditados para a reivindicação da presidência da República, eram apenas dois: – S. Paulo e Minas Gerais. Os de segunda classe, que podiam candidatar-se à vice-presidência, eram a Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro. Os outros formavam a terceira classe, os bagageiros da Federação, que só por acaso recebiam, na desavença dos outros, a oportunidade de indicarem um *tertius*, que não vinha nunca pela força do Estado, mas pelas amizades e prestígio político dos homens que merecessem tão grande distinção. Quanto ao Rio Grande do Sul, não se enquadrava em nenhum desses grupos. Desde que lhe vedavam a presidência, não pleiteava o posto secundário. Preferia, sob a direção do Sr. Borges de Medeiros, indiferente a ambições pessoais, agir como uma força de rebeldia, ameaça permanente contra os conchavos e combinações dos grandes Estados." In: LIMA SOBRINHO, Barbosa. *A verdade sobre a Revolução de outubro – 1930*. 3ª ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1983, p. 175-176.

100 BULHÕES, Augusto de. *Op. Cit.*, p. 342.

101 BULHÕES, Augusto de. *Op. Cit.*, p. 407.

102 PINTO, Olegário. *Discursos pronunciados no Senado Federal nas sessões de 22 de abril de 1922, 23, 31 de outubro e 8 de dezembro de 1923*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923, p. 07.

periférica do estado à época emerge sobejamente deste comentário: "Fosse o sr. Leopoldo de Bulhões representante do Estado de S. Paulo ou de algum outro que, como este, se avantajasse na communhão brasileira por sua industria, agricultura ou commercio, certo não trataria com tanto desdém os graves interesses da produção nacional."[103]

A rigor, no seio dos quinze estados considerados "satélites" havia uma gradação de importância entre eles, mesmo que conjuntural e temporária. O papel desempenhado por cada um dos entes nem sempre foi inflexivelmente o mesmo ao longo de quase cinquenta anos de período republicano (1889-1937), variando em determinadas circunstâncias históricas. Exemplificativamente, em 1930, a influência da Paraíba afigurou-se bem mais expressiva que a das demais unidades correlatas.

Embora versando sobre política internacional, a gradação concebida pelo embaixador Samuel Pinheiro Guimarães ilumina a vertente reflexão, na medida em que divide os países periféricos em três blocos distintos: grandes, médios e pequenos.[104]

De 1902 a 1910, José Leopoldo de Bulhões Jardim ocupou por mais de cinco anos o destacado cargo de ministro da Fazenda. Nesse momento, Goiás participava com outro talhe do jogo da política nacional. Não que de repente passasse a integrar o rol dos protagonistas. É certo que continuou coadjuvante, sem, no entanto, exibir a mesma inexpressividade de outrora.

Na formação do ministério era comum, especialmente na segunda metade da Primeira República, o presidente escolher ministros indicados pelos estados.[105] A assunção de Leopoldo de Bulhões, contudo, destoou da regra, vez que ocorreu por méritos pessoais[106] do senador goiano.

É impossível deixar de reconhecer que a posição de Bulhões no estamento federal[107] fez o "satélite" girar mais vigorosamente, a despeito de permanecer na mesma órbita.

A tabela[108] confeccionada por Love corrobora a plataforma descrita.[109] A análise fraciona em dois momentos "o número de anos em que os postos ministeriais foram ocupados por

---

[103] MAC LEOD. A taxa do cambio e a economia nacional. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 07 de maio de 1910, p. 01.

[104] GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Quinhentos anos de periferia:* uma contribuição ao estudo da política internacional. 3ª edição. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/Contraponto, 2001, p. 21.

[105] CARONE, Edgard. *A República Velha (evolução política)*. 3ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1977, p. 403.

[106] O memorialista Jaime Câmara escreveu nesse mesmo sentido: "Leopoldo de Bulhões foi o primeiro goiano a somar real prestígio na área federal, circunstância que o levou, mais tarde no govêrno de Rodrigues Alves, a ocupar, exclusivamente por mérito pessoal, o Ministério da Fazenda." In: CÂMARA, Jaime. *Os Tempos da Mudança*. Goiânia: ed. do autor, 1967, p. 18.

[107] O estado de Goiás só iria novamente possuir um representante no ministério na década de 1960, mais precisamente em outubro de 1961, quando Alfredo Nasser assumiu a pasta da Justiça e Negócios Interiores no governo João Goulart. Ver: CUSTÓDIO, Fábio Nasser. Biografia. In: NASSER, Consuelo. *Alfredo Nasser:* o líder não morreu. Goiânia: Líder, 1995, p. 41.

[108] Ver seção de imagens. In: MENDONÇA, Jales Guedes Coelho. *Op. Cit.*, 2013.

[109] LOVE, Joseph. *Op. Cit.*, 1975, p. 130.

representantes dos partidos estaduais": o primeiro vai de 15 de novembro de 1889 a 14 de novembro de 1910 e o segundo, de 15 de novembro de 1910 a 23 de outubro de 1930.

Na parte referente à segunda metade da Primeira República (1910 a 1930), Goiás não aparece na relação dos onze estados arrolados na planilha, ou seja, nenhum goiano foi ministro nesse interregno.

Em contrapartida, na lista atinente à primeira metade (1889 a 1910), Goiás ocupa um honroso 5º lugar (5,41 anos) entre os quatorze estados referidos, inclusive, surpreendentemente, à frente do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro.

Os reflexos da ascensão bulhonista não param por aí. Em mais de um século de história republicana, uma única vez um magistrado goiano conquistou assento no Supremo Tribunal Federal.[110] Seu nome: Joaquim Xavier Guimarães Natal.[111]

O ministro Guimarães Natal, como era mais conhecido no mundo jurídico, era cunhado de Bulhões e foi nomeado em setembro de 1905,[112] justamente quando Bulhões desfrutava de grande prestígio político. Ao que parece, a nomeação pelo presidente Rodrigues Alves significou lenitivo ante a ausência de intervenção federal solicitada pelo ministro da Fazenda:

> Em setembro de 1905, quando o Presidente da República havia deixado de restabelecer a ordem constitucional no Estado de Goiás com a intervenção federal solicitada, lhe foi [a Leopoldo de Bulhões] oferecida a nomeação para Ministro do Supremo Tribunal Federal, honra que declinou, para prosseguir na obra financeira executada, indicando o seu cunhado, Juiz de Direito de Goiás que sempre abraçara a carreira da magistratura e da ciência jurídica, Joaquim Xavier Guimarães Natal.[113]

Em idêntico sentido, a passagem inserta em artigo divulgado na imprensa paulistana:

> E, ha pouco ainda, quando se deu a famosa duplicata de Goyaz e o presidente da Republica teve de se metter nas escolhas, a primeira idéa que occorreu aos que se interessavam pelo sr. Leopoldo de Bulhões, foi encaixal-o no Supremo Tribunal! […] O dr. Bulhões deu o cunhado para o logar que lhe offereciam. Livrou-o de Goyaz, onde o xavierismo ficou victorioso.[114]

---

[110] SILVA, Colemar Natal e. *Realizações e projetos de Colemar Natal e Silva no campo da cultura em Goiás*. Org. por Moema de Castro e Silva Olival. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992, p. 343.

[111] Joaquim Xavier Guimarães Natal nasceu na Cidade de Goiás em 1860. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo. Foi membro da junta governativa após a proclamação da República, além de juiz federal em Goiás. Em 1905, foi nomeado pelo presidente Rodrigues Alves ministro do Supremo Tribunal Federal. Candidatou-se a senador da República pelo Partido Republicano de Goiás em 1930. Faleceu em 1933. In: CAMPOS, Francisco Itami; DUARTE, Arédio Teixeira. *Op. Cit.*, p. 169.

[112] COSTA, Emília Viotti da. *STF:* O Supremo Tribunal Federal e a construção da cidadania. 2ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2006, p. 46.

[113] BULHÕES, Augusto de. *Op. Cit.*, p. 277.

[114] FIGARO. Cartas do Rio. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 14 de setembro de 1905, p. 01.

É fácil enxergar o grau de distinção do cargo federal pelos colegas com que Guimarães Natal conviveu: Alberto Torres, Pedro Lessa, Epitácio Pessoa, entre outros.[115]

A bem da verdade, a construção da estrada de ferro aquém-Paranaíba só saiu do papel em 1909, quando Bulhões regressou ao ministério da Fazenda (gestão do presidente Nilo Peçanha). A partir daí, as rodas da locomotiva passam efetivamente a ter possibilidade de deslizarem sobre o dorso da íngreme Serra do Paranaíba:

> Rio, 24 de setembro de 1909. Assignado decreto autorizando construções via férrea Araguary-Goyaz devendo estar pronta 30 mezes. Estrada passará Catalão, Ipameri, Campo Formoso, Bomfim e Antas. Dr. Bulhões muito felicitado pelo relevantíssimo serviço prestado ao Estado de Goyaz.[116]

No mês seguinte, novo contrato já é assinado: "Rio, 25 – No gabinete do sr. Francisco de Sá, ministro da viação, e em presença do sr. Leopoldo de Bulhões e da bancada de Goyaz, foi hoje assignada a revisão do contrato da estrada de ferro de Goyaz."[117]

Ao se destacar a relevância da função desempenhada pelo ministro para a viabilização do transporte ferroviário em Goiás, consignou a imprensa a seguinte notícia em 1922:

> Nós devemos a essa pequena e insaciavel politica mineira de regionalistas o recúo, em 1906, da E. de Ferro de Goyaz de Araguary para Formiga, e não fôra acção directa do nosso caro conterraneo Dr. Leopoldo de Bulhões, no rapido e brilhante governo Nilo Peçanha, nós, a estas horas, ainda não teriamos a via-ferrea, fonte de pequena prosperidade por que passa o Estado.[118]

A edificação da via-férrea foi a principal bandeira hasteada pelos bulhonistas para exaltar os serviços prestados a Goiás pelo potentado. Em 1920, *O Democrata*, de propriedade de Antônio Ramos Caiado, realçou a postura antagônica[119] de Leopoldo Bulhões em suas duas passagens pelo ministério da Fazenda:

---

[115] COSTA, Emília Viotti da. *Op. Cit.*, 2006, p. 47.

[116] *Goyaz*, Goyaz, 25 de setembro de 1909 *Apud* MORAES, Maria Augusta Sant'anna. *História de uma oligarquia:* os Bulhões. Goiânia: Oriente, 1974, nota de rodapé nº 74, p. 252

[117] Cf. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 26 de outubro de 1909, p. 02.

[118] Cf. *A Imprensa*, Goyaz, 23 de fevereiro de 1922.

[119] Na primeira participação de Leopoldo de Bulhões no ministério (1902-1906), em grande parte do período, suas relações políticas encontravam-se rompidas com os governadores José Xavier de Almeida e Miguel da Rocha Lima. Esse dado, geralmente desconsiderado, provavelmente ajude a decifrar por que a ferrovia à época não alcançou a terra goiana ou, pelo menos, não se aproximou do estado. Abona a presente leitura, trecho escrito por Maria Augusta Sant'anna Moraes: "A situação de Bulhões era paradoxal. Descendo de prestígio na esfera regional, crescia na política nacional. Tal posição gerou uma série de descompassos governamentais, que não só dificultou a administração Xavier de Almeida, como trouxe instabilidade política, e entravou o progresso de Goiás. Com um filho no Ministério da Fazenda, poderia contar com muitos benefícios." In: MORAES, Maria Augusta Sant'anna. *Op. Cit.*, p. 180.

> Mas... dirão, elle [Bulhões] no seu segundo ministerio, enfrentou logo o problema. É certo! Por que essa diversidade de attitudes? [entre a primeira e a segunda participação ministerial] Desta segunda vez, havia um deputado por Goyaz, que considerava um crime estar um goyano no ministerio, sem fazer alguma coisa para Goyaz. Esse deputado, era o nosso redactor, [Caiado] que com a maior lealdade e a maior franquesa, exigiu do sr. Bulhões para sua solidariedade politica estrada de ferro, navegação dos rios e telegraphos em Goyaz.[120]

A despeito de respeitável corrente interpretativa entender que Leopoldo de Bulhões obstou a expansão dos trilhos como forma de manter o atraso e consequentemente seu domínio político,[121] parece pouco verossímil tal leitura, pelo menos após a vitória da Revolução de 1909.[122] Sem o respaldo de Bulhões, autoridade com força política[123] capaz de minimamente contrabalançar o poder montanhês, seria improvável vencer a conhecida resistência do Triângulo Mineiro.

Em tempo, Nasr Chaul já examinou o assunto: "não acreditamos que pudessem [os grupos políticos oligárquicos] ter objeções ao desenvolvimento de Goiás, pois estariam indo contra seus próprios interesses econômicos."[124] A historiadora Lena Castello Branco, ao comentar matéria publicada em 1895 no *Estado de Goyaz,* que afirmava ser Bulhões contrário à transferência da capital federal para Goiás, também rechaçou a exegese em comento: "Começava a impor-se a esdrúxula versão – que seria repetida vezes sem conta – segundo a qual os Bulhões e demais políticos situacionistas eram contrários ao progresso de Goiás, preferindo o atraso como estratégia de manutenção do poder."[125]

O prestígio político de Leopoldo de Bulhões não se restringia às fronteiras goianas. Seu nome chegou a ser cogitado[126] para disputar o governo do Rio de Janeiro: "'*A Rua*' publica indiscrições sobre a política fluminense asseverando que o sr. Nilo Peçanha prepara a candidatura do sr. Leopoldo de Bulhões à sua sucessão, na presidência do Estado do Rio."[127] Notícia com

---

120 Cf. *O Democrata*, Goyaz, 23 de abril de 1920.

121 Ver CAMPOS, Francisco Itami. *Op. Cit.*, 2003, p. 76; e BORGES, Barsanulfo Gomides. *Op. Cit.*, p. 55.

122 Em 1904, o deputado federal Hemenegildo de Moraes, adversário político de Leopoldo de Bulhões, afirmou: "o sr. Bulhões só se lembra de sua terra para nomeação de parentes." In: Discurso proferido pelo deputado Hermenegildo de Moraes. Sessão de 09 de setembro de 1904. *Diario do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1904, p. 2017.

123 Outrossim, existem informações acerca do apoio de São Paulo para a construção da estrada de ferro Goiás, expressa na seguinte passagem: "Desde os mais remotos tempos a politica de S. Paulo, intelligente e sempre de atalaia na defesa dos interesses do seu Estado, encarou como um dos problemas economicos, de mais alta valia, a conquista do commercio dos Estados de Goyaz e Matto Grosso, assim como o da zona do triangulo mineiro. Na execução deste programma, quasi secular, estão construidas as estradas de ferro – Paulista – Mogyana e a Noroeste." In: *O Democrata*, Goyaz, 23 de abril de 1920.

124 CHAUL, Nasr Fayad. *Caminhos de Goiás:* da construção da decadência aos limites da modernidade. 3ª ed. Goiânia: Ed. UFG, 2010, p. 160.

125 FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. *Op. Cit.*, 2009, v. I, p. 163.

126 Segundo a historiadora Maria Augusta Sant'anna Moraes, o nome de Leopoldo de Bulhões também foi lembrado para a vice-presidência da República. In: MORAES, Maria Augusta Sant'anna. *Op. Cit.*, p. 171.

127 Cf. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 20 de fevereiro de 1916, p. 01.

semelhante teor foi veiculada novamente em 1917:

> Existe no seio do situacionismo fluminense, um grupo que pensa fazer vingar a candidatura do senador Leopoldo de Bulhões. Dentro do partido "nilista" há duas candidaturas antagonicas em gestação: a do sr. Raul Fernandes e João Guimarães, que são candidaturas antagonicas, e que, por isso mesmo, se destróem. Dahi o facto de haver quem pense que o nome do senador goyano, como "tertius gaudet" é perfeitamente viavel.[128]

Vale realçar que Bulhões presidiu a Associação Comercial do Rio de Janeiro[129] e administrou a Prefeitura de Petrópolis/RJ, onde residia com sua família: "A Camara Municipal de Petropolis realizou uma sessão extraordinaria convocada pelo prefeito interino, senador Leopoldo de Bulhões, para prestação de contas correspondente ao exercício de 1916."[130]

Esquadrinhando a longa carreira política de Leopoldo de Bulhões, Wagner Estelita Campos[131] concluiu: "Realmente, Leopoldo de Bulhões é, de longe, o parlamentar goiano que mais se projetou não somente no Parlamento como na vida pública nacional."[132] Sebastião Fleury Curado abraçou o mesmo ponto de vista: "É preciso dizer, em homenagem à verdade histórica, que, entre os nomes goianos de projeção nacional, avultava o de Leopoldo de Bulhões."[133]

Ante o exposto, adotando-se a tipologia concebida por Love, forçoso é reconhecer que Goiás realmente enquadrava-se à época[134] na categoria de estado "satélite". Este "satélite", contudo, vez ou outra, girava, premido por determinadas circunstâncias pró-bulhonistas,[135] mais intensamente na constelação brasileira, reduzindo assim a distância que o separava dos distantes "planetas", malgrado permanecer na periferia do sistema celeste. Eis a indispensável gradação a ser registrada.

I.2. A árdua missão oposicionista

---

[128] Cf. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 17 de fevereiro de 1917, p. 05.
[129] BULHÕES, Augusto de. *Op. Cit.*, p. 344.
[130] Cf. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 24 de março de 1917, p. 02.
[131] Wagner Estelita Campos nasceu na cidade de Catalão (GO) em 1910. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Retornando a Goiás, tornou-se delegado-geral de polícia em 1931. Em 1933, lançou a candidatura de Domingos Vellasco a governador de Goiás. Foi deputado federal após o fim do Estado Novo, além de ministro do Tribunal de Contas da União. Faleceu em Brasília em 1979. In: FGV/CPDOC. *Op. Cit.*, v. II, p. 2048.
[132] CAMPOS, Wagner Estelita. Introdução. In: BULHÕES, Leopoldo de. *Discursos Parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1979, p. 15.
[133] CURADO, Sebastião Fleury. *Memórias históricas*. Goiânia: ed. do autor, 1956, p. 108.
[134] O estado de Goiás hoje desfila entre o terço dos estados economicamente mais desenvolvidos do Brasil.
[135] A historiadora Cláudia Viscardi também percebeu a relevância de Leopoldo de Bulhões ao afirmar: "Embora os estados do Mato Grosso, Goiás e de Santa Catarina tivessem pouca projeção política nacional, mantiveram representantes ativos, na quase totalidade dos processos sucessórios [para presidente da República], através das lideranças nacionais de Antônio Azeredo, Leopoldo de Bulhões e Lauro Muller, respectivamente." In: VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias*: uma revisão da "política café com leite". 2ª ed. Belo Horizonte: Fino Traço, p. 62.

Em 1906, certo correligionário do paraibano Epitácio Pessoa lhe indaga qual deveria ser a postura do partido em relação ao governador Álvaro Lopes Machado. A resposta dada ilumina os contornos do sistema eleitoral e institucional vigente durante a Primeira República:

> No miserando regime político em que vivemos estão abolidos de fato os meios normais de revezarem-se os partidos no poder. Sabemos como se fazem e operam as eleições nos Estados; pode o partido da oposição dispor da grande maioria do eleitorado, mas o Governo impedirá a sua livre manifestação, e se por qualquer circunstância o não fizer, terá à mão, em todo caso uma assembléia unânime, fabricada a jeito para depurar os adversários que lograrem ser eleitos... Nestas condições tender a oposição alcançar o poder pelo processo ordinário e legal das urnas, é pretender uma utopia.[136]

A sincera manifestação do líder político reflete o grau de dificuldade vivida pelas oposições estaduais. A alternância de poder, dentro do cardápio legalista, parecia verdadeira ilusão. Extrai-se ainda da passagem, especialmente do tópico "e se por circunstância o não fizer, terá a mão, em todo caso uma assembléia unânime", que a disputa pelo poder dividia-se em duas fases: a eleitoral e a de verificação de poderes.

A interpretação de Maria do Carmo Campello de Souza confirma essa dualidade: "a chapa civilista foi derrotada por Hermes da Fonseca e Wenceslau Brás nas duas fases da disputa: a eleitoral e a de reconhecimento de poderes."[137]

No âmbito eleitoral, os antigovernistas enfrentavam inúmeros percalços, assim exemplificados: "é a casa do chefe da oposição que é cercada por jagunços e soldados; é o coronel que impede a entrada de oposicionista no recinto eleitoral; (…) ou são as seções eleitorais que começam a funcionar antes da hora legal, impedindo o voto dos oposicionistas."[138] Em resumo, atuar na oposição é sinônimo de sacrifício, bem define Lena Castello Branco.[139]

O veto à minoria, no entanto, culminava exatamente no momento da homologação do resultado eleitoral pelo parlamento. Baseado no princípio da independência do Legislativo, ou seja, na doutrina da separação dos poderes, preconizava-se que caberia privativamente a cada uma das respectivas Casas de Leis "verificar e reconhecer os poderes de seus membros".[140]

No exercício da função de reconhecimento competiria ao parlamento, seja ele

---

[136] Epitácio Pessoa, Primeiros Tempos, carta de 29 de fevereiro de 1904, p. 262 *Apud* CARONE, Edgard. *República Velha (Instituições e classes sociais)*. 3ª ed. São Paulo: Difel, 1975, p. 300-301.

[137] SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político-partidário na Primeira República. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 1976, p. 201.

[138] CARONE, Edgard. *Op. Cit.*, 1975, p. 301.

[139] FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. *Op. Cit.*, 2009, v. I, p. 219.

[140] Redação do parágrafo único do art. 18 da Constituição Federal de 1891: "Paragrapho único. A cada uma das camaras [Câmara dos Deputados e Senado Federal] compete: Verificar e reconhecer os poderes de seus membros; Eleger a sua Mesa; (...)". In: MAXIMILIANO, Carlos. *Op. Cit.*, p. 279.

municipal, estadual ou federal, em decisão inapelável e definitiva, atestar a regularidade do pleito e a elegibilidade do candidato, inclusive dos pretendentes ao poder Executivo.[141] A propósito, vale salientar a interessante síntese vocalizada pelo governador pernambucano José Bezerra, que reforça a dualidade de etapas: "ser eleito é uma coisa, ser reconhecido é outra."[142]

De acordo com a historiografia, a gênese do modelo adotado consolida-se em 1900. Na ocasião, ante a férrea disputa entre dois blocos políticos no Congresso Nacional, o presidente da República, Campos Sales, com a anuência dos governadores, modifica a verificação de poderes da Câmara dos Deputados.

Até então proclamava-se presidente interino, no início da legislatura, o mais velho dos diplomados, "o qual, por sua vez, escolhia a comissão (quatro deputados) que iria verificar e organizar a lista dos diplomados."[143] O destaque da aludida comissão é atestado por Faoro: "A instância última da apuração, realizada pelas mesas eleitorais locais, cabia à comissão de verificação de poderes, composta dos prováveis eleitos, na Câmara dos Deputados."[144]

Com efeito, o critério etário levava grande incerteza aos donos do poder. Logo a regra regimental é alterada, passando a comandar temporariamente a corporação o deputado presidente da última sessão legislativa, se diplomado para a nova legislatura.

Em virtude do esquema montado, as eleições de 1900 confirmaram a vitória esmagadora das situações estaduais. Desse modo, "Rosa e Silva controla Pernambuco; o PRP, São Paulo; Bias Fortes e Francisco Sales, Minas; Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, o Rio Grande do Sul; Nery, o Amazonas; […] Augusto (sic) de Bulhões tem o controle de Goiás."[145]

Anos mais tarde, ao se defender das acusações, Campos Sales explicou que em 1900 o país vivia grande agitação em razão da ameaça de "dualidade de câmaras", bem como do debate sobre intervenção federal, havendo inclusive interesse de alguns em regulamentar o art. 6º da Carta Magna. Por isso, ele declarara-se "intransigente e irreconciliável adversário da política

[141] De acordo com o art. 47, § 1º, da Constituição Federal de 1891: "Art. 47. O Presidente e Vice-Presidente da República serão eleitos por suffragio directo da Nação e maioria absoluta de votos. § 1º. A eleição terá lugar no dia primeiro de Março do ultimo anno do periodo presidencial, procedendo-se na Capital Federal e nas capitaes dos Estados à apuração dos votos recebidos nas respectivas circumscripções. O Congresso fará a apuração na sua primeira sessão do mesmo anno, com qualquer numero de membros presentes." O dispositivo constitucional foi regulamentado pela Lei Federal nº 3.208, de 27 de dezembro de 1916. Por oportuno, vale registrar o comentário do jurista Carlos Maximiliano a respeito do preceito extratado: "Seria perigoso confiar ao Poder Judiciario o julgamento das eleições. Insensivelmente elle se apaixonaria e desviaria da linha serena que deve manter. As questões politicas incluem-se razoavelmente na competencia dos poderes politicos." In: MAXIMILIANO, Carlos. *Op. Cit.*, p. 486.

[142] PINTO, Adélia. Um livro sem título (memórias de uma provinciana) *Apud* PANG, Eul-Soo. *Op. Cit.*, p. 175.

[143] CARONE, Edgard, *Op. Cit.*, 1975, p. 308.

[144] FAORO, Raymundo. *Os donos do poder:* formação do patronato político brasileiro. 3ª ed. São Paulo: Globo, 2001, p. 641.

[145] CARONE, Edgard. *Op. Cit.*, 1977, 193.

intervencionista", vez que o governo central devia respeitar a autonomia dos estados.

Por derradeiro, salientou: "Fiz um apelo ao patriotismo dos chefes de alguns estados que eram mais fortemente representados no seio do Congresso, concitando-os a concorrer com seus conselhos e bons esforços, para fosse realizada uma verificação de poderes rigorosamente justa, legítima e honesta."[146]

Cumpre assinalar que a mentalidade anti-intervencionista, usualmente negligenciada pelos estudiosos, esclarece parcialmente o insucesso de alguns pedidos de intervenção federal em Goiás, mesmo calcados em sólidos argumentos e farta documentação comprobatória.

O cronista José de Araújo Vieira relata a grande expectativa que assolava a Câmara dos Deputados no instante da escolha dos integrantes da comissão de verificação de poderes:

> A entrega dos diplomas fatigou os candidatos e, mais ainda, os secretários; mas, como viria depois a nomeação dos cinco, que devia ser feita pelo presidente, a Assembléia inteira impôs-se um pouco de energia e fitou-o calada. Carlos Peixoto escolhera decerto anteriormente os cinco deputados que viriam receber e verificar a legalidade dos diplomas. Dramatizou, porém, a escolha; pousou os grandes olhos nos colegas, passeou-os pelas bancadas, demorada, reflexivamente. Afinal, firmou-se na curul e nomeou: "Galeão Cavalhal, de São Paulo; […]" Os cinco escolhidos passaram a possuir, para alguns candidatos, qualidades sobre-humanas. Embora a saída se fizesse apressadamente, aqueles que os encontravam lhes davam parabéns, com apertos de mão e abraços apertadíssimos.[147]

Ao tratar do assunto, ensina Raymundo Faoro: "sobre esta pedra" – a verificação de poderes – "a partir de 1900, erguer-se-á a ordem republicana, para um império de trinta anos."[148] Já Victor Nunes Leal assegura que "construiu-se desse modo uma engenhosa máquina de *depuração* ou *degola* dos candidatos oposicionistas."[149]

O mecanismo da verificação de poderes vincula-se intimamente à denominada "política dos governadores",[150] institucionalizada por Campos Sales com o objetivo principal de dotar o governo federal de um mínimo de governabilidade e estabilidade,[151] superando a década do caos (1889-1898). A "política dos governadores", por seu turno, representa a interface da mesma estrutura cujo elo primário é a "política dos coronéis."[152] Segue explicação acerca dos efeitos

---

[146] Artigo publicado no *Jornal do Comércio* de 20 de novembro de 1911, cit. por Morais Andrade na Constituinte de 1933-1934, Anais, II, p. 150-151 *Apud* LEAL, Victor Nunes. *Op. Cit.*, nota de rodape nº 83, p. 415.

[147] VIEIRA, José de Araújo. *A Cadeia Velha:* memória da Câmara dos Deputados. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa/MEC, 1980, p. 57.

[148] FAORO, Raymundo. *Op. Cit.*, 2001, p. 641.

[149] LEAL, Victor Nunes. *Op. Cit.*, p. 271.

[150] Para mais informações sobre a "política dos governadores", ver CARONE, Edgard. *Op. Cit.*, 1975, p. 305 e seguintes.

[151] LESSA, Renato. *A invenção republicana:* Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira. 2ª ed. Rio de Janeiro, Topbooks, 1999, p. 189.

[152] LEAL, Victor Nunes. *Op. Cit.*, p. 270.

imediatos da fórmula pragmática-jurídica edificada:

> Este sistema de apoio às oligarquias vai significar, entretanto, a permanência daquelas que estão no poder. Não foi Campos Sales quem as criou; elas existiram na Colônia e no Império; na república reforçam-se porque obtêm o comando político municipal e estadual. Porém, é a *política dos governadores* que solidificaria e estimularia os grupos oligárquicos, seguros do domínio permanente, onde a legalidade camufla a violência. As oposições oligárquicas – algumas das quais em certos momentos haviam ocupado o situacionismo – agora não podem mais ter esperança de uma vitória legal, e às vezes, nem mesmo de um bom êxito revolucionário. A *política dos governadores* restringe todas as possibilidades do jogo eleitoral e dos métodos de luta pelo poder."[153]

Segundo Renato Lessa, a vitalidade do arranjo pode ser mensurada pela tranquilidade das sucessões presidenciais: "a maximização dos custos da oposição fez com que durante a República Velha pós-Campos Sales só tenham ocorrido três eleições presidenciais competitivas, em um total de oito."[154] Além disso, nenhum dos mandatos presidenciais definidos pelo modelo oligárquico foi interrompido de forma extraordinária.[155]

Destarte, em síntese, salvo o penoso caminho das urnas, o certo é que restava às oposições seguir outros cinco diferentes percursos: a) aderir ao governo; b) solicitar intervenção federal; c) promover revolução; d) aguardar eventual cisão no partido dominante; e) esperar mudança de orientação na política federal.

A história de Goiás registra uma exceção de sucesso eleitoral da oposição para o governo estadual, que muito provavelmente inspirou os antigovernistas em pleitos ulteriores. Em 1895, o governador José Ignácio Xavier de Brito[156] apoiou a candidatura do desembargador Luiz Gonzaga Jaime[157], que, apesar de secundada pelo situacionismo, sucumbiu:[158] "A vitória do pleito de maio [1895] foi uma das páginas significativas para a grei bulhônica. (…) Derrotou a Liga [Católica] que não só congregou elementos de prestígio, como também era protegida pelo oficialismo presidencial."[159]

---

153 CARONE, Edgard. *Op. Cit.*, 1977, p. 194.

154 LESSA, Renato. *Op. Cit.*, 1999, p. 189.

155 Renato Lessa explicita a nota dissonante: "A exceção ficou por conta do governo de Washington Luís, derrubado por um golpe a um mês de seu término legal, além dos casos de Afonso Pena (1909) e Rodrigues Alves (1918), atingidos por um fator exógeno ao modelo Campos Sales: a morte." In: LESSA, Renato. *Op. Cit.*, 1999, p. 189.

156 José Ignácio Xavier de Brito nasceu na Cidade de Goiás em 1845. Militar do Exército, participou ativamente da Guerra do Paraguai. Regressando a Goiás, assumiu o comando da unidade militar estacionada na capital. Foi governador entre 1893 e 1895. Faleceu em 1910 no Rio de Janeiro. In: LÔBO, José. *Op. Cit.*, p. 79-82.

157 Luiz Gonzaga Jaime nasceu na cidade de Pirenópolis (GO) em 1855. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo. Foi promotor público, juiz de Direito e desembargador (1893-1909). Em 1909, elegeu-se senador da República, sendo reeleito em 1912. Exerceu grande liderança política em Goiás. Foi assassinado no Rio de Janeiro em 1921. In: LÔBO, José. *Op. Cit.*, p. 87-89.

158 Consta que Francisco Leopoldo de Rodrigues Jardim obteve 6.146 votos, enquanto Luiz Gonzaga Jaime 4.287 votos. In: MORAES, Maria Augusta Sant'anna. *Op. Cit.*, p. 245, nota de rodapé nº 67.

159 MORAES, Maria Augusta Sant'anna. *Op. Cit.*, p. 162.

Anos após o episódio, Leopoldo de Bulhões rememorou o sucesso da oposição: "Entra depois o orador em considerações, mostrando que em 1894 o presidente Brito esposou uma candidatura, mas não interveio no pleito, reconhecendo e empossando o eleito pela opposição."[160] Mais tarde ainda, recordou novamente o evento: "Em 1895 quando foi necessario eleger um substituto para o sr. Xavier de Brito, o partido estava cindido, tendo ficado o governo com a dissidencia. Então o coronel Leopoldo Jardim foi apresentado candidato pela opposição e foi eleito."[161]

Consta que Xavier de Brito, primo de Leopoldo de Bulhões,[162] atuou no prélio com incomum imparcialidade, segundo suas próprias palavras, consignadas na última mensagem endereçada ao Legislativo. Na oportunidade, o governador assinalou que procurara fazer política conciliadora, aproveitando os elementos de todos os partidos, objetivando assim a paz e os interesses da "Pátria Goyana", emendando na sequência:

> Em Goyaz, a divisão dos partidos não tem razão de ser no terreno dos principios, pois, todos elles se dizem republicanos federaes e querem a autonomia e o bem do Estado, acceitando, em geral, os principios liberaes consignados na Constituição Federal. É, pois, meramente pessoal a causa das divergencias entre elles.[163]

De acordo com Edgard Carone, nas raras ocasiões em que a oposição alçava o controle estadual, nada ou quase nada se altera no cenário político, econômico e social, porquanto a disputa pelo poder é eminentemente pragmática, não envolvendo geralmente motivações ideológicas ou programáticas:[164]

> As oposições, todavia, reclamam constantemente apenas contra este predomínio oligárquico, e nunca contra as formas jurídicas, pois também quando elas ocupam o poder, violências e fraudes se repetem, baseando-se nos mesmos direitos da lei. Se a isto acrescentarmos todas as formas e fórmulas de abusos pessoais e partidários – empreguismo, coerções políticas, jurídicas e policiais –, teremos um quadro dos meios legais e extralegais predominantes no sistema político.[165]

Os vários documentos (atas, manifestos, protestos, etc.) transcritos na parte dos

---

160 Cf. *Goyaz*, Goyaz, 23 de janeiro de 1909.

161 Entrevista de Leopoldo de Bulhões ao jornal carioca *O Imparcial*. Cf. *Goyaz*, Goyaz, 02 de setembro de 1916.

162 CAMPOS, Francisco Itami. *Op. Cit.*, 2003, p. 83.

163 GOIÁS. *Mensagem dirigida à Camara dos Deputados de Goyaz pelo Exmo. Sr. Tenente Coronel do Exército José Ignacio Xavier de Brito, presidente do Estado, por occasião de ser installada a 1ª sessão ordinaria da 2ª legislatura em 16 de maio de 1895*. Goyaz: Typographia Perseverança, 1895, p. 21.

164 Edgard Carone sustenta a ausência de propostas ideológicas ao asseverar: "Os candidatos ou partidos apresentam-se às eleições com manifestos que contêm questões pessoais, ataques aos elementos contrários, mas quase nunca posições ideológicas e programáticas." In: CARONE, Edgard. *Op. Cit.*, 1975 a, p. 302.

165 CARONE, Edgard. *Op. Cit.*, 1975 a, p. 299.

anexos do livro sobre os Bulhões de Maria Augusta Sant'anna Moraes comprovam à saciedade a constatação detectada por Carone, ou seja, a luta política objetivava essencialmente a conquista do poder, praticamente inexistindo diferenças de cunho ideológico entre os concorrentes.

Por oportuno, em 1900, no estado de Goiás, o oposicionista Ovídio Abrantes, ex-aliado de Leopoldo de Bulhões, acusado pelo grupo bulhonista de fraudar as eleições para obter o seu reconhecimento como deputado federal,[166] não se fez de rogado ao pronunciar: "Todas as atas são escritas na secretaria do governo, desde tempos immemoriais e assim é que eu fui eleito quando era correligionário do Dr. Bulhões, tendo feito muitas atas por mandado dele."[167]

Esta visível semelhança ideológica e programática entre os partidos dominantes e minoritários, vez ou outra, arrastou as oposições a proclamarem vitória na apuração eleitoral, a exemplo do ocorrido em Goiás nos anos de 1904/1905 e 1908/1909.

Por seu turno, a solução para esse impasse caberia ao poder Legislativo, ao decidir, inapelavelmente, sob os ditames do instituto da verificação de poderes, quais seriam os candidatos reconhecidos ou depurados, incluindo-se nesse veredicto o nome do futuro governador.

I.3. Partido Democrata: a inusitada união de Bulhões, Caiado e Ludovico e a Revolução de 1909

Em regra, as lembranças dos vencedores costumam prevalecer sobre as dos vencidos. Sem embargo, as experiências vividas pelos derrotados são geralmente fontes inexploradas mas que retratam um passado de possibilidades não efetivadas.

Assim pensando, quatro partidos políticos instituídos em Goiás entre 1909 e 1930, todos inicialmente de oposição ao governo estadual, serão examinados.[168] Segundo Levine, os partidos políticos compunham, ao lado do sistema eleitoral e do coronelismo, as grandes estruturas políticas da República. Os três elementos "eram os veículos através dos quais esse poder se sustentava."[169]

A periodização inicial proposta – 1909 – justifica-se pelo enfoque dado pelos estudiosos à denominada Revolução de 1909, guindando, destarte, o movimento ao justo pedestal

---

[166] Para Assis Cintra, o reconhecimento de Ovídio Abrantes, em detrimento de Abílio Wolney, representou um dos "maiores atentados" cometido em 1900 pela Câmara dos Deputados. In: CINTRA, Assis. *Os escândalos da 1ª República*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1936, p. 150.

[167] MORAES, Maria Augusta Sant'anna. *Op. Cit.*, p. 173.

[168] Apesar de a análise focalizar a oposição, a sombra do situacionismo naturalmente emergirá. A legenda que dominará a cena política estadual de 1909 a 1930 é o Partido Democrata. No entanto, o partido nasceu antigovernista.

[169] LEVINE, Robert. *Op. Cit.*, 1980 a, p. 140.

de "marco divisor."[170]

Antes, porém, de abordar a Revolução de 1909, convém tracejar rápida retrospectiva sobre a conjuntura política goiana a partir do quatriênio do governador José Xavier de Almeida.

Em 1901, Xavier de Almeida, como era mais conhecido, assume o cargo, eleito pelo Partido Republicano de Goiás – ou Centro Republicano –, legenda fundada em 1890 e liderada por Leopoldo de Bulhões.[171]

A oposição, simpática ao nome apresentado, absteve-se de disputar o pleito. É digno de nota esclarecer que a minoria apresentou candidato a governador tanto nas duas eleições anteriores (1895 e 1898)[172] quanto nas duas posteriores (1905 e 1909),[173] a que sufragou Xavier de Almeida, o que comprova não apenas o valor da vitória obtida pelo situacionismo em 1901 e naturalmente a expressão do pretendente como também a ebulição política vivida no interregno que medeia os anos 1895 a 1909.[174]

Congregando desse modo a boa vontade das duas tendências políticas anhanguerinas, Xavier de Almeida implantou uma política de conciliação, nos moldes concebidos na esfera federal pelos presidentes Campos Sales (1898-1902) e Rodrigues Alves (1902-1906), bem como idealizada pelo governador Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim[175] (1895-1898). Este, em manifesto divulgado, anunciou sua intenção de inaugurar "uma política moderada e conciliadora, capaz de pôr termo às lutas que infelizmente separam a família goiana".[176]

Até meados da gestão xavierista, a administração parecia agradar. De acordo com Hermenegildo Lopes de Moraes, em 16 de novembro de 1903, Leopoldo Bulhões telegrafou ao governador informando que "ele [Xavier de Almeida] estava correspondendo à expectativa dos conterrâneos".[177]

No ano seguinte, entretanto, os bulhonistas resolvem romper com o chefe do

[170] CAMPOS, Francisco Itami. *Op. Cit.*, 2003, p. 110.

[171] Segundo expressão usada pelo senador Urbano de Gouvêa, José Xavier de Almeida seria "criatura" de Leopoldo de Bulhões. In: Discurso proferido pelo senador Urbano de Gouvêa. Sessão de 13 de julho de 1905. *Diario do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 14 de julho de 1905, p. 337.

[172] Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim (1895) e Ovídio Abrantes (1898).

[173] José Joaquim de Souza (1905) e Urbano Coelho de Gouvêa (1909).

[174] Conforme veremos, após a eleição de 1909, a oposição só voltaria a lançar candidato a governador em Goiás em 1935, quando apresentou o nome do desembargador Emílio Francisco Póvoa durante a Assembleia Constituinte Estadual.

[175] Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim nasceu na capital de São Paulo em 1847. Com dez anos mudou-se para Goiás. Foi deputado estadual, governador do estado (1895-1898), deputado federal e senador da República. Era irmão de Eugênio Rodrigues Jardim e primo de José Leopoldo de Bulhões Jardim. Faleceu em 1920. In: LÔBO, José. *Op. Cit.*, p. 49-52.

[176] Discurso proferido pelo deputado Hermenegildo Lopes de Moraes. Sessão de 06 de setembro de 1904. *Diario do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 07 de setembro de 1904, p. 1972.

[177] Discurso proferido pelo deputado Hermenegildo Lopes de Moraes. Sessão de 06 de setembro de 1904. *Diario do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 07 de setembro de 1904, p. 1972.

Executivo de Goiás, alegando um rosário de contrariedades. Perquirindo-as, denota-se que a aparente harmonia entre os republicanos na realidade inexistia há muito tempo.

Na análise do tema na tribuna do Senado Federal,[178] Urbano Coelho de Gouvêa,[179] cunhado de Leopoldo de Bulhões, elencou as causas da defecção, que podem ser assim condensadas: a) hostilidade governamental aos chefes políticos do Centro Republicano de Pirenópolis e Rio Verde; b) criação de um jornal xavierista crítico a Bulhões; c) ausência de publicação do relatório do ministro da Fazenda no *Goyaz*, periódico controlado na ocasião pelo oficialismo; d) nomeação de Vicente Miguel da Silva Abreu[180] para a chefia de polícia,[181] qualificado como "inimigo político e um dos homens que mais haviam detratado o situacionismo, inclusive o próprio Xavier de Almeida"; e) nomeação de Antônio Ramos Caiado[182] para a Secretaria de Justiça e João Alves de Castro[183] para a Secretaria de Instrução, "antigos dissidentes do partido".

Na sequência, o senador aduziu que José Xavier de Almeida, após a cisão, tentou controlar o Centro Republicano, mas os membros do diretório "voltaram-lhe as costas, excepto um". Segundo Urbano de Gouvêa, dos sete representantes federais no Congresso Nacional[184] apenas o deputado Hermenegildo de Moraes permaneceu ao lado do príncipe.

Em 1909, o deputado Marcello Silva agregou mais informações ao relato senatorial:

> Poucos dias depois de empossado, o sr. Xavier de Almeida recebeu a visita do chefe da opposição, o sr. desembargador Gonzaga Jayme, que, com surpresa, ao deixar o palácio, commentava a phrase que ouvira do sr. Xavier de Almeida – *vocês se approximem*. [destaque do texto original] Estava dado o primeiro passo para a traição que tornou tão

---

178 Discurso proferido pelo senador Urbano de Gouvêa. Sessão de 1º de setembro de 1904. *Diario do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 07 de setembro de 1904, p. 1934.

179 Urbano Coelho de Gouvêa nasceu no Rio de Janeiro. Casou-se com Leonor Bulhões, irmã de Leopoldo de Bulhões. Elegeu-se governador de Goiás por duas vezes (1898-1901 e 1909-1912), além de senador da República. Sempre foi considerado "estrangeiro" por não ter nascido em Goiás. In: FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. *Op. Cit.*, 2009, v. I, p. 209.

180 Vicente Miguel da Silva Abreu nasceu em Bonfim (hoje Silvânia) em 1867. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo. Foi nomeado desembargador em 1918 pelo governador João Alves de Castro. Aposentando-se em 1934, tornou-se deputado federal de 1935 a 1937. Era pai de José Honorato da Silva e Sousa, deputado à Assembleia Nacional Constituinte de 1934. Faleceu em 1939. In: LÔBO, José. *Op. Cit.*, p. 73-75.

181 GOIÁS. *Mensagem enviada ao Congresso na abertura da primeira sessão da quinta legislatura pelo Presidente do Estado Dr. José Xavier de Almeida.* Goyaz: Typ. "Perseverança", 1905, p. 07.

182 Antônio Ramos Caiado nasceu na Cidade de Goiás em 1874. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo. Era filho de Torquato Caiado e Claudina Fagundes Caiado. Participou ativamente da Revolução de 1909. Foi deputado federal (1909-1921) e senador da República (1921-1930). Exerceu grande liderança na política goiana durante a segunda metade da Primeira República. Faleceu em 1967 em Goiânia. In: FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. *Op. Cit.*, 2009, v. I, p. 151 e seguintes.

183 João Alves de Castro nasceu na Cidade de Goiás em 1868. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo. Foi deputado federal por três vezes. Com o triunfo da Revolução de 1909, mudou-se de Goiás, tornando-se magistrado federal no Acre. Após o acordo de 1917, celebrado entre os dois partidos políticos estaduais, elegeu-se governador de Goiás, cumprindo integralmente os quatro anos de seu mandato. Faleceu em 1921 no Rio de Janeiro. In: LÔBO, José. *Op. Cit.*, p. 125-129.

184 Quatro deputados federais e três senadores da República.

> tristemente celebre o heroe da negra façanha.[185]

A pecha de traidor usada pelos bulhonistas contra Xavier de Almeida era um expediente estigmatizador largamente utilizado pelas agremiações oligárquicas contra seus dissidentes. Ao ser engolfado numa polêmica parecida, Sebastião Fleury Curado arrostou a tática empregada: "hoje, (…) todo aquelle que sair fóra do compasso traçado pela batuta do governador ou do commandante em chefe do Estado, é considerado um indisciplinado, um reprobo, um criminoso da *lesa-fraternidade* que só existe nos *salamaleques* burocratas dos officios."[186]

Na realidade a organização partidária representava um "órgão regulador de atitudes, premiando e pondo no ostracismo os seus elementos. (…) qualquer divergência surge como um ato aparente contra a coletividade e não como choques individuais."[187]

Tratando da divergência aberta no âmago do Centro Republicano, Hermenegildo de Moraes apontou origens diversas, assim resumidas: a) demissão pelo governador de parentes de Leopoldo de Bulhões por dilapidação do patrimônio público; b) escolha Miguel da Rocha Lima[188] para suceder Xavier de Almeida no governo estadual, contrariando pretensões bulhonistas que desejavam outro candidato; c) mudança de opinião de Bulhões e seus amigos acerca das vantagens da política conciliadora implantada no estado.[189]

Cada um dos vários motivos alinhavados tanto por Urbano de Gouvêa quanto por Hermenegildo de Moraes decerto exerceu determinado peso na desinteligência verificada. Todavia, tudo leva a crer que a escolha de Miguel da Rocha Lima desempenhou papel exponencial:[190]

> Ante a sympatia desta candidatura no Estado [Miguel da Rocha Lima], o Sr. Bulhões e os seus amigos, nada tendo a allegar contra ella, por se tratar de um distincto e leal correligionario, mudaram de opinião sobre as vantagens da política conciliadora, iniciada pelo Dr. Xavier de Almeida no começo de sua administração, e, pelo seu jornal, o Goyaz, abriram campanha contra essa acção política. Para o Sr. Bulhões "política conciliadora" significa predominio da sua familia, porquanto a sua opposição à candidatura do Sr. Rocha

---

185 Discurso pronunciado pelo deputado Marcello Silva na sessão de 03 de junho de 1909. *Goyaz*, Goyaz, 17 de julho de 1909.

186 CURADO, Sebastião Fleury. Réplica indispensável. *Goyaz*, Goyaz, 13 de fevereiro de 1909.

187 CARONE, Edgard. *Op. Cit.*, 1975 a, p. 266.

188 Miguel da Rocha Lima nasceu na Cidade de Goiás em 1870. Foi deputado estadual, senador estadual, senador da República (1925-1930) e governador de Goiás de 1905 a 1909. Com a renúncia de Eugênio Jardim, assumiu novamente a governadoria em 1922, completando o mandato. Foi ainda membro da comissão executiva do Partido Democrata de 1917 a 1930. Faleceu em 1935. In: CAMPOS, Francisco Itami; DUARTE, Arédio Teixeira. *Op. Cit.*, p. 217.

189 Discurso proferido pelo deputado Hermenegildo Lopes de Moraes. Sessão de 06 de setembro de 1904. *Diario do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 07 de setembro de 1904, p. 1972.

190 Maria Augusta Sant'anna Moraes, em sua obra, entende que as exonerações de parentes de Leopoldo de Bulhões determinadas pelo governador Xavier de Almeida "foram os móveis que mais contribuíram" para a cisão. Registre-se, entretanto, que o ângulo sucessório não foi abordado pela mencionada historiadora. In: MORAES, Maria Augusta Sant'anna. *Op. Cit.*, p. 179.

Lima tinha por único movel a exclusão de um seu parente...[191]

A opção eleitoral de Xavier de Almeida por Rocha Lima, malgrado não ter sido arrolada na explicação de Urbano de Gouvêa, foi aventada, de passagem, por ele: "Appellou [Xavier de Almeida] para os membros do directorio central [do Centro Republicano], e estes voltaram-lhe as costas, excepto um, a quem se havia acenado com a sucessão."

A notória relevância da chefia do Executivo para a conservação do domínio político estadual e o já citado telegrama de Bulhões a Xavier de Almeida, datado de novembro de 1903, corroboram a plausibilidade da hipótese de que a preferência xavierista tenha selado o rompimento.

É razoável supor que Leopoldo de Bulhões tolerara a política independente de Xavier de Almeida até a divulgação do nome do candidato oficial a governador. Conhecida a deliberação, e sendo ela contrária aos interesses do ministro da Fazenda, emergiu irreversivelmente a cisão.

Nesse instante político decisivo, a gestão xavierista entrava em seu terceiro ano, momento propício e habitual para definições: "Quatro anos é um período curto para firmar o predomínio inconteste do presidente da República no quadro político. Quatro anos, na verdade reduzidos a dois – no início do terceiro ano de governo desponta o sucessor, impaciente de romper a casca que o sufoca."[192]

A partir do dissídio, Xavier de Almeida passou a administrar ancorado no apoio da antiga oposição. Reordenando sua ação política, o governador funda o jornal *A Imprensa*, bem como refunda[193] o Partido Republicano Federal,[194] legenda homônima à agremiação nacional organizada em 1893 por Francisco Glicério.[195]

Portanto, a dissensão no partido dominante enseja a ascensão da minoria ao Palácio Conde dos Arcos, sede do governo estadual. Não obstante, é curioso observar que quem se torna antigovernista sabe perfeitamente as dificuldades que enfrentará.

Sem perda de tempo, Urbano Coelho de Gouvêa já reivindica revisão no ordenamento jurídico e insinua a utilização de mecanismos extralegais, previsão que se concretizaria um lustro depois:

---

[191] Discurso proferido pelo deputado Hermenegildo Lopes de Moraes. Sessão de 06 de setembro de 1904. *Diario do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 07 de setembro de 1904, p. 1972.

[192] FAORO, Raymundo. *Op. Cit.*, 2001, p. 651.

[193] Em 1891, fundou-se em Goiás uma legenda com esta mesma designação (Partido Republicano Federal), que congregava os dissidentes do Centro Republicano. In: MORAES, Maria Augusta de Sant'anna. *Op. Cit.*, p. 154.

[194] ROSA, Maria Luíza Araújo. *Dos Bulhões aos Caiado:* um estudo da História Política de Goiás (1899-1909). Goiânia: UCG, 1984, p. 76.

[195] Para mais detalhes sobre o Partido Republicano Federal, ver CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros:* discurso e práxis dos seus programas. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

> O Sr. Urbano de Gouvêa: (...) com pezar digo – si a nossa Constituição de 24 de fevereiro funccciona de modo que não há nella recurso que ponha cobro a esses desmandos, si não há quem possa ir às mãos dos presidentes e governadores desabusados, que se impõem às opposições pela força e pela fraude; si este regimen, para bem funccionar, precisa de partidos organizados, e quando nos levantamos compactos, fortes, opposicionistas decididos a lutar dentro da lei, não encontramos, nessa lei das leis, uma mola que funccione de modo a ser garantida a nossa liberdade, o direito de manifestação dos nossos votos, então...então tudo isto está errado...
> O Sr. Azeredo – Pensei que V. Ex. chegasse a outra conclusão.
> O Sr. Urbano de Gouvêa – …sim, está errado, e é necessario que se concerte essa engrenagem ou que se lhe addicione alguma coisa, alguma alavanca que lhe falta.[196]

Em 1905, Urbano volta ao púlpito para discutir a política de Goiás. Brada que em "Goyaz não há garantias para a opposição" e que o governo "tem lançado mão de todos os meios ao seu alcance, burlando a lei, atacando a liberdade individual, e, até, fraudando as eleições, afim de ver se pode conseguir eleger o seu sucessor."[197]

Como se depreende da oração, rivalizar com o oficialismo não era tarefa das mais aprazíveis, mormente nas temporadas eleitorais: "Nos períodos que precedem às eleições é que o ambiente de opressão atinge o ponto agudo."[198]

Nos prélios para o Congresso Legislativo Estadual e para o governo de Goiás, realizados, respectivamente, em setembro de 1904 e março de 1905, o resultado, previsivelmente, beneficiou o situacionismo. Majoritariamente, sagram-se vitoriosos os integrantes do Partido Republicano Federal, inclusive Miguel da Rocha Lima, que derrota o senador da República José Joaquim de Souza.[199]

De acordo com Hermenegildo de Moraes, a oposição alcançou em 1904 cerca de 20.000 votos, ao passo que em 1905 reduziu sua votação para 8.000. O decréscimo estimulou o deputado a gracejar: "a continuar esta deserção vertiginosa, dentro em breve a apregoada influencia de S. Exa. [Leopoldo de Bulhões] em Goyaz passará ao domínio da lenda."[200]

Em contrapartida, Marcelo Silva advogou o êxito eleitoral da oposição, o que desencadeou a duplicação do Legislativo Estadual e, por corolário, a tentativa de intervenção federal em Goiás:

---

[196] Discurso proferido pelo senador Urbano de Gouvêa. Sessão de 1º de setembro de 1904. *Diario do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 07 de setembro de 1904, p. 1936.
[197] Discurso proferido pelo senador Urbano de Gouvêa. Sessão de 03 de junho de 1905. *Diario do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 04 de junho de 1905, p. 145.
[198] LEAL, Victor Nunes. *Op. Cit.*, p. 61.
[199] Discurso proferido pelo deputado Hermenegildo de Moraes. Sessão de 15 de maio de 1905. *Diario do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 16 de maio de 1905, p. 39.
[200] Discurso proferido pelo deputado Hermenegildo de Moraes. Sessão de 26 de maio de 1905. *Diario do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 02 de junho de 1905, p. 131.

> Dada a luta, a opposição conseguiu vencer o governo nas urnas, mas não modificou essa victoria a face das cousas politicas, porque o governo estadual, empregando a força, burlou todos os meios legaes e o pronunciamento das urnas. Fizemos duplicatas. O reconhecimento dos poderes pela assembléa governista veiu provar o modo desbragado pelo qual os meus adversarios se mantiveram no governo. Compõe-se de 24 deputados a camara estadual. A opposição pleiteou a eleição em todos os circulos eleitoraes e a assembléa governista só lhe reconhece dous deputados.[201]

Vê-se cristalinamente a significação do instituto da verificação de poderes, filtro implacável do acesso oposicionista às estruturas de poder. Ressai ainda que era corriqueiro na Primeira República a guerra de versões em relação ao resultado eleitoral, até porque o método e a ideologia entre as oligarquias eram praticamente iguais.

Embora a tentativa de intervenção federal não tenha prosperado, a possibilidade da eclosão de uma revolução esteve em cartaz em 1905, consoante evidencia-se pela formação do batalhão patriótico Xavier de Almeida, milícia submetida à "rígida disciplina militar" e "com o intuito de amparar pelas armas, si necessario fosse, a vontade do eleitorado goyano".[202]

A frase enunciada por Miguel da Rocha Lima reforça sobejamente a cogitação: "Foi a primeira vez que vi o povo goyano directamente se interessar pelos negocios publicos, dispondo-se a fazer effectiva a sua vontade, ainda mesmo expondo-se às eventualidades de uma lucta armada que os boatos alarmantes de então tornaram possível e mesmo provavel."[203]

Com efeito, após o arquivamento da exaltação de 1905, o cenário desanuviou-se, a ponto de o desembargador Gonzaga Jaime, vice-presidente do Partido Republicano Federal de Goiás, exprimir que a organização tornara-se "quase unânime".[204] Secundando-o, Antônio Ramos Caiado afirmou que quando exerceu a pasta de secretário no governo Rocha Lima "não havia oposição".[205]

Na eleição federal de 1906, os situacionistas obtiveram o reconhecimento de três deputados – Xavier de Almeida, Hermenegildo de Moraes e Eduardo Artur Sócrates[206] –, além da

---

[201] Discurso pronunciado pelo deputado Marcello Silva na sessão de 03 de junho de 1909. *Goyaz*, Goyaz, 17 de julho de 1909.

[202] GOIÁS. *Mensagem enviada ao Congresso na abertura da segunda sessão da quinta legislatura pelo Presidente do Estado Miguel da Rocha Lima*. Goyaz: Typ. Perseverança, 1906, p. 04.

[203] GOIÁS. *Mensagem enviada ao Congresso na abertura da segunda sessão da quinta legislatura pelo Presidente do Estado Miguel da Rocha Lima*. Goyaz: Typ. Perseverança, 1906, p. 04.

[204] Manifesto assinado por Luiz Gonzaga Jaime em 11 de junho de 1908 e publicado no *Goyaz* de 11 de junho de 1908 *Apud* MORAES, Maria Augusta Sant'anna. *Op. Cit.*, anexo nº 18, p. 318.

[205] Discurso proferido pelo deputado Eduardo Sócrates. Sessão de 22 de novembro de 1909. *Diario do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1909, p. 3046.

[206] Eduardo Artur Sócrates nasceu na Cidade de Goiás em 1860. Militar do Exército, aposentou-se no posto de marechal. Comandou as forças legalistas em São Paulo no levante de 1924. Foi atuante deputado federal por duas legislaturas (1906-1909 e 1909-1912). Faleceu em 1944 no Rio de Janeiro. In: LÔBO, José. *Op. Cit.*, p. 43-45.

única vaga de senador da República, preenchida por Braz Abrantes.[207]

O oficialismo, contudo, em observância ao princípio da representação da minoria, não inscreveu chapa completa, permitindo assim que o bulhonismo continuasse a ser representado na Câmara dos Deputados, dessa feita pela voz do deputado Marcello Silva.[208] Por inspiração dos preceitos insculpidos na lei Rosa e Silva, semelhante ação era seguida em outros estados:

> na Paraíba, Rio Grande do Norte e Amazonas, a oposição tem reservado para si um pequeno número de vagas para deputados estaduais e federais. Em Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, as chapas apresentadas são totalmente preenchidas pela situação, sem o mínimo claro para a eleição de qualquer oposicionista.[209]

A inanição da oposição goiana após a crise de 1904/1905 se comprova pelo teor deste trecho jornalístico: "em 1905, houve por parte do bulhonismo um esforço ingente para a conquista do poder. O resultado desse trabalho (…) foi o abandono da arena política até o anno de 1908 quando se operou no partido chefiado por Xavier de Almeida uma grande dissidencia."[210]

De fato, a tranquilidade reinante começaria a alterar-se em 1908 por dois fatores: a) aproximação de três eleições sucessivas em 1908 e 1909; b) rompimento de Gonzaga Jaime e Xavier de Almeida.

Objetivando explicar sua atitude política, Gonzaga Jaime publicou em 1908 um manifesto, alegando que discordara da forma pela qual sua candidatura a senador da República fora preterida. O conteúdo da justificativa fortalece a constatação de Edgard Carone: "Os candidatos ou partidos apresentam-se às eleições com manifestos que contêm questões pessoais, ataques aos elementos contrários, mas quase nunca posições ideológicas e programáticas."[211]

A ruptura jaimista fragilizou sobremaneira o governo e simultaneamente reavivou a então combalida oposição. Por outro lado, patenteava a força do desembargador Gonzaga Jaime, militante político por mais de vinte anos.[212]

De acordo com Moisés Santana, apesar de derrotado em 1895 na eleição para governador, Gonzaga Jaime tornou-se "o mais prestigioso político do Estado, com grande autoridade sobre os seus amigos e imensas simpatias entre adversários."[213] Logo adiante, o

---

[207] Braz Abrantes nasceu na cidade de Bonfim (hoje Silvânia) em 1841. Militar do Exército, aposentou-se no posto de marechal. Participou da guerra do Paraguai. Foi governador de Goiás em 1892, vice-governador (1917-1921) e senador da República. Faleceu em 1923. In: LÔBO, José. *Op. Cit*., p. 173-178.

[208] GOIÁS, *Op. Cit.* 1906, p. 06-07.

[209] CARONE, Edgard. *Op. Cit.*, 1975 a, p. 297.

[210] Cf. *A Imprensa*, Goyaz, 16 de setembro de 1916.

[211] CARONE, Edgard. *Op. Cit.*, 1975 a, p. 302.

[212] Manifesto assinado por Luiz Gonzaga Jaime em 11 de junho de 1908 e publicado no *Goyaz* de 11 de junho de 1908 *Apud* MORAES, Maria Augusta Sant'anna. *Op. Cit.*, anexo nº 18, p. 315.

[213] BORGES, Humberto Crispim. *Op. Cit.*, 1980, p. 166.

memorialista sustenta: "Em 1903, o prestígio político de Gonzaga Jaime voltou à máxima evidência, culminando na luta de que resultou a queda do bulhonismo e a preponderância de Jaime, Xavier e Alves de Castro".

Outras referências realçam o valor político do desembargador. Na fundação do Partido Democrata, em 1909, por exemplo, Leopoldo de Bulhões o saudou como "chefe do movimento reorganizador da nossa política."[214]

Mais. Ao felicitar a eleição e o reconhecimento de Antônio Ramos Caiado para a Câmara dos Deputados, Jaime fez questão de propalar que Caiado havia sido o primeiro companheiro a hipotecar-lhe solidariedade após a cisão com Xavier de Almeida, inclusive exonerando-se da pasta de secretário de estado:

> no dia em que o ex-chefe do ex-partido republicano empunhando a navalha do capoeira, vibrou contra mim o primeiro golpe de trahição, o primeiro coração que palpitou junto ao meu, consolando-o com a sua generosa solidariedade foi o do Secretario do Interior de então, que abandonou o posto de confiança que tão dignamente occupava, para vir se expôr comigo às vicissitudes de uma lucta[215]

Em resposta, Antônio Ramos Caiado retribuiu a gentileza com as seguintes palavras: "Gonzaga Jaime (…) ao lado de quem me ufano de ter feito as primeiras armas na política, quando aos 21 annos deixava a Academia de S. Paulo e ao lado de quem tenho combatido hora a hora, dia a dia, lustro a lustro, até atingir a essa fascinante victoria."[216]

O coronel Joaquim Wolney, chefe político no norte de Goiás e pai de Abílio Wolney[217], em missiva endereçada a Gonzaga Jaime, esclareceu que desde 1894 seguia a orientação traçada por ele e que após tomar ciência do manifesto jaimista, que classificou de "notável documento para nossa história política", declarou-se plenamente solidário com o mesmo.[218]

Enfim, é esse capital político que alçou Gonzaga Jaime à elevada vice-presidência do Partido Democrata.[219]

****

[214] Cf. *Goyaz*, Goyaz, 23 de janeiro de 1909.
[215] Cf. *Goyaz*, Goyaz, 29 de maio de 1909.
[216] Cf. *Goyaz*, Goyaz, 29 de maio de 1909.
[217] Abílio Wolney nasceu em Conceição do Norte (GO) em 1876. Líder político em São José do Duro (hoje Dianópolis), foi várias vezes deputado estadual em Goiás e também prefeito de Barreiras (BA). Importante personagem no conflito ocorrido em São José do Duro, imortalizado no livro *O Tronco*, de Bernardo Élis. Faleceu em 1965. In: CAMPOS, Francisco Itami; DUARTE, Arédio Teixeira. *Op. Cit.*, p. 31.
[218] WOLNEY, Joaquim Ayres Cavalcante. Carta Aberta. *Goyaz*, Goyaz, 27 de março de 1909.
[219] Cf. *Goyaz*, Goyaz, 14 de agosto de 1909.

Nos primeiros dias de 1909 – após uma ausência de sete anos –,[220] Leopoldo de Bulhões regressa a Goiás no intuito de rearticular formalmente a oposição. Na construção de sua aproximação política com Gonzaga Jaime, Emílio Póvoa[221] e Eugênio Rodrigues Jardim[222] prestam relevante colaboração:

> O coronel Eugênio Jardim, interessando-se pela causa do sr. Gonzaga Jaime no momento do rompimento, ao dr. Leopoldo de Bulhões telegraphara ou escrevera pondo em destaque a conveniencia de sua alliança e da de seus amigos com as forças que se desaggregavam do Partido Republicano e, chegados a acordo os dous chefes politicos, Bulhões e Jayme, os elementos de que dispunham se ligaram, prestando reciproco apoio, e constituiram o Partido Democrata, para cuja organização foi chamado a esta capital o dr. Leopoldo de Bulhões.[223]

Um ritual solene marcava à época a recepção de personalidades que visitavam a Cidade de Goiás. A recepção de Bulhões, como não poderia deixar de ser, seguiu rigorosamente tal tradição. Mais de 150 cavaleiros foram mobilizados pelo comitê organizador das celebrações para receberem o ex-ministro da Fazenda. No séquito, constam pessoas consagradas na política estadual. Porém, hoje, vendo o passado com os olhos do presente, é a presença de um jovem de dezoito anos que chama atenção. Seu nome: Pedro Ludovico Teixeira Álvares.[224]

No raiar do dia 10 de janeiro de 1909, é fartamente distribuído na capital de Goiás um boletim contendo os seguintes dizeres:

> Os abaixo assignados convidam a todos os eleitores desta Capital e a qualquer outro do Estado que aqui esteja presente para tomarem parte em uma reunião politica, que terá lugar hoje, às 6 horas da tarde, em casa de residencia do Dr. Arnulpho Caiado no Largo da Matriz, afim de se tratar de estabelecer as bases da reorganisação do Partido que actualmente dirigem. Pedem especialmente o comparecimento de seus amigos e correligionarios. Goyaz, 10 de janeiro de 1909. Leopoldo de Bulhões, L. Gonzaga Jaime, Braz Abrantes, Leopoldo Jardim, Antonio Ramos Caiado, Bernardo Antonio, Virgilio Barros, Simão de Souza.[225]

Na hora aprazada, iniciam-se os trabalhos da convenção. Após muitos discursos,

---

220 FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. *Op. Cit.*, 2009, v. I, p. 189.
221 Cf. *Goyaz*, Goyaz, 22 de maio de 1909.
222 Eugênio Rodrigues Jardim nasceu na Cidade de Goiás em 1856. Militar do Exército, foi nomeado por Floriano Peixoto Inspetor do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, sendo reformado em 1905 no posto de coronel. Regressando a Goiás, casou-se com Diva Caiado, irmã de Antônio Ramos Caiado. Liderou a Revolução de 1909. Foi senador da República e governador de Goiás, renunciando ao cargo em 1922. Exerceu grande liderança política em Goiás. Faleceu em 1926 no Rio de Janeiro. In: LÔBO, José. *Op. Cit.*, p. 167-169.
223 Cf. *Goyaz*, Goyaz, 1º de junho de 1912.
224 Cf. *Goyaz*, Goyaz, 11 de janeiro de 1909.
225 Cf. *Goyaz*, Goyaz, 16 de janeiro de 1909.

nasce afinal o Partido Democrata, cujo diretório[226] é composto de nove indivíduos, a saber: Leopoldo de Bulhões, Gonzaga Jaime, Ramos Caiado, Leopoldo Jardim, Braz Abrantes, José Joaquim de Souza,[227] Emílio Francisco Póvoa[228], Sebastião Fleury Curado e Virgílio José de Barros.[229]

Várias pessoas prestigiam a dita fundação, entre elas encontra-se novamente Pedro Ludovico Teixeira Álvares,[230] que assina a ata de criação da legenda. A participação de Pedro Ludovico[231] na solenidade confirma a informação por ele próprio prestada em 1976: "Eu, até, quando era estudante, com meus 17 ou 18 anos, era bulhonista. Achava a política dos Bulhões uma política mais tolerável, mais pacífica, mais humana."[232]

A constituição do Partido Democrata está intimamente associada a três sucessivas eleições que ocorreram em pouco mais de seis meses – setembro de 1908, janeiro e março de 1909 –, sendo as duas primeiras, respectivamente, para as representações estadual e federal e a terceira para a governadoria. Essa coincidência eleitoral foi fator determinante nos episódios posteriores.

No primeiro embate, como ainda não havia formalmente um partido político antigovernista, utilizou-se a designação de "oposição republicana". No dizer de Ramos Caiado, sua facção diplomou 16 deputados estaduais, não mencionando, todavia, os algarismos atinentes ao Senado Estadual.[233]

De outro lado, Hermenegildo de Moraes apresentava dados diversos, ao frisar que a

---

[226] Segundo Love, a participação em diretórios partidários ou comitês executivos era mais importante do que qualquer outra função estadual, exceto a de governador, porque os seus membros "lançavam candidatos para muitos outros postos." In: LOVE, Joseph; BARICKMAN, Bert. *Op. Cit.*, p. 89.

[227] José Joaquim de Souza nasceu na Cidade de Goiás em 1830. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo. Foi servidor público federal, membro da junta provisório após a proclamação da República, além de senador da República por duas legislaturas (1890-1908). Faleceu em 1913. In: LÔBO, José. *Op. Cit.*, p. 123-124.

[228] Emílio Francisco Póvoa nasceu na Cidade de Goiás em 1867. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo. Foi juiz de Direito, tornando-se desembargador em 1906. Foi ainda o primeiro presidente da seção estadual da Ordem dos Advogados do Brasil. Integrou em 1930 a junta governativa junto com Mário de Alencastro Caiado e Pedro Ludovico Teixeira. Faleceu em 1949. In: FGV/CPDOC. *Op. Cit*., v. IV, p. 4758.

[229] Virgílio José de Barros nasceu na Cidade de Goiás em 1857. Foi o primeiro diretor da Escola de Aprendizes e Artífices, presidente da Câmara dos Deputados de Goiás em 1911, além de presidente do Partido Republicano, reorganizado em 1927. Era sogro de Mário de Alencastro Caiado. Faleceu em 1936. In: CAMPOS, Francisco Itami; DUARTE, Arédio Teixeira. Op. Cit., p. 265.

[230] Segundo Mendonça Teles, o patronímico Álvares compunha o nome de Pedro Ludovico Teixeira, derivado do nome de seu pai João Teixeira Álvares. In: TELES, José Mendonça. *A vida de Pedro Ludovico – fundação de Goiânia*. 2ª ed. Goiânia: Kelps, 2004, p. 77.

[231] Pedro Ludovico Teixeira nasceu na cidade de Goiás em 1891. Diplomou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Retornando a Goiás, fixou residência inicialmente em Bela Vista e posteriormente em Rio Verde, onde contraiu núpcias com Gercina Borges, filha do senador estadual Antônio Martins Borges. Foi interventor federal e governador entre 1930 a 1945, além de senador da República por vários anos. Voltou ao governo de Goiás nas eleições de 1950. Faleceu em 1979 em Goiânia. In: FGV/CPDOC. *Op. Cit.*, v. III, p. 3323.

[232] Depoimento de Pedro Ludovico Teixeira concedido a Aspásia Alcântara Camargo em maio de 1976. *Diário da Manhã*, Goiânia, 24 de outubro de 1983.

[233] Discurso proferido pelo deputado Antônio Ramos Caiado. Sessão de 22 de novembro de 1909. *Diario do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1909, p. 3031.

situação elegera 14 dos 24 deputados e 5 dos 6 senadores.[234] Pelos cálculos de Hermenegildo, o placar pró-governo na câmara baixa era de 14 a 10 e na alta de 9 a 3.[235]

Da mesma forma como sucedera em 1904/1905, as duas alas proclamam vitória. A divergência parecia insuperável:

> O SR. EDUARDO SÓCRATES – Dada a uma scisão no partido dominante, os elementos que delle se desaggregaram foram fundir-se com a opposição existente no Estado, e esta, no pressuppposto de que havia ganho a eleição estadual...
> O SR. RAMOS CAIADO – Não ha duvida que ganhou.
> O SR. EDUARDO SÓCRATES – …procurou, por meio de artigos na sua imprensa, apaixonar a opinião em Goyaz, em seu favor. Dizia essa imprensa que a opposição vencera nas eleições e que o governo do Estado se preparava para burlar essa victoria.
> O SR. RAMOS CAIADO – Quem declarou isto foi o secretario da instrucção, perante a junta apuradora da eleição.
> O SR. EDUARDO SÓCRATES – O facto, porém, é que o partido governista ganhara a eleição estadual, como a federal, como a presidencial. (*Protestos do sr. Ramos Caiado*.)[236]

Malgrado o desacordo de narrativas, caberia ao Legislativo de Goiás o veredicto final, nos moldes do já analisado regime de verificação de poderes. Em outras palavras, a decisão de quem seria "degolado" ou "reconhecido" competiria apenas ao Congresso Estadual nas sessões de maio de 1909,[237] bem assim o reconhecimento do governador.[238]

A eleição de março de 1909 para governador processou-se entre os cunhados de Xavier de Almeida e de Leopoldo de Bulhões, isto é, entre o senador Urbano de Gouvêa e o deputado Hermenegildo Moraes. Novamente as duas correntes bradam vantagem.

Para não fugir à regra, idêntico impasse ocorre no sufrágio de janeiro de 1909 para a representação federal, com a diferença de que a solução competiria às instituições sediadas no Rio de Janeiro. Os republicanos e os democratas apresentaram chapas contendo três candidatos[239] a

---

234 O Senado Estadual compunha-se de 12 membros, mas a renovação não era integral.

235 Discurso proferido pelo deputado Hermenegildo de Moraes. Sessão de 03 de junho de 1909. *Diario do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 04 de junho de 1909, p. 448.

236 Discurso proferido pelo deputado Eduardo Sócrates. Sessão de 22 de novembro de 1909. *Diario do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1909, p. 3046.

237 É importante assinalar nesta fase do trabalho que a exata compreensão do instituto da verificação de poderes, abordado no subcapítulo anterior, mostra-se de extrema relevância.

238 Reza o art. 89 da Constituição Estadual de 1891, alterada em 1898: "Art. 89 – No dia 2 de Junho, reunidos dous terços dos membros do Congresso, sob a direcção da mesa do Senado, serão abertas e apuradas as authenticas, e proclamados presidente e vice-presidente do Estado os cidadãos que houverem obtido maioria absoluta dos suffragios recolhidos." In: GOIÁS. *Constituição Politica do Estado de Goyaz*. Edição especial contendo a consolidação a que se refere o art. 4º, das Disposições Transitorias da Reforma Constitucional de 13 de Julho de 1898, tirada por ordem do Presidente da Camara dos Deputados. [s.l.: s.n.], [189_], p. 14.

239 Em respeito ao princípio da representação da minoria.

deputado federal[240] e um a senador de República.[241] Ambas as tendências partidárias consideravam justamente o adversário a corrente minoritária.

Em resumo, as três eleições encontravam-se em suspenso. Sob a égide desse caldeirão de indefinições, o Partido Democrata delibera trilhar a senda extralegal. Liderados militarmente por Eugênio Jardim, os oposicionistas constituem uma milícia de aproximadamente 1.200 homens,[242] formada por jagunços ou capangas,[243] que cada clã mantém, para garantir o reconhecimento de seus parlamentares e, por consequência, do próximo governador. Cabe relembrar que em 1909 o contingente da Força Pública de Goiás não alcançava 300 policiais militares.

Muitos acontecimentos eclodem em um ritmo fora do convencional. O momento é realmente de convulsão na capital. A linha telegráfica é cortada, a cidade sitiada e os gêneros alimentícios somem do mercado. O governador Rocha Lima aparentemente renuncia e o 1º vice Francisco Bertoldo assume, esboçando uma reação, que, entretanto, é solapada pelo antiquado armamento do sistema "Comblain" usado pela polícia:

> S. Ex. [Eduardo Sócrates] não poderá sahir deste dilemma: ou a polícia do Estado estava desarmada e precisava necessariamente de obter armamento moderno, ou seus amigos foram covardes a ponto de entregar uma situação, quando, aliás, dispunham de 400 homens, que lhes foram fieis e estavam aquartelados no palacio do governo. S. Ex. não pode fugir dahi: ou seus amigos foram covardes e não souberam morrer dignamente, ou a sua policia estava sem armamento.[244]

O movimento de 1909 não se transformou em uma carnificina, mas ao mesmo tempo está longe de ser qualificado como uma "revolução branca."[245]. A esse respeito Eduardo Sócrates[246] denunciou na Câmara Federal sérias violações aos direitos da pessoa humana: "lá na Fazenda da Quinta os prisioneiros foram torturados",[247] emendando na sequência:

---

[240] O Partido Republicano Federal apresentou Hermenegildo Lopes de Moraes, João Alves de Castro e Eduardo Arthur Sócrates, enquanto o Partido Democrata inscreveu Antônio Ramos Caiado, Trajano Balduíno de Souza e Marcelo Francisco da Silva.

[241] A disputa ocorreu entre os chefes dos partidos estaduais: Leopoldo de Bulhões e Xavier de Almeida.

[242] Em seu pronunciamento, Antônio Ramos Caiado fala em mais de 2.000 homens. Sessão de 22 de novembro de 1909. *Diario do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1909, p. 3032.

[243] Eul-Soo Pang os classifica como "exércitos feudais particulares." In: PANG, Eul-Soo. *Op. Cit.*, p. 24.

[244] Discurso proferido pelo deputado Marcello Silva. Sessão de 18 de novembro de 1909. *Diario do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1909, p. 2932.

[245] CURADO, Sebastião Fleury. *Op. Cit.*, 1956, p. 105.

[246] O memorialista José Vieira traçou assim o perfil parlamentar de Eduardo Sócrates, considerado pelo autor o destaque da bancada goiana na legislatura de 1909-1912: "Eduardo Sócrates, militar, mas sempre suave no trato e no discurso. Guerreia, porém, tenazmente, a dominação Bulhões no seu Estado. Não se altera, mas narra impiedosamente as violências praticadas pela política Bulhões. Chegam-lhe os telegramas, vai à tribuna, lê, comenta e agrava o caso recente com a recordação de outros anteriores e também censuráveis." In: VIEIRA, José de Araújo. *Op. Cit.*, p. 50.

[247] Discurso proferido pelo deputado Eduardo Sócrates. Sessão de 22 de novembro de 1909. *Diario do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1909, p. 3047.

> O SR. EDUARDO SÓCRATES – O Sr. Abel Coimbra, tentando penetrar na Capital, afim de pleitear o seu reconhecimento na Assembléa do Estado, foi atacado. Teve feridos muitos dos seus companheiros, e alguns mortos, sua bagagem foi toda apprehendida. No dia seguinte uma escolta foi mandada no encalço dos fugitivos, que, encontrados, foram barbaramente trucidados.
> O SR. CORRÊA DE FREITAS – É uma cousa bastante grave.
> O SR. EDUARDO SÓCRATES – As pessoas que se encontravam na povoação de Arêas, por uma questão de intrigas com as pessoas do acampamento das forças do Governo, foram mortas até em sua propria casa, em defesa propria.[248]

O deputado Ramos Caiado repeliu veementemente as denúncias,[249] desafiando seu colega a mencionar o nome de alguma das supostas vítimas, motivando Sócrates a replicar: "o facto de não mencionar nomes não prova que não seja verdade o que affirmei." Então, incontinenti, Caiado apresenta sua versão sobre o episódio envolvendo Abel Coimbra:

> O SR. RAMOS CAIADO – Trouxe [Abel Coimbra] cerca de 100 homens armados para romper o cêrco, e na occasião em que atacava as avançadas das forças libertadoras, foi desbaratado, foram aprisionados alguns de seus companheiros, foram victimados outros, e de outros ainda foram apprehendidas as armas.
> O SR. EDUARDO SÓCRATES – V. Ex. mesmo está confessando que depois de aprisionados foram victimados.
> O SR. RAMOS CAIADO – Foram victimados em combate, porque Abel Coimbra resistiu, atacou e sustentou fogo com as forças libertadoras desde as 7 até às 11 horas da noite.
> O SR. EDUARDO SÓCRATES – elle estava acampado.
> O SR. RAMOS CAIADO – Não, elle atacou tentando romper o sítio, porque pretendia com a sua força robustecer o governo, e depois do primeiro encontro, quando já tinham cahido prisioneiros e tomadas varias armas, retirou-se e entrincheirou-se proximo do ponto em que estava a vanguarda do exercito libertador. No dia seguinte pela manhã, foram atacadas as trincheiras de Abel Coimbra, e nessa occasião elle perdeu outros companheiros, fugindo em debandada.[250]

Ato contínuo, Caiado parte para o ataque. Anuncia que os governistas agenciaram o jagunço "Bernabé" para assassiná-lo junto com outros chefes da revolução, não logrando êxito em virtude do iminente triunfo da insurreição. Após afirmar que os chefes da situação "temendo que Bernabé revelasse os seus segredos, ordenaram, por seu turno, a sua morte", o parlamentar reitera sua narrativa:

> Bernabé foi assassinado por gente daquelle Governo, porque não se queria que fosse descoberto o pacto tremendo que os chefes governistas haviam feito contra os chefes revolucionarios; e aquelles que não tinham a coragem de affrontar no campo o inimigo,

[248] Discurso proferido pelo deputado Eduardo Sócrates. Sessão de 22 de novembro de 1909. *Diario do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1909, p. 3046.

[249] Esse foi o primeiro pronunciado enunciado pelo deputado Antônio Ramos Caiado no Congresso Nacional. Segundo José Vieira, Caiado, descrito como "moço e expansivo", levou o discurso escrito e "leu-o naturalmente". In: VIEIRA, José. *Op. Cit.*, p. 208.

[250] Discurso proferido pelo deputado Antônio Ramos Caiado. Sessão de 22 de novembro de 1909. *Diario do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1909, p. 3047-3048.

> tinham a coragem de mandar assassinal-os dentre as folhas! É um facto vergonhoso, que daqui desta tribuna quero, com toda a vehemencia, contar aos meus collegas e à Nação, afim de que possam ajuizar de que eram capazes os adversarios dos opposicionistas daquelle tempo![251]

Inferem-se dos debates parlamentares que Vila Boa viveu dias de grande tensão. O teor do telegrama enviado pela esposa de João Alves de Castro ao deputado Hermenegildo de Moraes confirma o clima hostil: "Estamos aterrorizados. Os sediciosos na cidade. Nenhuma garantia pessoal. Abel, vindo nosso socorro, foi dizimado. Mortos diversos, entre os quaes João Miguel, presidente do conselho Allemão. Bertholdo ausente – *Therezina de Castro*."[252]

Em sua obra, Moisés Santana sustenta o assassinato do edil palmeirense: "João Miguel (…) foi alcançado, a uns 3 quilômetros do lugar da debandada, por uma patrulha de revoltosos. Estes caçadores poderiam prendê-lo; preferiram, porém, matá-lo".[253] O memorialista declara ainda que foram dias de "provanças" para os vencidos, nomeadamente João Alves de Castro e sua esposa, Vicente Miguel, Antônio Perilo,[254] Francisco Bertoldo e Joaquim Bonifácio de Siqueira.[255]

No calor dos eventos, o governador em exercício Francisco Bertoldo abandona o cargo, estando pouco claro se renuncia ou transmite momentaneamente a função ao presidente do Senado Estadual. Existem informações de que antes de deixar o posto, Bertoldo telegrafa ao presidente da República solicitando intervenção federal, o que afigura-se bastante verossímil.

Para Eduardo Sócrates, tanto Rocha Lima quanto Francisco Bertoldo renunciaram "coagidos pela força". O parlamentar explicita assim uma das abdicações: "O coronel Bertoldo, refugiado na fazenda do coronel Arlindo, parente do nobre Deputado [Ramos Caiado], teve de vir à capital, escoltado, e ahi foi forçado a declarar que renunciava ao cargo."[256] Dias antes, Sócrates já havia pronunciado o mesmo relato.[257] Outra mensagem telegráfica ajuda na compreensão do contexto da renúncia:

---

[251] Discurso proferido pelo deputado Antônio Ramos Caiado. Sessão de 22 de novembro de 1909. *Diario do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1909, p. 3048.

[252] Discurso proferido pelo deputado Hermenegildo de Moraes. Sessão de 03 de junho de 1909. *Diario do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 04 de junho de 1909, p. 449.

[253] BORGES, Humberto Crispim. *Op. Cit.*, 1980, p. 149.

[254] Antônio Perillo nasceu na Cidade de Goiás em 1874. Bacharelou-se na primeira turma da Academia de Direito de Goiás. Foi juiz de Direito em Itaberaí, tornando-se desembargador em 1931. Apurou os crimes ocorridos no sudoeste de Goiás em 1929. Foi aposentado sumariamente com base no art. 177 da Constituição de 1937. Faleceu em Goiânia em 1944. In: LÔBO, José. *Op. Cit.*, p. 67-68.

[255] BORGES, Humberto Crispim. *Op. Cit.*, 1980, p. 157-158.

[256] Discurso proferido pelo deputado Eduardo Sócrates. Sessão de 22 de novembro de 1909. *Diario do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1909, p. 3046.

[257] Discurso proferido pelo deputado Eduardo Sócrates. Sessão de 17 de novembro de 1909. *Diario do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1909, p. 2900.

> Goyaz, 6 – Os sediciosos mandaram prender o coronel Francisco Bertholdo, na fazenda de Arlindo Fleury, para declarar que renuncia espontaneamente. O coronel Bertholdo foi preso por jagunços chefiados por Antonio Guimarães, irmão do Dr. Guimarães Natal, ministro do Supremo Tribunal Federal. Apeando em casa do coronel Francisco Leopoldo, primo e cunhado do Dr. Leopoldo de Bulhões, coagido a assignar um telegramma pedindo a não intervenção do Governo Federal. O coronel Bertholdo, depois de dar assignatura àquelle despacho foi solto. Receamos ser assassinados.[258]

Em 1º de maio de 1909, a milícia, cognominada de "legião democrata", entra na Cidade de Goiás[259] e empossa o 3º vice-governador, José Batista da Silva, aliado dos revolucionários. Ao que tudo indica, o 2º vice, domiciliado em centro urbano distante da capital, não desejou assumir e tampouco envolver-se no caso.

Na sequência dos acontecimentos, os deputados e senadores estaduais do Partido Democrata diplomados são reconhecidos e a maioria dos republicanos depurados. Em seguida, o Congresso Legislativo proclama Urbano de Gouvêa governador de Goiás.[260] Hermenegildo ergue seu protesto no Rio de Janeiro: "Senhores da capital e de posse do governo, Sr. Presidente, foi tarefa facil para opposição reunir seus candidatos, depurar os nosso amigos e como consequencia lógica disto não nos surprehendeu o que hontem fez o Congresso estadual: depuraram-me."[261]

Instado pelo provável pedido de intervenção federal solicitado pelo então mandatário em exercício, Afonso Penna ordena que o 8º batalhão do Exército marche imediatamente para Goiás. Deduz-se do discurso de Hermenegildo de Moraes que o presidente não acionou as forças federais estacionadas em Ipameri por saber do apoio delas ao movimento insurrecional.[262]

Embora o assunto exija maior pesquisa, é crível supor que a intervenção federal não se tenha consumado por algumas vicissitudes. Em verdade, Afonso Penna estava convicto do acerto na medida intervencionista, tanto que enviou uma unidade do Exército aquartelada em outro estado para Goiás.

Ademais, Ramos Caiado, um dos chefes da Revolução de 1909, pontificou que os mais exaltados decaídos "tinham vindo buscar a intervenção federal".[263] Dias antes, aparteando

---

[258] Discurso proferido pelo deputado Hermenegildo de Moraes. Sessão de 03 de junho de 1909. *Diario do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 04 de junho de 1909, p. 449.

[259] Ver seção de imagens. In: MENDONÇA, Jales Guedes Coelho Mendonça. *Op. Cit.*, 2013.

[260] Urbano de Gouvêa exercia na ocasião o cargo de senador da República. Em 1920, Eugênio Jardim também abdica da cadeira de senador da República para assumir o governo de Goiás. Xavier de Almeida, Olegário Pinto e Alfredo de Moraes renunciaram mandato de deputado federal para desempenharem a função de governador. Tais episódios realçam o valor do ofício de chefe do Executivo Estadual.

[261] Discurso proferido pelo deputado Hermenegildo de Moraes. Sessão de 03 de junho de 1909. *Diario do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 04 de junho de 1909, p. 449.

[262] Discurso proferido pelo deputado Hermenegildo de Moraes. Sessão de 03 de junho de 1909. *Diario do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 04 de junho de 1909, p. 448.

[263] Discurso proferido pelo deputado Antônio Ramos Caiado. Sessão de 22 de novembro de 1909. *Diario do Congresso*

pronunciamento de Marcello Silva, Caiado confessou que "estavamos na imminencia de intervenção."[264]

Outro elemento que reforça a decisão interventorial refere-se ao fato de Leopoldo de Bulhões ser "inimigo" de Afonso Penna:

> em maio [de 1909], aparecem os problemas referentes à bancada goiana: aproveitando-se da fraqueza e da maior divisão havida, Pinheiro Machado manobra elementos da bancada mineira para que reconheçam dois candidatos pró-Bulhões – que é inimigo de Afonso Pena – e dois candidatos pró-grupo de Xavier de Almeida, favorável ao presidente da República; Carlos Peixoto quer escolher um deputado da oposição e três situacionistas. O resultado da votação pela Comissão de Verificação de Poderes, dois a dois,[265]é vitória de Pinheiro Machado, o que leva Carlos Peixoto Filho a renunciar ao seu cargo.[266]

Em 08 de junho de 1909, o 8º Batalhão de Infantaria do Exército, com mais de 200 homens bem armados, após longo percurso rumo à capital de Goiás, atinge seu destino[267] seis dias antes do falecimento de Afonso Penna. É curioso observar que na mesma edição que divulga a entrada triunfal do grupamento militar, o hebdomadário *Goyaz* estampa telegrama que informava a grave enfermidade do presidente.

Como dito, as razões para a não efetivação da intervenção federal precisam ser melhor elucidadas. Mas três eventos muito provavelmente influíram para a sua inocorrência.

Primeiro, o desiludido e derrotista discurso de Hermenegildo de Moraes, pronunciado cinco dias antes da entrada do Exército na metrópole goiana: "a Camara não me fará a injustiça de suppor que eu seja tão ingenuo que julgue que com este protesto e a narração dos factos que se deram no meu Estado eu espere alcançar qualquer resultado pratico. Não; eu conheço o meio em que vivo."[268] Dias antes a imprensa bulhonista já explorara a seguinte notícia: "Dr. Hermenegildo declarou ao Presidente da República desnecessária intervenção e teve demorada conferencia com Senador Urbano Gouvêa."[269]

Em segundo lugar, o falecimento de Afonso Penna no dia 14 de junho. De acordo com Sebastião Fleury Curado, o presidente "tinha providenciado um contra golpe, enviando o 8º

Nacional, Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1909, p. 3045.

[264] Discurso proferido pelo deputado Marcello Silva. Sessão de 18 de novembro de 1909. *Diario do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1909, p. 2932.

[265] São reconhecidos os seguintes congressistas por Goiás: Antônio Ramos Caiado e Marcello Silva, pelo Partido Democrata, e Hermenegildo de Moraes e Eduardo Sócrates, pelo Partido Republicano Federal.

[266] CARONE, Edgard. *Op. Cit.*, 1977, p. 253.

[267] Cf. *Goyaz*, Goyaz, 12 de junho de 1909.

[268] Discurso proferido pelo deputado Hermenegildo de Moraes. Sessão de 03 de junho de 1909. *Diario do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 04 de junho de 1909, p. 449.

[269] Cf. *Goyaz*, Goyaz, 15 de maio de 1909.

Batalhão de Infantaria a Goiás."[270] Na sequência, Curado defende: "Vitoriosa a candidatura do Marechal Hermes, que se exonerava do cargo de Ministro, favoreceu esta circunstância o êxito do movimento revolucionário."

Por derradeiro, a aparência de legalidade decorrente da assunção do 3º vice-governador José Batista da Silva, integrante da linha sucessória de Miguel da Rocha Lima. Daí restou facilitada a aplicação da teoria do fato consumado: "Quando vitoriosos, os movimentos [armados] são logo reconhecidos como fatos concretos, e o governo federal sanciona e reconhece o novo grupo no poder."[271]

De mais a mais, a assunção de Nilo Peçanha à curul presidencial propicia o retorno de Leopoldo Bulhões ao Ministério da Fazenda.

Examinando a Revolução de 1909, Lena Castelo Branco conclui que os acontecimentos "aguardam estudos mais aprofundados, sobretudo no que diz respeito à sua verdadeira motivação."[272]

Alguns estudiosos já analisaram as causas do movimento. Maria Augusta Sant'anna Moraes, por exemplo, entende que o "único" móvel do movimento fora o "poder."[273]

As fontes consultadas inquestionavelmente amparam o ponto de vista da historiadora Moraes. Nos vários debates travados no Congresso Nacional, em nenhum momento, sequer *en passant*, aventou-se qualquer contrariedade com a política fiscal adotada por Xavier de Almeida ou Miguel da Rocha Lima. O componente econômico simplesmente não foi ventilado. As discussões invariavelmente enfatizaram a luta pelo poder, tanto por parte dos porta-vozes da revolução (Ramos Caiado, Marcello Silva, Bulhões e Gonzaga Jaime) quanto pelos seus críticos (Hermenegildo de Moraes e Eduardo Sócrates).

Começando pelos republicanos. Hermenegildo de Moraes, candidato a governador depurado pelo Legislativo, afiançou que o "único alvo" da oposição democrata era o reconhecimento de seus correligionários:

> O SR. HERMENEGILDO DE MORAES – O *jornal do Commercio* de hoje publica um telegramma do seu correspondente em Goyaz dando a noticia de que foi hontem reconhecido e proclamado presidente do Estado o Sr. Senador Urbano Gouvêa. Para os que acompanham a politica do meu Estado este resultado nenhuma surpreza pode ter causado, porque estavam certos que este era o único alvo visado pela opposição promovendo o movimento revolucionário que, com applausos de grande parte da imprensa desta Capital e para a desmoralização do regimen...

---

[270] CURADO, Sebastião Fleury. *Op. Cit.*, 1956, p. 116.
[271] CARONE, Edgard. *Op. Cit.*, 1975 a, p. 257.
[272] FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. *Op. Cit.*, 2009, v. I, p. 193.
[273] MORAES, Maria Augusta Sant'anna. *Op. Cit.*, p. 204.

> O SR. MARCELLO SILVA – Não apoiado.
> O SR. HERMENEGILDO DE MORAES – …acaba de dar-lhe a posse do governo. De facto, Sr. Presidente, tão logo foi conhecido o resultado do pleito de 7 de setembro que se realizou no Estado, para Deputados e renovação da metade do Senado, espalhou-se no Estado a noticia de que a opposição, por occasião do reconhecimento de poderes do Congresso estadual, invadiria a capital com gente armada para forçar a Camara e o Senado a reconhecer os seus candidatos derrotados, e em seguida alcançada assim maioria, depurar-me.[274]

A linha argumentativa de Eduardo Sócrates segue a mesma perspectiva. Busca justificar o movimento baseado única e exclusivamente na questão político-eleitoral, inclusive chamando de "usurpador" Urbano de Gouvêa: "está exercendo o governo em meu Estado, não aquelle que as urnas livres designaram, mas aquelle que a revolução triumphante collocou no poder."[275]

Duas décadas depois, Eduardo Sócrates voltou ao assunto, ao enfatizar a relevância da dissensão aberta por Gonzaga Jaime em 1908: "Quando Gonzaga Jayme preparou a revolução para se vingar de um golpe desfechado contra si, longe estava elle de suppor que vêria implantar-se a mais feroz das oligarchias."[276]

O ponto de vista dos revolucionários não destoa do esposado pelos republicanos. Três anos após a revolução, Leopoldo de Bulhões, secundado por Gonzaga Jaime, ao vergastar as "salvações nacionais" do presidente Hermes da Fonseca, corrobora a versão de que a verificação dos poderes representou realmente o móvel do levante democrata:

> O SR. LEOPOLDO DE BULHÕES – Se as conflagrações de que foram victimas os Estados do Norte, abalaram em seus alicerces a Federação, na Bahia comprometteram os nossos creditos de paiz civilizado.
> O SR. PIRES FERREIRA – E o que se passou em Goyaz, quando botaram o sr. Xavier no chão?
> O SR. LEOPOLDO DE BULHÕES – V. Ex. tratará disto quando julgar conveniente e terá uma resposta immediata.
> O SR. PIRES FERREIRA – É uma pergunta que faço. E o facto da deposição do governador por meio de armas?
> O SR. LEOPOLDO DE BULHÕES – Não houve deposição; houve defesa do povo, que se armou para combater um governo que se oppunha ao reconhecimento de poderes de cidadãos legitimamente eleitos.
> O SR. GONZAGA JAYME – Foi um movimento inteiramente popular.
> O SR. LEOPOLDO DE BULHÕES – Foi um movimento revolucionário, mas em beneficio da Constituição do Estado.
> O SR. PIRES FERREIRA – É uma declaração que eu desejo que fique registrada nos *Annaes*.

---

[274] Discurso proferido pelo deputado Hermenegildo de Moraes. Sessão de 03 de junho de 1909. *Diario do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 04 de junho de 1909, p. 448.

[275] Discurso proferido pelo deputado Eduardo Sócrates. Sessão de 22 de novembro de 1909. *Diario do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1909, p. 3046.

[276] SÓCRATES, Marechal Eduardo. Goyaz no ostracismo. *Voz do Povo*, Goyaz, 16 de março de 1928.

> O SR. LEOPOLDO DE BULHÕES – Outras revoluções se fizeram no paiz, como a de 23 de novembro de 1891, em benefício da lei.[277]

Idêntico pensamento sustentou Antônio Ramos Caiado. Ao proferir longo discurso a respeito do tema, em nenhuma oportunidade, o pecuarista insinua o menor aborrecimento com a política fiscal do governo Xavier de Almeida ou Rocha Lima. Aliás, administrações estas com que Caiado muito colaborara. Na sessão de dia 22 de novembro de 1909, o deputado elucida suas divergências com o situacionismo, elencando os antecedentes da revolução e arrolando fatos totalmente relacionados a desmandos administrativos e assuntos político-eleitorais.

Quiçá, uma das frases enunciadas por Caiado condense a verdadeira pretensão da revolução: "nós queríamos o respeito à soberania popular, o respeito às urnas." Outra ponderação retrata com fidelidade a mentalidade dos novos donos do poder, mormente após o fracasso da tentativa de intervenção federal de 1905: "suppunha-se que quem estivesse de posse do officialismo era invulneravel, era invencivel."[278] Ou seja, a alternância de poder era complicadíssima, para não dizer utópica.

Por último, a peça oratória de Marcello Silva é emblemática e sintetiza tudo o que foi afirmado até agora. Quatro trechos do pronunciamento merecem destaque. Primeiro: "A reincidencia desses factos [preterição de Gonzaga Jaime] acarretou a morte da situação dominante, revoltando por tal forma os espiritos que quasi todos governistas de valor não duvidaram em vir fazer causa comum com a opposição."[279]

Segundo: "Anunciou-se anteriormente que o governo não admittia o reconhecimento dos candidatos opposicionistas. Resolveram então os chefes locaes, que haviam concorrido às urnas, suffragando os nomes de seus correligionarios, reunir-se em torno da capital, em uma especie de convenção...".

Terceiro: "Foi então reconhecido e proclamado presidente para o quatriennio seguinte o sr. Urbano de Gouvêa. Nem para outra cousa o Estado inteiro se levantou em defesa das urnas e da honorabilidade politica e administrativa daquella terra."

A quarta valiosa passagem realça a influência da experiência do passado, qual seja, a derrota bulhonista de 1905 para o desencadeamento no movimento de 1909 :

---

[277] Discurso proferido pelo senador Leopoldo de Bulhões. Sessão de 04 de junho de 1912. *Diario do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 05 de junho de 1912, p. 682.

[278] Discurso proferido pelo deputado Antônio Ramos Caiado. Sessão de 22 de novembro de 1909. *Diario do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1909, p. 3031.

[279] Discurso pronunciado pelo deputado Marcello Silva na sessão de 03 de junho de 1909. *Goyaz*, Goyaz, 17 de julho de 1909.

> O Governo estava deliberado a fazer reconhecer os Deputados e sua parcialidade, e a reconhecer e empossar igualmente o seu illustre companheiro de bancada. Por isso, a opposição, que tinha o exemplo de 1905, tempo em que ella appellou improficuamente para o Governo Federal, como já disse, resolveu fazer prevalecer pelas armas os seus direitos. Essa opposição, cansada de soffrer pressão official, estava evidentemente em maioria.

O testemunho de Luiz do Couto ratifica a autonomia do aspecto politico:

> Em 1909, a velha cidade de Goiás ia se alagar em sangue. As luctas politicas foram de tal violencia que impossivel seria conjugal-a sem um grande acto de desprendimento. Teve-o Miguel da Rocha Lima, então Presidente do Estado. (…) A lucta travada base alguma possuia em ideaes e programmas politicos: visava apenas a morte do partido dominante e a victoria dos adversarios, como eram sempre no Brasil as luctas daquelles tempos. O que estava em jogo era a cadeira de Presidente. Só isto, e nada mais, o resto seria secundario.[280]

O depoimento de Augusto de Bulhões harmoniza-se perfeitamente com os demais: "Em face da manifesta parcialidade da Junta Apuradora, os eleitores reuniram-se na fazenda Quinta, (…) para acompanharem os trabalhos de verificação de poderes e de perto assistirem à expulsão dos legitimamente eleitos, apregoada em todos os tons pela *Imprensa*, órgão governista."[281]

Mais. A mensagem encaminhada pelo governador José Batista da Silva ao Congresso Legislativo, em maio de 1909, tenta esclarecer "com a máxima fidelidade" os últimos acontecimentos. Após relatar a existência de três "importantíssimas" eleições, "precisamente no momento em que uma lucta politica grandiosa agitava todos os espiritos", num curto período de seis meses, o democrata acrescenta:

> Os chefes locaes do Partido Democrata tendo obtido maioria nas urnas na eleição de 7 de setembro e nas subsequentes, receiando que não fossem reconhecidos os seus candidatos, porque a *A Imprensa* orgam do Partido Republicano, deixava de computar diversas eleições, que elles reputavam boas e legaes, resolveram vir a Capital, formando uma reunião pacifica de mais de 1200 homens, quasi todos eleitores, com a intenção de acompanhar o reconhecimento de poderes, defendendo com todas as forças as eleições que elles entendiam serem validas.[282]

Controlar o poder Executivo oportunizava a nomeação de correligionários a empregos públicos. Tal atribuição em tempo algum afigurou-se irrelevante do ponto de vista político: "Porém só se conseguem favores quando se é partidário do governo, daí o interesse em ser situacionista; numa época em que as oportunidades de emprego e rendas são limitadas, o Estado é uma das poucas fontes de privilégio."[283]

---

[280] COUTO, Luiz do. Coronel Miguel da Rocha Lima. *Cidade de Goiás*, Goiás, 14 de janeiro de 1940.
[281] BULHÕES, Augusto de. *Op. Cit.*, p. 344.
[282] Cf. *Goyaz*, Goyaz, 15 de maio de 1909.
[283] CARONE, Edgard. *Op. Cit.*, 1975 a, p. 255.

Se a oportunidade de renda era reduzida nos estados hegemônicos, como faz crer a passagem extratada, o que dizer então da realidade vivida nas unidades "satélites"? Não por acaso cerca da metade das correspondências dirigidas a Antônio Ramos Caiado tratava de pedido de emprego.[284] Em última instância, essa constatação encerra um elemento de natureza econômica.

Conflitos semelhantes aos da Revolução de 1909 irromperam em outras regiões brasileiras, como na Bahia, Amazonas, Mato Grosso, Sergipe e Rio de Janeiro. Na maioria deles o objetivo também era a deposição da ordem política vigente. Detalhando o caso goiano, Edgard Carone ensina:

> O problema de Goiás é mais grave [do que o da Bahia], porque nas eleições estaduais, a facção de Leopoldo de Bulhões perde e seu partidário, à frente de 600 jagunços, "armados de carabinas e lanças", derrubam o vice-governador legal e empossam o 3º vice-governador, Coronel José Batista da Silva, elemento de Bulhões. Tropas do Exército são enviadas ao Estado e retorna-se à situação legal.

Em contrapartida, Maria Luiza Araújo Rosa interpreta a Revolução de 1909 como a derrubada do modelo de gestão que implementara ações modernizantes nos quesitos político e econômico. Advoga que a política fiscal adotada na fase xavierista onerava os fazendeiros "com impostos que eles não costumavam pagar."[285] De acordo ainda com Araújo Rosa, essas realizações, cumuladas com iniciativas na área educacional e judiciária, "começaram a minar as bases da sociedade estamental e patrimonialista goiana."

A leitura foi anteriormente contestada por Nasr Chaul: "afirmar que Xavier teria sido deposto do poder por ter ideias desenvolvimentistas é equivocado. A luta política era travada pelo controle do Executivo, e não em torno de ideias ou ideologias, em prol do desenvolvimento ou contra ele."[286]

Esquadrinhando os dados orçamentários de Goiás, infere-se que os consulados de Xavier de Almeida e Rocha Lima tiveram muito pouco o que comemorar nessa seara. A evolução da receita tributária arrecadada no interregno xavierista mostrou-se insignificante e bem inferior à dos períodos posterior e anterior.

Levando-se em consideração os oito anos de domínio xavierista (1901 a 1909), vê-se que a renda pública saltou de 870 para 972 contos de réis, atingindo seu clímax em 1906 – 1.023.[287]

---

[284] FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. *Op. Cit.*, 2009, v. I, p. 228.
[285] ROSA, Maria Luiza Araújo. *Op. Cit.*, p. 140.
[286] CHAUL, Nasr Fayad. *Op. Cit.*, 2010, p. 138.
[287] Os números utilizados são os constantes do quadro nº 3 (consigna e confronta a receita geral arrecada e a despesa realizada pelo Estado, de 1889 a 1932), do relatório do interventor de Goiás de 1933. In: GOIÁS. *Op. Cit*., 1933, p. 167. Ver seção de imagens. In: MENDONÇA, Jales Guedes Coelho. *Op. Cit.*, 2013.

Isso representa uma majoração de menos de 20% e mesmo assim tomando-se por base os números de 1906.

Comparando a era xavierista com os oito anos anteriores e posteriores, conclui-se que de 1892 a 1900, a receita arrecadada saiu de 505 para 757 contos de réis. Ou seja, um incremento superior a 50%. Entre 1910 a 1918, os valores saltaram de 1.315 para 2.335 contos de réis, isto é, a receita cresceu cerca de 80%. Considerando a arrecadação de 1916 (2.403 contos de réis), a maior do período, tal qual feito em 1906, o resultado supera 80%.

É inquestionável que a partir de 1914 o trem de ferro impulsionou a economia goiana, desequilibrando um pouco o exame. Contudo, no período anterior de 1892 a 1900 os meios de transportes eram obviamente mais precários que os de 1901 a 1909 e ainda assim os dados orçamentários são bem mais alvissareiros.

Perquirindo os índices do tributo sobre a exportação de gado, as gestões de Xavier de Almeida e Rocha Lima também não se destacam. De 1901 a 1909, a cifra cai de 317 para 196 contos de réis.[288] Ao se focar, porém, no maior pico da fase (1908), o valor alcança 413[289] contos de réis, isto é, majoração de aproximadamente 30%.

No período anterior, de 1892 a 1900, os dados vão de 136 para 250 contos de réis, o que expressa uma variação de quase 100%. Em idêntica direção, o lapso temporal posterior de 1910 a 1918, quando a arrecadação avança expressivamente de 304 para 660 contos de réis, perfazendo um incremento de mais de 110%.

Do ponto de vista econômico-financeiro, a única comparação em que a quadra xavierista triunfa comparativamente, refere-se à análise do percentual entre o imposto de exportação de gado arrecadado com a receita global do estado, consoante as lições exaradas por Itami Campos:

> Corroborando o argumento de que a tentativa de racionalização e de moralização da cobrança de impostos levou ao Movimento de 1909, vale observar a receita proveniente da exportação de gado de 1901 a 1908, ou seja, sob o domínio de Xavier de Almeida. Nesse período, estão cinco das dez maiores participações da receita de exportação de gado na receita global do Estado, em todos os quarenta anos da Primeira República.[290]

A despeito da aludida ressalva, à luz dos cotejos realizados, os algarismos indicam que, se a questão fiscal contribuiu de alguma forma para a Revolução de 1909, sua influência

---

[288] Os números utilizados são os constantes do quadro nº 4 (consigna, ano por ano, a quantidade de cabeças exportadas, as taxas orçamentárias, as rendas do imposto e a relação percentual entre essas rendas e a receita global do Estdo, de 1889 a 1932) do relatório do interventor de Goiás de 1933. Ver GOIÁS. *Op. Cit.*, 1933, p. 168.

[289] Levaremos em consideração o ano de 1908, pois o de 1909 caiu, certamente em decorrência do movimento revolucionário, para 196 contos de réis.

[290] CAMPOS, Francisco Itami. *Op. Cit.*, 2003, p. 90.

seguramente aloja-se em um patamar secundário, bem atrás dos desacordos político-eleitorais.

****

A proeminência da análise do movimento de 1909 para a história de Goiás emana cristalinamente de uma das observações tecidas por Itami Campos: "foi a única tomada de poder pela força, por um grupo político estadual, em todo o período republicano."[291]

No mesmo passo, perquirir a trajetória do Partido Democrata afigura-se de fundamental relevância, sobretudo porque a agremiação controlará ininterruptamente o governo goiano por mais de duas décadas, elegendo os chefes do poder Executivo de 1909 a 1930.

Em abono à pujança da aludida organização, cumpre salientar que após a eleição de 1909, a oposição só voltaria a lançar candidato a governador de Goiás novamente em 1935 durante a Assembleia Constituinte.

Nos cinco prélios eleitorais de 1913, 1917, 1921, 1925 e 1929 sucedidos durante o período democrata, a minoria não concorreu nenhuma vez. Se na segunda metade da Primeira República a ala antigovernista preferiu compor ou eventualmente abster-se, na primeira metade aconteceu justamente o contrário. Das seis oportunidades existentes, a oposição marcou presença em quatro (1895, 1898, 1905 e 1909). O contraste salta aos olhos.

O valor da legenda pode ser realçado ainda por outro elemento inusitado, que até hoje se encontra apartado do conhecimento público: no ato de fundação do Partido Democrata repousam unidas as três personalidades que do final da fase monárquica até novembro de 1964 lideraram o cenário político de Goiás,[292] quais sejam, Leopoldo de Bulhões, Antônio Ramos Caiado e Pedro Ludovico. Examinadas conjuntamente, grosso modo, pode-se dizer que as oligarquias bulhonista,[293] caiadista e ludoviquista mandaram no estado por quase 90 anos!

Desse modo, com amparo nos ensinamentos de K. Pomian,[294] formula-se a seguinte periodização da política de Goiás: a) ciclo[295] bulhonista (1878-1912); b) ciclo caiadista (1912-1930); c) ciclo ludoviquista (1930-1964).

---

[291] CAMPOS, Francisco Itami. *Op. Cit.*, 2003, p. 89.

[292] Aponta-se o mês de novembro de 1964, vez que o governador Mauro Borges Teixeira, ao contrário do que normalmente se registra na imprensa goiana, apoiou o movimento civil-militar de março de 1964. Mauro Borges foi deposto em novembro do mesmo ano, em virtude da decretação de intervenção federal.

[293] Conta-se como referência o ano de 1878. In: MORAES, Maria Augusta Sant'anna. *Op. Cit.*, p. 21.

[294] POMIAN, k. Periodização. In: *Enciclopédia Einaudi.* Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1993, v. 29 (Tempo/Temporalidade), p. 164-213.

[295] POMIAN, k. Ciclo. In: *Enciclopédia Einaudi.* Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1993, v. 29 (Tempo/Temporalidade), p. 103-163.

Fora de dúvida que as diferentes eras oligárquicas tiveram semelhanças e ao mesmo tempo tonalidades específicas umas das outras. A mais saliente desigualdade talvez repouse no fato de que nem Leopoldo de Bulhões nem Antônio Ramos Caiado foram governadores, ao passo que Pedro Ludovico Teixeira exerceu o mister por cerca de vinte anos, sendo que, ininterruptamente, por mais de quinze.

De outro lado, dando expansão à própria natureza das oligarquias, os três próceres auxiliaram seus parentes a elevarem-se ao posto de governador, assim discriminados: a) Leopoldo de Bulhões: Ignácio Xavier de Brito, Francisco Leopoldo Jardim, Urbano de Gouvêa (duas vezes); b) Ramos Caiado: Olegário Pinto, João Alves de Castro, Eugênio Jardim e Brasil Ramos Caiado; c) Pedro Ludovico: José Ludovico de Almeida e Mauro Borges Teixeira, este o único rebento dos aludidos paredros a galgar o cargo.

A propósito, é oportuno conferir a reportagem intitulada "Goiás, ou o 'socialismo oligárquico'", assinada pelo jornalista de *O Estado de São Paulo* José Stacchini, enviado especial a Goiás para cobrir a crise de novembro de 1964, em que se lê:

> Trinta e quatro anos de liderança, homem de mão firme, Pedro Ludovico mantém essa estrutura com toda energia. Adaptou o método oligárquico à nova fase da vida econômica de Goiás, sim. Mas não abandonou o velho sistema. Até hoje, praticamente todos os funcionários de repartições públicas são nomeados por ele. Seja quem for o governador pessedista – mesmo no caso de seu filho Mauro – uma ordem sua a um secretário de Estado, tem a mesma força de uma determinação do chefe do Executivo...[296]

A passagem transcrita acima assemelha-se e muito ao testemunho prestado por Jaime Câmara sobre o tempo caiadista: "Um Caiado, sem função pública, mandava mais do que qualquer Secretário de Estado."[297]

Outrossim, a coincidência entre os ciclos bulhonista e ludoviquista não se resume ao idêntico lapso temporal de 34 anos. A ocorrência de um hiato, em ambas as fases, também as aproxima, caracterizada pelo intervalo do predomínio de Xavier de Almeida (1901-1909) na era bulhonista e do consulado de Coimbra Bueno (1947-1950) nos anos ludoviquistas.

A interpretação de José Bernardo Félix de Sousa define bem o papel dos líderes: "A história política de Goiás, desde a Proclamação da República, tem girado em tôrno dos homens que puderam fazer essa escolha [de quem seriam os candidatos aos cargos eletivos] e tiveram meios

---

[296] STACCHINI, José. Goiás, ou o "socialismo oligárquico". *Estado de São Paulo*, São Paulo, 06 de dezembro de 1964, p. 148.

[297] CÂMARA, Jaime. *Op. Cit.*, 1967, p. 23.

para impô-las: Leopoldo de Bulhões, Ramos Caiado e Pedro Ludovico."[298] Em idêntica direção, o raciocínio de Léo Lynce[299]: "Quem, de ânimo sereno, se propusesse a escrever a biografia de Leopoldo de Bulhões, Ramos Caiado e Pedro Ludovico, teria feito, no fim das contas, toda a história da vida republicana em Goiás."[300]

I.3.1. A "salvação nacional" hermista alcança Goiás: o fim da oligarquia bulhonista?

Em 1910, durante o consulado do presidente Nilo Peçanha,[301] o Brasil conheceu pela primeira vez uma efetiva disputa eleitoral.[302] Na ocasião, o marechal Hermes da Fonseca concorreu com o jurista baiano Rui Barbosa. Este detinha o respaldo de São Paulo e Bahia, enquanto aquele o do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e dos militares. Como a campanha de Rui Barbosa combatia a participação dos militares na política ela acabou cognominada de "civilista".

Ao final do sufrágio, Hermes da Fonseca triunfa, rompendo uma sequência de quatro quatriênios presidenciais civis (Prudente de Moraes, Campos Sales, Rodrigues Alves e Afonso Penna-Nilo Peçanha). Os militares retornam ao poder.

No afã de auxiliar a administração de Hermes da Fonseca, funda-se no Rio de Janeiro o Partido Republicano Conservador.[303] No dia 29 de novembro de 1910, Leopoldo de Bulhões, que apoiara a candidatura hermista,[304] é escolhido membro da comissão executiva da sigla nacional.[305] De acordo com Carone, Bulhões era "elemento de confiança"[306] do senador gaúcho Pinheiro Machado, parlamentar de grande prestígio no Congresso Nacional e um dos principais expoentes da novel organização.

O desfrute de boas relações políticas na esfera federal, contudo, não se limitava à personalidade de Leopoldo de Bulhões. Eugênio Jardim, segundo Lena Castello Branco, havia sido colega de turma de Hermes da Fonseca na Escola Militar do Rio de Janeiro.[307]

---

[298] SOUSA, José Bernardo Félix. As eleições goianas. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais, jan. 1964, nº 16, p. 278.

[299] Pseudônimo de Cyleneo Marques de Araújo Vale, jornalista, poeta, juiz de Direito e deputado estadual por várias legislaturas. In: CAMPOS, Francisco Itami; DUARTE, Arédio Teixeira. *Op. Cit.*, p. 81.

[300] Retrospecto. Nova Capital, Goiânia, ano I, n. 5, p. 1, 18 de janeiro de 1954 *Apud* FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. *Op. Cit.*, 2009, v. I, p. 198.

[301] Nilo Peçanha assumiu a presidência em junho de 1909, após o falecimento de Afonso Penna, completando o quatriênio governamental.

[302] FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 6ª ed. São Paulo: Editora da USP, 1999, p. 271.

[303] O Partido Democrata de Goiás se filiou ao Partido Republicano Conservador. In: *Estado de Goyaz*, Goyaz, 14 de julho de 1912.

[304] Cf. *Goyaz*, Goyaz, 03 de julho de 1909.

[305] CHACON, Vamireh. *Op. Cit.*, p. 266.

[306] CARONE, Edgard. *Op. Cit.*, 1977, p. 271.

[307] FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. *Op. Cit.*, nota de rodapé nº 37, v. I, p. 210-211.

Ademais, o presidente da República era igualmente amigo de Olegário Herculano da Silveira Pinto,[308] deputado federal reconhecido em 1912[309] e irmão da terceira esposa de Antônio José Caiado, avô de Antônio Ramos Caiado.[310] Esta influência junto ao marechal desempenhará relevante papel na luta pelo controle da política estadual.

Nunca é demais lembrar a expressividade do suporte federal para a continuidade dos grupos oligárquicos nos estados: "devido à Política dos Governadores, criada por Campos Sales, o beneplácito do executivo federal garante ou possibilita o domínio permanente de determinadas oligarquias estaduais, apoiadas pelos coronéis locais."[311]

A historiografia compreende a era hermista como exceção à estabilidade das oligarquias estaduais: "É só durante o governo de Hermes da Fonseca e devido às *salvações nacionais* que os Aciolis, Nerys, Montenegros e outros caem e são substituídos momentaneamente por outros grupos."[312] Na realidade a própria plataforma eleitoral de Hermes da Fonseca prescrevia a emancipação das unidades federativas do jugo das oligarquias opressoras,[313] posteriormente denominada de "salvação nacional".

As deposições verificadas, no entanto, não significaram alterações ideológicas e sim revezamento de duas alas "com as mesmas características sócio-econômicas que não encontravam possibilidades de compartilhar a dominação política."[314]

O ano de 1912 não registra a criação de nenhum partido político em Goiás. Ao mesmo tempo assinala a ascensão da oposição ao poder por três distintas modalidades:[315] a) adesão; b) cisão na legenda hegemônica e c) mudança de orientação na política federal.

A adesão dos vencidos de 1909 começa logo após a vitória da revolução. Em novembro, Marcello Silva já provocava: "não temos adversarios; todos adheriram."[316] Na sequência do debate parlamentar, o tribuno insinua que a antiga agremiação xavierista extinguira-se, não poupando a posição assumida por Hermenegildo de Moraes:

---

[308] Olegário Herculano da Silveira Pinto nasceu na Cidade de Goiás em 1857. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife. Era também engenheiro. Foi deputado federal e senador da República durante 14 anos, além governador de Goiás, cargo que renunciou em 1914. Integrou a comissão executiva do Partido Democrata de 1914 a 1929. Faleceu em 1929 no Rio de Janeiro. In: LÔBO, José. *Op. Cit.*, p. 93-96.

[309] Sessão de 24 de maio de 1912. *Diario do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 25 de maio de 1912, p. 569.

[310] CAMPOS, Francisco Itami. *Op. Cit.*, 2003, nota de rodapé nº 37, p. 118.

[311] CARONE, Edgard. *A República Nova (1930-1937).* 3ª ed. São Paulo: Difel, 1982, p. 155.

[312] CARONE, Edgard. *Op. Cit.,* 1982, p. 161.

[313] Cf. *Goyaz*, Goyaz, 1º de junho de 1912.

[314] SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Op. Cit.*, p. 223.

[315] Outros três caminhos foram apontados no subcapítulo *1.2. A árdua missão oposicionista.*

[316] Discurso proferido pelo deputado Marcello Silva. Sessão de 18 de novembro de 1909. *Diario do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1909, p. 2930.

> O SR. MARCELLO SILVA – O Sr. Hermenegildo de Moraes, desde esse momento [conferência com Urbano de Gouvêa], era um adhesista; e esse procedimento, aliás, está coherente com o seu passado, pois S. Ex. jamais fora opposição.
> O SR. RAMOS CAIADO – Apoiado; é uma verdade.
> O SR. MARCELLO SILVA – O Sr. Hermenegildo de Moraes, depois de ser candidato à presidência do Estado, e fracassando seu partido pela quéda da situação então dominante, S. Ex. nem siquer teve a coragem de se manter na attitude representativa, que tinha nesta Camara, porquanto partiu para a Europa; (…) São portanto, homens que estão habituados a viver desde as épocas mais remotas sob o prestigio official, e sabem que só com elle, podem conseguir a dominação no municipio e no Estado. Por isso S. Exa. procedeu como todos os seus amigos que adheriram sendo raros os que ainda hoje se conservam fieis às suas tradições como o Sr. Eduardo Sócrates;

Em defesa do colega, Eduardo Sócrates, que se manteve inflexível no combate aos vencedores de 1909, a pretexto de justificar a atitude de Hermenegildo mobiliza a celebração de um possível ajuste: "S. Ex. [Hemenegildo de Moraes] foi dado como adhesista ao partido dominante em Goyaz. Contesta a allegação e explica o accôrdo, que afinal não vigorou, que foi proposto ao illustre representante federal, cujo caracter a Camara inteira conhece e admira."[317]

O jornal *Goyaz* publicou matéria intitulada "o adhesismo" com o seguinte conteúdo:

> Que é da phalange que hontem dominava e tinha em Goyaz a suprema responsabilidade das cousas politicas? Como é que homens como os drs. João Alves, Vicente de Abreu e Joviano de Castro fogem à responsabilidade dos seus actos, da situação que crearam e abandonam os amigos e correligionarios, pondo-se ao largo do theatro das suas façanhas? (…) Preparam-se cautelosamente, remettendo-se a um silencio estudado, para adherir ao nosso partido murmura-se baixinho. Será verdade?[318]

No dizer de Moisés Santana, em 1911, a restauração bulhonista era completa, ao restar reduzida a oposição a uns "gatos pingados".[319] O panorama descrito mudaria com a eleição municipal vilaboense de setembro de 1911, tendo em vista que Eugênio Jardim decide romper definitivamente[320] com o governador Urbano de Gouvêa:

> Elle [Eugênio Jardim] que occupava o cargo de Chefe de Policia, demittiu-se desse lugar logo ao verificar que o Presidente Urbano de Gouvêa iniciava a politica de aniquilamento dos chefes que melhores serviços haviam prestado na Revolução, e com o intuito de reviver o antigo Centro Republicano, sem trepidar ante as injustiças, e até as violencias. Para esse fim havia modificado a chapa do Partido para as eleições municipaes, e o coronel Eugenio Jardim, que já divergia, ahi iniciou a lucta firmando accordo com a opposição, para hostilizar a chapa Gouvêa.[321]

---

[317] Discurso proferido pelo deputado Eduardo Sócrates. Sessão de 20 de novembro de 1909. *Diario do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1909, p. 3003.
[318] Cf. *Goyaz*, Goyaz, 03 de julho de 1909.
[319] BORGES, Humberto Crispim. *Op. Cit.*, 1980, p. 151.
[320] De acordo com a narrativa de Sebastião Fleury Curado. In: *A Imprensa*, Goyaz, 07 de fevereiro de 1914.
[321] Cf. *A Imprensa*, Goyaz, 07 de fevereiro de 1914.

Em essência, o testemunho de Urbano de Gouvêa não discrepa muito da descrição supra. Em entrevista concedida ao periódico *Noite*, do Rio de Janeiro, o mandatário assevera:

> [Urbano:] Cedo, porém, começaram a se agitar alguns dissidentes, movendo ao meu governo uma opposição extremada, dirigida pelo coronel Eugenio Jardim e seu cunhado Ramos Caiado.
> – E entraram esses a combater francamente o Partido Democrata...
> – Guerreavam de facto o proprio partido, sob o pretexto de odiosidade pessoal contra mim. E tanto assim foi que, nas eleições municipaes, apresentaram chapa, unindo-se aos civilistas e combatendo a chapa democrata, em que era apresentado para intendente o coronel Francisco Leopoldo – o nome de mais prestigio no Estado.[322]

Incontinenti, Urbano acrescenta que o governo estadual ganhara o pleito municipal na capital, informação esta corroborada por Moisés Santana: "Em setembro do mesmo ano [1911], no pleito municipal, a onda se avolumara. Perdemos a eleição por uma minoria insignificante e foi preciso que o general Pinheiro Machado agisse em eleição local, para o Sr. Gouveia se não desalentasse."[323]

Ainda em julho de 1911, a imprensa começa a publicar notícias que apontavam desarmonia na escolha do próximo prefeito de Vila Boa: "O directorio de seu partido [de Bulhões] (…) repelliu recentemente a candidatura do sr. Evaristo Machado, que tem o vicio do parentêsco, para intendente municipal."[324]

A melhor análise a respeito da cisão democrata é de lavra do jornalista Moisés Santana:

> Passada a revolta, fez [Bulhões] com que Eugênio aceitasse o cargo de Inspetor Agrícola. Era como se dissesse: "Já nos prestaste, meu caro primo, o serviço que de ti precisávamos. Agora é deixares o campo a nós outros, políticos profissionais. Arreda, pois. Volta a tratar do gado, vai plantar batatas e estudar a habilidade das cuiabanas. Já não precisamos da Quinta, nem dos heróis." Foi assim, se não nos termos, ao menos no pensamento. A princípio, o leão cedeu, adormeceu, conformou-se. Depois, magoado, despertou e reagiu.[325]

Corretamente, Itami Campos enxerga "indícios de ruptura" entre os revolucionários goianos ainda no mês de dezembro de 1909, quando Eugênio Jardim é exonerado da chefia de polícia.[326]

A tentativa de alijamento da ala eugenista/caiadista é confirmada anos depois pelo *O Democrata*. Ao rememorar a trajetória política de Antônio Ramos Caiado, o jornal pontifica:

---

322 Cf. *Goyaz*, Goyaz, 11 de maio de 1912.
323 BORGES, Humberto Crispim. *Op. Cit.*, 1980, p. 151.
324 S. O que ha de novo. *Estado de São Paulo*, São Paulo, 11 de julho de 1911, p. 03.
325 BORGES, Humberto Crispim. *Op. Cit.*, 1980, p. 160.
326 CAMPOS, Francisco Itami. *Op. Cit.*, 2003, p. 95.

> Tendo entregue [Ramos Caiado] a situação politica ao grupo Bulhões [após a Revolução de 1909], (…) tempos depois teve de sustentar nova lucta contra aquelles que tudo lhe deviam, mas que entenderam de alijar o chefe que fôra um grande factor do seu resurgimento politico. E venceu mais uma vez, reorganizando em 1912, o Partido Democrata.[327]

O jurista José Bernardo Félix de Sousa reforça o desacordo entre o governador e Jardim: "[Xavier de Almeida] concorrendo com Leopoldo de Bulhões no poder, abateu-lhe de tal forma o prestígio que Urbano de Gouvêa (cunhado de Bulhões), eleito depois, não pôde resistir à pressão de Eugênio Jardim e abandonou o cargo, retirando-se para o Rio de Janeiro."[328] A explicação de Joaquim Carvalho Ferreira é mais elucidativa:

> Já porque o Cel Eugênio Jardim, o verdadeiro chefe da revolução de 1909, lhe fizera um aceno, em público; já porque o próprio Comandante da Polícia cientificara o Presidente de que pretendia o Cel. Eugênio ir ao Palácio para o desfeitear, o fato é que o Sr. Urbano viajou inesperadamente para o Rio, na manhã de 30 de março de 1912, encerrando assim esse período de governo.[329]

Na mencionada entrevista concedida por Urbano de Gouvêa à imprensa carioca, ele salienta que encontrava-se em gozo de licença de seis meses devidamente votada pelo Congresso Legislativo.[330] Compulsando as leis editadas em 1911, nota-se que os parlamentares estaduais aprovaram a referida licença, consubstanciada na lei nº 394, de 05 de julho de 1911.[331]

Portanto, a conclusão é uma só: se o governador inicialmente não desejava abandonar seu ofício, tal fato acabou por concretizar-se, considerando que ele não mais regressou ao estado de Goiás.

Cumpre ressaltar que a saída de Urbano de Gouvêa não ocorreu tão-somente em virtude de seu desentendimento com Eugênio Jardim. O amparo do presidente Hermes da Fonseca à dissidência democrata também pesou bastante, conforme assinalou o próprio mandatário: "Os dissidentes sempre se vangloriaram do apoio do sr. Presidente da República. Depois da eleição [federal] esse prestigio tem se manifestado de maneira mais positiva e material, por meio de actos publicos e officiaes."[332] A melhor tradução para "atos públicos e oficiais" quer dizer nomeações.

O memorialista Jaime Câmara, baseado na valiosa resenha escrita por Luiz do Couto

---

[327] Cf. *O Democrata*, Goyaz, 15 de maio de 1926.
[328] SOUSA, José Bernardo Félix de. *Op. Cit.*, p. 279.
[329] FERREIRA, Joaquim Carvalho. *Presidentes e Governadores de Goiás*. Goiânia: Ed. UFG, 1980, p. 88.
[330] Cf. *Goyaz*, Goyaz, 11 de maio de 1912.
[331] GOIÁS. *Colleção das Leis do Estado de Goyaz sanccionnadas no anno de 1911*. Goyaz: Typographia do "Goyaz", 1911, tomo XVIII, p. 07.
[332] Cf. *Goyaz*, Goyaz, 11 de maio de 1912.

em 1927,[333] acrescenta contribuição para a elucidação do contexto:

> Urbano Gouveia, por influências notórias de Leopoldo de Bulhões, se dispôs a incluir na chapa de candidatos a deputado federal, o dr. Artur Napoleão Gomes Pereira, contra expresso pedido do Marechal Hermes da Fonseca, que indicava Olegário Pinto. Isso criou para Goiás condições políticas difíceis, advindas do choque com o Governo Federal.[334]

Segundo Diva Caiado Jardim, viúva de Eugênio Jardim, em fevereiro de 1912 Hermes da Fonseca solicitou ao deputado Olegário Pinto que telegrafasse a seu marido, "entregando-lhe" a direção política de Goiás.[335] A fim de testar a seriedade da mensagem, Eugênio requereu a demissão do genro de Urbano, bem assim a nomeação de um correligionário em certo cargo público federal. Obteve o deferimento de ambos os pleitos.

Emerge daí a ruptura de Leopoldo de Bulhões com Hermes da Fonseca. Em junho de 1912, Bulhões afirma ter manifestado diretamente ao presidente sua franca hostilidade às intervenções praticadas nos estados.

Ao abordar o caso baiano, o parlamentar goiano curiosamente tangencia a situação de Goiás, embora indiretamente mande o seu recado ao Catete: "Uns, os desaffectos de S. Ex. – já não são em pequeno número – dizem: o que o Sr. Presidente deseja e quer é regenerar a República, militarizando-a, collocando o governo dos Estados sob o guante dos seus camaradas."[336] Ato contínuo, no plenário do Senado Federal, Bulhões enuncia: "Ainda outros ponderam que o desideratum de S. Ex. é a extirpação das oligrachias creadas na federação. Se esta fosse a verdade, S. Ex. deveria começar a obra por casa; o que não seria dificil."

No dia seguinte, o editorial da gazeta fluminense *A Tribuna* comenta o duro discurso de Bulhões e atribui sua ira a "interesses regionais contrariados", além de motivos pessoais e despeito.[337]

Em resposta, Leopoldo de Bulhões volta ao púlpito e novamente não enfrenta o caso de Goiás.[338] Apenas indaga: "Mas que interesses politicos e regionaes são estes? Por que e quando foram elles contrariados?". Mais à frente, verbera: "só devo agradecer ao Sr. Marechal Hermes não

---

333 COUTO, Luiz do. Historia Politica de Goyaz. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 1927, p. 05.
334 CÂMARA, Jaime. *Op. Cit.*, 1967, p. 20.
335 MORAES, Maria Augusta Sant'anna. *Op. Cit.*, p. 207.
336 Discurso proferido pelo senador Leopoldo de Bulhões. Sessão de 04 de junho de 1912. *Diario do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 05 de junho de 1912, p. 682.
337 BULHÕES, Augusto de. *Op. Cit.*, p. 377.
338 Leopoldo de Bulhões certamente evitou o tema regional influenciado pelo pensamento que havia externado anteriormente no recinto parlamentar: "Sr. Presidente, bem sei que as questões de política local não devem repercutir nas discussões desta casa, não só porque ordinariamente pouco interessam ao país, como quase sempre são acompanhadas de paixões e animosidades." In: BULHÕES, Augusto de. *Op. Cit.*, p. 85-86.

se haver lembrado do meu nome quando organisou o ministerio, porque não poderia acompanhal-o nesta via-sacra de deposições de governos estaduaes."[339]

Encerrada a oração bulhonista, o senador Azeredo sai em defesa do presidente. Em aparte, o líder goiano rebate apenas a questão conceituada pela imprensa como de ordem pessoal e despeito, aceitando, tacitamente, os "interesses regionais contrariados":

> O SR. A. AZEREDO – Ha porventura offensa no que disse *A Tribuna*, que o meu nobre amigo tem motivos de resentimento por causa da politica regional do seu Estado? Penso que não, e o contrario até, pois não póde haver cousa que mais me irrite do que as questões regionaes, quando affectam o Estado que represento. Confesso, publica e solemnemente, o meu Estado está acima de todo e qualquer outro interesse politico. Ora, assim pensando, é claro que vejo offensa ao honrado Senador, no que disse de S. Ex. *A Tribuna*.
> O SR. LEOPOLDO DE BULHÕES – *Motivo de ordem pessoal e despeito.* [destaque do texto] Attribuindo taes origens à minha attitude e pretender tirar qualquer autoridade que a minha palavra possa ter nessa Casa.[340]

Na sequência, o senador Azeredo confirma que de fato Bulhões desligara-se da direção do Partido Republicano Conservador, lastimando, contudo, que o fizesse de "modo tão violento, quasi abruptamente, em opposição ao marechal Hermes da Fonseca."[341]

Outrossim, o jornal *Estado de Goyaz* aduziu: "Dissemos que o snr. Bulhões só acceitou o papel de opposicionista, indo ter ao ostracismo, depois que a vassoura official o apanhou e deslocou."[342]

Existem indícios de que a atitude de Hermes da Fonseca deriva da atitude tomada por Leopoldo de Bulhões na eleição presidencial de 1891, quando sufragou a candidatura de Prudente de Morais[343] em detrimento da de Deodoro da Fonseca, tio de Hermes.[344] O ressentimento, verdadeiro ou não, foi relembrado vinte anos depois:

> Forçado a conformar-se com a sua eliminação do scenario politico de Goyaz (…) o sr. Leopoldo de Bulhões marcha para o exilio voluntario onde vae roer o subsidio de senador e maldizer o momento em que preferiu Prudente de Moraes ao marechal Deodoro. Ahi está a

---

339 Discurso proferido pelo senador Leopoldo de Bulhões. Sessão de 10 de junho de 1912. *Diario do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 11 de junho de 1912, p. 764.

340 Discurso proferido pelo senador A. Azeredo. Sessão de 10 de junho de 1912. *Diario do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 11 de junho de 1912, p. 765.

341 Discurso proferido pelo senador A. Azeredo. Sessão de 10 de junho de 1912. *Diario do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 11 de junho de 1912, p. 765.

342 Cf. *Estado de Goyaz*, Goyaz, 30 de junho de 1912.

343 Por ocasião do falecimento de Bulhões a imprensa registrou: "Como deputado, [Bulhões] votou no dr. Prudente de Moraes para presidente da Republica e tomou parte na revolução de 23 de novembro de 1891." In: *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 27 de novembro de 1928, p. 04.

344 Edgard Carone, ao tratar da escolha de Quintino Bocaiúva para presidir o Partido Republicano Conservador em 1910, destaca a relevância do apoio dado a Deodoro da Fonseca: "Quintino Bocaiúva é eleito presidente, porque fora contra a candidatura de David Campista e, no passado, mantivera-se fiel a Deodoro da Fonseca." In: CARONE, Edgard. *Op. Cit.*, 1977, p. 271.

> razão que leva o ex-ministro da fazenda à guilhotina politica. A dynastia dominante não lhe perdôa esse procedimento.[345]

Com a retirada de Urbano de Gouvêa do território goiano, assume temporariamente o posto Joaquim Rufino Ramos Jubé,[346] presidente do Senado Estadual, que aguarda a chegada do vice-governador eleito, Herculano Lobo, chefe político de Formosa.

Nesse contexto, é imperioso sublinhar que o senador Gonzaga Jaime[347] manifesta solidariedade política a Eugênio Jardim: "Conferenciei com o Marechal Hermes, combinando a organização do Partido, de pleno accordo com o coronel Eugenio. Agirei aqui de accordo com o deputado Caiado."[348]

A imprensa bulhonista interpretou a alusão de Gonzaga Jaime ao marechal Hermes da Fonseca como intromissão indevida do governo federal na política estadual. Após relatar as "salvações" em Pernambuco, Ceará e Bahia, o editorial do *Goyaz* defende que a intervenção hermista no estado era "real" e lança as seguintes indagações: "E não é intervenção o facto do Presidente da República determinar a organização de um partido aqui sob a direção do sr. coronel Jardim? Não é intervenção a derrubada que s. ex. tem determinado em nosso Estado com as innumeras demissões e remoções que se tem feito?".[349]

O Partido Democrata encontrava-se então, no dizer da folha dirigida por Abílio Wolney, "inteiramente esphacelado".[350] Após o *Estado de Goyaz* promover intensa campanha em prol da reorganização da legenda, enfim, no dia 14 de julho de 1912, realiza-se no Palácio Conde dos Arcos a convenção partidária. O combate ao bulhonismo dá coesão à organização: "o inimigo é um e commum; o perigo é um e commum; o malfeitor é um e commum: o snr. Bulhões."[351]

A despeito da rearticulação democrata, é justamente no momento da partilha da nova comissão executiva entre as alas que Eugênio Jardim e Gonzaga Jaime se desentendem, notadamente após a exclusão do jaimista Abílio Wolney, presidente da Câmara Estadual, e a demissão de Moisés Santana do cargo de promotor público. Ambos os eventos motivam a viagem de Gonzaga Jaime à Cidade de Goiás, induzindo a imprensa bulhonista a especular a criação de uma outra legenda:

---

345 S. O que ha de novo. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 02 de agosto de 1911, p. 06.

346 Joaquim Rufino Ramos Jubé foi deputado estadual de 1895 a 1904 e senador estadual de 1905 a 1930. Exerceu por mais de 20 anos (1909-1930) a presidência do Senado Estadual. Nesse período, ocupou temporariamente algumas vezes o cargo de governador de Goiás. Integrou de 1914 a 1930 a comissão executiva do Partido Democrata. In: CAMPOS, Francisco Itami; DUARTE, Arédio Teixeira. *Op. Cit.*, p. 167.

347 Cf. *Goyaz*, Goyaz, 07 de agosto de 1912.

348 Cf. *Goyaz*, Goyaz, 06 de julho de 1912.

349 Cf. *Goyaz*, Goyaz, 06 de julho de 1912.

350 Cf. *Estado de Goyaz*, Goyaz, 14 de julho de 1912.

351 Cf. *Estado de Goyaz*, Goyaz, 30 de junho de 1912.

> O *Estado de Goyaz* que se mostra sempre bem informado do que se passa nas altas regiões officiaes, quer administrativas, quer partidarias, noticiou a organização de um novo partido, o Republicano Conservador, sob a direção dos Senadores Jayme e Abrantes e outros politicos moderados, que a voz publica indigita como sendo o srs. Drs. Emilio, Jeronimo de Moraes e coroneis Abilio Wolney, Tubertino Rios e Martins Borges, representando elementos do Centro, Sul e Norte, de accôrdo com o plano primitivo da nova orientação.[352]

Com efeito, nem a chegada de Gonzaga Jayme impede uma segunda divisão no Partido Democrata. Em novembro de 1912, o *Goyaz* estampa em suas colunas telegrama oriundo do Rio de Janeiro: "Causou boa impressão a noticia do já esperado rompimento dos srs. Jayme, Abrantes e Emílio."[353] Os citados srs. Abrantes e Emílio referem-se respectivamente a Braz Abrantes e Emílio Póvoa, membros da comissão executiva democrata, que passa, destarte, a ser controlada pelo denominado "triunvirato salvador",[354] composto de Eugênio Jardim, Ramos Caiado e Sebastião Fleury.[355]

Em 1914, Sebastião Fleury Curado escreve a respeito do assunto: "Surge mais tarde a segunda crise [no Partido Democrata], determinada pela moção do Congresso do Estado em apoio pessoal a V. Exa. [Eugênio Jardim], e combatida vigorosamente pelo Presidente da Câmara, Cel. Abilio Volney."[356] Buscando reparar, em parte, a versão acima, noticiou *A Imprensa*: "Esta [segunda crise] não foi motivada pela moção, mas sim pelo acto da convenção, excluindo o cel. Wolney, candidato dos srs. Jayme, Abrantes e Póvoa à Comissão Executiva."[357]

As adesões, as duas consecutivas defecções verificadas no âmago do Partido Democrata em 1911 e 1912 e a mudança de orientação na política federal ensejam o retorno da maioria dos vencidos de 1909 ao poder, a ponto de Moisés Santana classificar o episódio como "contra-revolução":

> Eugênio Jardim e Ramos Caiado permanecem democratas e o grosso do seu partido se compõe de vencidos de 1909. De fato, o diretório democrata é hoje constituído de Eugênio Jardim e Ramos Caiado, protofatores da revolução; Miguel da Rocha Lima, Luiz Guedes de Amorim, Olegário Delfino Rodrigues, Salatiel Simões de Lima, Joaquim Rufino Ramos Jubé e David Hemetério do Nascimento, xavieristas em 1909; e Samuel Sabino de Passos, jaimista em 1909. (…) Rocha Lima, Guedes de Amorim e Olegário Delfino, escorraçados das posições oficiais, sob a maior depreciação, fazem parte do diretório, os dois primeiros são senadores estaduais e o terceiro, secretário das finanças do estado;[358]

---

352 Cf. *Goyaz*, Goyaz, 24 de agosto de 1912.
353 Cf. *Goyaz*, Goyaz, 30 de novembro de 1912.
354 Cf. *Goyaz*, Goyaz, 14 de setembro de 1912.
355 Cf. *Goyaz*, Goyaz, 30 de novembro de 1912.
356 Cf. *A Imprensa*, Goyaz, 07 de fevereiro de 1914.
357 Cf. *A Imprensa*, Goyaz, 07 de fevereiro de 1914.
358 BORGES, Humberto Crispim. *Op. Cit.*, p. 158.

Ato contínuo, o jornalista esclarece que na época da revolução, se pudessem, os democratas teriam incluído Eugênio Jardim no número dos "deuses".[359] A redação do art. 1º da lei nº 361, de 30 de junho de 1910, confirma em parte o sentimento:

> Fica considerado feriado, em todo territorio do Estado, o dia 1º de maio de cada anno, como data commemorativa da entrada triumphal, nesta Capital, da Legião Democrata que, ao mando do intemerato coronel Eugenio Jardim, no anno de 1909, operou em defesa dos interesses do mesmo Estado."[360]

O feriado, no entanto, não poderia subsistir, máxime após a assunção de João Alves de Castro à governadoria, que assina sua certidão de óbito: "Fica revogada a Lei n. 361, de 30 de junho de 1910, na parte que considerou feriado, em todo território do Estado, o dia 1º de maio, ficando revogadas disposições em contrário."[361]

A partir de 1912, Eugênio Jardim e Antônio Ramos Caiado assumem a direção da política estadual. Em 1927, os desembargadores Emílio Póvoa, Oliveira Godoy, Maurílio Curado Fleury e Vicente Miguel, em carta endereçada ao presidente da República, confirmam: "O Governo do Estado de Goyaz, desde a presidencia Hermes da Fonseca, é feito por uma oligarchia, da qual é chefe de incontestavel poder o senador Caiado."[362]

Para conservar seu domínio, a dupla ostenta prestígio no plano federal, consoante demonstra a visita a Goiás do vice-governador do Rio Grande do Sul, general Salvador Pinheiro Machado, irmão do senador José Gomes Pinheiro Machado, em setembro de 1913.[363]

Mais. Ao comentar, dezesseis anos depois, sua depuração em 1912 pela Câmara Federal, Eduardo Sócrates atesta o convívio de Ramos Caiado com Mário Hermes, filho do presidente: "quando o *leader* Fonseca Hermes levou do Cattete ordem para meu reconhecimento, a primeira pêssoa que me appareceu sorridente, (…) convidando-me insistentemente para me levar à presença do deputado Mario Hermes, quem foi, senador Antônio Ramos Caiado?".[364]

Comprova ainda a fragilização do bulhonismo em Goiás em 1912 o reconhecimento pela Câmara dos Deputados de apenas um deputado federal ligado ao grupo oligárquico e mesmo assim em decorrência de forte articulação que envolveu até o ministro Guimarães Natal: "Ficou

---

[359] BORGES, Humberto Crispim. *Op. Cit.*, p. 161.
[360] GOIÁS. *Colleção das Leis do Estado de Goyaz.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1911, tomo XVII, p. 03.
[361] Artigo 1º da Lei Estadual nº 570, de 21 de julho de 1917. In: GOIÁS. *Colleção das leis do Estado de Goyaz sanccionadas no anno de 1917*. Goyaz: Typographia do Correio Official, 1917, p. 58.
[362] Cf. *Correio Official*, Goyaz, 04 de junho de 1927.
[363] GOIÁS. *Op. Cit.*, 1914, p. 13-14.
[364] SÓCRATES, Marechal Eduardo. Em revide. *Voz do Povo*, Goyaz, 02 de março de 1928.

resolvido, em consequência da intervenção dos srs. Leopoldo de Bulhões e Guimarães Natal, que o sr. Marcello Silva fosse reconhecido por Goyaz com o sacrificio do sr. Eduardo Socrates, o que succedeu horas depois."[365]

Por fim, cumpre sublinhar que a historiografia insiste em analisar o afastamento do governador Urbano de Gouvêa como "o fim da oligarquia bulhônica".[366] No entanto, esta leitura não parece ser a mais acertada. O ano de 1912 representa a queda do bulhonismo, mas não o seu "fim". A até agora quase invisível rearticulação de 1916 e a continuidade da publicação do *Goyaz*[367] contradizem robustamente a aludida hipótese.

I.4. O Partido Republicano de Goiás de 1916 e o *modus vivendi* articulado por Wenceslau Braz

O ano de 1914 marca concomitantemente o início da Primeira Guerra Mundial e o término do quatriênio presidencial de Hermes da Fonseca. Mesmo apresentando elevados índices de rejeição,[368] o sucessor do marechal é justamente seu vice, Wenceslau Braz.

Se o clima anti-hermista grassa no país, nas hostes bulhonistas ele culminava, sobretudo pelos acontecimentos de 1912. Não por acaso a imprensa oposicionista bradou: "Goyaz não será a cova de cacos do hermismo, em bôa hora extincto em quasi todo o Brasil."[369]

Após sete anos de ausência, Leopoldo de Bulhões empreende em 1916 nova viagem a Goiás, no afã de rearticular as dispersas forças políticas antagônicas ao dominante Partido Democrata e congregá-las numa organização partidária.

Dessa vez, porém, ao contrário da excursão de 1909, a permanência de Bulhões no território goiano é mais prolongada. Além das cidades aquém-Paranaíba localizadas ao longo do percurso até Vila Boa, o senador visita mais dois outros centros urbanos: Pirenópolis e Jaraguá.[370]

Chegando à capital em 15 de abril de 1916, Leopoldo de Bulhões é recebido com regozijo pela maioria dos vilaboenses. O *Goyaz* dias antes denunciara que os governistas ensaiavam vaiar o ex-ministro.[371] A hostilidade anunciada ao que parece não se consumou.

O primeiro discurso pronunciado pelo paredro causa sensação entre a atenta plateia.

---

365 Cf. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 25 de maio de 1912, p. 01.
366 MORAES, Maria Augusta Sant'anna. *Op. Cit.*, p. 208.
367 O jornal *Goyaz*, fundado em 1885 por Félix de Bulhões e Leopoldo de Bulhões – ao importarem modernas máquinas de Paris –, era o periódico com maior tempo de circulação ininterrupta do estado de Goiás. Ostentou o título de mais longevo da imprensa estadual por muitos anos. In: BULHÕES, Augusto de. *Op. Cit.*, p. 88.
368 CARONE, Edgard. *Op. Cit.*, 1977, p. 309.
369 Cf. *Goyaz*, Goyaz, 1º de abril de 1916.
370 Cf. *Goyaz*, Goyaz, 06 de maio de 1916.
371 Cf. *Goyaz*, Goyaz, 25 de março de 1916.

Segundo *A Imprensa*, Bulhões pregou conciliação entre as facções políticas em luta: "A primeira solução que o patriotismo suggere para crises politicas, como a nossa, é a da conciliação, em época excepcional que o paiz atravessa." Em seguida, o ex-ministro teria afiançado: "o deputado Hermenegildo, dia a dia, mais se affasta da situação, e foi o medianeiro entre o orador e o dr. Wenceslau Braz para que eu viesse assumir a direcção politica de Goyaz."[372]

No entanto, conforme ainda a mesma fonte, a passagem colacionada acima foi suprimida pelo órgão de publicidade oposicionista:

> E foi com surpreza que não sahiu no *Goyaz* essa parte do discurso. Mas a phrase estamos certos foi proferida aqui, assim tambem o foi em Ipamery, conforme annunciou o 'Correio de Catalão', dando lugar à rectificação do ultimo *Goyaz* que veio como um toque de debandada suffocar a paixão dos nossos adversarios, que ingenuos acreditavam que o sr. Bulhões vinha investido de poderes do Governo Federal para intervenção no Estado.[373]

A notícia sobre uma eventual intervenção carreou preocupação para a ala democrata, a ponto de Ramos Caiado telegrafar ao deputado Hermenegildo de Moraes nos seguintes termos: "Bulhões discursando disse: o deputado Hermenegildo de Moraes foi o medianeiro do dr. Wenceslau Braz para eu vir tomar a direcção politica de Goyaz. Peço informar com urgencia o que ha sobre isso." Hermenegildo respondeu assim a Caiado: "Depois do meu regresso em março, de Morrinhos, ainda não conversei com o sr. Presidente da Republica sobre a politica de Goyaz."[374]

A apreensão dos líderes do Partido Democrata era fundamentada, pois sabiam, embora naturalmente negassem à época, que Bulhões gozava do apoio do presidente Wenceslau Braz. Doze anos depois, o próprio matutino caiadista reconheceu: "Ha annos quando o senador Leopoldo de Bulhões, apoiado pelo presidente da Republica, dr. Wenceslau Braz, veio a esta Capital reorganisar o seu velho partido cheio de raízes, e cheio de tradições, foi alvo de festas demonstrativas de respeito e consideração."[375]

Em 29 de abril de 1916, no palacete da "viúva Viggiano", na capital, realiza-se a reunião para a formação do Partido Republicano de Goiás. Na parede central do salão encontra-se afixado o retrato de Bulhões e nas paredes laterais estão expostas as imagens de Gonzaga Jaime e Braz Abrantes.[376] O detalhe revela quem eram os principais expoentes da solenidade, bem como quais as tendências oposicionistas selavam ali sua união.

---

372 Cf. *A Imprensa*, Goyaz, 28 de abril de 1916.
373 Cf. *A Imprensa*, Goyaz, 28 de abril de 1916.
374 Cf. *A Imprensa*, Goyaz, 22 de abril de 1916.
375 Cf. *O Democrata*, Goyaz, 16 de junho de 1928.
376 Cf. *Goyaz*, Goyaz, 06 de maio de 1916.

Mesmo usufruindo do amparo federal, Leopoldo de Bulhões, segundo os governistas, conhecia sobejamente os obstáculos para o presidente decretar eventual intervenção federal em Goiás: "s. ex. [Bulhões] ao envez de affirmar a intervenção disse que seria impossivel conseguil-a, uma vez que o sr. Presidente da Republica é um legalista, e que dentro das normas da nossa lei fundamental ella não poderia ser invocada para o nosso Estado."[377]

Esta narrativa, apregoada pelo oficialismo, não guardava correspondência nas páginas da gazeta bulhonista, porquanto o *Goyaz* publicou que o senador tinha convicção de que o presidente da República restabeleceria no estado "o domínio da lei, evitando que o povo opprimido reaja com sacrificio da paz da família goyana."[378]

A postura anti-intervencionista de Bulhões, veementemente manifestada ao longo do consulado de Hermes da Fonseca, sofre em 1916 forte revés, amoldando-se às conveniências políticas de momento. Advogando a excepcionalidade da situação, o ex-ministro da Fazenda sustentou que "sempre foi adversario do intervencionismo no Estado, mas hoje é partidario da intervenção, ante os desregramentos dos governichos que não respeitam os principios liberaes da Republica Federativa."[379]

A pujança política do Partido Republicano de Goiás de 1916 impressiona. Comprovam à saciedade a expressividade da legenda os dez nomes que compõem sua comissão executiva: Leopoldo de Bulhões, Gonzaga Jaime, Braz Abrantes, Marcello Silva, Joaquim da Cunha Bastos,[380] Virgílio de Barros, Emílio Póvoa, Sebastião Fleury Curado, Joaquim de Souza Júnior e Francisco Leopoldo Jardim.

Na realidade a relação acima praticamente reproduzia a primeira composição do diretório democrata de 1909. Quase todos os integrantes eram os mesmos. Tal particularidade, como não poderia deixar de ser, recebeu especial menção no discurso de Bulhões:

> Os ellementos daquelle partido [Democrata] foram delle se desaggregando, pela repugnancia aos processos de compressão, violencia e completo repudio a todas as normas legaes. Assim alli se achavam de novo reunidos todos os ellementos poderosos da colligação de 1909, com exclusão de um só, o mais fraco, representado pelo deputado Ramos Caiado.[381]

---

377 Cf. *A Imprensa*, Goyaz, 22 de abril de 1916.
378 Cf. *Goyaz*, Goyaz, 06 de maio de 1916.
379 Cf. *Goyaz*, Goyaz, 06 de maio de 1916.
380 Joaquim da Cunha Bastos nasceu na Cidade de Goiás em 1868. Comerciante e fazendeiro, foi senador estadual pelo Partido Republicano (1917-1924). Exerceu ainda o cargo de prefeito da capital, nomeado pelo interventor Pedro Ludovico em 1932. Em 1936, pediu exoneração do cargo. Exerceu grande liderança política em Vila Boa. Faleceu em 1945. In: CAMPOS, Francisco Itami; DUARTE, Arédio Teixeira. *Op. Cit.*, p. 159.
381 Cf. *Goyaz*, Goyaz, 06 de maio de 1916.

O manifesto lançado pelos republicanos de igual modo salientava o destacado aspecto: "dos nove directores do mallogrado partido Democrata, formado em 1909, salvante o saudoso Senador Sousa, já fallecido e ora representado mui dignamente por seu filho Dr. Sousa Junior; – dos oito antigos directores, sete firmam o presente manifesto."[382]

Por óbvio, na ocasião, os democratas não admitiram a força do Partido Republicano. Entretanto, em 1928, a verdade, maquiada em 1916, veio à tona sem qualquer constrangimento:

> A frente do partido de Bulhões estava o prestigioso coronel Francisco Leopoldo, o prestigioso chefe senador Gonzaga Jayme, o estimado marechal Braz Abrantes e o honrado deputado Marcello Silva, todos com os seus amigos e os seus collegios eleitoraes. (…) O coronel Francisco Leopoldo era apoiado por quasi todo o Norte do Estado, onde tinha amigos de valor e da dedicação do coronel Frederico Lemos, tinha sido presidente do Estado, deputado, senador, e tinha em todos os collegios do Sul, tambem amigos. O senador Gonzaga Jayme era chefe de Pyrenopolis, de Annapolis, de Santa Luzia, de Formosa, Rio Verde e outros tantos collegios, em que seus amigos dispunham de prestigio. Jaraguá era baluarte bulhonista. Marcello Silva, além de fortes elementos em diversos collegios, dispunha da quasi unanimidade de S. José de Tocantins. Nesta Capital as forças se contrabalançavam. Bulhões levou as urnas 404 eleitores e o governo pouco mais.[383]

Na solenidade de fundação do Partido Republicano a presença de Pedro Ludovico chama de novo a atenção, agora já designado como "doutor",[384] porquanto graduado em medicina no Rio de Janeiro.[385] Segundo Ludovico, Braz Abrantes fora seu "protetor".[386] Por isso, deduz-se que antes de bulhonista, o facultativo integrava a tendência abrantista.

Ao tomar parte tanto na criação do Partido Democrata em 1909 quanto na do Partido Republicano em 1916, Ludovico contradiz seu próprio depoimento de que só participara da política goiana após fixar domicílio em Rio Verde.[387] É imperioso assinalar que em nenhuma das várias entrevistas concedidas por ele encontra-se referência aos eventos em apreço, nem tampouco na bibliografia existente.

Enquanto a maioria dos antigos fundadores do Partido Democrata alistavam-se nas fileiras republicanas em 1916, os vencidos de 1909 abrigavam-se sob a liderança dos cunhados Eugênio Jardim e Antônio Ramos Caiado. A aliança entre os xavieristas e os caiadistas é evidenciada pela visita de Caiado a Xavier de Almeida, quando o ex-governador esteve em 1913 na

---

382 Cf. *Goyaz*, Goyaz, 13 de maio de 1916.
383 Cf. *O Democrata*, Goyaz, 16 de junho de 1928.
384 Cf. *Goyaz*, Goyaz, 06 de maio de 1916.
385 TEIXEIRA, Pedro Ludovico. *Memórias.* 2ª ed. Goiânia: Cultura Goiana, 1973, p. 21.
386 Depoimento de Pedro Ludovico Teixeira concedido a Aspásia Alcântara Camargo em maio de 1976. *Diário da Manhã*, Goiânia, 24 de outubro de 1983.
387 Depoimento de Pedro Ludovico Teixeira concedido a Aspásia Alcântara Camargo em maio de 1976. *Diário da Manhã*, Goiânia, 24 de outubro de 1983.

Cidade de Goiás.[388]

Reforça a união dos antigos contendores o vertente tópico: "o sr. Xavier de Almeida foi recentemente revêr Goyaz, e durante sua permanecia na capital registraram-se algumas reconciliações politicas de muita significação, como, por exemplo, a que o ex-governador celebrou com o sr. Eugenio Jardim."[389]

Outra evidência desta composição política aparece na lista dos onze componentes da comissão executiva do Partido Democrata eleitos durante a convenção de 13 de maio de 1916: Eugênio Jardim, Ramos Caiado, Miguel da Rocha Lima, Luiz Guedes de Amorim, Hermenegildo de Moraes, Ramos Jubé, Samuel Sabino dos Passos,[390] Ayres da Silva, Olegário Delfino, David Hemeterio do Nascimento, Salatiel Simões de Lima, este no exercício da governadoria.[391]

A propósito, cabe destacar que vários participantes da convenção democrata de 1916 desempenharão na década de 1930 papel de destaque na política estadual, a saber: Domingos Netto de Vellasco,[392] João José Coutinho,[393] Mário Caiado, Claro Augusto de Godói,[394] Salomão Clementino de Faria,[395] Hermógenes Ferreira Coelho[396] e Ignácio Bento de Loyola.

Consoante anunciado por Leopoldo de Bulhões, um acordo entre os partidos começa a ser entabulado, inicialmente mediado pelo desembargador Oliveira Godoy, que em pouco tempo

---

388 FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. *Op. Cit.*, 2009, v. I, p. 199.

389 S. O que ha de novo. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 10 de setembro de 1913, p. 03.

390 Samuel Sabino dos Passos nasceu na Cidade de Goiás em 1873. Comerciante e fazendeiro, foi deputado estadual de 1909 a 1924, além de primeiro prefeito da capital goiana após a vitória da Revolução de 1930. Em 1932, pediu exoneração do cargo. Faleceu em 1945. In: CAMPOS, Francisco Itami; DUARTE, Arédio Teixeira. *Op. Cit.*, p. 246.

391 Cf. *A Imprensa*, Goyaz, 21 de maio de 1916.

392 Domingos Neto de Vellasco nasceu na Cidade de Goiás em 1899. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Niterói. Tenente do Exército, antes da Revolução de 1930, participou ativamente do movimento tenentista. Após o movimento revolucionário, exerceu o cargo de secretário de Segurança Pública de Goiás. Foi deputado federal, senador da República e ministro do Tribunal Superior do Trabalho. Faleceu em 1973. In: FGV/CPDOC. *Op. Cit.*, v. V, p. 6005.

393 João José Coutinho nasceu em Santa Luzia (hoje Luziânia) em 1886. Integrou o diretório do Partido Republicano, reorganizado em 1927 e o diretório do Partido Social Republicano. Foi deputado estadual de 1935 a 1937, além de prefeito de Vila Boa em 1947 pela União Democrática Nacional. Faleceu em 1965 em Goiânia. In: CAMPOS, Francisco Itami; DUARTE, Arédio Teixeira. *Op. Cit.*, p. 148.

394 Claro Augusto de Godói nasceu na Cidade de Goiás em 1896. Era filho do desembargador Oliveira Gódoi e de Teresa Alencastro Caiado Gódoi. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Goiás. Com a vitória da Revolução de 1930, assumiu o cargo de diretor da Escola de Aprendizes e Artífices de Goiás. Foi deputado federal de 1935 a 1937. In: FGV/CPDOC. *Op. cit.*, v. III, p. 2550.

395 Salomão Clementino de Faria nasceu na Cidade de Goiás em 1897. Integrou o grupo liderado por Pedro Ludovico no sudoeste. Após a vitória da Revolução de 1930, ocupou postos destacados na segurança pública do estado. Foi deputado estadual de 1935 a 1937. Com o fim do Estado Novo, filiou-se à União Democrática Nacional. Faleceu em 1975. In: CAMPOS, Francisco Itami; DUARTE, Arédio Teixeira. *Op. Cit.*, p. 244.

396 Hermógenes Ferreira Coelho nasceu na Cidade de Goiás em 1898. Comerciante e banqueiro, foi deputado estadual por duas vezes (1921-1924 e 1935-1937). Na segunda oportunidade, presidiu a Constituinte Estadual, sendo eleito posteriormente duas vezes presidente da Assembleia Legislativa por unanimidade. Em 1936, exerceu temporariamente a governadoria de Goiás. Foi eleito prefeito de Vila Boa em 1947 pela União Democrática Nacional. Faleceu em 1953. In: CAMPOS, Francisco Itami; DUARTE, Arédio Teixeira. *Op. Cit.*, p. 129.

desiste da missão, "considerando-a irrealizável".

Em entrevista concedida ao jornal carioca *O Imparcial*, posteriormente transcrita na imprensa estadual, aduz o senador: "Felizmente o sr. presidente da República conseguiu aqui o que em Goyaz não me foi dado obter; os representantes do partido Democrata confabularam com os do partido Republicano e firmaram um *modus vivendi* ou accôrdo."[397] Incontinenti, o ex-ministro noticia em quais diretrizes seriam baseadas o *modus vivendi* entre as facções antagônicas:

> O presidente da Republica propôz para o accôrdo a seguinte formula: a escolha de um nome que inspirasse confiança a ambos os partidos, para a presidencia do Estado, na eleição que se fará em março de 1917; os situacionistas votariam em um só nome em oito circulos, garantindo assim oito deputados à opposição e reconheceriam os mais que fossem eleitos em outros circulos e bem assim os senadores e vice presidentes com excepção do 1º vice presidente que seria eleito por ambos os partidos. Foram acceitos para presidente o dr. João Alves de Castro e para 1º vice o dr. Hermenegildo de Moraes. A eleição correrá livremente.[398]

Ainda segundo Bulhões, quem sugerira o nome de João Alves de Castro fora o senador Luiz Gonzaga Jaime, que decerto apostava na continuidade do ressentimento de Castro e sua esposa com Antônio Ramos Caiado motivado pelos episódios de 1909 e descritos assim por Laudelino Gomes de Almeida:

> Fundos eram os ressentimentos de João Alves de Castro contra o seu cunhado, não faltavam razões para isso e si outras não bastassem, só o facto do seu cunhado, com o revólver engatilhado sobre a cabeça da sua propria irmã, esposa de João Alves, obrigando-a a passar um telegramma ao Sr. conselheiro Affonso Penna, na presidencia da Republica em 909, dizendo estar a Capital Goyana em paz, quando os revolucionarios a sitiavam, seria o sufficiente para que nunca soubesse perdoal-o. Baseado nesses incidentes, Gonzaga Jayme não acreditava que Alves de Castro fizesse causa commum com o seu cunhado; errou ainda desta vez o Senador Jayme, pois a tensão anterior entre os cunhados se havia diminuido, embora deixando o Governo não sahisse em harmonia com o seu cunhado. [399]

Na dicção da imprensa democrata, a escolha do governador traduzia-se "como chave de segurança [do acordo], principio e fim de sua razão de ser",[400] avultando dessa forma o peso do cargo para a operação do sistema político estadual.

A impressão digital de Wenceslau Braz na articulação patenteia-se pelo conteúdo do seguinte telegrama:[401] "Rio 10 – A convite e sob a presidencia Presidente da Republica reuniram-se

---

397 Cf. *Goyaz*, Goyaz, 02 de setembro de 1916.
398 Cf. *Goyaz*, Goyaz, 02 de setembro de 1916.
399 Contestação feita pelo Sr. Laudelino Gomes de Almeida ao diploma expedido pela Junta Apuradora ao Sr. Miguel da Rocha Lima. *Diario do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 03 de maio de 1927, p. 370.
400 Cf. *A Imprensa*, Goyaz, 18 de agosto de 1916.
401 Telegrama sem identificação do remetente e do destinatário.

hontem no Palacio do Cattete, das nove às onze horas e 40 minutos da noite Bulhões, Jayme, Caiado e Hermenegildo para tratarem possibilidade de uma accordo na politica do Estado."[402]

Em comunicação endereçada ao presidente da comissão executiva do Partido Democrata, Antônio Ramos Caiado detalha os contornos do pacto:

> Senador Eugenio Rio 14 – Acabamos realizar accordo seguintes bases: Dr. João Alves, Presidente; 1º vice Dr. Hermenegildo de Moraes, 2º e 3º vices, eleitos em pleito livre. Daremos oito deputados opposição no reconhecimento. Nenhuma nomeação fará o governo Federal, antes da eleição para presidente. Irá inspector dos Correios a Goyaz verificar queixas da opposição. Bulhões telegraphará a seus amigos suspenderem hostilidades contra nós. Napoleão não poderá fazer politica Repartição. Presidente da Republica fica como fiador accordo. Ramos Caiado."[403]

Nesse mesmo sentido, discorre Hélio Silva:

> O presidente da República reúne no Catete os representantes das duas facções, à procura de uma solução. De início, os políticos situacionistas haviam se organizado em torno da candidatura do deputado Hermenegildo de Moraes, para o cargo de governador do Estado. Após as conversações chegaram a um denominador comum e aceitaram um nome neutro, o do desembargador João Alves de Castro, que era presidente do Tribunal de Relações do Território do Acre.[404]

O *modus vivendi* representou na expressão cunhada por Bulhões o "primeiro fruto da organização" do Partido Republicano de Goiás.[405] O *Goyaz* foi além ao afirmar que, ante a crise política causada pela intolerância dos governistas, "todos os espíritos" encontravam-se no dilema da "intervenção ou revolução", definindo as tratativas formuladas pelo presidente Wenceslau Braz como "intervenção preventiva":

> O "accordo" politico realizado há pouco no Rio, pelo honrado sr. Presidente da Republica, nada mais é do que a intervenção federal preventiva, para normalisar a vida politica e administrativa de Goyaz, sem necessidade de um interventor nomeado pelo governo e apoiado na força de linha, depois que se desse a eclosão das paixões, que tudo indicava imminente. Intervenção sem decreto e sem apparatos militares, mas intervenção. Foi, pois, o que tivemos.[406]

Mais à frente, a mesma gazeta qualifica o futuro governador João Alves de Castro de "verdadeiro interventor", com a única ressalva de ter sido nomeado por aclamação dos partidos e

---

402 Cf. *A Imprensa*, Goyaz, 18 de agosto de 1916.
403 Cf. *A Imprensa*, Goyaz, 18 de agosto de 1916.
404 SILVA, Hélio. História da República. São Paulo: Ed. Três, 1975, v. 4, p. 107 *Apud* CAMPOS, Francisco Itami. *Op. Cit.*, 2003, p. 98.
405 Cf. *Goyaz*, Goyaz, 02 de setembro de 1916.
406 Cf. *Goyaz*, Goyaz, 02 de setembro de 1916.

não pelo chefe da nação.

Com efeito, provavelmente pela exiguidade de prazo entre o fechamento do acordo e a data da eleição para o Congresso Estadual designada para setembro de 1916, as duas agremiações indicaram chapa completa para a Câmara dos Deputados e cinco pretendentes para as seis vagas disponíveis no Senado Estadual.

O prélio arrastou ainda mais agitação ao já tenso ambiente, a ponto de o fluminense *Correio da Manhã* afirmar, em matéria replicada pela imprensa bandeirante, que "registraram-se algumas dezenas de mortes."[407] Se o número de mortes indica provável exagero, concomitantemente revela que a disputa eleitoral realmente elevou o ânimo dos contendores.

Mirando especificamente nos candidatos do segundo círculo eleitoral,[408] vê-se que os democratas apresentaram o nome de Ricardo Campos,[409] representante de Rio Verde,[410] enquanto os republicanos sugeriram Frederico Gonzaga Jaime.[411] Registre-se, desde logo, esta informação, em razão de sua importância para a compreensão da política municipal rioverdense, objeto de estudo do próximo subcapítulo.

O *modus vivendi* previa inicialmente o reconhecimento de oito parlamentares republicanos. No entanto, em janeiro de 1917, o acordo acabou alterado, reduzindo-se a bancada minoritária para seis, a saber: Frederico Gonzaga Jaime,[412] Humberto Martins Ribeiro,[413] Francisco Joaquim de Magalhães, Cândido Theodoro, Joaquim Ferreira da Silva e João Bastista de Almeida.

O tratado confeccionado formalmente em 1917 manteve a cláusula indicativa de João Alves de Castro e foi subscrito pelo parlamentar mineiro Antônio Carlos Andrada, Antônio Ramos

---

407 Cf. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 17 de novembro de 1916, p. 04.

408 O segundo círculo eleitoral englobava o sudoeste goiano e era composto dos seguintes municípios: Jataí, Mineiros, Morrinhos (sede), Rio Bonito (hoje Caiapônia), Rio Verde, Santa Rita do Paranaíba (hoje Itumbiara) e Buriti Alegre. In: GOIÁS. *Divisão Judiciaria e Administrativa e Circulos Eleitorais do Estado de Goyaz em 1923*. Organizada pelo chefe da 1ª secção da Secretaria do Interior e Justiça, Bacharel Emiliano Ferreira Rios. Goyaz: Correio Official, 1924, p. 20.

409 Ricardo Campos nasceu em Rio Verde em 1893. Foi deputado estadual de 1921 a 1924. Segundo Onaldo Campos, Ricardo também teria participado da legislatura anterior do Congresso Legislativo Estadual. Atuou ativamente na fundação do Partido Republicano Independente de Rio Verde em 1924. Integrava o grupo liderado pelo senador estadual Martins Borges. Faleceu em 1932. In: CAMPOS, Francisco Itami; DUARTE, Arédio Teixeira. *Op. Cit.*, p. 243.

410 Cf. *A Imprensa*, Goyaz, 14 de julho de 1916.

411 Cf. *Goyaz*, Goyaz, 26 de agosto de 1916.

412 Frederico Gonzaga Jaime nasceu na cidade de Pirenópolis (GO) em 1873. Comerciante, fixou residência em Rio Verde, onde tornou-se prefeito. Participou ativamente da Revolução de 1909. Foi deputado estadual de 1909 a 1920. Era irmão do senador Gonzaga Jaime. Faleceu em 1935. In: CAMPOS, Francisco Itami Campos; DUARTE, Arédio Teixeira. *Op. Cit.*, p. 115.

413 Humberto Martins Ribeiro nasceu no estado de Alagoas e era médico. Foi deputado estadual de 1917 a 1920 e vice-governador em 1929. Assumiu o governo de Goiás em agosto de 1930, após o pedido de licença formulado por Alfredo Lopes de Moraes. Candidatou-se a deputado federal em 1934 pela Coligação Libertadora. Faleceu em 1947. CAMPOS, Francisco Itami; DUARTE, Arédio Teixeira. *Op. Cit.*, p. 132.

Caiado – este em nome dos democratas –, Francisco Leopoldo Jardim e Luiz Gonzaga Jaime, ambos representando os republicanos.[414]

Para as três vagas de vice-governador, elegeram-se, respectivamente, pela ordem, Antônio Ramos Caiado, Braz Abrantes e Marcello Silva.[415] Era a consagração da fórmula que brindava os democratas com a 1ª vice e os republicanos com as outras duas vagas.

A luta política de Goiás dividiu o apoio dos estados hegemônicos, na medida em que São Paulo tendia para o bulhonismo e Minas Gerais para o caiadismo: "Diz-se que o sr. Bulhões não está mal amparado, e terá, possivelmente, o apoio da politica paulista, visto o sr. Caiado contar com a protecção da politica mineira."[416]

Com a aproximação das eleições federais de março de 1918, o diretório do Partido Republicano divulga manifesto sobre a reeleição senatorial de Leopoldo de Bulhões: "Renovar-lhe, portanto, o mandato senatorial é mais uma obra de civismo dos goianos, que uma conveniência doméstica dos partidos."[417]

O presidente Wenceslau Braz estimula novamente a celebração de uma segunda avença entre as duas legendas estaduais, objetivando garantir a permanência de Leopoldo de Bulhões no Senado Federal. Intermediando a negociação, o governador Alves de Castro peticiona então à comissão executiva do Partido Democrata:

> Pede-me o Sr. Dr. Presidente da Republica que eu sirva de seu interprete perante V. Excias. solicitando, em nome dos altos interesses nacionaes, o apoio do Partido Democrata a favor da reeleição do Senador Leopoldo de Bulhões. Tratando-se de um goyano illustre, vantajosamente conhecido no Paiz e que muito honra o Estado no Congresso Nacional, nenhum constrangimento tenho em transmittir a V. Excias. o desejo do Sr. Presidente da Republica. O momento excepcional, que atravessa actualmente o nosso paiz, está a exigir a união de todos e o esquecimento de todos os odios e ressentimentos, como bem o faz sentir o mesmo Sr. Dr. Wenceslau Braz. Esperando solução favoravel a este apello que tambem faço meu não só pelos motivos allegados pelo Sr. Presidente da Republica, como tambem porque elle traduz um acto de justiça.[418]

Extrai-se da missiva o grande interesse de Wenceslau Braz pela reeleição de Bulhões. Mesmo secundado pelo chefe da nação, surpreendentemente, o diretório democrata indefere a solicitação, sob o argumento de que o senador agia em franca hostilidade ao partido dominante,

---

414 GOIÁS. *Mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Estado de Goyaz pelo Presidente do Estado Dezembargador João Alves de Castro na 2ª sessão da 8ª legislatura em 13 de maio de 1918*. Goyaz: Typ. do "Correio Official", 1918, p. 04.

415 GOIÁS. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de Goyaz na 1ª sessão da 8ª legislatura em 13 de maio de 1917 pelo Exmo. Sr. Coronel Joaquim Rufino Ramos Jubé presidente do Senado em exercício do cargo de Presidente do Estado*. Goyaz: Typ. da Casa Progredior, 1917, p. 07.

416 Cf. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 03 de janeiro de 1917, p. 04.

417 BULHÕES, Augusto de. *Op. Cit.*, p. 510.

418 GOIÁS. *Op. Cit.*, 1918, p. 07.

inclusive conseguindo do ministro da Fazenda demissões de coletores federais "amigos nossos".

Complementa que Bulhões e seus partidários, pela imprensa do Rio de Janeiro e de Goiás, lançam o descrédito sobre o estado e achincalham seus conterrâneos mais ilustres como o desembargador João Alves de Castro. Na sequência, acrescenta a comissão executiva, em resposta ao governador:

> Deante de semelhante attitude, injustificavel por todos os motivos, bem vê V. Exa. que o Partido Democrata ficaria diminuido aos olhos dos seus correligionarios e do proprio Estado e viria quebrar a sua linha de dignidade e de altivez civica se tomasse a resolução impatriotica de apoiar ou não se oppôr a essa candidatura. Temos grande pezar, acredite V. Exa., em não podermos acquiescer aos desejos do Exmo. Sr. Dr. Wenceslao Braz, cujos intuitos patrioticos comprehendemos.[419]

Ante a denegação do pleito presidencial, Leopoldo de Bulhões acaba derrotado por Hermenegildo Lopes de Moraes. Mesmo impugnando o diploma do democrata morrinhense, a pretensão bulhonista malogra.

No decorrer do debate, o senador Gonzaga Jaime testemunha a lisura do pleito: "Não sou da situação; posso, portanto, fallar com imparcialidade; as eleições de Goyaz, por parte do governo, correram com toda a liberdade."[420]

Apesar do insucesso de Bulhões, na Câmara Federal a minoria republicana conserva seu assento por intermédio do reconhecimento de Tullo Jayme, filho de Gonzaga Jayme.[421]

Todo o esforço despendido pelo governador de Goiás não bastou para aproximá-lo do presidente Wenceslau Braz, cujas relações com sua administração não passavam de "simples cortesia", no dizer do próprio Alves de Castro. O descontentamento, porém, ia além:

> As nomeações federaes feitas pelos seus auxiliares, desde 14 de julho do anno passado, notadamente as de supplentes dos juizes federaes e de ajudantes do procurador da Republica para quasi todos os municipios e as de collectores, recairam todas em pessoas indicadas pelo chefe do partido politico que dissentio da minha orientação, sendo despresadas as propostas que fiz contemplando nomes das duas parcialidades existentes no Estado. Felismente estes actos de hostilidade não pertubaram a marcha da administração.[422]

A passagem exterioriza a irritação do mandatário goiano com o presidente, a ponto de Alves de Castro assinalar que os atos administrativos praticados na esfera federal representavam "hostilidade" ao governo estadual. O tópico acima demonstra ainda o prestígio que Leopoldo de

[419] GOIÁS. *Op. Cit.*, 1918, p. 09.
[420] Aparte proferido pelo senador Gonzaga Jayme durante o discurso do senador Paulo de Frontin. Sessão de 15 de maio de 1918. *Diario do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 16 de maio de 1918, p. 551.
[421] GOIÁS. *Op. Cit.*, 1918, p. 29. Ver seção de imagens. In: MENDONÇA, Jales Guedes Coelho. *Op. Cit.*, 2013.
[422] GOIÁS. *Op. Cit.*, 1918, p. 15-16.

Bulhões desfrutava junto a Wenceslau Braz.

A pública insatisfação de João Alves de Castro certamente teve expansão em virtude da escolha do novo presidente da República – Rodrigues Alves – e dos estertores do mandato de Wenceslau Braz.

Ademais, a citação extratada revela que logo no primeiro ano da gestão do governador, os republicanos dissentiram de sua orientação.

A viagem de Bulhões em 1916 significou sua última visita a Goiás: "Transferindo sua residencia para o Rio, por duas vezes foi chamado pelos seus correligionarios em opposição – em 1909 e em 1916 veio até esta Capital, percorrendo grande zona do Estado em propaganda politica."[423]

Revendo-se praticamente inexplorados acontecimentos políticos de 1916, transparece o vigor do bulhonismo, embora a partir do insucesso da reeleição do senador Bulhões e da morte de Francisco Leopoldo Jardim em 1920 seja perceptível a inanição do Partido Republicano.

Em contrapartida, após a celebração do *modus vivendi* e, via de consequência, da assunção de João Alves de Castro, e ante o cultivo de boas relações com os principais expoentes da política nacional pelos líderes Ramos Caiado e Eugênio Jardim, o Partido Democrata consolida seu domínio em Goiás, seguindo hegemônico até outubro de 1930.

I.5. O Partido Republicano Independente de 1924: a tentativa de protagonismo do sudoeste

De início, convém explicar que das quatro legendas analisadas no presente trabalho e constituídas entre 1909 e 1930 em Goiás, o Partido Republicano Independente será a única de âmbito municipal, por dois motivos: primeiro, pelo seu caráter de oposição ao governo estadual – traço incomum às agremiações locais; segundo, em função de o cenário político rioverdense desvendar vários aspectos relevantes para a compreensão do contexto regional, em particular a conjuntura o da década de 1930.

A política municipal, mormente a vivida nos mais expressivos centros urbanos, geralmente promove alguma interferência na conjuntura estadual. Como visto, a eleição vilaboense de 1911, por exemplo, assumiu papel saliente na cisão entre Eugênio Jardim e o governador Urbano de Gouvea.

Esquadrinhando as municipalidades brasileiras, Victor Nunes Leal explica que, via

[423] Cf. *Voz do Povo*, Goyaz, 28 de dezembro de 1928.

de regra, as forças locais ambicionam o controle do governo municipal e muito raramente opõem-se às oligarquias estaduais:

> as correntes políticas municipais se digladiam com ódio mortal, mas comumente cada uma delas o que pretende é obter as preferências do governo do Estado; não se batem para derrotar o governo no território do município, a fim de fortalecer a posição de um partido estadual ou nacional não-governista; batem-se para disputar, entre si, o privilégio de apoiar o governo e nele se amparar. (...) O maior mal que pode acontecer a um chefe político municipal é ter o governo do Estado como adversário.[424]

As afirmações de Leal clarificam-se sobejamente ao serem confrontadas com vários eventos ou declarações, a começar pelo trecho da entrevista dada por Antônio Ramos Caiado à imprensa carioca: "Acontece, porém, que não temos opposição; apenas divergencia entre grupos, nalguns municipios, pertencendo, entretanto, os que divergem, entre si, todos ao Partido Democrata."[425]

O raciocínio do líder democrata, por sua vez, é corroborado pelo *modus vivendi* celebrado em 1922 pelas duas alas existentes em Catalão, e devidamente referendado pelo governador Eugênio Rodrigues Jardim:

> Ao influxo da acção ponderada do sr. Presidente do Estado que, há tempo, tem procurado normalisar a situação politica de alguns municipios, felizmente poucos, que possuem dois grupos politicos em luta – realisou-se uma fusão entre os dois directorios de Catalão. Pelos srs. Getulio Vaz e Alvaro Paranhos foi firmado nesta Capital um accordo, organisando-se um directorio composto de elementos preponderantes em um e outro grupo – sob a presidencia do sr. cel. Eugenio Jardim.[426]

Nesse diapasão, ressai da mensagem endereçada ao Congresso Legislativo pelo desembargador João Alves de Castro a notícia do acordo político entabulado em Pouso Alto (hoje Piracanjuba) nos mesmos moldes do de Catalão:

> No intuito de pôr termo as questões que vinham perturbando a vida do municipio de Pouso Alto, procurei conciliar as forças da política local, aconselhando e promovendo um accordo que desse em resultado a eleição de um governo constituido pelos elementos das duas facções que alli disputam o poder.[427]

Segundo Joaquim Rosa, em 1923, surgiu em Ipameri uma corrente política liderada pelo médico Antônio Raimundo Gomes da Frota, secundada pelos tenentes do 6º Batalhão de Caçadores do Exército, que ensaiou combater o situacionismo estadual. Entretanto – prossegue o

[424] LEAL, Victor Nunes. *Op. Cit.*, p. 69.
[425] Cf. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1927.
[426] Cf. *O Democrata*, Goyaz, 13 de janeiro de 1922.
[427] GOIÁS. *Op. Cit.*, 1918, p. 19.

memorialista –, o senador Ramos Caiado "transformou a oposição tenente contra o mandonismo estadual, isto é, contra o caiadismo, em apenas, oposição local."[428] Em seguida, Rosa informa que aqueles tenentes foram transferidos de Ipameri. A anulação da eleição ipamerina de 20 setembro de 1923, bem como a notícia da ocorrência de dualidade dos poderes locais,[429] reforçam a versão de Rosa.

Certa passagem de um artigo de Pedro Ludovico sintetiza o quadro descrito: "em muitos municipios ha duas facções que se degladiam, cada qual, porem, fazendo questão em ser mais indigna na sua attitude, esmerando-se no agachamento, mendigando as sympathias do Senador [Caiado], que lhe acena mais com a taca do que com a rapadura."[430]

As considerações de Maria Augusta Sant'anna Moraes arrematam tudo o que foi dito: "Muitas vezes, as lutas municipais refletiam apenas efeitos locais, ou seja, ambos os contendores não faziam oposição à política dominante na esfera estadual. Isso gerava, às vezes, situações conflitantes para o clã bulhônico."[431]

****

A partir de março de 1920, data do falecimento de Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim, o Partido Republicano de Goiás[432] desarticula-se completamente; pouco tempo depois desaparece, passando assim a oposição a inexistir, conforme ressalta Itami Campos.[433]

Dois tópicos constantes de diferentes mensagens governamentais tonificam o desaparecimento da organização antigovernista. Em 1922, Eugênio Jardim aduz: "Indicado, pelo Partido Democrata, (…) para o cargo de Presidente do Estado, quando desempenhava o honroso mandato de Senador Federal, fui eleito sem opposição, que continua a não existir, pela unanimidade tacita e expressa dos meus conterraneos."[434] Dois anos depois, discorre Miguel da Rocha Lima: "Obedecem todos elles [deputado federais eleitos] à orientação do Partido Democrata, unica organização politico-partidaria existente no Estado."[435]

---

428 ROSA, Joaquim. *Op. Cit.*, 1974, p. 73-74.
429 Cf. Decreto nº 8.088, de 15 de dezembro de 1923. In: GOIÁS. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo a 13 de maio de 1924 pelo Coronel Miguel da Rocha Lima, Presidente do Estado.* [S.l.:s.n.], 1924, p. 52.
430 TEIXEIRA, Pedro Ludovico. Attitudes indignas. *Voz do Povo*, Goyaz, 1º de novembro de 1929.
431 MORAES, Maria Augusta Sant'anna. *Op. Cit.*, p. 174.
432 Fundado em 1916.
433 CAMPOS, Francisco Itami. *Op. Cit.*, 2003, p. 99.
434 GOIÁS. *Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado de Goyaz, apresentada a 13 de maio de 1922 pelo Presidente do Estado, Cel. Eugenio Rodrigues Jardim*. Goyaz: Typographia do Correio Official, 1922, p. 03.
435 GOIÁS. *Op. Cit.*, 1924 b, p. 51.

A fragilidade dos republicanos no sufrágio de setembro de 1920 é perceptível. Por ocasião da escolha dos parlamentares estaduais, mesmo o Partido Democrata indicando, preliminarmente, chapa incompleta – dezoito para Câmara e cinco para o Senado –,[436] seus contendores não lançaram nenhum candidato.

Comentando o pleito, o periódico bulhonista *Goyaz* afirmou que o mesmo correu "sem animação", porquanto o cidadão sabe que "o seu voto nada vale ante a vontade prepotente dos desabusados políticos".[437] A abstenção, no entanto, foi interpretada de maneira totalmente diversa pelos democratas:

> O Partido Democrata (…) concorreu a esse importantíssimo prelio, isolado; entrou no vasto campo da refrega eleitoral, sosinho, sem competidor. A facção opposicionista, reconhecendo a fraqueza dos minguados elementos; (…) comprehendendo que inutil fora terçar armas com o nosso partido, resolveu, mui acertadamente aliás, seguir o caminho único que a prudencia lhe estava a apontar, a fim de evitar um vergonhoso fracasso nas urnas: recolheu-se a completo retrahimento, não se abalançando a disputar sequer um logar dos reservados à minoria.[438]

O editorial do jornal *O Democrata* não se limitou a difundir o sinal de fraqueza dos adversários políticos, assinalando ainda, "sem risco de engano", que semelhante fato ocorria pela primeira vez na "vida politica de Goyaz."

O afastamento das urnas do Partido Republicano, além de refletir o estado caquético da oposição, ainda servia de mote para os democratas apresentarem chapa completa, interditando a presença da minoria no parlamento. Na eleição federal de fevereiro de 1921, eis os nomes da lista governista: para senador da República, Antônio Ramos Caiado; para deputados federais, Olegário Pinto, Francisco Ayres da Silva, Americano do Brasil[439] e Luiz Gonzaga Jaime.[440]

Com efeito, o último candidato, vulto republicano na rearticulação de 1916, aderiu ao situacionismo no início da década de 1920, o que robustece ainda mais a hipótese de desidratação do Partido Republicano. No entanto, poucos dias após o anúncio da inclusão de Gonzaga Jaime no rol democrata, ele é assassinado[441] no Rio de Janeiro.[442]

O inesperado e funesto acontecimento enseja então a rediscussão da participação ou

---

436 Cf. *O Democrata*, Goyaz, 27 de agosto de 1920.
437 Cf. *Goyaz*, Goyaz, 11 de setembro de 1920.
438 Cf. *O Democrata*, Goyaz, 17 de setembro de 1920.
439 Antônio Americano do Brasil nasceu em Bonfim (hoje Silvânia) em 1891. Diplomou-se em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro. Foi secretário de estado do Interior e Justiça no governo de João Alves de Castro (1917-1921), elegendo-se posteriormente deputado federal. Foi assassinado em Luziânia em 1932. In: LÔBO, José. *Op. Cit.*, p. 23-24.
440 Cf. *O Democrata*, Goyaz, 03 de dezembro de 1920.
441 Cf. *O Malho*, Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 1921, nº 960, p. 12-14.
442 Cf. *O Democrata*, Goyaz, 04 de fevereiro de 1921.

não da oposição na Câmara dos Deputados. Ao final dos debates, vence a tese do respeito ao direito das minorias, garantindo-se, destarte, a quarta vaga aos republicanos.

Para a consecução desse desiderato, indubitavelmente pesou a opinião de João Alves de Castro, que anunciava o mencionado respeito ao direito das minorias ao patamar de princípio basilar de sua administração. Assim, Artur Napoleão Gomes Pereira da Silva, primo de Leopoldo de Bulhões,[443] é eleito e reconhecido, para alívio do governador:

> O direito de voto foi garantido em toda a sua plenitude, tendo a situação dominante no Estado apresentado chapa incompleta, de modo a poder a opposição ter representante na Camara Federal. É esta a prova provada do espirito de conciliação do governo da nossa terra, pois, contanto, como conta, com o apoio da quasi unanimidade do eleitorado do Estado, facil ser-lhe-ia eleger o deputado reservado à minoria pela nossa lei basica.[444]

Três anos depois, contudo, frusta-se a reeleição de Artur Napoleão, emudecendo a única voz republicana no Congresso Nacional. Inscrevendo-se como candidato avulso, Napoleão obteve 1.008 votos, ao passo que Olegário Pinto – o de menor votação entre os quatro postulantes democratas – alcançou 6.593.[445] Na oportunidade, *O Democrata* chamou a fração minoritária de "resto do bulhonismo."

A sigla caiadista, no afã de justificar sua atitude, que solapou um tradicional costume eleitoral vigente em Goiás, assegurou: "O Partido Democrata resolveu apresentar chapa completa para os cargos de Deputados Federaes, porque, não existindo opposição alguma no Estado, não há minorias a serem representadas."[446]

Por derradeiro, na aludida eleição federal de 1924, a comissão executiva do Partido Democrata indicou as seguintes personalidades: para senador da República, Eugênio Rodrigues Jardim; para deputados federais, João Alves de Castro, Joviano Alves de Castro, Francisco Ayres da Silva e Olegário Pinto.[447]

****

Antônio Martins Borges nasceu em Araxá (MG) no dia 28 de dezembro de 1865.

---

443 Discurso proferido pelo deputado federal Eduardo Sócrates. Sessão de 27 de agosto de 1909. *Diario do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1909, p. 1324-1325.

444 GOIÁS. *Mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Estado pelo Presidente Desembargador João Alves de Castro, na 1ª sessão da 9ª legislatura, em 13 de maio de 1921*. Goyaz: Typ. do Correio Official, 1921, p. 27.

445 Cf. *O Democrata*, Goyaz, 22 de abril de 1924.

446 Cf. *O Democrata*, Goyaz, 08 de fevereiro de 1924.

447 Cf. *O Democrata*, Goyaz, 08 de fevereiro de 1924.

Membro de numerosa família uberabense, "Totonho Borges",[448] como era mais conhecido, no final do século XIX fixou domicílio em Rio Verde, na época considerada verdadeiro "centro de bandidos, para onde convergiam criminosos da pior especie, fugidos à justiça dos Estados vizinhos".[449]

Fazendeiro e comerciante, o coronel amealhou fortuna laborando no comércio de gado. Tornou-se chefe político local, embora espraiando sua influência por todo sudoeste goiano.

Filiado ao Partido Democrata desde 1909, Martins Borges foi senador estadual de 1908 a 1928,[450] além de vereador e prefeito de Rio Verde. Cumulou ainda a 3ª vice-governadoria, após o falecimento de Pedro Nunes da Silva.[451] Em 1922, em decorrência da renúncia de Eugênio Jardim e da assunção do 2º vice[452] Miguel da Rocha Lima, o prócer rioverdense é alçado à condição de substituto imediato do governador.

Convolando núpcias em 1896 com Maria da Conceição Leão, Martins Borges teve nove filhos, entre eles Gercina, que se tornaria esposa do médico Pedro Ludovico, consolidando desse modo uma aliança deveras usual nos municípios brasileiros, qual seja, a união do coronel com o doutor:

> Seu aliado [do coronel] e complemento é o doutor, que às vezes não se origina das próprias famílias dominantes. Porém a ligação orgânica entre as duas partes é fundamental no processo: ao coronel cabe o controle e o domínio; o doutor se faz valer mais pelo poder da inteligência e da cultura, pelo prestígio da palavra ou por serviços prestados na advocacia e na medicina às famílias ricas ou às massas pobres... Ou fazem uma simbiose: o coronel entrava com a influência pessoal ou de clã, com o dinheiro e a tradição; o doutor, a ele aliado, com o manejo da máquina, incumbindo-se das campanhas jornalísticas, da oratória nas ocasiões solenes, do alistamento, das tricas da votação, da apuração e das atas, dos recursos eleitorais e dos debates das vereanças quando havia oposição.[453]

De acordo com Edgard Carone, a diferença entre o coronel e o oligarca residia tão-somente na escala, porquanto "a ação de um é de âmbito geral, estadual; a do outro, particular."[454] A propósito, o historiador acrescenta: "O oligarca, porém, é um coronel como outro qualquer – ou um representante dele – que se mantém pela liderança, pelo autoritarismo e pelos favores que concede a seus aliados." A similitude entre o oligarca e o coronel é tão profunda que Eul-Soo Pang qualificou

---

448 CAMPOS, Onaldo. *Rio Verde histórico*. São Paulo: Edigraf S.A., 1971, p. 149.

449 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *HC nº 15611*, de 09 de maio de 1925. Paciente: Dr. Pedro Ludovico Teixeira e outros. Impetrante: Dr. Erico Magalhães da Silveira. Coator: Presidente do Estado. Relator: Ministro Pedro dos Santos, p. 01.

450 CAMPOS, Francisco Itami; DUARTE, Arédio Teixeira. *Op. Cit.*, p. 57.

451 GOIÁS. *Op. Cit.*, 1922, p. 07.

452 Não conseguimos identificar o motivo pelo qual o deputado federal Francisco Ayres da Silva, 1º vice-governador, não assumiu a chefia do Executivo.

453 CARONE, Edgard. *Op. Cit.*, 1975 a, p. 254.

454 CARONE, Edgard. *Op. Cit.*, 1975 a, p. 269.

o interventor Juraci Magalhães como "o supercoronel da Bahia."[455]

As lições de Carone sobre o pacto doutor–coronel amoldam-se tão perfeitamente ao caso rioverdense que até os dois jornais existentes na cidade nos anos de 1920 – *O Sertão* e *O Sudoeste* – foram redatoriados pelo facultativo Pedro Ludovico e subvencionados pelo coronel Martins Borges. Apesar de o médico exercer seu ofício, a principal atividade econômica estadual não lhe era indiferente: "Bella Vista – 7 Houve venda aqui 300 bois a 150 $. Pedro Ludovico"[456]

Segundo as fontes examinadas, Martins Borges, pelo menos na década de 1920, não adotava o padrão de comportamento reinante no seio do Partido Democrata: apoio incondicional ao líder Antônio Ramos Caiado. Em 1928, Pedro Ludovico Teixeira escreveu: "não podiamos ser seus [do senador Caiado] correligionarios incondicionalmente e, muito menos, servis como exige o seu caciquismo."[457]

Tal atitude manifestava-se especialmente nas votações ocorridas no Congresso Legislativo, como ocorreu, por exemplo, na discussão sobre o aumento dos vencimentos dos magistrados, quando os republicanos acusaram o Senado Estadual de subserviência:

> Os nomes desses senadores que tiveram a precisa independencia para a sustentação do voto no alludido projecto devem ser postos em relevo, para que não sejam confundidos com as mumias. Unicamente os coroneis Joaquim da Cunha Bastos, Antonio Martins Borges e Manoel dos Reis Gonçalves tiveram a energia sufficiente, a indispensavel altivez, a vontade livre, para não se acovardarem ante o gesto imperioso do chefe do executivo.[458]

Essa incomum conduta parlamentar de Martins Borges seria repetida três anos mais tarde, no momento do debate acerca do projeto de legitimação de terras, afinal consubstanciado na Lei Estadual nº 735, de 11 de agosto de 1923.

Comentando o episódio, Pedro Ludovico sustenta: "Era uma lei concedendo terras do Estado desde que os ministros pagassem selo. Coisa, assim, muito fora do habitual da lei. Ele [Martins Borges] se negou a aprovar aquela lei, não votou a favor da lei."[459] A narrativa foi reproduzida pela imprensa rioverdense:

> Um outro antigo e importante motivo [para o rompimento] que excitou poderosamente a raiva do snr. Caiado contra o senador Martins Borges foi ter este votado contra um projecto carinhosamente patrocinado pelo Chefão no Senado Estadual. Ativa e desassombradamente deu o snr. Martins Borges o seu voto contra tal projecto, embora o seu correligionario e

[455] PANG, Eul-Soo. *Op. Cit.*, p. 227.
[456] Cf. *O Sertão*, Rio Verde, Goyaz, 14 de novembro de 1920.
[457] TEIXEIRA, Pedro Ludovico. Com o Sudoeste. *Voz do Povo*, Goyaz, 04 de maio de 1928.
[458] Cf. *Goyaz*, Goyaz, 24 de julho de 1920.
[459] Depoimento de Pedro Ludovico Teixeira concedido a Aspásia Alcântara Camargo em maio de 1976. *Diário da Manhã*, Goiânia, 24 de outubro de 1983.

chefe da política estadual por elle se interessasse pessoalmente.[460]

Não obstante as passagens colacionadas, a pesquisa encetada por Lídia Gonçalves de Araújo fulmina a aludida versão: "o senador não votou contra a aprovação da lei de legitimação de terra. Martins Borges não compareceu à sessão do Senado do dia 8 de agosto de 1923, que aprovou por unanimidade a lei de legitimação das terras devolutas em Goiás."[461]

Cotejando-se as duas informações aparentemente contraditórias, é razoável supor, no afã de conciliá-las, que Martins Borges publicamente desaprovara a aprovação do projeto de lei, embora não tenha realmente votado por sua rejeição no Senado Estadual, uma vez que não compareceu a nenhuma das sessões legislativas de 1923.[462]

De acordo com *O Sudoeste*, quando Ricardo Campos e Martins Borges "tinham de se dirigir à suprema direcção politica do Estado para qualquer providencia",[463] não procuravam Antônio Ramos Caiado e sim o presidente da comissão executiva do Partido Democrata, Eugênio Jardim, tido como "sympathico ao sudoeste". Após acrescentar que o fato acarretava "ira" em Caiado, o editorial complementa:

> Isto, porem, irritava o orgulho do Chefão, espicaçava-lhe a sensibilidade regia, de forma a tornar-se um inimigo occulto dos chefes de Rio Verde, esperando a primeira opportunidade para castigar-lhes o atrevimento, a audacia que tinham de sobrepôr um outro nome ao seu, embora fosse de um seu alliado politico e cunhado.

Toda essa situação política gerou forte tensão, agravada na oportunidade em que os edis rioverdenses convidaram o advogado Joviano de Moraes para, em nome deles, discursar na solenidade de inauguração do telégrafo na cidade. Em 03 de fevereiro de 1924, o pronunciamento joga mais gasolina na fogueira, a ponto de ser rotulado de "incendiário".[464]

No dizer de Joviano de Moraes, sua oração buscou demonstrar a desatenção do partido dominante com as forças municipais. Verberou que as candidaturas oficiais são resolvidas por "um só homem", emendando na sequência: "Mostrei que entre nós os municípios não são ouvidos para coisa alguma."[465]

Após comparar o sudoeste com outras zonas do estado, Moraes concitou a união das

---

460 Cf. *O Sudoeste*, Rio Verde, Goyaz, 06 de julho de 1924.
461 ARAÚJO, Lídia Gonçalves de. A Coluna Prestes: memória e política em Goiás. In: SANDES, Noé Freire. *Memória e região*. Brasília: Ministério da Integração Nacional/UFG, 2002, nota de rodapé nº 18, p. 123.
462 ARAÚJO, Lídia Gonçalves de. *Op. Cit.*, 2002, nota de rodapé nº 16, p. 122.
463 Cf. *O Sudoeste*, Rio Verde, Goyaz, 06 de julho de 1924.
464 Cf. *O Democrata*, Goyaz, 14 de março de 1924.
465 MORAES, Joviano de. Explicação. *O Sudoeste*, Rio Verde, Goyaz, 22 de junho de 1924.

municipalidades sudoestinas, acentuando a necessidade de alguém chefiar esse movimento, apontando para esse fim o nome do vice-governador Martins Borges.[466] Segundo Lena Castello Branco, "o episódio parece ter sido propositalmente articulado para afrontar o situacionismo."[467]

Premeditado ou não, o certo é que Antônio Ramos Caiado redige uma missiva a Martins Borges vazada em estilo de interpelação. Inicia confessando que "há muito tempo" vem estranhando o comportamento da ala liderada pelo senador estadual, sempre infenso ao Partido Democrata, revelado pela imprensa, palestras e relações epistolares.[468]

Transparece da carta que o maior aborrecimento caiadista situava-se justamente na afirmação do periódico borgista de que o discurso de Joviano de Moares "bem traduziu" o pensamento dos habitantes de Rio Verde. Indaga então Ramos Caiado: "Si assim o é, como devemos consideral-o?". Subjacente à pergunta encontra-se o conceito de indisciplina partidária.

Ato contínuo, o líder democrata, após recordar que Rio Verde detinha a vice-governadoria e assento no Senado Estadual, solicita ao chefe local que informe, com "franqueza e lealdade", se apoia ou não as manifestações de hostilidade atiradas contra o situacionismo. Em seguida, ressalta a contribuição do Partido Democrata para a chegada do telégrafo em Rio Verde.

Sublinhe-se que meses antes do discurso, Joviano de Moraes tentara sua inclusão na chapa governista para a Câmara Federal, conforme ele mesmo admitiu, apesar de ressalvar que objetivava integrar a vaga reservada tradicionalmente à minoria: "o que eu pretendi foi que se deixasse vago o quarto logar, para que pudesse, com a sympathia do partido ou sem ella, disputar um logar na representação federal."[469]

Chamando de "interessante jogo de palavras", os democratas revidaram: "o ex-candidato [Joviano de Moraes] queria um logar vago, ou queria a sympathia do partido, ou queria um logar na chapa – que é tudo a mesma cousa."[470] A legenda afinal desacolhe o pleito e decide apresentar lista completa.

Retornando posteriormente ao assunto, *O Democrata* informou que Joviano de Moraes articulou sua indicação para deputado federal tanto no segundo governo de Urbano de Gouvêa (1909) quanto na administração de Eugênio Jardim (1921). Entretanto, "nessas duas administrações, acabou acceitando as pastas [secretarias] sem que cousa alguma lhe fosse promettido...".[471] Mais à frente, dispara: "[Joviano] atentou, por invios caminhos, entrar em nossa

[466] Cf. *O Sudoeste*, Rio Verde, Goyaz, 10 de fevereiro de 1924 *Apud* CAMPOS, Onaldo. *Op. Cit.*, p. 148-149.
[467] FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. *Op. Cit.*, 2009, v. I, p. 435.
[468] Cf. *O Democrata*, Goyaz, 22 de agosto de 1924.
[469] MORAES, Joviano de. *Op. Cit.*
[470] Cf. *O Democrata*, Goyaz, 14 de março de 1924.
[471] Cf. *O Democrata*, Goyaz, 04 de julho de 1924.

chapa; por ultimo já se contentava com a nossa sympathia para pleitear o quarto logar.” Confere mais verossimilhança ainda ao relato, a informação de que na eleição federal seguinte o advogado tentou de novo sua inclusão na chapa oficial.[472]

É curioso salientar, porém, que apenas quando os democratas encontravam-se no ostracismo – eleição de maio de 1933 para a Constituinte Federal – Joviano de Moraes concretizaria sua almejada aspiração.[473]

Guarda simetria cronológica com o contexto do discurso de Joviano de Moraes a advertência feita por Pedro Ludovico a Martins Borges: “Eu falei: 'Olha, meu sogro, ou eu vou-me embora daqui de Rio Verde para outro Estado, ou então eu vou lutar contra os Caiado.' E, então ele falou: 'Você luta'”.[474]

Logo Antônio Ramos Caiado determina a dissolução do antigo diretório democrata rioverdense chefiado por Antônio Martins Borges. Um novo diretório é formado sob a direção de Frederico Jaime:

> organisou-se em Rio Verde, forte agremiação politica, composta de prestigiosos e fortes elementos locaes, que embora filiados ao Partido Democrata, não querem obedecer à orientação politica do actual chefe do directorio local, contando com o apoio dos elementos politicos mais prestigiosos dos outros Municipios do sudoeste goyano.[475]

A composição da renovada seção rioverdense é divulgada pela imprensa: Frederico Jayme, presidente; Luiz de Bastos, vice-presidente; João de Oliveira e Ernesto de Gusmão, secretários; José Joaquim de Leão; Antônio Bernardino, Gentilino de Moraes, Natanael Cruvinel, Henrique Rocha, João Pereira Braga e Elias Martins Vieira, membros.

Por outro lado, em 07 de junho de 1924, no prédio do Conselho Municipal de Rio Verde, os borgistas fundam o denominado Partido Republicano Independente. Os pronunciamentos enunciados por Ricardo Campos e Pedro Ludovico[476] merecem criteriosa leitura.

O deputado estadual Ricardo Campos enceta sua oração asseverando que chegara a guardar esperança de que a gestão de Eugênio Jardim “viria a collaborar com os ideaes de progresso que o Sudoeste desde muito acalenta.”[477] No entanto – continua o parlamentar – em menos de um ano, percebeu que, apesar da boa vontade do governador, seus companheiros eram “senão

---

[472] FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. *Op. Cit.*, 2009, v. I, p. 445.
[473] MENDONÇA, Jales Guedes Coelho. *Op. Cit.,* 2008, p. 64.
[474] Depoimento de Pedro Ludovico Teixeira concedido a Aspásia Alcântara Camargo em maio de 1976. *Diário da Manhã*, Goiânia, 24 de outubro de 1983.
[475] Cf. *O Democrata*, Goyaz, 30 de maio de 1924.
[476] Nunca é demais lembrar que esta seria a terceira vez que Pedro Ludovico participaria da criação de um partido político em Goiás.
[477] Cf. *O Sudoeste*, Rio Verde, Goyaz, 15 de junho de 1924.

contrarios, pelos menos pouco sympathicos à nossa zona."

Ao tentar demonstrar a mencionada prevenção da política dominante com os interesses do sudoeste, Campos alega que duas leis, aprovadas com grande esforço do orador, nunca saíram do papel. A primeira, autorizadora de um empréstimo de cem contos de réis ao município de Rio Verde,[478] nunca fora posta em prática, a despeito de os cofres públicos estaduais expressarem elevado saldo. A segunda, relacionada à instituição de cinco grupos escolares em Goiás, de acordo com o deputado, só em parte mereceu execução.

Ricardo Campos alegou que despendera energia para abrandar os efeitos causados pela crise de 1922 na pecuária e lavoura. Não obstante, sua ideia de reduzir o imposto sobre a exportação de gado bovino foi abatida "porque a isto se oppoz fortemente o snr. senador Caiado."

O parlamentar verbera, incontinenti, que nasceu dos aludidos fatos, associado à intriga – sempre presente nos bastidores da política –, a má vontade dos chefes democratas para com os representantes do sudoeste, evidenciada pela exclusão de senador Antônio Martins Borges da seção rioverdense.

No trecho provavelmente de maior relevo, Campos prevê que idêntico destino estaria reservado a todos aqueles que "não queiram obedecer sem tergiversar" ou ousassem ostentar "ideias próprias" e, em seguida, pontifica:

> o *crime* do senador Martins Borges, além dos delictos já mencionados, (…) é também de ter procurado unir os municipios da nossa zona sob uma mesma orientação politica, para, uma vez organizados, serem fortes dentro do Partido Democrata, dando-lhe o seu auxilio e recebendo, em troca, alguns favores em beneficio da nossa zona. E que isso, ao que suppõe, não agradou ao chefe supremo, que viu neste movimento uma *indisciplina* que poderia servir de máo exemplo no Estado inteiro e vir perturbar gravemente a sua posição de chefe que não precisa de elementos dos municipios para dominar o Estado. Que isto levaria, com certeza, à Camara e ao Senado, elementos de prestigio e de valor, mas, talvez, pouco dispostos a cumprir passivamente as suas ordens!

Realmente, Martins Borges pretendia preencher as quatro vagas disponíveis na Câmara Estadual para o sudoeste goiano com elementos residentes na respectiva zona. De mais a mais, o desejo de receber benefícios para a região em retribuição ao apoio político ressai cristalinamente do seguinte tópico: "dando-lhe o seu auxilio e recebendo, em troca, alguns favores em benefício da nossa zona."

A estratégia adotada pelos mineiros nas articulações desenvolvidas na política nacional assemelhava-se bastante ao pensamento em foco: "Unido, Minas ocupava uma posição

[478] Segundo Jaime Câmara, o empréstimo de cem contos de réis seria usado para a construção de uma ponte sobre o rio do Bois. In: CÂMARA, Jaime. *Nos tempos de Frei Germano*. 2ª edição. Goiânia: Ed. O Popular, 1979, p. 52.

privilegiada para pedir favores econômicos ao governo federal em troca de apoio político."[479]

Além de a disputa interregional goiana ser visivelmente exteriorizada no discurso de Ricardo Campos, emerge igualmente a busca pelo fortalecimento político de uma região que se considerava suficientemente desenvolvida para emprestar maior contribuição ao estado. Nessa esteira, a leitura de Ana Lúcia da Silva revela disparidade entre o poder político e o econômico:

> O predomínio político da capital não foi contestado pelos grupos oligárquicos das demais regiões enquanto existiu uma certa igualdade econômica entre elas. À medida que as regiões sul e sudoeste tornaram-se economicamente as mais dinâmicas do estado, aumentaram também suas pretensões políticas. Seu poder político não correspondia ao seu poder econômico. Os políticos da região, inclusive, viam-se sistematicamente barrados em suas pretensões eleitorais.[480]

Por fim, o deputado estadual de Rio Verde anuncia os cinco pontos do programa do Partido Republicano Independente: a) proteger a lavoura e a pecuária; b) desenvolver a instrução primária e secundária; c) proteger as indústrias fabris; d) desenvolver a viação e construção de estradas de rodagem; e) combater as moléstias tropicais.

Tão expressivo quanto a análise do pronunciamento de Campos será o exame da fala de Pedro Ludovico Teixeira, máxime pelos desdobramentos que suas convicções desempenharão até novembro de 1964.

De saída, Ludovico afirma que deixaria transparecer bem claras as ideias que "de há muito"[481] o animavam. Rememora sua chegada ao sudoeste goiano, atraído por "um fluido mysterioso, uma sympathia indisivel", bem assim realça o seu casamento com a herdeira de uma das mais tradicionais famílias de Rio Verde. Ato contínuo, confessa que o sudoeste surgiu para ele como "uma formosa deusa, como uma nayade seductora", arrematando, em estilo eloquente: "A pujança deste solo, as bellezas panoramicas de toda a região, as suas riquezas nos tres reinos da natureza exerceram notavel influencia sobre o realce a meus olhos deste symbolo territorial."

De imediato, o médico enuncia o mais significativo fragmento da peça oratória para o presente estudo: "Comecei, então, a pensar, e, depois, de minuciosas observações e da logica terrivel dos factos, appareceu refulgente o meu ideal: trabalhar pelo engrandecimento de toda esta zona que se chama Sudoeste Goyano, e que jaz esquecida, desprezada pelos poderes competentes." A frase elucida a mentalidade de Pedro Ludovico e aclara a dimensão de seu compromisso com o sudoeste goiano.

---

[479] WIRTH, John D. *Op. Cit.*, 1982, p. 232.
[480] SILVA, Ana Lúcia da. *A Revolução de 30 em Goiás*. Goiânia: Cânone Editorial e Agepel, 2001 p. 111.
[481] Cf. *O Sudoeste*, Rio Verde, Goyaz, 15 de julho de 1924.

Dois destacados componentes ressaem da citação: a) o "ideal" de lutar pelo engrandecimento do sudoeste; e b) o entendimento de que o governo de Goiás desprezava a referida zona. Em outras palavras, é dizer: os expoentes políticos da capital estadual não enxergavam o sudoeste como deveriam.

Em seguida, o orador demonstra indignação com a demora da inauguração do telégrafo em Rio Verde. Associa o pequeno desenvolvimento de Goiás ao desinteresse dos chefes políticos anhanguerinos, mencionando como beneficiário desta situação nominalmente o senador Ramos Caiado. Ao encerrar, evoca mais uma vez sua sagrada missão: "Povo de Rio Verde! Custe o que custar, havemos de seguir a nossa honesta e clara trajectoria: trabalhar pela paz, pelo progresso, pela felicidade do municipio e do Sudoeste."

Mesmo decotando, se possível for, a parte retórica do pronunciamento, resta patente o sentimento de verdadeira devoção pelo engrandecimento do sudoeste. Esta verve não pode ser tangenciada, até porque acompanhava intimamente o pensamento ludoviquista.

É notório que os dissidentes de Rio Verde acreditavam de fato numa malquerença dos chefes democratas de Vila Boa para com as pretensões dos representantes do sudoeste, excetuando-se a figura de Eugênio Jardim.

Este dado será valioso para uma integral compreensão dos acontecimentos relacionados à transferência da capital de Goiás. No momento em que a roda da fortuna se move e as peças do tabuleiro político invertem-se, a má vontade muda de lado. A vez da Cidade de Goiás não tardaria a bater-lhe a porta.

Frente ao contexto descrito, a aproximação de Martins Borges com o bulhonismo[482] representou um caminho natural, conforme noticiou a imprensa caiadista: "o senador Martins Borges, como dizíamos, trabalha nos arraiais do velho e carcomido *bulhonismo*, a vêr se consegue uma *trave* em que possa construir e erguer o *sumptuoso* edifício de uma opposição em nosso Estado."[483]

Se, em Ipameri, como visto, a oposição tenentista restringiu sua insatisfação aos limites municipais, em Rio Verde, ao contrário, a grei borgista hostilizou abertamente a política hegemônica no estado.

Ao término do ato de fundação do Partido Republicano Independente, os presentes aclamam a comissão executiva assim constituída: Antônio Martins Borges, presidente; José Antônio

---

[482] Recapitulando, os bulhonistas apresentaram o nome de Artur Napoleão para a vaga de deputado federal nas eleições de 1924.

[483] Cf. *O Democrata*, Goyaz, 04 de julho de 1924.

Leão, 1º vice-presidente; Valeriano Leão, 2º vice-presidente; Ricardo Campos, 1º secretário; Pedro Ludovico, 2º secretário; Oscar Sabino de Freitas, tesoureiro; João da Silveira Leão, Natanael Cruvinel, Filogênio de Carvalho, Belarmino Cruvinel, José Sérgio Leão, Antônio Rodrigues Pereira e Teófilo de Melo Cabral, membros.[484]

Esquadrinhando a vertente comissão executiva e comparando-a com os componentes do partido hegemônico, *O Democrata* assinalou que enquanto no diretório rioverdense dos treze membros oito pertenciam à família de Martins Borges, no núcleo caiadista apenas um dos nove era parente de Ramos Caiado. Logo, concluía: "todas as deliberações são tomadas exclusivamente pelo voto dos outros sete membros, estranhos aquella familia, o que exclue toda a ideia oligarchica ou absorvente do senador Ramos Caiado."[485]

No tocante às causas do rompimento de Martins Borges e Ramos Caiado, ao que tudo indica, o principal fator prende-se ao desejo do primeiro de ver os representantes do sudoeste no Congresso Legislativo Estadual serem indivíduos com residência na própria zona. Isso porque era frequente os círculos eleitorais – não apenas do sudoeste – serem preenchidos por pessoas domiciliadas em outras regiões do estado, não raro da capital: "nestes últimos tempos demonstrou o senador Martins Borges o desejo mui justo e natural de ver o Sudoeste representado na Camara Estadual por elemento moradores na zona e directamente interessados por ella."[486]

A pretensão borgista procedia. Na eleição de setembro de 1920, por exemplo, das quatro vagas disponíveis para o segundo círculo eleitoral – que abrangia o sudoeste –, apenas Ricardo Campos era oriundo da área.[487] Benedito Pinheiro de Abreu morava em Itaberaí, Samuel Sabino dos Passos na capital e Manoel Umbelino de Souza em Bela Vista.[488]

Episódio análogo se verificou na eleição de 1924, ocasião em que os democratas inscreveram de novo Benedito Pinheiro de Abreu e Manoel Umbelino de Souza pelo mesmo círculo eleitoral, substituindo, porém, Samuel Sabino dos Passos pelo jaraguense Ubaldino Ferreira Rios e Ricardo Campos pelo jataiense Oclésio de Carvalho.[489] Em resumo, apenas um parlamentar dos quatro possíveis era sudoestino. Sobre a postulação de Martins Borges, discorreu *O Sudoeste*:

> sabendo deste desejo do Chefe de Rio Verde, que, realisado, viria abrir uma brecha nas suas fortalezas, resolveu [Caiado] escrever a este uma carta, interpellando-o sobre este seu procedimento indisciplinar de querer que o Sudoeste tivesse de facto e de verdade os seus

[484] Cf. *O Sudoeste*, Rio Verde, Goyaz, 15 de junho de 1924.
[485] Cf. *O Democrata*, Goyaz, 11 de julho de 1924.
[486] Cf. *O Democrata*, Goyaz, 11 de julho de 1924.
[487] Cf. *O Democrata*, Goyaz, 27 de agosto de 1920.
[488] CAMPOS, Francisco Itami; DUARTE, Arédio Teixeira. *Op. Cit.*, p. 212.
[489] Cf. *O Democrata*, Goyaz, 1º de agosto de 1924.

> representantes! Respondeu-lhe digna e altivamente o snr. Martins Borges que mantinha firme e inteira a sua pretenção, terminando por affirmar-lhe que se o senador Eugenio Jardim lhe houvesse escripto de tal forma, elle se considerava immediatamente desligado do Partido Democrata, tal era a consideração e a confiança que merecia ao nosso chefe o presidente da Comissão Executiva desse partido.[490]

No *habeas corpus* impetrado por Pedro Ludovico e outros perante o Supremo Tribunal Federal, infere-se a contundência da mencionada razão: "[Martins Borges] não podia furtar-se ao influxo da nova corrente, que desejava ver, no Congresso, representantes próprios e, não, apaniguados do situacionismo, residentes em zonas diversas. Isto motivou um rompimento entre o Senador Borges e o situacionismo."[491] Por oportuno, registre-se que esta causa foi a única e exclusiva explicação inserta na petição inicial para justificar a defecção política.

O motivo acima alegado, de uma forma ou de outra, associa-se à versão apresentada em 1928 por Pedro Ludovico:

> Relativamente ao modo de agir do meu sogro, desligando-se do Partido Democrata, já explicamos pormenorizadamente as razões que o induziram a este procedimento, no jornal – "O Sudoeste", convindo, no entanto, que se repita que a *obediencia passiva exigida pelo pachá*, aos seus correligionarios, *ainda* que chefes locaes, foi o principal obstaculo para o proseguimento de uma aliança com aquelle, repugnando, outrossim, no seu caracter certo actos commetidos pela sua autoridade absoluta.[492]

Cumpre salientar que a corrente caiadista rechaçou a alegação de desprezo pelo desenvolvimento do sudoeste. Em primeiro lugar, advogou a contribuição do governo Eugênio Jardim para inauguração da linha telegráfica na região, bem como para a criação do primeiro grupo escolar do interior do estado, localizado justamente em Rio Verde:

> Os chefes da dessidencia e os municipios do sudoeste não tiveram maior amigo e propugnador do progresso dessa zona do que fosse o sr. Eugenio Jardim. Aos seus esforços se deve, em grande parte, a implantação do telegrapho em Rio Verde, obrigando-se para isso, a concorrer com não pequena quantia dos cofres estadoaes, sem o que o governo federal não levaria o telegrapho a essa cidade e a elle se deve a creação, em Rio Verde, do primeiro grupo escolar no interior do Estado.[493]

Outrossim, sublinhou que Eugênio Jardim imbuiu-se de grande boa vontade para cumprir os preceitos da lei que concedia empréstimo ao município de Rio Verde. Contudo, a "pavorosa" crise da pecuária justificou sua inexecução:

---

490 Cf. *O Sudoeste*, Rio Verde, Goyaz, 06 de julho de 1924.

491 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *HC nº 15611*, de 09 de maio de 1925. Paciente: Dr. Pedro Ludovico Teixeira e outros. Impetrante: Dr. Erico Magalhães da Silveira. Coator: Presidente do Estado. Relator: Ministro Pedro dos Santos, p. 01, verso.

492 TEIXEIRA, Pedro Ludovico. A "O Democrata". *Voz do Povo*, Goyaz, 18 de maio de 1928.

493 Cf. *O Democrata*, Goyaz, 04 de julho de 1924.

> Só o não realisou, porque a pavorosa crise da pecuaria fez com que as rendas do Estado diminuissem de uma forma apavorante, causando os maiores receios ao Governo, tanto que prevendo, que se essa crise perdurasse, em breve não haveria numerario em cofre, para as despesas do Estado, determinou que se emitissem apolices para o pagamento do funccionalismo.[494]

Ato contínuo, o editor do jornal questionou: "Nessas condições, como poderia o senador Eugenio Jardim dar cumprimento aquella lei?". Complementando, repetiu que o governador sempre interessou-se pelo progresso do sudoeste. Se mais não realizou foi por circunstâncias do momento e não por se deixar influenciar pela opinião de outrem.

Em relação ao grupo escolar, consta da mensagem de 1922 dirigida ao Congresso Legislativo Estadual esta informação: "Existem actualmente no Estado dous grupos escolares, o da Capital, (…) e o do Rio Verde, recentemente criado e provido, nas quatro cadeiras, de professores normalistas. Nos limites da autorização contida na lei 694, (...) o governo criará brevemente mais três grupos escolares."[495] Vê-se, portanto, que apenas Rio Verde e a capital possuíam grupo escolar.

No dizer do hebdomadário democrata, o uso da violência como instrumento de manutenção do poder foi recurso largamente utilizado pelo senador Antônio Martins Borges em Rio Verde: "Subjugada [Rio Verde] até então por uma política de mandonismo, cuja gestão, tal como tentaculos de pôlvo, envolvia todas as administrações locaes, ninguem podia levantar a vóz, a liberdade era tolhia em todos os seus departamentos sagrados."[496] Anteriormente, o mesmo veículo de comunicação já havia consignado no bojo do editorial intitulado *Vanitas Vanitatum*:

> A tola pretensão por elle [Borges] alimentada e que tenta pôr em pratica, é a exteriorização de seu temperamento *jactacioso* forrado de um espirito rustico, acostumado a *mandar* e a dar ordem sem que se admitta sejam ellas discutidas, no meio em que exerceu a sua chefia prepotente, de um *autocrata mussulmano*. (…) O regimen asphixiante em que viviam os habitantes do rico e prospero Municipio de Rio Verde, fazia com que elles anceassem por uma opportunidade para poderem dar extravasão a seus lamentos, e ao mesmo tempo conseguir uma valvula de escapamento a essa atmosphera de asphixia que envenena aquelle ambiente.[497]

Na realidade, a descrição indica que os métodos políticos de ambos os grupos eram idênticos, tanto que militaram harmoniosamente no mesmo partido por longos quinze anos. Sem embargo, essa similitude de comportamento é amplamente comprovada durante a década de 1930, ocasião em que a dissidência rioverdense, capitaneada por Pedro Ludovico, ascende ao poder e

---

494 Cf. *O Democrata*, Goyaz, 04 de julho de 1924.
495 GOIÁS. *Op. Cit.*, 1922, p. 09.
496 UM DEMOCRATA. Rio Verde. *O Democrata*, Goyaz, 11 de julho de 1924.
497 Cf. *O Democrata*, Goyaz, 04 de julho de 1924.

repete o mesmo cardápio oligárquico-coronelista da Primeira República, com pequenas variações, consoante sentencia Joaquim Rosa com o seu característico humor:

> O pronunciamento de 30 não alteraria de pronto a sociedade dos coronéis com base na estrutura agrária do sertão. Limitou-se, em Goiás, a substituir um coronel de igual graduação, doutores os dois, com diploma e o resto. Antônio Ramos Caiado, depois Pedro Ludovico Teixeira. Foram líderes de dimensões quase idênticos. Me lembro do coronel Torquato José de Oliveira, já conhecido, de pouquíssima letras e muitíssimo tinos, comparando os dois: 'Um pesa um quilo, o outro pesa duas libras...'"[498]

Em outra obra, Rosa reitera: "A oligarquia Ludovico foi, em termos conceituais, um prolongamento da oligarquia Caiado."[499] De acordo com Levine, em Pernambuco, a oposição era chefiada por homens "do mesmo estofo" dos seus rivais no poder.[500] Essas asserções reforçam a hipótese de que os estilos políticos não se alteram com um mero clique.[501]

A interpretação corrobora a tese de que o coronelismo não sucumbiu em outubro de 1930. Nesse particular, é imperioso mobilizar os ensinamentos de Eul-Soo Pang: "Se o coronelismo atingiu seu primeiro apogeu na década de 1920, o segundo ocorreu de 1933 a 1937."[502] Pouco antes, o brasilianista já lecionara: "A sobrevivência dos coronéis na Bahia era tão surpreendente quanto em Minas, pondo em questão, consequentemente, a teoria de Vitor Nunes Leal, segundo a qual o coronelismo declinou depois de 1930."[503] Em síntese, apesar das modificações, o coronelismo permaneceu sobranceiro após a Revolução de 1930 em Goiás.

Fechada a digressão, é crível supor que o desejo do sudoeste de abandonar a indumentária de coadjuvante na política estadual tenha causado incômodo ao senador Ramos Caiado, que certamente concebeu o movimento como uma espécie de indisciplina partidária, cognominada, no meio político, de traição.

Duas passagens constantes em uma carta publicada na imprensa e com autoria atribuída a "um democrata", morador de Rio Verde e correligionário de Frederico Jayme, reforçam a intenção do grupo de Martins Borges de reivindicar um perfil protagonista: "Rio Verde queria mandar nos chefes, escolher os candidatos, ou impol-os, para deputados, senadores e quem sabe, até Presidente de Goyaz!".[504]

Na sequência, após exprobar a "indisciplina" dos chefes locais e acrescentar que o

---

498 ROSA, Joaquim. *Op. Cit.*, 1974, p. 63.
499 ROSA, Joaquim. *De Totó Caiado a Pedro Ludovico*. Goiânia: Oriente, 1980, p. 88.
500 LEVINE, Robert. *Op. Cit.*, 1980 a, p. 233.
501 FAUSTO, Boris. *Memória e História*. São Paulo: Graal, 2005, p. 83.
502 PANG, Eul-Soo. *Op. Cit.,* p. 230.
503 PANG, Eul-Soo. *Op. Cit.,* p. 62.
504 UM DEMOCRATA. Rio Verde. *O Democrata*, Goyaz, 11 de julho de 1924.

município rioverdense era um dos mais favorecidos pelo governo, surge a afimação: "Decerto queriam mais, e serem mais, voarem lá pelas Câmaras Altas."

Esta derradeira colocação insinua uma possível articulação patrocinada por Martins Borges para incluir seu genro na chapa de deputado federal. Na opinião de Joaquim Rosa, o insucesso do pleito acarretou o rompimento.[505] Idêntica exegese esposou Filadelfo Borges:

> Martins Borges pretendia ver Pedro Ludovico sentar-se na Câmara Federal e sugere o nome do genro à apreciação de Totó Caiado. Estava sendo formada a chapa de postulantes e Totó vetou a indicação do chefe rioverdense, sob a alegação de que Ludovico era bem moço e de pequena contribuição dada ao partido governista. Totó Caiado preferiu abrir espaço para companheiros aliados por mais tempo, de maior tradição, o que provocou desgaste no relacionamento entre o Palácio Conde dos Arcos e os líderes de Rio Verde, culminando com o rompimento de Borges.[506]

A mesma hipótese aparece na obra de Jaime Câmara.[507] Ademais, nas colunas do órgão de publicidade do Partido Democrata surgiu a explicação de que um dos objetivos da formação do bloco do sudoeste seria a eleição de Pedro Ludovico Teixeira pela minoria: "[Ludovico] Apanhado pelo cabello e arvorado em parente do politico que, em Rio Verde era prestigiado pelo Partido Democrata, o seu primeiro feito foi sonhar em rebellar-se contra seus creadores, formando um bloco politico do sudoeste para eleger-se deputado federal pela minoria."[508]

A verossimilhança dessa versão é reforçada pela apresentação da candidatura (avulsa) de Pedro Ludovico na eleição anterior de 1921 para a Câmara Federal.[509]

Jaime Câmara ainda alude à confecção de um suposto apoio de Martins Borges à criação do estado do Triângulo Mineiro, que anexaria o sudoeste goiano. Simulando um diálogo entre Eugênio Jardim e Ramos Caiado, o memorialista escreve:

> – Você soube que o Martins Borges declarou ser a favor da tese da criação do Estado do Triângulo Mineiro com a anexação do Sudoeste goiano? – interroga Ramos Caiado, ao chegar à roda do presidente.
> – Não acredito, e isto não é verdade. Isto deve ser invenção do Frederico, que não gosta

---

505 SILVA, Ana Lúcia da. *Op. Cit.*, notas, anexos e iconografia, nota de rodapé nº 48 do cap. II, p. 21.

506 BORGES, Filadelfo. *César Bastos*: vida e obra. Goiânia: Gráfica e Editora O Popular, 1987, p. 25-26.

507 Simulando um diálogo entre Eugênio Jardim e Ramos Caiado, Câmara escreve: "Eugênio Jardim, amigo do senador Martins Borges, sugere: – Quem sabe, se colocássemos o genro dele (referia-se a Pedro Ludovico) na chapa de deputado federal?... Talvez resolvesse o caso. Ele quer ser candidato na próxima eleição! O sonho dele é ser deputado federal! – Como poderemos fazer isso? E o César Bastos? Além de tudo, estou informado de que esse moço mantém relações como os revoltosos de Isidoro. E seríamos mal compreendidos. Não tem ele serviço ao Partido. Como trocar um companheiro dedicado por um agitador? – retruca Totó, acrescentando." In: CÂMARA, Jaime. *Op. Cit.*, 1979, p. 67.

508 Cf. *O Democrata*, Goyaz, 06 de abril de 1928.

509 Cf. *Correio Official*, Goyaz, 1º de março de 1921.

> dele – diz o senador Eugênio Jardim.[510]

Os caiadistas insistentemente classificaram a cisão rioverdense de "traição" e censuráveis atos de "felonia partidária",[511] imputando-se ainda aos dissidentes a alcunha de "trânsfugas"[512] e outros adjetivos menos nobres.

Não se sabe ao certo o motivo pelo qual Ludovico praticamente soterrou de sua autobiografia esses episódios vividos no sudoeste. No entanto, é muito provável que essa fase de ostracismo e de aborrecimento não lhe causasse agradáveis reminiscências.

Contudo, embora no final da vida os eventos em apreço tenham caído no esquecimento, eles foram valiosos para o amadurecimento político de Ludovico, que assimilou tão bem as lições dolorosamente experimentadas que as aplicou rigorosamente quando no poder. Aluno inteligente, dispensou aos "seus" dissidentes tratamento idêntico ao que amargou.

A despeito do rompimento do grupo de Martins Borges com o situacionismo estadual, o governo de Rio Verde continuou sob o controle dos borgistas, ante a vitória de José Gomes dos Santos Baylão na eleição municipal de setembro de 1923.

Ninguém desconhece que a tarefa do gestor municipal opositor do governo estadual era extremamente desconfortável, notadamente pelo preenchimento dos cargos estaduais e federais por pessoas contrárias à sua administração.

A investidura de Frederico Jayme como juiz municipal,[513] por exemplo, segue essa lógica. Devidamente fortalecido com a nomeação, o novo presidente da seção rioverdense do Partido Democrata, com o objetivo de desestabilizar o governo local, enceta campanha para que os cidadãos deixassem de recolher os tributos devidos à municipalidade, recorrendo inclusive a expedientes violentos e ameaçadores.

Segundo o advogado Érico Magalhães da Silveira iniciava-se a partir daí "o plano de vingança contra Rio Verde". O depoimento prestado por Eulálio de Ulhoa Cintra, presidente do Legislativo municipal, bem resume o quadro:

> o depoente na qualidade de Presidente do Conselho Municipal daquella cidade, procurou demover o Major Frederico – de quem aliáz é amigo e até compadre, - o qual é tambem Presidente do Directorio do Partido Democrata local, do proposito de continuar naquella campanha, tendente a obstar que os municipes pagassem os impostos à Intendencia devidos, ao que recebeu, como resposta do alludido Frederico, que continuaria na campanha, porque <u>para isto tinha ordem do Governo de Goyaz</u>... [destaque do texto] Disse mais que sabe, por ter ouvido do Fiscal da Intendencia, que Frederico ameaçou diversos contribuintes com

[510] CÂMARA, Jaime. *Op. Cit.*, 1979, p. 67.
[511] Cf. *O Democrata*, Goyaz, 22 de agosto de 1924.
[512] Cf. *O Democrata*, Goyaz, 07 de novembro de 1924.
[513] Cf. *O Democrata*, Goyaz, 13 de junho de 1924.

> prisão, caso os mesmos viessem a pagar os impostos; consta até que aquelle paga a uma pessoa para ameaçar aos contribuintes.[514]

Nesse ambiente hostil aos simpatizantes do Partido Republicano Independente, ameaças de prisões, de intimações para abandonar a cidade e outras perseguições campearam. Até o juiz de Direito Luiz Vianna, colaborador da gazeta *O Sudoeste*, se viu na contingência de deixar rapidamente a comarca por falta de garantia.

O governador Miguel da Rocha Lima prestou aos ministros do Supremo Tribunal Federal suas necessárias informações. Alegou ele que os fatos narrados eram imaginários e as acusações infundadas. Posteriormente, atacou todos os impetrantes. Sobre o comportamento de Ludovico, afirmou que ele no dia 25 de novembro de 1924, conforme telegrama do capitão Benecdito Avelino, disparou de sua casa "diversos tiros em direcção à cadeia, onde se achava aquartelada a força policial", bem como agrediu fisicamente Olympio Martins em plena rua.[515]

O mandatário goiano acrescentou ainda que *O Sudoeste* suspendera suas edições, emendando, no claro intuito de agigantar o respeito de sua gestão à liberdade de imprensa: "'Sudoeste', folha que suspendeu a sua publicação (e admira não se dissesse o fez em virtude de sanha da polícia)."[516]

Em 5 de julho de 1924, exatamente dois anos após o levante do Forte de Copacabana, Isidoro Lopes e seus homens promovem uma insurreição na capital paulista, no que foram aplaudidos pelo periódico rioverdense.[517] Em discurso, Pedro Ludovico Teixeira chama a insurreição de "epopeia de heroísmo".[518]

Mesmo assim, logo surge uma proposta de *modus vivendi.* As cláusulas do acordo definiam a renúncia do prefeito e dos vereadores e a nomeação de Gumercindo Alves Ferreira para a chefia do Executivo local e de quatro edis da corrente democrata e três da republicana.[519]

Em epístola assinada por Eugênio Jardim e Luiz Guedes d'Amorim e endereçada a Eulálio Cintra e César Bastos, representantes das duas alas políticas rioverdenses, a comissão

---

514 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *HC nº 15611*, de 09 de maio de 1925. Paciente: Dr. Pedro Ludovico Teixeira e outros. Impetrante: Dr. Erico Magalhães da Silveira. Coator: Presidente do Estado. Relator: Ministro Pedro dos Santos, p. 02.

515 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *HC nº 15611*, de 09 de maio de 1925. Paciente: Dr. Pedro Ludovico Teixeira e outros. Impetrante: Dr. Erico Magalhães da Silveira. Coator: Presidente do Estado. Relator: Ministro Pedro dos Santos, p. 54.

516 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *HC nº 15611*, de 09 de maio de 1925. Paciente: Dr. Pedro Ludovico Teixeira e outros. Impetrante: Dr. Erico Magalhães da Silveira. Coator: Presidente do Estado. Relator: Ministro Pedro dos Santos, p. 53.

517 Cf. *O Democrata*, Goyaz, 08 de maio de 1925.

518 Cf. *O Democrata*, Goyaz, 29 de agosto de 1924.

519 Cf. *O Democrata*, Goyaz, 03 de abril de 1925.

executiva democrata aceita as bases propostas.[520]

Entretanto, em artigo publicado no jornal uberlandense *A Reacção*, Pedro Ludovico repele o pacto, embora seu correligionário Eulálio Cintra, supostamente representando o Partido Republicano Independente, demonstrasse grande interesse em pacificar a luta política local. A imprensa caiadista buscou intrigar: "Pedro Ludovico, com a sua ambição, desthronou o sogro do mandonismo local e procura devorar (...) o brio, a dignidade, a compostura dos proprios companheiros."[521]

Na campanha eleitoral de 1930, quando Ludovico candidatou-se novamente a deputado federal, sua atitude assumida em 1925 foi resgatada e devidamente saudada pela oposição goiana: "Todas as violencias, todas as perseguições[522] foram desferidas contra esse batalhador indomavel, depois que, num gesto de altivez, repeliu as propostas de conciliação do caiadismo."[523]

O caiadismo começava a perceber com quem estava lidando.

I.6. A refundação do Partido Republicano de Goiás em 1927

Em 2011, no meio de uma divergência com o governador a respeito da partilha do chamado fundo de reaparelhamento do poder Judiciário, o presidente do Tribunal de Justiça de Goiás divulgou nota afirmando prezar pela manutenção da "centenária" relação harmoniosa entre os poderes Executivo e Judiciário.

A afirmação, porém, oculta rumorosos conflitos ao longo da história republicana. Em meados da década de 1920, por exemplo, desencadeou-se uma séria crise entre os dois poderes, que culminou, inclusive, em pedido de intervenção federal.

De início, vale ressaltar que quatro desembargadores – Emílio Póvoa, Maurílio Fleury,[524] Ayrosa Alves de Castro[525] e Vicente Miguel – participaram, em 1925, da solenidade de

[520] SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *HC nº 15611*, de 09 de maio de 1925. Paciente: Dr. Pedro Ludovico Teixeira e outros. Impetrante: Dr. Erico Magalhães da Silveira. Coator: Presidente do Estado. Relator: Ministro Pedro dos Santos, p. 40.

[521] Cf. *O Democrata*, Goyaz, 08 de maio de 1925.

[522] Sobre as violências desencadeadas em 1929 no sudoeste, o melhor resumo dos crimes perpetrados encontra-se no relatório produzido pelo juiz de Direito Antônio Perillo, publicado na edição da *Voz do Povo* de 24 de maio de 1929.

[523] Cf. *Voz do Povo*, Goyaz, Capital, 17 de janeiro de 1930.

[524] Maurílio Augusto Curado Fleury nasceu na Cidade de Goiás em 1868. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo. Foi promotor público, juiz de Direito, procurador da República, tornando-se em 1915 desembargador. Em 1936, aposentou-se compulsoriamente, quando presidia o Superior Tribunal de Justiça de Goiás. Faleceu no Rio de Janeiro em 1952. In: VAZ, Geraldo Coelho. *Memória do Poder Judiciário de Goiás*. Goiânia: Kelps, 1998, p. 77-78.

[525] Ayrosa Alves de Castro nasceu na Cidade de Goiás em 1884. Bacharelou-se na primeira turma da Academia de Direito de Goiás. Foi juiz de Direito nas comarcas de Rio Verde e Bonfim, tornando-se desembargador em 1923. Com a deposição de Emílio Póvoa da presidência do Superior Tribunal de Justiça em 1927, assumiu o posto.

posse do governador Brasil Ramos Caiado. Confirma a existência de um harmonioso relacionamento entre o Judiciário e os demais poderes, o conteúdo vertido no relatório confeccionado à época pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça (hoje Tribunal de Justiça).[526]

O cordial ambiente institucional mudaria por completo no ano seguinte. Publicamente, o ataque ao Judiciário começa com a publicação do editorial do jornal *O Democrata* intitulado "A magistratura do Estado" de 07 de maio de 1926:

> O nosso jornal, propugnando os altos interesses do Estado, não pode mais calar a indignação que lavra em todas as camadas sociaes contra o menospreso do direito e das leis por parte da magistratura estadual. Recebemos quasi diariamente reclamações contra alguns juizes, e... é pessima a impressão dentro e fóra do Estado sobre o nosso Superior Tribunal de Justiça. Os accordãos desta corporação são quasi sempre dictados por interesses subalternos... É grave a nossa afirmativa. Entretanto fazemol-a sob o imperio do civismo para resalva da nossa alta missão de imprensa que pleiteia o progresso do Estado, a garantia de todos os direitos e a felicidade do povo. Não podemos mais silenciar sobre as irregularidades que têm sido praticadas e que vão num crescendo assustador. No nosso Superior Tribunal apenas um dezembargador tem dado votos que o honram. Os accordãos são contradictorios, predominando o interesse dos ligados à Camarilha. Vamos precisar factos e analysar julgados nos proximos numeros deste jornal. Por hoje basta.[527]

Na edição seguinte, o hebdomadário brada que a "igrejinha" há de ruir. Logo complementa: "E então, poderão advogar, triumphantes, em Goyaz, os de merito real, os capazes, os de cultura bem formada, os de intelligencia esclarecida e de invulneravel honestidade."[528] Pouco tempo depois,[529] em discurso pronunciado no plenário do Senado Federal, Antônio Ramos Caiado transforma a "igrejinha" em "toca dos morcegos".[530] Começava a campanha "saneadora" da magistratura, enredo que será rigorosamente repetido nos anos de 1930 e 1937.

Ao impugnar as primeiras acusações caiadistas, José Honorato da Silva e Sousa,[531] rebento do desembargador Vicente Miguel, solicita aos advogados da capital que assinassem um desagravo à Corte de Justiça. A moção de apoio é devidamente divulgada.

Para Claro Godói, filho do desembargador João Francisco de Oliveira Godói,[532]

Faleceu em 1950. In: VAZ, Geraldo Coelho. *Op. Cit.*, p. 71-72.

526 FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. *Op. Cit.*, 2009, v. I, p. 337.

527 Cf. *O Democrata*, Goyaz, 07 de maio de 1926.

528 Cf. *O Democrata*, Goyaz, 15 de maio de 1926.

529 Nesse intervalo, especificamente no dia 13 de julho de 1926, o Superior Tribunal de Justiça absolveu Benedicta Cypriano Gomes, popularmente conhecida como Santa Dica, das acusações que lhe eram imputadas. Esse fato certamente afastou ainda mais o senador Ramos Caiado dos desembargadores. In: VASCONCELLOS, Lauro de. *Santa Dica:* encantamento do mundo ou coisa do povo. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991, p. 108.

530 Cf. *O Democrata*, Goyaz, 24 de setembro de 1926.

531 José Honorato da Silva e Sousa nasceu na Cidade de Goiás em 1898. Era filho do desembargador Vicente Miguel da Silva Abreu e de Eugênia Fleury e Silva. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Goiás. Após a Revolução de 1930, foi nomeado secretário do Interior e Justiça de Goiás e em maio de 1933 elegeu-se deputado à Assembléia Nacional Constituinte. In: FGV/CPDOC. *Op. Cit.*, v. V, p. 5574.

532 João Francisco de Oliveira Godói nasceu na cidade de Pindamonhangaba (SP) em 1867. Bacharelou-se pela

Antônio Ramos Caiado objetivava com os ataques desferidos impedir, por suspeição, que a maioria dos membros do STJ apreciassem ações eventualmente aforadas por confrontantes de glebas rurais adquiridas pelo senador:

> A genese da questão, maugrado a diversidade das opiniões do senador [Caiado] e do seu irmão presidente de Goyaz se assenta no facto de ter o mesmo senador, servindo-se de uma lei immoral, votada ao sabor dos seus interesses, formado extensos latifundios de terras devolutas, com prejuizo de alguns confrontantes, e, receiando futuras questões no Pretorio, iniciou a revoltante campanha de moda a incompatibilisar os desembargadores, no momento opportuno pela suspeição.[533]

É conveniente registrar que, em 1926, a oposição encontrava-se desarticulada em Goiás. Como nem jornal detinha, a solução possível era buscar o amparo da imprensa do Triângulo Mineiro. Foi por essa razão que Emílio Póvoa, presidente do STJ, endereçou uma missiva a Lycidio Paes, redator da folha uberlandense *A Reacção*. Após agradecer ao jornalista a publicação de matéria favorável ao Judiciário, o desembargador ressalta: "agradeço a parte que tem tomado na propaganda da candidatura do meu distinto patricio e amº Dr. Victor de Carvalho Ramos, uma das glorias da nova geração do meu Estado."[534]

Vê-se que em setembro de 1926 o presidente do Judiciário já secundava a candidatura de Victor de Carvalho Ramos a deputado federal, embora a citada eleição estivesse marcada para o primeiro trimestre do ano seguinte.

Os acontecimentos se precipitam e os confrontos se intensificam, a ponto de quatro desembargadores encaminharem ao presidente da República pedido de intervenção federal, sob a alegação de cerceamento da independência do Judiciário:

> O que quer o senador Caiado, e vai conseguindo com o apoio franco e decidido do poder executivo, é a annulação do judiciário. O que elle quer, e disso não guarda reserva, é a organização de um Superior Tribunal, onde os juizes rezem pela sua cartilha. Nós é que não podemos servir para os seus intentos e dahi a guerra de exterminio que ele nos vem movendo a pretexto de sanear a magistratura do Estado.[535]

A intervenção não se concretiza, apesar de existirem depoimentos de que o presidente da República mandou reforçar as fileiras do 6º Batalhão de Caçadores sediado em

---

Faculdade de Direito de São Paulo. Foi promotor público, juiz de Direito, tornando-se desembargador em 1909, na vaga de Gonzaga Jaime. Presidiu a Corte de Justiça de 1931 a 1935, quando se aposentou compulsoriamente. Foi casado com Tereza Alencastro Caiado Godói. Faleceu em 1948. In: VAZ, Geraldo Coelho. *Op. Cit.*, p. 75-76

533 GODOY, Claro Augusto. Olygarchia goyana. *Voz do Povo*, Goyaz, 1º de julho de 1927.

534 Cf. carta de Emílio Francisco Póvoa para Lycidio Paes, datada de Goyaz, em 09 de setembro de 1926. Manuscrito. Coleção Lycidio Paes. CDHIS/UFU.

535 Cf. *Correio Official*, Goyaz, 04 de junho de 1927.

Ipameri com um pelotão de São Paulo.[536]

A solução encontrada pelo Executivo anhanguerino para encerrar definitivamente a crise com o Judiciário surge com a promulgação da Lei Estadual nº 892, de 20 de julho de 1927, que elevava a composição do STJ de cinco para nove. De imediato quatro novos desembargadores são nomeados,[537] e, ato contínuo, Emílio Póvoa é deposto da presidência. Airosa Alves de Castro assume seu lugar e o pleito de intervenção federal é retirado pela nova maioria da Corte de Justiça.

Ressai da entrevista concedida por Antônio Ramos Caiado ao matutino carioca *O Jornal* que a fundação, em junho de 1927, do periódico oposicionista *Voz do Povo* definiu a majoração dos quadros do Superior Tribunal de Justiça:

> autorizamos, ha dias, o sr. deputado Joviano de Castro a declarar que não cogitavamos de augmentar o nosso Tribunal. Entretanto, emquanto assim procediamos, quatro desembargadores de Goyaz, cuidavam de fundar um jornal de idéas communistas exaltadas e violentas, para fazer politica. Pergunto: deante destes factos, poderiamos, os responsaveis pela politica do Estado, cruzar os braços e deixar ao léo a justiça?[538]

Uma das primeiras deliberações tomadas pelo interventor Pedro Ludovico Teixeira, imediatamente após o movimento de 1930, foi revogar a referida lei nº 892/27, voltando, destarte, o STJ a funcionar com cinco integrantes.[539] Emana de um dos "considerando" do ato legal anulatório a real opinião dos antigovernistas sobre os eventos do passado:

> Considerando que, com tal aumento [do número de desembargadores], nada mais foi visado do que assegurar interesses politicos subalternos, tanto que a providencia foi tomada depois de se recusarem os poderes legislativo e executivo a dar implemento a inumeras decisões emanadas do Superior Tribunal e no acesso de violenta campanha difamatoria movida pela situação politica dominante em uma época em que não havia oposição organizada no Estado, contra quatro dos cinco membros componentes daquele Tribunal.[540]

---

[536] ROSA, Joaquim. Texto inédito intitulado "Por esse Goiás adentro", sob a guarda do Instituto Cultural José Mendonça Teles. Trabalho datilografado contendo 112 páginas, p. 11.

[537] São nomeados Odorico Gonzaga de Siqueira, Celso Calmon Nogueira da Gama, Henrique Itiberê e Benjamin da Luz Vieira.

[538] Cf. *O Democrata*, Goyaz, 1º de julho de 1927.

[539] Urge acrescentar também que, na ocasião, arbitrariamente, o desembargador Airosa Alves de Castro foi aposentado "por notória incapacidade física", sendo nomeado, no mesmo dia, para o seu posto o magistrado Antônio Perillo. Eis a redação do decreto nº 827, de 12 de março de 1931: "O Interventor Federal, neste Estado, considerando, alem de outros motivos relevantes, que é notoria a incapacidade physica do Desembargador Ayrosa Alves de Castro, para o exercicio do seu cargo no Superior Tribunal de Justiça do Estado; Considerando, porem, ter o mesmo magistrado mais de 10 annos de serviços prestados ao Estado, resolve aposental-o com as vantagens que lhe são asseguradas pelas leis em vigor. Palacio da Presidencia do Estado de Goyaz, 12 de Março de 1931, 43º da República. Dr. Pedro Ludovico Teixeira. José Honorato da Silva e Souza."

[540] Cf. Decreto nº 341, de 06 de dezembro de 1930. In: GOIÁS. *Atos do governo revolucionário do Estado de Goiaz em 1930*. Organização de Segismundo Melo. Cidade de Goiaz: Oficinas Gráficas Popular, 1936, p. 55-57.

Calha consignar que o surgimento da *Voz do Povo*[541] e posteriormente do Partido Republicano de Goiás – reorganizado em novembro de 1927 –, associam-se umbilicalmente à crise do Judiciário, conforme expressou o juiz de Direito da capital Mário de Alencastro Caiado em discurso pronunciado na convenção da legenda:

> O Dr. Mário Caiado, com a palavra produziu um longo e substancioso discurso, historiando a razão de ser da fundação do jornal Voz do Povo em 24 de junho de 1927 e a do P. R. de Goyaz em 5 de Novembro do mesmo anno, fundações provocadas pelo desprestigio do Poder Judiciario ante a campanha de velipendio desenvolvida contra o mesmo poder pelo chefe da politica dominante.[542]

Em outras palavras, é verossímil deduzir que o conflito entre o situacionismo e o Judiciário rearticulou organicamente a oposição em Goiás. Estimulados pela magistratura estadual, os antigos bulhonistas e os dissidentes do Partido Democrata de diversos municípios reavivaram a agremiação de 1916.

Examinando atentamente os 14 membros do diretório provisório do Partido Republicano de 1927, verifica-se a participação de cada uma das três tendências políticas – magistratura estadual, bulhonismo e dissidência democrata –, haja vista os nomes escolhidos: Virgílio José de Barros (presidente), Salatiel Simões de Lima, Samuel Sabino dos Passos, Antônio Martins Borges, Orlando Borges, Americano do Brasil, Olavo Batista, Evaristo Machado, João da Rocha Lima, Raul Coutinho, Augusto Berquó, Agnello Fleury Curado, José Honorato e Claro Godói.[543]

O presidente Virgílio José de Barros[544] representava a velha guarda do bulhonismo, tanto que integrou a comissão executiva do Partido Republicano de 1916. Entretanto, é na convenção de 1929 que os correligionários de Leopoldo de Bulhões emergem de maneira mais vigorosa na estrutura partidária: além de ser Virgílio reconduzido à presidência, Joaquim da Cunha Bastos é eleito para o diretório e Guimarães Natal é aclamado presidente de honra da legenda.[545]

O testemunho de Augusto Jungmann sobre os momentos que precederam a criação da *Voz do Povo* corroboram a presença bulhonista: "Aproveitando a ida de Mario Caiado ao Rio, acompanhei-o, levando nós ambos a incumbencia de conseguirmos dos drs. Bulhões e Guimarães Natal a tipografia do 'Goyaz', em arrendamento, o que infelizmente não se realizou."[546] De igual

---

[541] De 1927 a 1930, os periódicos *Voz do Povo* e *O Democrata* travam exaltados duelos.
[542] Cf. *Voz do Povo*, Goyaz, 1º de janeiro de 1930.
[543] Cf. *Voz do Povo*, Goyaz, 11 de novembro de 1927.
[544] Era também sogro do magistrado Mário Caiado.
[545] Cf. *Voz do Povo*, Goyaz, 1º de janeiro de 1930.
[546] JUNGMANN, Augusto. Restaurando a verdade. *Voz do Povo*, Goyaz, 18 de março de 1934.

modo, Domingos Vellasco: "É verdade que, ao se organizar o Partido Republicano, e mesmo antes disso, procurei muitas vezes Leopoldo de Bulhões, em seu escritório da rua São Pedro, no Rio e dele recebia orientação e conselhos."[547]

Cumpre reconhecer que o Judiciário desempenhou saliente protagonismo no cenário político estadual na Primeira e Segunda Repúblicas, sobretudo pela atuação de Gonzaga Jayme, Emílio Póvoa, Vicente Miguel e Mário Caiado. A despeito de os magistrados dessa vez não alistarem-se pessoalmente no Partido Republicano, a presença de José Honorato e Claro Godoy, ambos filhos de desembargadores, de Agnello Fleury Curado, parente do desembargador Maurílio Fleury, e Raul Coutinho, irmão do tabelião João Coutinho, reflete indubitavelmente a impressão digital do Judiciário na novel organização:

> Aliás, o que se não dissimula no novo directorio, é o proposito de nelle fazer influir principalmente a celebre camarilha judiciaria que pretende estultamente embaraçar a acção do Partido Democrata sem para isso possuir elementos. Delle fazem parte dois filhos de desembargadores, os srs. Claro de Godoy e José Honorato, e um parente proximo de mais um membro da nossa alta côrte judiciaria, o sr. Agnello Curado. (…) Esquecia-nos dizer que é tambem membro componente do directorio da opposição o snr. Raul Coutinho, irmão e porta-voz do snr. João Coutinho, escrivão do Forum da Capital e apaniguado incondicional do juiz Mario, de quem aquelle será também um representante...[548]

Malgrado os bulhonistas e grande parcela da magistratura ampararem a formação do novo partido, investigando a composição do diretório republicano, percebe-se que os dissidentes do Partido Democrata perfaziam a maioria, a saber: Salatiel Simões de Lima (Itaberaí); Antônio Martins Borges (Rio Verde); Orlando Borges (Santa Rita do Paranaíba); Americano do Brasil (Santa Luzia); Olavo Batista (Pirenópolis); Samuel Sabino e João da Rocha Lima (capital).

Perquirindo as edições da *Voz do Povo* e de *O Democrata*, vê-se que os grandes vultos das duas correntes eram justamente os primos Mário de Alencastro Caiado e Antônio Ramos Caiado. Tal constatação explica por que entre 1927 e 1930 são publicadas semanalmente charges que caricaturaram os respectivos contendores.

A depreciação inicia-se exatamente em agosto de 1927, quando a *Voz do Povo* estampa o senador Caiado vestido com paletó de couro de onça, apontando com o dedo em riste para o mapa de Goiás, que, por sua vez, está coberto com a denominação de várias fazendas suas e de seus irmãos.[549] Em revide, *O Democrata* publica então o desenho de um rato ostentando o rosto

---

[547] VELLASCO, Domingos Netto de. Joaquim da Cunha Bastos, o homem. In: MOTA, Ático Vilas Boas da; GOMES, Modesto. *Aspectos da cultura goiana*. Goiânia: Oriente, 1971, p. 69.

[548] Cf. *O Democrata*, Goyaz, 18 de novembro de 1927.

[549] Cf. *Voz do Povo*, Goyaz, 26 de agosto de 1927. Ver seção de imagens. In: MENDONÇA, Jales Guedes Coelho. *Op. Cit.*, 2013.

de Mário Caiado, que possuía no corpo uma série de dizeres ofensivos ao magistrado, tal como "juiz que advoga".[550]

Essas hostilidades espelham apenas uma fração do que realmente foi a inimizade dos adversários. A campanha difamatória de ambos os lados deixou marcas indeléveis na alma dos beligerantes, que obstou qualquer possibilidade de eventual reconciliação no futuro. Este sentimento exercerá visível ascendência sobre a atuação política de Mário de Alencastro Caiado na década de 1930.

Especula-se muito, em Goiás, sobre a gênese de tamanha animosidade. Ao tratar do assunto, Lena Castello Branco, escudada no depoimento de Leão Caiado Filho, informa que a origem remonta aos tempos de criança, quando os netos disputavam a preferência do avó Antônio José Caiado.[551] A autora registra ainda a ocorrência de atritos no período da Revolução de 1909, tendo em vista que Mário Caiado, então juiz de Pouso Alto (atual Piracanjuba), comunicara às autoridades competentes o transporte irregular de armas e munições.

Para Joaquim Rosa, foi a abertura do testamento de Ana Joaquina Gomes Fialho, em julho de 1926, e as ulteriores desavenças entre os testamenteiros nomeados Mário Caiado e Antônio Ramos Caiado, que causaram a desinteligência:

> O dia em que, na cidade de Vila Boa, num ano remoto da era de 20, a veneranda e rica senhora Ana Joaquina Gomes Fialho assinou seu testamento, esse dia deve ser registrado no calendário político e histórico de Goiás como data de especial relevo. É que a cadeia de acontecimentos dele resultante, interligados como elo de uma grande corrente, afetou profundamente a vida da velha província.[552]

A despeito das contribuições expostas, de acordo com o próprio Mário Caiado, desde 1922, o relacionamento entre ele e o primo encontrava-se dilacerado:

> Finalmente, saibam todos quantos lerem esta minha missiva que, desde 1922, resolvi, para minha felicidade, nunca mais enxergar o Senador Caiado, depois de lhe haver dito duras verdades no gabinete da Presidencia, em presença do coronel Eugenio Jardim e desembargador Vicente Miguel, retirando-me, em seguida, sem lhe dar a mão, acintosa e propositalmente. E neste proposito tenho me conservado até hoje, a despeito de ter lhe tropeçado algumas vezes no caminho de minha humilde existencia.[553]

Infelizmente, a razão da desavença de 1922 não foi aventada no artigo.

---

[550] Cf. *O Democrata*, Goyaz, 16 de dezembro de 1927. Ver seção de imagens. In: MENDONÇA, Jales Guedes Coelho Mendonça. *Op. Cit.*, 2013.

[551] FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. *Op. Cit.*, 2009, v. I, p. 321.

[552] ROSA, Joaquim. Texto inédito intitulado "Por esse Goiás adentro", sob a guarda do Instituto Cultural José Mendonça Teles. Trabalho datilografado contendo 112 páginas, p. 06.

[553] CAIADO, Mario. Olygarchia goyana. *Voz do Povo*, Goyaz, 15 de julho de 1927.

****

No plano eleitoral, enquanto o Partido Republicano de 1916 conseguiu reconhecer uma bancada de seis deputados estaduais e ter voz no Congresso Nacional em duas ocasiões consecutivas – 1918 e 1921 –, a organização de 1927 nunca conquistou semelhante posição, nem no parlamento estadual nem tampouco no federal.

Na eleição para a renovação do Congresso Legislativo Estadual de setembro de 1928, o Partido Democrata apresentou chapa completa com a seguinte justificativa: "A Comissão abaixo assignada, apresenta chapa completa para a eleição do Senado e da Camara dos Deputados, porque reconhece não existir no Estado partido de opposição com quociente eleitoral de representação da minoria, nos termos da Constituição Federal."[554] Tal concepção na prática vetou a representação parlamentar da minoria.

No ciclo caiadista (1912 a 1930), dos cinco governadores reconhecidos, apenas dois cumpriram integralmente seu mandato: João Alves de Castro e Brasil Caiado. Olegário Pinto, Eugênio Jardim e Alfredo Lopes de Moraes não concluíram suas gestões.

Em 1929, a candidatura de Alfredo Lopes de Moraes recebeu o apoio subjacente do Partido Republicano, decerto por fiar na promessa do político morrinhense de que administraria com a legenda democrata "procurando, entretanto, fazer justiça a todos: correligionarios, adversarios ou indifferentes."[555] Outrossim, seguramente pesou para a abstenção das urnas o fato de Alfredo de Moraes não ser parente do senador Caiado – circunstância que diferia dos quatro governantes anteriormente eleitos (Olegário Pinto, João Alves de Castro, Eugênio Jardim e Brasil Ramos Caiado).

Extrai-se da *Voz do Povo* uma aposta velada de que o grupo de Morrinhos, liderado por Alfredo de Moraes, romperia com o esquema caiadista. Apesar das tentativas republicanas de levar a cizânia ao campo situacionista, a ruptura não se consumou, embora o mandatário tenha se afastado do cargo em agosto de 1930.[556]

Consta que o secretário de Obras Públicas, Jales Machado de Siqueira,[557] pediu

[554] Cf. *O Democrata*, Goyaz, 1º de setembro de 1928.
[555] Cf. *O Democrata*, Goyaz, 16 de fevereiro de 1929.
[556] Cf. *O Democrata*, Goyaz, 16 de agosto de 1930.
[557] Jales Machado de Siqueira nasceu em Alfenas (MG) em 1894. Diplomou-se em engenharia civil pela Escola Politécnica de São Paulo. Foi prefeito municipal de Buriti Alegre (GO), além de secretário estadual de Obras Públicas em 1929. Regressando ao sul de Goiás em agosto de 1930, participou ativamente da Revolução de 1930, sendo posteriormente nomeado diretor da Estrada de Ferro Goiás. Candidatou-se pela Coligação Libertadora a deputado federal em 1934, tornando-se primeiro suplente. Após o fim do Estado Novo, elegeu-se por quatro vezes

exoneração mais ou menos na mesma data do afastamento do governador, retornando para Buriti Alegre. No entanto, este fato não significa a defecção de todos os democratas do sul goiano, sobretudo porque José Xavier de Almeida Júnior, filho do ex-mandatário de mesmo nome, substituiu Jales na pasta[558] e José Gumercindo Marquez Otero, parente de Alfredo Lopes de Moraes, foi nomeado delegado de saúde de Morrinhos.

Na eleição de março de 1930 para a representação federal, os republicanos lançaram Guimarães Natal para o Senado Federal e Pedro Ludovico Teixeira para a Câmara dos Deputados. Em entrevista concedida ao *Correio da Manhã*, Ludovico verberou que aceitara o convite porque "os Drs. Mario e Vellasco recusaram apresentar-se".[559] Ao final do sufrágio, ambas as candidaturas antigovernistas malograram.

Cabe neste aspecto, a abertura de um parêntese para reiterar uma interessante revelação já assinalda linhas atrás: esta na realidade foi a segunda candidatura à Câmara Federal levada a cabo por Pedro Ludovico, conforme ele mesmo admitiu em 1928: "a unica vez que me candidatei, fil-o sem grande aspiração, e por insistencia do meu particular amigo Ricardo Campos e do dr. Almeida Barros, sem consultar o grande Senador [Caiado], com quem não tinha nenhuma ligação partidaria."[560]

É certo ainda que Ludovico ocupou a função de juiz municipal em Rio Verde: "E se Pedro [Ludovico] confessava-se não militante, todavia, precisou dos homens do poder para se investir no cargo de Juiz Municipal. (…) Claro que se apossara da posição contando com o aval do Caiadismo plenamente dominante e unido a Martins Borges."[561] Essa mesma versão foi contada por César da Cunha Bastos: "Ele [Pedro Ludovico] foi, inclusive, juiz municipal dos Caiado. Pedro fala que nunca foi caiadista, que jamais cooperou, mas ele realmente foi caiadista. Depois, mudou, rebelou-se."[562]

Fechado o parêntese, no pleito de março de 1930, Antônio Ramos Caiado reelege-se senador federal, ao passo que Francisco Ayres da Silva, Joviano Alves de Castro, Lincoln Caiado de Castro e César da Cunha Bastos são eleitos e reconhecidos deputados federais.

Pela primeira vez na fase republicana, um representante de Rio Verde galgava assento na Câmara dos Deputados.[563] A expressividade da conduta oposicionista, capitaneada por

---

deputado federal. Faleceu em 1975 em Ceres (GO). In: FGV/CPDOC. *Op. Cit.*, v. III, p. 3387.

558 Cf. *Correio Official*, Goyaz, 16 de agosto de 1930.

559 Cf. *Voz do Povo*, Goyaz, 17 de janeiro de 1930.

560 TEIXEIRA, Pedro Ludovico. A "O Democrata". *Voz do Povo*, Goyaz, 18 de maio de 1928.

561 BORGES, Filadelfo. *Op. Cit.*, p. 24.

562 Cf. *Diário da Manhã*, Goiânia, 04 de outubro de 1980, p. 17.

563 SILVA, Ana Lúcia Silva. *Op. Cit.*, p. 113.

Martins Borges e seu genro, certamente motivou o Partido Democrata a abrir espaço para o sudoeste na delegação goiana.

Sem embargo, pela terceira vez consecutiva – 1924, 1927 e 1930 – a minoria anhanguerina ausentava-se do Congresso Nacional. Em contrapartida, nas quatro eleições federais anteriores realizadas durante o ciclo caiadista – 1912, 1915, 1918 e 1921 –, a oposição invariavelmente obteve assento no parlamento federal, consoante se infere da presença dos deputados Marcelo Silva (duas vezes), Tullo Jayme e Artur Napoleão.[564]

Concomitantemente ao prélio eleitoral para a representação federal, realizou-se a consulta popular para presidente da República. O Partido Republicano de Goiás, incorporado à denominada Aliança Liberal,[565] hipotecou apoio ao governador gaúcho Getúlio Vargas, que, apesar da boa votação, acabou derrotado nas urnas.

Em síntese, os republicanos goianos na eleição de março de 1930 perderam em toda linha. O desânimo desmoronou sobre as hostes oposicionistas aquém-Paranaíba. Nesse sentido, eis o depoimento prestado por Domingos Vellasco:

> Tenho, no meu arquivo, a documentação exata de toda a atuação oposicionista em Goiaz, inclusive a carta que s. ex. [Ludovico] me dirigiu, em meados de 1930, abandonando, definitivamente, a atividade politico-partidaria. E nela está anotada a dose de oleo canforado que precisei aplicar no companheiro que desfalecia.[566]

Por isso o órgão de publicidade democrata bradou em alto e bom som: "A opposição está acabada"; ao mesmo tempo, alegrou-se: "Nunca ostentamos maior pujança. (…) o Partido Democrata de Goyaz, definirá a vontade do povo goyano e ha de passar aos posteros, pelas gerações, inderrotado e infraccionavel, honrando e orgulhando, não só a sua terra como à propria democracia."[567]

Desprezando a expectativa de poder, vários fatores ajudam a elucidar as razões pelas quais a minoria goiana embarcou na solução antilegalista de outubro de 1930:[568] a) os insucessos eleitorais do Partido Republicano na segunda metade da década de 1920; b) o veto à participação da minoria tanto no Congresso Nacional quanto no Legislativo Estadual; c) o fracasso do pedido de

---

564 SILVA, Ana Lúcia Silva. *Op. Cit.*, p. 113.

565 Aliança Liberal foi uma coligação oposicionista de âmbito nacional formada no início de agosto de 1929 por iniciativa de líderes políticos de Minas Gerais e Rio Grande do Sul com o objetivo de apoiar as candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa respectivamente à presidência e vice-presidência da República nas eleições de 1º de março de 1930. In: FGV/CPDOC. *Op. Cit.*, v. I, p. 105.

566 VELLASCO, Domingos Netto de. As "ideologias" do governador goiano. *Lavoura e Comercio*, Uberaba, 24 de maio de 1935.

567 Cf. *O Democrata*, Goyaz, 29 de março de 1930.

568 Em Goiás, na prática, a alternativa armada limitou-se ao grupo republicano de Rio Verde.

intervenção federal formulado em 1926; d) a inocorrência de cisão no partido dominante após a posse de Alfredo Lopes de Moraes; e, por fim, e) a ausência de mudança na política nacional em relação à política goiana.

Por derradeiro, ressalte-se um aspecto singular na trajetória vitoriosa do Partido Democrata: o domínio da legenda inicia-se pela força das armas – Revolução de 1909 – e finda-se coincidentemente com outro movimento revolucionário – o de 1930.

I.7. O Partido Republicano de Goiás no poder: chega o crepúsculo às trincheiras democratas

As origens da Revolução de 1930 podem ser compreendidas por diversos ângulos. Sob o viés político, o pacto de Ouro Fino, firmado em 1913, consolidou a união de São Paulo e Minas, isolando o Rio Grande do Sul. Após o consulado do mineiro Artur Bernardes (1922-1926), sucedido pelo paulista Washington Luís (1926-1930), a cadeira presidencial, pela ordem, caberia a um representante montanhês – muito provavelmente o governador Antônio Carlos Andrada.

Contudo, a insistência de Washington Luís em lançar o paulista Júlio Prestes cinde o ajuste entre os dois poderosos estados, tornando-se a causa mais visível da ruptura do acordo cognominado "café-com-leite."[569] A preterição de Minas Gerais, além de aproximar os gaúchos dos mineiros, altera a correlação de forças do quadro político nacional.

Formada a Aliança Liberal, a oposição apresenta na corrida eleitoral de março de 1930 a candidatura do gaúcho Getúlio Vargas e do paraibano João Pessoa, respectivamente, à presidência e vice-presidência da República.

Mesmo a Aliança Liberal obtendo significativa votação, Júlio Prestes vence afinal a disputa. A partir daí tem início, apesar da hesitação de alguns atores, a conspiração visando uma insurreição armada no Brasil. A trama é fortemente impulsionada pelo assassinato de João Pessoa, logo transformado em hediondo crime político, embora os principais motivos do homicídio não se conectarem com a seara política. Ao discorrer sobre o assunto, ensina Boris Fausto:

> Apesar das adesões, em meados de 1930 a conspiração revolucionária andava mal. Um acontecimento inesperado veio lhe dar alento. A 26 de julho, João Pessoa era assassinado em uma confeitaria do Recife por João Dantas, um de seus adversários políticos. [...] A morte de João Pessoa teve grande ressonância e foi explorada politicamente. Seu enterro na capital da República, para onde o corpo foi transladado, reuniu uma grande massa. Os oposicionistas recebiam de presente uma grande arma. Daí em diante, tornou-se mais fácil

[569] Para maior aprofundamento das causas da revolução, ver LIMA SOBRINHO, Barbosa. *A verdade sobre a Revolução de Outubro – 1930*. 3ª ed. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1983.

> desenvolver a articulação revolucionária.[570]

Após várias articulações e um rosário de acontecimentos, finalmente a data inaugural do levante é fixada. No dia 03 de outubro de 1930, eclode o movimento em diversos pontos do país. As forças legalistas se defendem como podem, malgrado demonstrarem resistência aquém do projetado pelos revolucionários. Finalmente, em 24 de outubro, os militares dissidentes destituem Washington Luís, instituindo uma junta governativa provisória. Dez dias depois, Getúlio Vargas assume o poder:

> A 3 de novembro Getúlio Vargas entra no Rio de Janeiro à frente das fôrças revolucionárias comandadas por Góes Monteiro, então coronel mas já guindado, por fôrça da revolução, ao pôsto de general. No mesmo dia toma posse. E embora tivesse planejado empossar-se como Presidente da República 'eleito e esbulhado pela fraude' nas eleições de 1º de março, terminou por mudar de pensamento: 'Assumo provisoriamente o govêrno da República como delegado da Revolução, em nome do Exército, da Marinha e do Povo.' Jamais um provisório foi tão permanente, pois que no poder iria demorar nada menos de quinze anos.[571]

No plano estadual, os ecos da Revolução de 1930 se fazem sentir de imediato. Preparando a reação, Washington Luís designa Antônio Ramos Caiado executor do estado de sítio em Goiás.

Levando a cabo seu mister, o presidente do Partido Democrata, calejado pelas experiências de 1909 e pelo combate à Coluna Prestes, buscando alentar o governo central que já agonizava no Rio de Janeiro, mobiliza às pressas mais de dois mil correligionários.[572]

Ao que tudo indica, Caiado planejou conquistar o Triângulo Mineiro. Esta informação aparece claramente no diário de Vargas (dia 16 de outubro de 1930): "O estado-maior apanha e decifra vários rádios do adversário, e toma providências. Um dá a posição das forças em São Paulo; outro, do senador Caiado, pedindo auxílio para invadir o Triângulo Mineiro; e outro, desistindo da invasão, porque os mineiros invadiram Goiás por Paracatu, ocupando Formosa."[573]

Nas trincheiras do Partido Republicano de Goiás, atos efetivamente beligerantes restringem-se às ações executadas pelos antigovernistas do sudoeste. Segundo Pedro Ludovico, ao saber da revolução, ele imediatamente se dirigiu a Uberlândia, onde então reuniu homens "habituados à luta armada, nos combates travados em Mato Grosso, durante um ano, pelas forças de Carvalhinho e Morbeck".[574] Sem perda de tempo, regressou a Goiás e atacou Rio Verde. Todavia, no confronto, seu grupamento é derrotado, caindo o líder preso. Em seu penúltimo número, *O*

[570] FAUSTO, Boris. *Op. Cit.*, 1999, p. 323-324.
[571] BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República de 1930 a 1960*. São Paulo: Editora Edaglit, 1962, p. 14.
[572] BARBOSA, Alaor. Totó Caiado depõe. *O Popular*, Goiânia, 11 de junho de 1978. Suplemento Cultural, p. 07.
[573] VARGAS, Getúlio. *Getúlio Vargas:* Diário. São Paulo: Siciliano, Rio de Janeiro: FGV, 1995, v. I, p. 11.
[574] TEIXEIRA, Pedro Ludovico. *Op. Cit.,* 1973, p. 34-35.

Democrata descreve assim o evento:

> Encerrariamos esta seccção sobre Goyaz apresentando o nosso territorio intocado pelos rebeldes si não tivessemos a registrar o apunhalamento da terra goyana por um filho seu – filho desnaturado e impenitente nas suas investidas contra as nossas tradições de bom senso e lealdade – Pedro Ludovico. Hoje, às primeiras horas da manhã, aquelle nosso desaffecto politico, aproveitando-se da situação anarchica em que se encontra parte de Minas, atravessou a fronteira, à frente de mais de 100 capangas e atacou Rio Verde. O destacamento policial daquella cidade, sob o commando do tenente Catulino Viegas, enfrentou, immediatamente, os invasores, offerecendo-lhes resistencia. Iniciado às 5 horas, somente às 12 terminou o combate, com o desbaratamento e fuga dos capangas, que deixaram prisioneiros, além do seu chefe Pedro Ludovico, alguns companheiros, bastante munição, armas e fardamento bem como um automovel.[575]

A mesma matéria aventa ainda que o frustrado ataque provocou na capital de Goiás manifestações de entusiasmo, a ponto de o desembargador Benjamin da Luz Vieira e de o secretário de Obras Públicas, José Xavier de Almeida Júnior, saudarem em praça pública a vitória "do feito d'armas de Rio Verde":

> Essa victoria da nossa Policia, em que collaborou, com grande brilho, o elemento civil de Rio Verde, foi recebida sob manifestações populares de enthusiasmo nesta capital, com a participação das altas autoridades do Estado. […] Defronte do Palacio Conde dos Arcos, falou o Desembargador Benjamin Vieira. Tambem se fez ouvir o Dr. Xavier Junior, Secretario de Obras Publicas, que, em nome do Governo disse do jubilo que lhe causara o feito d'armas de Rio Verde e salientou que elle constituia a confirmação, no campo da lucta, da solidariedade do Partido Democrata ao Sr. Presidente da Republica e aos demais poderes constituidos que se empenham, com a Nação, no combate à rebeldia.[576]

A insurreição caminhava a passos largos em todas as regiões pátrias, sobretudo em Minas Gerais, tanto que uma coluna militar do Triângulo Mineiro invade o território anhanguerino por Paracatu.

Quando alcançou os contrafortes da Serra Dourada em 27 de outubro de 1930, o vice-governador em exercício, Humberto Martins Ribeiro, ao invés de fugir da previsível sanha dos revolucionários, resolve, corajosamente, permanecer no Palácio Conde dos Arcos, no afã de formalmente entregar o poder ao deputado Carlos Pinheiro Chagas.[577]

De acordo com Filadelfo Borges, Carlos Pinheiro Chagas, irritado com a inusitada situação, travou o seguinte diálogo com o governador: "'– Em nome da Revolução assumo o Governo de Goiás', teria dito Chagas. '– Sob protesto eu entrego', foi a resposta imediata de

---

[575] Cf. *O Democrata*, Goyaz, 11 de outubro de 1930.

[576] Cf. *O Democrata*, Goyaz, 11 de outubro de 1930.

[577] Carlos Pinheiro Chagas nasceu em Oliveira (MG) em 1889. Em 1930, elegeu-se deputado federal por Minas Gerais. Assumiu o governo de Goiás de 27 a 30 de outubro de 1930, sendo em seguida substituído por uma junta provisória. Foi tabelião no Rio de Janeiro. Em março de 1932, assumiu a Secretaria da Fazenda de Minas Gerais, no governo de Olegário Maciel (1930-1933), cargo em que permaneceu somente até junho daquele ano, quando faleceu em Belo Horizonte, no dia 25." In: FGV/CPDOC. *Op. cit.*, v. II, p. 1331.

Humberto Martins'".[578]

Poucos dias depois, uma junta governativa formada por Emílio Póvoa, Pedro Ludovico e Mário Caiado é empossada. Na sequência, Vargas nomeia Ludovico interventor federal, que persistirá ininterruptamente no governo até 1945, sem prejuízo de prolongar seu domínio oligárquico até novembro de 1964.

É muito provável que Pedro Ludovico tenha sido o governante estadual que mais tempo permaneceu à frente da administração, entre 1930 e 1945, superando inclusive João Punaro Bley, do Espírito Santo.[579]

Na época da assunção ludoviquista, a imprensa triangulina chegou a propalar a possível designação do coronel Mena Gonçalves[580] como interventor federal de Goiás.[581] Joaquim Rosa conta que o nome do Coronel Pirineus, comandante do 6º BC, também esteve em cartaz.[582] A respeito dos motivos pelos quais Getúlio Vargas escolheu Ludovico existem muitas especulações. O tópico a seguir potencializa o papel desempenhado pelo tenente Domingos Vellasco:

> Subsídios para a historia política de Goiaz: "Voz do Povo" dirigida pelo "revolucionario autentico" Albatenio de Godoi escreveu ha pouco que o sr. Velasco insistiu para que, depois de 30, fosse nomeado chefe de policia do estado. A historia é muito outra. Quando se cogitou da nomeação do interventor goiano, o sr. Mario Caiado e outros queriam que fosse o sr. Velasco o nomeado. Este recusou e indicou, em infeliz momento, o sr. Pedro Ludovico. O masorqueiro do sudoeste condicionou sua aquiecencia em ser o interventor goiano à permanencia do sr. Velasco na chefia de policia. Eis o que houve sem tirar nem pôr.[583]

Em idêntico sentido, a passagem inserta no artigo de Domingos Vellasco:[584] "A um homem que já rejeitou uma cadeira de deputado federal por amor às suas idéas, pouco importam as posições. Vivesse eu a procura delas já teria exercido as mais eminentes no meu Estado. Sabem disso todos os que conhecem a politica de Goiás."[585] É cediço que o próprio Ludovico reconheceu

---

578 BORGES, Filadelfo. *Op. Cit.*, p. 35.

579 João Punaro Bley assumiu a interventoria do Espírito Santo em 1930, mas deixou-a em 1943. In: FGV/CPDOC. *Op. Cit.*, v. I, p. 691.

580 Antonino Mena Gonçalves nasceu em Rosário (RS) em 1876. Militar do Exército, com a Revolução de 1930, foi nomeado por Getúlio Vargas, ainda neste mês, governador provisório de Mato Grosso. Empossado em 3 de novembro, assumiu no dia 19 a condição de interventor federal. Em abril de 1931, Vargas o substitui da interventoria. Faleceu na cidade de São Paulo em 1938. In: FGV/CPDOC. *Op. Cit.*, v. III, p. 2592.

581 Cf. *O Diario da Revolução*, Uberlandia, 22 de novembro de 1930.

582 ROSA, Joaquim. *Op. Cit.*, 1974, p. 105.

583 Cf. *Ipamerí*, Ipamerí-Goiaz, 02 de setembro de 1934.

584 Há ainda a seguinte passagem de carta escrita por Vellasco e enviada a Ludovico, divulgada em artigo subscrito pelo primeiro: "E depois, quando se lembraram de meu nome para interventor federal, eu me despi de qualquer pretensão e indiquei o seu nome [de Ludovico] e trabalhei em todos os sentidos para que você fosse nomeado." In: VELLASCO, Domingos Netto de. O que prova meu arquivo. *Lavoura e Comercio*, Uberaba, 17 de maio de 1934.

585 VELLASCO, Domingos Netto de. Congresso politico de Goiás. *Lavoura e Comercio*, Uberaba, 13 de fevereiro de 1933.

publicamente a contribuição vellasquista: "Bateu-se [Vellasco] muito pela minha nomeação a Interventor."[586]

Os meses posteriores à revolução foram de acomodação para os novos donos do poder. Em contrapartida, de desassossego para os chamados decaídos. Parafraseando Rosa, a onda no Palácio Conde dos Arcos era demitir "República Velha" e nomear "revolucionário".[587]

Relatos das mais diversas perseguições foram divulgados no opúsculo intitulado *Goiás Tétrico,*[588] impresso em julho de 1931 em Uberlândia. Esses dissabores experimentados pelos "carcomidos", entretanto, são quase completamente ignorados pela opinião pública, o que, por certo, os aproxima do que Michael Pollak classificou de "memória subterrânea":

> O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas. [...] A fronteira entre o dizível e indizível, o confessável e inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar a impor.[589]

Preso por uma companhia do Exército em uma fazenda distante 40 léguas da capital,[590] Antônio Ramos Caiado, juntamente com seus parentes e correligionários, é recolhido incomunicável no quartel da 3ª Companhia do 6º BC sediado na Cidade de Goiás. Logo é transferido para o Rio de Janeiro, local donde somente regressaria em abril de 1932.

O jornal *O Democrata*, que regularmente publicara suas edições semanais desde 1917, é proibido de continuar suas atividades. Comentando a questão, criticou *A Tribuna*:

> Uma das curiosidades do novo regimen estabelecido em Goyaz é o da falta de liberdade de imprensa. O dr. Cesar Bastos solicitou em carta ao interventor as precisas garantias para a livre circulação de um jornal sob a sua direcção, neste Estado. O dr. interventor não aprecia, na sua alta sensibilidade esthetica, essa flor de perfume esquisito que se chama imprensa livre. Não respondeu a carta, mas, em compensação, revelou seu sigillo a um inescrupuloso qualquer que delle deu publicidade pela 'Voz do Povo', órgão do partido dominante que, alem de comental-o declarou, em letra de forma, que ninguem tem direitos políticos. Em Goyaz, o direito individual, inherente ao proprio cidadão, como o de ter imprensa, se chama direito politico. E quem não concordar, concordasse.[591]

Em essência, a notícia veiculada pelo agora governista *Voz do Povo* é mais ou menos a

---

586 TEIXEIRA, Pedro Ludovico. *Op. Cit.*, 1973, p. 41.
587 ROSA, Joaquim. *Op. Cit.*, 1974, p. 105.
588 SILVA FILHO & CIA. *Goiás Tétrico*. [S.l.:s.n.], 1931.
589 POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Revista de Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, v. 2, nº 3, 1989, p. 5-8.
590 Cf. *Ipamerí*, Ipamerí-Goiaz, 23 de novembro de 1930.
591 Cf. *A Tribuna*, Uberlandia, 15 de fevereiro de 1931.

mesma, salvo a tentativa de justificar as medidas constritivas adotadas:

> o jornal triangulino invectiva o Secretario de Segurança por ter prohibido a publicação do jornal 'Democrata'. Isso não é verdade. O Dr. Cesar de Bastos foi chamado à policia porque desejava ressuscitar o partido caiadista, afim de crear empecilhos à acção do Dr. Interventor Federal. Disse-lhe então o Sr. Domingos Vellasco que S. S. aguardasse o período pré-eleitoral para fazer política, visto que o momento não comportava agitações partidárias. E que, ao se cogitar de eleições, o Sr. César de Bastos teria amplas garantias, para exercer o direito do voto. Foi isso que se passou, em dezembro ultimo. Em fevereiro, recebeu a policia um rascunho de artigo sem assignatura. Desconfiando que seu autor era ainda o Sr. Cesar Bastos – o Sr. Secretario da Segurança lh'o devolveu, reiterando o conselho de não cuidar de politicagem, enquanto o Brasil e Goyaz não voltassem ao regime normal. Isso foi o que fez a policia goyana, com o applauso de todos os goyanos, pois não é justo que os elementos que levaram o Brasil à revolução e que são responsaveis por muitos crimes – queiram exercer direito de critica antes de serem absolvidos pela Justiça competente. Por enquanto, os irmãos Ramos Caiado, seus primos, sobrinhos e outros como o sr. Cesar Bastos são réus.[592]

O ambiente político vivido no estado mediterrâneo no pós-1930 certamente influenciou na peremptória decisão tomada por César da Cunha Bastos: abandonar Goiás.[593] De acordo com Orestes Borges Guimarães Filho, quando César Bastos soube do assassinato de Luiz Barreto Correia de Menezes Júnior, perpetrado em Santa Rita do Paranaíba (hoje Itumbiara) em outubro de 1933,[594] ele teria afirmado, após lamentar o funesto delito, que aconselhara o chefe político caiadista santaritense a sair do território goiano.[595]

No tocante à liberdade de imprensa, cabe assinalar que *O Democrata* nunca mais voltaria a circular com o mesmo nome, ressurgindo apenas em agosto de 1934 – após a redemocratização do Brasil –, com outro título: *A Colligação*. Ainda assim, esta gazeta, órgão oficial da Coligação Libertadora, redatoriada pelo jornalista Alfredo Nasser,[596] teria também vida efêmera, uma vez que em março de 1936 o guante da censura a alcançaria, cerrando definitivamente suas oficinas.

Com efeito, o funcionamento da imprensa no ciclo ludoviquista é um capítulo da história de Goiás que precisa ser melhor estudado. Nessa perspectiva, as fontes examinadas induzem que o caiadismo suportou mais tolerantemente as críticas dos periódicos oposicionistas do

[592] Cf. *Voz do Povo*, Goyaz, 20 de março de 1931.

[593] César da Cunha Bastos fixou residência no interior de Minas Gerais e posteriormente em Mato Grosso, voltando a Goiás somente após o fim do Estado Novo. In: BORGES, Fidadelfo. *Op. Cit.*, p. 56.

[594] Ver MENDONÇA. Jales Guedes Coelho. O crime de Santa Rita do Paranaíba: coronelismo no extremo sul de Goiás. *VIII Semana de Pesquisa e III Colóquio de Pesquisa de História/UFG*, 2010.

[595] Cf. depoimento prestado por Orestes Borges Guimarães Filho ao autor em 2009.

[596] Alfredo Nasser nasceu em Caiapônia (GO) em 1907, filho de imigrantes libaneses. Jornalista profissional, trabalhou na *Folha de São Paulo*, e, de volta a seu estado natal, dedicou-se ao jornalismo e ao magistério. Elegeu-se deputado estadual (1935-1937) pela Coligação Libertadora. Integrou, por concurso público, os quadros do DASP. Foi deputado federal (1959-1965) e senador da República (1947-1950). Assumiu em outubro de 1961 o ministério da Justiça, nomeado por Tancredo Neves. Faleceu em 1965. " In: FGV/CPDOC. *Op. Cit.*, v. IV, p. 4035.

que o ludoviquismo, embora não vacilasse em acionar o poder Judiciário. Ao traçar a trajetória de Antônio Ramos Caiado, o memorialista Joaquim Rosa confirma a ilação: "Não havia censura à imprensa, é certo (a censura foi inaugurada no período ludoviquiano)."[597]

Impugnando uma provocação exarada pela *Voz do Povo*, que, ao saudar o primeiro ano do governo do presidente Washington Luís, insinua perseguição do "regime anterior",[598] o semanário *O Democrata* afiança que "nunca" se registrou uma só violência contra os jornais da minoria em Goiás:

> Aonde é que já se viu em Goyaz, empastellar jornaes, se aggredir physicamente um jornalista? Temos tido varios orgams de opposição, taes como o *Goyaz*, a *Imprensa*, e nunca para honra da nossa civilização se registrou uma só violencia contra elles e seus redactores. Ora, é melhor que a *Voz do Povo* deixe de estar chorando lagrimas de crocodilo.[599]

Em idêntica direção, crônica encontrada no opúsculo *Goiás Tétrito* sob o título "Política – liberalismo invertido":

> O orgão oficial da interventoria em Goiás, publica, para edificação dos povos, um comunicado, uma advertencia, um conselho, ou coisa que o valha, da Delegacia Geral de Policia, em que se recomenda à gente goiana muita cautela na apreciação dos sabios atos da ditadura de bitola estreita local, cuja sensibilidade excessiva não pode suportar qualquer reparo. (…) Nesse andar, o truculento senador Caiado acabará apontado como o tipo do liberal; porque, durante todo o seu longo predomínio no Estado, a imprensa oposicionista disse dele e da situação que chefiava "cobras e lagartos", sem haver recebido notas significativas como essa."[600]

No referido compêndio, há notícia de que durante as convenções do Partido Democrata na Cidade de Goiás, Antônio Ramos Caiado determinava que a polícia, por cautela, protegesse a sede da *Voz do Povo* de eventuais atentados:

> Quantas vezes só o seu silêncio [de Ramos Caiado] bastaria para que a tipografia fosse empastelada, as machinas fossem quebradas e fosse arrazado o proprio predio do jornal inimigo, podendo, com razão attribuir-se à multidão indignada e sempre irresponsavel! Nas múltiplas ocasiões em que se via rodeado de amigos exaltados, nas convenções do partido, como na memorável reunião para a posse do Dr. Alfredo de Moraes, o primeiro cuidado do chefe era mandar guardar pela própria polícia as oficinas da *Voz do Povo*, para que as exaltações dos democratas não as prejudicassem.[601]

A própria circulação ininterrupta da *Voz do Povo* por mais de três anos, com o estilo

[597] ROSA, Joaquim. *Op. Cit.*, 1980, p. 15.
[598] Provavelmente em alusão ao governo do presidente Artur Bernardes.
[599] Cf. *O Democrata*, Goyaz, 25 de dezembro de 1927.
[600] SILVA FILHO & CIA. *Op. Cit.*, p. 31.
[601] SILVA FILHO & CIA. *Op. Cit.*, p. 61-62.

jornalístico que lhe era peculiar, tonifica a verossimilhança da premissa:

> O que se passa, atualmente, em Goiaz, com relação à imprensa, é uma verdadeira retratação de todas as acusações que se fizeram aos governos caiadistas, da época pré-revolucionária. […] "Voz do Povo", por exemplo, […] pôde desenvolver uma ação terrivel contra a oligarquia goiana. Apesar da violencia da linguagem empregada, a sua redação ficou virgem da presença de um censor. Nenhuma violencia foi praticada contra ela. Agora, entretanto, […] a imprensa de Goiaz está amordaçada, tolhida em seus menores manifestações e só podendo divulgar aquilo que agrada aos Zeus-mirins.[602]

Por fim, a acusação enunciada por Francisco de Britto:

> Já se tornou proverbial a ogerisa do sr. Pedro Ludovico Teixeira pela imprensa independente. O interventor goyano não tolera críticas, ainda as mais suaves. Nesse particular a sua sensibilidade é igual à sensibilidade de um nervo de dente de mulher hysterica. Se o jornal o critica, está ao alcance da sua mão, esgana-o. […] Entretanto ninguém mais do que o sr. Pedro Ludovico gritou contra a tyrannia, contra a prepotência, contra a mentira das urnas, contra todas as formas de escravização política. […] E ninguém jamais o impediu de falar e de escrever, embora às vezes com violência. Guindado ao poder por uma revolução, olvidou o passado, abjurou a doutrina que defendeu.[603]

Na realidade, nenhum periódico de caráter antigovernista foi fundado na Cidade de Goiás até 1934. Os democratas, portanto, ficaram praticamente silenciados no interregno de outubro de 1930 a agosto de 1934, conforme já observara anteriormente a historiografia:

> É preciso ressaltar ainda – e considero fundamental que nos lembremos disso – que da mesma forma que as antigas oligarquias eram acusadas pelos oposicionistas de abusos e violências, antes de 1930, o mesmo aconteceu no momento posterior. Talvez não tenhamos tantas fontes porque a repressão aos oposicionistas do regime, principalmente a partir de 1937, tenha sido mais incisiva do que fora antes de 1930.[604]

O jornal à época significava o único meio de comunicação de massa – ou pelo menos próximo a isso –, com fonte emissora no estado de Goiás.[605] Nem se diga que com esta afirmação se estaria negando a existência do rádio na década de 1930. Não. Ocorre que pela radiodifusão os goianos, via de regra, eram meros receptores de notícias de outros centros urbanos.

Os revolucionários trabalharam desde o início para fulminar o prestígio dos integrantes do Partido Democrata, sobretudo o de Antônio Ramos Caiado, sempre o mais visado.[606] A título de

---

602 Cf. *Lavoura e Comercio*, Uberaba, 23 de maio de 1934.

603 BRITTO, Francisco. O vilão e a vara. In: CÂMARA, Jaime. *Os tempos da mudança*. 2ª ed. Goiânia: Cultura Goiana, 1973, p. 125-126.

604 ARRAIS, Cristiano Pereira Alencar. *Identidade e cidades de fronteira:* um estudo sobre a construção de Goiânia a partir do conceito de momento de fronteira. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003, p. 22.

605 ASSOCIAÇÃO GOIANA DE IMPRENSA. *Depoimentos para a sua história*. Goiânia: Cerne, 1980, p. 37.

606 Chamado por muitos de chefe supremo na década de 1920.

exemplo, a manchete da gazeta jataiense *O Liberal*, estampada sob o título: "Crimes horrorosos do caiadismo".[607] A linguagem usada no subtítulo segue a mesma perspectiva: "Ramos Caiado – alma de Torquemada, espectro de Aretino, – cruel e licencioso, em explosões de odio vil e rasteiro, trucidou o povo goyano durante 20 annos, deshonrando... matando... roubando...".

Muito da tentativa de legitimação da nova ordem derivou da desconstrução incessante do regime anterior e de seus principais protagonistas.[608]

A despeito da aludida campanha, o retorno de Antônio Ramos Caiado a Goiás, em abril de 1932, evidencia que, embora atenuada, a chama democrata ainda flamejava em vários quadrantes aquém-Paranaíba.[609]

O situacionismo estadual, tentando minimizar o impacto da volta de Caiado, após vários meses de ausência de Goiás, ordena que nas estações ferroviárias o contingente policial, em tom de intimidação, impedisse a utilização de foguetes pelos caiadistas. Em Catalão, alguns condutores de automóveis que se dirigiam a Goiandira são obstados de continuar viagem. Algumas prisões são realizadas, como a do jornalista José Ayube, acusado de estar armado. Na Cidade de Goiás, as circunstâncias se repetem com maior intensidade:

> Em frente à casa do influente chefe, então, a ostentação de força culminou. Era uma verdadeira praça de guerra. Dir-se-ia que se tratava de um acontecimento perigoso para a ordem publica: a chegada do dr. Caiado. É que no auge do rancor e do despeito, era preciso arranjar um artificio qualquer para tornar menos delirante as manifestações de apreço ao illustre goyano. [610]

A narrativa de Jaime Câmara trilha a mesma senda: "O regresso de Ramos Caiado não deixou de criar problemas para o Governo revolucionário, em virtude não somente da situação nacional (...) como também pelas demonstrações de apreço que o ex-Senador vinha recebendo de vários municípios goianos.[611]

Em 09 de julho de 1932, menos de 90 dias após o regresso de Caiado, estoura em São Paulo a Revolução Constitucionalista. No mesmo dia da deflagração do levante, o democrata, por ordem direta do interventor, novamente conhece o cárcere.

Agindo rapidamente, depois de ser cientificado do movimento bandeirante, Pedro Ludovico manda prender ainda outros vultos decaídos, consoante se lê da comunicação endereçada a Getúlio Vargas: "Em virtude telegrama transmitido Sampaio Correa que denunciava entendimento

---

607 Cf. *O Liberal*, Jatahy, Sudoeste Goyano, 13 de março de 1932.
608 CARVALHO, José Murilo de. *Op. Cit.*, 1990, p. 09.
609 Cf. *A Tribuna*, Uberlandia, 17 de abril de 1932.
610 Cf. *A Tribuna*, Uberlandia, 17 de abril de 1932.
611 CÂMARA, Jaime. *Op. Cit.,* 1967, p. 52.

reacionario mandei prender ex senador Ramos Caiado ex desembargador Airosa de Castro e outros elementos decaidos medida preventiva pt sds Pedro Ludovico interventor".[612]

A versão de Antônio Ramos Caiado é digna de nota:

> Quando se levantou o povo de São Paulo, pela constitucionalidade do Brasil, a 9 de julho de 1932, recrudesceu em Goiás a violência. Caiado foi convidado para explicações na Polícia, e quando lá chegou foi detido pelo Chefe de polícia Estelita Campos, alegando que havia recebido, naquele dia, telegrama mandando deter uma lista de nomes ilustres no Quartel de Polícia de Goiás. Ao chegar Caiado, para responder, ao anunciado inquérito verificou que foram chegando presos: o Presidente do Tribunal do Estado, Desor. Ayrosa Alves de Castro, o Ex-Presidente do Estado, Dr. Humberto Ribeiro, o Desor. Benjamin Vieira, Dr. Arnulfo Caiado, o ex-deputado federal Dr. Lincoln Caiado de Castro, o comerciante Apulcho de Alencastro, Deputado Dr. Agenor de Castro, Cel. Raulino de Castro, Ubirajara Caiado, Cap. João da Costa Oliveira e vários outros políticos do Estado. Todos ficaram presos incomunicáveis, desde 9 de julho até 31 de outubro do ano de 1932, sem poder ver, nem escrever as famílias respectivas, e toda sorte de violência foram praticadas contra os detentos. [613]

Após amargar mais de cem dias de prisão incomunicável e de ver sucumbir o levante paulista, que poderia mudar a situação política do Brasil e de Goiás, Antônio Ramos Caiado e seus correligionários são soltos.

I.8. O Partido Social Republicano e a formação da Coligação Libertadora

Tendo erigido a moralização do sistema representativo a um de seus máximos ideais, a revolução procurou cumprir a promessa com a edição, em fevereiro de 1932, do Código Eleitoral.[614] A referida norma inovou ao permitir o voto das mulheres e criar a Justiça Eleitoral, solapando assim as bases do instituto da verificação dos poderes, vigente durante a Primeira República.

Três meses depois da publicação da legislação eleitoral, Vargas fixa o dia 03 de maio de 1933 como data para a escolha dos integrantes da Assembleia Nacional Constituinte.

Todavia, as iniciativas oficiais não foram suficientes para conter a guerra civil paulista. Advogando principalmente a reconstitucionalização do país, o levante foi militarmente derrotado, porém tornou irreversível a celebração de uma nova Constituição, o que representou o triunfo das oligarquias dissidentes sobre o movimento tenentista:

> Os tenentes procuravam emprestar ao Estado uma orientação claramente *centralizadora,* de reforço dos poderes intervencionistas da União, inclusive na área econômica e social. A

[612] Cf. telegrama do interventor Pedro Ludovico Teixeira ao presidente Getúlio Vargas. Cidade de Goiás, datado de 09 de julho de 1932. Manuscrito. Fundação Getúlio Vargas, classificação GVc1932/07/09/5.
[613] BARBOSA, Alaor. *Op. Cit.*, p. 07.
[614] LEAL, Victor Nunes. *Op. Cit*., p. 257.

> execução desta proposta deveria estar pautada em padrões técnicos de administração, sendo sua eficácia garantida por um regime político forte, isto é, pela permanência da ditadura como meio de sanear costumes e redefinir os ideais da nação. Desta forma, os setores 'revolucionários' do tenentismo, […] defendiam um modelo de Estado nitidamente antiliberal, na medida em que a crítica à oligarquia confundia-se com a crítica ao liberalismo utópico e desvirtuador da República Velha. Os setores oligárquicos divergentes insistiam na manutenção das prerrogativas de autonomia estadual e na limitação dos poderes da União, enfim, na defesa do *federalismo* como ponto-chave da organização política do país. Lutavam, por conseguinte, pela defesa dos princípios políticos liberais que respaldaram e possibilitaram a hegemonia desse grupo ao tempo da Primeira República.[615]

A rigor, desde o decreto nº. 19.398, de 11 de novembro de 1930, já se falava em convocação de Assembleia Constituinte: "Art. 1º. O Governo Provisório exercerá discricionariamente, em toda sua plenitude, as funções e atribuições, não só do Poder Executivo, como também do Poder Legislativo, até que, eleita a Assembléia Constituinte, estabeleça esta a reorganização constitucional do País."[616]

A Revolução de 1930, como manifestação de força e subversão da ordem jurídica, necessitava de legitimidade democrática para realizar sua passagem rumo à legalidade constitucional. Tal transposição deveria ser executada via convocação de uma Constituinte:

> Nessas duas ocasiões [1889 e 1930], os movimentos armados e vitoriosos, capazes de se caracterizar como revolucionários, assumiram a forma de governo provisório, até que as Assembléias Constituintes dispusessem de maneira definitiva (decreto nº 1, de 15 de novembro de 1889, e 19.398, de 11 de novembro de 1930). [...] As revoluções vitoriosas, se procuram a legitimidade democrática, não podem prescindir da Assembléia Constituinte, que organize o Estado dentro das coordenadas dos representantes do povo.[617]

Os ensinamentos de Ângela Maria de Castro Gomes harmonizam-se com as lições de Faoro: "O significado jurídico-político maior da convocação de uma assembléia nacional constituinte é, então, a restauração da legalidade e da legitimidade do poder, fazendo-o passar de um poder de fato, de um regime de força, a um poder de direito, a regime legal."[618]

Sufocada definitivamente a sedição bandeirante, as forças políticas estaduais começam a preparação para a disputa eleitoral. Em Goiás, os situacionistas arregimentam-se para a fundação de uma nova organização partidária. Por esta razão, durante o denominado Congresso das Municipalidades, realizado na capital entre 20 e 24 de janeiro de 1933, nasce o Partido Social

---

615 GOMES, Ângela Maria de Castro**.** *Regionalismo e Centralização Política:* partidos e constituinte nos anos 30 (introdução). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 28-29.

616 SENADO FEDERAL. *Constituições do Brasil:* de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946 e 1967 e suas alterações. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1986, p. 133.

617 FAORO, Raymundo. *Assembléia Constituinte:* a legitimidade recuperada. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 19.

618 GOMES, Ângela Maria de Castro. Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930 – 1935). In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1981, tomo III, v. III, p. 09-10.

Republicano (PSR).[619]

Sustentado por delegações de aproximadamente 30 municípios,[620] majoritariamente chefiadas por prefeitos nomeados pelo interventor federal, o PSR não fugiu ao roteiro traçado por Getúlio Vargas:

> A estratégia de Vargas era a de promover a formação de partidos organizados pelos interventores e de integrá-los em um programa mínimo, que deveria coincidir com o anteprojeto da futura Constituição, a cargo da subcomissão do Itamarati. Essa articulação, pela via dos interventores, seria reforçada pelo encaminhamento jurídico da constitucionalização, que regulamentaria a composição da Assembléia e seu funcionamento através da elaboração do Regimento Interno.[621]

Ao final do conclave, o PSR estrutura sua comissão executiva com sete membros[622] e divulga um programa no qual preponderava nitidamente o ideário tenentista: "O Brasil acima dos Estados. A União fortalecida e os seus interesses sobrepostos aos estaduais."[623] A aludida concepção é confirmada pela filiação da legenda à União Cívica Nacional (UCN).[624]

Na verdade, a adoção de teses tenentistas e a adesão à UCN[625] decorre principalmente da influência de Domingos Vellasco, militar reformado em 1924 no posto de primeiro-tenente e pessoa bem relacionada com a cúpula do Clube 3 de Outubro,[626] que inclusive teve sua seção estadual presidida por ele.[627]

Para Claro Godói, a ascensão intelectual de Vellasco sobre a elite política goiana foi

---

619 Acrescentou-se ao tradicional Partido Republicano de Goiás de 1916 e 1927 o vocábulo "social".

620 O Estado de Goiás possuía 55 municípios em 1936. In: IBGE**.** *Sinopse Estatística do Estado de Goiás,* nº 2. Goiânia: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial do Estado, 1938, p. 30-34.

621 CASTRO, Maria Helena de Magalhães. O Rio Grande do Sul no pós-30: de protagonista a coadjuvante. In: GOMES, Ângela Maria de Castro (Org.). *Regionalismo e Centralização Política:* partidos e constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 76-77.

622 Comissão executiva do PSR: Mário d'Alencastro Caiado, Domingos Netto de Vellasco, Nero de Macedo Carvalho, Oscar Campos Júnior, Hermógenes Ferreira Coelho, Joaquim da Cunha Bastos e Claro Augusto de Godói. In: *Correio Official*, Goiaz-Capital, 04 de fevereiro de 1933.

623 Cf. *Correio Official*, Goiaz-Capital, 04 de fevereiro de 1933.

624 Eis o conceito dado pelo Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro à União Cívica Nacional: "Coligação política nacional organizada pelas forças tenentistas nos meses de março e abril de 1933 visando às eleições de 3 de maio para a Assembléia Nacional Constituinte. Tendo como secretário-geral Luís Aranha, irmão do ministro da Fazenda Oswaldo Aranha, pretendia reunir diversos partidos estaduais e mais tarde transformar-se num partido nacional. Desarticulou-se, entretanto, após as eleições." In: FGV/CPDOC. *Op. cit.*, v. V, p. 5834.

625 Ver PANDOLFI, Dulce Chaves. A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político. In: GOMES, Ângela Maria de Castro (Org.). *Regionalismo e Centralização Política:* partidos e constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, nota de rodapé 53, p. 422

626 "Organização política fundada em fevereiro de 1931 no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, por alguns representantes do chamado pensamento tenentista. Depois de funcionar como principal porta-voz do movimento tenentista, foi extinta por decisão de seus membros em 15 de abril de 1935." In: FGV/CPDOC. *Op. cit.*, v. II, p. 1391.

627 O Diretório do Clube 3 de Outubro de Goiás teve a seguinte composição: Presidente: Domingos Netto de Vellasco; 1º Vice-Presidente: Eurico Perilo; 2º Vice-Presidente: João José Coutinho; 1º Secretário: Claro de Godoy; 2º Secretário: Benedito Silva e Tesoureiro: Hermógenes Ferreira Coelho. In: *Voz do Povo*, Goyaz, 29 de maio de 1932.

marcante: "O programa do Partido Social Republicano, que então se fundou, refletia as tendências de Velasco e a aprovação do mesmo pela Convenção se deveu, principalmente, à sua real influência."[628] Nessa esteira pode ser lido o trecho antiliberal do discurso pronunciado por Ludovico: "É preferível a ditadura honesta e criteriosa, como a que temos, do que um governo mascarado de liberal, mal intencionado e carcomido pela politicagem."[629]

Perquirindo a atuação parlamentar de Domingos Vellasco na Constituinte Nacional de 1933/1934, a historiografia preconizou: "As posições defendidas por Velasco na Assembléia identificavam-se em parte com as propostas apoiadas pelo tenentismo e pelas chamadas pequenas bancadas, constituídas por setores das oligarquias do Norte-Nordeste."[630]

Na eleição de maio de 1933 para a Constituinte Nacional, o Partido Social Republicano registrou as candidaturas de Domingos Netto de Vellasco, Mário de Alencastro Caiado, José Honorato da Silva e Sousa e Nero de Macedo Carvalho.[631]

O ambiente institucional brasileiro no período encontrava-se francamente preparado para favorecer os aliados do getulismo, tendo o Governo Provisório antecipadamente removido diversos obstáculos para o êxito das situações estaduais, colocando-os, porém, no caminho das hostes oposicionistas:

> são justamente aqueles que estão no poder que controlam a capacidade de traçar os limites do espaço político a ser democratizado. Concretamente, tal recurso é traduzido na faculdade de elaborar a legislação eleitoral e partidária (Código Eleitoral; registro de partidos e organizações políticas), além da possibilidade de manusear todo um outro tipo de legislação sobre a produção e divulgação de informações. No exemplo específico que estamos examinando, podemos verificar que uma série de limites e condições são de fato acionados pelo Governo Provisório. Assim, a abertura política dos anos 30 se faz após a exclusão, pelo exílio, de uma série de inimigos políticos da revolução (os constitucionalistas paulistas e mineiros de 1932), sob a vigência da lei de censura à imprensa e com a negação do registro eleitoral ao Partido Comunista do Brasil.[632]

Tratando especificamente da suspensão dos direitos políticos dos adversários do regime varguista – medida perpetrada em dezembro de 1932 –, Mangabeira protestou energicamente: "Quando uma situação suspende, por decreto do Chefe do Governo, os direitos políticos dos seus adversários, às vésperas de um pleito, e pleito de uma Assembléia que ia dar ao País o seu regime, é

---

628 GODOY, Claro Augusto. *Fragmentos do Passado.* Goiânia: O Popular, 1975, p. 145.
629 TEIXEIRA, Pedro Ludovico. *Op. Cit.*, 1973, p. 48-49.
630 FGV/CPDOC. *Op. Cit.*, v. V, p. 6006.
631 Nero de Macedo Carvalho nasceu na Cidade de Goiás em 1887. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Era funcionário concursado da Fazenda Nacional. Após a Revolução de 1930, foi nomeado secretário de Finanças de Goiás. No pleito de maio de 1933 elegeu-se deputado à Assembléia Nacional Constituinte. Em 1935 elegeu-se senador da República. In: FGV/CPDOC. *Op. cit.*, v. III, p. 3370.
632 GOMES, Ângela Maria de Castro. *Op. Cit.*, 1980, p. 30.

uma irrisão que se aleguem em seu favor os seus serviços à causa do nosso regime representativo."[633]

O parlamentar gaúcho João Neves da Fontoura, de igual modo, criticou a proscrição da maioria dos oponentes de Vargas da Constituinte:

> Como, porém, travestiu-se [Getúlio Vargas] de detentor dos poderes discricionários em presidente constitucional? […] O seu primeiro ato preparatório foi o famoso decreto de cassação de direitos aos seus adversários, impedindo-os de chegar ao recinto da Constituinte. Só ele valeria a condenação de um governo e encheria de opróbio a nossa cultura político-jurídica. O Sr. Pinheiro Chagas – A consciência jurídica universal. O Sr. João Neves – Desde os defeitos da técnica até a imprecisão dos termos, tudo o equiparava a um édito de Nantes, suprimindo os adversários brancamente da arena. […] Mas não era da imposição de uma pena que ali se tratava. Por que nos pouparam a sanção penal e preferiram arrebatar-nos os direitos à cidadania? Porque a primeira não dava ao ditador proveitos imediatos e, subtraindo-nos a ela, S. Exa. ainda lograva arrancar para uma pseudomagnanimidade o aplauso das almas ingênuas. Entre a cadeia e a proscrição cívica dos vencidos, o governo preferiu a segunda, com aquele senso de utilitarismo pessoal impresso em todos os atos.[634]

Os reflexos do ato de banimento político dos vencidos logo se fizeram sentir em Goiás, porquanto o secretário-geral do PSR, Claro de Godói, impugnou o pedido de alistamento eleitoral de Antônio Ramos Caiado. O pleito fundamentava-se no suposto envolvimento do líder democrata com a Revolução Constitucionalista de 1932.

Ao apreciar a demanda em 20 de abril de 1933, o Tribunal Regional de Justiça Eleitoral decidiu, ancorado no voto do juiz federal Marcello Silva, desacatar a solicitação.[635] Irresignado com o acórdão, Godói maneja recurso ao Tribunal Superior, sediado no Rio de Janeiro, que confirma o julgamento do TRE na sessão de 19 de maio, ou seja, dezesseis dias depois do término do sufrágio.

A despeito da habilitação eleitoral de Ramos Caiado, patenteia-se que a insegurança gerada pelo périplo descrito atrapalhou sobremaneira o plano caiadista de pleitear uma cadeira na Constituinte:[636]

> O Sr. Juiz João de Abreu negou a capacidade eleitoral do Senador Caiado, sob o fundamento de ter sido revolucionário de São Paulo, embora durante todo o período da revolução, Caiado se achasse preso em Goiás e conservado incomunicável, no quartel de polícia do Estado, durante todo o período de 9 de julho até 31 de outubro do mesmo ano. Assim inabilitou o abaixo assinado, para candidatar-se ao congresso nacional quando esse Juiz então tinha conferido até as meretrizes de Goiás, o título eleitoral. [637]

---

633 MANGABEIRA, Otávio. *Discursos Parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978, p. 230.

634 FONTOURA, João Neves da. *Discursos Parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978, p. 434.

635 Cf. *Boletim Eleitoral***,** Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, Rio de Janeiro, 10 de junho de 1933, p. 2243.

636 "GOIÁS, 15 – (S.E.) – Como é do dominio publico, o Sr. Antonio Ramos Caiado, ex-senador federal e ex-chefe do famigerado Partido Democrata que durante tantos anos infelicitou Goiás, quer se candidatar à Constituinte. (...) O sr. Ramos Caiado é de uma gula insaciável. Não pode ser candidato porque está com os seus direitos politicos cassados." In: *Lavoura e Comercio*, Uberaba, 15 de abril de 1933.

637 BARBOSA, Alaor. *Op. cit.*, p. 07.

Os obstáculos enfrentados pelos decaídos goianos não paravam por aí. Além da dilatada ausência de Antônio Ramos Caiado e seu ulterior aprisionamento em julho de 1932 provocarem uma natural desmobilização política, a adesão de antigos correligionários ao PSR igualmente fragilizava as fileiras democratas.

A rigor, os empecilhos eram de tal ordem que sequer foi possível a refundação do Partido Democrata. Os candidatos ligados ao caiadismo concorreram não por intermédio de um regular partido político[638] e sim mediante a solicitação de grupo de eleitores – modalidade prevista pelo Código Eleitoral –, denominado de "Democratas".[639]

Os "Democratas" apresentaram apenas dois postulantes: Joviano Rodrigues de Morais e Agenor Alves de Castro. Curiosamente, o primeiro é justamente aquele que proferira o discurso na inauguração do telégrafo de Rio Verde em 1924, desencadeando a dissidência no sudoeste goiano.

Não é exato afirmar que os outros três candidatos – Ernani Cabral de Loyola Fagundes, Benjamin da Luz Vieira[640] e Orestes Franklin Xavier de Brito – competiram pelos "Democratas". Na realidade eles inscreveram-se como avulsos, hipótese também admitida pela legislação eleitoral: "Sem qualquer vinculação partidária, o grupo oposicionista de Bananeiras resolveu marcar a sua presença apoiando o candidato avulso à Constituinte, Benjamin da Luz Vieira."[641]

Nessa arena montada para a supremacia revolucionária, o resultado não poderia ser outro: vitória unânime do PSR. Os quatro candidatos pesserristas triunfaram, sendo que apenas Nero Macedo ganhou no segundo turno. Para se ter uma amostra do sucesso, basta observar que, no returno, dos 12.000 votantes, a agremiação governista recebeu cerca de 9.200 votos, ao passo que os "Democratas" angariaram a simpatia de 650 eleitores[642] e os avulsos 2.106.[643]

A vitória das forças políticas que sustentavam Getúlio Vargas em maio de 1933 não aconteceu apenas em Goiás, espraiando seus efeitos por quase todas as demais unidades federativas. No Pará, Paraíba e Alagoas, por exemplo, a situação ganhou a unanimidade das cadeiras.

Nos dois maiores colégios do Nordeste – Bahia e Pernambuco –, bem assim em Minas Gerais, os governistas conseguiram expressiva vantagem. No Rio Grande do Sul, o Partido

---

638 Cf. *Boletim Eleitoral*, Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, Rio de Janeiro, 03 de maio de 1933, p. 2067.
639 Cf. *Voz do Povo*, Goyaz, 13 de maio de 1933.
640 Benjamin da Luz Vieira nasceu na Cidade de Goiás em 1891. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, onde presidiu o Centro Acadêmico 11 de Agosto. Regressando a Goiás, tornou-se desembargador em 1927, perdendo o cargo logo após a Revolução de 1930. Em 1934, elegeu-se suplente de deputado federal, assumindo o mandato em janeiro de 1937. Faleceu no Rio de Janeiro em 1947. In: FGV/CPDOC. *Op. cit.*, v. V, p. 6066.
641 BRITTO, Francisco de. *Memórias de outro tempo.* Goiânia: Abertura, 1980, p. 118.
642 Cf. *Correio Oficial*, Goiaz-Capital, 03 de junho de 1933.
643 Cf. *Boletim Eleitoral*, Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, Rio de Janeiro, 22 de julho de 1933, p. 2462.

Republicano Liberal do interventor Flores da Cunha conquistou 13 vagas, enquanto a oposicionista FUG (Frente Única Rio-Grandense) somente 3. Previsivelmente, Getúlio perdeu em São Paulo.

Em resumo, o mais importante percurso para a continuidade do consulado varguista e seus delegados nos estados restou coroado de pleno sucesso. A explicação de João Neves da Fontoura auxilia na compreensão do tema:

> Mas senhores, a composição política da maioria nascia de um círculo vicioso. Os interventores, chefes de partidos, eram Delegados da confiança do ditador, demissíveis *ad nutum*. Os partidos dispunham do poder nos Estados. Os seus Deputados só poderiam estar presos pela disciplina partidária aos seus chefes e, se estes dependiam em princípio do ditador, forçoso é concluir que os eleitores da Assembléia estavam virtualmente vinculados ao candidato oficial pelos laços de uma solidariedade sem condições. Não faço injúrias às pessoas. Assinalo uma situação incontestável. Armada deste modo a equação política, o Sr. Getúlio Vargas, candidato que fosse, teria de ser inevitavelmente candidato de si mesmo.[644]

****

Os membros do Partido Social Republicano passaram os últimos dias de 1933 com uma cisão interna que não mais seria possível esconder. O rompimento entre Pedro Ludovico Teixeira e Domingos Netto de Vellasco ganhava no início de 1934 generosos espaços na imprensa, bem ilustrado em uma das edições do diário uberabense *Lavoura e Comercio*, que estampou a seguinte manchete em letras garrafais: "Cindiu-se a politica revolucionaria de Goiaz."[645]

Ao se afastar do governo anhanguerino, Vellasco recebeu dos jornais ligados ao PSR duras[646] reprovações para quem contribuíra largamente para a causa revolucionária. A máquina de propaganda oficial repetiu várias vezes o mesmo estigmatizador refrão ao "delito" vellasquista de divergir do interventor: ambição de ser o próximo governador e traição ao partido:

> Domingos Neto, o deputado dissidente, é, pois, um catilina confesso, um traidor da confiança de um partido e de um eleitorado que lhe conferiram um alto mandato certos de que o faziam a um defensor da obra revolucionária. [...] Repetindo em suas pretensões relativas à futura Presidencia Constitucional de Goiaz, porque ele não possue nem possuirá jamais as qualidades exigidas para essa alta investidura, colocou-se o Sr. Neto em uma atitude, indigna e tão antipatica, de hostilidade para como o Exmo. Sr. Dr. Pedro Ludovico, nosso digno Interventor, que a opinião publica estadual de pronto o estigmatizou, como um

644 FONTOURA, João Neves da. *Op. cit.*, p. 435

645 Cf. *Lavoura e Comercio*, Uberaba, 08 de janeiro de 1934. Ver seção de imagens. In: MENDONÇA, Jales Guedes Coelho Mendonça. *Op. Cit.*, 2013.

646 Domingos Vellasco escreveu: "Agora, após meu regresso de Goiaz, é que me foi possivel ler a onda de lama que me atirou a imprensa do ciclonico interventor Ludovico. [...] Difamem, insultem, caluniem à vontade, porque, ao meu dispor para essa luta contra os prostituidores da Revolução em Goiaz, eu já sabia de que não seria poupado pelas penas dos que à falta de inteligencia e cultura para esgrimirem com o florête das grandes polemicas, usariam a pornografia, o calão, o insulto grosseiro das lavadeiras de beira de rio." In: VELLASCO, Domingos Netto de. Questão de policia. *Lavoura e Comercio*, Uberaba, 18 de maio de 1934.

> politiqueiro individualista e aproveitador, relegando-o ao olvido.[647]

No afã de responder às acusações assacadas, Vellasco imputou às intrigas e às ambições a desunião verificada no PSR, afirmando, na sequência, que o descumprimento da palavra empenhada havia sido obra do interventor federal e não sua:

> Acariciasse eu a ambição de ser presidente do Estado teria norteado minha conduta pela chamada *habilidade politica* que, no caso seria conformar-me com o interventor e passar perante o eleitorado do sul goiano, como homem que não cumpre a palavra empenhada. Seria incapaz de tamanha *habilidade*. Preferi insistir junto ao interventor, tanto que me foi possivel. E, quando percebi que s.s. estava suficientemente trabalhado pelos cupins a ponto de não cumprir siquer a promessa solene que fizera em nota do "Correio Oficial" de nomear prefeitos extranhos para os municípios onde houvesse elementos divergentes – tomei comigo a resolução de afastar da política de Goiaz e volver à minha vida privada.[648]

A argumentação esposada parece convencer a historiografia: "A mágoa de Velasco para com Pedro Ludovico reside, a nosso ver, no não atendimento aos compromissos firmados por Velasco nos citados municípios."[649] Segundo ainda Chaul, a velha tática de dividir para reinar incidiu no episódio: "Mas como a situação política da época não permitia oscilações e a ambição política de Pedro Ludovico de continuar no cargo era visível, o mais seguro seria afastar o único obstáculo: Domingos Neto de Velasco."[650]

Com efeito, vale lembrar que no congresso de fundação do Partido Social Republicano o nome de Domingos Vellasco foi aclamado como candidato a governador:

> Ao termino da sessão de encerramento do Congresso, pediu a palavra o sr. dr. Wagner Estellita Campos, que, depois de proferir incisivo discurso, apresentou o nome do dr. Domingos Netto de Vellasco à presidencia do Estado, no primeiro quadriennio constitucional. Seguiram-se lhe com a palavra os srs. drs. Paulo Fleury da Silva e Souza e Dario Delio Cardoso, que tambem, em palavras candentes e refertas de idealismo, abundaram em conceitos judiciosos sobre a candidatura daquelle nosso conterraneo à magistratura suprema do Estado. A assembléa, em peso, como só voz, applaudiu a apresentação do nome do ilustre sr. dr. Domingos Netto de Vellasco aquelle alto cargo.[651]

O telegrama do secretário particular da interventoria, Ernani Cabral, guarda simetria com a vertente informação: "no encerramento dos trabalhos, o dr. Wagner Estelita Campos, como representante da esquerda, lançou a candidatura do sr. dr. Domingos Velasco à presidencia constitucional do estado, sendo este gesto francamente aplaudido por todo o conclave."[652] Ademais,

---

647 Cf. *O Social*, Goiaz, 29 de março de 1934.
648 VELLASCO, Domingos Netto de. Aos goianos. *Ipamerí*, Ipamerí-Goiaz, 28 de janeiro de 1934.
649 CHAUL, Nasr Fayad. *A construção de Goiânia e a transferência da capital.* Goiânia: Ed. UFG, 1988, p. 129.
650 CHAUL, Nasr Fayad. *Op. Cit.*, 1988, p. 129.
651 Cf. *Voz do Povo*, Goyaz, 1º de fevereiro de 1933.
652 Cf. *Lavoura e Comercio*, Uberaba, 25 de janeiro de 1933.

conforme afiançou Vellasco, ainda nos albores de 1932, Americano do Brasil lançara-o candidato pelas colunas do *Araguari*.[653]

Apesar de Vellasco costumeiramente não deixar ataque sem resposta, na ocasião, ele experimentaria, em sua própria terra natal, o amargo sabor do arrolhamento da liberdade de expressão, a ponto de o *Ipamerí* circular em seu primeiro número de 1934 com os seguintes dizeres "Censurado pela policia".[654] O artigo "Mascaras abaixo, goianos do sul!", escrito por Egerineu Teixeira, foi deliberadamente tampado com tinta preta. Tais fatos forçaram o hebdomadário a publicar uma nota explicativa:

> Porque não circulou, domingo, o 'Ipameri'. Esta edição do Ipameri circula com um pequeno atrazo. Pedindo desculpas ao publico, informamos a razão da demora. Sabado, quando iam entrar em maquina as ultimas paginas, fomos informados pelo Sr. Delegado de Policia de que, devidamente autorisado, vinha censurar a nossa folha. Isto feito achou conveniente a mesma autoridade recolher à delegacia a edição começada a imprimir, a qual nos foi por s.s. entregue no dia seguinte, autorisando-nos, então a sua circulação, o que não foi feito ontem por ser dia 1º de janeiro.[655]

A maneira criada pelo *Ipamerí* para possibilitar a propagação da versão dissidente foi reproduzir matérias veiculadas pela imprensa de outros estados. Entretanto, nem essa estratégia vingou: "Por motivo de força maior, que oportunamente explicaremos, deixamos de transcrever nesta folha, vários editoriais da imprensa carioca e paulista, em torno da politica de Goiaz."[656]

Nesse cenário de compressão, a folha ipamerina – crítica ferrenha da era caiadista quando da campanha da Aliança Liberal – enxergou virtudes no regime pré-1930, especificamente em relação à linha editorial do *Correio Official*:[657]

> O 'Correio Oficial' que no tempo do caiadismo sempre se manteve numa atitude digna não trazendo para suas colunas o mais leve comentario em torno da luta politica no estado, perdeu, agora, sem a menor ceremonia, a compostura que deveria manter como orgão dos poderes publicos. O expediente ali é publicado com o atraso de um mes até. Em compensação a parte política enche diariamente suas colunas onde tambem aparecem ridiculas cronicas sociais dando preferencia a outros assuntos.[658]

No intuito de formar um novo partido político, Domingos Vellasco resolveu percorrer o estado. Em companhia de Wagner Estelita Campos, concitou seus admiradores a participarem de

---

653 VELLASCO, Domingos Netto de. Congresso politico de Goiás. *Lavoura e Comercio*, Uberaba, 13 de fevereiro de 1933.

654 Cf. *Ipamerí*, Ipamerí-Goiaz, 02 de janeiro de 1934. Ver seção de imagens. MENDONÇA, Jales Guedes Coelho. *Op. Cit.*, 2013.

655 Cf. *Ipamerí*, Ipamerí-Goiaz, 02 de janeiro de 1934.

656 Cf. *Ipamerí*, Ipamerí-Goiaz, 11 de fevereiro de 1934.

657 Esse aspecto é notório principalmente a partir de 1935, quando Celso Hermínio Teixeira assume a direção do *Correio Official*.

658 Cf. *Ipamerí*, Ipamerí-Goiaz, 04 de fevereiro de 1934.

um encontro a ser realizado em Ipameri, logo após a promulgação da Constituição Federal. Com esse intuito, um manifesto subscrito por diversas personalidades de 27 municípios é lançado.

Simultaneamente, os vellasquistas costuram uma complicada aproximação com os caiadistas. Complicada porque os ressentimentos do passado ainda não estavam cicatrizados. No entanto, os católicos Felismino Viana[659] e Victor Coelho de Almeida[660] trabalharam tenazmente para a viabilização do acordo:

> Rio 21 – Afim de evitar explorações em torno do meu nome, declaro que concordo com a proposta da Coligação politica feita por intermedio do cel. Felismino Viana, mediante a condição de ser esta proposta submetida ao congresso a reunir-se brevemente em Ipameri e aprovada com as alterações que este julgar conveniente. Essa atitude decorre da conduta que mantenho na politica do meu estado, de jamais haver colocado minhas inimizades pessoais acima do interesse da coletividade. Caso os correligionarios que comparecerem ao congresso de Ipameri aprovam a proposta de Coligação, submeter me ei a esta decisão sem nenhum constrangimento. Saudações. Domingos Velasco[661]

Em 25 de julho de 1934, funda-se o Partido Libertador Goiano (PLG). Na convenção oposicionista, a aliança com o Partido Democrata[662] é aprovada, criando-se a Coligação Libertadora, que agregava ainda a corrente católica. A frente única das três tendências é atestada por Antônio Ramos Caiado: "Nesta lucta já se empenham os elementos Catholicos, os do Partido Libertador, e nós os velhos democratas que ainda montamos guarda à impolluta bandeira que sempre pannejou coberta de gloria e de louros, formando, hoje, as tres correntes: – A Colligação Libertadora."[663]

Do ponto de vista eleitoral, a tratativa assegurava aos democratas a indicação de um terço das vagas à Constituinte Estadual, ou seja, oito candidatos, uma das quatro cadeiras de deputado federal,[664] além de uma das duas de senador da República.

O diretório central dos libertadores ficou assim constituído: Domingos Vellasco, Alfredo Lopes de Morais (Morrinhos), presidente, Jalles Machado de Siqueira (Buriti Alegre), Felismino Viana (Bonfim), Aristides Rodrigues Lopes (Ipameri), José Antônio de Carvalho (Jataí), Randolfo Campos (Catalão), Emanuel Rabelo (Pouso Alto) e Samuel Sabino dos Passos (Cidade de Goiás).[665]

Para Joaquim Rosa "não há dúvida que o Congresso de Ipameri constitui uma página

---

659 Felismino de Souza Vianna nasceu em Bomfim em 1882. Comerciante e industrial, foi prefeito de Bomfim (1923-1925), senador estadual (1925-1930) e deputado estadual (1935-1937). Faleceu em 1943. In: CAMPOS, Francisco Itami; DUARTE, Arédio Teixeira. *Op. Cit.*, p. 98.

660 Victor Coelho de Almeida nasceu no Rio de Janeiro em 1879. Foi padre, reitor do seminário do Rio de Janeiro e deputado estadual em Goiás (1935-1937). Publicou o livro Goiás – Usos, Costumes e Riquezas Minerais. Faleceu em 1944, em Goiânia. In: CAMPOS, Francisco Itami; DUARTE, Arédio Teixeira. *Op. Cit.*, p. 264.

661 Cf. *Ipamerí*, Ipamerí-Goiaz, 24 de junho de 1934.

662 Não se tem notícia de nenhuma convenção para refundar oficialmente o Partido Democrata.

663 CAIADO, Antônio Ramos. Aos Goyanos!. *A Colligação*, Goyaz, 25 de agosto de 1934.

664 CÂMARA, Jaime. *Op. Cit.*, 1973, 163.

665 Cf. *Diario de Noticicas*, Ribeirão Preto, 07 de agosto de 1934.

brilhante na história política de Goiás e da cidade."[666] Como dito, o Congresso de Ipameri significou a união das tendências políticas descontentes com as diretrizes interventoriais, entre elas os católicos, representados pela Liga Eleitoral Católica (LEC),[667] liderada em Goiás por Emílio Póvoa.[668] Por causa deste fato ou não, o certo é que o nome do arcebispo voltou[669] a ser cogitado como candidato a governador:

> Com a chegada deste [Antônio Ramos Caiado], repetiram-se as conferencias, a cujo andamento não seria estranho tambem ao sr. arcebispo de Goiaz, atualmente nesta Capital. As informações acima já são conhecidas do publico por intermedio de noticias veiculadas pelo nosso confrade 'Antenas'. Esse jornal, já em sua penultima edição, denunciava que o sr. arcebispo d. Emanuel pretendia lançar a sua propria candidatura à presidencia do Estado, sendo de observar que s. excia. não opôz o menor desmentido à aludida noticia.[670]

Afinal é escolhida chapa de candidatos à Constituinte Estadual da Coligação Libertadora.[671] Dividindo-a com base na representatividade de cada município, alcança-se tais índices: quatro da capital, três de Bonfim, dois de Jataí, Buriti Alegre, Anápolis e Ipameri, e um de Pirenópolis, Rio Verde, Formosa, Santa Luzia, Trindade, Arraias, Pouso Alto, Santa Rita do Paranaíba e Pires do Rio.

Para a Câmara dos Deputados, os coligados inscrevem Domingos Netto de Vellasco, Emmanuel Xavier Rebello, Humberto Martins Ribeiro e Wagner Estellita Campos. Duas observações: Humberto Martins Ribeiro espelhava a cota caiadista; Wagner Estelita Campos não concretizou sua postulação por possuir menos de 25 anos de idade, motivo pelo qual mereceu

---

666 ROSA, Joaquim. *Op. Cit.*, 1974, p. 164-165.

667 Liga Eleitoral Católica foi uma associação civil de âmbito nacional criada em 1932 no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, por Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, auxiliado por Alceu Amoroso Lima. Seu objetivo era mobilizar o eleitorado católico para que este apoiasse os candidatos comprometidos com a doutrina social da Igreja nas eleições de 1933 para a Assembléia Nacional Constituinte e de 1934 para a Câmara Federal e as assembléias constituintes estaduais. In: FGV/CPDOC. *Op. cit.*, v. III, p. 3118.

668 ROSA, Joaquim. *Op. Cit.*, 1974, p. 157.

669 Já havia sido cogitado logo após a Revolução de 1930. In: MENDONÇA, Jales Guedes Coelho Mendonça. *Op. Cit.*, 2008, p. 42.

670 Cf. *Correio Official*, Goiaz-Capital, 07 de junho de 1934.

671 Agenor Alves de Castro, médico e advogado, residente na capital; Alfredo Nasser, jornalista, residente na capital; Antônio Martins de Araújo, médico, residente na capital; Armando Miranda Storni, industrial, residente em Pires do Rio; Benedicto de Araújo Mello, funcionário público federal, residente em Santa Luzia; Corival Alves de Castro, advogado, residente em Bomfim; Duarte Miranda, médico, residente em Santa Rita do Paranaíba; Elpenor Augusto de Oliveira, médico, residente em Pouso Alto; Felismino de Souza Vianna, industrial, residente em Bomfim; Galeno Paranhos, advogado, residente em Ipameri; Genserico Gonzaga Jayme, médico, residente em Anápolis; Jacy de Assis, advogado, residente em Buriti Alegre; João Affonso Borges, advogado, residente em Buriti Alegre; Joaquim Alves Teixeira, fazendeiro, residente em Arraias; Joaquim Rufino Ramos Jubé Júnior, advogado e engenheiro, residente na capital; José da Costa Paranhos, farmacêutico, residente em Ipameri; José Hermano, magistrado aposentado, residente em Trindade; Júlio de Souza Cunha, advogado, residente em Jataí; Moacyr Pereira Dutra, farmacêutico, residente em Formosa; Raphael Archanjo do Nascimento, comerciante, residente em Rio Verde; Sylvestre de Carvalho, engenheiro, residente em Jataí; Ulysses Jayme, advogado, residente em Pirenópolis; Victor Coelho de Almeida, professor e jornalista, residente em Bomfim; Zacheu Crispim, advogado, residente em Anápolis. In: *A Colligação*, Goyaz, 23 de setembro de 1934.

substituição por Jalles Machado de Siqueira.

O Partido Social Republicano, por seu turno, escolhe seus representantes para a Constituinte Estadual[672] contemplando a seguinte divisão municipal: quatro da capital, três de Rio Verde, dois de Jataí e Jaraguá e um de Pires do Rio, Santa Luzia, Itaberaí, Arraias, Porto Nacional, Pirenópolis, Santa Rita do Paranaíba, Formosa, Anápolis, Pouso Alto, Morrinhos, Catalão e Ipameri.[673]

Dois postulantes pesserristas – Quintiliano Luiz da Silva e Antônio Xavier de Barros – desistem da indicação, sendo sucedidos por João de Abreu e André Ayres da Silva Sobrinho, ambos representando o norte de Goiás.

Na seara federal, os pesserristas inscrevem Vicente Miguel da Silva Abreu, Laudelino Gomes de Almeida, Benjamin da Luz Vieira e Claro de Godói. Nenhum dos três deputados federais governistas em exercício – Mário Caiado, Nero Macedo e José Honorato – pleiteia a reeleição:

> Não pode passar desapercebida a circunstancia de não haver sido apresentado como candidato do P.S.R. nenhum dos atuais deputados federais integrados nessa agremiação politica. É que dentre os princípios propugnados e aceitos pelo partido, está o que preconiza a não reeleição em se tratando dos mandatos para o desempenho de funções legislativas e os deputados goianos foram os primeiros a exigir o cumprimento de severo postulado.[674]

A eleição de outubro de 1934 transcorreu em clima quente e com inúmeras denúncias de abuso de poder por parte da interventoria. Compulsando os periódicos da oposição – no curto período em que puderam circular com plena liberdade –, é comum a circulação de notícias atinentes à utilização indevida do aparato estatal em prol dos candidatos oficiais:[675]

---

672 Achilles de Pina, comerciante, residente em Anápolis; Antônio Raimundo Gomes da Frota, médico, residente em Ipameri; Diógenes Dolival Sampaio, industrial, residente em Catalão; Felicíssimo do Espirito Santo Netto, advogado, residente em Jaraguá; Felippe Antônio Xavier de Barros, militar, residente no Rio de Janeiro; Guilherme Xavier de Almeida, advogado, residente em Caldas Novas; Hermínio Alves de Amorim, solicitador, residente em Pouso Alto; Hermógenes Ferreira Coelho, comerciante, residente na capital; Irany Alves Ferreira, médico, residente em Anápolis; João José Coutinho, serventuário público, residente na capital; João Jacintho de Almeida, farmacêutico, residente em Formosa; José Ludovico de Almeida, farmacêutico, residente em Itaberaí; Luiz Confúcio da Cunha Bastos, médico, residente em Santa Cruz; Manoel Balbino de Carvalho, comerciante, residente em Jataí; Mário Mendes, funcionário público, residente em Pirenópolis; Moisés da Costa Gomes, serventuário público, residente em Rio Verde; Orlando Rodrigues Borges, comerciante, residente em Santa Rita do Paranaíba; Oscar Campos Júnior, funcionário público, residente em Campinas; Quintiliano Luiz da Silva, médico, residente em Natividade; Salomão Clementino de Faria, militar, residente na Capital; Sebastião Araújo Machado, agrimensor, residente em Santa Luzia; Sebastião Gonçalves de Almeida, serventuário público, residente em Jaraguá; Taciano Gomes de Mello, médico, residente em Pires do Rio; Vasco dos Reis Gonçalves, médico, residente na capital. In: *O Social*, Goiaz, 06 de setembro de 1934.

673 Nessa conta nem sempre a residência momentânea do candidato corresponderia de fato ao local que efetivamente seria defendido pelo parlamentar no poder Legislativo. Irany Alves Ferreira, Oscar Campos Júnior e Salomão de Faria, por exemplo, advogavam prioritariamente os interesses do sudoeste, ao passo que Luiz Confúcio da Cunha Bastos e Guilherme Xavier de Almeida, respectivamente, os da capital e Morrinhos.

674 Cf. *O Social*, Goiaz, 06 de setembro de 1934.

675 Cf. *A Colligação*, Goyaz, 30 de setembro de 1934.

> O Deputado Domingos Neto Velasco passou ao Sr. Ministro da Justiça o seguinte telegrama: Ipameri 13 – Levo ao conhecimento de v. excia. que a compressão eleitoral neste Estado feita pelo interventor federal e seus prepostos nos municipios, obriga-me apelar para o governo federal no sentido de fazer cessar as prisões, espancamentos e toda a sorte de violencias aqui praticadas. No municipio de Bomfim a Liga Eleitoral Catolica foi impedida pelo delegado militar de reunir-se, tendo soldados penetrados armados no recinto da igreja local afim de dissolver a reunião.[676]

Em sua obra – uma das primeiras publicações editadas após a promulgação do Código Eleitoral de 1932 –, Domingos Vellasco assinala a continuidade na Segunda República de algumas mazelas do sistema eleitoral regime anterior:

> O processo empregado com mais frequência é o de criar-se, antes do pleito, um ambiente de apprehensões e de insegurança que afugenta das urnas o eleitorado. É verdade que há para isso o remédio do "habeas corpus", mas sendo, via de regra, o governo quem coage, à força federal garantir a execução da ordem de "habeas corpus" e, na maior parte das vezes, ella não pode transportar ao local para cumprir sua missão. Foi o que aconteceu, em Goyaz, nas eleições de Outubro de 1935 [1934]. Concedido pelo Tribunal Superior o "habeas corpus", a ordem somente chegou ao commandante da força federal, no dia do pleito, quando não mais era possivel transportar-se a Jatahy, Pouso Alto e Catalão, cidades distantes da séde da força.[677]

Ao final da contenda eleitoral, o PSR elege 2/3 da composição da Constituinte Estadual, isto é, 16 deputados, enquanto a Coligação Libertadora atinge 1/3, ou seja, 8 parlamentares, assim discriminados:

Partido Social Republicano: João José Coutinho, Salomão Clementino de Faria, Guilherme Xavier de Almeida,[678] Irany Alves Ferreira, Hermógenes Ferreira Coelho, Orlando Rodrigues Borges, José Ludovico de Almeida,[679] Oscar Campos Júnior,[680] Moysés da Costa Gomes, Antônio Raimundo Gomes da Frota,[681] Felicíssimo do Espírito Santo Netto, Taciano Gomes de

---

676 Cf. *A Colligação*, Goyaz, 25 de agosto de 1934.

677 VELLASCO, Domingos. *Direito Eleitoral*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1935, p. 119.

678 Guilherme Xavier de Almeida nasceu em Morrinhos em 1910. Era filho do ex-governador José Xavier de Almeida. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Belo Horizonte. Foi deputado estadual, prefeito de Morrinhos (1936-1945), deputado federal (1946/1951), além de serventuário do poder Judiciário. Faleceu em 1973. In: CAMPOS, Francisco Itami; DUARTE, Arédio Teixeira. *Op. Cit.*, p. 120.

679 José Ludovico de Almeida nasceu em Itaberaí em 1906. Bacharelou-se pela Faculdade de Farmácia e Odontologia de Goiás. Foi deputado estadual (1935-1937), secretário de Estado da Fazenda (1940-1945; 1951-54 e 1968-1970), governador de Goiás (1955-1959), além de deputado federal (1963-1967). Faleceu 1989 em Goiânia. In: CAMPOS, Francisco Itami; DUARTE, Arédio Teixeira. *Op. Cit.*, 180.

680 Oscar Campos Júnior nasceu em Rio Verde em 1904. Foi deputado estadual (1935-1937), candidato a deputado estadual em 1947, pela Esquerda Democrática. Faleceu em 1964. In: CAMPOS, Francisco Itami; DUARTE, Arédio Teixeira. *Op. Cit.*, p. 231.

681 Antônio Raimundo Gomes da Frota nasceu em Sobral (CE) em 1888. Diplomou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia. Foi deputado estadual (1935-1937) e prefeito de Ipameri (1937-1945). Faleceu em Goiânia em 1961. In: CAMPOS, Francisco Itami; DUARTE, Arédio Teixeira. *Op. Cit.*, p. 60.

Mello,[682] Vasco dos Reis Gonçalves, João Jacyntho de Almeida, João d'Abreu,[683] Sebastião de Araújo Machado.

Coligação Libertadora: Jacy de Assis,[684] José da Costa Paranhos, Agenor Alves de Castro,[685] Alfredo Nasser, Felismino de Souza Vianna, Joaquim Rufino Ramos Jubé Júnior, Genserico Gonzaga Jayme e Victor Coelho de Almeida.

Para deputado federal, das quatro vagas destinadas ao estado, a Coligação Libertadora elege Domingos Vellasco e o PSR as outras três cadeiras – Claro Godói, Vicente Miguel e Laudelino Gomes. Os candidatos Jalles Machado de Siqueira e Benjamin da Luz Vieira tornam-se os primeiros suplentes das respectivas legendas.

Vencida a etapa eleitoral, o Partido Social Republicano voltava agora sua atenção para a Assembleia Constituinte Estadual, palco que elegeria o próximo governador e decidiria a respeito do prosseguimento ou não da transferência da capital.

Com efeito, as obras de construção da nova metrópole encontravam-se em estágio avançado, porquanto o município de Campinas, ainda em 1933, fora ungido para sediar os poderes goianos. Esta vital página do percurso mudancista – a escolha do local – será objeto de análise no capítulo seguinte.

---

682 Taciano Gomes de Mello nasceu em Capela (AL), em 1904. Era médico residente em Pires do Rio. Foi deputado estadual (1935-1937 e 1947-1951), prefeito de Pires do Rio (1937-1945 e 1951-1954), deputado federal (1955-1959), senador da República (1959-1960) e ministro do Tribunal de Contas do Distrito Federal, aposentado pelo AI-5. Faleceu em 1986. In: CAMPOS, Francisco Itami; DUARTE, Arédio Teixeira. *Op. Cit.*, p. 253.

683 João de Abreu nasceu em Santa Maria de Taguatinga (GO) em 1888. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Goiás e pela Faculdade de Odontologia do Rio de Janeiro. Foi prefeito de Arraias (1912-1913 e 1968-1972), deputado estadual (1935-1937), deputado federal (1946-1959) e vice-governador (1959-1961). Faleceu em Goiânia em 1976. In: CAMPOS, Francisco Itami; DUARTE, Arédio Teixeira. *Op. Cit.*, p. 139.

684 Jacy de Assis nasceu em Muzambinho (MG) em 1901. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo. Fixando residência em Buriti Alegre (GO), fundou a subseção da OAB em Santa Rita do Paranaíba em 1933. Foi deputado estadual (1935-1937) e Procurador-Geral do Estado de Goiás (1967-1971). Em janeiro de 1937, foi obrigado a deixar Goiás, passando a residir em Uberlândia. Faleceu em 1995. In: CAMPOS, Francisco Itami; DUARTE, Arédio Teixeira. *Op. Cit.*, p. 135.

685 Agenor Alves de Castro nasceu na Cidade de Goiás em 1891. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Goiás e Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Foi prefeito da Cidade de Goiás, secretário de estado e deputado estadual (1935-1937). In: CAMPOS, Francisco Itami; DUARTE, Arédio Teixeira. *Op. Cit.*, p. 34.

CAPÍTULO II - A ESCOLHA DO LOCAL DA NOVA CAPITAL

II.1 – A experiência além-Paranaíba: um espelho para Goiás[686]

O presente capítulo representa o desdobramento de uma pesquisa materializada no artigo intitulado "A queda de Bonfim e a escolha prévia de Campinas".[687] Palmilhando a perspectiva teórica da história urbana,[688] o estudo objetiva recompor e interpretar os acontecimentos relacionados à escolha do local da nova capital de Goiás.

A ideia da construção de cidade com o propósito específico de servir como sede governamental de um país não surgiu apenas recentemente. A inauguração de São Petersburgo/Rússia (1712), Washington/Estados Unidos da América (1800) e Camberra/Austrália (1927) comprova a asserção. No Brasil, além da fundação de Brasília (1960) pelo poder central, algumas unidades federativas também adotaram idêntica iniciativa, notadamente os estados do Piauí, Sergipe, Minas Gerais, Goiás e Tocantins, ao edificarem, respectivamente, Teresina (1852), Aracaju (1855), Belo Horizonte (1897), Goiânia (1937) e Palmas (1990).

Extraem-se várias coincidências das experiências de Belo Horizonte e Goiânia, a começar pela estreita identificação dos aludidos espaços urbanos com as então emergentes ordens políticas. É por esse motivo que Belo Horizonte passou a simbolizar o período republicano implantado em 1889, enquanto Goiânia o movimento de 1930. Em outras palavras, ao passo que os exaltados jacobinos franceses decidiram alterar, após a Revolução de 1789, até a contagem dos anos fixada pelo calendário gregoriano com base no nascimento de Jesus Cristo, os governantes de Minas Gerais e Goiás resolveram celebrar a abertura de uma nova era com a criação de capitais.

Outra marcante semelhança entre as invenções de Belo Horizonte e Goiânia refere-se à associação depreciativa formatada em relação às duas cidades destronadas, Ouro Preto (Vila Rica) e Cidade de Goiás (Vila Boa) – ambas atualmente reconhecidas como patrimônio cultural da humanidade pela Unesco – , com o passado imediatamente anterior (Império e Primeira República), que precisava ser esquecido, quando não estigmatizado.

Para os republicanos de 1889, Ouro Preto deveria refletir a imagem do imperador Dom Pedro II e não mais a figura mítica de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, um dos

---

686 Registre-se novamente: toma-se como marco a localização geográfica do estado de Goiás. A expressão foi muito utilizada durante a Primeira República.

687 MENDONÇA, Jales Guedes Coelho. A queda de Bonfim e a escolha prévia de Campinas. *Tribuna do Planalto*, Goiânia, 18 a 24 de outubro de 2009, p. 1-4, Tribuna Documento.

688 RAMINELI, Ronald. História Urbana. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história*: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 185-202.

vultos da denominada Inconfidência Mineira. No mesmo sentido, aos olhos dos revolucionários de 1930, a memória da Cidade de Goiás, ao invés de espelhar a lendária expressão do bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, deveria amoldar-se às lembranças das oligarquias do regime abatido, mormente a oligarquia liderada por Antônio Ramos Caiado – sempre retratada como retrógrada e violenta.

Alguns pontos da história da transferência da sede administrativa de Minas Gerais, realizada no final do século XIX, serão doravante abordados, em razão de sua visível influência sobre o processo mudancista ocorrido em Goiás quarenta anos depois.

Deduz-se de diversas referências ao longo da exposição que a ascensão montanhesa foi realmente expressiva. A passagem inserta no discurso proferido por Pedro Ludovico no momento do lançamento da pedra fundamental de Goiânia ilustra adequadamente a assertiva: "Minas, quando iniciou a edificação de Belo Horizonte, contava com um orçamento de apenas 17.000 contos. Esta é presentemente uma linda cidade, superior aos cálculos otimistas daquele tempo, e o Estado possui uma renda de 200 mil contos."[689]

No recurso manejado pela empresa Guedes, Ratto & Cia, concessionária do serviço de força e luz da capital goiana, contra ato da interventoria de Goiás,[690] um dos fragmentos assinala: "Estão alli [em Ouro Preto], em ruina, predios de alto valor historico e não faz muito tempo desappareceu a sympathica moradia de Marilla Dirceu, porque a ninguem convém a reparação deste solar. Eis um espelho para a cidade de Goyaz."[691]

Por derradeiro, a oração de Joaquim Veloso Vieira, um dos mais atuantes cronistas da imprensa anhanguerina no ano de 1932, não deixa qualquer dúvida: "A mudança da capital mineira é uma fonte de ensinamentos para os goianos."[692]

Recompondo o percurso mudancista montanhês, tenta-se demonstrar que os eventos ali processados na última década do século XIX, transformaram-se em matriz histórica para os governantes da unidade federativa goiana, que absorveram, mesmo que implicitamente, as lições mineiras, algumas vezes para repeti-las, outras para evitá-las.

No âmbito político-institucional, a trajetória de Minas Gerais seguiu rigorosamente a cartilha liberal-democrática, na medida em que a decisão coube ao poder Legislativo. O debate parlamentar iniciou-se na Assembleia Constituinte Estadual de 1891 e encerrou-se nas deliberações

689 TEIXEIRA. Pedro Ludovico. *Op. Cit.,* 1973, p. 101.
690 Este assunto será objeto de análise em um próximo estudo.
691 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES. Processo nº 1698/34. Recurso da empresa Guedes, Ratto & Cia contra ato da interventoria do estado de Goiás. Secretaria de Estado. Diretoria do Interior, 1ª Secção. Arquivo Nacional.
692 VIEIRA, Joaquim Veloso. A Mudança da Capital. *Voz do Povo*, Goyaz, 04 de dezembro de1932.

das sessões extraordinárias de 1893 em Barbacena.

Acerca do assunto, é imperioso transcrever trecho da dissertação de Janete Flor de Maio Fonseca:

> A maioria das notícias, ligando o projeto de construção da nova capital à ação dos sindicatos,[693] informava a antecipação do anúncio da cidade escolhida pelo Governador do Estado, sem nenhuma consulta aos representantes políticos mineiros. Tal atitude foi vista como expressão de autoritarismo, irritando não apenas os defensores de Ouro Preto como os próprios mudancistas.[694]

Vê-se, portanto, que a opção de levar a cabo o magno empreendimento por intermédio de um governo provisório e de legitimidade duvidosa foi repelida em Minas e mesmo compreendida como uma proposição eminentemente autoritária: "Respondendo, disse o dr. Bias Fortes: – 'Que não tomaria por si a tremenda responsabilidade de transferir para outro ponto a séde do governo, cousa que só o Congresso poderia legitimamente fazer.'"[695]

O "dr. Bias Fortes" citado é Chrispim Jacques Bias Fortes, governador de Minas em 1890. Mas não somente Fortes entendeu faltar autoridade ao governo excepcional. Em mensagem endereçada ao Congresso Constituinte, datada de 17 de abril de 1891, o chefe do Executivo mineiro Augusto de Lima igualmente enunciou:

> Grande numero de illustres representantes de Minas no Congresso Nacional, respeitaveis chefes politicos, bem como auctorizados orgams da imprensa, declararam de inadiavel necessidade a mudança da capital mineira, opinando que ella podia se effectuar por um decreto do governo, como sabeis, investido de atribuições legislativas. O governo, porém, attendendo a proximidade das sessões do Congresso, julgou mais conveniente e correcto, assignalando seu respeito e homenagem a esta eminente corporação e ainda interpretando o sentimento geral, devolver assumpto de tal magnitude a vossa competencia soberana.[696]

O governador Augusto de Lima, dias antes da aludida mensagem, lavrara decreto que determinava a mudança para o sítio onde posteriormente se edificaria Belo Horizonte. Recuou, no entanto, não apenas pelo protesto da minoria antimudancista ouropretana, mas especialmente frente à objeção da maioria mudancista que desejava "participar de um aspecto vital do problema, a escolha do local."[697]

É ainda Maria Efigenia Lage de Resende quem comenta que a procura por uma

---

693 Segundo Janete Flor de Maio Fonseca, o significado de sindicatos à época remetia à concepção de companhias capitalistas com o intuito de especular financeiramente de forma ilícita.

694 FONSECA, Janete Flor de Maio. *Tradição e modernidade:* a resistência de Ouro Preto à mudança da capital. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998, p. 34.

695 LINHARES, Joaquim Nabuco. *Mudança da Capital (apontamentos históricos)*. Bello Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1905, p. 21.

696 RESENDE, Maria Efigenia Lage de. Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte: Imprensa Universitária, 1974, p. 132.

697 RESENDE, Maria Efigenia Lage de. *Op. Cit.*, p. 131.

solução rápida para o magno assunto decorreu do objetivo de consolidar logo a região mais conveniente ao governante e seus colaboradores: "Ressalta de imediato que o interesse de Augusto de Lima e seus aliados políticos era o local. Colocada a questão no Congresso, que contava com expressiva representação da Mata e do Sul, perigava o ponto da localização, que interessava a esta facção política."[698]

Como visto, Augusto de Lima não levou adiante o decreto mudancista. Contudo, é plausível supor que o pensamento do dito governador de consolidar imediatamente o local tenha influenciado bastante, quarenta anos depois, o interventor goiano Pedro Ludovico. Desde logo, cumpre assinalar que o cardápio liberal-democrático trilhado por Minas não foi repetido em Goiás.

Do até aqui narrado, emergem duas ponderações. A primeira: em Minas Gerais não havia ambiente para que o complexo processo de construção de um novo espaço urbano se efetivasse por meio de simples decreto baixado por uma autoridade provisória. O projeto exigia debate democrático entre os legítimos representantes do povo, tudo em homenagem ao papel desempenhado pelo poder Legislativo. A segunda: o ponto de maior tensão no caminho percorrido pelos mineiros foi, sem dúvida, a escolha do sítio da futura metrópole. As lutas mais exaltadas da transferência ocorreram justamente no confronto travado para selecionar-se o mais adequado lugar. Isso explica o enorme enfoque dado à matéria.[699]

Mas qual a razão desse rubro embate entre os representantes das diversas áreas? Resposta: por ser Minas Gerais um mosaico de regiões diferentes e de o estado estar organizado como um microssistema federal,[700] sem prejuízo, é claro, dos naturais interesses econômicos, sociais e políticos correspondentes. Na unidade federativa montanhesa, a disputa entre as várias zonas esteve sempre arrebatada, inclusive com ameaças de separação:

> A força da Mata e do Sul se fazia sentir vivamente no Congresso. Ou tirava-se a capital de Ouro Preto ou arcava-se com conseqüências desastrosas para o Estado. A bandeira separatista era acenada no congresso Constituinte ora por um, ora por outro congressista, especialmente os da Mata. A discussão sobre a questão da discriminação das rendas dos municípios foi sobretudo uma luta travada com a Mata e onde novamente a tônica foi o separatismo.[701]

A Zona da Mata e o Sul realmente intimidavam a integridade mineira. Lendo minuciosamente as páginas dos anais do Congresso Constituinte Estadual de 1891, percebe-se, de igual forma, a presença ameaçadora emanada da região de maior ligação com Goiás – o Triângulo

---

698 RESENDE, Maria Efigenia Lage de. *Op. Cit.*, p. 131.
699 Em Goiás, ao contrário, as narrativas praticamente desconsideram a escolha do lugar da nova capital.
700 WIRTH, John D. *Op. Cit.*, 1982, p. 231.
701 RESENDE, Maria Efigenia Lage de. *Op. Cit.*, p. 140.

Mineiro:[702]

> É este um meio de oppormos uma barreira ao espirito separatista, que reina em alguns pontos do triangulo mineiro, e parece-me que se obterá por esta forma uma capital, que facilmente poderá ser ligada aos diversos pontos deste Estado por vias ferreas de facil construcção, e assim teremos realisado, mais ou menos, a aspiração da maioria do povo mineiro. Parece-me que a idéa da mudança da capital é uma questão vencida.[703]

A ampla maioria da população de Minas concordava com a transferência. O ponto de atrito centrava-se no lugar mais conveniente para abrigar a nova capital. A fim de solucionar tal impasse, o constituinte estadual fixou diversas etapas e ordenou a confecção de estudos técnicos que auxiliariam o legislador no instante da regulamentação do preceito constitucional.

Cada região do estado intentava arrastar a capital para os seus limites territoriais ou, na pior das hipóteses, para o ponto mais próximo. A batalha foi tão intensa durante a Constituinte que obstou a escolha do local, consoante nota-se pela redação dada ao art. 13 das disposições transitórias da primeira Carta Magna de Minas.[704]

Assim, em observância à Constituição, o bicameral Congresso Legislativo de Minas – composto pelo Senado e pela Câmara – edita a lei adicional nº 1, de 28 de outubro de 1891, selecionando cinco áreas – Belo Horizonte, Paraúna, Barbacena, Várzea do Marçal e Juiz de Fora – para serem avaliadas por uma comissão de livre nomeação do governador:

> Já à frente do governo de Minas Gerais, Afonso Pena nomeou uma comissão técnica chefiada pelo engenheiro Aarão Reis, com o qual mantinha relações pessoais, para a realização de estudos. Segundo Helena Bomeny a escolha de Aarão Reis objetiva dar à

[702] Observando o quadro sobre o perfil comparativo da elite política mineira na Primeira República elaborado por David Fleischer, nota-se que o Triângulo Mineiro era uma região periférica de Minas Gerais, ao menos sob o aspecto político, vez que não teve nenhum representante entre os presidentes e vice-presidentes do estado, bem assim, entre os deputados federais, alcançou apenas o percentual de 2.1% no período. Ver: FLEISCHER, David V. A cúpula mineira na República Velha. In: *V Seminário de Estudos Mineiros:* A República Velha em Minas. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982, p. 48.

[703] RAZO, Monte. Discurso pronunciado na 5ª sessão ordinária do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais aos 04 dias do mês de maio de 1891. In: *Annaes do Congresso Constituinte do Estado de Minas Geraes de 1891*. Ouro Preto: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1896, p. 88.

[704] Reza o art. 13 da Constituição Estadual de 1891: "Art. 13. É decretada a mudança da capital do Estado para um local que, offerecendo as precisas condições hygienicas, se preste à construcção de uma grande cidade. § 1º. Encetada a 1ª sessão ordinaria, reunidas as duas camaras em Congresso, este determinará quaes os pontos que devam ser estudados e bem assim nomeará, ou requisitará do presidente do Estado a nomeação de uma ou mais commissões de profissionaes, de modo que estudos completos sobre os pontos indicados sejam presentes ao congresso no primeiro dia de sua segunda sessão ordinaria. § 2º. Na mesma sessão, em que o Congresso determinar quaes os pontos a estudar, votará uma verba sufficiente para esses trabalhos e estudos. § 3º. Durante a 2ª sessão ordinaria, reunidas as duas camaras em Congresso, este, à vista dos estudos, determinará o ponto para onde se fará a mudança e essa lei fará parte da presente Constituição. § 4º. Na mesma occasião o Congresso regulará o modo de se effectuar a construcção dos edificios publicos e decretará os meios financeiros e providencias necessarias, marcando um prazo fatal para realisação da mudança." In: MINAS GERAIS. *Constituição Politica do Estado de Minas Geraes de 1891*. [S.l.:s.n.], [s.d.].

> discussão um caráter técnico e menos político. Reis era formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, a mesma de Pereira Passos. Buscaria em sua proposta de trabalho a escolha de um local higienizado, ordenado e moderno, segundo padrões franceses, especialmente de Paris.[705]

Se o objetivo de Afonso Pena, ao nomear o engenheiro civil Aarão Reis chefe da comissão, era imprimir à discussão "um caráter técnico e menos político", no dizer meditado de Viscardi, os eventos ulteriores positivaram o acerto da conduta.

Detalhando melhor a genérica previsão da lei adicional nº 1, o governo baixou instrução, em 09 de dezembro de 1892, normatizando os diversos tópicos a serem examinados. Na busca para desincumbir-se da missão, a comissão, composta de Aarão Reis, cinco engenheiros, um médico, um auxiliar administrativo e um desenhista, partiu do Rio de Janeiro vinte dias após a edição da mencionada instrução.

Criteriosamente balizadas pela norma, sucederam-se percucientes análises das cinco localidades. O relatório geral elaborado por Aarão Reis continha nada menos que 300 páginas e foi entregue ao governador em 16 de junho de 1893,[706] ou seja, cinco meses após o início dos trabalhos.

A conclusão geral anuncia que "entre a Varzea do Marçal e o Bello Horizonte é difícil a escolha", pelo fato de que em ambos os locais a nova cidade poderá desenvolver-se em ótimas condições topográficas, sendo facílimo, nos dois pontos, o abastecimento de água e a instalação de esgoto, sem prejuízo de excelentes condições para a construção em geral. Acrescenta, entretanto, que, naquela quadra, Várzea do Marçal representava melhor "o centro de gravidade do Estado" e achava-se ligada por meios rápidos e fáceis de comunicação com todas as outras zonas.

Ato contínuo, porém, de maneira surpreendente, Aarão Reis afirma que "d'aqui a algumas dezenas de annos Bello Horizonte melhor o representará [o centro de gravidade do estado], de certo, e mais directamente ligada ficará a todos os pontos do vasto territorio mineiro". Na sequência, opina:

> 5º – Por todos estes motivos, já largamente desenvolvidos no presente relatorio, é preferivel que a nova capital seja edificada na VARZEA DO MARÇAL, onde o estado de Minas Geraes poderá – mediante projecto organizado com competencia e baseado com sérios e cuidadosos estudos definitivos – erguer, dentro de 3 annos, e sem exagerados onus para seus cofres publicos, - A PRIMEIRA CIDADE DA AMERICA DO SUL, dominando de cerca de 1.000 metros de altitude todo o vasto planalto brasileiro.[707]

---

[705] VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. A capital controversa. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte: APM/Roxia, ano 43, nº 2, jul/dez. 2007, p. 37.

[706] BARRETO, Abilio. *Bello Horizonte: memoria historica e descriptiva (historia antiga).* 2ª ed. Bello Horizonte: Rex, 1936, p. 255.

[707] BARRETO, Abilio. *Op. Cit.*, 1936, p. 317.

Extrai-se da redação que a conclusão entre Belo Horizonte e Várzea do Marçal mostrou ser tarefa penosa, embora o engenheiro tenha optado ao final por uma delas.

De posse dos estudos técnicos, o Congresso Legislativo então, em votação apertada de apenas dois votos de diferença (30 contra 28),[708] durante reunião parlamentar extraordinária realizada em Barbacena, decidiu a favor de Belo Horizonte, aprovando a lei adicional nº 3, de 17 de dezembro de 1893.

Cláudia Maria Ribeiro Viscardi interpreta a deliberação legislativa favorável a Belo Horizonte e as articulações encetadas pelos representantes das regiões mineiras em luta, especialmente a Zona da Mata, o Sul e o Centro, da seguinte maneira:

> Depois da análise das discussões no âmbito da imprensa e no interior do Congresso Constituinte, foi possível perceber a existência de dois projetos distintos que se opunham. Um ligado ao futuro e outro ao passado. Ambos foram derrotados por um terceiro projeto, que advogava a construção de uma capital moderna num espaço de tradição, ou seja, inserindo o futuro no passado. [709]

De acordo com a hermenêutica de Viscardi, emerge claramente da definição uma harmonização de interesses em conflito.[710] A historiadora enxerga ainda que "venceu o *tertius*, lugar-comum, em se tratando de decisões políticas que se polarizam."

Nessa mesma linha exegética, encontra-se a leitura de Peter Blasenheim que preconiza a "volta do sistema de acomodação":

> Em sentido mais amplo, a escolha de Belo Horizonte significou a volta do sistema de acomodação entre as regiões. A Mata e o Sul ganharam a sua capital moderna, quebrando assim, física e psicologicamente, o monopólio de poder político de Ouro Preto. Os ouro-pretanos, porém, defenderam os seus próprios interesses ao localizarem a capital no lugar considerado o menos desagradável, quando a vitória da campanha mudancista tornou inevitável a substituição de Ouro Preto.[711]

Delineados os contornos mais salientes do roteiro mineiro, cumpre agora detalhar a experiência operada em Goiás.

II.2 – A experiência aquém-Paranaíba

A ideia de transferir a capital do estado de Goiás não era um assunto virgem na

---

[708] RESENDE, Maria Efigenia Lage de. *Op. Cit.*, 2007, p. 156-157.
[709] VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Op. Cit.*, p. 40.
[710] Eis aí a mesma lógica do mudancismo condicionado, conforme veremos no capítulo III.
[711] BLASENHEIM, Peter. Uma história regional: a zona da mata mineira (1870 – 1906). In: *V Seminário de Estudos Mineiros:* A República Velha em Minas. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982, p. 87.

quarta década do século XX. Ao contrário. Esteve em cogitação diversas vezes nos períodos colonial, imperial e republicano. Dessa forma, urge apontar quem foram os seus arautos e para quais regiões intentaram arrastar a sede anhanguerina.

Compulsando a bibliografia dedicada à História de Goiás, vê-se que o próprio primeiro governador da então capitania, D. Marcos Noronha, o Conde dos Arcos, sugeriu a necessidade da adoção da medida para o município de Meia-Ponte (hoje Pirenópolis).[712]

O segundo governador da era imperial, Miguel Lino de Morais, também sonhou com a mudança, mas para um ponto mais próximo da porção setentrional da província: "Em Goiás o prestígio do presidente Lino de Morais decaía, sobretudo desde que na abertura do Conselho Geral em 1830, mês de dezembro, declarara as vantagens da mudança da capital para Água Quente, pouco distante da margem do Tocantins."[713]

Consta, outrossim, que José Vieira Couto de Magalhães, mais conhecido como Couto de Magalhães, advogou idêntica tese, embora objetivando levar a metrópole para as margens do rio Araguaia,[714] muito provavelmente para Leopoldina (hoje Aruanã). É oportuno destacar que parcela ponderável dos goianos associava o desenvolvimento estadual à exploração do rio Araguaia.

O cônego Trindade da Fonseca e Silva consignou em sua obra a interessante antevisão do quinto bispo de Goiás, Dom Eduardo Duarte Silva:

> D. Eduardo prossegue para Campininhas. Aqui achamos conveniente transcrever as suas palavras textuais, revelando acima de tudo a sua significação profética: "Campininhas é um dos mais aprazíveis logares de Goyaz; vasta é a planicie, abundante e excellente a agua, mattas de primeira qualidade, de modo que presta-se para uma futura cidade, e talvez mesmo para a Capital do Estado, tão mal situada." Quem havia de pensar, dizemos nós, que cinquenta anos mais tarde erguer-se-ia ali a nova e promissora Goiânia, capital do estado![715]

Ao retomar impetuosamente o ideário mudancista, o movimento revolucionário de 1930 desfraldou a bandeira da transferência a partir de seu primeiro comandante empossado em Goiás: Carlos Pinheiro Chagas.

Se em Minas aflorou a perspectiva separatista, em Goiás ela ficou publicamente encoberta, quiçá pela inexpressividade política do norte. Todavia, a mentalidade divisionista da maioria da população do setentrião goiano, aparentemente invisível na década de 1930, lograria

---

712 ASMAR, José. *Oposição também governa*: Alfredo Nasser na política estadual e nacional. Goiânia: edição do autor, 1994, p. 45.

713 BRASIL, Antônio Americano do. *Pela história de Goiás*. Coleção Documentos Goianos. Goiânia: Ed. da UFG, 1980, p. 65.

714 JUBÉ JÚNIOR, Joaquim Rufino Ramos. Declaração de voto. *A Colligação*, Goyaz, 08 de agosto de 1935.

715 SILVA, J. Trindade da Fonseca. *Lugares e Pessoas:* subsídios eclesiásticos para a história de Goiás. São Paulo: Escolas Profissionais Salesiana. 1948, p. 327, V. I.

êxito na Constituinte Nacional de 1988, com a criação do estado do Tocantins.[716]

Em Goiás, o destino do norte parece estar previamente traçado desde os anos de 1930. O pensamento de Colemar Natal e Silva, natural de São José do Tocantins (hoje Niquelândia), verberado na reunião da comissão incumbida de escolher o local da nova capital, esclarece:

> Quanto ao norte acredita o orador que ele jámais possa se articular com o sul, por causa mesmo de sua situação geografica, sendo de notar que ele não mantem nenhum comercio com a velha Capital e sim com algumas cidades do sul e do centro, como Anapolis, Pirenopolis, Corumbá.[717]

O novo espaço urbano deveria servir não para manter a integridade do estado, mas sim para atender aos interesses do terço sul de Goiás. A coesão territorial nunca foi buscada. Apontava-se na realidade para o rumo dos negócios e da expansão do sistema capitalista.[718]

Havia, entretanto, uma corrente de opinião interessada em contemplar um ponto de maior centralidade geográfica e assim beneficiar igualitariamente ambas as porções goianas (do sul e do norte):

> Somos contrario aos que desejando a mudança o fazem apontando para a sua localisação esta ou aquella cidade do interior. Esses desejos quasi sempre apresentam um fundo de egoismo, quando não se originam de um detestavel bairrismo. Julgamos que o local, a ser escolhido, deverá possuir, além das condições já assignaladas, o predicado essencial de ser um ponto, *o mais central possível* [destaque do texto], para que todas as cidades do Estado, tanto do Sul como do Norte, participem da acção benefica que a futura capital deverá irradiar em todo o Estado.[719]

Mário Caiado, nos albores da discussão, apropriou-se da aludida opinião ao exprimir que a futura cidade "em vez de fazer recuar a linha do progresso para o sul, a fizesse avançar para o norte ou, quando nada, a deixasse traçada no mesmo paralelo de Vila Boa."[720]

Na Constituinte de 1935, o deputado oposicionista Joaquim Rufino Ramos Jubé Júnior mobiliza novamente a argumentação:

> Admittida a inadiabilidade da transferência da Capital, não sei porque a escolha de Campinas, geographicamente postada no terço sul do Estado. […] Entre nós, os constituintes de 91 agiram da mesma forma, escolhendo, para a construcção da futura capital do paiz, o Planalto Central de Goyaz. Ainda os legisladores de 934 estatuiram a escolha de local, no centro do paiz, embora seja esse centro, até hoje, destituído das vias de communicação de que fallam os corypheos da mudança da Capital. É que referida localização tem por fim, justamente forçar o avanço da civilização e não retarda-lo pelo

---

716 Ver CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. *Tocantins:* o movimento separatista do norte de Goiás, 1821 1988. São Paulo: Anita Garibaldi, 1999.

717 MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Como nasceu Goiânia*. São Paulo: Revista dos Tribunais. 1938, p. 34.

718 CHAUL, Nasr Fayad. *Op. Cit.,* 1988, p. 24.

719 Texto sem autoria, contendo apenas a seguinte identificação: "do nosso enviado especial". Cf. *O Triangulo*, Araguary, 27 de novembro de 1932.

720 CAIADO, Mário. Carta ao "Lavoura e Comercio". *Lavoura de Comercio*, Uberaba, 03 de dezembro de 1932.

abandono do "hinterland".[721]

O vice-presidente da Constituinte de 1935, Taciano de Mello, pensava diversamente:

> Quem não desconhece a corografia goiana, quem tiver dela pelo menos uma idéa vaga, há de ver, sem grande esforço que, quanto mais se dilatar este círculo para o Norte, tanto mais se foge do homem e quanto mais para o Sul, mais o encontramos. É, sem exagero algum, o centro demográfico do Estado, o que equivale dizer o ponto ideal para séde administrativa. Mas, dirão os incautos, o Norte assim fica abandonado, e é um crime deixarem-se de mão o Tocantins e o Araguaia, com as suas terras igualmente férteis e igualmente cheias de mistérios e de promessas ao homem civilizado. Nós retrucaremos que parece paradoxal, mas a verdade é que Campinas, estando geograficamente mais distante daquelas paragens, muito mais delas se aproxima. É que, quem vem do extremo Norte, busca a via marítima: Belém, Rio, Leopoldo, Campinas, Goiaz. Raros são, sr. Presidente, os que vêm do Norte em rumo certo a Goyaz. [...][722]

No intuito de comprovar a transitoriedade do título ostentado pela Cidade de Goiás, é comum mencionar-se o preceito insculpido no art. 5º da Constituição Estadual de 1891: "A cidade de Goyaz continuará a ser a capital do Estado, emquanto outra cousa não deliberar o Congresso".[723]

A propósito, tal dispositivo constitucional amparou juridicamente o situacionismo revolucionário a efetivar o plano mudancista, vez que continuou em vigor após a Revolução de 1930. No entanto, alguns acreditavam que o interventor seria incompetente para proceder a transferência dentro do quadro institucional discricionário vigente. A este argumento, Domingos Netto de Vellasco replicou, recorrendo à inteligência dos constituintes de 1891:

> O que é pacifico nessa materia é que os interventores substituiram os congressos estaduais. Embora devendo audiencia aos Conselhos Consultivos, tudo que competia ao Legislativo Ordinario passou para a alçada dos interventores federais. Ora, a mudança da capital do Estado de Goiaz era pelo art. 5º da Constituição estadual, da competencia do Congresso. Está escrito textualmente: "A cidade de Goiaz continuará a ser a capital do Estado enquanto outra couza não deliberar o Congresso." Portanto o Interventor goiano tem a competencia para decretar a transferencia da capital. Ouvido, o Conselho Consultivo opinou a oportunidade da medida e aprovou o decreto que autoriza o governo do Estado a obter os recursos necessarios, portanto, a questão, sob o aspecto legal, está liquidada, tanto mais quanto o Chefe do Governo Provisorio e todos os seus Ministros foram consultados pelo Interventor e o autorizaram a satisfazer a grande aspiração goiana.[724]

A proeminência da referida disposição de 1891 resta patente. Com efeito, existe um outro cânon constitucional, introduzido pela reforma de 1898, que, além de realçar o valor da escolha do local, reforça a vontade da maioria dos goianos de remover a capital: "Art. 56. A Camara

[721] JUBÉ JÚNIOR, Joaquim Rufino Ramos. *Op. Cit.*

[722] MELLO, Taciano Gomes de. Na Constituinte de Goiaz. Discurso pronunciado pelo dep. Taciano de Mello sobre a mudança. *Araguary*, Araguary-Minas, 04 de agosto de 1935.

[723] GOIÁS. *Op. Cit.*, [189_], p. 01.

[724] VELLASCO, Domingos Netto de. Em torno da mudança da capital. *Correio Oficial*, Goiaz-Capital, 08 de abril de 1933.

dos Deputados e o Senado funcionarão: […] § 3º. Com a presença de dous terços, pelo menos, quando se tratar da votação: […] f) da escolha do local para a transferencia da capital do Estado."[725]

A importância da definição da área da futura metrópole se alicerça em dois motivos: primeiro, por sua inserção na Lei Maior Estadual; segundo, pelo quórum qualificado (2/3) indispensável à sua eventual aprovação.

Cotejando-se os artigos 5º e 56º da primeira Constituição de Goiás, depreende-se que a possibilidade de mudança representava uma cogitação efetiva e iminente no estado mediterrâneo desde o final do século XIX.

II.3 – O memorial Haas

O primeiro estudo técnico de que se tem notícia sobre a mudança, após o movimento revolucionário de 1930, foi o confeccionado pelo engenheiro civil Carlos Haas,[726] residente no distrito de São Francisco das Chagas, município de Jaraguá, em fevereiro de 1931.

O denominado memorial compunha-se de quatro partes: a) preliminares; b) a escolha do local; c) o plano para a construção dos edifícios públicos sem ônus direto para os cofres públicos; e d) a influência econômica da mudança para a orientação agropecuária do estado.

O trabalho traçou delineamentos tão convincentes sobre o assunto que realmente influenciou o pensamento dos goianos, de maneira particular o do interventor federal, a quem foi endereçado.[727]

Algumas diretrizes que percorrem inabaláveis toda a trajetória mudancista, aparecem prefacialmente no memorial. Uma delas é a necessidade da nomeação de uma comissão de engenheiros para escolher o melhor ponto. Outra é o estabelecimento da cifra de 50.000 habitantes para a futura metrópole.

Uma terceira são os impiedosos ataques à Cidade de Goiás no pós-revolução. Classificada como insalubre, insanável, inacessível para os meios de transporte e indefensável contra uma invasão eventual, a antiga sede do governo – em tudo colonial, de acordo com o engenheiro – não preenchia um requisito sequer do urbanismo moderno.

Ressai evidente da narrativa a associação entre o período de "moralização dos costumes" que se vivia no país e o projeto de construção de um novo espaço urbano, pedra angular

---

[725] GOIÁS. *Op. Cit.*, [189_], p. 07.
[726] Não conseguimos obter maiores informações sobre Carlos Haas.
[727] Não sabemos se o memorial foi solicitado pelo interventor ou foi iniciativa própria do engenheiro.

para a "regeneração administrativa e política" de Goiás:

> E, assim sendo, o trasladamento da séde do Governo do Estado para logar mais proprio impõe-se imperiosamente a quem é o responsavel pelo bem estar do povo goyano e pelo progresso da terra. Constituiria esta medida uma das bases fundamentaes do edificio economico, a pedra angular para a regeneração administrativa e politica desta grande e uberrima unidade e corresponderia ao ideal de há muito e anciosamente aspirado pela grande maioria dos Goyanos.[728]

O engenheiro civil Carlos Haas asseverou que o moderno urbanismo exigia 15 (quinze) condições indispensáveis para a edificação de uma atraente cidade, a saber: a) possível ausência de acidentes fortes no terreno a ser edificado; b) absoluta salubridade do local; c) possibilidade de purificação do ambiente por meio de jardins e bosques; d) máxima insolação e arejamento; e) bom clima; f) facilidade no abastecimento de água altamente potável, calculada em 140 a 180 litros, per capita, em 24 horas; g) facilidade nas instalações sanitárias e de esgoto; h) fácil obtenção de força hidráulica para a produção de energia; i) facilidade na obtenção de matéria- prima para a fabricação de materiais para construção; j) facilidade no abastecimento de víveres e gêneros de primeira necessidade; l) fertilidade do solo na zona suburbana e rural; m) facilidade na construção de extensa rede de vias de comunicação para todos os lados; n) facilidade na defesa e fortificação; o) impossibilidade de inundações, esbarrancamentos e outras catástrofes calculáveis; p) existência de terrenos adequados para a prática de todos os esportes.

Segundo ele, a posição geográfica do lugar mais conveniente seria um ponto central do estado, de modo a não se achar demasiadamente afastado de nenhuma das várias zonas. Nesse sentido, aponta a adequação de três fatores para a escolha: a) localização no extenso território do município da capital; b) inserção em terras devolutas; e c) área de grande extensão.

Justifica as três medidas em razão de três respectivas causas: a) a desnecessidade de alterações ou modificações incisivas na divisão administrativa do estado; b) em terras devolutas o governo poderia poupar o dispêndio de somas elevadas com a aquisição do terreno; c) a grande extensão tornaria vantajosa a operação financeira com a venda de lotes urbanos e rurais, prevista a valorização natural de áreas situadas nas cercanias de uma urbe em progresso.

Em seguida, Haas detalha seu ponto de vista:

> Um logar por nós já percorrido e que, *a priori*, parece satisfazer todas as condições acima exaradas, encontra-se no município da Capital, entre os rios Urú e Verde, não muito distante à confluencia destes no rio das Almas. Terras devolutas de uma fertilidade exuberante, com aguas potaveis em profusão, forças hydraulicas de facil aproveitamento, terreno bem

[728] HAAS, Carlos. Memorial. *Voz do Povo*, Goyaz, Capital, 20 de fevereiro de 1931.

> conformado, subsolo firme e permeavel, com clima de chapada, isentas de febres intermittentes, logar aprazivel, quasi equidistante dos povoados da Capital, Itaberahy, Jaraguá, São Francisco das Chagas e Pilar, perto de uma estrada de automoveis em trafego, dentro de uma "Talweg" naturalmente aproveitavel para um traçado logico de estrada de ferro de penetração e ligação dos principaes systemas fluviaes do Estado, parece-nos difficil poder encontrar mais apropriadas para o projecto em questão.[729]

Esquadrinhando os contornos propostos pelo memorial – trecho entre os rios Uru e Verde, próximo ao rio das Almas – aos limites administrativos atuais de Goiás, contata-se que a área sugerida aloja-se no perímetro do município de Carmo do Rio Verde.

Em 1932, quando a discussão da transladação era o principal debate na imprensa do estado, Haas reiterou sua opinião sobre o local anteriormente indicado. Registrando que empreendera longas viagens, não poupando sacrifícios materiais e de tempo, a fim de poder anunciar, sem receio de erro, o sítio mais apropriado, o engenheiro civil acrescentou:

> Si, porem, o que é de se supor, o Governo decretasse a mudança da Capital para a zona do baixo Urú, valorisaria grandemente as terras da comarca da actual Capital, que augmentaria consideravelmente nos seus rendimentos, na sua producção agro-pecuaria, no seu commercio e industria, de forma que em nada sofferia a veneranda cidade com a perca dos foros de Capital. […] Refloreceriam outras boas cidade, notadamente Jaraguá, Itaberaí, Pyrenopolis, Corumbá e Sant'Anna, como acordariam outras do seu somno leturgico a outrora explendida Pilar, Crixás, S. José do Tocantisns, Descoberto, Amaro Leite, Arrayas, Natividade, Posse, e, até as ruinas de Trahyras, Cacal e tantas mais, resurgiriam para nova vida, tudo sem prejuizo para o sul e sudoeste do vasto Estado.[730]

Salientou também que a aceitação de um local sulista como Bonfim ou Morrinhos equivaleria a uma condenação à morte do norte do estado, além da paralisação ou mesmo regresso da região mais fértil de Goiás, constituída pelo chamado "mato grosso". Outrossim, desvalorizaria grandes e prósperos centros de atividade agropecuária, como a própria capital, Itaberaí, Jaraguá, Pirenópolis, Corumbá, Petrolina, Inhumas e outros, anulando por completo ainda o valor comercial de Anápolis.

Carlos Hass finaliza sua análise com as seguintes palavras: "Deus que guie, pois, a clarividencia do nosso tão esforçado Dr. Interventor, a quem esta terra já tanto deve, na escolha do local da nova Capital, no coração de Goiás, nas margens verdejantes do crystalino Urú."

Não se sabe ao certo, mas essa defesa veemente do ponto cêntrico – "no coração de Goiás" – provavelmente pesou para interditar a participação de Haas na comissão incumbida de definir a melhor área.

Diante do destaque na imprensa do citado memorial, bem como de sua ascensão

---

729 HAAS, Carlos. *Op. Cit*., 1931.
730 HAAS, Carlos. A mudança da Capital. *Voz do Sul*, Annapolis, 17 de julho de 1932.

sobre os eventos posteriores, causa estranheza o governo deixar de designar o engenheiro Carlos Haas para integrar a aludida comissão. É óbvio que ele era um dos mais qualificados técnicos a opinar sobre o assunto em Goiás, mas provavelmente sua insistência em defender o sítio próximo ao rio Uru tenha impossibilitado sua presença no grupo.

II.4 – A disputa entre os municípios goianos

Antes mesmo da composição da comissão encarregada de escolher o local da nova capital, já surgia disputa entre as cidades goianas. Sob a vigência de um regime ditatorial, processou-se o embate entre as comunas pretendentes. Em 1932, cada municipalidade interessada buscou destacar suas potencialidades e oferecer as melhores condições para tornar-se sede administrativa.

Essas múltiplas ofertas não se desenvolveram no Congresso Legislativo e sim nas páginas dos veículos de comunicação impressos que podiam circular.

Várias localidades lutaram pelo título de capital, nomeadamente Bonfim (hoje Silvânia), Caldas Novas, Morrinhos, Anápolis, Pires do Rio, Goiás (zona baixa do rio Uru), Formosa, Campinas e Ubatan (distrito de Campo Formoso, hoje Orizona).[731]

Em Bonfim, a campanha se fez forte desde o início, por dois motivos: primeiro, congregou as mais expressivas lideranças locais; segundo, recebeu o respaldo do fundador da revista *Informação Goyana,*[732] Henrique Silva, aliás, bonfinense de nascimento.

Ao transcrever artigo divulgado originalmente no jornal *Sul de Goyaz*, de Goiandira, a *Informação Goyana* sugeriu, ainda em julho de 1931, que a metrópole fosse transferida imediatamente para Bonfim, considerando que, além de o lugar preencher um rosário de requisitos, igualmente fora escolhido para sediar o importante Congresso das Municipalidades "pela sua posição geographica, pela sua belleza, pela hospitalidade de seu povo, pela paz que reina em seu seio".[733] Acrescenta o texto que no referido encontro de alcaides, que logo aconteceria em Bonfim, "deve ser assumpto primordial o da mudança da Capital do Estado para que todos os prefeitos emitam suas opiniões a respeito."

A revista publica, em três edições sucessivas, a representação elaborada pelo prefeito

[731] Vale registrar que para o escritor Gerson de Castro Costa o distrito de Ubatan situava-se na extensão da municipalidade de Anápolis. In: COSTA, Gerson Castro. *Goiânia, a metrópole do Oeste.* Goiânia: Prefeitura Municipal, 1985, p. 22.

[732] A revista *Informação Goyana* circulou mensalmente no Rio de Janeiro entre 1917 a 1935, tendo como fundador e diretor Henrique Silva.

[733] SÁ, Gil de. Bomfim. *Informação Goyana*, Rio de Janeiro, julho de 1931.

bonfinense Mário da Costa Ferreira e dirigida ao interventor Pedro Ludovico Teixeira, em que solicita amparo ao interesse do município por ele administrado.

Seguindo as mesmas pegadas estabelecidas pelo memorial do engenheiro Carlos Haas (que é inclusive anexado à representação), o alcaide explicita as quinze condições exigidas pelo urbanismo e o perfeito cumprimento dessas exigências por Bonfim, assim discriminadas: a) o município se acha situado em uma vasta planície suavemente inclinada, possuindo uma extensa área de terrenos sem qualquer acidente forte; b) a salubridade do clima do local é atestada pela ausência de doenças endêmicas; c) sua terra é fértil, existindo inúmeros bosques naturais e grandes reservas florestais; d) o plano levemente inclinado da cidade permite sua insolação total e o arejamento se faz perfeitamente; e) o clima é ameno e temperado, sendo que a temperatura varia de 18 a 25 graus; f) facilidade no abastecimento de água potável, obtida pela vazão dos córregos, rios Vermelho, Lava-pés, Pedrinhas, Caidor e pela nascente denominada Biquinha, esta última estudada pelo engenheiro do estado de Goiás Jerônimo Augusto Curado Fleury – que viria a compor a comissão (e a subcomissão) encarregada de apontar a nova sede;[734] g) facilidade nas instalações sanitárias e de esgoto devido aos ligeiros declives existentes dos três lados do terreno da urbe; h) a empresa Força e Luz Bonfim-Vianópolis já fornece energia elétrica para a cidade através de usina montada no rio Piracanjuba. A força hidráulica do rio Antas poderia ser aproveitada; i) nos arredores da comuna existem reservas florestais, pedreiras, areia, barros superiores para a fabricação de tijolos e telhas de quaisquer tipos; j) Bonfim produz uma série de produtos agrícolas e em caso de insuficiência na sua produção pode abastecer-se nos municípios circunvizinhos e mesmo em outros estados, devido à facilidade de transporte; l) os terrenos da zona urbana, suburbana e rural do município são férteis, podendo-se desenvolver a policultura em grande escala; m) a cidade está no centro da zona populosa do estado, se achando ligada por excelentes rodovias a Santa Luzia, Corumbá, Anápolis, Campinas, Bela Vista, Campo Formoso, além de contar com cinco estações da Estrada de Ferro Goiás em seu território; n) facilidade na defesa e fortificação, já que Bonfim não é cidade marítima; o) nunca se verificou a ocorrência de inundações, esbarrancamentos ou outras catástrofes calculáveis; p) todo e qualquer esporte pode ser praticado na área da cidade.[735]

Após elencar as vantagens, Mário da Costa Ferreira continua sua argumentação apologética de Bonfim, afirmando que a população local oferecia quarenta de seus melhores prédios para a instalação provisória das repartições públicas estaduais e federais e mais os necessários para

[734] Esta fonte prova que o engenheiro Jerônimo Fleury já havia percorrido o território bonfinense antes mesmo de ser designado para fazer parte da comissão.

[735] FERREIRA. Mário da Costa. A mudança da capital goyana. *Informação Goyana*, Rio de Janeiro, julho e agosto de 1932.

a residência transitória do funcionalismo.

Pondera ainda que, em caso de insuficiência, os funcionários poderiam residir gratuitamente em Vianópolis, vez que a população do distrito bonfinense também oferecera trinta edificações para tal fim. Encerrando, o prefeito pontifica:

> São estas as considerações que o Prefeito Municipal de Bomfim toma a liberdade de fazer-lhe, Exmo. Sr. Interventor, dictadas apenas pelo patriotismo e pelo desejo de ver o nosso querido Estado no mesmo nível das demais unidades da Federação brasileira, o que nunca poderá alcançar se continuar com a sua Capital encravada pelos picos da Serra Dourada, contra os quaes, se arremettem, em vão, ha 200 annos, os anseios de progresso do povo goyano. […] É certo que com a execução dessa medida salutar e imprescindivel ao desenvolvimento do Estado, desagradaria parte dos habitantes dessa culta Capital, mas, em compensação, faria recahir sobre V. Exa. as bençãos de 600 milhares de goyanos, que lhe saberiam agradecer tão grande beneficio, para cuja execução não será jamais encontrado um momento tão propicio como o actual, em que as funcções legislativas e executivas estão enfeixadas unicamente nas mãos habilissimas de V. Exa.[736]

Ao tratar do assunto, o médico Ovídio Ribeiro, residente em Campo Formoso (hoje Orizona), em artigo originalmente publicado no *Araguary*, fez questão de lembrar a experiência precursora do bispo Dom Emanuel Gomes de Oliveira: "Foi, sem duvida, colimando este elevado objetivo que a inteligencia invulgar de d. Emanuel, ilustre pastor desta diocese, concebeu em boa hora a transferencia da séde episcopal de Vila Boa para Bomfim."[737]

A defesa de Caldas Novas foi patrocinada pelo pseudônimo Anhanguera.[738] Em periódico do Triângulo Mineiro, ele aponta uma região próxima à divisa com o município de Santa Cruz, onde existiria um terreno fadado à construção de uma grande cidade:

> Uma capital construida junto às fontes thermaes é uma capital ideal. Não é necessario que se fale muito nesse sentido, pois a razão está a falar por si. Diz o illustre hydrologista Dr. Orozimbo Corrêa Netto, em seu relatorio sobre as aguas em 1918: 'A localidade plana, o bosque, o bello rio proximo das fontes, tudo está a indicar que um futuro brilhante aguarda-se a estas thermas. Para o touriste será sempre um ponto necessario a visitar porque se trata da fonte dagua mais quente do Brasil.'[739]

Por seu turno, requereu a postulação de Morrinhos o prefeito Fernando Barbosa.[740] Infelizmente a matéria jornalística não exteriorizou os motivos que fundamentaram a reivindicação do chefe político sulista.

Cumpre notar, porém, que a opção morrinhense já havia sido lançada na década de 1920 pelas colunas do *Lavoura e Comercio*. Os artigos publicados no matutino uberabense também

[736] FERREIRA, Mário da Costa. A mudança da capital. *Informação Goyana*, Rio de Janeiro, setembro de 1932.
[737] RIBEIRO, Ovidio. A mudança da capital de Goiás. *Lavoura e Comercio*, Uberaba, 22 de outubro de 1932.
[738] Não conseguimos identificar quem se utilizava do pseudônimo.
[739] ANHANGUERA. Mudança da Capital de Goyaz. *O Triangulo*, Araguary, 11 de dezembro de 1932.
[740] Cf. *A Tribuna*, Uberlandia, 13 de novembro de 1932.

não foram localizados. Por isso, resta transcrever a resposta formulada pela imprensa caiadista sob o título "Uma suggestão inopportuna":

> Os nossos confrades do "Lavoura e Comercio", de Uberaba, estão propugnando a mudança da capital deste Estado para Morrinhos, a bella cidade sulina. Discordamos do ponto de vista dos nossos colegas. […] O nosso Estado, ainda desprovido, no septentrião, de faceis meios de transporte, não pode ficar com a sua capital nas fronteiras de Minas, deixando atrás, como enorme cauda, a impedir-lhe os passos, todo esse vasto territorio que margeia o Tocantins e o Araguaya, até a confluencia, nos lindes com o Pará, desses grandes caudaes. Onde está actualmente, a capital de Goyaz dista de Boa Vista do Tocantins, o mais remoto municipio goyano, a consideravel somma de 300 leguas ou sejam 1.800 kilometros. Se a capital for para Morrinhos, essa distancia augmentará de mais cincoenta leguas.[741]

Depreende-se da redação a noção de prevalência da integridade territorial de Goiás. A transferência mais para o sul seria incabível, vez que acarretaria uma desconsideração com a porção setentrional. O escrito profliga a ideia enquanto o estado não ostentar via-férrea cortando suas matas e alcançando sua capital. Esta última concepção seria resgatada na Constituinte de 1935.

Para justificar a escolha de Anápolis, um escriba que se intitula "um goyano"[742] pondera: a cidade não era "vigiada" pelas cercanias; existia ótima possibilidade de ser aumentada nas planícies suburbanas; era a mais rica e fértil zona rural de todos os municípios goianos e a mais cosmopolita do estado; representava o ponto convergente de quase todas as rodovias estaduais e "onde todas as opiniões são respeitadas sem as peias das injuncções politicas religiosas, que entorpecem o organismo de uma sociedade".[743]

Auscultando novamente a opinião do médico Ovídio Ribeiro, infere-se que ele divide Goiás em duas zonas: a do sul, que vai do rio Paranaíba ao paralelo de Jaraguá; e a do norte, que abrange toda a área setentrional acima do paralelo de Jaraguá. Segundo o facultativo, a parte norte assume "as proporções gigantescas de um imenso deserto", formando contraste com a metade meridional. Assim, sentencia favoravelmente a Anápolis e Bonfim:

> A posição geografica verdadeiramente estrategica para a nossa capital, e a unica que, a nosso ver, satisfaz todas as condições necessarias ao perfeito funcionamento do mecanismo governamental, são as cercanias de Anapolis e Bomfim – ponto central da zona sul. […] E si a zona sul entrar numa fase nova de franco progresso, o desenvolvimento da zona norte será uma consequencia logica: sul cultivado, expansão colonizadora do norte realizada.[744]

Agora chegou a vez de Pires do Rio. A cidade possuía apenas 10 anos de emancipação política e já era, na visão do cronista J. Teixeira, uma das mais belas do sul goiano.

[741] Cf. *O Democrata*, Goyaz, 06 de abril de 1929.
[742] Não conseguimos identificar quem se utilizava do pseudônimo.
[743] UM GOYANO. Mudança da Capital. *Voz do Sul*, Annapolis, 21 de agosto de 1932.
[744] RIBEIRO, Ovidio. O*p. Cit.*

Teixeira credita tal desenvolvimento às condições topográficas, possibilidades naturais e clima salubérrimo do lugar. Aduz que o espaço urbano, cuja planta um engenheiro esboçara, apresentava 14 ruas longas, largas e bem alinhadas, além de cerca de 700 prédios e ainda ser servida com linha férrea. Na sequência, argumenta:

> Dois grandes ribeirões, que se prestam perfeitamente para o abastecimento d'agua, etc., correm de paralelo desta cidade, a distancia de 1 ½ kilometro, ficando ela no centro. Para a iluminação da nova capital, podemos contar com o grandioso concurso do Piracanjuba, grande ribeirão, que com sua colossal queda d'agua, fica a 9.000 metros de distancia, além do caudaloso Corumbá, que fica de egual distancia. Tais elementos, são, pois, os que, unidos a outros, se tornam necessarios, por isto indispensaveis à uma grande 'urbs'.[745]

Ao ser entrevistado por um jornalista do *Lavoura e Comercio*, Trajano Balduíno de Souza advoga as pretensões dos moradores de Formosa. De acordo com ele, o verdadeiro centro de Goiás era o planalto central, destinado a acolher a futura capital da República. Emenda que Formosa era "o ápice de um ângulo isocele, abraçando o norte e o sul do Estado, sendo o ponto onde começarão e terminarão os dois quadrantes."[746]

Replicando as considerações tecidas por Balduíno, Licinio de Miranda esclarece que procurava-se não o centro geométrico do estado e sim o econômico, de fácil intercâmbio com as praças de negócios, arrematando:

> Assim sendo, para que tenhamos a séde governamental centralizada, de duas uma: ou ela fique aqui mesmo pelo sul ou que suba lá para o São Vicente do Araguaia ou Boa Vista do Tocantins, onde o intercambio seria também facilmente feito com as melhores praças comerciais do Pará. Esse, porém, não seria recomendavel. Ficariamos muito afastados do Rio de Janeiro. E outros inconvenientes que não é preciso dizer.[747]

Em relação a Ubatan (distrito de Campo Formoso) e Campinas nenhum registro específico foi localizado.

Antes de um congresso de prefeitos, Licardino de Oliveira Ney, alcaide campineiro, reconheceu que "nem em sonho" pensava em indicar a candidatura de seu município. No entanto, sua compreensão alterou-se quando ouviu do interventor: "o seu direito é igual ao dos outros prefeitos, e acrescentou: quando estudante, passava por lá a cavalo e sempre achei um lugar maravilhoso, para edificar uma cidade moderna."[748]

Essa manifestação parece ter sido a senha para modificar a sorte de Campinas. A

[745] TEIXEIRA, J. A nova capital goiana. *O Triangulo*, Araguary, 13 de novembro de 1932.
[746] Cf. *Lavoura e Comercio*, Uberaba, 08 de março de 1933.
[747] MIRANDA, J. Licinio de. Bilhete de um mudancista. *Lavoura e Comercio*, Uberaba, 17 de abril de 1933.
[748] NEY, Licardino de Oliveira. *Um lutador.* Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora Ltda., 1975, p. 33.

partir daí, Licardino Ney conta que recebeu o apoio de outros 28 prefeitos. O testemunho revela, fora de dúvida, a predileção ludoviquista.

De outro lado, houve quem realmente não apontasse preferência por nenhuma área específica, desejando apenas que o lugar fosse escolhido por técnicos de reconhecida capacidade:

> Bulhões, Bonfim, Campinas, Uru? Não temos, neste assunto, preferencia. Queremos, como goianos que somos e que desejamos para Goiaz um porvir de maravilhosas grandesas, que a capital se mude. O local da nova metropole deve ser determinado por tecnicos. Que o escolham engenheiros higienistas e economos de competencia.[749]

Quanto ao município de Goiás, não só Carlos Haas como outros personagens defenderam a área próxima ao rio Uru, a começar pela *Voz do Povo*:

> O sr. dr. Interventor não quer remodelar cidades velhas. Quer edificar uma nova. Si s. excia. assim o fizer nas planuras do Urú, satisfará multiplos interesses, não prejudicará a ninguém e fará obra de benemerencia e de patriotismo, porque não afastará a linha do progresso do Estado, que já tendo sua tangente avançada para a Capital, claro que o seu recuo para o Sul, resultaria o retrogradar da região de aquém, com suas cidades e povoados por muitos anos, pois cairia em completo abandono e esquecimento.[750]

No entanto, não se deve perder de vista que, paralelamente à disputa entre as municipalidades, a luta vilaboense pela permanência continuou. No ano de 1932, o jornal *Voz do Povo* estampou inúmeros artigos contrários à mudança, sendo, porém, imperioso sublinhar que o hebdomadário de Mário de Alencastro Caiado também franqueou suas colunas para os adeptos da corrente mudancista.

II.5 – A comissão e a subcomissão: entre a política e a técnica

Oficialmente, o interventor Pedro Ludovico inicia o processo de transferência em 20 de dezembro de 1932, ao designar uma comissão de oito membros encarregada de escolher ou adaptar o melhor lugar para a edificação de uma nova cidade.

Compunham o comitê os seguintes integrantes: Dom Emanuel Gomes de Oliveira, arcebispo; João Argenta, urbanista; Colemar Natal e Silva[751] e Laudelino Gomes de Almeida,[752] ambos servidores públicos estaduais; Antônio Pirineus de Sousa, comandante do 6º Batalhão de Caçadores do Exército; Antônio Augusto Santana e Gumercindo Alves Ferreira, ambos

[749] Cf. *Ipamerí*, Ipamerí-Goiaz, 20 de novembro de 1932.
[750] Cf. *Voz do Povo*, Goyaz, 18 de setembro de 1932.
[751] Colemar Natal e Silva era formado em Direito no Rio de Janeiro.
[752] Laudelino Gomes de Almeida era formado em Medicina.

comerciantes; e Jerônimo Augusto Curado Fleury, engenheiro do estado.[753]

No decreto nº 2.737/32 que instituiu a comissão, João Argenta é qualificado como "engenheiro urbanista".[754] Sempre pairaram fundadas dúvidas acerca da correção dessa informação, principalmente pela existência de pouquíssimos urbanistas no Brasil na década de 1930.[755]

Melhor pesquisando o assunto, um dado interessante dilatou tal desconfiança. É que meses depois do citado ato legal, o governo publicou outro decreto,[756] com o fito de encarregar o urbanista Atílio Corrêa Lima, representante da firma P. Antunes Ribeiro & Cia, do Rio de Janeiro, a confeccionar o projeto da futura capital. A cláusula 12ª da norma chama a atenção: "o agrimensor João Argenta permanecerá à disposição do encarregado do serviço de que trata o presente decreto, durante um mês até que seja satisfeita a cláusula 7ª."[757]

Não se sabe o motivo exato pelo qual em poucos meses se alterou a qualificação profissional de Argenta, passando de urbanista, quando membro da comissão, a agrimensor. Talvez o objetivo tenha sido dar maior credibilidade ao grupo instituído pelo interventor.[758]

Outro fato que desperta curiosidade é a omissão do nome de João Argenta no relatório interventorial de 1933 endereçado ao chefe do Governo Provisório.[759] Amnésia ou esquecimento voluntário? Seria João Argenta o responsável por vazar o conteúdo do primeiro relatório da subcomissão?[760] São segredos difíceis de serem decifrados.

Apesar de não elencar nomes, de acordo com Jaime Câmara, dos oito componentes, Ludovico possuía cinco votos infalíveis: "Contando com 5 votos certos, Ludovico tinha certeza que o local seria aquele que atendesse à vontade da interventoria, fato de certa importância à vista da presença de Dom Emanuel, francamente a favor de Bonfim."[761] Seguindo as pistas de Câmara, caso os atores da comissão divergissem, obviamente prevaleceria a vontade interventorial.

Realizada a primeira reunião do grupo em 03 de janeiro de 1933, na cidade de

---

[753] Formado pela Faculdade de Engenharia de Itajubá/MG na turma de 1922.

[754] GOIÁS. *Atos do governo revolucionário do Estado de Goiaz de 1932*. Organização de Segismundo Melo. Goiânia: Livraria, Papelaria e Tipografia Popular, 1938, p. 83.

[755] Segundo o próprio Pedro Ludovico Teixeira, "[em Goiás] técnicos especializados não existiam. Tivemos que contratá-los em São Paulo e Rio, mas sempre tendo em vista a insignificância de nossas rendas." In: TEIXEIRA, Pedro Ludovico. *Op. Cit.*, 1973, p. 78.

[756] Decreto nº 3.457, de 06 de julho de 1933.

[757] GOIÁS. *Coleção dos Atos do Governo Provisório em 1933*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, [s.d], p. 126.

[758] Em 1942, o interventor federal afirmou em seu relatório enviado ao presidente da República o seu desejo de escolher "tecnicamente" o melhor lugar para a construção da capital, *in verbis*: "Respondendo a esta objeção, [falta de recursos] declarei que a minha pretensão era modesta, desejando apenas fazer projetar uma cidade moderna em um local tecnicamente escolhido." In: GOIÁS. *Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Presidente da República pelo Dr. Pedro Ludovico Teixeira de 1940 a 1942*, [S.l.:s.n.], [s.d.], p. 12.

[759] GOIÁS. *Op. Cit.,* 1933, p. 124.

[760] Explicitaremos mais adiante esse vazamento.

[761] CÂMARA, Jaime. *Op. Cit.,* 1967, p. 58-59.

Bonfim, por aclamação, Dom Emanuel é eleito presidente e Colemar Natal e Silva secretário. Em seu primeiro pronunciamento, o arcebispo novamente reitera seu compromisso com uma solução harmoniosa para a transferência, pensamento esse já manifestado anteriormente no telegrama em que aceitara o convite do interventor para integrar a comissão:[762]

> Lamentava, no entanto, S. Excia., fosse o problema mal compreendido por parte da laboriosa população da Capital que, a seu ver, será para os dias futuros, grandemente beneficiada com a mudança que visa não só maior prosperidade para o Estado como melhores condições de conforto e progresso para os habitantes da antiga capital.[763]

Ato contínuo, conforme consta da ata oficial, fez uso da palavra o secretário. Colemar sugeriu que se considerasse como referência máxima para a escolha da área sua proximidade com os trilhos ferroviários, sem prejuízo do preenchimento de, pelo menos, outros três requisitos essenciais: abundância de água, bom clima e topografia adequada. Propôs ainda a análise de Bonfim, Ubatan e Campinas.

Depois repeliu os ataques atirados à população de Vila Boa, sem, entretanto, mencioná-los ou identificar seus artífices, mas qualificando-os [os ataques] de caluniosos e lançados por indivíduos desejosos de incompatibilizar o interior com a capital. Submetida à votação, as propostas de Colemar mereceram aprovação.

Incontinenti, falou o comandante do 6º Batalhão de Caçadores. Antônio Pirineus de Sousa recomendou a formação de uma subcomissão de técnicos retirados do seio da própria comissão. O oficial do Exército pediu a inclusão de Pires do Rio na relação das localidades a serem examinadas. Pleiteou, por fim, a designação de um agrimensor para auxiliar a subcomissão. As ponderações de Pirineus também foram aceitas sem restrições.

A subcomissão de técnicos acabou composta por três pessoas: Jerônimo Curado Fleury, João Argenta e Laudelino Gomes de Almeida. Eles teriam duas tarefas: visitarem os quatro sítios selecionados e confeccionarem um parecer conclusivo. Posteriormente, os oito membros da comissão apreciariam o estudo, referendando-o ou não.

Cumpre sublinhar a força concedida pela comissão à subcomissão. É claro que a primeira homologaria ou rejeitaria a proposta formulada pela segunda. Em tese, portanto, a palavra final caberia à própria comissão.

---

[762] "Exmo. Dr. Pedro Ludovico – Interventor Federal – Goyaz – Recebemos honroso convite Vossencia datado 16 corrente, para fazer parte Comissão estudará local apropriado Capital deste Estado. Acceitamol-o agradecido, para prestar desinteressadamente nosso modesto concurso magno problema muito favorecerá desenvolvimento Estado e cooperar nobres propósitos governo Vossencia cercar todas garantias vida cidade Goyaz sede permanente nossa querida Diocese primaz. Deus Guarde Vossencia – Atenciosamente. – (ass.) *Emmanuel*, Bispo Goyaz". In: *Informação Goiana*, Rio de Janeiro, dezembro de 1932.

[763] MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Op. cit.*, p. 33.

Entretanto, refletindo melhor, se a subcomissão era composta exclusivamente por técnicos, consequentemente, pela técnica deveria guiar-se. Assim, mesmo hipoteticamente, eventual rejeição à conclusão do trio representaria dificultosa missão aos integrantes do comitê maior, a começar pela formulação dos argumentos necessários para desacolher o parecer.

Por que o militar propôs essa subcomissão? Não há como adivinhar se Pirineus sabia antecipadamente de alguma predileção do engenheiro Fleury ou do urbanista/agrimensor Argenta por Bonfim, o que só depois se confirmou. Dos três membros da subcomissão, apenas a posição de Laudelino de Almeida era notoriamente conhecida, em decorrência de suas declarações divulgadas pela imprensa.

Ao que tudo indica, o comandante do 6º BC realmente esperava que a seleção da melhor área fosse tomada com base essencialmente no conhecimento científico e embasada em critérios técnicos.

O memorialista Joaquim Rosa corrobora essa dedução ao transcrever duas frases que teriam sido ditas por Antônio Pirineus de Sousa: "– Nem eu nem essa gente entende do riscado. Isto é função de técnicos e nós somos leigos no assunto."[764]

O interventor Pedro Ludovico não controlava o voto do arcebispo e do militar. Ambos integravam a comissão pelo destaque das instituições que representavam (Exército e Igreja), bem assim pela credibilidade e legitimidade que emprestavam ao processo.

O comandante Pirineus torcia para Pires do Rio. Todavia, não opunha objeção ao espaço urbano bonfinense, tanto que na segunda reunião da comissão foi ele devidamente representado pelo prefeito Mário da Costa Ferreira.

Embora tentasse demonstrar imparcialidade, o arcebispo, de fato, desejava que a seleção recaísse sobre Bonfim.[765] Nesse sentido, o veículo de comunicação da Diocese de Goiás registrou, em nota publicada com o título "A Capital de Goiaz e o Exmo. Senhor Bispo":

> O Exmo. Sr. Bispo não se empenhou, nem se empenha pela mudança da capital, seja para Bomfim, seja para qualquer outra parte. Temos cartas do Exmo. Sr. Bispo, aconselhando esta Redação a não se imiscuir neste assunto, nem pró nem contra. É esta a atitude de sua S. Exa. Rvma. Quanto à simpatia que S. Excia. tem revelado por Bomfim, está claro que se prende à fundação do Ginasio Anchieta, localizado por S. Excia. onde lhe pareceu ter encontrado bom clima, condições favoraveis e um Ponto acessível para os alunos das diversas regiões do Estado. É só. A sede deste Bispado é Goiaz. A residencia do Exmo. Snr. Bispo é em Goiaz. Ainda que se mudasse a capital, Goiaz continuaria a ser a sede do Bispado. Ali permanecerá de qualquer forma, a catedral de Goiaz. A Santa Sé não cassará

[764] ROSA, Joaquim. *Op. Cit.,* 1974, p. 197.
[765] MENEZES, Irmã Áurea Cordeiro. *Dom Emmanoel Gomes de Oliveira:* arcebispo da instrução. Goiânia: Agepel, 2001, p. 38.

> facilmente os direitos tradicionais da velha metrópole goiana.[766]

O auxiliar do arcebispo, cônego Trindade, salientou:

> Por felicidade histórica coube ao Bispo de Goiás a honra de presidir a importante Comissão, portanto, com garantias, a bem da verdade, de não se manifestar através do seu voto pessoal. Calmo e ponderado teve oportunidade de fazer valer a sua autoridade de prelado e de pessoa respeitável, agindo "desinteressadamente" [aspas do texto original]. Entre vários lugares estudados não teve predileção para nenhum; estamos para tanto munido de forte documentação para dizê-lo em alto e bom som.[767]

Laudelino Gomes de Almeida e Colemar Natal e Silva, homens da confiança do interventor, concordaram com a designação da subcomissão porque, além de compatibilizar-se com discurso técnico do governo revolucionário, sabiam da força do príncipe no regime de exceção então vigente e dos meios à sua disposição para influir ou, em última instância, até mesmo barrar eventual deliberação contrária aos interesses oficiais.

II.6 – A preferência pela cidade neutra

Não obstante a encenação governamental, transparece das fontes perquiridas que Campinas já estava escolhida pelo interventor antes mesmo da instalação da comissão.

No dia 1º de novembro de 1932, o jornal carioca *Diario da Noite* estampa ampla entrevista de Pedro Ludovico Teixeira, oportunidade em que exterioriza sua cabal preferência por Campinas, onde, segundo ele, "todos os fatores são favoráveis":

> A uma pergunta, disse o sr. Pedro Ludovico: Ainda não temos resolvido o local em que será construída a nova capital. Antes de mais nada, será nomeada uma comissão, composta de medicos, comerciantes, engenheiros, etc. para escolher o lugar mais apropriado. No Estado há quem opine pela construção nas terras do municipio de Campinas, onde todos os fatores são favoraveis, inclusive o de transporte, dada a proximidade da Estrada de Ferro Goiaz. Há também as planicies do rio Urú, distante 12 leguas da atual capital. Isto, porém, constitue um problema que somente a comissão a ser nomeada resolverá.[768]

Pouco mais de um mês depois, e treze dias antes da designação dos oito membros da comissão, o interventor concede nova entrevista à imprensa. Lendo-a detidamente, emerge dessa feita uma veemente defesa do município campineiro:

> - Não ha, porém, um local previamente estabelecido?
> - Absolutamente. Por emquanto não se fixou nenhum logar para esse fim. Goiás tem

[766] Cf. *Brasil Central*, Bomfim, 15 de dezembro de 1932.
[767] SILVA, J. Trindade da Fonseca. *Op. Cit.*, p. 460.
[768] *Apud* MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Op. Cit.*, p. 29-30.

> logares magnificos para a construção de uma capital. Entre outros, posso citar, desde já, o município de Campinas. Ha ali um local admiravel, recortado pelo rio Meia Ponte, com grande abundancia de agua, com uma cachoeira com a potencialidade de 1500 cavalos, situada a 3 quilometros de distancia e com a altitude media de 800 metros acima do nivel do mar. O local é saluberrimo, tendo, ainda, a vantagem de ser um centro de irradiação, ligado por meio de estradas amplamente trafegadas, a 8 municipios da maior importancia no concerto goiano. Está situado a 150 quilometros da atual capital e a 60 quilometros do ponto terminal da Estrada de Ferro Goiás. No Rio de Janeiro, falando no sentido ao sr. dr. José Americo de Almeida, ministro da Viação, fazendo a descrição desse local que reputo em perfeitas condições de servir para construção da nova capital goiana, recebi dele a promessa formal de ter os trilhos da Goiás atirados até ali, sem a menor demora. Entretanto, a comissão que vou constituir para esse fim é que vai se pronunciar no sentido. Deixar-lhe-ei a maior amplitude de movimentos, facultando-lhe todos os meios para que possam ser examinados detidamente todos os logares que ofereçam condições para esse fim.[769]

É impossível deixar de ressaltar que Pedro Ludovico não apenas demonstra suas impressões pessoais sobre o mais adequado lugar, como também confessa que havia arrancado a promessa formal do Ministro da Viação, José Américo de Almeida, de que os trilhos da estrada de ferro, símbolo maior de modernidade, seriam estendidos para Campinas. Em outras palavras: pavimentava a execução de seu projeto para área já certa e determinada.

Mas não é só. Outras provas corroboram a hipótese de que o ponto afinal vitorioso já estava escolhido pelo chefe do poder Executivo Estadual, previamente à nomeação da comissão, a quem prometera "a maior amplitude de movimentos".

O testemunho de Mário Caiado corrobora essa suposta promessa de liberdade aos técnicos: "o dr. Pedro Ludovico tem-me repetido muitas vezes que não alimenta predileção local ou regional e que se sujeitará ao que resolver a comissão de tecnicos encarregada da escolha do logar onde deverá ser edificada a nova cidade."[770] Em verdade, porém, não foi isso o que se viu.

Nos primeiros dias do mês de dezembro de 1932, Laudelino Gomes de Almeida concede entrevista ao periódico paulista *Diario Popular*, replicada assim pela *Informação Goiana*:

> É desejo do governo transferir a capital de Goyaz da velha cidade colonial, situada numa baixada calcarea, servida por mananciaes calcareos, perdida entre serras, sem canalisação de agua, sem esgotos, com uma população que não attinge a 8.500 habitantes, estagnada num clima excessivamente quente, sem possibilidade de desenvolver-se, para outro local onde tudo parece destinado a expandir-se e a frutificar. Esse ponto naturalmente indicado é um planalto de mais de 800 metros de elevação, no município de Campininhas, trinta leguas aquém da capital, às margens do rio Piracanjuba, ao lado de grandes matas virgens, uma das quaes tem mais de 50 leguas de profundidade. É uma zona privilegiada, feracissima, onde se cultiva café, considerado em Santos como o primeiro do Brasil, e cujo typo ultimo é o 4. Actualmente, dalli são exportados arroz, café, xarque, porcos, bois, pelles e crystal, que é cotado como o primeiro entre os mundialmente conhecidos. São seus mercados importadores a Allemanha, o Japão e os Estados Unidos. Ainda neste

[769] Cf. *Lavoura e Comercio*, Uberaba, 07 de dezembro de 1932.
[770] CAIADO, Mario. *Op. Cit.,* 1932.

> momento se está procedendo à extracção da malacacheta, trabalho em que se occupam allemães, japonezes e hespanhoes. Há tambem o ouro. Nas margens daquelle rio muitos indivíduos se occupam no garimpo e o ouro alli se apresenta em ricas pepitas, uma das quaes chegou a pesar 350 grammas. No planalto da futura capital, cujas obras vão ter inicio dentre de pouco tempo todas as frutas eropéas se acclimatam, o que é uma promessa para pomicultura de Goyaz. A iluminação e a força motriz para as industrias estão plenamente asseguradas, pois a cachoeira do rio Piracanjuba poderá produzir para mais de mil cavallos força. A construção da nova capital está sendo estudada e deverá ser projectada de accôrdo com as concepções urbanísticas de nossos dias, estando indicado para realisar essa obra o dr. Armando Godoy, especialista nessa sciencia e chefe da Repartição de Urbanismo do Districto Federal.[771]

Não bastassem tais afirmações, Laudelino proclama ainda sem rodeios: "A área da nova capital é mais ou menos de 2.000 hectares, quatrocentos alqueires goyanos ou seja oitocentos alqueires paulistas." Ou seja, até mesmo o perímetro da nova metrópole estava delimitado.

A descrição de Campinas formulada por Laudelino apresentava a urbe campineira como um verdadeiro eldorado. No município se produzia café, arroz, charque, peles, cristais, ouro e malacacheta. E todos esses produtos eram exportados para o mercado internacional. Decerto por intermédio dos diversos e pujantes modais de transportes existentes no estado!

Nessa delirante conferência, Laudelino Gomes de Almeida só deixou de afirmar que no subsolo campineiro existia petróleo, como chegou a escrever em artigo publicado na *Voz do Povo*.[772] Valia tudo para promover Campinas.

Se verdadeira, a riqueza proclamada por Laudelino seria realmente sensacional, haja vista o modesto desenvolvimento econômico de Goiás à época. Entretanto, conforme se percebe sem maior esforço, a narrativa não correspondia à realidade.

Campinas nem sequer encontrava-se entre as mais prósperas municipalidades anhanguerinas no início da década de 1930. Para comprovar tal asserção, basta observar o quadro financeiro dos municípios goianos no ano de 1930. Nele, Campinas apresenta arrecadação de apenas pouco mais de 13 (treze) contos de réis, ao passo que as cifras de Anápolis, Catalão, Goiás, Ipameri, Jataí, Planaltina superam o patamar de 120,[773] ou seja, quase dez vezes a mais.

Ademais, a batalha de Licardino de Oliveira Ney para salvar Campinas, considerada por ele uma "corrutelinha de nada",[774] do rebaixamento à condição de distrito é esclarecedora:

> Pelo decreto federal nº 20.348, de 29 de agosto de 1931, no art. 13, § 8º, determinava o seguinte: "Serão suprimidos os municípios, cuja renda efetivamente arrecadada no

---

771 Cf. *Informação Goiana*, Rio de Janeiro, dezembro de 1932.
772 ALMEIDA, Laudelino Gomes de. Petroleo em Campininhas?. *Voz do Povo*, Goyaz, Capital, 10 de julho de 1931.
773 GOIÁS. *Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Presidente da República pelo Dr. Pedro Ludovico Teixeira em 1939*. Goiânia: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, [s.d.], p. 66.
774 NEY, Licardino de Oliveira. *Op. Cit.*, p. 38.

> exercício anterior, não haja atingido os seguintes coeficientes em relação a renda dos respectivos Estados: 20 contos para os Estados de renda inferior a 10 mil contos". Se a renda era de 16 contos no município de Campinas, é claro que o município estaria assim na iminência de voltar a ser distrito. Nesta altura, fiquei apavorado e procurei salvar a situação. […] Salvamos o município de Campinas da barca furada.[775]

Mais duas observações sobre a peroração de Laudelino. Primeiro, em nenhum momento se observa qualquer incerteza ou indefinição sobre o local da futura sede administrativa. A escolha de Campinas era líquida e certa. Ele nem sequer menciona a existência de uma comissão, muito menos que ela poderia mudar os planos do oficialismo estadual optando por localidade diversa da pretensão interventorial.

Em segundo lugar, os serviços de Armando de Godói estavam acertados desde o final do ano de 1932. Estrategicamente, portanto, o urbanista de renome nacional não integrou o grupo de oitos membros porque seu mister resumir-se-ia a tão–somente examinar a área selecionada pela comissão, não lhe cabendo efetuar comparações entre sítios.

Se não fosse o receio governamental de perder o controle da comissão, certamente Armando Godói desempenharia em Goiás o mesmo papel que Aarão Reis cumpriu em Minas Gerais, o que resultaria em estudos e relatórios mais consistentes.

Na realidade, desde 1904, Laudelino estabeleceu relações sociais com a população de Campinas: "É importante notar que Laudelino Gomes era primo do então interventor e chefe do Serviço Sanitário de Goiás, além de possuir relações muito próximas com a população local, desde que havia sido encarregado de atender parte da população afetada pela varíola em 1904."[776]

Na primeira edição de 1933 do periódico *O Triangulo* aparece a notícia:

> A capital de Goyaz é uma cidade colonial, situada numa bacia calcarea, servida por aguas calcareas, onde 6.500 habitantes vivem numa atmosphera excessivamente calida. Além disso, não dispõe de canalização de água nem de exgottos. É, portanto, um Estado rico e cheio de possibilidades cujo desenvolvimento tem sido muito prejudicado pela sua capital politica. Reconhecendo esse facto, a sua população e com ella o Interventor Federal alimentam o desejo de transferil-a para o planalto de Campininhas, aquem da velha capital, a 800 metros acima do nivel do mar. Essa nova cidade já está sendo estudada por um urbanista patricio e disporá de todos os requisitos da thecnica moderna. Uma cachoeira situada a pouco Kilometros poderá fornecer-lhe mais de 2.000 cavalos força para a illuminação e fabricas, assim como optima agua potavel. A nova capital será ligada a S. Paulo, Minas e Matto Grosso por estrada de rodagem e tambem pela Estrada de Ferro de Goyaz, que hoje, passa a poucos Kilometros de Campininhas mas que a ella será ligada logo que sejam iniciadas as obras.[777]

---

[775] NEY, Licardino de Oliveira. *Op. Cit.*, p. 31.

[776] ARRAIS, Cristiano Pereira Alencar. *Projeções urbanas:* um estudo sobre as formas de representação e mobilização do tempo na construção de Belo Horizonte Goiânia e Brasília. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008, p. 208.

[777] Cf. *O Triangulo*, Araguary, 1º de janeiro de 1933.

Mais. Mesmo no início de 1932, os aliados do situacionismo davam sinais de que tinham ciência da predileção ludoviquista por Campinas. Em epístola ao chefe político, o gestor público de Catalão, Diógenes Sampaio, exaltava: "é com vivo enthusiasmo que estou acalentando a esperança de vir a Capital do Estado cá mais para o Sul – para Campinas, segundo ouvi dizer que é grandiosa idéa do meu illustre amigo."[778]

Da mesma forma, em fevereiro de 1932, o prefeito municipal de Goiandira, Absay Teixeira, aplaudia: "Por via indireta tenho sabido da sua patriotica atitude sobre a mudança da capital para Campininhas. Aceite os meus francos aplausos, por essa medida de grande utilidade para o estado e para os interesses dos goianos."[779]

De acordo com as passagens acima colacionadas, é evidente que em dezembro de 1932, a escolha do lugar da nova capital já estava sacramentada pela interventoria. Mas e a comissão? Ora, a comissão... Serviu na verdade como instrumento legitimador das ações do governo, na medida em que incorporou o componente técnico-científico e supostamente democrático a um jogo de cartas marcadas. O próximo subcapítulo elucidará melhor a questão.

II.7. Os dois relatórios da subcomissão

O veículo de comunicação da Diocese de Goiás, ao tratar dos trabalhos executados pela subcomissão, registrou, em 15 de janeiro de 1933, que a preferência por Bonfim dependia apenas "da possibilidade de farto abastecimento d'agua":

> De 3 a 7 do corrente esteve em Bomfim a Comissão nomeada pelo dr. Interventor para escolha do local da futura capital do Estado. Desde as primeiras reuniões, resolveu a referida Comissão optar por um destes lugares: Bomfim, proximidades de Campinas, Ubatan e Pires do Rio, porquanto a capital deve ficar junto a ferrovia. Foi nomeada uma subcomissão de técnicos, engenheiros, para estudos topográficos e de abastecimento dagua potavel, constituída pelos Drs. Argenta, Fleury e Guilherme Veloso, Técnico de higiêne e Dr. Laudelino Gomes de Almeida. Quanto a Bomfim, concluiu a subcomissão que a preferência desta localidade depende só da possibilidade de farto abastecimento d'agua. E, do estudo adrede, resultou que as vertentes mais próximas, com declive natural, bastam para 100.000 habitantes; e as do Caídor dão para 350.000 almas. De futuro, no caso, de maior aumento da população, haveria recurso em vertentes a 8 Kms., podendo fornecer 5.000 litros por segundo. A Comissão foi estudar os outros pontos, já mencionados, e

[778] Cf. carta de Diógenes Dolival Sampaio para Pedro Ludovico Teixeira, datada de 13 de janeiro de 1932. Datilografada. Documentos avulsos de arquivos pessoais: Pedro Ludovico Teixeira e Venerando de Freitas Borges. Agepel, 2002. CD-ROM, p. 421.

[779] Cf. carta de Absay Teixeira para Pedro Ludovico Teixeira, datada de 13 de fevereiro de 1932. Datilografada. Documentos avulsos de arquivos pessoais: Pedro Ludovico Teixeira e Venerando de Freitas Borges. Agepel, 2002. CD-ROM, p. 448.

> apresentará o seu relatório até 20 do corrente.[780]

A previsão de que a subcomissão apresentaria seu relatório até o dia 20 de janeiro de 1933 foi praticamente cumprida, vez que os técnicos exatamente seis dias depois da data aprazada concluíram o parecer. No entanto, até hoje, a opinião pública desconhece o aludido laudo. A literatura mudancista claramente optou pelo silêncio sobre a matéria, produzindo, consequentemente, um abuso de esquecimento, que é simultaneamente um abuso de memória, segundo Paul Ricoeur:

> Por que os abusos da memória são, de saída, abusos do esquecimento? Nossa explicação, então, foi: por causa da função mediadora da narrativa, os abusos de memória tornam-se abusos de esquecimento. De fato, antes do abuso, há o uso, a saber, o caráter inelutavelmente seletivo da narrativa. Assim como é impossível lembrar-se de tudo, é impossível narrar tudo. A idéia de narração exaustiva é uma idéia performativamente impossível. A narrativa comporta necessariamente uma dimensão seletiva.[781]

Em 27 de junho de 1935, o *Jornal do Brasil* publicou entrevista do deputado federal Domingos Vellasco sobre a transferência da capital intitulada "entre Campinas e Bomfim":

> – Fui um entusiasta da localização da capital em outro ponto do Estado. Não aprovo, porém, que seja Campinas o local preferido. Quando interventor, o Sr. Pedro Ludovico nomeou uma comissão de engenheiros para dar o seu parecer sobre a cidade que lhe parecesse mais aparelhada para ali se estabelecer a séde do governo estadual, se Bomfim ou Pires do Rio, Ubatan ou Campinas. Após vários estudos, a comissão optou por Bomfim, depois de arrolar as vantagens dessa preferencia, acentuando a amenidade do clima e maiores facilidades para a captação de força eletrica e agua potável. Apesar disso, o sr. Pedro Ludovico escolheu Campinas...[782]

Na sequência, Celso Hermínio Teixeira, diretor do *Correio Official*, ordena a reprodução da referida entrevista no órgão de publicidade do governo estadual,[783] decerto atraído pelo ensejo de explorar um aparente equívoco cometido pelo líder oposicionista, posto que o relato vellasquista destoava da apregoada versão oficial.

Voltando ao assunto poucos dias depois, o *Correio Official*[784] vergasta os comentários de Domingos Vellasco. Começa asseverando que "a memoria traiu o chefe oposicionista e fê-lo afirmar um fáto que se não verificou."[785] Acrescenta que Armando de Godói, em companhia de Benedito Vellasco, este irmão do parlamentar, estudou as localidades de Campinas, Bonfim, Ubatan e Pires do Rio, lançando posteriormente sua opinião sobre "cada uma" delas.

[780] Cf. *Brasil Central*, Bomfim, 15 de janeiro de 1933.
[781] RICOEUR, Paul. *Op. Cit.,* 2007, p. 455.
[782] Cf. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 de junho de 1935.
[783] Cf. *Correio Official*, Goiaz-Capital, 12 de julho de 1935.
[784] O periódico oficial apresentava na ocasião um viés nitidamente político-partidário.
[785] Cf. *Correio Official*, Goiaz-Capital, 16 de julho de 1935.

Em seguida, sustenta que o interventor, de posse dos arrazoados do urbanista, nomeou uma comissão encarregada de escolher o sítio mais conveniente à execução do grande empreendimento. Esta comissão, por sua vez, elegeu Campinas. A seguir, brada: "Essa, a verdade".

Antes de encerrar, o jornal oficial ataca Bonfim, ao afirmar que ninguém com pequena dose de bom senso concluiria que o interventor, desejoso de uma capital moderna, "fosse transferir a séde do governo para uma cidade velha de dois séculos, ao enves de, mesmo com maiores despesas,[786] construir uma cidade nova, em zona central e riquissima."

Por fim, o periódico dirigido por Celso Hermínio Teixeira mira, jocosamente, no seu principal alvo: "A entrevista do sr. deputado Vellasco serviu – valha-lhe isso – para demonstrar que a sua ogeriza se volta para o local escolhido. Desde que Bonfim fosse a localidade escolhida, s. s. estaria de acordo..."

Diante das considerações, Vellasco, que não costumava deixar provocação sem resposta,[787] revida. Inicia seu valioso artigo esclarecendo que os reparos feitos provinham do desconhecimento de fatos que "tiveram realmente pouca publicidade."[788]

A partir daí, Vellasco rememora minuciosamente os episódios. De saída, aduz que o interventor nomeou uma "grande comissão" incumbida de escolher o local. Esta, por sua vez, decidiu, em sua primeira reunião, constituir, no seio de seus próprios membros, uma "*sub-commissão technica*",[789] com o objetivo de analisar quatro localidades. Segundo Vellasco, integravam a subcomissão os engenheiros José Argenta, Jerônimo Fleury e Guilherme Velloso.[790]

Incontinenti, o deputado federal sublinha que a subcomissão técnica, após examinar as condições de Pires do Rio, Ubatan, Campinas e Bonfim, colhendo dados sobre altitude, temperatura, topografia, energia hidráulica, água potável, situação geográfica, facilidade de transporte, entre outros, apresentou um longo relatório que concluía por Bonfim. A subcomissão então se dirigiu à Cidade de Goiás e, "não sei por que", diz ele, apresentou outro relatório, que serviu de base para a "grande comissão" escolher Campinas.

Em resposta aos ataques desferidos a Bonfim, o parlamentar esclareceu que o primeiro relatório indicava não a antiga cidade bonfinense e sim o planalto existente entre a zona urbana e a estação da estrada de ferro. Ato contínuo, emendou:

---

[786] Extrai-se, portanto, desde já, que o oficialismo reconheceu que a construção em Campinas demandaria maior soma de despesas do que em Bonfim.

[787] ROSA, Joaquim. *Op. Cit.*, 1980, p. 35.

[788] VELLASCO, Domingos Netto de. A mudança da capital. *A Colligação*, Goyaz, 08 de agosto de 1935.

[789] Domingos Vellasco escreve subcomissão técnica em itálico, buscando, a nosso ver, ressaltar que ela era ou deveria ser realmente "técnica".

[790] Na realidade, Vellasco trocou, quiçá de maneira deliberada, o nome de Laudelino Gomes de Almeida, seu ferrenho adversário político, pelo de Guilherme Velloso – este auxiliar da subcomissão.

> Repito que, muitos meses depois de haver sido indicada Campinas, foi que tive conhecimento do Relatorio primitivo e de tal forma me impressionou o *passe de magica* [destaque do texto], realizado na capital, a favor do logar ora escolhido, que não mais quiz emprestar ao emprehendimento a devida solidariedade que lhe vinha dando. Recolhi-me ao silencio de que não sahi mesmo no mais acesso da ultima campanha eleitoral, por motivos que não interessam no momento divulgar. A propria conversa que mantive com o redactor do "Jornal do Brasil", não se destinava à publicidade. E, se não fossem os commentarios do "Correio Official", eu não seria forçado a dizer que o dr. Armando de Godoy e o meu irmão Benedicto Vellasco guiaram-se, para approvar a escolha de Campinas, nos dados do segundo relatorio. É claro que eles não foram verificar a sua exatidão. Confiaram nos que lhes foram apresentados, officialmente, como eu tambem nelles louvei.

Duas informações emanam do tópico citado: a) Armando de Godói se fiou apenas na conclusão da comissão e examinou tão–somente o município campineiro; b) a modificação encetada, chamada por Vellasco de "passe de mágica", ocasionou a retirada da solidariedade que o deputado vinha emprestando à mudança.

Vellasco difundiu as conclusões do primeiro relatório da subcomissão para que, de acordo com ele, os goianos compreendessem a sinceridade de sua atitude contrária a um empreendimento que começou mal, porque se iniciou, "maliciosamente ou não, com a escolha errada do logar da nova capital." Eis o seu teor:[791]

> *Resumo geral* – Pelos calculos acima demonstrados, sendo a nova capital construída no planalto de Bomfim, torna-se patente a differença de novecentos contos de réis (900:000$000) para menos, com relação ao que seria necessario para o mesmo serviço nos arredores de Campinas, para uma cidade inicial de cincoenta mil habitantes. – É de se notar que Bomfim não offerece tão somente as vantagens acima citadas – Além de se encontrar gratuitamente a area dos terrenos de optima configuração topographica, amplamente sufficiente para se construir uma grande capital, numa collina magnífica e servida pela E. F. de Goyaz, facilitando-se assim enormemente a importação de todas as espécies de materiaes, para a prompta construcção da cidade, em parte consideravel dentro do município mesmo, offerece mais: a) Grande volume dágua, muito superiores, em potabilidade, a todas as outras examinadas pela sub-comissão; nos arredores, grande área de terrenos apropriados para cultura intensiva e extensiva; b) Energia e luz electrica já installadas (com facilidade de augmento); c) Proximidade das duas localidades "Viannopolis" e "Leopoldo de Bulhões", para immediata localização do funccionarios digo funccionalismo e operariado, com fácil ligação por meio de trens sububios; d) Eqüidistância com Catalão, Formosa, Sta. Rita do Paranahyba, por via ferrea e rodovias; com o sudoeste pelas respectivas rodovias; e) Facilidade de irradiação para o norte por meio das estações da E. F. Goyaz, comprehendidas entre Bomfim e Annapolis, distantes cerca de quatorze léguas de Corumbá e Pyrenopolis, interpostos commerciaes do Norte do Estado. Seja-nos ainda licito ponderar que, estando empenhado o nobre Governo no avançamento mais rápido possivel da nossa única via ferrea até Goyaz e dali até o Araguaya, a construcção do ramal "Campinas", pelos accidentes do terreno e obras d'arte, de pesado financiamento, nos valles dos rios "Caldas" e "Meia Ponte", por onde deveria passar, viria, sem duvida alguma, retardar aquelle beneficio que V. Exa. accentuou em as reuniões da dd. Comissão – ser uma questão de vida ou de morte para Goyaz, nossa actual Capital, e de grave detrimento para o progresso do Estado. – As observações referentes à

[791] Diante do incontestável valor histórico do documento e da dificuldade de sua obtenção, a reprodução será integral.

> mediação dos córregos e dos rios foram feitas pelo systema de fluctuantes e os nivelamentos das attitudes tomadas e descriptas no presente relatorio foram feitas com um barômetro olosterico compensado, da Filotecnica de Milão. Seria preciso declarar, ainda que as medidas de volume de água e nivelamentos, devido ao estado athmospherico da presente estação chuvosa, são approximadas. *Conclusão*. Baseando-se no critério acima expresso, a sub-comissão technica é de parecer que a nova cidade destinada a ser a Capital do Estado de Goyaz, deve ser construída no planalto adjacente à velha cidade de Bomfim. Terminando, a sub-comissão technica, confiada na benevolencia e no alto critério de V. Ex. pede venia pelas lacunas que involuntariamente possa ter commetido no presente relatorio. Bomfim, 26 de janeiro de 1933 – (a) Engenheiro J. Argenta, engenheiro Jeronymo Curado Fleury – Auxiliar technico Guilherme Velloso Pereira.[792]

Paul Ricoeur explica que o juiz e o historiador são peritos na detecção de falsificações e, portanto, "mestres, um e outro, no manejo da suspeita."[793] A bem da verdade, tal especialização, proclamada pelo intelectual francês, só reforça a plausibilidade do conteúdo do primeiro relatório, inexistindo qualquer indício capaz de pôr em xeque sua verossimilhança.

Ademais, Domingos Vellasco enfatizou em seu artigo que lavrou pública forma do documento no tabelionato do 17º Ofício do Rio de Janeiro,[794] assim que tomou ciência, em novembro de 1933, do parecer original.

A principal evidência da correção da versão esposada pelo deputado deriva principalmente do silêncio do sempre combativo diretor do *Correio Official*.

É lícito presumir que o irmão de Domingos Vellasco, o engenheiro Benedito Vellasco – única personalidade mencionada no discurso pronunciado por Ludovico no lançamento da pedra fundamental de Goiânia[795] –, sabia da existência do primitivo relatório. O rompimento entre os vultos do Partido Social Republicano no raiar do ano de 1934 certamente contribuiu para o aparecimento do eclipsado documento.

Decerto, o auxiliar técnico que assinou o estudo, Guilherme Velloso Pereira,[796] representou na subcomissão o agrimensor solicitado pelo comandante do 6º Batalhão de Caçadores. Percebe-se ainda que Laudelino não subscreveu o parecer. Este dado, contudo, em tese, em nada afetaria a conclusão exarada porque dois dos três integrantes da subcomissão já haviam se manifestado. Na prática, porém, Laudelino desempenhou papel decisivo na modificação dos rumos inicialmente delineados pelos peritos.

Emana da redação do primeiro relatório a informação de que Bonfim possuía requisitos consistentes para tornar-se capital. Bonfim, por exemplo, usufruía de via-férrea em sua

---

792 VELLASCO, Domingos Netto de. *Op. Cit.*, 1935 d.
793 RICOEUR. Paul. *Op. Cit.*, p. 332.
794 Estivemos no respectivo cartório do Rio de Janeiro, no afã de obter a integralidade do estudo da subcomissão, mas fomos informados pelo tabelião que os cartórios não ficavam com duplicatas das públicas formas.
795 TEIXEIRA, Pedro Ludovico. *Op. Cit.*, 1973, p. 103.
796 Não encontramos maiores informações sobre Guilherme Veloso Pereira.

porta, ao passo que Campinas, segundo a subcomissão, para obter um ramal ferroviário, teria de superar sérios obstáculos: "(...) a construcção do ramal 'Campinas', pelos accidentes do terreno e obras d'arte, de pesado financiamento, nos valles dos rios 'Caldas' e 'Meia Ponte', por onde deveria passar, viria, sem duvida, a retardar aquelle beneficio".

Bonfim preenchia igualmente os fatores do moderno urbanismo exigidos pela comissão, bem como outros quesitos: "terrenos de optima configuração topographica"; "grande volume d'agua, muito superiores, em potabilidade, a todas as outras examinadas pela sub-comissão"; e "energia e luz electrica já installadas (com facilidade de augmento)".

Como consignado no capítulo anterior, na década de 1930, a receita orçamentária de Goiás situava-se entre as últimas do *ranking* das unidades federativas. Devido a esse e outros fatores, acolhendo a tipologia proposta por Love, o estado foi classificado como "satélite".

Diante desse panorama econômico-financeiro, seria prudente meditar sobre a asserção assinalada a seguir: "sendo a nova capital construida no planalto de Bomfim, torna-se patente a differença de novecentos contos de réis (900:000$000) para menos, com relação ao que seria necessario para o mesmo serviço nos arredores de Campinas".

Ora, como a receita arrecadada de Goiás no exercício financeiro de 1932 perfazia o valor de 5.564:448$070,[797] é imperioso reconhecer que uma economia de 900 (novecentos) contos de réis significava realmente expressivo montante.

Rememorando a trajetória mudancista na Assembleia Nacional Constituinte de 1946, Jalles Machado de Siqueira aventou a questão financeira em foco e interpretou o "arquivamento" do primeiro relatório da subcomissão como um "capricho" do "ex-ditador":[798]

> Na propria escolha do local da nova capital prevaleceu o capricho de s. Exª e que muito tem custado à sua economia. Ninguém nega os requintes de beleza e topografia da cidade. Mas inegável, também, é que de topografias idênticas está cheia toda a margem da Estrada de Ferro Goiás. E de quanto terão sido sangradas a economia e as finanças públicas somente pela diferença do custo do transporte dos materiais de construção e de consumo, normais ao seu abastecimento? Aliás, o primeiro parecer da comissão encarregada da escolha agiu criteriosamente apontando um local junto à via férrea. Mas, o Senhor Pedro Ludovico já tinha juízo formado. Esse parecer foi arquivado e outro veio substituí-lo atendendo seus desejos.[799]

Em maio de 1934, o jornal *Lavoura e Comercio* divulgou o desconhecido parecer sob o pálio da seguinte manchete: "A mudança da capital goiana: um escandalo que vem à tona".

---

[797] GOIÁS. *Op. Cit.*, 1933, p. 155.
[798] FERNANDES, Clever Luiz; AQUINO, Reginaldo Lima de. *Jalles Machado:* utopia e modernidade. Goianésia: UEG, 2001, p. 239.
[799] FERNANDES, Clever Luiz; AQUINO, Reginaldo Lima de. *Op. Cit.*, 2001, p. 236.

Acrescentou ainda comentários: "a Sub-Comissão foi chamada à capital e de lá voltou opinando a favor da mudança para Campinas, em novo relatório. Por que exigiu o interventor essa modificação? Quais as causas? Os filhos de candinha explicam direitinho o escandalo."[800]

Oito dias depois da publicação da matéria, Domingos Vellasco regressa às páginas da gazeta uberabense para refutar insinuações da *Voz do Povo,* oportunidade em que agita de novo o problema da seleção campineira:

> Mas continúa a Voz do Povo: "[Vellasco] quer mudar bruscamente a capital para Bomfim, o que não consulta os interesses, nem as conveniencias do Estado". A intriga é gozadissima. Primeiro, porque jamais disse ou escrevi a quem quer que seja, que pretendo mudar a capital para Bomfim. Tenho dito, baseado no relatorio da sub-comissão técnica que estudou as localidades de Pires do Rio, Ubatan, Bomfim e Campinas, e do qual sómente há poucos meses tive conhecimento, que Bomfim oferece maiores vantagens para que nela se construa a futura capital. E que, em consequencia, julgo errada sua transferencia para Campinas. Foi isso que afirmei. Não há nenhum compromisso meu sobre a mudança da capital para Bomfim, como escreve Voz do Povo. Mas além de falsa a nota desse jornal é um ataque ao governo do Estado, que considera a mudança para Campinas o pivot da administração.[801]

Esse ror de fontes colacionadas convivem harmoniosamente com o importante testemunho prestado pelo memorialista Joaquim Rosa:

> No primeiro encontro da Comissão, Pirineus sugeriu: a) Que o plenário indicasse alguns pontos que lhe parecessem mais adequados a uma cidade moderna. b) Que o governo criasse uma sub-comissão de técnicos, encarregada de indicar um dos pontos escolhidos para a nova cidade, depois de realizados estudos de profundidade. A tal de sub-comissão emite parecer que é levado a Ludovico. O interventor recebe o papelório, passa os olhos nas laudas dactilografadas, chega à última, volta à primeira. Devolve-as calmamente, dizendo:
> - Ótimo. Isto mesmo. Apenas uma pequena observação. Onde vocês escreveram Bonfim, escrevam Campinas.
> O povo "comentaram" o fato. Não lhe garanto a autenticidade. Velasco o confirmava. Verdadeiro ou não, são fatos históricos registrados nos arranjos pré-mudancista: Antes de qualquer providência, Ludovico já tinha escolhido o local, que todos sabiam ser junto à cidade de Campinas. Dois relatórios da sub-comissão existiram. Foram publicados nos jornais. Um deles, cronologicamente mais antigo, concluía pela região de Bonfim. O outro, mais ou menos com a mesma redação, indicava Campinas. A estas alturas dos acontecimentos, Pirineus afastou-se da Comissão.[802]

Consta do depoimento de Rosa que a decisão ludoviquista de alterar a conclusão dos peritos molestou o militar Pirineus e acarretou seu afastamento da comissão, tanto que na última reunião foi ele representado pelo prefeito de Bonfim.

Em outubro de 1935, Pedro Ludovico sofismou ao asseverar, em entrevista ao *O*

---

[800] Cf. *Lavoura e Comercio*, Uberaba, 21 de maio de 1934.
[801] VELLASCO, Domingos Netto de. Começo do fim. *Lavoura e Comercio*, Uberaba, 29 de maio de 1934.
[802] ROSA, Joaquim. *Op. Cit.,* 1974, p. 197

Estado de São Paulo, que a preferência dos "poderes publicos" por Campinas precedeu a estudo de "duas commissões de technicos",[803] posteriormente homologado por Armando de Godói:

> O local escolhido teve a preferencia dos poderes publicos em virtude dos estudos de duas commissões de technicos, às quaes foi confiada a incumbencia de indicar o ponto mais aconselhavel. […] Cumpre accentuar que, não satisfeito com o parecer das alludidas commissões, convidei ainda um technico de reconhecida capacidade profissional – o urbanista dr. Armando de Godoy, que apresentou um longo relatório em que ressaltava as condições admiraveis do local indicado.[804]

A narrativa de José Honorato da Silva e Sousa segue mais ou menos o mesmo raciocínio ludoviquista, ou seja, refuta qualquer improvisação ou autoritarismo na seleção campineira: "A escolha do local, em Campinas, não se fez empirica ou arbitrariamente. Ella se processou mediante serios estudos e a localização da futura cidade somente se verificou depois de se ouvirem vozes das mais autorizadas."[805]

O segundo relatório da subcomissão, este de domínio público, só veio à luz, curiosamente, no dia da última reunião do grupo de oito membros, realizada em 04 de março de 1933, na cidade de Campinas:

> Pelos dados acima expostos, verifica-se que entre as localidades estudadas pela Sub-comissão, o local conveniente para se construir a nova Capital do Estado deveria ser Campinas ou Bomfim. Considerando que Campinas se acha situada no ponto centrico da parte mais povoada do Estado e a sua topografia das mais apropriadas e belas para a construção de uma cidade urbanamente moderna, entre um vasto perímetro de terras de ótimas culturas todas cobertas com matas de superior qualidade e que enormemente facilitarão a construção da nova cidade; a Sub-comissão é de parecer que a nova Capital seja construída em Campinas, nas proximidades da "Serrinha", situada na direção azimutal de 130 (cento e trinta) grau, ou em caso de urgencia em Bomfim. […] Campinas, 4 de março de 1933.
> Engenheiro J. Argenta – Chefe da Sub-comissão
> " Jerônimo Curado Fleurí
> Dr. Laudelino Gomes de Almeida[806]

De posse do parecer dos técnicos, a comissão, baseada previsivelmente no estudo confeccionado, homologou a indicação de Campinas:

> De acordo com a conclusão do relatório da sub-comissão técnica, na qual se baseou, resolve a comissão finalmente, que a nova capital fosse construida em Campinas, nas proximidades da "Serrinha", em local que deverá ser oportunamente demarcado por estudos definitivos, ou que, caso venha a convir aos interesses do governo na mudança

[803] Certamente contabilizou a subcomissão e a comissão.
[804] Cf. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 20 de outubro de 1935, p. 06.
[805] SOUSA, José Honorato da Silva e. A mudança da capital e o ante-projecto da Constituição goyana. *Correio Official*, Goyaz-Capital, 06 de abril de 1935.
[806] MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Op. cit.*, p. 44.

> urgente, a melhor localidade para esse fim é a cidade de Bomfim.[807]

Soa como prêmio de consolação a indicação para Bonfim servir eventualmente de capital transitória, em caso de necessidade. Entretanto, no contexto da decisão, adjetivada pelo *Correio Official* como "soberana",[808] o que mais chama a atenção é a proposta apresentada pelo arcebispo Dom Emanuel:

> Usando a palavra, S. Excia. o Sr. Presidente declarou que, *data venia*, apelava para o nobre governo do Estado para que a conclusão da ilustre sub-comissão pudesse ter ainda, a todo o tempo, o parecer luminoso de nomes técnicos de projeção nacional, e internacional, o que foi por toda a comissão subscrita.[809]

A historiografia leu a intervenção de Dom Emanuel como última tentativa de salvar Bonfim. Se essa foi realmente a intenção do religioso, o pedido, embora acatado formalmente pelo governo, malogrou fragorosamente devido a um sutil estratagema: Armando de Godói, o urbanista de projeção nacional contratado, não estudou os quatro pontos selecionados, mas apenas Campinas,[810] conforme ele mesmo admitiu em seu arrazoado:[811]

> Exmo. Sr. Dr. Interventor Federal
> Venho por meio deste dar-vos conta dos resultados a que cheguei, inspecionando os arredores da cidade de Campinas e examinando os dados e informações que recebi do prefeito e moradores do respectivo município e colhi na leitura do relatório da culta comissão nomeada para escolher o local em que deverá ser construída a futura capital de Goiás.[812]

Emerge daí um questionamento: se Armando Godói tivesse analisado Bonfim, Campinas teria sido realmente confirmada? É impossível saber. O certo é que o urbanista afiançou a existência de várias áreas apropriadas para tal fim no território anhanguerino:

> A escolha em Goiás de um local apropriado para uma cidade é tarefa fácil sob o ponto de vista físico, pois, durante a viagem de trem e de automóvel, através de algumas das suas mais belas regiões, observei inúmeros sítios realizando as principais condições indicadas pelos mestres de urbanismo.[813]

Frente ao novo veredicto da subcomissão, outra indagação surge de imediato: o que aconteceu entre o dia 26 de janeiro – data do primitivo relatório – e o dia 04 de março – data do

[807] MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Op. cit.*, p. 46.
[808] Cf. *Correio Official*, Goiaz-Capital, 08 de março de 1933.
[809] SABINO JÚNIOR, Oscar. *Goiânia Global.* Goiânia: Oriente, 1980, p. 182.
[810] É bom que diga que, como Bonfim, Campinas também preenchia, com méritos, os requisitos urbanísticos.
[811] Nesse mesmo sentido, Pedro Ludovico: "Antes, porém, de contratar o técnico Correia Lima, convidamos o conhecido urbanista Dr. Armando Godói, a fim de estudar o local preferido para a nova Capital, segundo a conclusão da Comissão referida no Decreto atrás transcrito." In: TEIXEIRA, Pedro Ludovico. *Op. Cit.*, 1973, p. 78.
[812] TEIXEIRA, Pedro Ludovico. *Op. Cit.*, 1973, p. 78.
[813] TEIXEIRA, Pedro Ludovico. *Op. Cit.*, 1973, p. 88.

segundo parecer? Valendo-se de fina ironia, Vellasco interpretou assim a alteração:

> Cabe-me afinal chamar a attenção do "Correio Official" para o equivoco que commetteu, ao declarar que o engenheiro Armando Godoy fôra a Goyaz antes de apresentado o relatorio da sub-commissão technica. Ha engano. Este engenheiro esteve em Campinas em Março e o relatorio da sub-commissão foi apresentado em Janeiro de 1933. Elle confiou nos dados da sub-commissão; mas não lhe apresentaram o primitivo relatorio, cujas conclusões transcrevi e que foram modificadas na Capital graças a influencia occultas e poderosas.[814]

As insinuações lançadas, em especial as que Vellasco qualifica de "influencias occultas e poderosas", tinham endereço certo: o Palácio Conde dos Arcos, residência oficial do interventor Pedro Ludovico Teixeira. Anteriormente, na entrevista concedida ao *Jornal do Brasil*, o parlamentar havia sido mais direito ainda: "apezar disso [do primeiro relatório] o sr. Pedro Ludovico escolheu Campinas...".[815] Em outras palavras, é dizer: a comissão não decidiu nada, pois tudo já estava previamente definido.

Outrossim, o relato memorialístico do prefeito de Campinas, Licardino de Oliveira Ney, representa outra pista valiosa para a elucidação da trama e a busca da verdade:

> – Tudo combinado, continuou o Sr. Licardino, mandou Dr. Pedro um engenheiro do Estado, Dr. João Argenta, para medir a água do Botafogo. Peguei o meu fordinho de bigode e em companhia de meu cunhado e alguns companheiros viemos assistir à medição da água, tal era o entusiasmo de que nos achávamos possuídos. O Dr. Argenta olhou e disse num sotaque italiano: "Essa água não dá nem para galinha beber..." Ficamos desesperados. Peguei o meu fordinho e bati para Goiás, com os meus companheiros.
> – Dr. Pedro, o Dr. Argenta não mediu a água, só olhou.
> – Não mediu? Disse surpreso Dr. Pedro.
> Por uma feliz coincidência, entra Dr. Argenta no gabinete.
> – Como, Dr. Argenta, o senhor não mediu a água?
> – E para que, Dr. Pedro, é tão pouca que não vale a pena.
> – O senhor volte e vá medir a água, disse categoricamente.[816]

A última frase, mormente o vocábulo "categoricamente", demonstra o contexto autoritário vivido, que chocava-se inconciliavelmente com o aviso do interventor de que daria à comissão "a maior amplitude de movimentos", ou seja, não interferiria em nada.

A viagem do alcaide campineiro à capital para reclamar da conduta do presidente da subcomissão técnica, João Argenta, bem como o encontro de ambos no palácio do governo, apontam a gênese donde emanava o mando e o controle absoluto da situação.

Consta que o engenheiro do estado e integrante da comissão, Jerônimo Curado

---

[814] VELLASCO. Domingo Netto de. *Op. Cit*., 1935 d.
[815] Cf. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 de junho de 1935.
[816] NEY, Licardino de Oliveira. *Op. Cit.*, p. 39.

Fleury, foi nomeado logo após o movimento revolucionário de 1930,[817] o que, por si só, indica proximidade e afinidade com os novos donos do poder. O exercício de cargo comissionado – de livre nomeação e exoneração pelo interventor – sugere, ademais, que o mencionado profissional estava exposto a injunções políticas do nomeante.

A propósito, Maria Elizabeth Fleury, filha de Jerônimo Curado Fleury, reforça a existência de dois relatórios e agrega outras contribuições que ajudam a desvendar o enigma:

> Por que será que Pedro Ludovico não ouviu a subcomissão técnica que apontou o local favorável como a região de Bonfim? Quais foram os argumentos que levaram a referida comissão a modificar o relatório final, satisfazendo politicamente o Interventor? Por que será que muito tempo depois, quando Goiânia sofria as constantes falta de luz, ouvi exclamações de meu pai dizendo que havia alertado o Interventor sobre as dificuldades futuras quanto ao insuficiente recurso hídrico da região? Ou que "fizera o estudo certo mas lavara as mãos quanto à escolha do Interventor".[818]

O testemunho transcrito confirma plenamente a asserção vellasquista: "o sr. Pedro Ludovico escolheu Campinas." Com efeito, o artigo de Fleury vai mais longe, ao retratar o modo pelo qual ocorreu a modificação:

> Em sigilo, antes mesmo do presidente da comissão, Dom Emmanuel, tomar conhecimento do resultado final da subcomissão técnica, entre quatro paredes, esta mesma subcomissão foi convocada extraordinariamente pelo secretário para revisão dos estudos e tomada de posição final juntamente com o Interventor. Após essa reunião, a portas fechadas, novo parecer foi redigido recaindo a escolha do local para a região Criméia, entre os córregos Vaca-Brava e Botafogo, próximos à Campininha. […] Dr. Pedro foi categórico[819] naquela última reunião: o local escolhido teria que ser neutro para não provocar mais conflitos, queixas e choradeiras.

O interventor inquestionavelmente queria um local "neutro". E Campinas era exatamente um local neutro, isto é, sem líderes políticos de expressão estadual. Nas imediações de Campinas – "corrutelinha de nada", nas palavras do prefeito Licardino de Oliveira Ney – ninguém concorreria com o Pedro Ludovico. Seria um espaço geográfico em que ele reinaria absoluto. Sem sombras. Sem rivais. Esta é a causa preponderante do veto ao estudo primitivo da subcomissão.

Em síntese, Ludovico não pretendia disputar ou dividir a liderança política do novo centro urbano com nenhuma personalidade. O raciocínio ajusta-se harmoniosamente com os ensinamentos esposados pelos pensadores clássicos da teoria política, a começar por Nicolau Maquiavel. Por oportuno, segundo Joaquim Rosa, *O Princípe* era o livro predileto do interventor.[820]

---

[817] Nomeado pelo decreto nº 560, de 15 de janeiro de 1931. In: *Correio Official*, Goiaz-Capital, 22 de janeiro de 1931.

[818] FLEURY, Maria Elizabeth. Estudo técnico x política. *Diário da Manhã*, 25 de janeiro de 2010, Suplemento Literário.

[819] De novo, surge o impositivo vocábulo "categórico".

[820] ROSA, Joaquim. *Op. Cit.*, 1974, p. 65.

A "cidade neutra" equivaleria à "cidade de ninguém" enunciada pelo deputado estadual Oscar Campos Júnior na Constituinte de 1935 e repetida por Taciano Gomes de Mello, a despeito deste batizá-la de Petrônia:[821] "É a cidade de ninguém, como disse o Oscar Campos, é a cidade do povo, onde cada qual pode viver bem, viver racionalmente, humanamente, isto é, com conforto e decencia."[822]

Por outro lado, em Bonfim, Dom Emanuel Gomes de Oliveira gozava de indiscutível prestígio, por estimular diversos melhoramentos, a exemplo da construção do Ginásio Anchieta, sem contar a efetivação, no dizer de Ronaldo Vaz, da "transferência branca" da Diocese para a cidade. Ao agregar um componente religioso, o historiador confirma o presente raciocínio:

> Pedro Ludovico, por outro lado, não intencionava viver à sombra da Igreja e de Dom Emanuel, numa cidade onde o prestígio do bispo era enorme, tido por salvador da mesma. Há mais. Bonfim fora uma cidade de origens sacras, fundada sob a benção de uma santa, em pleno período mineratório e de união Igreja-Estado.[823]

De acordo com Menezes, a popularidade de Dom Emanuel ia além: "Os bonfinenses tinham em Dom Emanuel não só um pai espiritual, mas também um animador, um amigo, um líder, um estimulador do progresso da cidade."[824] Mais adiante, a religiosa garante que o arcebispo era considerado o "segundo fundador" de Bonfim, sendo reconhecido como o principal responsável pelo prolongamento da estrada de ferro até o município.

Apostando em sua continuidade no poder, resta patente que o interventor Pedro Ludovico atuou, ancorado no ambiente político discricionário da ocasião, para estabelecer rapidamente o local que mais lhe agradava. Estando o parlamento trancado, os poderes Legislativo e Executivo enfeixados em suas mãos e a imprensa arrolhada, consolidar logo a área da futura capital significava superar uma das etapas mais difíceis do itinerário mudancista.

A experiência mineira aparecia nitidamente no retrovisor do interventor goiano, em especial a imagem do governador montanhês Augusto de Lima.

Essa pressa em vencer a fase de planejamento – que culminava na escolha do local – e iniciar velozmente a construção da cidade, influenciou poderosamente no ritmo de trabalho imprimido pela comissão.

Enquanto em Minas Gerais, os técnicos percorreram cinco localidades e demoraram

---

821 O nome de Petrônia, que esteve em cogitação, era exatamente a cidade de Pedro.
822 MELLO, Taciano Gomes de. *Op. Cit.*
823 VAZ, Ronaldo Ferreira. *Da separação Igreja-Estado em Goiás à nova cristandade (1891-1955)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, 1997, p. 260.
824 MENEZES, Irmã Áurea Cordeiro. *Op. Cit.*, p. 68.

mais cinco meses para desincumbirem-se da missão que lhes fora confiada, em Goiás, a comissão examinou quatro pontos e concluiu tudo em dois meses.

Nem se diga que a qualidade dos estudos foi similar nas duas experiências, pois o governo mineiro recebeu um relatório de trezentas páginas, ao passo que a administração goiana recebeu um laudo de aproximadamente dez folhas.[825] Esse notável descompasso, entre outros motivos, deriva da discrepância no estabelecimento de quesitos[826] entre os dois estados.[827]

Cristiano Arrais observou anteriormente que a quantidade de documentos oficiais produzidos na escolha da sede administrativa de Minas Gerais foi imensamente maior que o volume confeccionado em Goiás.[828] Conseguiu detectar ainda: "Há que se perceber, no relatório das localidades [de Goiás], a pouco referência a instrumentos e referências técnicas que possibilitassem estabelecer os parâmetros de comparação para as conclusões adotadas pelo relatório."[829]

Para uma plena compreensão da lição emitida pelo historiador, urge passar os olhos no seminal trabalho do engenheiro Aarão Reis, chefe da comissão mineira, sobretudo na parte em que são confrontados os fenômenos meteorológicos (pressão barométrica, temperatura, umidade relativa, tensão do vapor, chuva, evaporação, ozona, ventos reinantes, nebulosidade) de Várzea do Marçal, Belo Horizonte, Barbacena, Juiz de Fora e Paraúna.[830]

O profundo estudo elaborado além-Paranaíba acabou substituído por um trabalho bem mais superficial aquém-Paranaíba. Examinando criticamente o teor da pequena documentação produzida tanto pela comissão quanto pela subcomissão, Arrais explica:

---

825 MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Op. Cit.*, p. 37-46.

826 O governo mineiro editou uma instrução, datada de 09 de dezembro de 1892, fixando nove quesitos e diversos outros subitens: a) condições naturais de salubridade (condições do solo e subsolo, condições atmosféricas, moléstias mais frequentes e suas causas naturais); b) abastecimento abundante de água potável (volume, qualidade das águas e altura disponível); c) esgoto, conveniente escoamento de água pluvial e drenagem do solo; d) facilidades oferecidas para a edificação e construção em geral (examinar pedreiras, jazidas de barro, caieiras, depósitos de areias e matas de cercania); e) garantia de um farto abastecimento dos produtos de pequena lavoura indispensáveis ao consumo diário (analisar fertilidade do solo e sua aptidão para o gênero de cultura); f) iluminação pública e particular em condições de satisfazer às exigências da vida moderna; g) condições topográficas em relação à livre circulação dos veículos; h) ligação ao plano geral da viação estadual e federal (indicar as linhas que será mister construir, avaliado o respectivo custo provável); i) despesas mínimas que exigirão as instalações iniciais indispensáveis para o regular funcionamento da nova capital (relativas ao levantamento da carta topográfica, projeto de locação, arruamento, construção para abastecimento de água e esgoto, instalação do sistema de iluminação, edificação dos prédios indispensáveis ao serviço das repartições públicas). In: BARRETO, *Op. Cit.,* 1936, p. 251-252.

827 Em Goiás, a comissão prescreveu como "dogma" – expressão utilizada pelo secretário Colemar Natal e Silva – além da proximidade com a estrada de ferro, de forma genérica, os seguintes itens: "abundância de água, bom clima e topografia adequada, analisados e estudados os demais requisitos também criteriosamente e concomitantemente para uma feliz conclusão." In: MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Op. Cit.*, p. 34.

828 ARRAIS, Cristiano Pereira Alencar. *Op. Cit.*, 2008, p. 202.

829 ARRAIS, Cristiano Pereira Alencar. *Op. Cit.*, 2008, p. 206.

830 BARRETO, Abilio. *Op. Cit.*, 1936, p. 281-286.

> entre todos os locais pesquisados, apenas em Campinas parece haver, por parte da comissão examinadora, uma atenção mais aprofundada, com indicações claras sobre o abastecimento e indicações sobre a utilização do relevo para escoamento das chuvas. […] Importa agora ressaltar essa atenção demasiadamente grande dada a Campinas em relação às outras. A fala da sub-comissão é reveladora da situação daquele sítio, não como pleiteante a nova capital, mas como futura capital: "a posição mais apropriada para a construção da nova capital se acha no rumo 130 (cento e trinta) graus de Campinas e a mais ou menos sete quilômetros de distância", [...] Neste caso, a perspectiva do possível é substituída pela certeza do futuro.[831]

A derradeira informação é esclarecedora e resume o que foi dito até agora: "a perspectiva do possível é substituída pela certeza do futuro." Para o governo goiano, só havia uma possibilidade: Campinas ou Campinas.

A principal bandeira do Partido Social Republicano[832] na eleição de maio de 1933 para Assembleia Nacional Constituinte foi a remoção da capital. A ata de formação do núcleo pesserrista bonfinense comprova sobejamente a ponderação: "Pelo Snr. Dr. Domingos Netto de Vellasco, como presidente, foi proposta a diretriz geral do partido em organização, onde incluiu como ponto principal a mudança da sede do Estado."[833] Repetiu-se o mesmo fenômeno na eleição de outubro de 1934 para a Constituinte Estadual.[834]

O uso na propaganda eleitoral da edificação da nova urbe era diretamente proporcional ao estágio de sua evolução. Quanto mais visível a construção de Goiânia, maior a possibilidade de ganho eleitoral. Este item afigura-se como mais uma explicação para a rapidez do início das obras.

Sendo a Constituinte Estadual de 1935 o fórum decisório da transferência da capital, inclusive a respeito da escolha do local, ao interventor interessava começar logo a construção, porquanto impediria ou ao menos reduziria bastante o risco de o parlamento querer alterar a seleção primitiva. Como mudar o veredicto se os alicerces em Campinas já estavam prontos? E o dinheiro público gasto?

Antecipando-se ao constituinte, Pedro Ludovico Teixeira definiu a área de Goiânia e imprimiu-lhe quase dois anos de febril atividade, o que significou a irreversibilidade do local selecionado.[835]

---

831 ARRAIS, Cristiano Alencar. *Op. Cit*., 2008, p. 207.

832 Analisado no capítulo inaugural.

833 Cf. ata de constituição do diretório municipal de Bonfim do Partido Social Republicano, datada de 11 de janeiro de 1933. Datilografada. Museu Pedro Ludovico Teixeira.

834 Ver MELLO, Taciano Gomes de. *Op. Cit.*

835 Nesse sentido, o pensamento do engenheiro Jerônimo Coimbra Bueno em fevereiro de 1935: "O único argumento racionalmente articulado contra a realização da Nova Capital era o da opportunidade economica: este deixou de existir no estado actual das obras, para tornar-se um dos mais prementes a favor da terminação, quanto antes, das obras essenciaes à transferencia do governo ao desenvolvimento economico do Estado." In: BUENO, Jeronymo Coimbra. A Nova Capital: a maior realização goyana de todos os tempos. *Correio Official*, Goyaz-Capital, 13 de

Não por outro motivo a oposição deixou de questionar esse aspecto vital do problema da transferência durante a Assembleia Constituinte Estadual de 1935, consoante atesta parte da redação da emenda nº 1:

> Emenda nº 1 – Modificativa do art. 4º e seu paragrapho único do projeto de Constituição. Substitua-se de "até que o Poder Executivo a transfira para a cidade em construcção, no municipio de Campinas" e o § único do art., pelos seguintes paragraphos:
> § 1º – Quando a optima situação financeira do Estado o permittir, o Poder Executivo, ouvida a Assembléa Legislativa, poderá transferir a capital para a cidade em construcção, no municipio de Campinas.[836]

Campinas não sofreu qualquer objeção na Constituinte. A sagaz antecipação levada a efeito pelo interventor consolidou em definitivo o ponto de sua predileção e incluiu o sítio delimitado no rol dos consagrados fatos consumados.

II. 8 – A indignação do prefeito de Bonfim: e a técnica?

No arquivo de Pedro Ludovico Teixeira, existe um documento de grande valor que, ao lado do resumo geral do primeiro relatório da subcomissão, influenciou decisivamente na presente interpretação. A relevância da fonte destaca-se sobretudo porque o conflito no interior da comissão ficou encoberto, em razão da clara opção dos personagens envolvidos pelo silêncio.

O documento refere-se a um ofício do prefeito de Bonfim, Mário da Costa Ferreira, datado de 02 de abril de 1933, redigido em papel impresso com os dizeres "Prefeitura Municipal de Bomfim-Goiaz – Gabinete do Prefeito"[837] e endereçado a Pedro Ludovico Teixeira. A linguagem vazada foge à tradição bajulatória e submissa que prevalecia nas correspondências expedidas pelos alcaides nomeados pelo interventor federal.[838]

Detalhando o conteúdo da missiva, extrai-se, preliminarmente, que o chefe do poder Executivo municipal fora provocado pelo interventor a expressar "livremente" sua opinião a respeito da mudança pela imprensa carioca.[839]

Ato contínuo, o prefeito bonfinense destaca a franqueza e a sinceridade que caracterizavam suas atitudes e expõe a desnecessidade e mesmo a inconveniência de sua "livre"

---

fevereiro de 1935.

836 MENDONÇA, Jales Guedes Coelho. *Op. Cit.*, 2008, p. 190.

837 Cf. carta de Mário da Costa Ferreira para Pedro Ludovico Teixeira, datada de Bonfim, em 02 de abril de 1933. Arquivo Pedro Ludovico Teixeira.

838 Mário da Costa Ferreira foi nomeado prefeito de Bonfim pelo Decreto nº 530, de 10 de janeiro de 1931, na vaga resultante do falecimento de Antônio Umbelino de Souza Filho. In: *Correio Official*, Goyaz-Capital, 20 de janeiro de 1931.

839 Convém recordar, portanto, que nesta data Campinas já havia sido oficialmente escolhida.

manifestação pela imprensa sobre tão "melindroso" assunto, pois para ser coerente com a atitude que assumira na comissão, como representante do comandante do 6º BC, a sua opinião só poderia ser em apoio ao voto que proferira na reunião e que o secretário Colemar Natal e Silva "houve por bem não transcrever na íntegra, em ata."

Prosseguindo, Mário não esconde sua irritação com a conduta de Colemar, que, segundo ele, depois de haver comunicado à comissão o seu exercício no cargo de Secretário-Geral do Estado, logo que terminou a leitura do relatório da subcomissão já foi pronunciando seu voto, antes mesmo que o presidente o pusesse em discussão, quando tolheu, assim, "ao proprio Dom Emmanuel o direito de discutir o assunto. E depois disso, ainda houve quem censurasse a minha grosseria por não me conformar com a omissão de meu voto na ata...".

Em seguida, assevera que sua opinião pessoal seria inútil por desvaliosa e suspeita, e que, na qualidade de prefeito, não conviria à sua cidade que ele continuasse na propaganda, porquanto estava sendo de resultados "contraproducentes", em vista da campanha de difamação que lhe movia o jornal *Voz do Povo* e diversos outros órgãos da imprensa de outras cidades, "invejosos das vantajosas condições demonstradas em Bonfim."

Aduz ainda que se todos os municípios do estado, *inclusive o da capital*,[840] apoiariam a transferência para qualquer outra localidade que não fosse Bonfim, ficou, implicitamente excluída, até por uma questão de dignidade de sua autoridade como prefeito, qualquer intromissão na discussão do tema.

Na sequência, escreve o trecho talvez de maior relevância:

> Eu me conformaria com o desfecho dado à questão si fosse LIVREMENTE [destaque do texto] reconhecida pelos ilustres TECNICOS [destaque do texto] a inferioridade de Bomfim em relação a Campinas; mas o contrario foi o que se verificou, tendo ainda nós bomfinenses o desgosto de ver o relatorio da Sub-comissão tecnica modificado por injunções dos membros da imediata confiança do Governo, Drs. Laudelino e Colemar.[841]

Esta passagem elucida cabalmente um assunto que ficou divorciado do conhecimento público. O destaque dado pelo alcaide aos vocábulos "livremente" e "técnicos" revela que a decisão da comissão palmilhou exatamente a senda contrária ao que se esperava, ou seja, a escolha foi antidemocrática e obedeceu critérios eminentemente políticos, desconsiderando justamente o elemento mais sensível da questão: a técnica.

O inconformismo dos bonfinenses com o resultado é demonstrado escancaradamente

[840] Mais uma evidência do mudancismo condicionado.

[841] Cf. carta de Mário da Costa Ferreira para Pedro Ludovico Teixeira, datada de Bonfim, em 02 de abril de 1933. Arquivo Pedro Ludovico Teixeira.

a Pedro Ludovico. Ademais, a interferência de Laudelino Gomes de Almeida e Colemar Natal e Silva é atestada por um protagonista ativo de todo o desenrolar dos acontecimentos enevoados. Mário da Costa Ferreira não poupa a atuação dos dois membros de imediata confiança do interventor. Debita a eles sem rodeios a responsabilidade pela modificação realizada no primeiro relatório da subcomissão. E continua:

> Na minha ingenua ilusão, intercedi junto ao nosso querido Arcebispo Dom Emmanuel e Cel. Felismino para que apoiassem o honrado governo de V. Excia., nesse desideratum, arrostando sobre o primeiro as iras do povo dessa Capital. Continuarei a colaborar intransigentemente ao lado de V. Excia. na honesta e criteriosa administração do Estado, mesmo de armas às mãos, si mais uma vez for preciso, sem sacrificios, porem, para o meu municipio e para os amigos que me honram com o seu apoio, e também sem quebra de minha dignidade pessoal.

Nesse momento o prefeito aborda o trabalho de convencimento promovido por ele junto aos dois principais expoentes de Bonfim – Dom Emanuel e o coronel Felismino Viana –, para que ambos apoiassem a mudança e menciona ainda sua participação na guerra civil de 1932.

O último parágrafo não quebra a linha de sinceridade que viceja na epístola. Mário da Costa Ferreira ressalta, "com a franqueza e lealdade que devem existir entre dois amigos e sobretudo entre um subalterno e seu superior", tornar-se patente a divergência de seu ponto de vista com o de Pedro Ludovico, motivo pelo qual entregava seu cargo, rogando para ser substituído por outro que talvez pudesse obter do "povo de Bonfim o apoio aos gigantescos ideais de progresso de V. Excia., voltando eu a tratar de meus interesses particulares, bastante descurados, e podendo, assim, concluir o meu curso de Direito, nessa Capital."

O voto proferido por Mário da Costa Ferreira na última reunião da comissão segue a mesma lógica da correspondência, com o adendo de atacar Campinas e até mesmo o sudoeste, região defendida por Ludovico, conforme visto no capítulo inicial.

Malgrado subscrever o segundo relatório da subcomissão, do qual o prefeito afirma não ter "competência" para divergir, pondera ser ideal de todos os goianos, desde muitos anos, desenvolver a navegação do Araguaia, pois ali – "e não no sudoeste do estado" – estava o futuro mais promissor de Goiás. Por isso, prossegue, todos os esforços deveriam ser conjugados para que a via férrea atingisse o mais rápido possível as margens do rio Araguaia, "não desviando a nossa unica via ferrea de seu primitivo traçado ou interrompendo o seu prosseguimento, já que tão moroso e dificil, com a construção de um ramal, como se fará necessario com a escolha desta localidade para a futura capital."[842] Logo, acrescenta:

[842] Cf. declaração de voto de Mário da Costa Ferreira, datada de 03 de março de 1933, em Campinas. Museu Pedro

> Assim, deveriamos preferir um local para a construção da nova séde do Governo Estadual às margens do trecho já em trafego, ou aliás nas imediações da linha traçada para o proseguimento da aludida estrada, em demanda ao Araguaia, no que atenderiamos tambem aos justos reclamos da população do Norte do Estado, e onde encontrariamos, certamente, lugares mais pitorescos, saudaveis e com outros requisitos que não oferecem as baixadas das margens do paludoso "Meia-Ponte". Além disso, é inadiavel a necessidade da mudança da Capital do Estado para um ponto em que melhor pudesse atender à sêde de progresso da população de Goiaz; e, distante cerca de 90 quilometros do ponto mais proximo da estrada de ferro, demandaria muitos dispendios de tempo e de numerarios para se conseguir a construção de uma moderna, mesmo modesta capital, digna de nosso futuroso estado e dotada do conforto que nos proporciona o urbanismo moderno.

Ato contínuo, Mário da Costa Ferreira assinala, com uma pitada de gracejo, que como o laudo técnico já estava subscrito pelos médicos Laudelino Gomes e Irany Ferreira, ele então admitiria que não seriam verdadeiras as informações que lhe foram transmitidas, "de fontes fidedignas", sobre a insalubridade das margens do ribeirão Meia Ponte, cujas águas, no dizer do prefeito, representavam "terríveis focos de impaludismo". Encerra assim o último parágrafo:

> É sabido mesmo pelos leigos como nós, que as aguas dos chapadões são perenes e que os rios que têm as suas nascentes nas matas não o são, como aliás já se verificou com os ribeirões "Capivara" e "João Leite", principais afluentes do rio "Meia Ponte", cujos leitos têm ficado secos nas épocas de grande escassez de chuvas, como em 1906 e 1914. Esperamos, porém, que com a devastação das matas do "Mato Grosso", a exemplo de como já se procedeu, não mais se verifiquem esse fenomenos – pois, dos males, o menor – e, por isso, é preferivel que a nossa futura Capital se prive de mata em suas imediações a ficar sem agua para energia eletrica.

Depreendem-se do conteúdo da declaração de voto as razões pelas quais o secretário Colemar Natal e Silva, membro qualificado do situacionismo, vetou sua publicação na ata.

O ressentimento com a alteração do relatório da subcomissão, principal motivo da derrota de Bonfim, não se limitou ao prefeito Mário da Costa Ferreira. O coronel Pirineus, conforme já salientado, e o arcebispo Dom Emanuel também se incompatibilizaram com o interventor após tal fato.

Ronaldo Vaz, estudioso da Igreja Católica, acredita que a escolha de Campinas desagradou profundamente Dom Emanuel.[843] Miguel Archângelo fala em "congelamento das relações" entre o arcebispo e Pedro Ludovico e defende:

> Segundo relato do mesmo informante, o prelado entusiasmou-se inicialmente com a perspectiva da mudança da capital, propondo 'planos urbanísticos com objetivos serenos

Ludovico Teixeira.

[843] VAZ, Ronaldo Ferreira. *Op. Cit.*, p. 261.

> de equipará-la modernamente às congêneres da Federação.' Como veremos, tal euforia cessará completamente no momento em que o Interventor Pedro Ludovico Teixeira contrariar seus interesses em termos de escolha do local. A oposição do prelado ao governo revolucionário estadual se radicalizará, como veremos, de maneira irreversível. […] Ao que parece, o Arcebispo também jamais perdoou ao Governador Pedro Ludovico Teixeira pela preterição de Bonfim, como sede da Capital estadual.[844]

Poucos dias depois da escolha de Campinas, Dom Emanuel concedeu uma entrevista à imprensa. O laconismo do presidente da comissão incumbida de selecionar o melhor local para a futura capital confirma a interpretação dos acadêmicos:

> Interrogado sobre a mudança da capital do Estado, o entrevistado assim respondeu: "Realmente, é palpitante o que pergunta. O governo do Estado deseja realizar esse velho projeto, que visa colocar a capital em ponto onde possa ter os requisitos necessarios a uma grande e moderna cidade. O resto, em torno do caso está no domínio publico."[845]

Outro reflexo do distanciamento entre os próceres encontra-se na ausência de Dom Emanuel nas duas missas realizadas em Goiânia no ano de 1933.[846] A segunda celebração, a propósito, realizou-se durante o ato de lançamento da pedra fundamental da cidade.

Mais. Victor Coelho de Almeida consignou em suas memórias que sua demissão do cargo de inspetor do Ginásio Anchieta, em junho de 1934, por manifestação direta do interventor Pedro Ludovico, objetivou "melindrar" o arcebispo de Goiás:

> O Interventor Pedro Ludovico, para melindrar o Sr. Arcebispo D. Emanuel Gomes de Oliveira, e também por me julgar político, uma vez que, a pedido do Sr. Arcebispo, pleiteei a inclusão dos postulados católicos no programa do Partido Social Republicano (congresso em Goiaz – dezembro de 1932), e fundei a Liga Eleitoral Católica em Anápolis, Bela Vista, Ipamerí, Catalão, Santa Cruz e Pires do Rio, demitiu-me do cargo de Inspetor do Ginásio e nomeou (por intermédio do Gov. Federal) um sobrinho seu.[847]

Logo após a Revolução de 1930, o nome de Dom Emanuel Gomes de Oliveira foi cogitado para ser o próximo governador constitucional do estado. Nessa direção, a imprensa mineira publicou:

> Em Jaraguá, Itaberaí, e outros pontos disseram-nos que a idéia da candidatura não pertence a esta folha, pois que, em seu memorável discurso na capital goiana, e mesmo a alguns chefes, particularmente, dela havia falado o Dr. Carlos Pinheiro Chagas. Outros dão a

[844] SANTOS, Miguel Archângelo Nogueira de. *Missionários redentoristas alemães em Goiás, uma participação nos movimentos de renovação e de restauração católicas – 1894 a 1944*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, 1984, p. 324-326.

[845] *Lavoura e Comercio*, Uberaba, 28 de março de 1933.

[846] MENDONÇA, Jales Guedes Coelho. *Op. Cit.*, 2008, p. 175.

[847] ALMEIDA, Victor Coelho de. Caderno manuscrito denominado *Miscellania* (1897 – 1938). Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central da PUC de Goiás, p. 311.

> influência da lembrança ao eminente Dr. Arthur Bernardes, que teria feito referências do nome do ilustrado Bispo de Goyaz. […] Hoje que não é mais possível retirar-se a candidatura de D. Emanuel sem uma luta seríssima entre os poderes e o povo, sentimos do nosso dever de publicar estas declarações.[848]

Além da natural concordância dos decaídos com a personalidade pacificadora do arcebispo, a possibilidade recebeu boa acolhida também no Rio de Janeiro:

> A candidatura de D. Emmanuel Gomes de Oliveira
> Sob os títulos acima lê-se em 'O Globo' as linhas que, data venia, para aqui transladamos, fazendo nossos os seus merecidos e justos conceitos. […] Neste momento em que todos os elementos de Goiaz pensam em D. Emmanuel para presidir os destinos do Estado, no regime constitucional, o ato do Sr. Interventor goiano foi recebido como um hábil descortino, pois o interventor goiano sabe que as correntes poderosas do Estado de Goiaz, apoiarão incondicionalmente D. Emmanuel, tal a grandiosidade da sua obra de educação no Estado, a par de suas virtudes sacerdotais.[849]

A intenção não vingou. Contudo, acionou imediatamente o dispositivo de alerta dos possíveis concorrentes ao posto, aspecto muitas vezes perigoso ou inconveniente no mundo político.

Ainda na seara política, cumpre observar atentamente, no próximo capítulo, a situação pouco confortável a que restaram submetidos os vilaboenses filiados ao oposicionista Partido Republicano de Goiás de 1927 – agremiação vinculada à Aliança Liberal – que apoiavam resolutamente o governo revolucionário e, ao mesmo tempo, desacolhiam o principal programa levado a cabo pela administração pública estadual.

---

[848] Cf. *A Tribuna*, Uberlandia, 18 de janeiro de 1931.
[849] Cf. *Informação Goiana*, Rio de Janeiro, novembro e dezembro de 1930.

CAPÍTULO III - MUDANCISMO CONDICIONADO: CONSTRUIR SEM DESTRUIR

III.1. A convocação centrista de Ignácio Xavier da Silva: *in medio est virtus*[850]

Em edição especial alusiva aos 50 anos de Brasília, a revista *Veja* publicou uma pesquisa confeccionada pelo instituto Ibope, em março de 1960, mostrando que à época 73% dos moradores do Rio de Janeiro aprovavam a mudança para o planalto central e apenas 24% rejeitavam-na.[851] O retrato da opinião pública carioca revela um indicativo luminoso para o preâmbulo deste subcapítulo.

A historiografia produzida em Minas Gerais dá notícia de que em Ouro Preto também havia partidários da mudança, vez que a construção de Belo Horizonte abriria novas oportunidades de negócios e outras perspectivas aos comerciantes, banqueiros, enfim, ao sistema capitalista:

> De imediato, poderíamos também classificar todos os ouropretanos como não mudancistas. Mas os jornais e documentos da época citam o fato de que alguns, não muitos, apoiaram a mudança da capital na expectativa de ampliação da economia mineira, proporcionando-lhes maiores lucros. É o caso de inúmeros comerciantes e profissionais liberais.[852]

A exaltada rivalidade entre dois projetos antagônicos é sempre terreno fértil para o surgimento de uma terceira posição conciliadora e centrista. A vitória do *tertius* é lugar-comum em se tratando de decisões políticas que se polarizam.[853]

É da natureza humana despender esforço para o encontro de uma solução intermediária ao se deparar diante de dois pontos de vista díspares e aparentemente inconciliáveis, sobretudo na esfera política. A busca do consenso em vários episódios onde predomina a divergência é uma constante no cotidiano das pessoas.

Para Norberto Bobbio o termo consenso "denota a existência de um acordo entre os membros de uma determinada unidade social em relação a princípios, valores, nomes, bem como quanto aos objetivos almejados pela comunidade e aos meios para alcançar."[854]

Em Goiás, no princípio da década de 1930, a transferência da capital dividia os goianos do interior e da metrópole. Dos primeiros recebia vivo aplauso e era mesmo defendida com

---

850 Expressão em latim que significa no meio-termo está a virtude.
851 Cf. *Veja*, Brasília 50 anos, edição especial, editora Abril, ano 42, novembro de 2009, p. 124.
852 FONSECA, Janete Flor de Maio. *Op. Cit.*, p. 86.
853 VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Op. Cit.,* 2007, p. 40.
854 BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco**.** *Dicionário de Política.* Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 5ª ed., 2000, V. I, p. 240.

incontido entusiasmo, especialmente no sudoeste e na região da estrada de ferro.

Em contrapartida, como era natural, a maioria da população vilaboense ficara insatisfeita com a ideia, embora não representasse uma concepção virgem, porquanto já agitada nos séculos anteriores e ainda prevista na primeira Constituição Estadual de 1891.[855]

A historiografia confirma esta sedimentada divisão maniqueísta entre dois grupos, denominando-os de mudancistas e antimudancistas. Conforme esse consagrado entendimento, do início da discussão em 1930 até a efetivação da transferência em 1937 a dualidade permaneceu fossilizada e sem nenhuma variação.

Mas será que essa dicotomia monolítica entre os partidários e os opositores do projeto realmente ocorreu sem nenhuma alteração ou emergiu ao longo da trajetória mudancista uma orientação *in medio est virtus*? Por que Mário de Alencastro Caiado, rotulado muitas vezes de radical antimudancista, não rompeu com Pedro Ludovico Teixeira? E como se portaram os outros antigos companheiros de Aliança Liberal do interventor que residiam na Cidade de Goiás?

A dúvida em relação à propalada bipolarização inamolgável despontou após a constatação do sucesso do partido liderado por Pedro Ludovico nas três eleições realizadas nos anos de 1930 na Cidade de Goiás. Eis a pergunta: Como a sigla interventorial ganhou com folga todos os prélios eleitorais sucedidos durante a segunda República na maior zona eleitoral do estado, ainda com o título de metrópole? De que forma isso foi possível, se é voz corrente, pacífica e uníssona na historiografia que a população de Vila Boa era vivamente contrária à transladação?

Tais indagações não possuem uma única e exclusiva resposta, obviamente. Quase sempre a monocausalidade explica apenas parcialmente os problemas, principalmente quando estes envolvem questões complexas. Não obstante, a principal causa da vitória governista em Vila Boa decorre dos compromissos assumidos pelo interventor, em mais de uma ocasião, posteriormente gravados em normais legais e constitucionais, de que não abandonaria a municipalidade de Goiás, preservando-a da decadência.

De imediato, convém salientar que desde 1924 a imprensa já registrava relatos de que a concepção mudancista – "prophecia corrente" – granjeava, em Vila Boa, simpatia de "muitos partidários", insatisfeitos com o pequeno desenvolvimento da capital:

---

[855] Encontramos ainda uma passagem, escrita em outubro de *1917* por Moisés Santana, que reforça a força do ideal mudancista em Goiás: "Transferiu-se [Eugênio Jardim] então para Goiás e adquiriu a fazenda denominada Quinta, situada entre a Serra Dourada e o rio Uru, cerca de 18 quilômetros da Capital. É uma situação muito aprazível, num planalto que parece naturalmente indicado para futura capital deste Estado." In: BORGES, Humberto Crispim. *Op. Cit.*, 1980, p. 142.

> Ora, neste andar, Goyaz [capital] daqui a uns dias, ficara reduzida a zero, e, então, se realizará a prophecia corrente de que a capital passará para outro ponto. E é preciso notar que mesmo aqui há, já, muitos partidarios da mudança da capital. Uns acham que ella deve transferir-se para as margens encantadoras do Araguaya; outros pensam que ella deve occupar a arejada planicie do Uruhú.[856]

Como visto no capítulo inaugural, em março de 1930, ocorreu a consulta popular para a escolha da representação federal goiana no Congresso Nacional. O Partido Republicano de Goiás inscreveu o ministro Guimarães Natal para a vaga do Senado Federal e o médico Pedro Ludovico Teixeira para a Câmara dos Deputados. A despeito da derrota de ambos, desperta a atenção o resultado obtido por Ludovico no município de Goiás.

Cinco postulantes concorreram com Pedro Ludovico: Lincoln de Castro, Ayres da Silva, Joviano de Castro, César Bastos e Eduardo Sócrates. Os quatro primeiros candidataram-se pelo hegemônico Partido Democrata e tiveram votação praticamente idêntica, enquanto o último – candidato avulso – granjeou pequeno número de apoiadores.

Comparando os votos amealhados pelo primeiro colocado de cada uma das dez seções eleitorais vilaboenses com os angariados por Pedro Ludovico, o placar é o seguinte: *1ª seção)* Lincoln de Castro – 59; Pedro Ludovico – 48; *2ª seção)* Lincoln de Castro – 66; Pedro Ludovico – 42; *3ª seção)* César Bastos – 42; Pedro Ludovico – 32; *4ª seção)* Lincoln de Castro – 82; Pedro Ludovico (2º lugar) – 78; *5ª seção)* Joviano de Castro – 64; Pedro Ludovico – 59; *6ª seção)* César Bastos – 44; Pedro Ludovico – 18; *7ª seção)* Ayres da Silva – 42; Pedro Ludovico – sem informação; *8ª seção)* Lincoln Castro – 108; Pedro Ludovico – 47; *9ª seção)* Pedro Ludovico (1º lugar) – 54; César Bastos – 29 (2º lugar); *10ª seção)* Pedro Ludovico (1º lugar) – 75; Joviano de Castro – 34 (2º lugar).[857]

Em síntese, Pedro Ludovico ganhou em duas seções eleitorais e ficou em segundo lugar em uma, obtendo, nas demais, boa aceitação, bem próxima à dos candidatos governistas. O placar na metrópole foi o segundo melhor no estado para o oposicionista, atrás apenas do resultado de Rio Verde, base ludoviquista, onde ele venceu os democratas.

Os números indicam que a oposição tinha forte apelo na capital e ainda que Pedro Ludovico era pessoa benquista na localidade, afinal de contas nasceu e passou sua infância e adolescência no município.

No referido pleito eleitoral de 1930, vale ressaltar que não houve disputa para o governo estadual. A chefia do poder Executivo de Goiás se definira na eleição do ano anterior, quando o

---

[856] GOYANO, João. Hebdomadaes... *O Democrata*, Goyaz, 17 de outubro de 1924.
[857] Cf. *O Democrata*, Goyaz, 02 de março de 1930.

Partido Democrata elegeu Alfredo Lopes de Moraes governador e Humberto Martins Ribeiro, Diógenes de Castro Ribeiro e José Francisco dos Santos, respectivamente, para as três vagas de vice-governador.[858] Na ocasião, o Partido Republicano de Goiás preferiu não lançar candidato.[859]

Dessa opção, portanto, deriva outra certeza: a oposição anhanguerina não possuía um programa de governo a ser executado em outubro de 1930.[860] Mesmo assim, guindado ao poder pela revolução, Pedro Ludovico rapidamente superou essa deficiência transformando a construção de uma nova cidade em sua plataforma governamental: "As palavras do Dr. Pinheiro Chagas sobre a necessidade da mudança da capital calaram profundamente meu espírito. […] A idéia da mudança tivemo-la desde menino."[861]

Em 03 de março de 1931, os chamados decaídos também conheciam a intenção ludoviquista: "O Pedro Ludovico está lhe prestando optimos serviços. A gente do interior está furiosa por causa do imposto de terras, e a gente da capital e dos arredores, além do imposto, protesta contra a mudança da capital."[862]

Na realidade, o interventor esperou o melhor momento para colocar em operação "a estratégia de poder para sua ascensão e permanência como principal líder político em Goiás."[863] E o fez no fim de 1932, às vésperas da eleição de maio de 1933, ao nomear a comissão encarregada de escolher o local da nova metrópole.

No decorrer de todo o ano de 1932, artigos relacionados à transferência são constantes na *Voz do Povo*. Entre os vários escritos publicados, o confeccionado por Ignácio Xavier da Silva, na edição de 10 de julho de 1932, recomenda a aplicação de postulados hermenêuticos:

> Diversas correntes já se formaram. Há uma que diz "sim", outra repete "não" e uma terceira grita "pode ser que sim, conforme..." [...] Formemos, pois, Senhores, na corrente que diz: "Pode ser que sim, conforme" e auxiliemos o nosso digno Interventor nessa penosa tarefa, mesmo porque a velha Goiaz há de ser o recanto para as nossas férias, para as nossas

---

858 Cf. *O Democrata*, Goyaz, 15 de dezembro de 1928.

859 Confirma a asserção, a passagem inserta no relatório do governador Brasil Ramos Caiado: "O ambiente de ordem e tranquilidade em que ocorreu o pleito e a unanimidade dos suffragios nas chapas eleitoraes, apenas destoantes em reduzidissimo numero as de vice-presidentes, attestam, do mesmo lance, a judiciosa escolha dos candidatos do Partido Democrata." In: GOIÁS. *Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado de Goyaz apresentada em 13 de maio de 1929 pelo Presidente do Estado Dr. Brasil Ramos Caiado*. Goyaz: Officinas do Correio Official, 1929, p. 24.

860 Getúlio Vargas, ao contrário, possuía um programa de governo a ser executado, pois disputara em março de 1930 a eleição para presidente da República.

861 TEIXEIRA, Pedro Ludovico. *Como e por que construí Goiânia***.** Brasília: Senado Federal, 1966, p. 14-15.

862 Carta de Consuelo Caiado ao pai Antônio Ramos Caiado. Cidade de Goiás, datada de 03 de março de 1931. Manuscrito. Acervo da Família Caiado. Por intermédio da historiadora Lena Castello Branco Ferreira de Freitas manuseamos algumas cópias de documentos do acervo da família Caiado.

863 CAMPOS, Francisco Itami. Mudança da capital: uma estratégia de poder. *Cadernos do Indur*, Goiânia: Fundação Indur, nº 2, 1980, p. 35.

recordações.[864]

No momento de sua convocação, Ignácio Xavier da Silva informa que diversas correntes "já se formaram", ou seja, além dos dois tradicionais grupos, a terceira corrente do "pode ser que sim, conforme..." era naquele instante uma realidade concreta em Vila Boa. Em outras palavras, o mudancismo condicionado já existia e o articulista aproveitou a ocasião para conclamar a população goiana a engrossar suas fileiras centristas.

A conclamação de Ignácio Xavier da Silva foi percebida anteriormente por dois escritores, que, todavia, não enxergaram nela maior relevância. José Asmar classificou-a como convite "muito a seu estilo de jornalista precavido" e acrescentou: "Ludovico conta com ofertas de mudança no varejo, […] para extinguir focos de incêndio no parque correligionário."[865]

Ao sublinhar que Ludovico teve "ofertas de mudança no varejo", Asmar quis dizer que o interventor possuía opções variadas de encaminhar o projeto mudancista. A receita da transferência implementada afinal pelo interventor foi uma das possibilidades, entre outras, que poderiam ser seguidas.

O memorialista Joaquim Rosa desqualificou assim a ideia original de Ignácio Xavier da Silva: "Uma arraia-miúda de colaboradores passa sobre as páginas do jornal, contra e a favor. Há os indecisos, gangorrando. É o caso de Inácio Xavier da Silva, um nome respeitável de Vila Boa: 'Pode ser que sim, conforme...'"[866]

No entanto, o artigo *in medio est virtus* de Ignácio Xavier da Silva significa um marco na história da mudança da capital. Representa a primeira convocação pública de alistamento na alternativa corrente do mudancismo condicionado. O pensamento centrista e conciliador alcança, pois, um lugar de destaque nos acontecimentos.

A propósito, de novo as lições de Bobbio são proveitosas, especialmente para aclarar a colocação de Joaquim Rosa:

> Centrismo deriva claramente do centro. Em linhas gerais, o centro, segundo a visão geométrica tradicional da política, que se baseia na dicotomia 'mudança-conservação', e é a posição intermédia por excelência. Quando o grau de polarização das partes que se defrontam se eleva a ponto de pôr em grave perigo a mútua existência física, é então que nascem os agrupamentos, as coalizões, as tendências de opinião, os partidos de centro, as atitudes e políticas centristas. As motivações que determinam o Centrismo pressupõem todas elas a dificuldade da escolha; todavia, podem ser assim esquematizadas: escolhe-se o Centrismo, ou porque se crê que ambas as posições opostas apresentam elementos

[864] SILVA, Ignácio Xavier. A mudança da Capital. *Voz do Povo*, Goyaz, Capital, 10 de julho de 1932.
[865] ASMAR, José. *Op. Cit.*, 1994, p. 46.
[866] ROSA, Joaquim. Texto inédito intitulado "Por esse Goiás adentro", sob a guarda do Instituto Cultural José Mendonça Teles. Trabalho datilografado contendo 112 páginas, p. 39.

> positivos tais que justifiquem uma síntese ou mediação, ou porque se considera que ambos os contendores estão errados; então, a via justa está em situar-se ao centro, isto é, acima das facções. Sob o aspecto valorativo, não cabe a menor dúvida de que o Centrismo corresponde ao moderantismo. Mas, enquanto para os centristas ***in medio est virtus***, para os opositores, Centrismo é sinônimo de indecisão, de imobilismo, de oportunismo, etc.[867]

Da aguda dicotomia "mudança-conservação" eclode o mudancismo condicionado.

III.2 – O futuro de Vila Boa: centro de educação e cultura

O sentimento de preservar a Cidade de Goiás esboçou-se logo no começo do percurso mudancista pela voz do próprio presidente da comissão responsável por escolher o local da futura capital, Dom Emanuel, arcebispo de Goiás:[868]

> Aceitamo-lo agradecido, para prestar desinteressadamente nosso modesto concurso magno problema muito favorecerá desenvolvimento Estado e cooperar nobres propósitos governo Vossência cercar todas garantias vida cidade Goyaz sede permanente nossa querida Diocese primaz.[869]

De acordo com o depoimento de Laudelino Gomes de Almeida, idêntico pensamento professava outro membro da referida comissão, o comerciante Antônio Augusto Santana, cognominado de Nenenzinho Santana:

> Nenenzinho Santana era um idealista sincero e conquanto fosse um leal propugnador da mudança da capital para Campinas, como eu, pensava muito bem, que se o devia fazer sem se esquecer da velha capital, dotando-a com melhoramentos taes como agua canalisada, bom Hospital, etc. Não se despresando a navegação do Araguaya, porque, realisado esse problema, Goyaz seria um ponto de interferencia commercial de importancia.[870]

Segundo Laudelino, Antônio Augusto Santana não só defendia genericamente amparo a Vila Boa, como também explicitava quais os melhoramentos deveriam beneficiar a bicentenária urbe, ao elencar concretamente água canalizada, bom hospital e a navegação do rio Araguaia.

Nessa esteira, o artigo divulgado no *Lavoura e Comercio* em novembro de 1932:

> Todavia, apesar de me enfileirar no rol dos "mudancistas", acho que o honrado governo revolucionario goiano não pode, absolutamente deixar ao desamparo a velha cidade que durante tantos anos abrigou a séde da administração do Estado. O seu futuro precisa de ser acautelado por medidas oportunas, tendentes a evitar o seu descalabro, o seu desmantelo, o seu aniquilamento. Si a mudança da capital é uma necessidade imperiosa, a defesa da vetusta cidade goiana não é menor assunto nem menor problema. Si a primeira é o processo

---

867 BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Op. cit.*, p. 158.
868 Conforme telegrama encaminhado ao interventor aceitando o convite para compor a comissão.
869 Cf. *Informação Goiana*, Rio de Janeiro, dezembro de 1932.
870 ALMEIDA, Laudelino Gomes de. Nenenzinho Santana. *O Social*, Goiaz, 31 de maio de 1934.

> mais rapido e eficiente de se lançar o progresso do Estado em todas as direções, a segunda é a defesa de um patrimonio que não pode perecer. O progresso de Goiás não pode ser edificado sobre as ruinas da cidade do rio Vermelho. Goiás possue, hoje, um governo previdente e esclarecido que, certamente, saberá condicionar os dois problemas de tal maneira que se consiga a maior soma de beneficios com a mudança da capital e se proteja a lendaria cidade de Vila Bôa, evitando-se que a sua morte atinja fundo o processo evolutivo de todo o Estado.[871]

Victor Coelho de Almeida, redator da gazeta da Diocese de Goiás, usando a assinatura V. A., requer compensação à antiga metrópole pela perda das repartições públicas, sugerindo o incremento de sua importância como centro comercial:

> Realizando-se, porém, a mudança, pedimos encarecidamente ao Exmo. Dr. Interventor que compense os prejuizos da velha Capital: Uma excelente estrada de rodagem de Bomfim a Leopoldina, passando por Goiaz; criação imediata de entreposto fluvial de Leopoldina; navegação, por todos os meios e modos, desde os batelões até as lanchas e os vapores, para intensificação do comércio entre Leopoldina e Bélem. Tornar-se-á, assim, Goiaz um grande centro comercial: e o povo da velha capital não terá motivos de resentimentos, uma vez que a perda das repartições públicas foi compensada pela intensificação do comercio. Resentir-se-á, sim, si além de perder os fóros de capital, ficar Goiaz relegada ao olvido, num recanto do Estado, sem vida, sem estimulos, sem comercio.[872]

As quatro passagens colacionadas, todas elas formuladas ainda no período embrionário do processo mudancista, solicitam compensações à sede administrativa goiana. Algumas delas apontam especificamente quais as medidas a serem adotadas pelo governo, enquanto outras as enunciam de maneira genérica.

O conteúdo das fontes aconselha que os benefícios comerciais, urbanísticos e de infraestrutura a serem realizados em Vila Boa amorteceriam os efeitos devastadores da retirada da sede do governo estadual. As citações patenteiam também que o raciocínio compensatório espraiou larga repercussão no estado e fora dele.

Os vilaboenses obviamente se preocupavam com o futuro de seu município após a perda do título de capital. O esvaziamento da comuna em decorrência da transladação dos servidores públicos federais e estaduais seria uma consequência lógica e acarretaria um revés em todos os setores da vida local.

Em razão da notável semelhança entre as experiências mineira e goiana, a oração verberada pelo constituinte montanhês Xavier da Veiga, em 1891, auxilia bastante na explicação: "Ouro Preto é uma cidade quasi exclusivamente de vida official: aqui residem o funccionalismo e os fornecedores do funccionalismo; suprimido o funccionalismo, e com ele os seus fornecedores,

---

[871] JAMEGÃO, Jota. A mudança da capital de Goiás. *Lavoura e Comercio*, Uberaba, 21 de novembro de 1932.
[872] ALMEIDA, Victor Coelho de. Mudança da Capital de Goiaz. *Brasil Central*, Bomfim, 30 de outubro de 1932.

está a cidade virtualmente destruida ou a caminho da ruina completa, proxima e inevitavel!".[873]

Em Goiás, embora a preocupação econômica igualmente incidisse, parece que o temor de copioso retrocesso nas áreas educacional e cultural grassava mais fortemente, porquanto a Cidade de Goiás, a duras penas, conseguira alcançar um patamar no campo intelectual bem acima da média estadual,[874] tornando-se o único espaço urbano goiano a desfrutar de uma rede completa de educação pública.

É verdade que o ensino superior era representado por apenas duas instituições, quais sejam, a Faculdade de Direito (pública) e a Escola de Direito (privada), tendo em vista que as Faculdades de Odontologia e Farmácia, criadas no ciclo caiadista, foram extintas, entre outros motivos, por tisnarem a propaganda política que o governo revolucionário promovia do selvagem passado vivido em Goiás na década de 1920.

Comprova à exaustão o receio vilaboense, o recorte extraído do artigo de Luiz do Couto, escrito ainda na origem da discussão – especificamente no dia 14 de julho de 1931 – e publicado na imprensa de Uberlândia:

> E o que se faz [em caso de mudança] dessa pujante, altiva, nobre, estudiosa mocidade do Liceu que representa o futuro de Goiás, e que terá que abandonar os estudos porque a nossa pobreza e das suas famílias não permitem se transportar e localizar em outro ponto do Estado designado para a nova capital? E os alunos das outras escolas oficiais do Estado aqui, cujos estabelecimentos de ensino terão que ser transferidos? Pensaram em toda essa calamidade?[875]

A capital, se comparada aos demais municípios goianos, atingira um padrão educacional e cultural significativo. A memorialista Ondina de Bastos Albernaz atesta que a Cidade de Goiás, "quase que isolada do resto do mundo", era o polo de civilização e de cultura do Centro-Oeste, além de "vanguardeira, com um curso jurídico instalado em 24 de fevereiro de 1903, […] o Liceu, equiparado ao Colégio Pedro II, […] Colégio Santana […] dirigido por irmãs francesas, […] Escola Normal, anexa ao Liceu, cujo funcionamento data de 1847."[876]

O jornalista Alfredo Nasser também prestou seu testemunho:"um embaixador polonês, que visitou a cidade em 1936, confessou-me que nunca poderia ter imaginado a existência, no recuado oeste brasileiro, de uma cidade com um padrão tão alto de civilização como a de Goiás."[877]

A historiadora Ana Lúcia da Silva assinalou: "Somente a capital possuía uma rede

---

873 VEIGA, Xavier da. Discurso pronunciado na 10ª sessão ordinária do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais aos 09 dias do mês de maio de 1891. In: *Annaes do Congresso Constituinte do Estado de Minas Geraes de 1891*. Ouro Preto: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1896, p. 182.

874 Ver BRETAS, Genesco Ferreira**.** *História da Instrução Pública em Goiás*. Goiânia: Cegraf/UFG, 1991.

875 COUTO, Luiz do. A mudança da capital de Goiás. *A Tribuna*, Uberlandia, 16 de agosto de 1931.

876 ALBERNAZ, Ondina de Bastos. *Reminiscências*. Goiânia: Kelps, 1991, p. 25.

877 NASSER, Consuelo. *Alfredo Nasser:* o líder não morreu. 2ª ed. Goiânia: Líder, 1995, p. 223.

escolar envolvendo os diversos níveis de ensino, primário, secundário e superior, e serviços de higiene e saúde pública."[878]

Ante a conjuntura descrita, coube a Laudelino Gomes de Almeida, escalado para rebater os argumentos contrários ao principal plano do governo estadual, projetar – secundado pelas promessas do interventor –, para a antiga metrópole a condição de centro cultural, uma vez que conservaria seus estabelecimentos de instrução pública:

> A mudança da capital não envolve a destruição da velha cidade de Goiaz. Esta viveria na história dos dias da vida goyana como um marco dos seus dias idos, como um relicário das velhas tradições, como um centro de cultura inicial no seu Lyceo, na sua escola normal, no seu jardim da infância, etc, etc.[879]

Anos depois, estando o Lyceu de Goiás seriamente ameaçado de ser retirado de Vila Boa, Laudelino Gomes de Almeida reafirmou o seu desígnio inicial, segundo Sebastião Fleury Curado: "[...] ele [Laudelino] dirigiu uma carta sincera, franca e leal ao Dr. Pedro Ludovico Teixeira, fazendo um apelo e mostrando que o Liceu de Goiás era visceralmente desta cidade e que jamais entrou nos planos oficiais essa mudança."[880]

Matma Nago,[881] intransigente mudancista, também entoou a perspectiva de centro cultural para Vila Boa:

> Centro da mais alta cultura do nosso Estado, será ella a veneranda cidade do futuro. Conservará avara e religiosamente as tradicções de nossa terra. Concentrará em suas muralhas levantadas pela natureza, aureolada sua fronte de rainha pelo diadema de sua querida Serra Dourada, a nossa historia, e será o remanso ideal do ensino, dos estudos, da aprendizagem – recanto da mocidade estudiosa. […] Villa Boa – a cidade monumento, tradicional, a cidade das casas de Ensino, dos estudantes, velhinha experiente a ensinar aos moços. Centro cultural. Ponto de turistas.[882]

A intenção é corroborada ainda pela seguinte informação: "Em Goyaz [capital] ficarão: um batalhão do Exército; uma companhia da Força Pública; o Lyceu e a Escola Normal."[883]

III.3 – Os compromissos ludoviquistas

Resta indene de dúvida que o próprio interventor Pedro Ludovico advogou, nos primeiros anos do itinerário mudancista, amparo à antiga capital, mormente na seara educacional e

---

878 SILVA, Ana Lúcia da. *Op. cit.*, p. 111.
879 ALMEIDA, Laudelino Gomes de. A mudança da capital. *Voz do Povo*, Goyaz, Capital, 24 de julho de 1932.
880 CURADO, Sebastião Fleury. *Op. Cit.*, 1956, p. 205.
881 Segundo Bento Fleury, Matma Nago era o pseudônimo usado por Maximiano da Mata Teixeira.
882 NAGO, Matma. Villa Bôa de Goyaz e a Nova Capital. *Correio Official*, Goiaz-Capital, 21 de março de 1935.
883 Cf. *Informação Goiana*, Rio de Janeiro, dezembro de 1932.

cultural, ao prometer, por mais de uma oportunidade, a permanência do tradicional Lyceu – estabelecimento equiparado ao Colégio Pedro II do Rio de Janeiro – e da Escola Normal Oficial, sem prejuízo do recebimento de uma companhia do Exército e da conservação de uma companhia da Força Pública (hoje Polícia Militar):

> [...] S. Exa. se refere ainda à campanha não-mudancista, de uma parte dos habitantes da velha Vila Boa. Acha-a natural e até humana; mas ela não o fará mudar de opinião, mesmo porque não pode contrariar um todo para obedecer a uma parte. São os interesses coletivos que reclamam a mudança. A velha capital será protegida: – Para aqui virá um batalhão do Exército, sendo que uma sua companhia deve chegar em breve, a fim de preparar o alojamento da tropa; uma companhia da Força Pública aqui também ficará, bem como o Lyceu e a Escola Normal.[884]

Cabe agora a abertura de um parêntese. É que a autora do *Como Nasceu Goiânia*, Ofélia Sócrates Monteiro, extratou a mesma passagem da conferência publicada no *Correio Official*, porém, omitiu o trecho em que Ludovico prometeu amparo à Cidade de Goiás. A escritora encerrou a citação com a frase "a velha capital será protegida"[885] e na sequência botou três pontinhos... Não quis informar seu leitor do compromisso celebrado pelo interventor de que manteria o Lyceu e a Escola Normal em Vila Boa. Por que Ofélia escondeu esse relevante fato?

É claro que a lacuna detectada foi intencional e objetivou suprimir do conhecimento público os compromissos assumidos por Pedro Ludovico com a população vilaboense. Os três pontinhos dizem muito...

A narrativa da escritora converteu-se em memória oficial da mudança da capital, ante a força da propaganda do DEIP (Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda). O livro, lançado logo após a implantação da ditadura do Estado Novo, teve, segundo Wilton de Araújo Medeiros, a distribuição de sua primeira edição[886] realizada pelo Serviço de Divulgação do Gabinete do Governo do Estado de Goiás.[887] Nesse aspecto, calha reproduzir a contribuição de Rogério Lustosa Victor:

> O Estado Novo foi ator privilegiado no processo de formação da memória social, em especial por via dos jornais de grande circulação, dado que ele, ao estabelecer controle sobre a imprensa, foi capaz de selecionar representações do passado que foram disponibilizadas a grande número de indivíduos, os quais incorporaram essas representações como se fossem suas. Assim, a partir da imprensa submetida pela ditadura construiu-se uma narrativa bem elaborada acerca do integralismo e fixaram-se as ideias-imagens que marcaram as representações mais compartilhadas relativas ao movimento dos

---

884 Cf. *Correio Official*, Goiaz-Capital, 14 de dezembro de 1932.
885 MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Op. Cit.*, p. 31.
886 Por essa razão, é possível supor que o erário goiano tenha também patrocinado sua publicação.
887 MEDEIROS, Wilton de Araújo. *Goiânia Metrópole:* sonho, vigília e despertar (1933-1973). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, 2010, p. 56.

> camisas-verdes.[888]

O tópico acima, apesar de analisar a representação construída pelo Estado Novo sobre o integralismo, apresenta impressionante similitude com a descrição formatada pela ditadura a respeito da mudança da capital de Goiás.

A obra de Ofélia Sócrates espelha a primeira abordagem histórica sobre a construção de Goiânia, influenciando sobremaneira as análises posteriores e inclusive os estudos acadêmicos,[889] que, de certa forma, reproduzem seus argumentos básicos. Não é à toa que Cristiano Arrais classifica o trabalho como "a principal matriz interpretativa" a respeito da transferência.[890] Por isso, não resta dúvida de que a narrativa do *Como Nasceu Goiânia* convola-se em verdadeiro "mito de origem", conceito magistralmente explicado por José Murilo de Carvalho:

> A criação de um mito de origem é fenômeno universal que se verifica não só em regimes políticos mas também em nações, povos, tribos, cidades. Com frequência disfarçado de historiografia, ou talvez indissoluvelmente nela enredado, o mito de origem procura estabelecer uma versão dos fatos real ou imaginada, que dará sentido e legitimidade à situação vencedora. No caso da criação de novos regimes, o mito estabelecerá a verdade da solução vencedora contra as forças do passado ou da oposição. Se não são abertamente distorcidos, os fatos adquirirão, na versão mitificada, dimensões apropriadas à transmissão da idéia de desejabilidade e de superioridade da nova situação. A mesma distorção sofrerão os personagens envolvidos.[891]

Na construção da versão oficial dos eventos mudancistas os compromissos assumidos – e afinal descumpridos – por Pedro Ludovico Teixeira deveriam ser suprimidos, porquanto poderiam macular a biografia do líder que ainda possuía uma longa carreira política pela frente.

Na época, concomitantemente com o "mito de origem", estava em marcha a edificação de outro processo de mitificação – o do herói. Parodiando Carvalho, "heróis são símbolos poderosos, encarnações de idéias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos."[892] Nem é necessário aduzir que o herói escolhido para figurar no ápice do panteão cívico do estado mediterrâneo foi naturalmente Pedro Ludovico.

---

888 VICTOR, Rogério Lustosa. A política da mídia e o integralismo nas páginas da revista *O Cruzeiro* (1946-1947). *Diario da Manhã*, Goiânia, 03 de agosto de 2012, Opinião Pública, p. 05.

889 OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. As imagens de Goiânia na literatura mudancista. In: CHAUL, Nasr Fayad; DUARTE, Luis Sérgio. (Org.). *As cidades dos sonhos:* desenvolvimento urbano em Goiás. Goiânia: Ed. da UFG, 2004, p. 153.

890 ARRAIS, Cristiano Pereira Alencar, *Op. Cit.*, 2008, p. 92.

891 CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas:* a formação do imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 13-14.

892 CARVALHO, José Murilo de. *Op. Cit.*, 1990, p. 55.

Se a promessa do interventor não tivesse sido sonegada por Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro muito provavelmente algum historiador teria anteriormente enxergado a existência de uma terceira corrente de opinião. Isso porque o compromisso ludoviquista representa importante lastro para a formação do mudancismo condicionado.

Com o mascaramento, entretanto, só após muita pesquisa foi possível observar a lacuna entre o que se publicou no *Correio Official* e o que se registrou no livro citado. A manipulação apenas sucumbiu quando os vários documentos compulsados descortinaram a ocultação perpetrada. Em suma, o "trabalho duro"[893] do historiador a que se refere Ricoeur, isto é, a pesquisa nos arquivos, é de fato a garantia mais segura para a história ampliar, corrigir ou criticar a memória.

Fechado o parêntese, resta assinalar que a promessa interventorial não foi consignada apenas no órgão de propaganda oficial. Em outras duas entrevistas concedidas ao *Lavoura e Comercio,* no ano de 1932, Pedro Ludovico expressa seu ponto de vista:

> – E a mudança da capital?
> – Como já disse um dia ao 'Lavoura', como medico, como goiano, como cidadão, por todos os titulos, em suma, sou favoravel a mudança da capital do Estado para um ponto que se preste para a construção de uma capital moderna. Apezar de tudo, porém, acho que não se deve condenar a atual capital, cujo futuro, no caso de se operar essa mudança, precisa de ser devidamente resguardado.[894]

É verdade que na exposição de março de 1932 Ludovico afirma vagamente que o futuro da Cidade de Goiás "precisa ser devidamente resguardado". Entretanto, sua posição em dezembro do mesmo ano é bem mais enfática e conclusiva, ao afirmar que manteria o Lyceu, a Escola Normal, as companhias do Exército e da Força Pública, bem como "outras repartições que estimulem a sua vida e que lhe emprestem importancia", sem prejuízo de favorecer a urbe "por outros meios tendentes a evitar o seu perecimento":

> – E a velha capital, não será resguardada por medidas que visem a sua proteção?
> – Perfeitamente. Tenho promessa formal do general Espirito Santo Cardoso (ministro da guerra), de destacar para ali um batalhão do Exercito, do qual deverá ser embarcada já uma compania, com a incumbencia de fazer os preparativos para o alojamento da tropa. Por minha parte, deixarei na atual capital goiana uma compania de policia, a Escola Normal, o Liceu Goiano e outras repartições que estimulem a sua vida e que lhe emprestem importancia. A velha capital, alem disso, será favorecida por outros meios tendentes a evitar o seu perecimento.[895]

E não é só. Mais provas corroboraram o "solene" compromisso assumido pelo interventor de amparar sua terra natal e deixar ali "algumas centelhas de progresso ou algum signal

---

[893] RICOEUR, Paul. *Op. Cit.*, p. 156.
[894] Cf. *Lavoura e Comercio*, Uberaba, 26 de março de 1932.
[895] Cf. *Lavoura e Comercio*, Uberaba, 07 de dezembro de 1932.

de vida e incentivos”:

> O Sr. Dr. Pedro Ludovico, a par da sua ideia de remover a séde do Governo para uma cidade moderna e construída a proposito, quer cumprir a solemne promessa feita à velha Villa Boa, onde tem S. Exa. e os demais inexoráveis próceres do mudancismo enterrados os seus preciosos cordões umbilicaes. A promessa feita é de deixar aqui algumas centelhas de progresso ou algum signal de vida e incentivos.[896]

Em idêntico sentido, matéria divulgada, em outubro de 1932, pela *Voz do Povo*:

> o sr. Dr. Interventor tem afirmado que, mesmo que se realize a projetada mudança, nem por isso a velha Goyaz ficará privada de muitos estabelecimentos e instituições que, não sendo indispensaveis à formação da nova Capital, constituem expressões de progresso e elementos de vitalidade para a velha Vila-Boa. Isso mesmo o nosso preclaro dirigente fez sentir com a publicação inserta no “Correio Official” de Julho último.[897]

O texto assinado com o pseudônimo Saturno,[898] publicado no veículo de comunicação redatoriado por eminentes integrantes do situacionismo anhanguerino – Irany Alves Ferreira, Celso Hermínio Teixeira e Gercino Monteiro –, solapa eventual hesitação sobre a verbalização das promessas ludoviquistas:

> Quem não se lembra da promessa feita, em discurso, pelo sr. dr. Pedro Ludovico, quando da realização do Congresso das Municipalidades, nesta Capital, de que não transferiria a séde do governo sem deixar Vila Boa aparelhada para receber o duro golpe de ser despojada das suas prerrogativas? Todos nos lembramos dessa promessa, e estamos crentes em que ela não foi esquecida. Mas, se esperamos que o governo estadual encare com atenção o futuro da velha Capital, devemos nós todos – todos os que podem trabalhar o bem de Vila Boa – batalhar por que ela não se torne em ruinas.[899]

Em artigo divulgado no periódico ipamerino, o Capitão Azevedo Filho assinala:

> Abençoado por todos que desejam ver o nosso rico estado prospero e cobiçado, o nome do Dr. Pedro Ludovico Teixeira é pronunciado com alegria e satisfação. Empresarios e operarios, industriais e comerciantes, civis e militares estão contentes com o raiar da auróra nos horizontes goianos. Não que Vila Bôa seja indigna da grandesa do nosso rincão. Não. Para isso, ai está a declaração formal do seu digno filho, timoneiro da náu governamental revolucionaria de Goiás. Ele não regateará os meios a seu alcance para melhora-la cada vez mais. Das almas grandes a nobresa é essa.[900]

O testemunho do prefeito da Cidade de Goiás, Joaquim da Cunha Bastos, prestado ao

---

[896] Cf. *Voz do Povo*, Goyaz, 16 de abril de 1933.
[897] Cf. *Voz do Povo*, Goyaz, 02 de outubro de 1932.
[898] Não conseguimos identificar quem se utilizava deste pseudônimo.
[899] SATURNO. Por Vila Bôa. *Folha de Goiaz*, Goiaz, 29 de dezembro de 1935.
[900] AZEVEREDO FILHO, Capitão. A nova capital de Goiás. *Ipamerí*, Ipamerí-Goiaz, 28 de maio de 1933.

justificar os motivos pelos quais aceitara o convite do interventor Pedro Ludovico Teixeira para assumir a administração pública municipal, auxilia na elucidação: "Foi quando ouvi daquele administrador a promessa de que não desampararia nossa velha e querida cidade e que tomaria todas as providencias e cautelas necessarias à sua conservação e progresso, de maneira que a não affectasse a mudança projectada."[901]

Poucas linhas antes, Cunha Bastos, ao avaliar a gestão da junta provisória e de Pedro Ludovico, reconhecia em ambas a vontade leal de tornar realidade as pregações aliancistas, acrescentando: "administrador honesto é o que não mente às promessas effectuadas, não abandona diretriz que se traçara e lhe valera o apoio da opinião publica."

Nessa mesma direção, o seguinte trecho da matéria veiculada no *Correio Official*: "O sr. dr. governador do estado tem sido acoimado, injustamente, de inimigo desta cidade, pelo fato de estar construindo nova *urbs*.[...] Isso, apesar de ter s. excia., *mais de uma vez*, declarado que aquela sua resolução não implica o abandono da velha cidade de fundada por Bartolomeu Bueno."[902]

Por último, na ocasião em que o *Correio Official* enaltece a atitude política assumida por Joaquim da Cunha Bastos, logo em seguida à terceira vitória eleitoral pesserrista em Vila Boa, é divulgada uma matéria jornalística intitulada "Um gesto tocante de amor à terra natal – O Prefeito de Goiaz apela para o Governo do Estado no sentido de não deixar em abandono a velha Capital e o Governador Pedro Ludovico reafirma os seus propositos de tudo fazer pelo progresso de Vila-Bôa". Na sequência, emerge a relevante informação:

> Envez de mover campanha sistematica à idéa moça que estrugia, preferiu obter da administração estadual o compromisso de que não abandonaria ela a sua velha cidade. E agora, quando se transfere a séde do Executivo, ao ouvir o ilustre Prefeito a palavra de ordem, com a mesma disciplina, calando talvez, um justo ressentimento, não procura iludir os seus munícipes ante a evidencia dos fatos. Num gesto de tocante amor à terra natal, reaviva a promessa de que a sua estremecida cidade não ficará ao abandono. E a resposta do Governador Pedro Ludovico vem como um desabafo, daquele filho de Vila Boa, de um sentimento recalcado diante de um imperativo maior que a coletividade inspirou. Eis o telegrama que o sr. Prefeito Joaquim de Bastos acaba de receber do sr. dr. Pedro Ludovico: *Prefeito Joaquim da Cunha Bastos Goiaz. Campinas, 10 – Atendendo ao vosso pedido e aos meus proprios sentimentos com relação à velha Cidade em que nasci, farei todos os esforços para evitar a sua decadencia, motivada pela transferencia da séde do governo para Goiânia. Cordiais saudações. PEDRO LUDOVICO Governador.*[903] [destaques do texto original]

Como dois similares quadros de um mesmo painel histórico, em Minas Gerais, os anais de sua primeira Constituinte também noticiaram que o governador Cesário Alvim

---

[901] BASTOS, Joaquim da Cunha. A mudança da Capital. *A Colligação*, Goyaz, 30 de setembro de 1934.
[902] Cf. *Correio Official*, Goiaz-Capital, 25 de junho de 1935.
[903] Cf. *Correio Official*, Goiaz-Capital, 13 de dezembro de 1935.

intencionava salvaguardar os interesses de Vila Rica:

> A este respeito recordo-me que, em conversação com o illustre sr. dr. Cesario Alvim, quando governador aqui, ouvi de s. exc. o esclarecido proposito em que estava de, na previsão ou receio de triumphar mais tarde a recente propaganda para a mudança da capital, – salvaguardar a sorte de Ouro Preto, dando-lhe vida com o desenvolvimento de algumas industrias já iniciadas e com a fundação de emprezas, que de modo efficaz se consagrasse à viticultura em grande escala e à exploração das opulentas e inesgotaveis riquezas minerais deste solo. Neste elevado e generoso intuito s. exc. iniciou alguma cousa, mas não pôde infelizmente proseguir em tão patriotico empenho por ter sido curta sua administração.[904]

É mais uma aproximação entre as duas trajetórias.

III.4 – Veto à indenização aos proprietários

De novo, a experiência além-Paranaíba será mobilizada. Em Minas, quando o Congresso Constituinte de 1891 debateu a transferência, Ouro Preto já contava com eficientes serviços sanitários.

Segundo Alberto Fonseca e Prado Filho, em 1884, o engenheiro Gustavo Adolpho Wurffbain confeccionou relatório sobre o abastecimento de água e coleta de esgoto em Vila Rica que, entretanto, não foi aceito.[905] Três anos depois, o diretor-geral de obras públicas da província mineira, José de Castro Teixeira Gouvêa, esteve em Niterói e entabulou negociação com o engenheiro Victor Francisco Braga Mello, que aceitou a incumbência de elaborar um novo projeto.

O plano de Braga Mello foi aprovado e executado. Em setembro de 1890, o abastecimento de água e os serviços de coleta e de tratamento de esgoto de Ouro Preto foram definitivamente inaugurados. Por isso, Fonseca e Prado Filho acentuam o pioneirismo do empreendimento ouropretano: "Todo o esgotamento sanitário era realizado por gravidade e conduzido para os Tanques de Desinfecção da Barra, os quais, sem dúvida, podem ser considerados a primeira estação de tratamento de esgotos de Minas Gerais e uma das primeiras do Brasil."

A capital montanhesa ser servida no alvorecer da República com sistema de tratamento de esgoto realmente constitui fato extraordinário, uma vez que tal melhoramento hoje ainda é um distante sonho para inúmeros municípios brasileiros, que geralmente descartam *in natura* seus efluentes nos cursos d'água.

---

[904] VEIGA, Xavier da. Discurso pronunciado na 10ª sessão ordinária do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais aos 09 dias do mês de maio de 1891. In: *Annaes do Congresso Constituinte do Estado de Minas Geraes de 1891*. Ouro Preto: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1896, p. 182.

[905] FONSECA, Alberto; PRADO FILHO, José Francisco do. *Um esquecido marco do saneamento no Brasil*: o sistema de águas e esgotos de Ouro Preto (1887-1890). Rio de Janeiro: História, Ciências, Saúde Manguinhos, jan/mar/2010, vol. 17, nº 1, p. 14.

O discurso pronunciado na primeira Constituinte mineira pelo senador estadual Xavier da Veiga, "representante das aspirações, direitos e legítimas queixas de Ouro Preto", no seu próprio dizer, confirma a informação:

> Entretanto, repito, agora, que si tratava de fazer alguma cousa, com relação a melhoramentos necessarios a Ouro Preto, já dotada de esgotos, canalização d'agua, agora que se renova, melhorando notavelmente, o calçamento das ruas, é justamente nesta occasião, quando parecia que a administração accordava solicita, em seu beneficio, que se vem impedir esta acção benefica, que se vem paralysar o esforço para um fim tão util, necessario e urgente, agitando-se de novo a propaganda injusta, desorganisadora, importuna e desastrosa da mudança da capital!!![906]

Malgrado as obras de saneamento ambiental nominadas, é oportuno registrar que Ouro Preto desde os estertores da fase imperial já era alcançada pelos trilhos da estrada de ferro D. Pedro II.[907] Segundo Mantovani, a presença da ferrovia, expressão maior de modernidade à época, era vista por determinados grupos da sociedade mineira como fator decisivo para a manutenção do governo em Vila Rica.[908]

Portanto, no instante em que o terremoto mudancista atinge os limites de Ouro Preto, levado pelo movimento sísmico republicano, o espaço urbano da capital mineira encontrava-se muito bem resguardado. Os melhoramentos implementados em Vila Rica foram realizados *a priori* em relação à transferência.

Em Goiás não. A população vilaboense encetou negociação para a realização de benefícios no município como uma medida indenizatória à perda do título, mas que só seriam edificados *a posteriori* à retirada dos poderes estaduais. Esta temporalidade dissonante entre as duas experiências estaduais caracteriza uma diferença marcante.

Em síntese, a máxima de "melhorar para não mudar" – título aliás da dissertação de Mantovani – não pode ser transposta para a trajetória goiana, porquanto nenhuma benfeitoria de monta foi edificada em Vila Boa antes da transferência. Depois, nem se diga...

Esse favorável quadro sanitário e urbanístico de Ouro Preto com certeza influenciou nos desdobramentos posteriores. Examinando a lei adicional mineira nº 3, de 17 de dezembro de 1893,

---

[906] VEIGA, Xavier da. Discurso pronunciado na 10ª sessão ordinária do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais aos 09 dias do mês de maio de 1891. In: *Annaes do Congresso Constituinte do Estado de Minas Geraes de 1891*. Ouro Preto: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1896, p. 177.

[907] Segundo Affonso Penna, o governo imperial gastou 4.800 contos de réis – quase o orçamento anual de Goiás em 1930 – para a construção da via-férrea. Ver: PENNA, Affonso. Aparte pronunciado na 31ª sessão extraordinária do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais aos 07 dias do mês de junho de 1891. In: *Annaes do Congresso Constituinte do Estado de Minas Geraes de 1891*. Ouro Preto: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1896, p. 453.

[908] MANTOVANI, André Luiz. *Melhorar para não mudar*: ferrovia, intervenções urbanas e seu impacto social em Ouro Preto-MG, 1885-1897. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007, p. 165.

infere-se que a capital não recebeu nenhum melhoramento. Todavia, o parlamento assentiu com a ideia de se indenizar os proprietários urbanos:

> Art. 2º. Fica o governo auctorizado: [...] § 8º. A conceder, a titulo gratuito, a cada um dos actuaes proprietarios de casas em Ouro Preto, situadas no perímetro estabelecido para cobrança do imposto predial no exercício de 1890, um lote de terreno para edificação.
> Art. 3º. As concessões de lotes gratuitos, que não poderão ser contíguos, terão a clausula de fazerem os concessionários as edificações dentro de dois annos, depois da approvação da planta da cidade, sob pena de caducidade da concessão.[909]

A medida, de notável inteligência, não só amorteceu o natural prejuízo que suportariam os proprietários ouropretanos com a desvalorização de seus imóveis como, ao mesmo tempo, fortaleceu a cidade que nascia, graças ao dispositivo que impunha ao dono de lote a obrigação de iniciar a edificação dentro de dois anos, contados a partir da aprovação da planta da nova urbe.

A compreensão emergiu nos debates da Constituinte de 1891, consoante comprova a sugestão preconizada por Viriato Mascarenhas:

> Sou, pois, adepto da mudança da capital, não por consideral-a medida simplesmente de luxo – porém de necessidade, como à saciedade tem-se provado nesta casa *(apoiados e apartes)*. Mas, é preciso que o Congresso na solução deste importante problema – não perca de vista à questão economica sob duas faces, representando uma, o capital que tem a annullar-se: a velha capital; a outra, o capital que tende a reproduzir-se: a nova capital. Entendo que esta solução deve ser encaminhada por tal fórma que sejam acautelados os importantes interesses de Ouro Preto, de modo que não se annulle o capital aqui empregado. (...)[910]

O exemplo montanhês inspirou os próceres mudancistas de Goiás. O médico Laudelino Gomes ressaltou: "Ora, a pensar-se nisso [na capital], a sua mudança se impõe de tal modo, ainda que o governo se responsabilizasse para dar a quem possuísse o seu prédio, um outro na nova capital. Seria muito razoável esse procedimento."[911]

O esboço do programa do Partido Social Republicano trazia em sua 18ª tese a sintética previsão: "Nova sede para o governo - Mudança da capital do Estado."[912] O plano final aprovado nos primeiros dias de 1933 pelo congresso pesserrista, todavia, acrescentou uma compensação aos proprietários da Cidade de Goiás:

> Mudança das capitais federal e do estado – Manutenção do art. 3º da Constituição Federal de 1891, quanto à mudança da Capital Federal para o Planalto Central, e construcção da

---

909 BARRETO, Abílio. *Bello Horizonte: memoria historica e descriptiva*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1928, p. 403.

910 MASCARENHAS, Viriato. Discurso pronunciado na 10ª sessão ordinária do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais aos 09 dias do mês de maio de 1891. In: *Annaes do Congresso Constituinte do Estado de Minas Geraes de 1891*. Ouro Preto: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1896, p. 165.

911 ALMEIDA, Laudelino Gomes de. *Op. Cit.*, 1932.

912 Cf. *Correio Official*, Goiaz-Capital, 21 de janeiro de 1933.

> Capital do Estado em local escolhido pela comissão nomeada pelo Governo, adotando, esta, medidas que suavizem, tanto quanto possível, os prejuízos por ventura causados aos proprietários desta cidade com a transferência da séde do governo.[913]

O *Lavoura e Comercio,* atento aos eventos aquém-Paranaíba elogiou a deliberação: "O PSR, recém-formado em Goiás, composto das mais prestigiosas figuras do Estado, por sua vez, adotou, em seu programa, a tese da mudança da capital, resguardando, inteligentemente, o direito dos proprietarios da atual capital, que não podem ser sacrificados com a execução dessa medida".[914]

A despeito da boa acolhida do programa pesserrista, certo é que a administração resolveu não levar a cabo o citado lenitivo aos proprietários, preferindo acautelar os interesses do município prejudicado, bem como dos servidores públicos estaduais com domicílio obrigatório na metrópole, nos termos da previsão do art. 2º do decreto nº 3.359, de 18 de maio de 1933:

> Art. 2º. O Governo do Estado entender-se-á com o município de Goiás sobre o emprego dos meios de proteção à cidade, atual sede da administração pública, resguardando-a da decadência.
> § único – Aos proprietários de imóveis, entretanto nenhuma indenização se fará a pretexto de mudança da sede do Governo, mas aos funcionários públicos, com domicílio necessário na capital do Estado, será concedido um lote na área, segundo as prescrições do regulamento geral que se baixará sobre o assunto.[915]

Não se sabe a razão pela qual o estado de Goiás desviou-se da receita mineira nesse particular. Podem-se aventar algumas hipóteses, como, por exemplo, a impossibilidade de o erário goiano renunciar a vultosos recursos financeiros provenientes da venda de lotes da futura cidade. Mas tal hipótese é apenas uma suposição. O concreto mesmo é que o aludido art. 2º representou relevante marco na história da mudança da capital goiana, particularmente no esforço pela preservação da Cidade de Goiás.

III.5 – A luta pelo saneamento ambiental

O propósito de dotar Vila Boa com sistema de água potável e rede de esgoto remonta a tempos idos. Ao longo da era republicana, empreenderam-se diversas tentativas para sua realização. Passando em revista às diversas ocorrências verificadas, há registros de mobilização em prol do saneamento ambiental em todas as décadas após o 15 de novembro de 1889, a começar pela mensagem encaminhada pelo governador Rodolfo Gustavo da Paixão à Câmara Legislativa em 1891:

---

913 Cf. *Correio Official*, Goiaz-Capital, 04 de fevereiro de 1933.
914 Cf. *Lavoura e Comercio*, Uberaba, 13 de fevereiro de 1933.
915 SABINO JÚNIOR, Oscar. *Goiânia Documentada*. São Paulo: Edigraf, 1960, p. 74.

> Impressionando-me as pessimas condições sanitarias da capital, dirigi ao ministerio do interior o officio constante do annexo n. 2, pedindo um auxilio de 50:000$000 rs. que me foi logo concedido para melhoral-as. Resolvi empregar no abastecimento de agua, uma das mais palpitantes necessidades, o credito que me foi posto à disposição; o serviço, porem, tomando em minha ausencia direcção diversa da que lhe havia imprimido, acha-se muitissimo atrazado.[916]

O atraso na construção da obra, ressaltado por Rodolfo da Paixão, será uma constante no extenso itinerário da difícil empresa. O jornal anapolino *Voz do Sul* aponta, sem entrar em maiores detalhes, o esforço empregado por um prefeito vilaboense em 1907:

> Quem tiver tempo de ler os jornaes antigos poderá acompanhar nos periodicos de 1907 os esforços inuteis empregados por um illustre medico, então prefeito, para realizar em Goyaz os serviços de agua e esgotto. Teve que desistir. A pedreira em que a velha cidade ergueu as suas esborcinadas taipas duas vezes centenaria reagiu contra a hygiene e o conforto. O escudo granitico impede que a cidade se modernize.[917]

Na mensagem de 1914 enviada ao Congresso Legislativo, o governador Olegário Pinto informa à população que nomeara o engenheiro Francisco Lins de Oliveira Chaves para a realização dos estudos necessários, mas o profissional, por motivos alheios à sua vontade, não pôde continuar a missão:

> Não pode mais ser adiado o serviço do abastecimento d'agua potavel nesta Capital. Muitas tem sido as tentativas para a realização desse importante melhoramento. Por motivos diversos, infelizmente, não tem sido possivel leval-o a effeito. Assumindo a Presidencia do Estado, procurei estudar com cuidado o assumpto. Tendo o Conselho Municipal votado uma lei autorizando o Intendente a entrar em accordo com o Governo do Estado a respeito do abastecimento d'agua, entendi, antes do mais, convidar um profissional para se encarregar dos estudos respectivos. De facto, convidei o Eng. Francisco Lins Oliveira Chaves, que acceitando o convite feito, veio a esta Capital. Por Dec. n. 3949 de 17 de setembro de 1913, foi esse profissional nomeado para o cargo de Engenheiro do Estado. Poucos dias depois de ter assumido o exercicio de seu cargo foi obrigado por motivos alheios à sua vontade a seguir immediatamente para Pernambuco. Por Dec. n. 3498 de 27 de dezembro de 1913 declarei sem effeito a nomeação. Não tendo a quem encarregar desse serviço, fui forçado, a contra gosto, espaçar ainda por mais algum tempo a solução dessa questão que é de palpitante necessidade. O que posso garantir por informações, que reputo seguras, é que a agua do rio Bacalhau é suficiente para abastecer a actual população desta Capital. Penso que o Congresso, não deixará de providenciar no sentido de ser consignada, ao menos, uma verba para os estudos completos e definitivos de tão importante emprehendimento.[918]

O governador João Alves de Castro assumiu o governo com a pretensão de construir na capital toda infraestrutura urbana necessária, nomeadamente iluminação elétrica, canalização de

---

[916] GOIÁS. Mensagem dirigida à Camara Legislativa de Goyaz pelo governador do estado Major Dr. Rodolpho Gustavo da Paixão no dia 5 de dezembro de 1891. In: *Memória Goianas,* nº 15. Goiânia: Ed. UCG, 2002, p. 97.

[917] Cf. *Voz do Sul*, Annapolis, 30 de junho de 1935.

[918] GOIÁS. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de Goyaz pelo Dr. Olegário H. da Silveira Pinto em 13 de maio de 1914*. Goyaz: Typ. do Estado de Goyaz, 1914, p. 40-41.

água e rede de esgoto, o que explica a edição da Lei Estadual nº 553, de 16 de julho de 1917:

> Art. 1º – Fica o Poder Executivo auctorizado a contractar com quem mais vantagens offerecer os serviços de illuminação electrica, agua, e esgotos da Capital, bem como a installação de fabricas de tecidos, fumo e outros que concorram para o desenvolvimento da agricultura do Estado, podendo dar garantias de juros de seis por cento sobre o capital empregado a Juízo do Governo. § único – A garantia de juros não poderá ser sobre quantia superior a dez mil contos.
> Art. 2º – Para a execução da 1ª parte do art. 1º, o Governo entrará em accordo com o Conselho Municipal.[919]

Dessa forma, o estado de Goiás assumiu a responsabilidade[920] de dotar sua capital dos melhoramentos urbanos de que ainda necessitava. Contudo, salvo a iluminação elétrica, os outros dois serviços públicos ainda pareciam uma realidade distante em 1918: "Apezar dos esforços do governo para dotar a nossa Capital deste grande e inadiavel melhoramento, conforme fui autorizado pela lei n. 553, de 16 de julho do anno passado, nada consegui ainda. Encerrou-se a concurrencia sem que apparecesse quem quizesse se incumbir de lavrar contrato."[921]

Cristina Helou Gomide menciona trechos da ata da 10ª sessão ordinária da oitava legislatura da Assembleia Legislativa de 1919: "Art. 4 – Fica o governo autorizado: […] c) a despender até a quantia de quinze contos de réis com os estudos, plantas e orçamento de todas as despesas relativas ao serviço de água e esgoto desta capital."[922]

Vê-se, portanto, que apesar das várias iniciativas governamentais, no ano de 1919 a efetivação dos melhoramentos ainda patinava na fase preliminar de estudos técnicos.

Na década seguinte, ao comentar a provável posse do intendente eleito da Cidade de Goiás, Arnulpho Ramos Caiado, marcada para o dia 1º de novembro de 1927, o jornal *O Democrata* registra:

> Houve, porém, uma necessidade que escapou ao espirito atilado do operoso administrador que, estamos certos, não teve o desejado carinho, por exiguidade não só de tempo como também, de recursos orçamentarios; essa necessidade é a que se refere aos serviços de

---

[919] GOIÁS. *Collecção das leis do Estado de Goyaz saccionadas no anno de 1917,* tomo XXIV. Goyaz: Typographia do Correio Official, 1917, p. 29-30.

[920] O município de Goiás passou a responsabilidade da execução dos serviços de água, esgoto e iluminação pública para o estado de Goiás, nos termos do art. 1º da lei municipal nº 441, de 12 de dezembro de 1918: "Art. 1º – Os serviços de abastecimento d'agua, exgottos e iluminação publica da capital, ficam a cargo do governo do Estado, que os poderá contractar, nos termos da lei nº 553, de 16 de julho de 1917, desistindo o Municipio de fazer esses serviços." In: MUNICÍPIO DE GOIÁS. *Collecção de Leis Municipais da Capital de Goyaz (1915-1919)*. Goyaz: Imp. Official C. Alves Pinto, 1921, p. 140.

[921] GOIÁS. *Mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Estado de Goyaz pelo Presidente do Estado Desembargador João Alves de Castro na 2ª sessão da 8ª legislatura em 13 de maio de 1918*. Goyaz: Typ. do Correio Official, 1918, p. 43.

[922] GOMIDE, Cristina Helou. *História da transferência da capital de Goiás para Goiânia*. Goiânia: Editora Alternativa, 2003, p. 22.

> abastecimento d'agua e de rêde de esgotos. Actualmente são esses os theoremas maximos da Capital goyana, cujo progresso já está transpondo as suas portas. O administrador, que despender energias apenas em resolver estes dois assumptos terá feito tudo em prol desta terra. Para taes melhoramentos é que pedimos as attenções do futuro chefe do executivo municipal.[923]

Depreendem-se dessas notícias que os serviços sanitários na Cidade de Goiás simbolizavam uma grande aspiração dos vilaboenses, a ponto de a imprensa dizer que os benefícios eram os "theoremas maximos da Capital goyana." Na mesma matéria, o periódico do senador Antônio Ramos Caiado atira um veemente requerimento ao próximo alcaide: "Si o proximo quadriennio fôr todo dedicado a esses dois serviços, isto é, abastecimento d'agua e rêde de esgôtos, pensamos ter-se-ão attendido os justos anseios de uma população cujo soffrimentos são horriveis, especialmente nos mezes, como agora, em que a sêcca é rigorosa."

Pouco tempo depois, a gazeta democrata volta suas baterias novamente para o assunto, agora, porém, pontificando que o problema sanitário significava uma das maiores preocupações do novo intendente Arnulpho Ramos Caiado. Esclarece que a questão vinha sendo descurada por completo ao longo dos anos e "cada vez mais se impõe a necessidade imprescindivel daquelles melhoramentos, que devem occupar logar precipuo em qualquer plano de administração, pouco importando os embaraços e difficuldades que se antolhem à sua solução."[924]

Em seguida, *O Democrata* adverte quanto à grave deficiência urbana: "trata-se de um problema de importancia capital, diremos mesmo de interesse vital, em que devem todos collaborar, governo e povo, dando-se todos a mão para uma acção comum, energica e disciplinada."

Ao que parece, em virtude do descompasso entre o orçamento da municipalidade e o custo dos melhoramentos almejados, o governador Brasil Ramos Caiado, em 1928, comunica que a tarefa seria realizada pelos cofres estaduais, queixando-se, no entanto, que nenhum proponente se apresentara para a arrematação dos serviços públicos:

> Dando cumprimento ao disposto na lei 553 de 16 de julho de 1927 [1917] o governo do Estado providenciou, por um de seus orgãos administrativos a Secretaria das Obras Publicas, para a publicação do edital, chamando concurrentes para arrematação do serviço de fornecimento dagua e construcção de uma rede de esgoto nesta Capital. Comquanto sejam garantidos pela administração estadual os juros de 6% ao anno do capital empregado na realização dessa obra, até a presente data nenhum proponente se apresentou. No caso em que ninguem se proponha à realização desse serviço de tão grande alcance, que, por si só, é bastante para recommendar uma administração pública o governo estadual tomará a si o encargo, correspondendo assim à confiança que lhe tem sido testemunhada pelos goianos.[925]

---

923 Cf. *O Democrata*, Goyaz, 07 de outubro de 1927.
924 Cf. *O Democrata*, Goyaz, 21 de janeiro de 1928.
925 GOIÁS. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo a 13 de maio de 1928 pelo exmo. sr. dr. Brasil Ramos Caiado, Presidente do Estado de Goyaz*. Goyaz: Typ. do Correio Official, 1928, p. 21.

Pelo visto, só a concessão da iluminação elétrica é que estimulou algum interesse. No entanto, esses privilégios concedidos pelo estado à capital carrearão uma indisfarçável malquerença dos goianos do interior para com a bicentenária urbe. Acerca do assunto, é conveniente frisar que as subvenções dos cofres públicos estaduais às suas sedes administrativas era prática usual nas demais unidades federativas, especificamente em Minas Gerais e Mato Grosso. De igual forma, a União despendera vultosos recursos na modernização do Rio de Janeiro.

A peleja pelo saneamento básico não apresentou nenhuma interrupção com o advento do movimento revolucionário de 1930. Nesse sentido, o secretário particular do interventor, Ernani Cabral, sugeriu uma solução original: a fundação "de uma sociedade anonima, com ações de 50$000, para dotar a Capital de agua encanada."[926] Segundo Ernani, a aquisição de módicas ações pelos goianos e pela municipalidade impulsionaria a ideia. Ao final, conclamou: "Goianos, mãos à obra! Reunam-se. E deem agua encanada à Capital".

No ano seguinte, a *Voz do Povo* anunciou que o interventor Pedro Ludovico estaria interessado em abastecer os lares vilaboenses com água potável. De acordo com a reportagem, a operação mais eficiente para esse fim seria a junção das águas do rio Uru com as do rio Vermelho. Prosseguindo, aduziu: "domingo ultimo, diversos cavalheiros desta capital, entre os quais se notavam alguns profissionais versados no assunto, foram, a convite dos exmos. srs. drs. Interventor Federal e Secretario Geral, até o rio Urú, no ponto em que atravessa a estrada que liga à cidade de Itaberai."[927]

Chegando ao Uru, a comissão iniciou pesquisas relacionadas ao volume d'água e à diferença de nível em relação à capital, "diferença essa que é bastante animadora, pois é quasi de 200 metros." Mas não foi só. Consoante a matéria jornalística, a comitiva desceu, em exploração, o rio Uru, no intuito de examinar as condições topográficas da região que separa o curso d'água da bacia do rio Vermelho.

Após a excursão, Ludovico ouviu a opinião de Jerônimo Fleury, Iron da Rocha Lima e Francisco Ferreira Azevedo, que ministraram as seguintes conclusões: a) é possível o aproveitamento das águas do rio Uru, malgrado não poderem apresentar um custo do empreendimento; e b) um profissional deve estabelecer a "linha de menor inclinação que, partindo das margens do rio Uru, fosse terminar em uma vertente qualquer do rio Vermelho."

O texto jornalístico segue informando que, frente aos postulados apontados pelos técnicos, o interventor federal, "que muito se interessa pela solução do problema", nomeou o

---

926 CABRAL, Ernani. Agua encanada à Capital!. *Voz do Povo*, Goyaz, Capital, 18 de setembro de 1931.
927 Cf. *Voz do Povo*, Goyaz, Capital, 11 de setembro de 1932.

engenheiro Jerônimo Fleury para confeccionar os estudos preliminares. O último parágrafo enaltece a aparente demonstração de interesse do governo estadual:

> Estão, pois, de parabens os habitantes desta capital pelo grande interesse que o sr. dr. Interventor está demonstrando pelo serviço de nosso abastecimento d'agua, serviço esse que, empreendido e levado a efeito, constituirá para a administração, honesta, modelar e progressista do dr. Pedro Ludovico mas esse titulo que o recomendará à gratidão da terra que o viu nascer e que tanto tem sabido honrar e dignificar.

Em 1932, o jornal de Mário Caiado pontifica: "Urge que se proceda a um proficiente estudo para o abastecimento de agua, construção de esgotos, etc. Antes disso não se pode afirmar a impraticabilidade desses melhoramentos essenciais, o que viria, então, justificar a questionada mudança da capital goiana."[928]

Após a fundação do Partido Social Republicano, cada município goiano constituiu seu núcleo partidário local. A seção da capital formou-se no dia 07 de março de 1933, sob a denominação de Partido Republicano Municipal. A respeito do evento político-partidário, conta o memorialista Luiz Confúcio da Cunha Bastos:

> A Capital de Goiás viveu algumas horas de grande emoção: fundava-se o partido municipal. No salão nobre da Faculdade de Direito, tudo o que era de representativo na velha cidade de Bartolomeu Bueno, compareceu: altos funcionários, grandes políticos, o comércio, lavradores, fazendeiros, classe operária, senhoras e senhoritas de elevada posição social, estudantes de todas as escolas. Foi uma grande noite para Goiás. Fundava-se o partido municipal: o seu desideratum consta do programa espalhado e publicado na *Voz do Povo*.[929]

E é justamente o programa delineado pelo Partido Republicano Municipal que estabelece pragmaticamente o plano de salvaguarda da capital. O manifesto,[930] submetido à apreciação do interventor, posicionava-se contra a retirada dos poderes de Vila Boa e propunha uma série de melhoramentos na metrópole – exatamente 16 –, entre eles a sonhada construção da rede de esgoto e do encanamento de água potável. Aqui, encontra-se o bosquejo de proteção da Cidade de Goiás e o leme por onde os pesserristas vilaboenses nortear-se-iam durante a procela mudancista. Devido à importância do documento para o presente trabalho, ele será reproduzida quase na íntegra:

> Os abaixo assignados, solidários com o programa do Partido Social Republicano, excepto quanto à these – mudança da Capital – convidam ao nobre eleitorado – cidadãos, senhoras e senhoritas, alistados ou ainda por se alistarem a se inscreverem no Partido Republicano

---

928 Cf. *Voz do Povo*, Goyaz, 10 de julho de 1932.

929 BASTOS, Luiz Confúcio da Cunha. *Estudo Genealógico da Família Bastos*. [S.l.:s.n.], [s.d.], p. 23.

930 Manifesto do Partido Republicano Municipal assinado por 12 (doze) líderes, entre eles Mário de Alencastro Caiado, Joaquim da Cunha Bastos, Virgílio José de Barros, Hermógenes Coelho e João José Coutinho. O programa estabelece 16 (dezesseis) objetivos, todos em prol de melhoramentos na capital do estado.

> do Município da Capital de Goyaz, que se vai fundar sob as seguintes bases: [...] 2º) Promover o saneamento, embelezamento, remodelação da cidade, fundando todos os meios de diversão e tornando-a um centro de atração e movimento social, literario e mercantil; [...] 8º) Cooperar para o abastecimento d'água à Capital e construção de suas redes de exgotos; […] A inscrição no "Partido Republicano" mediante a assignatura em livro proprio para esse fim destinado, na Redação da "Voz do Povo", constituirá solemne compromisso em prol da realisação desse programa. Feita a inscripção do eleitorado, terá logar a eleição do respectivo directorio em dia que for designado. Goyaz, 20 de fevereiro de 1933. […] N.R. - Ninguem que habite o territorio Goyano – estamos certos, poderá censurar um programa politico na accepção desta palavra como o que agora acaba de ser esboçado pelos cidadãos que o subscrevem. Divergindo seus signatários, apenas, da debatida these – mudança da Capital – excepção esta aliás, racionalmente aceita mas até sugerida pelo alto senso do nobre Interventor Federal, a cuja apreciação foi previamente submetido. Esses eminentes politicos que acabam de ellaborar o programma traçado para a administração do municipio, nada mais fizeram do que demonstrar o seu acendrado patriotismo e, bem assim, o culto que devotam ao seu torrão, pugnando de modo tão eloquente pelos altos interesses que visam indubitavelemnte o seu engrandecimento.[931]

Avulta a austeridade do texto quando proclama: "a inscrição no 'Partido Republicano' (...) constituirá solemne compromisso em prol da realização desse programa." O conteúdo do manifesto, além de desnudar a mentalidade dos vilaboenses que apoiavam o governo estadual, ainda revela a causa de conflitos políticos ulteriores motivados pela execução do projeto mudancista. A rigor, seria difícil compreender o mudancismo condicionado e os episódios relacionados a ele sem a devida meditação sobre as balizas fixadas no manifesto extratado.

Na eleição de 03 de maio de 1933, deduz-se claramente que a promessa de abastecimento de água à população da Cidade de Goiás fora pronunciada, pairando dúvida apenas quanto à sua autoria, isto é, se enunciada pelo prefeito municipal, governador, ou ambos, hipótese esta última, aliás, mais provável em época eleitoral:

> O nosso amigo Cel. Joaquim de Bastos, digno e operoso Prefeito Municipal, faz ciente à população desta Capital que os trabalhos do abastecimento d'água à mesma Capital ainda não se iniciaram, em virtude de não haver conseguido pelos meios suasórios a aquisição do terreno donde verte a água do córrego Manoel Gomes, como a princípio pareceria lhe facilitar a respectiva proprietária. O projecto em foco não pode pois em razão dessa causa inesperada ser considerado como promessa de véspera de eleição; declara entretanto que, está diligenciando para a realização dessa aquisição afim de serem atacados os referidos trabalhos.[932]

O médico Luiz Confúcio da Cunha Bastos, ao elencar as realizações administrativas da gestão de seu genitor como prefeito, verberou: "remodelou o serviço de água e esgoto do Mercado Público; [...] iniciou a canalização de água e esgoto da cidade de Goiás;"[933]

As ações desenvolvidas pelo prefeito Joaquim da Cunha Bastos, personagem praticamente subtraído das narrativas históricas, serão focalizadas a seguir no afã de demonstrar o

[931] Cf. *Voz do Povo*, Goyaz, 26 de fevereiro de 1933.
[932] Cf. *Voz do Povo*, Goyaz, 13 de maio de 1933.
[933] BASTOS, Luiz Confúcio da Cunha. *Op. cit.*, p. 22.

seu empenho em carrear melhoramentos para Vila Boa. Para tanto, as lições dos pensadores da escola micro-histórica e do coronelismo serão utilizadas.

A desconsideração com o enfoque municipalista em alguns estudos históricos representa notável equívoco, máxime na abordagem em apreço. Perceber a dimensão dos eventos municipais e aquilatá-los no quadro estadual e às vezes no nacional é frequentemente missão penosa, mormente pela escassez de fontes.

Contudo, ao se aperfeiçoar o olhar microscópico, a perspectiva local transforma-se em campo fértil à produção de novas leituras. Assim pensando, o pesquisador do passado inevitavelmente se deparará com a chamada escola da micro-história, entendida como prática essencialmente baseada na redução da escala de observação, na análise microscópica e no estudo intensivo do material documental.[934]

Giovanni Levi, expoente da referida escola, ensina que o princípio unificador de toda investigação micro-histórica é a crença de que a observação microscópica desvendará fatores previamente nunca antes enxergados.

Além das contribuições da micro-história, a reflexão municipal reclama também o auxílio dos postulados do coronelismo, descritos por Victor Nunes Leal e outros. Em verdade, o coronelismo é formado por uma complexa teia de relações políticas de variados níveis, mas seu fundamento assenta-se no poder dos chefes políticos locais, que, geralmente, ao contrário do que muitas vezes se crê, imprimem árduo trabalho em prol do desenvolvimento de seus municípios:

> A falta de espírito público, tantas vezes irrogada ao chefe político local, é desmentida, com frequência, por seu desvelo pelo progresso do distrito ou município. É ao seu interesse e à sua insistência que se devem os principais melhoramentos do lugar. A escola, a estrada, o correio, o telégrafo, a ferrovia, a igreja, o posto de saúde, o hospital, o clube, o campo de *football*, a linha de tiro, a luz elétrica, a rede de esgotos, a água encanada –, tudo exige o seu esforço, às vezes um penoso esforço que chega ao heroísmo. E com essas realizações de utilidade pública, algumas das quais dependem só do seu empenho e prestígio político, enquanto outras podem requerer contribuições pessoais suas e dos amigos, é com elas que, em grande parte, o chefe municipal constrói ou conserva sua posição de liderança.[935]

A descrição de Leal é de grande utilidade para a vertente interpretação, que busca recompor a luta pelo saneamento ambiental na Cidade de Goiás.

Nunca é demais acentuar a observação de Barbosa Lima Sobrinho: “Para manter a liderança, o 'coronel' sente a necessidade de se apresentar como campeão de melhoramentos locais,

---

[934] LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história*: novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p. 136.

[935] LEAL, Victor Nunes. *Op. Cit.*, p. 58.

senão para contentar os amigos, pelo menos para silenciar os adversários."[936]

O parecer exarado, em 1932, por Joaquim da Cunha Bastos, na condição de membro do Conselho Consultivo Estadual, sobre a implantação dos serviços de água e esgoto na capital, bem elucida o seu pensamento. O parecerista começa destacando que o problema sanitário é dos mais momentosos e relevantes temas de Vila Boa.

Em seguida, recorda que em 28 de fevereiro de 1920 o estado de Goiás firmara contrato com o engenheiro Jesuíno Felicíssimo para a realização de estudos técnicos, fixando o prazo de seis meses a partir da assinatura do acordo. Passados 12 anos, todavia, o engenheiro não cumprira sua obrigação, embora houvesse recebido cinco contos de réis. Por essa razão, Cunha Bastos votava pela declaração de caducidade do contrato, mas, para ele, nada impedia, que se aceitasse o oferecimento no futuro das obrigações contraídas pelo contratante.

Na sequência, sublinha que militava em favor dessa solução a "necessidade inadiável" de se dotar a metrópole com rede de esgoto e de agua indispensáveis às suas necessidades, "mormente agora que se cuida da transferencia da sede do governo para outro local, mudança que privaria a cidade dos recursos precisos a tal empreendimento."[937] Posteriormente, afiança que os ditos benefícios "têm de ser feitos com maior celeridade, por força dessas circunstancias."

Ressai do arrazoado de Cunha Bastos não apenas a convicção acerca da necessidade da obra urbana como também a premência de sua efetivação, em decorrência da retirada dos poderes do município. Em síntese, é dizer: se a cidade não possuía serviços sanitários adequados quando ostentava o trono de capital, com a mudança então a situação pioraria. Emerge ainda do parecer que a canalização d'água e a construção da rede de esgoto só seriam conseguidos com o auxílio de recursos públicos estaduais.

As referências de Albatênio de Godói às atitudes do prefeito Joaquim da Cunha Bastos comprovam que os políticos vilaboenses possuíam um projeto de desenvolvimento para a capital. De acordo com Godói, a cidade durante a gestão de Cunha Bastos passara por uma "fase de transformação",[938] de "embelezamento urbano", "modernizando-lhe o aspecto". Ato contínuo, elogia o alcaide como sendo o "mais realizador prefeito que já teve a nossa Capital", e ao final assinala: "A imprensa goiana, em cujo nome tenho a honra de falar neste momento, rendendo a sua homenagem ao grande benfeitor da nossa terra, tem satisfação em homenagear cel. Joaquim de Bastos, o *Pereira Passos de Goiás*."

---

936 LIMA SOBRINHO, Barbosa. Prefácio à segunda edição. In: LEAL, Victor Nunes. *Op. Cit.*, p. 17.

937 BASTOS, Joaquim da Cunha. Parecer emitido no processo nº 129 – Abastecimento de agua e esgoto desta capital. *Correio Official*, Goiaz-Capital, 19 de dezembro de 1932.

938 GODOI, Albatenio de. *Do meu tempo*. Goiânia: UFG, 1969, p. 32-33.

Apesar dos efeitos retóricos da ponderação, ao comparar Joaquim da Cunha Bastos a Pereira Passos, o escritor desvenda o pensamento do prefeito, além de demonstrar que seu desejo era requalificar o espaço urbano vilaboense.

O desacolhimento do parecer de Cunha Bastos pelo Conselho Consultivo, sob o argumento de que os serviços de água e esgoto competiriam aos municípios e não ao estado,[939] deixa transparecer que a batalha pelo saneamento ambiental em Vila Boa não seria tarefa das mais fáceis.

Os termos insertos no relatório do interventor de Goiás em 1933 apontam para essa direção. O capítulo IX da exposição governamental aborda a transferência da capital e toca na questão da água e esgoto da cidade malquista pelo novo regime político.[940]

Ao dissertar a respeito do abastecimento de água, o citado relatório interventorial anuncia que o problema "permanece insoluvel, tal como em 1890, tal como sempre."[941] Noticia que, segundo estudos anteriores, retificados pelo governo, o serviço de água canalizada dependia de dois fatores alternativos: primeiro, a captação, por barragem, das águas do rio Uru, distante 12 quilômetros da urbe, "caso em que, graças ao emprego problematico de uma adutora por gravidade com tubos de 12", ficaria a instalação em 1.500 contos de reis; segundo, a necessidade de captação por barragens de 8 e 4 metros de altura das águas do rio Vermelho e do córrego Bacalhau, com montagem de turbinas naquele e de um motor de 50 H.P neste.

Em seguida, especula os valores das obras, a saber: gasto com a adutora do rio Vermelho: 1.084 contos de réis; com a adutora do Bacalhau: 925 contos de réis; perfazendo um total de mais de 2.000 contos de réis,[942] montante proibitivo para a fazenda pública estadual e "positivamente acima das possibilidades financeiras do municipio da Capital, cuja renda anual media no ultimo quinquenio, 1928-1932, se fixou em 302:147$300".

Ao tratar da rede de esgoto, o ensaio interventorial pontua a quase impossibilidade de o sistema ser implantado em virtude do terreno rochoso, de difícil perfuração, em que estava assentada a capital, bem como o alto custo de sua realização. Afinal, ataca a Cidade de Goiás, denotando o mesmo pensamento do mudancismo incondicionado:

---

939 Cf. *Correio Official*, Goiaz-Capital, 19 de dezembro de 1932.

940 A reprovação algumas vezes é tão acre que em certo momento ventila-se a possibilidade do "arrasamento em massa da cidade de Goiaz", *in verbis*: "A observancia de qualquer dessas utilissimas exigencias regulamentares, comuns aliás a todos os regulamentos de construção adotados nas regiões tropicais, forçaria o arrasamento em massa da cidade de Goiaz, toda ela composta de casas ligadas entre si e em que a luz, a ventilação e a insolação só têm acesso pela fachada e pelos fundos." GOIÁS. *Op. Cit.*, 1933, p. 113.

941 GOIÁS. *Op. Cit.*, 1933, p. 114.

942 Em Minas Gerais, o estado gastou também 2.000 contos de réis para implantar conjuntamente os sistemas de água e esgoto em Ouro Preto. Ver: CALDEIRA, Aristides. Discurso pronunciado na 5ª sessão ordinária do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais aos 04 dias do mês de maio de 1891. In: *Annaes do Congresso Constituinte do Estado de Minas Geraes de 1891*. Ouro Preto: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1896, p. 95.

> Só a intervenção do Estado lograria resolver o problema. Mas se o Estado pode intervir em beneficio de uma pequena minoria, sacrificando em favor dela os tributos da sua população inteira, cumpre-lhe de preferencia auscultar e satisfazer a grande maioria que o sustenta e cujos interesses são incomparavelmente mais dignos de atenção. […] Entre inverter os recursos do povo na remodelação impossivel de uma cidade velha e inafeiçoavel às conquistas e às utilidades da vida moderna e aplica-los na construcção de uma capital nova, que seja a verdadeira metropole de seu progresso – a logica, o senso das realidades, o interesse comum e o futuro do proprio Estado gritam ao administrador bem intencionado qual a resolução que lhe cumpre adotar. Aí não cabe nenhuma hesitação.[943]

Em 1936, na fundação do "Comitê Pró-Goyaz", a imprensa assinalou:

> E a prova é que tendo sido escolhida na segunda reunião, uma comissão para estudar os meios de abastecimento d'agua, proposta pelo sr. Octavio Monteiro e composta dos srs. Hermogenes Coelho, presidente, Joaquim Guedes, Octavio Monteiro, Evaristo Machado e Cristiano Moraes Junior, já esses estudos foram iniciados aguardando-se, em breve a vinda de um tecnico para assentar as bases definitivas. Em pouco tempo nós teremos agua. Será essa a primeira realização. Em boletins, impressos, folhetos, o povo terá conhecimento dos integraes propositos do "Comite Pró-Goyaz".[944]

No mesmo ano, o jornal *A Razão* noticiou o esforço do prefeito municipal Joaquim da Cunha Bastos:

> Está a Prefeitura empenhada em solucionar o importante problema do abastecimento de agua à nossa velha cidade. Procede-se, para isso, a construção de um grande canal a ser aberto, sem revestimento de impermeabilidade, que conduza a agua do corrego Bacalhau a esta cidade, captação feita a 9 quilômetros, mais ou menos, do alto do Areião. Gastará a Prefeitura, com as obras, num calculo aproximado, 80 contos de réis. Entretanto, as opiniões se divergem quanto ao resultado final. Alguns praticos afirmam que o terreno é arenoso e muito permeavel e que talvez 80% do liquido seja absolvido no longo percurso. Por outro lado, os acidentes do terreno exigem uma conservação muito onerosa, aumentando o preço da obra e, consequentemente, o preço da pena d'agua aos consumidores. Não seria, pois, mais pratico perfurarem-se poços artesianos, a exemplo do que se tem feito em varias cidades como Araguari, Uberlandia, Araxá, etc? Ninguem pode negar a grande capacidade de trabalho do nosso distinto prefeito Cel. Joaquim da Cunha Bastos que muito tem feito afim, de dotar a nossa cidade dos melhoramentos que mais de perto dizem repeito às nossas necessidades. Portanto, não nos sentimos constrangidos em lhe fazer um apelo no sentido de que, atenda as nossas ponderações antes de empregar um grande capital em uma obra problematica que não tem a dirigi-la um tecnico responsavel.[945]

Ainda em 1936, durante o debate parlamentar sobre a regulamentação do art. 5º, § 3º, da Constituição Estadual de 1935, o projeto de lei nº 1[946] acolheu os benefícios desejados pelos habitantes da capital,[947] canalizando assim em seu bojo todos os anos de luta despendida pelos

---

943 GOIÁS. *Op. Cit.*, 1933, p. 116-117.
944 Cf. *A Colligação*, Goyaz, 06 de março de 1936.
945 Cf. *A Razão*, Goiaz, 12 de julho de 1936.
946 O tema será objeto de exame no quinto capítulo.
947 CÂMARA, Jaime. *Op. Cit.*, 1967, p. 202.

vilaboenses.[948]

III.6 – As balizas legais do mudancismo condicionado

As reivindicações da população da Cidade de Goiás por melhoramentos em seu espaço urbano e os compromissos assumidos pelo interventor Pedro Ludovico Teixeira de amparar a capital deveriam ser cristalizados em algum diploma legal, o que ocorreu com o advento do artigo 2º do decreto nº 3.359, de 18 de maio de 1933, acima transcrito.[949]

A citada norma legal[950] corporificou as balizas legais do projeto mudancista. Anos depois, em conferência sobre os episódios vividos, Ludovico, após ler a íntegra do decreto mencionado, asseverou: "Estabelecidas dessa forma, legalmente, as bases da mudança e construção da futura metrópole, restava-nos lançar mãos à obra."[951]

O decreto fixou os contornos indispensáveis à transferência na medida em que estatuiu o prazo, o local – ponto vital do problema –, aspectos relacionados à construção de prédios, desapropriações e concessões de serviços públicos. Era o fim da rápida fase de planejamento e o início da etapa de execução.

As omissões do decreto indicaram também opções: o governo goiano, por exemplo, resolveu não conceder lotes na futura urbe aos proprietários vilaboenses, destoando do caminho palmilhado pelos mineiros. Preferiu resguardar os interesses do município prejudicado.

O referido art. 2º traduziu a institucionalização das promessas ludoviquistas e tornou-se um dos princípios basilares da mudança, além de evidenciar a pressão municipalista emanada dos moradores da Cidade de Goiás.

Comentando a solução *in medio est virtus* agasalhada pelo interventor, autoridade a quem teceu elogios por ter encontrado "forma bastante luminosa" para o desfecho da questão, o "Anhanguera",[952] rubro mudancista,[953] pelas colunas do periódico *O Triangulo*, de Araguari,

---

[948] O serviço de abastecimento de água na Cidade de Goiás só foi iniciado em 1948, por ação da Prefeitura Municipal e contando com o apoio do governo de Goiás. In: *Cidade de Goiás,* Goiás, 15 de fevereiro de 1948.

[949] Eis seu texto: "Art. 2º: O governo do estado entender-se-á com o município de Goiás sobre o emprego dos meios de proteção à cidade, atual sede da administração pública, resguardando-se da decadência."

[950] O decreto tinha força de lei ordinária, pois o chefe do poder Executivo acumulava as funções do poder Legislativo na ocasião.

[951] TEIXEIRA, Pedro Ludovico. *Op. Cit.,* 1966, p. 22.

[952] Não identificamos qual autor se utilizava do pseudônimo.

[953] Em outro artigo, o mesmo "Anhanguera", ressalta: "A mudança da capital de Goyaz é uma *necessidade imprescindivel*. Esta verdade é reconhecida por 90% da população goyana. Pois bem: façamol-a, porém, com *calma, criterio e estudo*. Quem assim governa, quem deste modo ausculta os desejos de seu povo, certamente não despresará esse outro problema tão importante quanto a mudança de sede do governo goyano: a integralisação do Araguaya no convivio dos centros civilisados." In: ANHANGUERA. O Eldorado Goyano. *O Triangulo*, Araguary,

analisou assim os eventos passados na vizinha unidade federativa:

> Collocado entre duas correntes completamente oppostas, soube S. Excia. abafar vozes apaixonadas e extremistas, deixando-se guiar somente pelos dictames da razão, que impõe ao homem público o sacrifício de qualquer interesse pessoal em prol do bem collectivo. De um lado a pleiade de geração nova, que o cerca, ardente, patriótica, sequiosa por uma reforma total do passado, mas um tanto inexperiente e lyrica, a exigir a solução do problema de modo absoluto e incontinenti; do outro, os interessados, os possuidores de bens na velha Capital, a deblaterarem, com razão, contra uma medida prejudicial à valorizarão de seus bens e propriedades. Imprensado entre essas duas barreiras poderosas, o dr. Pedro Ludovico sabiamente appellou para o velho, porém sempre novo e philosophico axioma: *In medio est virtus*, não permittindo que os desejos incontidos dos seus companheiros e amigos prejudicassem as razões justas dos que se julgavam ameaçados de ruína e miséria; nem tampouco que aos interesses privados de alguns fosse sacrificada a justa aspiração da maioria dos goyanos. Como um verdadeiro conductor de homens, calmo, sereno, após accurado e longo estudo, o factor desconhecido foi posto em evidência no decreto em que S. Excia. determina a mudança da Capital. Não de afogadilho, como desejavam uns, e sim no prazo maximo de dois annos. E para consolo e segurança de outros, o mesmo decreto assegura medidas efficazes e preventivas contra a decadencia da tradicional Villa Boa.[954]

A fonte supra é de suma relevância por retratar, com a visão da época, a operação utilizada pelo interventor para superar a pressão das alas em luta. Ademais, patenteia a polarização entre a geração nova "sequiosa por uma reforma total do passado" e os proprietários vilaboenses, bem como revela a rota segura *in medio est virtus* seguida, determinando desse modo a transferência "não de afogadilho, como desejavam uns, e sim no prazo maximo de dois annos".

O articulista acrescenta que para consolo e segurança dos moradores da bicentenária comuna, "o decreto assegura medidas efficazes e preventivas contra a decadencia da tradicional Villa Boa" e, ao final, aproveita o ensejo para defender a continuidade do chefe do poder Executivo de Goiás na iminente ordem constitucional.

Outrossim, merece registro o "apelo vibrante" da gazeta ipamerina a favor da preservação da antiga capital:

> E é por isso que, hoje, quando já vitoriosa se encontra nossa causa, endereçamos aos poderes do estado, a cuja testa se encontra a figura imponente e vontadosa de Pedro Ludovico, um apelo vibrante para que não deixem ao abandono a velha cidade que, se foi apanágio dos que envileceram nosso passado, também foi o passo onde se desenrolaram acontecimentos que constituam o nosso patrimônio civico histórico. Dispensando a Vila Boa o carinho que a Ouro Preto propinou e ainda propina o governo mineiro, os homens do governo goiano proporcionarão aos habitantes da velha e gloriosa ex-metrópole o lenitivo à magoa que por ventura lhes tenha causado o decreto assignado a 18 de maio de 1933. Se assim procederem os dirigentes desta unidade federativa, dentro em breve, já florescente a nova capital, provocando o entusiasmo de todos e se constituindo objeto de orgulho dos goianos, os habitantes da cidade de Bartolomeu Bueno, como os da lendária Vila Rica, abençoaram os nomes daqueles que, num assomo de amor ao estado de seu

05 de fevereiro de 1933.

954 ANHANGUERA. Pró-Goyaz. *O Triangulo*, Araguary, 04 de junho de 1933.

> berço lhe proporcionaram uma séde governamental que seja o factor preponderante de sua grandeza e de seu progresso.[955]

A matéria jornalística informa que Ouro Preto recebera e ainda recebia vantagens do governo de Minas Gerais. O articulista avalia como saudável medida a aplicação em Goiás do exemplo montanhês, pois assim agindo os governantes anhanguerinos ministrariam aos vilaboenses "o lenitivo à magoa que por ventura lhes tenha causado o decreto assignado a 18 de maio de 1933."

Mesmo o semanário fundado por Mário Caiado dava sinais de que as compensações à Cidade de Goiás amorteciam o ímpeto antimudancista. Após noticiar a breve instalação de um batalhão do Exército em Vila Boa, conforme "formal promessa do preclaro Ministro da Guerra, General Espirito Santo Cardoso, que tambem tem aqui enterrado seu umbigo", o jornal arremata:

> Outro beneficio é o de dotar a navegação do Araguaya com uma lancha movida a motor e com capacidade para 30 toneladas de carga. Asseverou-nos o Sr. Dr. Pedro Ludovico que a encomenda já está feita, mas que esse barco só cahirá em aguas do Araguaya no começo da estação chuvosa. Ora, a população da Capital com bôas estradas para a ponta dos trilhos e para o porto de Leopoldina, com um batalhão estacionado em Villa Bôa e esperançosa do crescente povoamento do município com o advento de colonos agricultores, constituídos de milhares de famílias, que venham habitar e cultivar nossas ubérrimas terras, cessará por certo de cobrir de anathemas e maldições os proceres do mudancismo.[956]

Esse proclamado esforço governista contra a decadência vilaboense, contudo, não convencia a todos: "A decadência da cidade, transferida a séde do Governo, é tão evidente que o proprio acto a previu, e, pretende, em vão, prevenil-a. No art. 2º, do cit. dec. 3.359, como ficha de consolação e para amortecer o effeito ou repercussão causados, já se dispoz:".[957] Após reproduzir o mencionado artigo 2º, o recurso da empresa Guedes, Ratto & Cia., emenda:

> Vão desejo, já demonstrado em Ouro Preto, cuja decadencia se deu e continúa, apezar de esforços empregados pelo Estado de Minas e muito além das possibilidades do Estado de Goyaz. Ouro Preto é uma cidade de clima ameno, de agua potavel abundante e de fama larga, servida por estradas de ferro e de rodagem, bem calçada, de boas casas e moradia, situada a poucos kilometros de Bello Horizonte, do Rio de Janeiro, de Juiz de Fóra, etc. E decahiu!... Que esperança resta à cidade de Goyaz, em situação tão díspar, tão falha de recursos de transporte facil e barato; tão longe dos centros de cultura, de commercio e de industria!?

O tópico aponta a percepção de que a decadência da Cidade de Goiás restaria inexorável. A próxima citação, apropriada da mesma documentação, reflete mais vantajosamente ainda o raciocínio, por conter dados concretos a respeito do auxílio financeiro concedido a Ouro

---

[955] Cf. *Ipamerí*, Ipamerí-Goiaz, 21 de maio de 1933.
[956] Cf. *Voz do Povo*, Goyaz, 16 de abril de 1933.
[957] MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES. Processo nº 1698/34. Recurso da empresa Guedes, Ratto & Cia contra ato da interventoria de Goiás. Secretaria de Estado. Diretoria do Interior, 1ª Secção. Arquivo Nacional.

Preto pelo governo mineiro na década de 1920:

> Ouro Preto, porém, em outra situação que não tem Goyaz, cahiu tanto e tamanha foi a desvalorisação da propriedade, etc. que o Estado, debalde, a tem procurado amparar. O presidente Mello Vianna, pelo dec. nº 6.757, de 30 de dezembro de 1924, considerando que - "o Estado devia uma reparação a sua antiga Capital pelos prejuizos decorrentes da mudança da séde do Governo"-, resolveu, a titulo de indemnização equitativa, perdoar à Camara Municipal a quantia de 628:885$707 reis e exoneral-a do pagamento. [grifos do texto original]

O entendimento esposado por Urbano Berquó acompanha a mesma trilha: "Cidade pobre, Goyaz não poderá manter estabelecimento particular [de saúde] de tão grande necessidade. Já falhou a iniciativa privada. Somente uma official ou officializada terá vida nesta cidade que se tornará mais decadente com a mudança da Capital."[958]

Com efeito, o decreto nº 3.359/1933, editado durante o período discricionário varguista/ludoviquista, merecia inevitavelmente sofrer atualização devido aos ares democráticos oriundos da nova ordem constitucional.

Por este motivo, o artigo 2º do citado decreto se renovou em 1935. Seu viés preservacionista, porém, permaneceu, sobrevivendo às longas doze etapas da Constituinte de 1935,[959] consoante se infere da redação do art. 5º, § 3º, das disposições transitórias da Constituição Estadual: "O Governo empregará medidas consentâneas que salvaguardem os interesses econômicos da cidade de Goiaz." Em outras palavras, era a nova roupa jurídica do art. 2º do decreto nº 3.359/1933. O mudancismo condicionado mudava de indumentária, mas não de corpo, tampouco de objetivo.

Durante a regulamentação do citado preceito constitucional mudancista, surgiu o projeto de lei nº 1, apresentado na sessão legislativa de 1936 da Assembleia de Goiás, prescrevendo efetivamente os meios protetivos do município de Goiás, nos precisos termos de seu artigo 4º:

> Art. 4º – Ficam estabelecidas as seguintes medidas assecuratórias do interêsse econômico da cidade e do município de Goiás:
> I. Permanecerá em Goiás o Jardim de Infância, Grupo Escolar, Escolas Noturnas existentes, Escola Normal e Complementar e Liceu de Goiás.
> II. Ficam criados mais um grupo escolar na cidade de Goiás, com tantas cadeiras quantos sejam os grupos de 40 alunos atualmente matriculados no Grupo Escolar Municipal, e outro em S. José de Mossâmedes, de 4 cadeiras, o qual será instalado logo que a Prefeitura ofereça o prédio apropriado para o seu funcionamento.
> III. Fica concedido o auxilio de 200:000$000 (duzentos contos de réis) para instalação de água e esgôto na cidade de Goiás.
> IV. Fica equiparado ao do Hospital de Caridade o auxilio concedido ao Asilo São

[958] BERQUÓ, Urbano. Voto nos autos nº 15. Documentos avulsos do arquivo pessoal de Pedro Ludovico Teixeira. Agepel, 2002, CD-ROM, p. 689.

[959] Ver *Capítulo IV: A Constituinte e a mudança da capital*.

> Vicente de Paula.
> V. Ficam isentas de impostos estaduais as cooperativas criadas no município de Goiás, bem como tôdas as suas indústrias nascentes pelo prazo de cinco anos.
> VI. O Poder Executivo entregará, mensalmente, à Prefeitura Municipal de Goiás, por intermédio das coletorias estaduais existentes no município, e pelo espaço de dez anos, a renda líquida de impostos estaduais nelas arrecadados para efetivação das seguintes medidas e de outras que forem julgadas necessárias à defesa econômica do município de Goiás: a) Fundação de uma Biblioteca Pública; b) Instalação do Serviço de água e esgôto; c) Colonização para o que será concedida ao município a área de terrenos devolutos necessária; d) Via telefônica e telegráfica; e) Escolas profissionais e agrícolas, veterinárias e postos de monta e veterinários; f) Construção de balneários nas águas de S. João; g) Industrialização da pesca nos rios Vermelho e Araguaia; h) Instalação e custeio de estufas para o preparo do fumo, pelo sistema "Barn"; i) Instalação de Usina de beneficiamento de algodão; j) Prêmios às obras literárias, musicais e artísticas;[960]

Em síntese, cronologicamente, o itinerário das balizas legais do mudancismo condicionado pode ser assim resumido: a) art. 2º do decreto nº 3.359, de 18 de maio de 1933; b) art. 5, § 3º, da Constituição Estadual de 1935; c) projeto de lei nº 1 de 1936.

****

A historiografia ainda não examinou detidamente um aspecto relevante do processo de mudança: existiam ardorosos revolucionários com voz de comando na antiga capital. E esses líderes ficaram emparedados pelas circunstâncias históricas postas, principalmente porque a ruptura com o passado dar-se-ia justamente sob o aviltamento da comuna em que exerciam sua liderança. Como tais próceres políticos se equilibrariam diante da melindrosa conjuntura – tão arriscada a um chefe político –, sem perderem a confiança e o respeito de seus correligionários?

Na data de fundação do Partido Social Republicano, em janeiro de 1933, na Cidade de Goiás, os vilaboenses perceberam o quão comovente era a seus conterrâneos a empresa da transferência, a ponto de o órgão oficial frisar: "A tese sobre a mudança da capital, já anteriormente discutida, não foi necessária ser posta em votação. Convidada pelo sr. Floriano Caramuru, a assembléa, num arranque, aclamou-a de pé, unanimemente."[961]

Este e outros acontecimentos semelhantes paulatinamente demonstraram aos dirigentes situacionistas da capital que o combate incondicional ao projeto mudancista tornar-se-ia uma posição política muito pouco inteligente, não só porque acarretaria um presumível conflito com o interventor como também porque eles jamais amealhariam força suficiente para conter aquela intermitente idéia-força, que remontava aos séculos XVIII e XIX e embalava o otimismo da grande

[960] CÂMARA, Jaime. *Op. Cit.*, 1967, p. 202-203.
[961] Cf. *Correio Official*, Goiaz-Capital, 24 de janeiro de 1933.

maioria dos goianos.

Na realidade o interventor estimulou e mesmo articulou um pacto em busca do consenso e da homogeneidade possíveis no palco mais significativo da cena eleitoral anhanguerina. A unificação da opinião pública metropolitana em sentido contraposto às pretensões da administração estadual reservaria ao governante evidente dissabor na consolidação de sua liderança. O objetivo, enfim, era retirar a sede dos poderes com o menor custo político possível.

Urge ressaltar que esse aval vilaboense não foi gratuito e sim negociado pelo amparo ao município de Goiás. O convencimento de uma comunidade vivamente enamorada de seu torrão natal e ao mesmo tempo culturalmente avançada, em comparação com as demais municipalidades goianas, certamente não se realizaria tão benevolentemente e sem compensações. Verificou-se a efetivação de um apoio condicionado e não uma mera adesão.

O antimudancismo começava a se dividir em duas tendências. A primeira aceitava a inevitabilidade da transferência e se preparava para enfrentá-la, laborando para obter os melhores benefícios tanto para os seus interesses pessoais quanto para os associados ao município de Goiás, que, em última instância, estavam perfeitamente interligados.

A segunda tendência, majoritariamente ligada ao grupo caiadista, permanecia intransigentemente no combate ao plano mudancista.

A avaliação política sobre o desempenho dos novos donos do poder pós-1930 obviamente influenciou na decisão de se alistar em uma ou outra facção.

A elite política da capital que dava sustentação à gestão ludoviquista tentou impedir a mudança até 1933, inclusive interpondo recurso contra o decreto nº 3.359[962] e enviando os advogados Benjamin da Luz Vieira e Albatênio de Godói[963] ao Rio de Janeiro na tentativa de anular o ato legal. Nesse sentido, em setembro de 1935, o jornalista Lycidio Paes assinalou:

> Os adversarios mais serios que o sr. Ludovico teve que enfrentar na solução desse caso foram os seus proprios companheiros politicos e até auxiliares do governo. Lembro-me que, poucos dias depois que s. ex. seguiu para o Rio de Janeiro para tratar pela primeira vez da mudança da capital, passara em Araguary um seu illustre correligionario, então como hoje

[962] CÂMARA, Jaime. *Op. Cit.*, 1967, p. 78.

[963] Eis a matéria jornalística que retratou o assunto: "Trava-se uma luta decisiva para a conquista da realização do grande anhelo da goianidade ávida de brilhante porvir para o estado de seu berço. No Rio está o Dr. Pedro Ludovico desdobrando-se em atividades para a consecução dos meios materiais capazes de lhe facilitarem a efetivação de inegualavel prójeto, que não só é seu como de todos os goianos dotados do senso progressista que caracterisa as modernas gerações. Para a capital da República também seguiu, comissionado pelos 'vilabelofilos', e a custa de vultuosa quantia, o Dr. Albatenio Godói, porta-voz do bloco formado em Goiaz para combater a grande idéa prestes a se tornar realidade. […] Todo o goiano que de fato ame a sua terra não pode aderir ao bloco que subvencionou o Sr. Albatênio de Godói para defender a permanência da capital nas 'furnas sombrias e malsãs' em que se aloja atualmente." In: *Ipamerí*, Ipamerí-Goiaz, 27 de novembro de 1932.

> investido em alta posição official, e que ia com o mesmo destino commissionado por figuras de relevo de Villa Bôa, afim de neutralizar os trabalhos nesse sentido desenvolvidos pelo interventor. Ora, com semelhante opposição, mantida radicalmente por todos que o cercavam na velha capital *e de cujo apoio não podia prescindir*, [destaque nosso] precisamente quando a dissidencia se avolumava, facil é conceber se a energia de que necessitava o sr. Pedro Ludovico para levar avante o seu plano e a fé de que precisava estar revestido para não desanimar em tão proficuo combate.[964]

Confirmada à saciedade que o projeto seria efetivamente levado a efeito,[965] bem como derrotadas as impugnações intentadas, a estratégia modificou-se gradativamente, até a cristalização definitiva do mudancismo condicionado, às vésperas da Constituinte Estadual de 1935.

Eis o entendimento dos mudancistas condicionados: não mais bloquear, já que impossível e politicamente inconveniente devido ao franco respaldo dos demais municípios e da obsessão do interventor federal, mas interferir veementemente no resguardo dos interesses relacionados ao berço da cultura goiana.

A novel estratégia alterou a luta política, transformando o iminente confronto em harmonioso compromisso. A evolução claramente amainou o ímpeto antimudancista dos pesserristas de Vila Boa. A velha máxima se impôs: melhor perder os anéis que os dedos.

O compromisso político firmado entre Pedro Ludovico Teixeira e os líderes políticos situacionistas da capital carreou vantagens recíprocas para todos. Além da pacificação no seio do Partido Social Republicano, o interventor consolidou-se como o principal político de Goiás e ainda soterrou a resistência a seu principal plano governamental. Em contrapartida, os pesserristas vilaboenses obtiveram a promessa oficial, consubstanciada posteriormente em sucessivos diplomas jurídicos, de amparo à capital.

A tradicional comuna de seus antepassados deveria progredir, mas, para tal fim, seria necessário que se mantivessem algumas centelhas (especialmente a rede pública de ensino) com capacidade de, pelo menos, amenizar o abalo projetado sobre o seu desenvolvimento. A lendária capital, que reverenciavam e continuar-lhes-ia servindo de morada, disputaria com a nova a hegemonia social, política, econômica e fundamentalmente educacional. O lema era: "Construir uma nova cidade sem destruir a outra."

O depoimento de Hélio Seixo de Brito ilustra adequadamente a mentalidade reinante:

> Grande parte da luta [de João Coutinho e Hermógenes Coelho] girava em torno do

---

[964] PAES, Lycidio. A capital de Goyaz. *A Tribuna*, Uberlandia, 21 de setembro de 1935.

[965] "O Exmo. Sr. Interventor declarou peremptoriamente: 'Não há mais motivos para dúvidas ou discussões. A mudança da capital está plenamente resolvida. Ela se fará, dependendo a ultimação da iniciativa apenas de negociações que espero ver realizadas dentro em breve.'" In: *Informação Goiana*, Rio de Janeiro, dezembro de 1932.

> cumprimento razoável dessa disposição constitucional [art. 5º, § 3º das disposições transitórias da Constituição Estadual], dentro, é claro, das poucas possibilidades financeiras do Estado, sobrecarregado com a construção da nova metrópole. Homens da Revolução de 30, amigos do Governo, deputados pela antiga Capital, de que eram líderes, tinham que se repartir, não traindo seu povo e ajudando a mudança, que reputavam de alto interesse para o Estado. A missão deles era a mais delicada, como deputados governistas do municipio espoliado. Tinham que se conduzir com habilidade e diplomacia, para conciliar os sentimentos, e até mesmo os interesses, dos vilaboenses com a necessidade da mudança. E, também nesse sentido, prestaram uma grande colaboração política, convencendo os anti-mudancistas que o grande beneficiado seria o Estado e, com ele, a cidade de Goiás, muito mais do que com o privilegio de Capital de um Estado atrasado.[966]

Outrossim, os vilaboenses acreditavam nas potencialidades futuras de seu amado município, conforme registrou Bernardo Élis: "meu avô era totalmente contra Goiânia, tinha verdadeira raiva e achava que era um absurdo, chegava a chorar quando via o futuro grandioso, que ele via para a cidade de Goiás, relegado a nada."[967]

Analisando-se apressadamente a conjuntura em foco, poder-se-ia supor que a salvaguarda exigida à Cidade de Goiás representasse uma medida fantasiosa. Isto porque, em tese, ela seria altruísta e irreal para os padrões políticos brasileiros, porquanto, aparentemente, os líderes locais nenhuma vantagem pessoal granjeariam. No entanto, uma meditação mais acurada solapa tal impressão preliminar, sem eliminar o idealismo dos propugnadores da causa do relicário goiano.

Em verdade, a defesa do interesse público encontrava-se umbilicalmente ligada ao interesse particular. Eram coisas indissociáveis e inseparáveis. A luta pela proteção do município refletia incisivamente no patrimônio individual de cada proprietário.

Defender Vila Boa significava amparar os imóveis rurais e urbanos particulares de uma natural desvalorização. A valorização de qualquer propriedade sediada em uma localidade ascendente é bem maior do que a da situada numa região que padece de franco declínio. Nesta, o preço espontaneamente se reduz. A aludida regra, apesar de comezinha e notória, foi reforçada pelo paradigmático testemunho de Cora Coralina:

> – A senhora atribui essa oposição apenas a interesses econômicos?
> – Olhe, econômicos só, não. O interesse econômico estava ligado, psicologicamente, à idéia da desvalorização, porque aqui, sem a Capital, ficaria sendo um município sem projeção nenhuma e a propriedade perderia o seu valor, como realmente perdeu. Essa casa em frente, do Luiz Sabino, foi oferecida para uma tia minha por 2 contos de réis, depois da mudança. Esta tia disse: "Que eu quero fazer com essa Babilônia?" A desvalorização imobiliária trouxe grandes prejuízos, mas o prejuízo maior é que todos se sentiram frustrados.[968]

---

966 BRITO, Hélio Seixo de. Mudança da Capital: A verdade para a História. *Cinco de Março*, Goiânia, 30 de outubro a 05 de novembro de 1972.

967 Cf. *O Popular,* Goiânia, 05 de julho de 1997.

968 CORALINA, Cora. Como a mudança se fez tão tarde!. *Folha de Goiaz*, Goiânia, 24 de outubro de 1979.

A menor descontinuidade possível na vida da capital geraria um amortecimento na evidente redução econômica que sofreriam os bens materiais. Tal redução amedrontava naturalmente os proprietários.[969] Portanto, a perspectiva do menor custo possível, incidiu para as duas partes envolvidas no caso (interventor e vilaboenses governistas).

Ademais, existe outro elemento, provavelmente até mais saliente que o assinalado: a majoração do custo da educação dos filhos dos habitantes da Cidade de Goiás. Conforme advertido por Luiz do Couto, se a transferência retirasse os conceituados estabelecimentos de ensino, particularmente o Liceu, os gastos com a instrução dos rebentos alcançariam cifras proibitivas aos quase sempre esquálidos orçamentos familiares goianos.

É despiciendo sublinhar o tamanho médio das famílias e o índice de fertilidade nos primeiros anos do século XX. Vários casais possuíam uma dezena de descendentes.

A própria vida de Pedro Ludovico Teixeira ilustra adequadamente essa realidade. Segundo as palavras do interventor, a ajuda financeira de alguns parentes fora providencial para viabilizar seus estudos no Rio de Janeiro:

> Em Goiás não existia nenhum estabelecimento de ensino superior. Seria forçado a ir para o Rio ou São Paulo. Mas ir, como? Não tinha condições financeiras para fazê-lo. Há, todavia, sempre, um pouco de sorte em tudo. A minha tia Antônia Ludovico Coelho auxiliou-me com 400 mil réis, para empreender a viagem. E meu irmão, João Teixeira Álvares Júnior, residia no Rio, já ligado pelo casamento, para cuja casa pretendia ir até que conseguisse uma colocação.[970]

Não é difícil imaginar quanto um chefe de família despenderia para educar oito filhos, por exemplo, na capital federal, em Uberaba ou Ribeirão Preto. Certamente alguns contos de réis se fariam necessários, ou seja, uma pequena fortuna, no mínimo, totalizaria o custo educacional, sem prejuízo da suspensão do convívio doméstico diário.

Há muita fabulação na narrativa dos eventos desse período. Reconstituem-se geralmente complicados acontecimentos como se fossem uma sucessão desordenada e ininteligível de conflitos pessoais, o que esvazia a complexidade do cenário e simplifica tendências. Na realidade, certo contexto que inicialmente encontrava-se extremamente negativo às pretensões de determinado

---

[969] Tal receio pode ser sentido no editorial do jornal *Voz do Povo* de 1932: "Mas a todos [os mais eminentes membros do governo estadual] preside o alto espirito de justiça, de equidade, de economia publica, *de conciliação e de amparo a todos os interesses.* Pois, a realização dessa finalidade modernizadora [mudança da capital] e compatível com o nosso atual grau de cultura e civilização, si fôr conseguida *sem prejudicar a ninguém* constituirá obra imorredoura, de verdadeiros estadistas." [destacamos] In: *Voz do Povo*, Goyaz, 18 de setembro de 1932. Nesse mesmo sentido, o objetivo da comissão de 12 pessoas, formada em novembro de 1932, para avaliar os efeitos da projetada transferência para a antiga capital: "Foi constituída uma numerosa comissão de 12 membros para estabelecer as bases da propaganda com intenção de se resolver o problema [da mudança] *sem prejuízo desta Capital.*" [destacamos] In: *Voz do Povo*, Goyaz, 20 de novembro de 1932.

[970] TEIXEIRA, Pedro Ludovico. *Op. Cit.*, 1973, p. 12-13.

grupo, com a evolução das negociações encetadas, quase sempre se modifica posteriormente.

A propósito, é válido mobilizar um exemplo ocorrido em Itumbiara na década 1960. Na ocasião, administrava o município o prefeito udenista Ataíde Borges e o estado era governado por Mauro Borges Teixeira, do PSD. Como os itumbiarenses ambicionavam dotar a cidade com o serviço de água, na eleição para senador da República, o diretório local da UDN resolveu apoiar a candidatura do adversário pessedista Pedro Ludovico Teixeira, pai do governador, em troca da implantação da rede de água.[971]

Compunham majoritariamente as fileiras do mudancismo condicionado os cidadãos que haviam feito oposição aos decaídos e secundavam ou integravam o governo estadual na capital. Romper com a nova situação, que tanto ajudaram a criar por causa da mudança seria impensável. Uma solução havia de ser encontrada. E foi.

Nesse sentido, o depoimento de Célia Coutinho Seixo de Brito:

> D. Alice e João Coutinho sonhavam com melhores dias para seu Estado. Uma capital mais bem situada, acreditavam, impulsionaria rapidamente o desenvolvimento e o progresso de Goiás. E não se enganaram. Desejavam, no entanto, uma forma para a sua mudança que não viesse destruir o berço das tradições goianas, nem deixasse a antiga Capital em abandono, lá conservando principalmente os indispensáveis estabelecimentos de ensino que já haviam formado tantas gerações.[972]

Cumpre lembrar que a batalha empreendida pelos membros do Partido Republicano de Goiás nos anos de 1920 contra o caiadismo,[973] especialmente na Cidade de Goiás, foi intensa e cravou cicatrizes indeléveis na alma de vários expoentes da antiga oposição. Por isso, romper com os novos dirigentes naquele instante significava imenso sacrifício[974] e profunda decepção.

Sem embargo, havia mais um elemento de ordem subjetiva que assombrava demasiadamente alguns revolucionários. O afastamento do interventor Pedro Ludovico redundaria, numa conjuntura eleitoral, em uma quase natural aproximação política com os democratas.

Este temor, que não pode ser minimizado, transparece claramente, por exemplo, das atitudes assumidas por Mário de Alencastro Caiado. Como poderia Mário, duramente molestado e satirizado pelos democratas, não obstante ter agido, de igual modo, aliar-se a seus inimigos de ontem sem intenso desconforto, para dizer o mínimo? Na verdade não havia portas nem janelas para

---

971 FREIRE, Nilson de Souza. *Nas barrancas de Santa Rita do Paranahyba*: jogos do poder em Itumbiara de 1830-2011. Itumbiara: ed. do autor, 2011, p. 86.

972 BRITTO, Célia Coutinho Seixo de. *Op. Cit.*, p. 350.

973 Ver Capítulo I.

974 Combater o governo sempre foi mais desgastante, máxime na década de 1930.

uma eventual reconciliação.[975]

III.7 – O emblemático posicionamento de Mário Caiado

A posição assumida por Mário de Alencastro Caiado sobre a transferência da capital é emblemática para a personificação do mudancismo condicionado, especialmente por ele desempenhar durante quase todo o percurso mudancista o papel de principal protagonista da corrente política vilaboense que apoiava a administração de Pedro Ludovico Teixeira.

Para ilustrar com cores vivas a desconfortável circunstância histórica vivida pela elite política situacionista da Cidade de Goiás, vale recorrer à exposição eloquente consignada por Jaime Câmara:

> Anonimamente, participei de quase todos os acontecimentos antecessores da mudança da Capital, devido às minhas ligações com Mário Caiado, João Coutinho e Hermógenes Coelho, para citar apenas os mortos. Por um dever de justiça, proclamo, com absoluta isenção de ânimo, jamais ter surpreendido qualquer um deles em atitude, contrária ou favorável à mudança, movida por interesses de natureza pessoal. Viveram eles uma das fases mais difíceis da história política de Goiás. Ligados à velha cidade há duzentos anos, amantes da terra e de sua gente¸ o destino colocou-os numa encruzilhada sem lhes dar qualquer direito de opção. Se se declarassem favoráveis à mudança, *como de fato o eram*, não seriam compreendidos pelo povo, ao qual estavam ligados intimamente por relações de amizade e exercício de liderança. Se se declarassem contra a mudança, atendendo assim aos imperativos da reação popular, ficariam mal situados perante a história e desserviriam ao Estado, que eles queriam poderoso no futuro.[976]

O testemunho de Câmara demonstra a complexa conjuntura em que estavam inseridos Mário de Alencastro Caiado, João Coutinho e Hermógenes Coelho. O memorialista, acolhendo a rígida tipologia consagrada, que polariza inflexivelmente os atores em dois grupos maniqueístas – mudancistas e antimudancistas –, enquadra os três personagens citados no primeiro rol: "se se declarassem favoráveis à mudança, como de fato o eram".

Em 1978, Jaime Câmara reitera a mesma classificação ao conceder entrevista ao semanário *Jornal Opção*:

> *Opção* – Depois, disso, como ficaram Mário Caiado, Hermógenes Coelho, João Coutinho e Claro Godói, considerados expoentes do partido liderado por Ludovico?
> *Jaime Câmara* – Eles ficaram com Pedro Ludovico porque eram a favor da mudança.
> *Opção* – Todavia a versão histórica os coloca contra a mudança; como se explica isso?
> *Jaime Câmara* – Isso foi bem depois, quando eles romperam com Pedro. No início foi tudo bem, Hermógenes Coelho e João Coutinho foram eleitos presidente e secretário respectivamente da Assembléia e votaram em Pedro Ludovico para governador em 1935 e, em 1936 eles foram reeleitos. E Claro Godói foi eleito deputado federal.
> *Opção* – Como o povo aceitava esses conterrâneos mudancistas?

[975] Mário de Alencastro Caiado e o primo Antônio Ramos Caiado nunca se reconciliaram.
[976] CÂMARA, Jaime. *Op. Cit.*, 1967, p. 14-15.

> *Jaime Câmara* – Tanto Hermógenes Coelho como João Coutinho e Mário Caiado sofriam uma pressão violenta da população de Goiás que os queria contra a mudança. Muitas vezes eles ficaram entre dois fogos: acossados por amigos de Goiás e também amigos de Pedro Ludovico que faziam campanha contra eles.[977]

Em contrapartida, depreende-se da mesma entrevista que a memória coletiva hegemônica considera os três políticos referidos como antimudancistas. Comprova plenamente esse ponto de vista a pergunta formulada pelo jornalista: "Opção – Todavia a versão histórica [corrente] os coloca [Mário, Hermógenes e Coutinho] contra a mudança; como se explica isso?".

Por que há divergência entre a interpretação de Jaime Câmara e a memória coletiva hegemônica? Qual das duas versões é mais certa? Resposta: ambas são corretas e equivocadas concomitantemente. A confusão decorre justamente da dicotomia empregada, que relega ao esquecimento o *tertius,* único elemento capaz de explicar consistentemente essa flutuante rotulação.

A análise dualista aclamada do "tudo ou nada" arrasta consigo uma simplificação que destoa da realidade factual e joga muita imprecisão em torno do assunto. O livro *Como Nasceu Goiânia*, como visto, principal matriz interpretativa da transferência,[978] ordena-se em torno do eixo básico mudancista *versus* antimudancista:

> o bem está representado pela ideia de mudança, que existia desde os tempos remotos, e o mal pelos antimudancistas, que queriam atrapalhar o projeto. Por meio de uma abordagem genética da mudança, a autora demonstra, em cada etapa, as dificuldades do empreendimento, até que, finalmente, a mudança concretiza-se: o bem vence o mal para a felicidade do homem goiano. Vale dizer, por detrás do labirinto de citações, as 641 páginas do livro organizam-se em torno de um eixo básico: mudancistas *versus* antimudancistas.[979]

Os estudos históricos costumam repetir essa visão estadonovista de Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro, ajustando obrigatoriamente os agentes históricos a uma das duas facções.

Do posicionamento assumido por Mário Caiado a respeito da transferência desde 1932 – data do início do intenso debate pela imprensa – até 1937, emerge uma linha progressiva que avança da discordância convicta à permissão condicionada ao amparo da capital, desembocando, porém, ao final, na deserção das fileiras pró-Cidade de Goiás.

Em síntese, Mário Caiado começa antimudancista, consolida o mudancismo condicionado e finalmente abandona as trincheiras vilaboenses, incompatibilizando-se com seus tradicionais correligionários. E tudo isso num lapso temporal de apenas cinco anos, o que demonstra o conhecido apego dos políticos pelas chamadas conveniências. Vale dizer, entre as convicções e as

---

977 Cf. *Jornal Opção*, Goiânia, 28 de maio a 03 de junho de 1978.
978 ARRAIS, Cristiano Pereira Alencar. *Op. Cit.*, 2008, p. 96.
979 OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. *Op. Cit.,* 2004, p. 141.

conveniências, quase sempre a plasticidade da última prevalece.

A análise microscópica da posição de Mário Caiado afigurou-se como invulgar assistente para a elucidação do enigma, bem como para firmar a certeza de que as generalizações não raramente mostram-se bastante falíveis.

A *Voz do Povo*, jornal fundado por Mário Caiado em 1927 e extinto em 1935, segue rigorosamente a mesma evolução de seu proprietário. Ao buscar recompor toda essa trajetória, nota-se que, em 1932,[980] o influente jornal advoga a remodelação de Vila Boa e profliga de peito aberto o ideal mudancista:

> Muda-se a Capital Goiana? Não, não e não. Modernizemos sim, a séde do Governo do Estado de acordo com as nossas possibilidades economicas e financeiras. […] Não será por certo neste sombrio momento de incertezas e apreensões gerais que o exaurido Estado de Goiaz se abalance, sacando contra o futuro, a mudar a sua capital, abandonando este lugar historico, emoldurado por belezas tais, que indicam serem estes sítios predestinados a receber uma grande metropole. Entretanto, essa impertinente idéa, intermitente como a malaria, agita inquietadoramente a população desta cidade, precisamente agora que um sopro de vida nova se faz sentir na administração publica, incentivando como nunca se observou em Goiaz, a construção de belas casas e outros melhoramentos. Urge é que se proceda a um proficiente estudo para o abastecimento de agua, construção de esgotos, etc. […] Enverede, portanto, a operosa administração por esse natural caminho, que conduz à realização de velhas e legítimas aspirações da laboriosa população de Goiaz. É de justiça rendermos as homenagens do nosso respeito ao patriotismo dos arautos da mudança da capital. Questão de pontos de vista.[981]

Extrai-se da citação em pauta que o ponto mais destacado pelo articulista[982] refere-se à implementação de melhoramentos sanitários para o espaço urbano vilaboense, nomeadamente a instalação dos serviços de água potável e coleta de esgoto. Chega-se a aconselhar: "enverede, portanto, a operosa administração por esse natural caminho, que conduz à realização de velhas e legitimas aspirações da laboriosa população de Goiaz." Quanto à mudança, a resposta é clara: "não, não e não."

No mesmo ano, em carta aberta endereçada ao *Lavoura e Comercio*, após ser atacado pela imprensa pelo médico Ovídio Ribeiro por assumir posicionamento contrário à transferência, Mário Caiado esclarece:

> Agressões descabidas e injustas, porque, a proposito, da debatida questão da mudança da capital, eu, não só abri as paginas da 'Voz do Povo' para quem quizesse manifestar-se

[980] Mesmo em 1931, Mário Caiado já afirmara pela imprensa: "Verão todos aqueles que falam na mudança desta [capital], que o que lhe faltava unicamente para torná-la uma das cidades mais cheias de atrativos do Estado Central era o silvo animador e a vibração vitalizadora das rodas da locomotiva. Nada mais. Quem viver até lá sentirá a agradável sensação dessa verdade promissora e incontrastável." In: CAIADO, Mário. Estrada de Ferro de Goiaz. *Voz do Povo*, Goyaz, 18 de setembro de 1931.

[981] Cf. *Voz do Povo*, Goyaz, 10 de julho de 1932.

[982] Como a matéria não foi assinada, a dedução óbvia é que foi escrita pelo diretor do jornal, Mário Caiado.

> livremente a respeito, como também tenho dito e repetido que não sou radicalmente contrario a essa mudança, aliás já autorizada em dispositivo constitucional do Estado. Mas, a meu ver, tal resolução deveria ainda pender de duas condições: a liberdade financeira do Estado e a escolha de um logar que, em vez de fazer recuar a linha do progresso para o sul, a fizesse avançar para o norte ou, quando nada, a deixasse traçada no mesmo paralelo de Vila Boa. O dr. Pedro Ludovico, cuja obcessão pela realização desse acontecimento é de todos conhecida, está bastante inteirado desse meu modo de encarar o magno problema, pois, se eu fosse radicalmente contrario a esse ponto capital do programa administrativo do sr. interventor, já me teria afastado do posto imediato ao de s. exa., posto de alta confiança, em que me colocou. Além disso, o dr. Pedro Ludovico tem-me repetido muitas vezes que não alimenta predileção local ou regional e que se sujeitará ao que resolver a comissão de tecnicos encarregada da escolha do logar onde deverá ser edificada a nova cidade, dizendo-se apenas contrario à adaptação de uma velha cidade para o fim almejado.[983]

No artigo publicado pela gazeta uberabense, Mário assinala não ser "radicalmente" contrário à mudança e realça a previsão contida na Constituição Estadual de 1891. Não obstante, acentua duas condições para o seu apoio ao empreendimento: primeira, estar o erário estadual em boa situação econômico-financeira; segunda, o local da futura capital ser mais para o norte.

Em 1933, a *Voz do Povo* não franqueia suas colunas para a discussão mudancista e praticamente abstém-se em relação ao assunto, mencionando-o apenas lateral e secundariamente.

Em 1934, Mário Caiado, envolvido na desinteligência política entre Domingos Vellasco e Pedro Ludovico, escreve:

> [Vellasco] Sabendo da obcessão deste [Pedro Ludovico] pela ideia da mudança da Capital, tornára se mais mudancista que o proprio inventor. Chegou o seu aulicismo exclusivista ao ponto de explorar e insinuar a minha incompatibilidade com a política dominante, considerando-me "della desgarrado", em razão da attitude por mim assumida, francamente contraria à dita mudança, como ainda_sou, por considerá-la inopportuna e mais que adiavel, em virtude da crise financeira, de caracter não somente regional, mas mundial; por ser medida transcendental e fóra das cogitações de um governo dictatorial e transitorio e, finalmente em razão da má escolha do local. Deste meu gesto de franqueza e independencia de pensar, visando o bem geral do povo goyano, resultou fortíssima campanha contra mim pelo 'Araguary', com origem em Campo Formoso, residencia do notavel jornalista, tornado meu maior e mais rancoroso inimigo político e pessoal, com quem, desde então, Vellasco mais se unira e mais se identificara.[984]

Percebe-se que a argumentação contrária à mudança ganha um fundamento a mais do que o esposado em 1932. Além dos dois motivos mencionados anteriormente – questão econômico-financeira e má escolha do local – aparece agora também a prevenção ao governo ditatorial e transitório. Mário Caiado passa a exigir um ambiente democrático para a discussão do tema, da mesma forma como ocorreu em Minas Gerais. Todavia, ocorre que esta última objeção estava prestes a ser superada, ante a instalação da Assembleia Constituinte Estadual.

---

983 CAIADO, Mário. *Op. Cit.,* 1932.

984 CAIADO, Mário. O deputado Mario Caiado explica a posição do sr. Domingos Vellasco em face dos seus ex-companheiros. *Voz do Povo*, Goyaz, 04 de março de 1934.

Os outros dois argumentos agitados, igualmente, tornar-se-iam em pouco tempo incontrastáveis, frente à marcha acelerada do andamento das obras da futura metrópole. A teoria do fato consumado inexoravelmente incidiria, conforme salientado no segundo capítulo.

Ainda no ano de 1934, em missiva dirigida a Pedro Ludovico, Mário Caiado informa o teor de um diálogo mantido no Rio de Janeiro com o deputado Domingos Vellasco, que aventara a hipótese de substituição do interventor goiano, e acrescenta que, embora existisse uma questão de "alta transcendência que seria a suspensão dos trabalhos da mudança da Capital", repelira de pronto a proposta vellasquista, colocando a "lealdade e união partidária" acima das "conveniências":

> Depois [Vellasco] veio propôr a tua substituição na Interventoria. Respondi-lhe que nem por hypothese deveria falar nisso quando eu teria uma razão a prevalecer de alta trancedencia que seria a suspensão dos trabalhos da mudança da Capital. Mas coloquei a lealdade e união partidaria acima dessa conveniencias, ou conveniencia aliás justificavel, em razão da sua importancia, pois por muito menos elle rompeu.[985]

Em março de 1935, na iminência da convocação da Constituinte de Goiás, que elegeria o governador e dois senadores da República, consolida-se definitivamente o mudancismo condicionado no instante em que Mário Caiado declara seu apoio ao projeto oficial:

> Resta-nos agora esperar que Pedro Ludovico, que até aqui tem sido o fiel delegado de Getulio Vargas, uma vez elevado à governança constitucional do Estado, realize os seus sonhos de idealista, em prol da felicidade da terra goyana. Confiemos no seu espirito de tolerancia, sempre animado dessa tendencia sympathica de congraçar os bons elementos da familia goyana. Esperemos de seu patriotismo e de sua magnanimidade todos os influxos de progresso e bem-estar para o Estado e especialmente para o povo de Villa Bôa, jamais abandonando a velha cidade, mas, antes, imprimindo-lhe sempre um sopro de vida animador e incessante – eis que muitos dos que descriam de sua ideia mudancista, já hoje enxergam nesse sonho uma realidade incontrastavel.[986]

Examinando com atenção a redação marista, observa-se que a construção de Goiânia já se amoldava como uma "realidade incontrastável", ou seja, era impossível seu retrocesso. Mário Caiado lembra a necessidade de o interventor proteger a "velha capital" e imprimir-lhe "um sopro de vida animador e incessante". A *Voz do Povo* repercutiu a anuência marista:

> O projecto da mudança da Capital, que o dr. Pedro Ludovico, honesto interventor goyano, vae levando a effeito, debaixo dos applausos de todos aquelles que aspiram um Goyaz melhor, vem de receber o aval de um dos mais distinctos e respeitáveis goyanos, até então seu adversário. [...] A palavra do deputado Mário Caiado, não somente pelo conceito que continua a fazer da gestão político-administrativa do preclaro interventor dr. Pedro Ludovico, sinão quanto ao momentoso assumpto da Capital – que foi por elle adoptado em luminoso artigo inserto na 'Voz do Povo' de 17 do corrente – proferida como foi no

[985] Carta de Mário Caiado a Pedro Ludovico. Rio de Janeiro, datada de 28 de fevereiro de 1934. Papel timbrado da Assembléia Nacional Constituinte. Manuscrito. Museu Pedro Ludovico Teixeira.

[986] CAIADO, Mario. A situação politica. *Voz do Povo*, Goyaz, 17 de março de 1935.

> momento em que os *bichos carpinteiros* procuravam dissolver velhas amisades, é bem o indice do caracter sincero e congraçante do digno chanceler, aquelle que em todos os tempos soube combater à arma descoberta, o perigoso manejo da arte de Aretino, alem de ser o exemplo vivo de que o futuro senador goyano sabe collocar os interesses collectivos acima das injuncções de ordem privada.[987]

O jornalista Lycidio Paes, que atuava na imprensa do Triângulo Mineiro, asseverou ainda: "É verdade que ainda ha poucos mezes o sr. Mario Caiado declarou que reconhecia as vantagens da mudança e que confessava o seu erro; mas tal confissão só se fez quando os predios de Goyania já estavam em construcção e quando a sua actuação contraria já se tornara inoperante."[988]

Nessa esteira, o *Correio Official* aplaudiu a atitude marista: "elles [os intransigentes] não admittem que os descrentes de hontem, despertados hoje por um sentimento louvavel de verdadeiro patriotismo, modifiquem o seu modo de pensar ante a demonstração clara dos factos. […] é preferível reconhecer-se tarde um erro do que persistir nesse erro."[989]

No mês seguinte ao artigo, já eleito senador da República pelos constituintes estaduais, Mário Caiado exalta o bom andamento das obras de Goiânia, de onde, aliás, escreve para o amigo Pedro Ludovico:

> Escrevo-lhe aqui do escriptorio da nova metropole, cheio de enthusiasmo pela agitação sugestiva de trabalho e progresso que observo em torno de mim, imaginando que você deve estar orgulhoso de sua obra e pensando eu tambem o quanto de prazer deve ir em sua alma ao contemplar o fructo de seus titanicos esforços.[990]

Em sua atuação parlamentar no Rio de Janeiro, Mário Caiado passa a contribuir eficazmente para a conclusão das obras da futura capital, sem, entretanto, se esquecer de lembrar o agora governador Pedro Ludovico da necessidade de amparar devidamente a cidade natal de ambos:

> Hontem o Claro deu-me a ler a sua carta portadora do seu justificado empenho pelo auxílio ou autorização para a construcção dos edificios federaes – Correio, telegraphos e delegacia fiscal. Eu não lhe dei conhecimento das <u>demarches</u> [grifo do texto] realizadas, porque estava convicto de que outros mais moços e mais autorizados, inclusive o <u>Laudelino</u> [grifo do texto] (velho de espírito jovem), já o teriam posto a par dos esforços das bancadas reunidas para esse fim, sendo de notar que em todas as reuniões combinadas eu nunca faltei, sendo também o primeiro a comparecer à hora marcada. O Jeronymo Coimbra já até lhe deveria ter dado conhecimento de como se deu a conferencia delle com o Getulio e quem foi que com elle lá estive, à hora marcada […] Si bem que amaldiçoado por ter <u>deixado</u> [grifo do texto] você promover medidas para a mudança, como si em Goyaz ainda fosse o Governo sob a tuttela de sobas, que eu tanto combati e também maldito ultimamente por confessar ser tal ideia já enquadrada no panorama de realidades incontrastaveis, – creia que, dando o meu esforço, embora desvalioso, para que se realizem

---

987 Cf. *Voz do Povo*, Goyaz, 07 de abril de 1935.
988 PAES, Lycidio. *Op. Cit.*, 1935.
989 Cf. *Correio Official*, Goiaz-Capital, 21 de março de 1935.
990 Carta de Mário Caiado a Pedro Ludovico. Nova Capital, datada de 24 de abril de 1935. Papel timbrado da Câmara dos Deputados. Manuscrito. Museu Pedro Ludovico Teixeira.

> as construcções pedidas pelo seu governo, ou emprestando a minha solidariedade nos trabalhos desenvolvidos nesse sentido, – o fiz e faço desassombradamente, pois vejo nisso simplesmente alvo de benefício para Goyaz Estado e não apénas Goyaz, a velha cidade do nosso nascimento, a qual, estou certo, não será esquecida por você, que lá tem enterrado o umbigo, como eu.[991]

Na oportunidade vê-se que Mário Caiado já enxerga os benefícios advindos com a transferência. Sem embargo, continua convicto defensor dos interesses vilaboenses, tanto que pondera ao governador sua convicção de que a Cidade de Goiás "não será esquecida por você, que lá tem enterrado o umbigo, como eu."

Em agosto de 1935, a Constituição de Goiás é promulgada contendo a previsão de que os interesses econômicos da antiga metrópole deveriam ser salvaguardados. A determinação constitucional na realidade atualizou o artigo 2º do decreto 3.359 de 1933 e clarificou mais ainda o empenho do mudancismo condicionado, liderado, entre outros, por Mário Caiado.

Em 1935, a linha editorial da *Voz Povo* também modifica-se, acompanhando o pensamento de seu criador. Dirigido por Jorge Jardim, secretário particular de Pedro Ludovico, o jornal ilustra bem a nova opinião marista: "Umas das colunas, a principal, da grande construcção ai está, a mais de meio, já triunfante – a nova capital – acima talvez, do nivel de compreensão dos seus opositores, do contrario não os haveria."[992] O semanário, em sua penúltima edição, regozija-se com a nomeação do primeiro prefeito da nova cidade:

> Com quanta satisfação vimos no "Correio Official", de 8 do corrente, a noticia da nomeação do professor Venerando de Freitas Borges, para o cargo de primeiro Prefeito do Município de Goyania. E essa satisfação, essa alegria nota-se em toda parte sem que ao menos uma voz se levanta contra o acto que o investiu das altas e honrosas funcções de governo da Nova Capital do Estado. […] Jornalista de escol, esse ilustre conterrâneo sempre pugnou pelos altos interesses do Estado e com tal denodo, a ponto de tornar-se quasi áspero na defesa de seu grande ideal: elevar o nome de Goyaz.[993]

Em 1936, no âmago de uma crise política que será melhor detalhada no capítulo quinto, e posteriormente em outro estudo, o senador Mário Caiado escreve ao governador:

> Como você sabe, só não o acompanhei na idéia prematura da mudança. Mais tarde, porém, eu me conformei com essa obra, hoje grandiosa, fructo de sua pertinacia. Dessa nova atitude assumi franca responsabilidade em artigos escriptos na Voz do Povo e Voz do Sul, incorrendo por isso mesmo na ira dos anti-mudancistas. Isto, porém, sem embargo do esforço que faço para que o seu Governo não se esqueça da velha cidade e cumpra fielmente o *preceito da nossa nova constituição*, [destaque nosso] que manda que sejam salvaguardados seus interesses econômicos.[994]

---

[991] Carta de Mário Caiado a Pedro Ludovico. Rio de Janeiro, datada de 27 de julho de 1935. Papel timbrado do Gabinete do 2º Secretário do Senado Federal. Manuscrito. Museu Pedro Ludovico Teixeira.

[992] Cf. *Voz do Povo*, Goyaz, 03 de março de 1935.

[993] Cf. *Voz do Povo*, Goyaz, 10 de novembro de 1935.

[994] *Apud* MACHADO, Maria Cristina Teixeira. *Pedro Ludovico:* um tempo, um carisma, uma história. Goiânia:

Mário Caiado afirma ter-se conformado com a mudança, "isto, porém, sem embargo do esforço que faço para que seu governo não se esqueça da velha cidade". Na sequência, cobra fiel cumprimento da disposição constitucional que mandava proteger os interesses econômicos da Cidade de Goiás.

Acontece que a situação política não merecia rigidez de posições. A crise política de 1936, vencida pelo governador, contou com o apoio de Mário Caiado. A partir daí verifica-se uma visível alteração no posicionamento do senador, que passa então a não mais defender as medidas protetivas ao município de Goiás.

O pronunciamento lido na tribuna do Senado Federal em abril de 1937 evidencia claramente o novo comportamento político de Mário Caiado, que nada menciona em relação às reivindicações pró-Cidade de Goiás. O senador inicia seu discurso lendo um telegrama de Pedro Ludovico que lhe comunicara a edição do decreto mudancista. Em seguida, ele lê sua resposta telegráfica ao governador goiano:

> Rio, 29 – Agradecendo communicação assignatura decreto mudança capital para Goyania, cidade edificada sob os auspicios do seu patriotico governo, congratulo-me com o nobre amigo e povo goyano pela realização desse arrojado emprehendimento, que deve ser encarado com elevação, sem distincção de credos partidarios, mas rendendo todas as devidas homenagens ao esforço titanico, ao espirito eminentemente desassombrado e realizador de obra de tamanho vulto e que tanto há de engrandecer a nossa terra. Saudações cordeaes – *Mario Caiado*.[995]

Do conteúdo do telegrama, ressalta-se enaltecimento à nova capital e ao mesmo tempo total silêncio em relação à antiga comuna. Dessa vez a contrapartida vilaboense não aparece no raciocínio marista, mesmo saudando um ato governamental que determinava a remoção dos poderes estaduais sem enumerar qualquer vantagem à desamparada Cidade de Goiás.

Em verdade, todas as previsões preservacionistas, inclusive a insculpida na vigente Lei Maior Estadual, são solenemente desprezadas. O silêncio do senador é amargamente sentido em Vila Boa e machuca muitos companheiros de jornada aliancista e Partido Republicano Municipal.

O parlamentar continua seu discurso rememorando suas posições acerca do projeto mudancista. Lembra que nunca foi "radicalmente contrario à idéa". Contudo, a considerava inoportuna, vez que executada por um governo provisório, além de inviável do ponto de vista financeiro devido à situação econômica deixada pelos decaídos. Acrescenta que o empreendimento

---

Cegraf/UFG, 1990, p. 139.

995 Cf. *Diario do Poder Legislativo*, Rio de Janeiro, 1º de abril de 1937, p. 28453.

constituíra desde o início o elemento principal do programa de governo de Pedro Ludovico Teixeira, em cuja tenacidade de propósitos "se vislumbrava verdadeira allucinação".

Na sequência, esclarece que "optimista por temperamento e cultor convencido da supremacia do poder da vontade" se conformou com a transferência, fazendo calar o jornal de sua propriedade sobre qualquer opinião que pudesse contrariar a mudança.

A conformação aparece tal qual na carta já transcrita do ano anterior. O que desaparece agora é justamente o seu complemento: "isto, porém, sem embargo do esforço que faço para que seu governo não se esqueça da velha cidade e cumpra fielmente o preceito da nossa nova constituição que manda que sejam salvaguardados seus interesses econômicos." Em outras palavras, as reivindicações do mudancismo condicionado.

Em 1937, constata-se, sem maiores dificuldades, a visível fragilidade política a que Mário Caiado encontrava-se submetido, após desertar das fileiras do mudancismo condicionado e, via de consequência, perder sua principal base de sustentação eleitoral. Nessa oportunidade, o senador fica até mesmo impossibilitado de regressar à Cidade de Goiás. Essa situação compromete inclusive a sua tradicional independência política, a ponto de aceitar "guardar lugar" no parlamento para uma posterior assunção de Ludovico:

> Bugre velho, e por isso mesmo desconfiado, tal declaração me pôz sal na moleira. Eu, não obstante, estava esperançado em que você me renovaria o mandato, para lhe guardar o logar. A despeito, porém, dessa esperança, eu escrevera ao Albatenio lembrando a minha reversão à magistratura como ultimo recurso, no fim desta cançada existencia. Tomo, apezar do alvitre e de sua boa vontade para commigo, em qualquer de minhas aspirações, já que me mandou para cá, a liberdade de conferir-me a honra de guardar para você o logar, reelegendo-me, o qual renunciarei tão logo cesse a sua incompatibilidade temporaria e dando ao Diogenes uma cadeira na Camara. Esta carta servira de penhor à minha promessa, quando não baste a minha nunca desmentida lealdade para com você. Você deve confiar mais em mim que em ninguem. Por insistencia do Dr. Alcantara, medico e amigo vigilante de meu estado de saúde e tambem assistente de Maria e minha [ilegível], tenho necessidade de permanecer aqui a qual mais se justifica, pela incompatibilidade em que me encontro com os velhos amigos de Goyaz, cujos favores materiaes para custeio da politica, me impuz o dever de fazer desaparecer em parte, restituindo-lhes as quótas com que solicitamente concorreram. Nesse proposito de me manter afastado de Goyaz e em obediencia ao conselhos do Dr. Alcantara, estive em negocio de compra de uma casa á rua Lins e Vasconcelos n. 287.[996]

O próprio altivo estilo de escrita de Mário Caiado transforma-se profundamente. O tom agora é de submissão ao príncipe. A realidade de 1937 revelava-se bem diferente daquela de 1930, quando a liderança marista no estado era indiscutível, sobretudo na capital.

---

[996] Carta de Mário Caiado a Pedro Ludovico. Rio de Janeiro, datada de 16 de junho de 1937. Manuscrito. Papel timbrado do Senado Federal. Museu Pedro Ludovico Teixeira.

III.8 – As eleições em Vila Boa na década de 1930

A repetida afirmação de que a população vilaboense foi sempre radicalmente contrária à mudança da capital, merece pelo menos melhor reflexão, para não dizer reparos, a começar pelos termos vazados da comunicação telegráfica interventorial endereçada ao presidente da República Getúlio Vargas: "Seguiu hontem, registro, memorial desta Interventoria sobre mudança capital Goyaz. Interior vibra entusiasmo pela ideia que é apoiada maioria população desta Capital. Peço fineza leitura atenciosa dito memorial. Respeitosos cumprimentos. Pedro Ludovico."[997]

A principal bandeira do Partido Social Republicano sempre foi a construção de uma nova cidade-capital, retirando o trono vilaboense. Não obstante, nas três eleições realizadas durante a Segunda República na Cidade de Goiás, a sigla ludoviquista venceu todos os pleitos.

O advogado Joaquim Carvalho Ferreira deixou seu depoimento: "É preciso deixar bem claro que ao contrário do que se costuma propagar – TÔDA A POPULAÇÃO VILABOENSE NÃO ERA ANTIMUDANCISTA [destaque do texto original]."[998] A fim de justificar sua ponderação, o autor, filho do conhecido Professor Ferreira, assinalou o mesmo argumento eleitoral que ora será detalhado, muito embora citando apenas a eleição de 14 de outubro de 1934:

> E tanto isso é verdade que, nas eleições realizadas para escolha dos representantes à constituinte goiana, o partido situacionista, ou seja, o Dr. Pedro Ludovico derrotou os adversários por larga margem, apesar da extraordinária força política do Senador Caiado e da campanha promovida pelos inimigos da mudança, dentre os quais se incluíam, como era natural, os comerciantes e os velhos vilaboenses que dedicavam profundo amor á cidade que os viu nascer e que foi cenário dos acontecimentos que mais de perto lhes tocavam as fibras do coração.

É sabido que o voto secreto significou uma das principais aspirações do movimento de 1930 e destacada bandeira da Aliança Liberal. Os juristas que se debruçaram sobre a temática eleitoral após a revolução entenderam que a melhor forma de consagrar o sigilo do voto seria a instituição de um órgão do poder Judiciário com competência para controlar todas as fases das eleições (do alistamento à diplomação). Assim, em 1932, cria-se a Justiça Eleitoral no Brasil.

Com efeito, o acervo documental existente a respeito das eleições no conturbado período compreendido entre os anos de 1932 a 1937 é rarefeito e esparso. Há razões para o fenômeno, nos termos da declaração prestada pelo magistrado gaúcho Adalberto Burlamaqui Lopes:

---

[997] Telegrama de Pedro Ludovico Teixeira ao chefe do Governo Provisório Getúlio Vargas. Goyaz, datado de 07 de julho de 1932. Datilografado. Arquivo Nacional, fundo Gabinete Civil da Presidência da República, lata 19.

[998] FERREIRA, Joaquim Carvalho. *Op. Cit.*, p. 144.

> Acompanhei porque, quando entrei para o Tribunal [Eleitoral], estudei tudo o que tinha acontecido. Quando fiz concurso, uma das primeiras coisas que me interessou foi a história do Tribunal, tanto que, quando fui procurar se existia alguma coisa, descobri que tudo tinha sido queimado por ordem do Getúlio. Quando ele criou o Estado Novo, em 1937, fechou o Congresso, mandou queimar tudo o que existia na Justiça Eleitoral e colocou na rua todos os funcionários, pelo art. 177. Quando a Justiça Eleitoral reiniciou em 1945, com a redemocratização, em três meses, foram obrigados, no Brasil inteiro, a realizar uma eleição para Presidente da República e para o Senado. Então, nada existia, e tiveram que aprender tudo, inclusive, Juízes, Desembargadores e Ministros. Foram quinze anos sem que ninguém soubesse nada.[999]

Os dados das revistas editadas pelos Tribunais Regionais Eleitorais de São Paulo[1000] e de Goiás,[1001] em 2005, atinentes aos "60 anos de história da Justiça Eleitoral", corroboraram o testemunho de Burlamaqui. 60 anos? Deduz-se que a própria Justiça Eleitoral desconsidera a rica experiência de 1932 a 1937, além de contribuir para uma desfiguração injustificável da memória histórica dos mencionados órgãos do Judiciário.

Em decorrência certamente da destruição dos arquivos mencionados pelo magistrado gaúcho, os manuais de Direito Eleitoral raramente fazem referências ao interregno de 1932 a 1937, bem assim os diminutos estudos históricos relacionados ao tema.

Mesmo diante desse contexto desfavorável à pesquisa, a localização de algumas informações, sem, é claro, a exatidão ambicionada, deram respostas positivas quanto ao presente objeto de análise: as eleições vilaboenses durante a segunda República.

De acordo com o Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, no prélio de 03 de maio de 1933, em que se elegeriam 241 deputados à Assembleia Nacional Constituinte, alistaram-se 1.438.729 eleitores no Brasil, sendo que o maior contingente situava-se nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Em Goiás, inscreveram-se 16.114 cidadãos e cidadãs, estas se alistando pela primeira vez. Ao total, existiam 23 zonas eleitorais e destas as mais representativas eram as zonas da capital e de Catalão. A primeira contava com 2.145 eleitores e a segunda com 2.108.[1002]

No município de Goiás, de acordo com a ata geral de apuração da eleição do Tribunal Regional de Justiça Eleitoral, 1.775 pessoas votaram validamente no citado pleito, fracionando-se do seguinte modo: a) 1.148 votos no Partido Social Republicano; b) 497 nos candidatos avulsos; e

---

[999] AXT, Gunter; TORRE, Márcia de la**.** *História de vida:* representações do Judiciário. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, 2003, V. 3, p. 40.

[1000] TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Justiça Eleitoral:* uma retrospectiva. Coordenação de Eliana Passarelli. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.

[1001] TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE GOIÁS. *Justiça Eleitoral:* 60 anos. Coordenação de Mary Denise Martins. Goiânia: [s.n.], 2005.

[1002] Cf. *Voz do Povo*, Goyaz, 23 de abril de 1932.

c) 130 na legenda Democratas.[1003]

Deduz-se dos números que o PSR atingiu quase o dobro de votos dos candidatos avulsos e da legenda Democratas juntos. Assim, é inconteste o triunfo da agremiação situacionista em Vila Boa na primeira eleição após a Revolução de 1930.

A propósito, aduziu o jurista Colemar Natal e Silva, membro destacado do oficialismo: "O resultado do pleito na Capital, com a estrondosa vitoria do PSR, é, nas condições em que se deu, um belo exemplo para todas as outras cidades do Estado em muitas das quais lutas de grupos e questiúnculas municipais emperram o progresso e embaraçam a propria ação administrativa."[1004]

Nessa mesma direção, o testemunho de Jaime Câmara: "o govêrno, surpreendendo muita gente, publicara o decreto fixando o local onde se construiria a nova capital do estado. Vinha o estado, aliás, de uma eleição em que o povo da capital dera vitória aos candidatos governistas."[1005]

Na contenda seguinte de 14 de outubro de 1934, o alistamento eleitoral apresentou um incremento significativo, se comparado ao certame anterior. O eleitorado goiano dobrou, chegando a 33.691 inscritos. A metrópole e Catalão, respectivamente, com 3.787 e 3.613 eleitores, continuavam sendo as zonas mais relevantes.[1006]

A eleição de 1934 seria crucial para a mudança e para medir o espírito da população de Vila Boa. Julgava-se que a disputa traduziria um verdadeiro plebiscito sobre a transferência, consoante avaliação formulada pelo deputado federal Domingos Netto de Vellasco:

> Penso que a attitude do P.L.G. [Partido Libertador de Goiás] em face da transferencia da Capital, deve depender do resultado das proximas eleições. Será um plebiscito. Se o eleitorado de Goiaz e Itaberai, em sua maioria, sufragar os candidatos do partido do interventor que está fazendo a mudança, isso quer dizer que também a desejam os proprietarios de imoveis e todos os interessados dessas cidades. E não será razoavel que o P.L.G., constituído principalmente das maiorias eleitorais dos municípios do interior, contrarie a vontade expressa nas urnas pelos habitantes de Goiaz e Itaberai que são os maiores prejudicados. Assim, a sorte de Vila Boa dependerá de seus proprios filhos.[1007]

Do mesmo modo, a declaração dos irmãos Zacheu de Castro e Zabulon de Castro: "Tendo tudo feito para honrarem o seu compromisso politico, recolhem agora à vida privada, certos de que cumpriram bem e fielmente o seu dever. Se a Colligação não obtiver a victoria, é porque o povo está satisfeito com o governo que tem e quer de fato a mudança da nossa Capital."[1008]

[1003] Cf. *Boletim Eleitoral*, Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, Rio de Janeiro, 22 de julho de 1933, p. 2462.
[1004] SILVA, Collemar Natal e. O pleito na Capital. *Voz do Povo*, Goyaz, Capital, 13 de maio de 1933.
[1005] CÂMARA, Jaime. *Op. Cit.*, 1967, p. 13.
[1006] Cf. *Correio Official*, Goiaz-Capital, 06 de setembro de 1934.
[1007] VELLASCO, Domingos Netto de. Importantes declarações do deputado Vellasco. *A Colligação*, Goyaz, 16 de setembro de 1934.
[1008] CASTRO, Zacheu Alves de; CASTRO, Zabulon Alves de. Declaração necessaria. *Correio Official*, Goiaz-Capital, 16 de outubro de 1934.

A oposição buscou incompatibilizar em grau máximo os pesserristas com os habitantes da capital, a ponto de o jornalista Egerineo Teixeira rotular o interventor Ludovico de "carrasco-mor" de Vila Boa: "O governo bruxoleante do sr. Pedro Ludovico pretendeu com aquilo erguer barricadas ao vellasquismo em Vila Bôa, cuja população culta deve ter lido o meu artigo na integra e, portanto, saboreou o trecho em que no mesmo aponto o sr. Pedro Ludovico o carrasco-mór daquela cidade."[1009]

A Colligação, órgão da Coligação Libertadora de Goiás, sublinhou: "A mudança significa o desaparecimento completo de Vila Boa e Itaberahy do mapa de Goiaz. É por isso que a população do Estado está de olhos voltados para a Serra Dourada aguardando a attitude compativel aos nossos sentimentos de povo altivo e conscio de seus deveres."[1010]

Nem o meio-termo era aceito pela folha oposicionista. O momento era de reagir pelo voto: "Isso quer dizer, simplesmente, que não há [e] não pode haver meios termos: ou Villa Boa reage, pelo voto, contra os mudancistas, ou ajuda a lavrar a sua sentença de morte. Não se trata mais de uma questão politica: trata-se de uma questão de honra e de instinto de conservação."[1011]

O artigo assinado por I.B. assinala: "Considerae bem isto: a proxima eleição de outubro é que vai decidir a sorte de nossa terra; si o governo sahir victorioso nessa eleição, a mudança da capital se effectivará, sendo a nossa terra condemnada à decadencia, e, portanto, à miseria."[1012]

Novamente Vellasco: "Tenho em meu archivo, perfeitamente catalogadas, outras cartas semelhantes a que publiquei. Entre ellas existe aquella na qual S. Exa. [Pedro Ludovico] formula o triste juizo que faz dos chefes politicos que ainda o apoiam nesta Capital."[1013]

Inúmeros outros exemplos poderiam ser colacionados no afã de comprovar a tática da intriga usada pela oposição para chocar o governo ludoviquista com a população do município de Goiás. A provocação, no entanto, do jornal *A Colligação* dirigida ao prefeito Joaquim da Cunha Bastos sintetiza o ambiente. Antes, porém, de salientá-la, cabe aqui pontuar uma pequena digressão a respeito.

Quando Pedro Ludovico e seus colaboradores põem em execução a transferência, o primeiro intendente de Vila Boa após a Revolução de 1930,[1014] Samuel Sabino dos Passos, requer sua exoneração. Apesar de a imprensa oficiosa ter tentado minimizar a divergência política,[1015] o

[1009] TEIXEIRA, Egerinêo. Cupins e Condores. *Lavoura e Comercio*, Uberaba, 08 de março de 1934.
[1010] Cf. *A Colligação*, Goyaz, 25 de agosto de 1934.
[1011] Cf. *A Colligação*, Goyaz, 09 de setembro de 1934.
[1012] I.B. Goyanos da Capital!. *A Colligação*, Goyaz, 16 de setembro de 1934.
[1013] VELLASCO, Domingos Netto de. A retractação do sr. Interventor. *A Colligação*, Goyaz, 30 de setembro de 1934.
[1014] Nomeado pelo decreto nº 07, de 28 de outubro de 1930. In: GOIÁS. *Atos do Governo Revolucionário do Estado de Goiaz em 1930*. Organização de Segismundo de Melo. Cidade de Goiaz: Oficinas Gráficas Popular, 1936, p. 4.
[1015] Cf. *Voz do Povo*, Goyaz, 18 de dezembro de 1932.

alcaide realmente dissentiu do governo: "Mais tarde, divergindo do Interventor no tocante ao seu firme proposito da mudança da Capital, e sendo ele contrario a essa medida, em um gesto de nobreza de sentimento e de comprovada dignidade deixou o elevado cargo."[1016]

O interventor então convida para assumir o alto posto municipal, o experimentado bulhonista[1017] Joaquim da Cunha Bastos, patriarca de tradicional família vilaboense, aliás, descendente do bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera.

Pois bem. Na véspera da eleição de outubro de 1934, estando Cunha Bastos no exercício do cargo, *A Colligação* interpela o coronel nos seguintes termos:

> O que nós quizemos dizer, evitando a citação de nomes, é que um homem como o Coronel Joaquim da Cunha Bastos, digno a toda prova, que aqui nasceu e viu nascer seus filhos; que aqui tem sepultados seus paes e seus avós; um homem como o coronel Joaquim de Bastos, que tem quarenta annos de trabalho honrado para constituir o patrimonio de seus filhos e o constituiu à custa do proprio suor e de seus proprios meritos, não pode em absoluto apoiar os que querem a mudança da Capital nas condições com que a vão fazendo. Porque (já que nos obrigam a personalisar a questão) a transferencia da séde do governo para Campinas significa para elle a inutilidade de todos os seus cansaços e o esboroamento de toda a conquista material de sua existencia. O que nós quisemos dizer é que um homem do patriotismo do Cel. Joaquim da Cunha Bastos, tão prestigiado pelos seus concitadinos, não pode, com a respeitabilidade do seu nome e o da sua familia, contribuir para a quéda de Villa Bôa. Poque amanhã, quando esta cidade se transformar numa tapéra, amanhã, quando a sua decadência for tamanha que só ruinas – forem guardadas pelos seus muros, amanhã quando as gazetas continuarem a lançar sobre a capoeira que isto virará o roldão de sarcasmos chulos, a sua consciencia doerá pela attitude que deveria tomar e não tomou.[1018]

O texto buscou mexer com os brios de Joaquim da Cunha Bastos. Em resposta, o prefeito inicialmente historia sua longa vida política, sempre integrada aos postulados da liberal democracia. Na sequência, conta que se filiou às minguadas hostes da Aliança Liberal antes de 1930, mas já anteriormente – "há mais de quatro lustros", diz ele – era oposicionista às diversas situações dominantes no estado.[1019]

Nesse posto, ou seja, de autêntico oposicionista, a revolução o alcançou. Desde então – continua Bastos – depositava sua confiança, ainda não decepcionada, aos mesmos companheiros de ideal. Avaliando as gestões da junta provisória e de Pedro Ludovico, o alcaide reconhece em ambas a vontade leal de tornar realidade as pregações aliancistas e pontifica: "administrador honesto é o que não mente às promessas effectuadas, não abandona diretriz que se traçara e lhe valera o apoio da opinião publica."[1020]

[1016] Cf. *A Colligação*, Goyaz, 25 de agosto de 1934.
[1017] GODOI, Claro Augusto. *Op. Cit.*, 1975, p. 120.
[1018] Cf. *A Colligação*, Goyaz, 16 de setembro de 1934.
[1019] Segundo Domingos Vellasco, Joaquim da Cunha Bastos foi "o último dos bulhonistas fiéis ao mestre na antiga capital." In: VELLASCO, Domingos Netto de. *Op. Cit.*, 1971, p. 69.
[1020] BASTOS, Joaquim da Cunha. A mudança da capital. *A Colligação*, Goyaz, 30 de setembro de 1934.

Em seguida, Cunha Bastos afirma que, embora hipotecando apoio ao partido dominante no estado a partir de 1930, nunca fez mistério de sua prevenção à causa mudancista, inclusive teve oportunidade de reiterar seu ponto de vista diretamente ao interventor na ocasião em que foi convidado para o exercício do cargo de prefeito:

> Foi quando ouvi daquele administrador a promessa de que não desampararia nossa velha e querida cidade e que tomaria todas as providências e cautelas necessárias à sua conservação e progresso, de maneira que a não affetasse a mudança projectada. Como primeira manifestação dessa solicitude, foi obtida a vinda da 2ª Cia do 6º BC, que há um anno já está integrada na vida local. […] Eis porque, anti-mudancista, aceitei a investidura de prefeito da Capital, em idade a que não tentam mais vaidades, antes propicia ao repouso e ao descanso de uma vida afanosa.

O chefe político municipal assevera ainda que vinha trabalhando com afinco e recebendo o apoio do interventor nas iniciativas encetadas para beneficiar Vila Boa. Por fim, menciona a inevitabilidade da transladação e o instituto partidário do centralismo democrático:

> Sinceramente, julgo preferível essa attitude a uma inercia condemnável, gerada por rancores pessoaes, impotente para obstar à projectada transferencia e nociva aos interesses geraes do Estado. Considere-se, afinal, que todas as associações, todos os partidos políticos, deliberam e resolvem pela maioria de seus componentes. Vencido em um assumpto, não se desligam os indivíduos que integram essas associações ou esses partidos, pelo único motivo não terem conseguido tornar vencedor seu ponto de vista. Porque, a prevalecer o critério das vontades individuaes, não existiriam associações, nem partidos, nem reuniões de qualquer espécie, eis que surgiriam, fatalmente, vontades divergentes.[1021]

Em verdade, malogrou a tática da intriga, pois ao final da apuração, pela segunda vez consecutiva, as forças pesserristas triunfaram em Vila Boa. Infelizmente, em 1934, a ata geral da eleição, lavrada pelo Tribunal Regional de Justiça Eleitoral, não discriminou a votação em cada zona eleitoral, o que dificultou sobremaneira a tarefa investigatória.[1022] No entanto, as edições do *Correio Official* forneceram elementos convincentes sobre o resultado eleitoral.

Das quatorze seções apuradas,[1023] das dezenove existentes na zona eleitoral da capital, para deputado federal, Claro Augusto Godói – o mais votado do PSR – conseguiu 1.800 votos, ao passo que Jalles Machado de Siqueira – o mais lembrado da Coligação – alcançou 979.[1024] Para deputado estadual, os mais votados de cada corrente política foram o situacionista João José Coutinho e o coligado Joaquim Rufino Ramos Jubé Júnior, que obtiveram, respectivamente, 1.755 e 1.036 votos.

[1021] Cf. *A Colligação*, Goyaz, 30 de setembro de 1934.
[1022] Cf. *Boletim Eleitoral*, Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, Rio de Janeiro, 05 de janeiro de 1935, p. 54.
[1023] Cumpre apenas acrescentar que nestes dados de quatorze seções constam duas seções de outras zonas eleitorais.
[1024] Cf. *Correio Official*, Goiaz-Capital, 19 de outubro de 1934.

O placar isolado de duas outras seções da primeira zona eleitoral (capital), não incluídas nas cifras acima, foi localizado, constando os seguintes algarismos: a) *18ª seção:* PSR – 167 votos; Coligação Libertadora – 25;[1025] b) *19ª seção:* PSR – 77 votos; Coligação Libertadora – 05 votos.[1026] Esses números indicam uma vantagem ainda maior dos governistas.

A última disputa ocorrida na década de 1930 foi a que reconstitucionalizou os municípios, selecionando os edis e alcaides. Na metrópole, por determinação da Constituição Estadual,[1027] haveria sufrágio apenas para o cargo de vereador, porquanto o de prefeito era de livre nomeação do governador.

É válida a abertura de um pequeno parêntese para ressaltar a importância do cargo de presidente da Câmara Municipal da capital. A primeira Carta Magna de Goiás de 1891 preconizava a participação da autoridade local na ordem de sucessão do governador:

> Art. 80. Substituem o presidente em seus impedimentos, ou quando se der vaga do respectivo cargo, os vice-presidentes na ordem de sua classificação.
> § Unico. No impedimento ou falta dos vice-presidentes, assumirá o governo:
> II) o presidente do Senado;
> III) o presidente da Camara dos Deputados;
> IV) o vice-presidente do Senado;
> V) o vice-presidente da Câmara dos Deputados;
> VI) o presidente do conselho municipal da capital do Estado.[1028]

No sufrágio municipal de dezembro de 1935, a oposição repetiu a mesma ação eleitoral usada no pleito de outubro de 1934, ou seja, buscou desarmonizar o mudancista PSR com a população da Cidade de Goiás.

Essas foram as principais armas políticas estampadas no periódico oposicionista *A Colligação*: "Votar nos candidatos do P.S.R. nas proximas eleições, é entregar a cidade de Goiaz aos seus destruidores."[1029]

Outro exemplo: "A minha esperança de salvação da cidade de Goiaz, está nos candidatos da Coligação Libertadora, anti-mudancistas sem rebuços, os unicos capazes de lutar contra a furia devastadora dos seus inimigos ocultos ou descobertos.[1030]

Mais um: "Votar nos candidatos da Colligação Libertadora é desagravar a cidade de

---

[1025] Cf. *Correio Official*, Goiaz-Capital, 25 de outubro de 1934.
[1026] Cf. *Correio Official*, Goiaz-Capital, 08 de novembro de 1934.
[1027] Art. 64, § único: "Os prefeitos da Capital e estâncias hidrominerais serão de livre nomeação do governo." In: GOIÁS. *Constituição do Estado de Goiaz*. Cidade de Goiaz: Seção Gráfica do Dep. de Estatística e Publicidade, 1935, p. 26.
[1028] GOIÁS. *Op. Cit.,* [189_], p. 13.
[1029] Cf. *A Colligação*, Goyaz, 10 de novembro de 1935.
[1030] Cf. *A Colligação*, Goyaz, 24 de novembro de 1935.

Goiaz de todas as humilhações que tem sofrido. Nada de contemplações: PAU NOS MUDANCISTAS! [destaque do texto original]".[1031] O vocábulo mudancistas no contexto quer dizer: pesserristas vilaboenses.

Esforços baldados de novo. Terceira vitória pesserrista no município de Goiás. No pleito de 1º de dezembro de 1935, votaram 1.252 pessoas, assim distribuídas: a) PSR: 815; b) Coligação Libertadora: 253; c) Integralismo: 64.[1032]

A conclusão lógica que se impõe, ante o resultado, não poderia ser outra senão a mesma a que chegou o *Correio Official*:

> Se, entretanto, é de assinalar essa vitoria do governador Pedro Ludovico nos municipios do interior, ela mais avulta em Vila Bôa, a velha capital, cidade de tradições historicas, cidade que ainda é a cabeça pensante do Estado. O oposicionismo à mudança em Vila Bôa alçou vôos na Assembléia e nas colunas da folha oposicionista. Esta última dizia – e será que ainda continua a dizê-lo? – que representava, na opinião que emitia contra a mudança, a própria opinião do povo desta velha cidade. Entretanto, que vemos nós? No pleito municipal de 1º do corrente o partido de que é chefe o sr. dr. Pedro Ludovico elegeu oito vereadores e a oposição dois. Isto prova que o próprio povo de Vila Boa não nega apoio à mudança da capital.[1033]

A frase derradeira da citação exige realce: "Isto prova que o proprio povo de Vila Boa não nega apoio à mudança da capital." O resultado foi implacável com a minoria na medida em que a Câmara Municipal vilaboense passou a contar com oito vereadores do PSR e apenas dois da Coligação Libertadora. Incontinenti às eleições municipais, verberou a *Folha de Goiaz*, jornal do deputado estadual Salomão de Faria:

> Ultimamente, as suas descalibradas baterias [da Coligação] assestaram-se contra a mudança da Capital de Goiás, esse empreendimento aplaudido pela nação inteira e que já se tornou um facto consumado, por isso que é hoje uma realidade que se concretizou. […] Conclue-se daí, e muito claramente, que a "A Coligação" não fala em nome de uma coletividade, a menos que queira afirmar, o que será a maior insensatez, que os anti-mudancistas, que hoje são poucos, desta cidade, representam a opinião de todos os habitantes do Estado; que os seus interesses superam os da maioria dos goianos do interior.[1034]

A matéria afirma que a construção de Goiânia inseria-se no rol dos fatos consumados e que os antimudancistas naquele momento eram de pequena expressão política na Cidade de Goiás.

Sob o título "O Governo do Estado beneficia a prefeitura de Goiás", o *Correio Oficial* comunica que o município de Goiás começa a ser beneficiado "a fim de conservar, como é de

---

[1031] Cf. *A Colligação*, Goyaz, 24 de novembro de 1935.
[1032] Quadro geral de apuração das eleições realizadas em 1º de dezembro de 1935 para vereadores municipais do Município da Capital de Goiás. In: Arquivo Histórico Estadual.
[1033] Cf. *Correio Official*, Goiaz-Capital, 19 de dezembro de 1935.
[1034] Cf. *Folha de Goiaz*, Goiaz, 06 de fevereiro de 1936.

justiça, sua primazia dentre as demais cidades":

> Consoante ao que vimos afirmando, é intenção do Governo do Estado, beneficiar tanto quanto possível a cidade de Goiaz. […] A primeira lei de proteção à cidade de Goiaz já foi patrioticamente decretada pela Assembléa Legislativa e sanccionada pelo Executivo. Cria ela a Casa do Estudante, cedendo a essa instituição edificios publicos estaduais e doa ao município de Goiaz o actual palacio do Governo e o predio em que funciona a Diretoria da Fazenda. O ancestral palacio do Conde dos Arcos foi destinado com muita propriedade, ao Grupo Escolar Municipal. […] A cidade de Goiaz que, como vemos, começa a ser beneficiada deverá ainda receber o amparo e ao auxilio do Governo do Estado a fim de conservar, como é de justiça, sua primazia dentre as demais cidades. E essas medidas devem ser de tal maneira tomadas de modo a não alterar o seu ritmo de progresso.[1035]

É imperioso sublinhar ainda dois pontos. Primeiro: a eleição de 1935 contou com a participação de uma terceira legenda, qual seja, a Ação Integralista Brasileira. A organização política, contudo, não conseguiu assento na Câmara Municipal, não obstante ter inscrito alguns nomes conhecidos da opinião pública.

Segundo: em decorrência do levante comunista desencadeado em novembro de 1935 pela Aliança Nacional Libertadora, o presidente Vargas decretou estado de sítio em todo o território nacional. Em um ambiente institucional dessa natureza, a imprensa antigovernista denunciou violência no distrito vilaboense de Aldeia, bem como a utilização da polícia-política para intimidar a cidadania:

> O publico só teve conhecimento da suspensão do estado de sítio no sabado de manha. Vinte e quatro horas depois comparecia o eleitorado às urnas. O ambiente estava formado para a mais eficiente compressão. Não nos devemos esquecer, também, que a chefatura de polícia distribuiu dois dias antes um boletim ameaçando de prisão os "boateiros". A ameaça era classica demais, pois "boateiro" tanto pode ser o indivíduo que solta boatos, como o cidadão que não comunga com o governo - depende do modo de entender das autoridades que dirigem a policia-politica. Nesse ambiente só poderia comparecer massa simpatica ao officialismo. E foi o que aconteceu.[1036]

A ocorrência noticiada decerto dificultou a mobilização da oposição que talvez teria melhor êxito na eleição. Todavia, é improvável supor que a situação não venceria o pleito municipal em Vila Boa, diante da grande diferença registrada nas urnas.

A terceira vitória consecutiva da sigla ludoviquista na Cidade de Goiás, atingindo uma bancada de oito vereadores em uma casa de dez parlamentares, pontifica que a ferrenha objeção à mudança do vilaboense – cantilena tanto ouvida quanto repetida pela memória coletiva hegemônica –, no mínimo, merece ser repensada, à luz das novas fontes trazidas ao vertente estudo histórico.

Como explicar esse evento altamente contraditório, isto é, população radicalmente

---

[1035] Cf. *Correio Official*, Goiaz-Capital, 06 de dezembro de 1935.
[1036] Cf. *A Colligação*, Goyaz, 08 de dezembro de 1935.

contrária ao projeto mudancista do PSR, consoante se apregoa, e vitória eleitoral pesserrista no município que perderia o título de capital, concedida pelos mesmos vilaboenses que combatiam cegamente a transferência? Se os habitantes da antiga capital fossem tão intransigentes contra o projeto governamental, o consectário óbvio não teria sido uma acachapante derrota do PSR nas urnas?

Poder-se-ia inferir que a compressão eleitoral por parte do governo fosse o motivo do sucesso. Todavia, o uso da força logo na urbe onde se localizavam o Tribunal Regional Eleitoral, a Justiça Federal e uma companhia do Exército? Não se constatou nenhuma denúncia, nesse aspecto, na eleição de 1934 em Vila Boa, no semanário *A Colligação.* Apenas no pleito de dezembro de 1935 houve uma ocorrência, mas, mesmo assim, aparentemente sem maior impacto no resultado final, conforme mencionado.

No sufrágio eleitoral de 1934, cogitou-se da presença de um observador para acompanhar o certame. Mas de que local ele acompanharia o pleito? Com a palavra o diretor do periódico antigovernista Alfredo Nasser:

> O interventor federal neste Estado, segundo telegrammas publicados no "Correio Official", solicitou ao sr. Ministro da Justiça e à Associação Brasileira de Imprensa que mandassem fiscaes por occasião do proximo pleito. Quer com esse gesto o governo de Goyaz demonstrar a lisura de suas attitudes e sua intenção de permittir que as eleições correm livremente. Muito bem. Mas de onde assistirão o pleito esses fiscaes? Da capital? Daqui a visão é muito restricta e bastante relativa. Se o interventor está, realmente, disposto a não coagir o eleitorado solicite fiscaes do governo federal e da imprensa para os municípios de Jatahy, Catalão, Pouso Alto, Campo Formoso, Pires do Rio, Bomfim e outros. Aqui ha a força federal, o Tribunal Regional, e outros obstáculos à compressão. O interior está entregue à sanha de chefes, além de desprestigiados candidatos.[1037]

Entre outros elementos, a excelente aceitação dos candidatos do Partido Social Republicano na capital em todas as eleições realizadas durante a segunda República é prova inabalável de que alguma coisa não está bem explicada na História de Goiás. O sucesso nas três consultas populares é consequência direta do mudancismo condicionado. Seu reflexo mais visível.

A historiografia que se debruçou sobre esse tema complexo geralmente tem formulado generalizações sobre os personagens políticos que mais confundem que esclarecem. É leitura corrente, seguindo as pegadas do livro *Como Nasceu Goiânia*, a classificação rígida e inflexível dos agentes históricos entre mudancistas e antimudancistas. As acomodações e os arranjos entabulados ao longo do itinerário mudancista acabam soterrados na narrativa.

É mais ou menos como raciocinar assim: se Mário Caiado um dia foi antimudancista, ele nunca mais poderia mudar de posição. No entanto, a alteração de opinião é uma variável que

[1037] Cf. *A Colligação*, Goyaz, 30 de setembro de 1934.

sempre o saber histórico terá de reconhecer, pois integra uma característica atávica dos seres humanos, ainda mais em se tratando de seara política.

Por fim, essa análise maniqueísta consagrada desconsidera as marchas e contramarchas do jogo político, sem prejuízo de reduzir o debate a um exagerado rigor que não foi e não é a realidade da cena política brasileira, fértil em composições, pactos, *tertius*, enfim, soluções centristas *in medio est virtus*. As rotulações impingidas aos próceres vilaboenses são por isso contraditórias e imprecisas.

III.9. Mudancismo incondicionado: destruir para construir

Todo movimento que se intitula revolucionário busca romper com o passado, pelo menos o passado imediato. Em regra, o objetivo primordial da nova ordem é iniciar tudo do zero. A Revolução Francesa, por exemplo, introduziu até um original calendário e uma nova contagem dos anos, cujo ponto de partida não se balizaria mais pelo nascimento de Jesus Cristo mas sim pelo ano 1º da República una e indivisível.[1038]

Em Minas Gerais e Goiás, os novos regimes políticos implantados por movimentos que se intitulavam revolucionários – como da proclamação da República e da Revolução de 1930 –, não chegaram a alterar a contagem dos anos, mas resolveram gravar o emergente período na memória coletiva com a fundação de novas capitais.

Na unidade federativa mineira, os republicanos, que almejavam romper com a anterior era imperial, colaram em Ouro Preto a superada imagem monárquica, e, em contrapartida, associaram Belo Horizonte aos novos tempos da República:

> Uma das primeiras preocupações do governo mineiro foi sair de Ouro Preto. Uma certa insensibilidade pelas coisas antigas, própria das gerações de *belle époque*, um certo ódio ao passado brasileiro, que lhes parecia um tecido de obscurantismo e atraso, quando, na verdade, fora uma aventura prodigiosa, a tendência comum em toda revolução no sentido de começar vida nova – como se nada houvera acontecido antes – tudo contribuiu, inclusive, obviamente, a impossibilidade material de crescimento que demonstrava a Imperial Cidade de Ouro Preto. E, certamente, não agradaria àquelas almas republicanas a presença de casas que lembrava um tão antigo e esquecido passado monárquico...[1039]

Segundo Fonseca, "construir uma nova capital seria um marco inaugural da era republicana em Minas Gerais, significando para seus defensores o resgate do estado da decadência e

---

[1038] POMIAN, k. Periodização. In: *Enciclopédia Einaudi.* Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1993, v. 29 (Tempo/Temporalidade), p. 165.
[1039] TORRES, João Camilo de Oliveira. *História de Minas Gerais*, [S.l.:s.n.], [s.d.], V. 3, p. 1251.

do ostracismo."[1040] O enredo descrito em Minas não fugiu muito do roteiro seguido em Goiás. A diferença mais visível repousa no tempo que deveria ser apagado ou lembrado pejorativamente: no caso goiano, a primeira fase republicana, consoante as lições do mestre Palacin:[1041]

> Não foi, pois, casual que fosse o próprio chefe das tropas revolucionárias entradas em Goiás, Dr. Pinheiro Chagas, quem, no comício de exaltação da revolução vitoriosa, lançasse a idéia da necessidade da mudança da capital, associando-a agora ao processo revolucionário, à ruptura total com o passado. Goiás, a velha capital, passou a significar na mente dos revolucionários a inércia, o atraso secular confrontado com o ímpeto criador da revolução. Significava a politicagem das oligarquias depostas frente a limpidez transparente dos verdadeiros democratas. Significava, sobretudo, os homens da "república velha" com seus densos sistemas de relações pessoais e suas articulações de poder. Por isso, às razões geográfico-econômicas da mudança, já antigas, a partir de 30 há que acrescentar a compulsão psicológica da mudança nos homens da Revolução. A mudança como libertação do passado e como criação de um mundo novo.[1042]

Nessa esteira, no percurso mudancista anhanguerino, a Cidade de Goiás passou a ser muito mais associada à oligarquia caiadista, retratada invariavelmente como retrógrada e violenta, do que com a figura mítica de seu fundador, o bandeirante Anhanguera. De igual modo, em Ouro Preto, a expressão do lendário Tiradentes e dos inconfidentes, aos olhos do governo republicano, se viu repentinamente substituída pela imagem do imperador recentemente deposto.[1043]

Ao longo do presente trabalho, ressai robustamente a luta empreendida pela população de Vila Boa para dotar a capital de melhoramentos ambientais e urbanísticos. Ocorre que são justamente esses benefícios, poucas vezes realizados, como no caso da iluminação elétrica, que incomodarão os goianos do interior, porquanto tais obras contavam com a subvenção dos cofres do tesouro estadual, ou seja, dinheiro de todas as demais localidades. Essa malquerença de outros municípios com a capital mereceu observação especial de Bernardo Élis:

> No interior do Estado de Goiás, era geral a convicção de que a capital não representava os interesses goianos, constituindo-se, pelo contrário, em um entrave e uma rémora ao progresso, especialmente pela visão estreita e desatualizada dos habitantes, bi-seculares detentores do poder político. Havia uma velada porém mal contida revolta contra a velha cidade do Anhanguera, única a obter os favores da mísera renda estadual. Essa emulação em parte era procedente. Provinha da posição privilegiada de Goiás como sede do Governo e única a desfrutar certas prerrogativas urbanas que lhe conferiam comportamento de povo civilizado. Era Goiás talvez a única cidade habitável, no Estado. O vilaboense sabia disso e se julgava um heleno entre bárbaros, na opinião talvez injusta dos habitantes do resto do Estado.[1044]

[1040] FONSECA, Janete Flor de Maio. *Op. Cit.*, p. 105.

[1041] Desse modo, compreendeu também Ana Lúcia Silva ao afirmar: "Uma nova capital, aos olhos dos outubristas, significava romper a estrutura da Primeira República. In: SILVA, Ana Lúcia. *Op. Cit.*, p. 150.

[1042] PALACIN, Luiz. *Fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás*. Goiânia: Oriente, 1976, p. 22.

[1043] FONSECA, Janete Flor de Maio. *Op. Cit.*, p. 24.

[1044] ÉLIS, Bernardo. Goiás em sol maior. *Obra reunida de Bernardo Élis*. Coleção Alma de Goiás, v. 4. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1987, p. 61-62.

A contribuição de Élis confirma que a metrópole, no âmbito cultural e educacional, ostentava posição mais vantajosa do que suas congêneres, a ponto de os goianos do interior considerarem que o vilaboense se sentia "um heleno entre bárbaros". O imortal esclarece ainda que alguns favores recebidos pela capital, provindos do erário estadual, a exemplo da iluminação elétrica, desagradava a muitos.

A título de comparação, de acordo com Levine, os pernambucanos desgostavam da alocação de verbas públicas da União Federal em projetos de modernização e embelezamento do Rio de Janeiro: "Os pernambucanos, no século XIX, queixavam-se de muitas das mesmas coisas que ainda enfureciam os seus descendentes na República: os impostos locais eram gastos na modernização e embelezamento do Rio de Janeiro."[1045]

Referindo-se à capital goiana, em dezembro de 1932, o periódico ipamerino emite conceito que confirma o comentário de Bernardo Élis e ao mesmo tempo denota que campanha contra o espectro caiadista estava acesa: "[Vila Boa] aquele casario velho, sombrio, anti-higienico, anti-estetico, horripilante, enfumado, nada ficará a valer. Em compensação o estado de Goiaz, coisa muito mais vultosa, poderá ser alguma coisa no Brasil."[1046]

Na visão de Oscar Campos Júnior, a Cidade de Goiás era uma espécie de fábrica de oligarquias: "As nossas observações nos levaram à conclusão de que as cidades de acesso dificil e que não mantêm intercambio intenso com outras localidades, contribuem para o predominio de determinadas familias e para a formação de oligarquias."[1047]

Os moradores de Campo Formoso (hoje Orizona), Ovídio Ribeiro e Egerineo Teixeira, ao redigirem um manifesto para a criação de um novo partido político com membros prioritariamente do interior, qualificam a capital de "cidade vampiro", vale dizer, espaço urbano que sugava as alquebradas burras do estado:

> COESTADOANOS DO INTERIOR! Em plena Revolução Libertadora quereremos ainda perpetuar a nossa bi-secular escravidão?! Não! Antes a morte! Despertemo-nos, descerremos as palpebras, agucemos a inteligencia, retemperemos a vontade, aqueçamos o sangue, e, de pé, veias tumidas, musculos tesos, quebremos com um golpe espartano os rilhões que nos prendem à CIDADE VAMPIRO [destaque do texto original] e marchemos, altivos e valentes de fronte erguida e pulsos livres, numa só legião, para as urnas redentoras! Em 3 de maio de 33 estaremos diante da mais perigosa encruzilhada do nosso destino. […] Na Capital: os mandatarios. No interior: os mandantes. E, em pleno sul, a

[1045] LEVINE, Robert. *Op. Cit.*, 1980 a, p.199.
[1046] Cf. *Ipamerí*, Ipamerí-Goiaz, 04 de dezembro de 1932.
[1047] CAMPOS JUNIOR, Oscar. *A mudança da capital do Estado de Goiaz:* discurso pronunciado na sessão de 4 de julho de 1935, pelo deputado Oscar Campos Júnior. Cidade de Goiaz: Seção de Obras do Dep. de Estatística e Publicidade, p. 17.

nossa metropole! Abaixo, pois, Vila Boa![1048]

Ao palmilhar a argumentação do manifesto, para arrancar a sede do governo dos contrafortes da Serra Dourada, os goianos do interior precisariam se pintar para a guerra: "descerremos as palpebras"; "aqueçamos o sangue" e "marchemos" são as expressões usadas. Ademais, após defenderem a metrópole no sul de Goiás, evocam o lema vellasquista: "Na capital: os mandatarios. No interior: os mandantes". Algum tempo depois, Egerineo Teixeira complementa o seu pensamento:

> Sempre me bati pela organização, em Goiaz, de um partido politico, formado com a preponderancia de elementos do interior do Estado, como se faz em Minas, S. Paulo, Rio Grande e em outros Estados, cujo povo gosa de um conceito mais elevado por parte dos respectivos governos. A humilhante feitoria politica de Vila Boa sempre nos considerou, a nós, do interior, um réles bando de párias. Vila Boa sempre nos olhou por cima dos oculos. Quando vem ao nosso encontro, à cata dos nossos sufragios, nos traz sempre em uma das mãos a sua cedula escravisadora e, em outra, o seu eterno programa politico – o chanfalho policial. [1049]

Nesse momento as lições de Bernardo Élis consagram-se. Eis aqui o representante máximo do goiano do interior que considerava o vilaboense um heleno entre bárbaros.[1050] Para ele, os moradores da capital viam seus conterrâneos como reles bando de párias: "Vila Boa sempre nos olhou por cima dos óculos". Não por acaso é possível encontrar em uma das edições de 1924 de *O Democrata* a seguinte passagem: "O sul do Estado, que nos olha com certa desconfiança e prevenção, (...)".[1051]

Diante da constatação de tal sentimento, que contrastava acremente com a verdadeira reverência dos vilaboenses pelo seu torrão natal, fica a indagação: o que pensava essa expressiva corrente das reivindicações levadas a efeito pelo mudancismo condicionado?

Examinando atentamente os discursos proferidos durante a Constituinte de 1935 pelos deputados Oscar Campos Júnior, Taciano Gomes de Mello e Salomão de Faria não se nota, em nenhuma oportunidade, qualquer respaldo às bandeiras preservacionistas de Vila Boa.

O consistente pronunciamento de Oscar Campos Júnior sustentava que a principal

---

[1048] Cf. *Lavoura e Comercio*, Uberaba, 22 de dezembro de 1932.

[1049] TEIXEIRA, Egerinêo. Politica de Goiaz. *Lavoura e Comercio*, Uberaba, 11 de agosto de 1934.

[1050] É válido registrar outra representação do goiano do interior sobre a capital estadual, dessa vez favorável. Comentando uma viagem empreendida à Cidade de Goiás, em 1919, José Sêneca Lobo escreveu: "A cidade de Goiás me pareceu uma daquelas da Arábia, que eu conhecia por leituras. Muita gente, muitas casas comerciais pregadas umas às outras, na Rua do Comércio, um mercado também repleto de gente e cousas à venda, meninos com taboleiros de puxa na cabeça, etc." In: LOBO, José Seneca. *Bonfim de Goiás:* minha terra e minha gente. Goiânia: ed. do autor, 1983, p. 34.

[1051] GOYANO, João. Hebdomadaes... *O Democrata*, Goyaz, 17 de outubro de 1924.

causa do pequeno desenvolvimento da Cidade de Goiás derivava justamente do fato de ela ser a sede dos poderes: "em geral, os filhos de pais abastados, que vivem à custa destes, se tornam improdutivos, sendo necessario que sejam abandonados à propria sorte, para que trabalhem e ponham em atividade a sua iniciativa e energia produtora."[1052]

O parlamentar defendia que a capital goiana, vivendo da esfera oficial, em especial do funcionalismo público, não buscava outros meios de riqueza. Então, segundo ele, a partir da transferência, os vilaboenses procurariam outras formas de acumulação capitalista, emendando: "É absurdo querer que do Governo venha a prosperidade."

Ato contínuo, o representante do sudoeste goiano formulou à bancada oposicionista inteligentes questionamentos: "Por que, durante vinte anos, dispondo da maquina administrativa, não processaram o progresso que hoje reclamam do Governo e não dotaram a velha Capital dos requisitos que consideram imprescindíveis à sua vida?".

A indagação impressionava, mas revelava também, de modo subjacente, a tentativa de isentar os novos donos do poder de maiores responsabilidades. O raciocínio era simples: se os decaídos (oriundos de Vila Boa) quando estiveram no governo não fizeram os melhoramentos que hoje requeriam, então por qual razão os atuais governantes (do sudoeste) teriam de realizá-los? Por que investir em uma cidade que consideravam irrecuperável e condenada?[1053]

Prosseguindo, Campos Júnior expõe francamente seu ponto de vista sobre as medidas de proteção solicitadas pelo mudancismo condicionado, entrando frontalmente em choque com a aludida corrente:

> Afirmam eles, como já disse atrás, que a cidade de Goiás está, lamentavelmente, condenada à estagnação e à morte pelo simples motivo da mudança da sede do Governo e perguntam quais as medidas tomadas no sentido de salvaguardar os seus interesses econômicos. Teremos que chegar, com isto, forçosamente, a uma conclusão: ou a cidade tem recursos para se desenvolver por si só, sem necessidade de meios artificiais e deveria continuar a ser Capital, ou não os tem. E, neste caso, a sua condenação à estagnação e à morte é motivada pela sua propria situação e condições. Agora, se o Governo precisa de praticar atos tendentes a defender os interesses e a vida de Goiás, que direitos teriam as cidades do interior que nunca tiveram o funcionalismo para dele viver? O progresso e melhoramentos das cidades devem ser realizados com as rendas municipais. E seria injusto

[1052] CAMPOS JUNIOR, Oscar. *Op. Cit.*, p. 10.

[1053] O jornal do deputado Salomão de Faria segue a mesma linha argumentativa: "Apregoa a minoria que o governador Pedro Ludovico está condenando Vila Boa à estagnação e à morte com a mudança da capital e reclama medidas tendentes a defender os interesses da cidade, esquecendo-se de que, emquanto a administração de Goiaz esteve nas mãos da mais famigerada oligarquia que o Brasil já viu, e de que aquela é porta-voz na Assembléa, os problemas do nosso Estado sempre estiveram relegados ao esquecimento. […] Qual o motivo que os impediu – com a noção precisa das necessidades coletivas de que se acham hoje possuídos e com a sua visão administrativa e patriótica – de estabelecer a navegação dos rios Araguaia e Tocantins, de crear o Banco do Estado, de fomentar a lavoura tantas outras medidas tendentes a melhorar as nossas condições econômico-financeiras, por eles hoje preconizadas? In: *Folha de Goiaz*, Goiaz, 04 de julho de 1935.

> e clamoroso que o Estado empregasse numa determinada cidade, no beneficiamento dela, as rendas que provêm de outros municípios. Seria, sobretudo, uma aberração e um precedente de conseqüências incalculáveis, porque, amanhã, nós todos, que vivemos no interior, teríamos o direito de exigir que o Governo dotasse as nossas cidades de melhoramentos urbanos que, a nosso ver, competem exclusivamente às municipalidades.[1054]

O pensamento era o de que os municípios deveriam se desenvolver exclusivamente com seus próprios recursos. A seu ver, restaria inconcebível que a capital se valesse desta condição para obter benefícios do erário estadual, sem a devida expansão dos correspondentes melhoramentos às demais municipalidades. E se amanhã as localidades do interior pressionassem por tratamento isonômico?

Antecipando-se à eventual alegação de contradição em seu discurso, Oscar Campos menciona e lê a redação do art. 5º, § 2º, do Decreto nº 3.359/33, verberando categoricamente que as despesas com a futura capital seriam pagas por ela mesma:

> Querer insistir e proclamar que se está dando ao luxo de construir-se uma cidade à custa do erario publico, é dar facciosa interpretação às cousas. O § 2º do art. 5º, do decreto interventorial n. 3.359, de 18 de maio de 1933, que fixa as condições da mudança, diz o seguinte: "§ 2º - Logo que for instalada a nova Capital, nomeará o Governo uma comissão técnica para fixar o *quantum* da indenização devida ao Estado pelo custeio das despesas de desapropriação, demarcação das zonas suburbanas e rural, divisão de lotes, construção dos edifícios municipais, jardins, mercado, cemitério, etc., estabelecendo, em decreto especial, o modo ou forma do pagamento a que ficará obrigado o Município." Como se vê, a não ser com a construção dos edifícios destinados ao funcionamento das suas repartições, as demais despesas serão pagas pelo município que se formar.[1055]

É difícil acreditar nas possibilidades tão ufanistas do citado art. 5º, § 2º. Crer que Goiânia pagaria seus próprios dispêndios representava um raciocínio pouco lógico, para não dizer fantasioso. A nova cidade precisava de auxílio e não de prévia cobrança. Na realidade o pensamento era um sofisma e travestia-se como um argumento a ser utilizado no momento oportuno, mais ou menos nos seguintes termos: se o município nascituro arcaria com os seus gastos, os demais – principalmente o mais antigo – deveriam seguir-lhe o exemplo... Eis o mudancismo incondicionado.

Perquirindo as rubricas das despesas efetuadas pela Prefeitura de Goiânia entre 1935 a 1939, não há, obviamente, qualquer menção de indenização ao estado. Em verdade, a nova capital herdara dívidas dos municípios que a ela foram incorporados. Depreende-se, portanto, que o argumento do parlamentar não era para valer.

No relatório apresentado ao interventor em 1939, o prefeito Venerando de Freitas Borges consigna: "Por pagar, encontramos uma divida de 56:787$600, sendo 46:032$100, da

[1054] CAMPOS JÚNIOR, Oscar. *Op. Cit.*, 1935 a, p. 11-12.
[1055] CAMPOS JÚNIOR, Oscar. *Op. Cit.*, 1935 a, p. 12-13.

administração do extinto Município de Campinas e 10:755$200 de Hidrolandia."[1056]

Por derradeiro, Oscar Campos Júnior afirmou que a nova metrópole seria a "cidade de ninguém". Em sentido contrário, Vila Boa era a cidade de alguém ou de alguns (oligarquia). O deputado Taciano de Mello seguiu o mesmo entendimento: "[a nova capital] É a cidade de ninguém, como disse o Oscar Campos, é a cidade do povo, onde cada qual pôde viver bem, viver racionalmente, humanamente, isto é, com conforto e decencia."[1057]

Na sequência, Taciano de Mello enuncia uma conclamação paradigmática: "Gaste-se, sr. Presidente, tudo com Petrônia, porque ela será como este irmão mais velho que, uma vez formado e colocado, assume para com o resto da familia o papel de pai, amparando com carinho, abnegação e eficiência a todos os outros irmãos."

Ora, gastar tudo com "Petrônia",[1058] significava o mesmo que não gastar nada com a primeira povoação fundada pelo bandeirante Anhanguera na terra dos índios Goiá.

Ao final de seu pronunciamento, Taciano de Mello mobiliza a referência jocosa de lavra do jornalista José Xavier de Almeida Júnior, caricaturando os deputados da oposição como os "sete sábios da pinguelona".[1059] A propósito, é este o conteúdo do artigo:

> O escudo granítico impede que a cidade se modernize. As construcções de taipa limitarão o seu valor tradicional, pois, se fossem de pedra como as de Ouro Preto, poderia a velha capital ser considerada um monumento histórico. O aluguel que o funccionário paga pela morada desconfortável e antihygienica de Goyaz, a velha, é na maioria dos casos superior à prestação com que em Nova-Goyaz irá adquirir casa própria, de accordo com as últimas conquistas sociaes e administrativas, […] Não existe um hotel digno de uma cidade de quatro a cinco mil habitantes e muito menos de uma capital. A luz tanto tem de cara quanto de má. Água não existe que se preste à canalização. O serviço de esgotto é inexeqüível. O clima é insupportável. Na velha capital tudo precisaria ser feito de novo. Mas o peor ainda não é isso. É que, mesmo que se quizesse, não se poderia fazer.[1060]

Vê-se que o modo de pensar conforma-se plenamente com a concepção do mudancismo incondicionado, de maneira especial no instante em que preconiza: "na velha capital tudo precisaria ser feito de novo. Mas o peor ainda não é isso. É que, mesmo que se quisesse, não se poderia fazer."

Em essência, a mensagem sugere o abandono da capital ou quiçá o seu "arrasamento

---

[1056] PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA. *Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Interventor Federal pelo Prefeito Venerando de Freitas Borges (20/11/935 a 31/12/939)*, [S.l.: s.n.], 1940, p. 04.

[1057] MELLO, Taciano de. *Op. Cit.*

[1058] Existe claramente uma contradição em classificar a nova capital de "cidade de ninguém" e ao mesmo tempo batizá-la com o nome de "Petrônia", a cidade de Pedro. Decerto por esse motivo a sugestão não foi acatada.

[1059] Os "sete sábios" é uma alusão aos sete sábios da Grécia e concomitantemente aos sete deputados da oposição que participaram ativamente da Constituinte Estadual de 1935. O termo "pinguelona" refere-se a um conhecido trecho do rio Vermelho localizado no perímetro urbano da antiga capital.

[1060] Cf. *Voz do Sul*, Annapolis, 30 de junho de 1935.

em massa", como constou expressamente no relatório interventorial de 1933,[1061] provavelmente influenciado pela histórica deliberação dos revolucionários franceses de 1789 de destruírem e riscarem do mapa a recalcitrante cidade de Lyon.[1062]

Com efeito, curiosamente, o mesmo José Xavier de Almeida Júnior que reduziu a Cidade de Goiás à expressão mais simples em 1935, cinco anos antes, em discurso proferido por ocasião da inauguração da rede de água em Morrinhos, a saudou carinhosamente como a "bella capital".[1063] Ao que tudo faz crer, a avaliação flutuava de acordo com o humor dos governantes.

Embora nascido em Vila Boa, Salomão de Faria não fugiu à regra dos outros representantes do sudoeste goiano: "Nós, Senhor Presidente, apesar de apegados às tradições de cultura do povo de Vila Boa, precisamos encarar a vida do Estado em conjunto, sem nos deixarmos levar pelo lado do coração."[1064] Mais: "E é preciso notar-se que o Estado gastava mais com o município da Capital do que com todos os demais."[1065]

Os eventos acontecidos no dia da posse do governador Pedro Ludovico transbordam em desrespeito ao relicário goiano. A população de Vila Boa é novamente hostilizada pelos seguidores do mudancismo incondicionado, inclusive, segundo a matéria jornalística, estando à frente da manifestação um filho e um cunhado do mandatário:

> Alguns amigos do Governo, enthusiasmados com a posse do Dr. Pedro Ludovico, no cargo de Governador do Estado, promoveram uma passeata, de automóvel, pelas ruas da cidade, dando morras à Villa Boa e vivas à Nova Capital. Na sessão de 22 do corrente, o Deputado Agenor de Castro verberou da tribuna da Câmara a monstruosa affronta, que sofreu a população da cidade, no dia da posse do primeiro Governador Constitucional do Estado. Referiu-se ao facto de alguns amigos do Governo, de automóvel e caminhão, armados de revólver, tendo a frente um filho e um cunhado do próprio Governador Pedro Ludovico, em attitude aggressiva, terem percorrido algumas ruas da cidade, chegando a parar defronte da residência de algumas pessoas de todo respeito e acatamento, gritando ostensivamente: *Morra Villa Boa!* Morram os Colligados! Viva a Nova Capital, etc! A população goyana jamais soffreu affronta igual. […] Causou espécie haver o Correio Official, de 24 do corrente, noticiado essa "desusada manifestação", como tendo sido feita por occasião da chegada de várias pessoas de Campinas para a posse do novo governo, quando é público e notório que essa demonstração de desagrado ao povo desta cidade foi arranjada propositalmente, depois da posse do dr. Pedro Ludovico.[1066]

Este tipo de manifestação levava sérias dificuldades aos correligionários vilaboenses do governo estadual, pois eles tentavam, a todo o transe, equilibrar a crítica situação política vivida

[1061] GOIÁS. *Op. Cit.*, 1933, p. 113.
[1062] ZWEIG, Stefan. *Joseph Fouché:* retrato de um homem político. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 55.
[1063] Cf. *A Tribuna*, Uberlandia, 30 de novembro de 1930.
[1064] FARIA, Salomão Clementino de. Justificação da emenda sobre a mudança da capital. *Correio Official*, Goiaz-Capital, 19 de junho de 1935.
[1065] FARIA, Salomão Clementino de. *Discurso proferido pelo deputado Salomão de Faria na sessão de 5 de junho de 1935*. Cidade de Goyaz: Seção Grafica do Dep. de Estatistica e Publicidade do Estado de Goyaz, 1935, p. 14.
[1066] Cf. *A Colligação*, Goyaz, 28 de abril de 1935.

na capital. As hostis atitudes elencadas aprofundavam o clima de insegurança e apreensão na Cidade de Goiás e mexiam ainda mais com o arraigado sentimentalismo de seus moradores, temerosos com o risco iminente de colapso geral na vetusta comuna.

O artigo do advogado Aderaldo Lyra é elucidativo e clarifica as entranhas do mudancismo incondicionado. Depois de frisar que a "mais atrazada das capitais brasileiras, graças ao impatriotismo de seus filhos opulentos, desaparecerá, e dela, restará, só um em cada rua silenciosa e tropical, barbara e apocaliptica – uma saudade", dispara uma frase mais contundente ainda: "o pensamento contemporâneo é destruir para construir".[1067] Em seguida, o autor ameniza o tom ao ressaltar que não deseja o fim de Vila Boa. Mesmo assim, a oração anterior – destruir para construir –, apesar de muito acre, espelha com exatidão a mentalidade de parcela da intelectualidade da época.

Em 1942, cinco anos depois da mudança definitiva, Pedro Ludovico publica relatório das atividades de 1940/1942, vazado na primeira pessoa do singular. Referindo-se à Cidade de Goiás, o de novo interventor federal justifica retrospectivamente que investir em melhoramentos urbanísticos na antiga capital seria o mesmo que "botar sal em carne podre":

> Refletindo intensamente sobre o magno problema, pensei: será conveniente transferir a sede da administração para alguma cidade do interior goiano, transformando-a em capital, ainda que tenha de dar-lhe nova fisionomia, urbanizando-a com os preceitos modernos? Respondeu-me o conhecimento profundo que tinha dos aglomerados humanos da minha terra que seria uma solução errada, como errado seria o melhoramento urbanístico da velha Goiaz. Analisando como caboclo, concluí: seria botar sal em carne podre.[1068]

O tópico acima dispensa comentários.

A despeito de todos os ângulos da questão aventados até agora, não se pode olvidar ainda a opinião que vicejava na década de 1920, no sudoeste goiano, especialmente em Rio Verde, a respeito da malquerença que os governantes goianos, residentes na Cidade de Goiás, supostamente nutriam pela próspera região.

No subcapítulo relacionado ao Partido Republicano Independente de Rio Verde,[1069] extrai-se claramente que o grupo político liderado pelo senador Martins Borges, sogro de Pedro Ludovico, acreditava realmente que os próceres do Partido Democrata, nomeadamente Antônio Ramos Caiado, eram muito pouco simpáticos às pretensões dos representantes do sudoeste.

Guindado ao poder pela Revolução de 1930, seria natural que Pedro Ludovico

---

[1067] LYRA, Aderaldo. Estados de inconsciencia pathologica. *Correio Official*, Goiânia, 26 de agosto de 1936.
[1068] GOIÁS. *Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Presidente da República pelo Dr. Pedro Ludovico Teixeira de 1940 a 1942*, [S.l. s.n.], [s.d.], p. 11-12.
[1069] Ver subcapítulo *I.5. Partido Republicano Independente de 1924: a tentativa de protagonismo do sudoeste*.

compartilhasse de maior intimidade com os seus antigos companheiros sudoestinos, como os deputados estaduais Salomão Clementino de Faria, Irany Alves Ferreira, Oscar Campos Júnior e Moysés da Costa Gomes. Em todos gravitava um sentimento comum: consideravam-se vítimas[1070] do período caiadista. Salomão de Faria, por exemplo, que chegou a ser incluído na lista da "valorosa trindade do Sudoeste Goyano",[1071] julgava-se imolado por infames perseguições:

> Represento, na história política de Goiaz, além de um mandatário do povo, uma grande vítima desse passado tenebroso que, sempre e sempre, será o espectro dos caiadistas. A luta, para mim, é uma questão de vida ou de morte e faço questão de colocar-me nessa posição, sem me preocupar com o dia de amanhã. Poderei transigir com todo e qualquer partido que venha surgir, mas nunca quando trouxer, em seu seio, as figuras horripilantes de Antônio e Brasil Ramos Caiado.[1072]

O advogado Érico Magalhães da Silveira, procurador de Pedro Ludovico no *habeas corpus* impetrado perante o Supremo Tribunal Federal, em 1925, em certo trecho de sua petição inicial salienta que a situação dominante em Goiás, sediada em Vila Boa, arquitetou um "plano de vingança contra Rio Verde", a fim de desestabilizar o governo do prefeito, partidário do coronel Martins Borges.

Na década seguinte, ante a alteração verificada no cenário político, o pretenso algoz de outrora experimenta o reverso amargo da moeda em doses cavalares. Girando a roda da fortuna, invertem-se as peças do tabuleiro. A hora da antiga capital enfrentar a agonia do "plano de vingança" gestado contra ela batia-lhe à porta.

[1070] Eles próprios ou seus familiares (no caso de Oscar Campos Júnior, irmão de Ricardo Campos).
[1071] Ao lado de Atanagildo França e Pedro Ludovico Teixeira. In: *O Liberal*, Jatahy, Sudoeste Goyano, 25 de outubro de 1931.
[1072] FARIA, Salomão Clementino. Explicação necessaria. *Folha de Goiaz*, Goiaz, 04 de julho de 1935.

CAPÍTULO IV - A CONSTITUINTE GOIANA DE 1935 E A MUDANÇA DA CAPITAL

IV.1. A instalação da Constituinte

A Revolução de 1930 dissolveu o poder Legislativo nas esferas federal, estaduais e municipais.[1073] Desde então, o bicameral Congresso Legislativo de Goiás, composto pelo Senado Estadual e pela Câmara dos Deputados,[1074] manteve-se de portas fechadas, aguardando a chegada de arejados ventos democráticos.

Seria natural, portanto, que a reabertura do parlamento causasse sensação, mormente no seio da população da capital. Em 1935, finalmente a casa das leis retomaria suas atividades e desta vez de maneira mais vibrante do que nas legislaturas da Primeira República, pois a oposição amealhara um terço das cadeiras – oito deputados –, fato virgem na história política estadual.

Dos mais de quarenta e cinco anos que vão da proclamação da República em 1889 à instalação da segunda Constituinte Estadual em 1935 não há precedentes nos anais do Congresso Legislativo de Goiás de que a minoria obtivesse tão expressiva delegação.

A ocorrência de maior vulto – um quarto da representação – sucede do acordo político entabulado em 1917 entre o Partido Democrata e o Partido Republicano: "Os referidos directorios se obrigam a promover o reconhecimento de dezoito deputados democratas e seis deputados republicanos, em a proxima constituição da Camara Legislativa do Estado." [1075] Por esse motivo, o deputado Salomão Clementino de Faria ressaltou a situação inovadora:

> Sob a proteção dessa garantia sem rival, as oposições que antigamente não penetravam nas câmaras legislativas e só se formavam no seio das unanimidades iniciais, ao acaso das dissensões ocorrentes no curso das legislaturas, agora penetram corajosas e independentes nesta Assembléia e nas dos Estados, falando de igual para igual ao Poder Executivo. […] No passado regimen de truculências, nenhuma voz se erguia divergindo da única vontade predominante do Poder Executivo e seus assessores.[1076]

Analisando o quadro parlamentar de antanho com a mentalidade de hoje, decerto soaria exagerado conferir relevo ao terço antigovernista de 1935. Contudo, naquele momento

---

[1073] O art. 2º do decreto nº 19.398, de 11 de novembro de 1930, assinalou: "É confirmada para todos os efeitos, a dissolução do Congresso Nacional, das atuais Assembléias Legislativas dos Estados (quaisquer que sejam as suas denominações), Câmaras ou assembléias municipais e quaisquer outros órgãos legislativos ou deliberativos, existentes nos Estados, municípios, no Distrito Federal ou Território do Acre, e dissolvidos os que ainda o não tenham sido de fato." In: SENADO FEDERAL. *Op. Cit.*, p. 133.

[1074] Cf. *Correio Official* - Supplemento, Goyaz, 10 de julho de 1930.

[1075] GOIÁS. *Op. Cit.*, 1918, p. 04.

[1076] FARIA, Salomão Clementino de. *Op. Cit.*, 1935 a, p. 04.

histórico a experiência significava novidade, tanto que até a exaltada imprensa situacionista reconhecera, após as eleições, a força da Coligação Libertadora: "É óbvio que, se o Governo do Estado houvesse agido com facciosismo, talvez não conseguisse a oposição eleger tão elevado número de candidatos."[1077]

Em sua clássica obra, Victor Nunes Leal, ao abordar a "numerosa" bancada de oposição formada na Câmara Federal, a despeito da predominância da base governista, relaciona-a como reflexo da reformulação empreendida pelo Código Eleitoral de 1932, aperfeiçoado pela reforma de 1935:

> A despeito dos excessos e defraudações que podem ter ocorrido neste ou naquele lugar, os depoimentos mais numerosos são favoráveis à experiência das leis eleitorais de 32 e 35. Bastaria que tivessem vedado o reconhecimento às próprias câmaras para que cessassem as mais graves acusações pelo falseamento da nossa representação política. Situações estaduais chegaram a ser derrotadas e uma numerosa bancada de oposição, avolumada mais tarde pela disputa da sucessão presidencial, teve assento na Câmara Federal.[1078]

Exatamente no dia 14 de abril de 1935, no antigo prédio do Senado Estadual, onde na ocasião funcionava a Faculdade de Direito, na Rua Eugênio Jardim, Cidade de Goiás, instala-se solenemente a segunda Assembleia Constituinte de Goiás, com a presença das mais destacadas autoridades civis, eclesiásticas e militares do estado.

Vários prefeitos municipais enviam representantes para o ato. Outros muitos estão de corpo presente. Uma companhia da Força Pública, pomposamente uniformizada com o traje de gala militar, acha-se estacionada em frente ao edifício público, emprestando maior glamour ao acontecimento. O salão encontra-se completamente lotado e em suas imediações grande massa popular acotovela-se. Todos parecem ter consciência de que a solenidade entraria para a história.

Seguindo instrução do Tribunal Superior,[1079] preside a sessão o presidente do Tribunal Regional de Justiça Eleitoral, desembargador Maurílio Augusto Curado Fleury, que encerra a solenidade com a seguinte oração: "Declaro solenemente instalada a Assembléia Constituinte do Estado de Goyaz. De acordo com o art. 2º das instruções, convoco o srs. deputados eleitos, para nova reunião, amanhã (15), às 13 horas, no mesmo edificio, para eleição da mesa definitiva."[1080]

No dia seguinte, na hora aprazada, presentes todos os deputados diplomados,[1081] no instante em que o desembargador Maurílio Curado Fleury procederia a eleição da mesa, Alfredo

---

[1077] Cf. *O Social*, Goiaz, 17 de março de 1935.
[1078] LEAL, Victor Nunes. *Op. cit.*, p. 261.
[1079] Cf. *Boletim Eleitoral*, Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1934, p. 6239.
[1080] Cf. *A Colligação*, Goyaz, 28 de abril de 1935.
[1081] Esta foi a única reunião que contou com a participação unânime dos deputados, vez que Felismino Viana esteve licenciado, por motivo de saúde, durante todo o período da Constituinte.

Nasser requer a palavra e inicia a leitura de um protesto dirigido ao presidente provisório dos trabalhos legislativos.

Subscrito pelos oito parlamentares da Coligação Libertadora, o documento comunica que a oposição solicitaria à Justiça Eleitoral a cassação do mandato de cinco deputados da situação, a saber: Vasco dos Reis, João Coutinho, João d'Abreu, Salomão de Faria e José Ludovico. O pedido fundamentava-se na suposta impossibilidade de os aludidos pesserristas celebrarem contrato com o poder público após a diplomação. Segundo Nasser, os cinco políticos firmaram compromisso de compra e venda de terras em Campinas, futura metrópole.

O entendimento era de que os compradores de terras do estado votariam em interesse próprio, quando a mudança fosse apreciada pela casa. Em seguida, aduziu o tribuno: "como o atual sr. Interventor faz absoluta questão da mudança da Capital para aquela região – e disto é prova a campanha mudancista feita pela imprensa oficial – está claro que os deputados, compradores de terras, assegurarão a sua eleição, como garantia da continuação da obra."[1082]

Incontinenti, Vasco dos Reis contesta qualquer ilegalidade. Salomão de Faria afiança que Felismino Viana e Genserico Gonzaga Jayme também cumpriam contratos de força e luz com municípios do interior. Lançam-se vários apartes aos gritos. Registrava-se assim o primeiro choque entre as bancadas.

Na sequência, o presidente do TRJE declara que o litígio estava afeto à Justiça Eleitoral,[1083] não se justificando a discussão em plenário e, ato contínuo, ordena a eleição do presidente e do vice-presidente da Constituinte.

Apurado o sufrágio, Hermógenes Ferreira Coelho recebe 15 votos, ao passo que Felismino Viana obtém 08 e João Coutinho 01.[1084] Para vice-presidente, vence Taciano Gomes de Mello com 16 votos, enquanto Victor Coelho de Almeida consegue 08. João Coutinho, Irany Ferreira, Moysés da Costa Gomes e João Jacynto de Almeida são eleitos, respectivamente, primeiro, segundo, terceiro e quarto secretários.

Em resumo, toda a mesa militava no Partido Social Republicano, ficando a minoria sem participação na direção das atividades legislativas. É bom que se diga que o presidente Hermógenes Coelho e o 1º secretário João Coutinho representavam os interesses vilaboenses e compunham o mudancismo condicionado. O vice-presidente Taciano de Mello, ex-prefeito de Pires do Rio, era uma das vozes da região sudeste ou da estrada de ferro.

[1082] Cf. *A Colligação*, Goyaz, 28 de abril de 1935.

[1083] Em nossas pesquisas, não encontramos o resultado das impugnações, porém, se intentadas, certamente foram julgadas improcedentes, pois todos participaram normalmente da Constituinte.

[1084] Hermógenes Coelho votou no amigo João Coutinho.

Empossada a mesa, o presidente eleito afirma que realizaria a escolha do chefe do poder Executivo e dos dois senadores da República. Jacy de Assis e Agenor Alves de Castro requerem a prorrogação da eleição para o dia posterior. O plenário indefere o pleito. Jacy pede então a palavra e lança a candidatura a governador do presidente regional da Liga Eleitoral Católica (LEC) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seção Goiás, desembargador Emílio Francisco Póvoa.

Justifica a postulação em razão de o povo querer paz. E por desejar paz, a Coligação Libertadora apresentava um nome sem mácula, com grandes serviços prestados, bem como afastado das competições partidárias, e emenda: "Não pertence à oposição nem ao governo. Não traz consigo o ressentimento da lucta que se travava, nem os ódios de quaesquer luctas passadas. Concita os representantes do povo a cerrarem fileiras em volta dessa figura cujo nome o orador pronunciava com a mais incontida admiração."[1085]

O deputado Jacy de Assis aponta ainda para o Senado Federal os dois maiores próceres da oposição: Domingos Netto de Vellasco e Antônio Ramos Caiado. Em síntese, os três nomes indicados – Emílio Póvoa, Domingos Vellasco e Ramos Caiado – representavam as correspondentes facções políticas que se uniram em torno da Coligação Libertadora: os católicos, os libertadores e os democratas.

Sem embargo, é necessário destacar que a minoria, da mesma forma que a maioria, percebia a relevância de sua segura unidade parlamentar ao ingressar na Constituinte Estadual. Na primeira reunião dos coligados, Jacy de Assis é unanimemente aclamado líder e Jubé Júnior secretário. Todavia, a impressionante[1086] proposta vellasquista de arregimentação em um único partido das tendências existentes no seio da Coligação Libertadora demonstra a coesão atingida:

> Conforme foi amplamente divulgado, realizou-se nesta cidade, à noite de cinco do corrente mês, na redação deste jornal, a reunião da Commissão Diretora do Partido Libertador Goiano. […] Depois de se referir ao trabalho do Partido Libertador fazendo minuciosa exposição da campanha eleitoral, e do seu resultado o deputado Domingos Vellasco sugeriu que se propusesse aos diretores da Coligação a sua arregimentação dentro de um único Partido, em fórmula que seria estudada posteriormente. Esta proposta foi aprovada, unanimemente, ficando designada uma commissão composta dos deputados Jacy de Assis, Alfredo Nasser e Jubé Júnior para transmitir ao senador Antônio Ramos Caiado esse convite.[1087]

Perquirindo o sufrágio indireto de 1935, Palacin entendeu que "a eleição do

[1085] Cf. *A Colligação*, Goyaz, 28 de abril de 1935.
[1086] Urge salientar que Domingos Netto de Vellasco e Antônio Ramos Caiado em anos anteriores haviam trocado vários insultos e acusações pela imprensa.
[1087] Cf. *A Colligação*, Goyaz, 14 de abril de 1935.

governador não podia oferecer dúvidas."[1088] Mas por que não? É sabido que alguns interventores de outras unidades federativas, como, por exemplo, do Pará[1089] e do Rio Grande do Norte,[1090] experimentaram dissabores no embate. Outrossim, no Espírito Santo, João Punaro Bley, embora vitorioso, necessitou de ingente esforço para ver seu nome sufragado pelos deputados.[1091]

A inesperada candidatura de Emílio Póvoa surpreendera a todos. O desembargador, inegavelmente, desfrutava de grande aceitação na sociedade goiana e extenso currículo de oposição aos Caiado, a ponto de ter sido destituído da presidência do Superior Tribunal de Justiça em 1927.[1092]

Após a Revolução de 1930, Póvoa integrou a junta governativa, juntamente com Pedro Ludovico e Mário Caiado. Retratando esse momento, existe uma imagem que fala por si mesma. Na conhecida fotografia do triunvirato, estampada em vários livros de História de Goiás, Emílio Póvoa ocupa a cadeira central, tendo ao seu lado os outros dois mencionados líderes. Indubitavelmente, o desembargador era um dos expoentes do movimento revolucionário no estado.

Em um pleito com as caraterísticas do de 1935 – indireto e oposição com um terço do parlamento – a apresentação do nome de Emílio Póvoa indica que a minoria jogou efetivamente para vencer e não somente para marcar posição. Nesse sentido, anos depois, eis o depoimento de Victor de Almeida: "Em 5 de abril estávamos todos em Goiás, e lutamos para vencer na eleição indireta do novo Governador, sendo nosso candidato Emílio Póvoa. Não conseguimos."[1093]

A busca pelo estilo pacificador e católico de Póvoa esteve em cartaz anteriormente. Logo após a insurreição, cogitou-se no nome do bispo de Goiás, Dom Emanuel Gomes de Oliveira, para governador do estado no período constitucional. A possibilidade foi estampada até nas páginas de *O Globo,*[1094] do Rio de Janeiro. Nessa mesma direção, *A Tribuna*, de Uberlândia, expressou: "Hoje que já não é mais possível retirar-se a candidatura de D. Emanuel sem uma luta seríssima entre os poderes e o povo, sentimos do nosso dever de publicar estas declarações."[1095]

Se algum dia Dom Emanuel vislumbrou a hipótese, é certo que não aceitou o desafio. A refrega ocorreu entre o presidente da Liga Eleitoral Católica de Goiás, Emílio Francisco

[1088] PALACIN, Luiz. *Op. Cit*., 1976, p. 65.
[1089] Ver ROCQUE, Carlos. *Magalhães Barata:* o homem, a lenda, o político. Belém: Secult, 1999.
[1090] "Em 1935, com a solitária exceção do Rio Grande do Norte, foram eleitos governadores, por via indireta, os delegados da ditadura." In: TRIGUEIRO, Oswaldo. *Direito Constitucional Estadual*. Rio de Janeiro: Forense, 1980, p. 127.
[1091] FGV/CPDOC. *Op. Cit.*, v. I, p. 692.
[1092] Ver subcapítulo *I.6. A refundação do Partido Republicano de Goiás em 1927*.
[1093] ALMEIDA, Victor Coelho de. Caderno manuscrito denominado *Miscellania* (1897-1938), Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central da PUC de Goiás, p. 317.
[1094] Cf. *Informação Goiana*, Rio de Janeiro, novembro e dezembro de 1930.
[1095] Cf. *A Tribuna*, Uberlandia, 18 de janeiro de 1931.

Póvoa, e o interventor Pedro Ludovico Teixeira:

> Terminada a apuração, verificou-se o seguinte resultado: Para Governador Constitucional do Estado: dr. Pedro Ludovico Teixeira, quinze votos, desembargador Emílio Francisco Povoa, sete votos. Diante do resultado obtido, o sr. Presidente proclamou eleito Governador do Estado de Goyaz o dr. Pedro Ludovico Teixeira, entre acclamações da assistência.[1096]

A vitória ludoviquista comprova à exaustão a coesão alcançada pelos pesserristas. A bancada não pestanejou em transformar o interventor federal em governador. A bem da verdade, a eleição consolidou definitivamente o poder nas mãos de Pedro Ludovico Teixeira. O tempo de instabilidade e incerteza, que o tornava alvo de constantes boatos de substituição,[1097] passara. Pela primeira vez, ele sabia que cumpriria um mandato certo e determinado de quatro anos. E mais: detentor de legitimidade constitucional.

A narrativa dominante interpreta o processo sucessório de Ludovico como absolutamente tranquilo e previsível, ou seja, uma mera passagem ratificadora e *pro forma*. Descrição esta, entretanto, inverossímil. A disputa relatada acima dá a medida exata das dificuldades e das necessárias articulações empreendidas pelo príncipe.

O chefe do Executivo goiano ambicionava a continuidade e possuía perfeita consciência de que o sucesso seria traduzido pela sua permanência no poder, o que lhe exigiria grande habilidade na condução da montagem da engrenagem política e institucional.

Não obstante o regozijo governista, em decorrência do êxito no pleito indireto, solicita a palavra o líder Jacy de Assis e lê enfática declaração de voto:

> Os deputados da COLIGAÇÃO LIBERTADORA, fiéis ao compromisso assumido para com o povo goiano, veem declarar haver sufragado o nome do sr. DESEMBARGADOR EMÍLIO FRANCISCO PÓVOA, para governador do Estado, contra a candidatura do atual sr. INTERVENTOR FEDERAL. Assim agindo, buscaram impedir continue a desorientação administrativa e se sucedam os tortuosos processos políticos, postos em prática dentro de quasi um lustro de governamento. De fato. Goiaz deixa, nesta hora, um regime discricionário, de cujos erros não se libertará tão cedo. […] O desrespeito aos direitos adquiridos, as demissões injustificadas e a remoção caprichosa de funcionários, o aliciamento de chefes pela dádiva de empregos, a entrega de vários municípios a prefeitos facciosos, a inexecução das rubricas orçamentárias, a falta de garantias individuais, a negação de justiça aos oprimidos, a compressão eleitoral, a descrença na palavra oficial, e, em resumo, a prática e a agravação de todos os erros e desmandos que justificaram a revolução de trinta – completam bem, e dolorosamente, o ambiente que a ditadura criou para Goiaz. [...] Seria uma deslealdade à causa pública, e traição ao mandato honrosamente recebido, o silêncio da bancada libertadora à homologação de uma

[1096] Cf. *Diario da Assembléa Constituinte*, Goiaz, p. 5.

[1097] Um exemplo: "Rio, 16 – Mantenho os termos do meu artigo, publicado na edição de 6 do atual do 'Lavoura e Comercio' e no qual declarei que o interventor Pedro Ludovico será substituido na governança do Goiaz caso enverede pelo regimen da violencia e da opressão. Repito ser inutil o oleo canforado dos telegramas da bancada de Goiaz. Saudações. (a) Domingos Velasco." In: *Lavoura e Comercio*, Uberaba, 16 de fevereiro de 1934.

> candidatura, que absolutamente não satisfaz às aspirações coletivas de paz e de progresso.[1098]

Oscar Campos protesta contra os termos do libelo. Salomão de Faria age da mesma maneira. A algazarra é enorme, oportunidade em que a oposição, pela primeira vez, se retira do plenário. Após o retorno da minoria ao recinto, fere-se o certame para os cargos de senador da República. Nero Macedo e Mário Caiado se elegem, alcançando, respectivamente, 16 e 14 votos,[1099] enquanto Domingos Vellasco e Ramos Caiado conseguem idênticos 7 votos.[1100]

O Partido Social Republicano triunfa.

Começava em ritmo intenso a Constituinte que Francisco de Britto, parlamentar durante a terceira Constituinte Estadual (1947), classificou como a "mais brilhante" de Goiás:

> Indiscutivelmente a Constituinte de 1934 foi, em Goiás, a mais brilhante da sua história. Mais brilhante e mais movimentada. Nela tiveram assento oradores famosos como Alfredo Nasser, Jubé Júnior e Guilherme Xavier de Almeida; juristas renomados como Jacy de Assis e um filósofo e escritor do quilate do padre Vitor Coelho de Almeida, além de médicos, advogados e jornalistas. A movimentação correu por conta da época de transição, o novo se chocando com o velho, a mudança da Capital servindo de pano de fundo a um cenário onde a peça principal eram os interesses de grupos em luta pelo poder.[1101]

IV.2. A posse do governador e a promessa de pacificação

Em 20 de maio de 1935, o presidente da Assembleia Constituinte, Hermógenes Ferreira Coelho, empossa Pedro Ludovico Teixeira no cargo de governador do estado.[1102] A oposição deliberadamente não comparece à sessão.

Terminada a solenidade, o recém-empossado se dirige ao Palácio Conde dos Arcos, onde inúmeras pessoas o esperavam. Iniciam-se os costumeiros discursos laudatórios. Primeiro fala Vasco dos Reis, depois Claro de Godói e posteriormente João Setúbal. Por derradeiro, o governador agradece os elogios e conclama a pacificação política em Goiás:

> É minha intenção promover uma pacificação politica no Estado. Para isso necessario se torna que todos vejam nesse meu desideratum uma finalidade elevada e altruística. Não me move qualquer habilidade facciosa, mas tão somente o anhelo de paz em beneficio do povo goiano que della carece para levar avante a sua evolução principalmente econômica. Harmonizando-se os espiritos, mais facilmente se desenvolverão as nossas possibilidades naturaes. Caso consigamos ver realizada essa pretensão, imprescindível é que os inimigos, ao se darem as mãos, o façam com sinceridade e só tendo em mira um ideal de perfeição, de renovamento. Que não os movam subalternos interesses, próprios dos conchavos e da

[1098] Cf. *A Colligação*, Goyaz, 28 de abril de 1935.
[1099] Por essa razão, o mandato de Nero Macedo seria mais dilatado do que o de Mário Caiado.
[1100] Cf. *Diario da Assembléa Constituinte*, Goiaz, p. 06.
[1101] BRITTO, Francisco de. *Memórias de outro tempo*. Goiânia: Aberta, 1980, p. 179.
[1102] Cf. *Diario da Assembléa Constituinte*, Goiaz, p. 15.

> troca de favores pessoaes. Um espirito de concordia e de condescendencia deve presidir à solução de taes entendimentos. Ademais, posso affirmar que essa aspiração se observa em todas as cidades do *hinterland* goyano. Os seus habitantes e os próceres da sua política estão fartos de luctas estéreis, não mais illudindo com as promessas da demagogia e dos políticos profissionaes, que não trepidam em levar a cizânia no seio das populações, pouco se dando os desassossegos que provocam nos municípios as desavenças partidárias. Os responsáveis por elles estão sempre longe do theatro dos acontecimentos, cozendo às vezes o fructo de ingentes sacrifícios dos seus correligionários. Esta assertiva vem confirmar o critério daquelles que pensam que para alguém ser candidato a Governador de um Estado precisa de ter nelle uma residência effectiva de alguns annos immediatamente anteriores a essa candidatura. Para qualquer pessoa se tornar chefe de partido, com maior razão, devia apresentar esse requisito. Deste mais do que nunca se deve exigir estar radicado ao meio, o que concorrerá para ser mais prudente, uma vez que se encontra no ambiente de lucta, sujeito, portanto, aos seus revezes, aos seus percalços.[1103]

A despeito de pregar a conciliação, Pedro Ludovico não consegue desvencilhar-se da postura revolucionária beligerante, inviabilizando na origem o desejado ensarilhamento de armas na arena política. Emerge do pronunciamento ludoviquista, ataques às correntes caiadistas e vellasquistas. Ao rememorar as perseguições sofridas no sudoeste,[1104] como de praxe, profliga o "despotismo oligárquico" presente, segundo ele, no regime político anterior.

O veto à candidatura a governador de cidadãos residentes fora do estado, bem assim a responsabilização deles pelas divergências políticas municipais, intentava atingir Domingos Vellasco, domiciliado no Rio de Janeiro.

Outrossim, note-se que no mesmo dia de sua investidura, Pedro Ludovico publicamente faz referência ao processo sucessório, despertando, precocemente, ambições de grupos e atiçando pretensões prematuras. Nos reservados diálogos travados na corte, já especulava-se: "Quem seria o próximo mandatário?". As cogitações no mercado político açulavam os vultos do Partido Social Republicano.

Os integrantes da Coligação Libertadora não demoram a responder ao chamado de pacificação política. Primeiramente, o hebdomadário *esquerdista*[1105] reproduz extensa carta, publicada em periódico carioca, de autoria dos membros da Frente Única Gaúcha, Raul Pilla e Oswaldo Vergara, endereçada ao general Flores da Cunha, tendo como título "As linhas geraes para a pacificação gaúcha". Era o início do acordo na política sul-riograndense denominado *modus vivendi.*[1106]

[1103] TEIXEIRA, Pedro Ludovico. Agradecimento do Dr. Governador. *Correio Official*, Goiaz-Capital, 24 de abril de 1935.

[1104] Trecho inicial não transcrito acima devido à grande extensão da oração.

[1105] Expressão muito usada nos anos 30 para designar a oposição.

[1106] Segundo Hélgio Trindade "o *modus vivendi* foi assinado, em 17 de janeiro de 1936, estabelecendo as bases do acordo entre PRL [Partido Republicano Liberal] e FUG [Frente Única Gaúcha] para a 'pacificação' do Rio Grande do Sul." In: TRINDADE, Hélgio. *Revolução de 30*: Partidos e Imprensa Partidária no Rio Grande do Sul (1928-1937). Porto Alegre: L&PM, 1980, p. 251.

A divulgação deste extenso documento em jornal goiano indicava as diretrizes que a oposição goiana entendia razoavelmente adequadas à celebração de um pacto. Chama a atenção a primeira norma administrativa sugerida: "Reformar radicalmente a organização policial de modo a que perca o caracter politico-partidario e se torne a garantia effectiva dos direitos individuaes, para o que instituiria a policia de carreira."[1107] Em outras palavras, denota-se que a polícia associava-se intimamente com a sigla dominante.

Em segundo lugar, o jornalista Francisco de Britto tece comentários.[1108] Na sequência, Domingos Vellasco esclarece, em interessante resposta, os motivos de seu rompimento com Pedro Ludovico, bem como aborda o veto do interventor à participação política dos goianos residentes fora do estado e ainda trata da conclamação oficial de pacificação política:

> Não era minha intenção reencetar desde logo, qualquer atividade política pela imprensa. Depois da luta que se conhece, seria justo algum repouso. Além disso, afirmava-se que o dr. Pedro Ludovico, governador constitucional, queria fazer o congraçamento nos municípios, a fim de que o Estado pudesse gosar de tranqüilidade imprescindível à sua boa administração. Chegaram a dizer-me que, neste sentido, faria s. exa. declaração pública, revelando seus propósitos harmonizadores. E é verdade que ele a fez, no ato de sua posse. Entretanto, da leitura de seu discurso tenho a impressão que o governador não compreendeu ainda a política de sua terra, o que é de lastimar num homem que a dirige há 53 meses. […] Quer s. exa. que tanto aos candidatos ao governo do Estado, quanto aos chefes de partido, se exija o domicílio em Goiaz. Não sabemos de tese mais reacionária, nem nada que melhor exprima esse regionalismo desbragado tão combatido pelos pioneiros da Revolução de Trinta. […] No seu raciocínio simplista, afigura-se ao dr. Pedro Ludovico que o formidável movimento cívico da Coligação Libertadora, por exemplo, foi desencadeado apenas porque eu não morava dentro do Estado e, por conseguinte, não tive a prudência necessária para evitá-lo. Não viu s. exa. que foram seus erros administrativos, as injustiças inomináveis que praticou, o não cumprimento da palavra empenhada e, sobretudo, sua falta de visão política para o encaminhamento dos casos municipais, que provocaram a reação popular? […] A luta política que me vi envolvido, independeu de minha vontade. Atendi, apenas, ao clamor, ao apelo angustioso de velhos companheiros que sempre confiaram na minha palavra. Atendi-os agora, como, em 1925, não faltei ao chamamento do então oposicionista Pedro Ludovico que me pediu que ingressasse na

[1107] Cf. *A Colligação*, Goyaz, 28 de abril de 1935.

[1108] "Ainda vibram no ar, por todos os quadrantes do Estado, as palavras com que o sr. Pedro Ludovico Teixeira, em pleno regimen constitucional, dirigiu aos correligionários que lhe foram cumprimentar por motivo da sua eleição ao cargo de governador de Goyaz. […] Folgamos immensamente com essa disposição de ânimo do ex-interventor que reconhece, afinal, em face da reacção positivada, os erros que acumulou em quatro annos e pico de mandonismo sem freios. Reconhece-os e promette reparal-os ao mesmo tempo que promette enveredar-se por outros caminhos. […] Queremos crer que o ex-interventor não deseja outra coisa, não pensa na absorpção pelo seu partido do partido que o combate porque tal absurdo implicaria a volta ao regimen da unanimidade que s. ex. Tanto condena e que é absolutamente incompatível com a nossa condição de povo livre. Se o seu desejo de paz e concórdia manifestado de maneira tão intensa é verdadeiro, não é pura expressão verbal, s. ex. que revele a honestidade dos seus propósitos com actos positivos: moralise o ensino, tão distanciado da sua finalidade, reintegre nos seus cargos os funccionários injusta e violentamente esbulhados, repare sem demora os damnos que causou no período discricionário, faça respeitar os direitos alheios, encaminhe a administração no sentido de realisar as aspirações latentes da colectividade, rehabilitando o Estado da miséria econômica em que se arrasta e verá s. ex. como lhe não faltará o apoio sincero dos que fizeram frente única contra o regimen de irresponsabilidades que vigorou e floresceu à sombra do arbítrio e fora da lei e de que foi s. ex. Em Goiaz o máximo representante." BRITTO, Francisco de. A oração do Apostolo. A Colligação, Goyaz, 12 de maio de 1935.

> atividade política de Goiaz, ao lado dos que combatiam a situação dominante. Naquele tempo, como se vê, a doutrina pregada pelo dr. Ludovico era diversa. Julgava s. exa. que os goianos residentes fora do Estado deviam interessar-se pela política de sua terra. Hoje, pensa ele que é indébita essa interferência, por causa da falta de *prudência*... […] Por isso mesmo é que s. exa. poderá conseguir uma ou outra adesão, mediante ameaças de perseguições; mas, infelizmente para Goiás, não realizará um congraçamento político, no qual possam os homens de bem tomar parte, sem perderem o respeito de seus conterrâneos. É o que se conclui do seu discurso.[1109]

A pacificação goiana deveria esperar outro momento.

No entanto, para os governistas, a ocasião era de comemoração. O inquilino do Palácio Conde dos Arcos oferece então um baile para festejar sua consolidação política. Os constituintes situacionistas pouco depois retribuem a cortesia[1110] Não poderiam faltar os pronunciamentos. Com a palavra Salomão de Faria:

> Sr. Governador: […] Pode v. excia. ficar certo de uma coisa: [...] vejo, em cada um de meus companheiros de bancada, um obreiro sincero, que deseja auxiliar a v. excia. nessa obra cyclopica de reerguimento de nosso Estado, encaminhando-o na senda do progresso, através da mudança de sua Capital, ponto nevrálgico do seu governo e que tem servido de bandeira de opposição aos seus adversários.[1111]

Razão assistia a Salomão de Faria quando ressaltou o apoio unânime da bancada à mudança. Mas não só a integralidade dos deputados pesserristas emprestava contribuição à futura cidade. O arcebispo de Goiás, Dom Emanuel Gomes de Oliveira, presidente da comissão incumbida de escolher o local da futura metrópole, que não participara de nenhuma das duas missas realizadas em 1933 no sítio selecionado, entretanto, em 1935 exterioriza sua anuência, segundo a matéria veiculada no *Correio Official*:

> O dia de hontem assignalou, innegavelmente, uma passagem mui grata na História Catholica de Goyaz. É que S. E. o sr. Arcebispo desta Diocese, num acto que acompanha muitas outras attitudes suas em face do progresso de nossa terra, tomou a louvável iniciativa de dar começo, na nova Capital, em Campinas, à Cathedral, cuja pedra fundamental será lançada hoje, em presença de s. exa. o sr. Governador e de altas autoridades estaduaes. […] Como se vê, por esse acto de inexcedivel patriotismo, s. exa. o sr. Arcebispo D. Emmanuel Gomes de Oliveira não está alheio à maior realização de Goyaz e, vem, assim, de dar à grande causa goyana o seu inconcusso e valioso apoio.[1112]

No dia do lançamento da pedra fundamental da catedral da nova capital, a imprensa asseverou: "Compareceu, pessoalmente, s. exa. o sr. Governador do Estado, em cuja comitiva tomaram parte o Presidente e o 1º Secretário da Assembléa Constituinte Estadual e o dr. Secretário Geral. […] O sr. Arcebispo presidiu a missa celebrada pelo Vigário Geral."[1113]

[1109] VELLASCO, Domingos Netto de. O discurso do governador goiano. *A Colligação*, Goyaz, 15 de maio de 1935.
[1110] Cf. *Correio Official*, Goiaz-Capital, 03 de maio de 1935.
[1111] Cf. *Correio Official*, Goiaz-Capital, 03 de maio de 1935.
[1112] Cf. *Correio Official*, Goiaz-Capital, 25 de maio de 1935.
[1113] Cf. *Correio Official*, Goiaz-Capital, 28 de maio de 1935.

IV.3. Os anteprojetos

A criação de uma comissão de sete juristas,[1114] presidida pelo secretário-geral do estado, foi o primeiro ato rumo à elaboração do produto final da Constituinte: a Constituição. O interventor nomeou Emílio Francisco Póvoa, Rodolfo Luz Vieira, Sebastião Fleury Curado, José Honorato da Silva e Sousa, Albatênio Caiado de Godói e Dario Délio Cardoso, além de Claro Augusto Godói (secretário-geral), membros do comitê incumbido de redigir o anteprojeto constitucional, a ser encaminhado ao poder Legislativo.

A comissão do anteprojeto, como se denominou, solicitou a várias autoridades e instituições, dentre as quais a Ordem dos Advogados do Brasil, seção Goiás, a apresentação de sugestões.[1115] Designado pela subsecção da OAB de Santa Rita do Paranaíba, o advogado Oswaldo Affonso Borges confeccionou um estudo jurídico, posteriormente publicado.[1116] O trabalho, contudo, no tocante à transferência da capital nada mencionou.

O representante goiano na Assembleia Nacional Constituinte de 1933/1934, José Honorato da Silva e Sousa, igualmente preparou um anteprojeto avulso, embora integrasse a aludida comissão. Justificou sua iniciativa ao interventor Pedro Ludovico Teixeira: "Distinguido por V. Exa. com a honrosa designação de membro da comissão encarregada de redigir o ante-projeto constitucional, não pude nella collaborar porque, chamado ao Rio a fim de tomar parte nos trabalhos da Câmara, fui coagido a me ausentar da douta companhia de mestres."[1117]

Em que pese a rica contribuição de Honorato, da mesma forma que na citada obra de Affonso Borges, não se encontra nenhuma referência ao tema mudancista, se bem que este singular cânon merece referência: "Art. 179. O Poder Legislativo, o Executivo e a Corte Appellação poderão residir em sédes differentes, de accordo com as conveniências do Estado."[1118]

O paradeiro das atas da comissão do anteprojeto é desconhecido. No entanto, é sabido que o grupo discutiu intensamente a mudança, deliberando, ao final dos debates, da seguinte maneira: "Art. 4º. Até que se realize a mudança da Capital do Estado para a região já escolhida no municipio de Campinas, a cidade de Goyaz, continuará a ser a Capital."[1119]

[1114] Decreto nº 4.952 de 05 de setembro de 1934. In: GOIÁS. *Coletânea de leis dos atos do Governo Provisório em 1934*. Organização de Alberto R. Silva. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1946, p. 167.

[1115] Cf. *Correio Official*, Goiaz-Capital, 13 de setembro de 1934.

[1116] BORGES, Oswaldo Affonso. *Constituição do Estado de Goiaz e sugestões apresentadas ao seu anteprojeto*. São Paulo: Tipografia Acadêmica, 1935.

[1117] SOUZA, José Honorato da Silva e. *Ante-Projecto da Constituição do Estado.* Cidade de Goiaz: Seção de Obras do Dep. de Estatística e Publicidade, 1935, p. 03.

[1118] SOUZA, José Honorato da Silva e. *Op. Cit.*, 1935 a, p. 62.

[1119] GOIÁS. *Ante-Projecto da Constituição do Estado*. Elaborado pela Comissão nomeada pelo Decreto n. 4.952 de 5 de

Segundo a versão de Honorato, o único voto divergente no seio da comissão do anteprojeto foi exarado por Emílio Póvoa:

> Ainda agora, entregue, sem condições, a uma plêiade de goyanos illustres a tarefa da organização do ante-projecto da Constituição do Estado, vimos que a idéa da mudança da Capital foi ponto de vista victorioso. Houve um voto vencido, é verdade. Mas, a esse trecho, não nos podemos furtar ao prazer de abordar, embora perfunctoriamente, rápidos commentários à margem desse voto. Foi ele proferido pelo eminente desembargador Emílio Povoa, figura das mais expressivas do nosso meio social. [...] O eminente jurista, que sempre soube, como juiz e como cidadão, collocar bem alto os interesses colletivos – embora todos lhe reconheçamos a magnanimidade do coração e o grande amor que consagra à terra que lhe serviu de berço e a seus maiores, não combate, em princípio, a mudança da Capital. Longe disto. Elle somente acha inopportuno que no momento se realize a mudança, devido a obstáculos de ordem financeira.[1120]

Em seguida, Honorato transcreve a emenda oferecida por Emílio Póvoa, a quem chama de "querido mestre". Eis o seu teor: "A cidade de Goyaz continua a ser a capital do estado até que as condições financeiras do mesmo permittam que se realize a mudança já decretada para o local escolhido."

A redação vitoriosa da comissão do anteprojeto não escapou de críticas. De Pires do Rio, protestou o magistrado Cyleneo de Araújo (ou Léo-Lynce): "O art. 4º é pessimista quanto à mudança da capital: refere-se a região 'já' escolhida, quando a realidade é 'já' [está] a capital em periodo febril de construcção."[1121] Rebatendo o comentário, Sebastião Fleury Curado, redator do artigo 4º, contesta a afirmação do juiz:

> Incorre o crítico em um erro de lógica. Não se trata de construcção, trata-se de saber se a capital está ou não mudada. Desafiamos a quem quer que seja que possa construir grammaticalmente o artigo 4º de outra maneira. Tivemos o máximo cuidado na redacção deste artigo e muito nos valeu o relatório apresentado ao Dr. Getúlio Vargas, pelo Dr. Interventor Federal de Goiás. O decreto n. 3.359 de 18 de maio de 1933 tem mais ou menos a mesma redacção. Diz o seu artigo 1º: "A região às margens do córrego Botafogo etc. etc... fica escolhida para nela ser edificada a futura Capital do Estado." O digno commentador tem o direito de se manifestar sobre a mudança, mas reptamos sua senhoria para, neste momento, dado o estado febril da construcção, encontrar uma forma grammatical que signifique melhor e mais claramente a situação da idéa em marcha.[1122]

Léo-Lynce então replica:

> Agora, o ponto nevrálgico; como diria um repórter de polícia: da questão da Capital. […] Levanto a luva. Redigirei assim: 'Art. 4º - A Capital do Estado será transferida para a cidade em construcção, no município de Campinas. § único – Emquanto o Poder Executivo não der por ultimadas as providências para a mudança, permanecerá o Governo na sua séde actual.' Ahi está o pensamento claramente expresso. Nem outro foi o meu intuito ao fazer o reparo provocador da zanga olympica. Frisei apenas a necessidade de se

setembro de 1934. Cidade de Goiaz: Seção de Obras do Dep. de Estatística e Publicidade, 1935, p. 4.

[1120] SOUZA, José Honorato da Silva e. *Op. Cit.*, 1935 b..

[1121] LÉO-LYNCE. Notas à margem. *O Social*, Goiaz, 17 de fevereiro de 1935.

[1122] CURADO, Sebastião Fleury. *Voz do Povo*, Goyaz, 24 de fevereiro de 1935.

> determinar a mudança para a Capital definitiva e JÁ EM CONSTRUCÇÃO. 'Região já escolhida' teve-a, no nosso Planalto, a própria Capital Federal, por mais de 40 annos...[1123]

A disputa retratada acima entre Sebastião Fleury Curado e Léo-Lynce pela melhor redação do artigo do anteprojeto sobre a mudança revela o labirinto de dificuldades e reveses que envolviam a construção intelectual do preceito jurídico em foco.

As objeções intentadas não alteraram a disposição original. Quase seis meses depois de sua convocação, a comissão se desincumbe da tarefa, entregando o anteprojeto da Constituição ao interventor federal no dia 18 de março de 1935.[1124]

IV.4. A trajetória da proposta de mudança na Constituinte e os debates parlamentares

A Assembleia tinha um prazo de quatro meses, a partir de sua instalação, para elaborar a Constituição Estadual,[1125] ou seja, até o dia 14 de agosto de 1935. O regimento interno, promulgado[1126] pelo presidente Hermógenes Coelho, disciplinava as etapas para a aprovação da Lei Maior, que podem ser discriminadas, para fins didáticos, em doze fases:

1ª fase: anteprojetos;
2ª fase: comissão constitucional (1º projeto);
3ª fase: plenário (votação do 1º projeto e apresentação de emendas);
4ª fase: comissão constitucional (2º projeto);
5ª fase: plenário (votação do 2º projeto e apresentação de emendas);
6ª fase: comissão constitucional (3º projeto);
7ª fase: plenário (votação do 3º projeto e apresentação de emendas);
8ª fase: comissão de redação (4º projeto);
9ª fase: plenário (apresentação de emendas de redação – turno único);
10ª fase: plenário (votação das emendas de redação);
11ª fase: plenário (aprovação do projeto final);

[1123] LÉO-LYNCE. Nota extra. *O Social*, Goiaz, 10 de março de 1935.
[1124] Cf. *Correio Official*, Goiaz-Capital, 24 de março de 1935.
[1125] O art. 3º das disposições transitórias da Constituição Federal dispunha: "[...] Uma vez inauguradas, estas últimas passarão a eleger os Governadores e os representantes dos Estados no Senado Federal, a empossar aquelles e a elaborar, no prazo máximo de quatro mezes, as respectivas Constituições, transformando-se, a seguir, em Assembléas ordinárias, providenciando, desde logo, para que seja attendida a representação das profissões." In: *Diario Official***,** Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1935, p. 27326.
[1126] Lei Interna nº 01 da Assembleia Constituinte, aprovada na sessão de 08 de maio de 1935. Regimento Interno da Assembléia Constituinte. In: Arquivo Histórico Estadual. Sala de Documentação Manuscrita.

12ª fase: promulgação da Constituição;

O regimento interno determinava a criação de uma comissão de seis membros, denominada comissão constitucional, responsável pela confecção de três projetos de Constituição (2ª, 4ª e 6ª fases) a serem submetidos ao plenário. A eleição para a composição da dita comissão foi precedida de polêmica, pois a minoria desejava indicar seus integrantes sem a interferência dos pesserristas. Depois da apuração dos votos, a maioria sufragou os nomes de Antônio Raimundo Gomes da Frota, Felicíssimo do Espírito Santo Netto, Guilherme Xavier de Almeida, João de Abreu, Joaquim Rufino Ramos Jubé Júnior e Victor Coelho de Almeida. Os dois últimos pertenciam aos quadros da Coligação Libertadora.

Transparece das fontes que a oposição desejava ser representada por Jacy de Assis e Agenor Alves de Castro. Como a escolha dos governistas recaiu sobre Jubé Júnior e Victor de Almeida, estabeleceu-se uma divergência, que acarretou inclusive a renúncia dos deputados selecionados, a começar por Jubé: "Allegando motivos que lhe parecem poderosos, quais sejam os de cohesão e disciplina partidária, termina o orador pedindo sua renúncia da Commissão Constitucional. Consultada a casa se manifesta contra o pedido."[1127] Victor tomou a mesma decisão do colega.[1128] Entretanto, mesmo com a renúncia, os parlamentares antigovernistas afinal efetivam-se ao grupo, como desejava a maioria, solucionando assim o impasse.[1129]

Formada a comissão constitucional, na primeira reunião realizada no dia 14 de maio de 1935, Gomes da Frota e Guilherme Xavier de Almeida são eleitos, respectivamente, presidente e relator. No dia posterior, o comitê, que usufruía do intervalo de quinze sessões ordinárias para concluir o 1º projeto de Constituição (*2ª fase*), inicia a preparação do plano.

A comissão podia, a seu critério, adotar qualquer um dos anteprojetos apresentados, ou, querendo, inová-los, opção esta que acabou prevalecendo: "Dos dois anteprojetos apresentados (o da Comissão nomeada pelo Dec. n. 5.592, de 9 de setembro de 1934, e o do Sr. José Honorato), resolveu a comissão, guiando-se por eles, fazer uma obra nova, aproveitando as excelências de um e de outro."[1130]

Os debates encetam-se pela apreciação das "disposições preliminares", capítulo em que se alojava o tema da transferência da capital. Ao final das discussões, um texto similar ao do anteprojeto do governo é aprovado: "Art. 4º. A Capital do Estado permanecerá em sua séde actual

[1127] Cf. *Diario da Assembléa Constituinte*, Goiaz, p. 45-46.
[1128] Cf. *Diario da Assembléa Constituinte*, Goiaz, p. 47.
[1129] Cf. *Diario da Assembléa Constituinte*, Goiaz, p. 51.
[1130] Cf. *Diario da Assembléa Constituinte*, Goiaz, p. 179.

até que o Poder Executivo a transfira para a cidade, em construcção no municipio de Campinas."[1131]

Percebendo a necessidade de dinamizar sua atuação, a comissão fraciona entre seus membros a obrigação de redigir partes específicas do primeiro projeto de Carta Magna.[1132]

Durante os debates das disposições preliminares, foram propostas emendas, destacando-se entre elas a seguinte:[1133] "Ao artigo 4º acrescenta-se um § único, redigido nos seguintes termos: Ao Governo caberá o emprego de medidas consentâneas que salvaguardem os interesses econômicos da séde atual."[1134]

A citada emenda, aprovada por unanimidade, expressava as reivindicações do mudancismo condicionado e duplicava a previsão do art. 2º do decreto nº 3.359, de 18 de maio de 1933.[1135]

Ao concluir sua primeira missão, em 1º de junho, a comissão constitucional apresenta o 1º projeto de Constituição ao plenário, inserindo na exposição de motivos o seguinte enunciado: "Determina-se a mudança da Capital para a cidade em construcção no Municipio de Campinas, ordenando-se, ao mesmo tempo, sejam tomadas medidas consentâneas que salvaguardem os interesses econômicos da atual séde do Governo."[1136]

No plenário, abre-se a temporada de discursos pela voz de Jacy de Assis. Ao abordar a situação financeira do estado, descreve um quadro negativo, tentando desconstruir a versão ufanista da mensagem interventorial[1137] dirigida ao Legislativo no início da legislatura: "Não estamos mais à beira de um precipicio; já escorregamos pela encosta abaixo, e atingimos à situação aflitiva que só um milagre pode salvar."[1138] Na sequência, Jacy realiza minucioso estudo do

---

[1131] Cf. atas da Comissão Constitucional da Assembleia Constituinte de 1935, sessão do dia 15 de maio. In: Arquivo Histórico Estadual. Sala de Documentação Manuscrita.

[1132] A responsabilidade de escrever as "disposições preliminares", que trataria da construção da nova capital, coube ao deputado Gomes da Frota.

[1133] Vale assinalar que na ata não há referência ao seu autor.

[1134] Cf. atas da Comissão Constitucional da Assembleia Constituinte de 1935, sessão do dia 22 de maio. In: Arquivo Histórico Estadual. Sala de Documentação Manuscrita.

[1135] Ver subcapítulo III.4 – *Veto à indenização aos proprietários*.

[1136] Cf. *Correio Official*, Goiaz-Capital, 05 de junho de 1935.

[1137] Existem referências de que a mensagem governamental foi publicada no *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, mas não encontramos o seu conteúdo no referido periódico, apesar de tê-lo consultado na Biblioteca Nacional.

[1138] Eis outra parte do pronunciamento de Jacy de Assis sobre a edificação de Goiânia: "Não houve, absolutamente, nos últimos anos, um ritmo ascensional da receita; ao contrário, estamos sinão em franco retrocesso, ao menos em chocante estagnação. O custo elevado dos materiais, a dificuldade de transportes, o valor da mão de obra, a série enorme dos serviços que a edificação necessita, a instalação do governo, a locomoção dos órgãos do Estado – tudo isto mostra que ainda carecemos de inúmeras centenas de contos, dispendidos somente com esta obra. [...] Quanto ainda devemos dispender com as obras em construção, na nova capital? Quais os compromissos assumidos para com o Banco do Brasil, o Banco Hipotecário, as empresas construtoras de prédios, os detentores de privilégios? E as obrigações decorrentes dos contratos celebrados pela administração, com referência à mudança?" In: ASSIS, Jacy. Um sensacional discurso proferido pelo Dep. Jacy de Assis, na Constituinte Estadual. *A Colligação*, Goyaz, 04 de junho de 1935.

orçamento estadual dos anos de 1927 a 1934 e questiona o custo da mudança.

A tropa de choque ludoviquista na Assembléia, capitaneada por Salomão de Faria, Oscar Campos e Irany Ferreira, vergasta os argumentos do líder oposicionista em apartes veementes. Em contrapartida, secundam Jacy de Assis seus correligionários Nasser e Jubé Júnior.

Para rebater a oração, são escalados Salomão de Faria e Oscar Campos. Este verbera que o governo recebeu as rédeas da administração em 1930 com os cofres em más condições e para agravar eclodiram várias inquietações nos quatro últimos anos, como o levante paulista de 1932.[1139] Segundo Salomão de Faria, a realidade econômica vivida pelo estado de Goiás era totalmente diversa da descrita por Jacy de Assis.[1140]

A discussão a respeito da situação financeira merecia atenção especial dos governistas por constituir-se no centro da tese da inoportunidade da transferência desfraldada pela minoria. Insistiam os coligados que o estado deveria buscar inicialmente o crescimento econômico e social para depois pensar no perdulário plano de construção de uma nova cidade.

Logo após a publicação do 1º projeto da comissão constitucional no órgão oficial, o presidente da Assembleia declara que qualquer deputado poderia oferecer emenda ao esboço de Constituição (*3ª fase*).[1141] Em relação à mudança, três emendas são formuladas, sendo a primeira – que por isso passou a ser a de nº 1 – é subscrita pela bancada oposicionista:

> Emenda nº 1 - Modificativa do art. 4º e seu paragrapho único do projeto de Constituição. Substitua-se de 'até que o Poder Executivo a transfira para a cidade em construcção, no município de Campinas' e o § único do art., pelos seguintes paragraphos:
> § 1º - Quando a optima situação financeira do Estado o permittir, o Poder Executivo, ouvida a Assembléa Legislativa, poderá transferir a capital para a cidade em construcção, no município de Campinas.
> § 2º - A transferência se fará mediante lei ordinária, e só depois que a cidade de Goiaz for dotada de todos elementos imprescindíveis à continuidade de seu progresso, inclusive via férrea.[1142]

Ao teor da justificativa da emenda, assinada por sete deputados, fica expresso que os parlamentares opunham dois obstáculos à realização da transferência (ótima situação financeira e trem de ferro em Vila Boa): "os libertadores somente admitem a possibilidade da mudança da capital, quando a situação financeira o permitir, e desde que esteja perfeitamente dotada a cidade de

---

[1139] CAMPOS JÚNIOR, Oscar. *Correio Official*, Goiaz-Capital, 18 de junho de 1935.

[1140] Essa era a visão de Salomão de Faria: "vemos o Estado acordando para uma nova era de progresso; as cidades se multiplicam e os povoados aumentam de um modo animador. Os capitalistas de outras unidades da federação já se interessam pelas nossas coisas, procurando empregar aqui as suas economias, certos de que gozarão das garantias que não lhes eram oferecidas até outubro de 30. As nossas terras valorizam-se e vemos companhias se interessarem na sua compra, mesmo no longínquo Norte, onde, até então, predominava o cangaço e o povo era espingardeado pelos esbirros do Governo." In: FARIA, Salomão Clementino de. *Op. Cit,* 1935a, p. 18.

[1141] Cf. *Diario da Assembléa Constituinte*, Goiaz, p. 79.

[1142] Cf. *Diario da Assembléa Constituinte*, Goiaz, p. 82.

Goiaz de elementos que lhe assegurem a existência e a continuidade de seu progresso."[1143]

Com efeito, o conceito de "ótima situação financeira" mostrava-se altamente indefinido e exposto a uma grande carga de subjetividade pela maioria ocasional. A propósito, o vice-presidente Taciano Gomes de Mello percebera bem a flexibilidade da expressão:

> Tenho certeza, […] de que se por um fenômeno qualquer, houvesse mudança repentina de governo, se a minoria, passasse a governar o Estado, essa situação passaria imediatamente a ser ótima e mudar-se-ia imediatamente a séde da administração, caso o governador fosse daquela corrente da minoria que hoje, espiritualmente, se deixou vencer.[1144]

O líder governista Guilherme Xavier de Almeida também gracejou: "Si para os deputados libertadores a situação é precária, para os deputados da maioria ella é optima."[1145]

É claro que a proteção da Cidade de Goiás também era um dos objetivos da Coligação Libertadora. No entanto, condicionar a construção da nova capital ao silvo do trem de ferro nos contrafortes da Serra Dourada prorrogaria a mudança a um prazo indeterminado, até porque a dificuldade para avançar os dormentes até os limites de Anápolis era notoriamente conhecida.[1146] Mais de duas décadas foram necessárias para tal desiderato.[1147]

Acatada a postulação da Coligação Libertadora, nem a médio prazo a metrópole sairia de Vila Boa. O interesse era inviabilizar a mudança, ao menos na vigência da gestão ludoviquista. A emenda nº 1, apesar de, hipoteticamente, concordar com a transferência, na prática, ao exigir prévia chegada da via-férrea, protelava-a *sine die*.[1148]

[1143] Cf. *A Colligação*, Goyaz, 14 de junho de 1935.

[1144] MELLO, Taciano Gomes de. *Op. Cit.*, 1935.

[1145] *Apud* NASSER, Alfredo. A mudança da capital empolga a Constituinte. *A Colligação*, Goyaz, 07 de julho de 1935.

[1146] A estação ferroviária de Anápolis seria inaugurada poucos dias depois, precisamente no dia 07 de setembro de 1935. Ver seção de imagens. In: MENDONÇA, Jales Guedes Coelho. *Op. Cit.*, 2013.

[1147] Isso, todavia, não quer dizer que procedia a alegação da impossibilidade dos trilhos alcançarem Vila Boa, consoante repeliu, com luminosos argumentos, Luiz do Couto: "só uma evidente má vontade e manifesta falta de observação é que veem impossibilidades da Estrada de Ferro chegar a Goiás, devido a sua cadeia de montanhas, e, portanto da sua expansão e progresso. Mas isso não é verdade; [...] Os míopes, no entanto, só enxergam as montanhas que semi-circulam a capital a leste e norte! Isto é má fé no argumento dos opositores. E porque não virá a Goiás a Estrada de Ferro? 'Pelo espantalho da *Serra Dourada*.' Mas isso é uma criançada que qualquer servente de engenheiro repeliria com desprezo. A *Serra Dourada* é de suave declive, em relação a dezenas de outras serras que os trilhos de aço cortaram mesmo no nosso paiz. E o que dirão da *Mantiqueira*, da *Serra do Mar*, do *Cubatão* que jámais serviram de obices ao sistema ferroviário nacional? E a *E. de F. S. Paulo – Rio Grande,* com as assombrosas montanhas do Paraná, onde os trilhos se alinham na mais prodigiosa obra de engenharia brasileira que poz o mundo estupefacto? A passagem da *Serra Dourada*, em confronto com as outras travessias com relativa facilidade realizadas, não passa de um brinquedo de criança e nada mais... Para não irmos mais longe, vamo-nos apegar à vizinhança para destruir essa triste e impatriótica balela do entrave da *Serra Dourada*. A *Serra do Paranaíba,* a começar em Anhanguéra e terminar no *Morro da Meza,* é seis vezes mais alta que a passagem da *Serra Dourada,* e, no entanto, no seu dorso corre a *Goiás,* e os trabalhos technicos, se não de relevância não excedem o nível geral para causarem forte admiração... Só a pobre *Serra Dourada* é que modestamente fora plantada para arrepiar os cabelos dos engenheiros e servir de bóde expiatório aos technicos das margens do Rio Vermelho!" In: COUTO, Luiz. A mudança da capital de Goiás. *A Tribuna*, Uberlandia, 16 de agosto de 1931.

[1148] Expressão em latim: sem dia, sem data fixa, sem dia marcado. In: AQUAROLI, Marcelo. *Dicionário Jurídico de Latim e Gramática*. 3ª edição. São Paulo: WVC Editora, [s.d.], p. 109.

Ademais, a emenda exigia que os melhoramentos vilaboenses fossem implementados antes da retirada dos poderes, consoante se infere da expressão "só depois que a Cidade de Goiás for dotada". Nesse particular, provavelmente a conhecida experiência mineira tenha novamente espraiado sua influência, pois, conforme visto, Ouro Preto recebera os benefícios urbanísticos e ambientais antes da efetivação da mudança.[1149]

Cumpre ressaltar ainda outro aspecto da emenda nº 1 que no ano seguinte geraria séria divergência interpretativa sobre a aplicabilidade da norma constitucional mudancista,[1150] qual seja, a exigência da aprovação de "lei ordinária" para a efetivação da mudança.

Em resumo, enquanto na bancada situacionista venceu a tendência mudancista, na oposição prevaleceu a corrente antimudancista.

Os três legítimos representantes na Constituinte das forças lideradas pelo ex-senador Antônio Ramos Caiado – Alfredo Nasser, Jubé Júnior e Agenor Alves de Castro – debateram a matéria no parlamento. Sem muito esforço, deduz-se dos pronunciamentos a compreensão de que a Cidade de Goiás detinha requisitos para prosseguir como capital, desde que alguns aperfeiçoamentos fossem efetuados em seu espaço urbano.

Perquirindo a oração de Nasser, não se encontra, em nenhum momento, adesão à ideia da transferência. Didaticamente, o tribuno divide os mudancistas em duas categorias, exceção feita aos que se enquadram em ambas: a) os que entendem que a transladação resolveria os problemas econômicos do estado; e b) os que julgam que Vila Boa não gozava de requisitos necessários a uma capital.

Quanto ao primeiro grupo, o tribuno rechaça, aparteado por Salomão de Faria, Irany Ferreira e Oscar Campos,[1151] o entendimento de que a mudança equacionaria as dificuldades financeiras: "Transferir a Capital para que ella resolva em si todas essas equações [relacionadas ao desenvolvimento econômico] ou se constitua no marco inicial para a sua resolução, se me afigura apressar a morte na esperança da ressurreição. Ella não as resolverá por si."[1152]

[1149] Ver subcapítulo *III.4. Veto à indenização aos proprietários.*

[1150] Ver capítulo *V. Mudança sem lei.*

[1151] Cf. *Diario da Assembléa Constituinte*, Goiaz, p. 83.

[1152] Eis parte do discurso de Nasser: "O phenomeno que tem entravado o progresso de Goyaz, [...] não provem da situação geográfica de sua séde de governo. O mal teria que existir como ausencia absoluta de orientação economica, resultante por sua vez de males outros a que não são estranhos a própria situação do nosso Estado no mappa do Brasil e os vicios da orientação nacional no trato das questões que fogem à orbita estricta do mundo politico-partidario. [...] Construída a nova capital, transferida a séde de governo, os males de hoje serão os males de amanhã, agravados pelos compromissos. […] E se assim acontece com a lavoura, acontece com todos os ramos da actividade productora. Desta maneira tem sido, assim é e será, localizada a Capital aqui ou alhures, emquanto o Estado não amparar a producção, incentivando-a, não lhe assegurar transporte fácil e barato, não lhe garantir o escoamento. […] A mudança arrazará os servidores do Estado." In: NASSER, Alfredo. A Mudança da Capital Debatida na Assembléa Constituinte. *A Colligação*, Goyaz, 14 de junho de 1935.

Em relação à segunda linha argumentativa, Nasser sustenta a tese da remodelação da Cidade de Goiás, deveras ventilada em 1932 pela *Voz do Povo*, ao salientar que Vila Boa desfrutava das condições indispensáveis a uma urbe moderna:

> Com metade do empréstimo contrahido ao Banco do Brasil, Goyaz seria hoje uma capital com todos os requisitos de cidade moderna, tão exigentemente reclamados pela outra cathegoria dos adeptos da mudança. Que lhe falta? O esforço humano. Dispõe de clima, de salubridade, de água, regularidade nas estações, magnífica situação topographica. Dispõe de todas as condições de habitabilidade, e de todos os elementos capazes de lhe permittirem uma remodelação. […] Os que imaginam que permanecermos aqui é recuarmos no tempo, elaboram em erro de observação e analyse. V. Excia. não ignora que proporcionalmente, Goyaz é uma das cidades mais cultas do Brasil. Um pouco de boa vontade lhe proporcionaria o progresso material que lhe falta, como moldura às suas honrosas credenciaes de cultura e de civilização. […] As ruas de Villa Boa foram os caminhos por onde pisaram os paulistas escrevendo a História do Brasil. E os paulistas traziam o sentido divinatório dos rumos, nas suas caminhadas. Estacados nas margens do Rio Vermelho o seu pensamento sorria para o Araguaya. Este é que é o rumo da nossa grandeza. Não desprezemos a profunda sabedoria do destino. Sobretudo não retrocedamos. [...] Uma vez collocados longe do mar pela difficuldade das vias terrestres, encurtemos a distância atravez do grande veio líquido. Voltar para Campinas é fugir à predestinação. É arrazar toda esta immensa faixa onde residem dois séculos no caminho para o futuro. E gastar, gastar sem resolver.

Ressaltando que Campinas fugia à predestinação estadual, no fundo, Nasser indagava o acerto da escolha do local da futura capital. Como Couto de Magalhães e muitos goianos, acreditava que o caminho do progresso econômico anhanguerino vinculava-se à exploração do Araguaia. Jubé Júnior, mais explicitamente, também questionará a correção da medida. Anteriormente, Mário Caiado igualmente contestara a decisão.[1153] Entretanto, o local já estava consolidado no ano de 1935, tanto que nem sequer foi objeto de questionamento na emenda nº 1.[1154]

Apesar de compor a mesma bancada de Nasser, é possível localizar em um dos escritos de Jacy de Assis, domiciliado em Buriti Alegre, trecho em que reconhece o benefício da mudança. O líder da minoria, em artigo publicado na imprensa, não assinala condições para a Cidade de Goiás continuar sendo a metrópole, nem mesmo com a implementação de obras de remodelação: "A emenda apresentada pelos libertadores não destróe, em tése, a obra mudancista. Admite a possibilidade da realização. […] o Estado vai sofrer, dentro de um lustro, as graves consequências de uma idéia, que pode ser boa e necessária, mas é indiscutivelmente inoportuna."[1155]

O hebdomadário *Folha de Goiaz,* de propriedade de Salomão de Faria, intrigou:

> Quem leu o artigo publicado pelo sr. Jacy de Assis, n'A Coligação' de 14 deste, intitulado 'A Mudança da Capital', se pensou que o ilustre líder da minoria fez crítica sincera ao discurso do deputado Xavier de Almeida, errou... Se leu e é vilaboense de brio, estrillou...

[1153] Ver subcapítulo *III.7. – A emblemática posição de Mário Caiado.*
[1154] Ver capítulo *II – A escolha do local da nova capital de Goiás.*
[1155] ASSIS, Jacy. A mudança da capital, *A Colligação*, Goyaz, 14 de junho de 1935.

> Estrilou porque o líder da minoria afirmou ali que a cidade de Goiaz vive a vida artificial que lhe proporciona o funccionalismo. Estrillou porque ele disse que isto aqui não vale nada. É só retirar a séde do Governo e acabou-se Vila Boa... Estou enganado, ilustres leitores, o deputado Jacy de Assis não disse isto. Ele é incapaz de lançar insulto ao bom povo desta cidade, de quem vive enamorado e para quem compõe os seus mais lindos madrigais... Isto eu li nas entrelinhas e foi a conclusão a que cheguei com a leitura desta phrase:[1156] 'cidade de Goiaz, condenada, lamentavelmente, à estagnação e à morte.'[1157]

O articulista José Xavier de Almeida Júnior comentou jocosamente a emenda nº 1 em famosa crônica intitulada "Os sete sábios da pinguelona":[1158]

> De oito constituintes da opposição apenas um, e esse mesmo ausente, deixou de assignar a emenda nº 1. Essa emenda, sem dúvida, ficará célebre. E, daqui alguns annos, quando algum despreocupado humorista percorrer os annaes da Segunda Constituinte Goyana, não deixará, porventura, de comparar os signatários dessa emenda aos sete homens da Grécia, illustres pela sabedoria, e prestará a sua homenagem risonha aos Sete Sábios da Pinguelona.[1159]

Na sessão de 11 de junho de 1935, três dias após ouvir Alfredo Nasser, Guilherme Xavier de Almeida, relator da comissão constitucional, lê sua justificação a respeito do art. 4º e seu parágrafo, inserto no 1º projeto de Constituição. O parlamentar, aparteado por Victor de Almeida,[1160] ao final, é aplaudido "pelos srs. deputados das duas bancadas":

> O orador lê a sua justificação do art. 4º e seu parágrapho do Projecto de Constituição, refutando argumentos pelo sr. Alfredo Nasser produzidos em defesa da emenda nº 1. No decorrer da leitura do seu trabalho, é o orador aparteado pelo sr. Victor Coelho, que defendendo o seu ponto de vista sobre a mudança da Capital do Estado, allega, além de outras allegações, a de que, precipuamente, se devem tomar medidas tendentes a encrementar a nossa producção e a desenvolver a propaganda das nossas riquezas naturaes e das nossas possibilidades. O sr. Xavier de Almeida, reportando-se ao trabalho que classifica de brilhante, lido pelo aparteante na sessão passada desta Assembléa, assegura que nunca se falou tanto a respeito ao Estado de Goyaz, quanto se fala agora; e que tal se deve, em grande parte, por ser, incontestavelmente, o maior factor a propaganda da mudança da séde do nosso Governo. [...] O sr. Xavier de Almeida termina a leitura do seu trabalho, sendo applaudido pelos srs. deputados das duas bancadas.[1161]

Mesmo abordando um assunto polêmico, a polidez do líder da maioria, acrescida da exteriorização de uma orientação respeitosa ao município vilaboense,[1162] inquestionavelmente

---

[1156] A parágrafo foi assim escrito por Jacy de Assis: "O ilustre líder [Xavier de Almeida] limitou-se a rebater, literalmente, os argumentos econômicos, que foram expostos, e o povo continuou sem saber como se está operando a mudança, e quais os atos praticados pelo Governo na defesa dos interesses da cidade de Goiaz, condenada, lamentavelmente à estagnação e à morte." ASSIS, Jacy. A mudança da capital. *A Colligação*, Goyaz, 14 de junho de 1935.

[1157] Cf. *Folha de Goiaz*, Goiaz, 27 de junho de 1935.

[1158] O artigo foi publicado sem a identificação do autor. No ano seguinte, Xavier Júnior assina coluna no periódico anapolino denominada *"A inquietação das galerias"*.

[1159] Cf. *Voz do Sul*, Annapolis, 30 de junho de 1935.

[1160] ALMEIDA, Victor Coelho de. *Goiaz e a prodigiosa riqueza do seu sub-solo* - discurso pronunciado na Assembléa Constituinte pelo Deputado Victor Coelho de Almeida. [S.l.:s.n.], 1935.

[1161] Cf. *Diario da Assembéa Constituinte*, Goiaz, p. 88.

[1162] Visível ao justificar e acatar a incorporação do parágrafo único ao art. 4º no primeiro projeto constitucional.

causou a aclamação de ambas as bancadas.

Voltando ao percurso mudancista, no último dia possível ao encaminhamento de alterações no esboço da Lei Maior, Salomão de Faria, secundado pelos deputados pesserristas, protocola as emendas nº 52 e 53.[1163] A primeira recebeu a seguinte redação:

> Redija-se o art. 4º da seguinte forma: Art. 4º - A Capital do Estado será a cidade ora em construcção no município de Campinas. § 1º - Fica marcado o prazo máximo de 2 annos, contados da data da promulgação desta Constituição, para a transferência da séde do Governo. § 2º - Emquanto não se der a transferência de que trata o § anterior, continuará o Governo em sua actual séde. *O § único do Art. 4º passará a ser o § 3º*. [destaque nosso][1164]

A segunda mereceu esta redação:

> Nas disposições transitórias, onde convier, acrescente-se: O Governador do Estado poderá passar, na cidade ora em construcção no município de Campinas, em seguida ou fracionadamente, o tempo que julgar necessário ao incremento das obras que alli se realizam, transportando o aparelho administrativo de mister ao desempenho de suas funcções.[1165]

Na fundamentação, Salomão contradita o pensamento esposado por Alfredo Nasser, embora utilizando a mesma classificação de dois grupos receitada pelo coligado:

> Da Capital de um Estado deve partir toda a iniciativa de progresso que, irradiando-se por todo o território, atingirá todos os sectores da actividade humana. E perguntamos: como fazermos partir daqui essa iniciativa, se a própria natureza é a primeira a nos hostilizar? Como criarmos aqui fábricas, incentivando a indústria, se nos falta o principal fator da energia elétrica – a água? […] Admitte o deputado Alfredo Nasser a remodelação de Villa Boa com a metade do empréstimo contrahido ao Banco do Brasil. O seu optimismo, nesse ponto, é simplesmente pueril e desconcertante. Como ninguém desconhece, só com a construcção do edifício do Fórum, do Palácio da Instrucção e do Campo da Aviação, o Estado despendeu nas administrações passadas aproximadamente 2.400:000$, isto é, importância correspondente ao líquido recebido do empréstimo ao Banco do Brasil.[1166]

Findo o prazo, a mesa da Assembleia contabiliza um total de 55 emendas, entre as quais três atinentes à mudança (emendas nº 1, 52 e 53). De acordo com o regimento interno, a etapa posterior seria a remessa de todos os documentos à comissão constitucional para a confecção do 2º projeto de Constituição (*4ª fase*).[1167]

Ato contínuo, a comissão constitucional acolhe 35 emendas, rejeita 12 e julga 7 delas prejudicadas, bem como retira uma por iniciativa de seu próprio signatário. As emendas nº 1, 52 e

[1163] Para destacar a relevância da propositura das emendas em comento, vale transcrever o título da matéria jornalística que noticiou o passamento de Salomão Clementino de Faria: "Faleceu o autor do projeto de mudança da capital para Goiânia". In: *Cinco de Março*, Goiânia, 18 a 24 de agosto de 1975.
[1164] Cf. *Correio Official*, Goiaz-Capital, 19 de junho de 1935.
[1165] Cf. *Correio Official*, Goiaz-Capital, 19 de junho de 1935.
[1166] FARIA, Salomão Clementino de. *Op. Cit.,* 1935 b.
[1167] Art. 19, § único, do Regimento Interno da Assembléia Constituinte de 1935. In: Arquivo Histórico Estadual, Sala de Documentação Manuscrita.

53 fruíram da seguinte sorte:

> Eis a lista das emendas, seguida cada qual do respectivo parecer: *Emenda n. 1.* (inclua-se com a justificação) Parecer: Rejeitada. A Comissão achou preferível a forma da emenda n. 52, a qual, estabelecendo um prazo determinado e curto, para a mudança da Capital, satisfaz o desejo da maioria do povo goiano, que vê na pronta effectivação dessa medida um importantíssimo factor da prosperidade do Estado. […] *Emenda n. 52* (etc.) Parecer: Approvada pela razão expendida no parecer emittido sobre a emenda n. 1. *Emenda n. 53* (etc.) Parecer: Acceita. O incremento das obras da nova Capital poderá exigir, no local, a presença do Governador.[1168]

Ante as modificações deferidas pela comissão, o 2º projeto de Constituição restou assim assentado:

> Art. 4º - A Capital do Estado será a cidade ora em construcção no município de Campinas. § 1º - Fica marcado o prazo máximo de 2 annos, contados da data da promulgação desta Constituição, para a transferência da séde do Governo. § 2º - Emquanto não se der a transferência de que trata o § anterior, continuará o Governo em sua actual séde. *§ 3º - Ao Governo caberá o emprego de medidas consentâneas que salvaguardem os interesses econômicos da séde atual.* [destaque nosso] […]
> Disposições transitórias […] Art. 5º - O Governador do Estado poderá passar na cidade ora em construcção no município de Campinas, seguida ou fracionadamente, o tempo que julgar necessário ao incremento das obras que ali se realizam, transportando o aparelho administrativo de mister ao desenvolvimento de suas funções.[1169]

Vê-se, portanto, que a reivindicação do mudancismo condicionado, cimentada no antigo § único do art. 4º, agora transformado em § 3º, continua incólume.

Em 02 de julho, o plenário aprova, por unanimidade, o 2º projeto de Constituição.[1170] De imediato, abre-se novo ensejo para a apresentação de emendas[1171] (*5ª fase*). Nesta oportunidade, 63 pedidos de alteração são encaminhados à mesa. As emendas nº 31 e 43,[1172] ambas oferecidas pelos deputados da Coligação Libertadora, são as duas únicas que tratam da construção de Goiânia. A primeira intenta suprimir definitivamente, entre outros artigos, o art. 5º das disposições transitórias; a segunda possuía redação parecida com a da rejeitada emenda nº 1:

> No titulo I, Capitulo I, substituir o art. 4º pelo seguinte:
> Art. 4º. A Capital do Estado é a cidade de Goiaz. § 1º. Quando a ótima situação financeira do Estado o permitir, o Poder Executivo, ouvida a Assembléa Legislativa, poderá transferir a capital para a cidade em construcção, no municipio de Campinas. § 2º. A transferencia se fará mediante lei ordinaria, e só depois que a cidade de Goiaz fôr dotada de todos os elementos imprescindiveis à continuidade de seu progresso, inclusive via ferrea.[1173]

[1168] Cf. *Correio Official*, Goiaz-Capital, 28 de junho de 1935.
[1169] Cf. *Correio Official*, Goiaz-Capital, 28 de junho de 1935.
[1170] Cf. *Diario da Assembléa Constituinte*, Goiaz, p. 120.
[1171] Artigo 21, § 1º, do Regimento Interno da Assembléia Constituinte. In: Arquivo Histórico Estadual, Sala de Documentação Manuscrita.
[1172] Cf. *Diario da Assembléa Constituinte*, Goiaz, p. 133.
[1173] Cf. *Correio Official*, Goiaz-Capital, [1_] de julho de 1935.

A mudança da capital volta a ser debatida por Alfredo Nasser. Em linhas gerais, vaticina que a novel cidade levará o estado à bancarrota:

> Se a preocupação é o augmento das rendas, augmente-se a producção e não a despeza. A mudança da Capital é literalmente, um augmento incrível de despeza. Ella só influirá perniciosamente na riqueza pública. É preciso convencer-se que nós somos integralmente pobres. […] a convicção é de que a cidade de Goyaz foi escolhida para a immolação neste sacrifício immenso a que se sujeita o Estado. A culpa não é sua. Um dia virá em que se lhe há de fazer justiça, uma tardia, mas rigorosa justiça. Passam as injustiças e os apodos, mas a hora das reparações não têm faltado jamais na história dos homens e dos paízes. Nesta campanha pela mudança da Capital, Villa Boa foi panejada por todos os recantos da região como bandeira malfadada do entrave e dos marasmos. Amanhã esta bandeira se chamará Campinas, porque della e por sua culpa vai partir o cataclisma que nos há de varrer a todos e mais duas ou três gerações empós.[…] Para onde caminhará esta Casa? Ella não deve representar dois partidos nem duas ideologias. O que palpita e vive aqui dentro é uma época postada à frente do futuro. A mudança da Capital é ponto nevrálgico onde bifurcam os dois caminhos: ou a sua protelação para melhores dias e isto significa o progresso, ou a sua execução no momento e isto significa a catastrophe.[1174]

Agenor Alves de Castro, médico e ex-prefeito da capital, no momento em que manifesta sua concordância com o discurso de Alfredo Nasser, pondera que Vila Boa ostentava excelente clima, boas condições de higiene e totais condições de contar com os serviços de esgoto e abastecimento de água. Em síntese, a remodelação da cidade era plenamente possível:

> Ora, com a estrada de ferro em Goyaz não estará bem defendida Villa Boa? É claro que a resposta terá que ser affirmativamente. […] O nosso clima é um dos melhores do Brasil. Como profissional, posso affirmar que o clima de Villa Boa é bom e que as epidemias, que aqui apportam, não encontram campo favorável para o seu desenvolvimento. […] Quando um jornal do Rio, a propósito mesmo da mudança da capital, focalisou o estado sanitário da cidade, dizendo que era um dos peiores do Brasil, a classe médica de Goyaz, unânime, tendo a frente o Deputado Vasco dos Reis lavrou vehemente protesto, enviando ao Correio da Manhã um telegrama a respeito. É fora de dúvida que há estudos feitos sobre os rios Bacalhau e Uru, principalmente sobre àquelle por Frederico Charles Grass, a respeito da possibilidade do abastecimento d'água à cidade, com relativa facilidade, mesmo economicamente. Quanto à impossibilidade do serviço de exgotos na cidade é outra injustiça que carece de reparos. […] Retirada a sede do Governo e sem dotar a Cidade de Goyaz dos elementos imprescindíveis ao seu progresso, Villa Boa estará fatalmente condemnada. […] Pois que mudem a Capital, mas não venham depreciar Vila Boa, que é a glória dos nossos antepassados.[1175]

Na sequência, Oscar Campos focaliza os aspectos econômico, social e político da transferência da sede administrativa: "Com a mudança da Capital iremos atualizar Goiaz, colocando-o na sua posição de Estado essencialmente agrícola e pastoril."[1176]

[1174] NASSER, Alfredo. *Op. Cit.,* 1935 b.

[1175] CASTRO, Agenor Alves de. Ainda na sessão de segunda-feira o Dep. Agenor de Castro pronunciou o seguinte discurso. *A Colligação*, Goyaz, 07 de julho de 1935.

[1176] Eis alguns trechos do discurso: "Num Estado essencialmente agrícola, como o nosso, a sua capital deve estar situada num centro produtor, de fácil acesso e que permita o intercâmbio comercial com os outros municípios. […] Não é,

Encerrado o prazo regimental para o encaminhamento das emendas, os documentos são enviados à comissão constitucional para emissão de seu 3º projeto de Constituição (*6ª fase*). Avaliando o material, deliberam os parlamentares: "Emenda n. 43. Rejeitada pelos motivos constantes do parecer dado à emenda n. 1, do 1º turno, onde o pensamento e o desejo do povo goiano, em sua maioria, ficaram plenamente atendidos."[1177] A emenda englobada nº 31 também sucumbiu: "Rejeitada a supressão dos artigos 10, 39, 76, e §§, 101; 5º, 10º e 11º das Disposições Transitórias."[1178]

Assim, o 3º projeto de Constituição conservou a mesma redação do art. 4º e seus parágrafos e do art. 5º das disposições transitórias constante do 2º estudo constitucional, motivo pelo qual não serão reproduzidos.

Os dois membros antigovernistas da comissão, Jubé Júnior e Jacy de Assis,[1179] votaram de maneira divergente: "Emenda n. 43 - Aceitamos a emenda, em face das inúmeras justificações que, em plenário, têm sido feitas pela bancada libertadora, e outras que aduziremos em plenário, na votação."[1180] Em relação à emenda nº 31, esta foi a justificativa: "Também o [artigo] 5º das Disposições Transitorias deve ser suprimido, pois ele permite uma acefalia na administração publica, criando o nomadismo governamental."[1181]

A bem fundamentada declaração de voto do deputado Jubé Júnior, advogado e engenheiro de reconhecidos dotes intelectuais, rechaça o rosário de críticas endereçadas a Vila Boa e defende seu clima, topografia, além da possibilidade da implantação de rede de água e esgoto.[1182]

---

pois, hiperbólica a nossa afirmativa de que a nova Capital será um fator importantíssimo na resolução dos nossos problemas econômico-financeiros." In: CAMPOS JÚNIOR, Oscar. *Op. Cit.,* 1935 a, p. 10.

[1177] Cf. *Correio Official*, Goiaz-Capital, 19 de julho de 1935.

[1178] Cf. *Correio Official*, Goiaz-Capital, 19 de julho de 1935.

[1179] Nomeado pelo Presidente da Assembléia na sessão do dia 10 de julho, a pedido do deputado Gomes da Frota, que afirmara estar funcionando a comissão constitucional desfalcada de um membro. In: *Diario da Assembléa Constituinte*, Goiaz, p. 134.

[1180] Cf. *Diario da Assembléa Constituinte*, p. 145.

[1181] Cf. *Diario da Assembléa Constituinte*, p. 144.

[1182] Eis parte da exposição de Jubé Jr.: "Quanto à questão da altitude, invocada como prejudicial, por pequena, ao entretenimento da vida, quanto ao horror à vizinhança do Equador, aconselharia a troca de Saint Hilaire pelo Barão de Humboldt, creador da Climatologia moderna. Ver-se-ia, então, que a temperatura e as condições de vida do globo dependem menos da posição geographica que da collocação no âmbito de acção das linhas climatericas e – COUSA DESAGRADÁVEL – Goyaz – a tórrida – está, mais ou menos, na mesma linha climaterica de Campinas, a amena. […] Se alguma cidade conheço irmã de Goyaz pela topographia do local esta é Bello Horizonte sem dúvida. Entre dois levantamentos que tenho em mãos; um da prefeitura de Bello Horizonte e outro, o de Goyaz feito pelo engenheiro Felicíssimo, confronto as curvas de nível sem encontrar as espantosas diferenças com que se pretende fazer de Goyaz símile de Ouro Preto, cidade de ruas intransitáveis à conta dos enormes declives e dos degraos de que se compõem. […] Esquece-se, apenas, de que, à pequena distância da cidade, corre o Uruhú, cujas águas, com pequeno trabalho, podem ser, em parte, transferidas para o leito do Rio Vermelho, cujo nível é inferior ao daquelle manancial. Salvo melhor juízo, isto solucionaria dois problemas, a um tempo, o da energia electrica e o da hygiene pública. Possuindo alguns estudos, feitos sobre o problema, sinto-me forçado a repelir essa razão por insubsistente e pueril. […] Desejaria vel-os, técnicos que são, sustentar a these de que é mais fácil e sobretudo mais barata, a consolidação de um terreno argiloso do que as construções com base em roxas aflorantes. Infelizmente esse

A despeito da consistente argumentação esposada pelo parlamentar, curiosamente, não existe sequer menção nos estudos históricos a respeito do pronunciamento que retrata a Cidade de Goiás sob um olhar diverso do enfoque depreciativo do oficialismo:

> Quando vejo goyanos pregarem aos quatro ventos, que vivem em uma cidade suja, insalubre e desgraciosa, ouço, com prazer, a voz de estrangeiro insuspeito que, diante d'ella, parou encantado na apreciação do real, sem convicções subjectivas. É Mr. Georlette, diplomata e membro da Societé Royale de Geographie d'Anvers em sua conferência: - Lê Transfert dans l'Etat de Goyaz de la Capital du Brésil. [...] Admittida a inadibialidade da transferência da Capital, não sei porque a escolha de Campinas, geographicamente postada no terço sul do Estado. […] O que se não diz, porém, é que o general [Couto de Magalhães], com nítida visão do futuro, pretendia arrastar, para as barrancas do Araguaya, a sede do governo collocando-a em logar racional, segundo todos os ensinamentos de Política e Sociologia. Mais ainda, visava a conquista para Goyaz de porto no Atlântico. A volta à tutella mineira, com a corrida para Angra dos Reis ou a permanência no caminho de Santos, com suas despezas, nunca teriam passado pela cabeça de Couto de Magalhães.

O deputado retoma a inquirição do lugar escolhido para abrigar a nova metrópole, que, segundo ele, deveria estar no centro do Estado, postada mais perto da relegada população dos 21 municípios[1183] do norte de Goiás. A fixação da capital no terço sul, ao invés de aproximar, distanciava-se dos goianos setentrionais, além de fugir das lições exaradas por Couto de Magalhães. Na realidade, a perspectiva separatista dos nortistas anhanguerinos, já prenunciada por Taunay, recebia mais uma motivação com a transferência.

Volvendo ao trâmite constitucional, recebido pela mesa o 3º projeto de Constituição acompanhado pelas várias emendas, o presidente anuncia sua votação (*7ª fase*). Aprovado unanimemente o aludido projeto,[1184] o plenário sentencia o destino das emendas:

> Emenda n. 43. A requerimento do sr. Agenor de Castro, a votação é nominal. Votam pela rejeição os srs. Taciano de Mello, João Coutinho, Irany Ferreira, Costa Gomes, Jacintho de Almeida, Salomão de Faria, Xavier de Almeida, Campos Júnior, Gomes da Frota, Espírito Santo Netto, Ludovico de Almeida, Vasco dos Reis, João d'Abreu e Sebastião Machado (14) e, pela aprovação, os srs. Jacy de Assis, Costa Paranhos, Agenor de Castro, Alfredo Nasser, Jubé Júnior e Genserico Jayme.[1185]

No tocante à emenda nº 31, o parecer da comissão é acolhido: "Emenda n. 31, na

---

gozadissímo macisso monolithico é irmão gêmeo do mau clima e da falta d'água. João da Rocha Lima, Joaquim Gustavo da Veiga Jardim, Agenor de Castro, Arnulpho Caiado, Samuel Sabino e Cunha Bastos, prefeitos que andaram construindo pequenas calhas de escoamento a 2 e 3 metros de profundidade, não puderam encontrar essa formidável jazida granítica. É pena, contudo, pois se ella existisse teríamos, na expressão de illustre engenheiro mineiro, o mais seguro e perfeito systema de escoamento, aberto em material homogêneo e incorruptível." JUBÉ JÚNIOR, Joaquim Rufino Ramos. *Op. Cit.*

[1183] ABREU, João de. *O Norte reclama para os seus problemas uma solução racional em harmonia com a situação atual do Estado e da civilização*. Cidade de Goiaz: Oficinas Gráficas do Departamento de Estatística e Publicidade, 1935, p. 2.

[1184] Cf. *Diario da Assembléa Constituinte*, Goiaz, p. 148.

[1185] Cf. *Diario da Assembléa Constituinte*, Goiaz, p. 149.

parte referente a Disposições Transitorias. O sr. Salomão de Faria, para encaminhar a votação, requer seja esta feita de acordo com o parecer. [...] Submetida a votos a emenda, é ela aprovada, de acordo com o parecer, com exceção do art. 10."[1186]

A bancada pesserrista repele as emendas antimudancistas.

Não demora e os documentos são enviados à outra comissão, denominada de comissão de redação, criada por consenso das bancadas[1187] para agilizar os trabalhos legislativos, composta por três membros. O presidente nomeia, proporcionalmente, dois governistas (Salomão de Faria e Oscar Campos Jr.) e um oposicionista (Jacy de Assis).

Reunida a comissão de redação, Jacy de Assis é escolhido relator do 4º projeto de Constituição (*8ª fase*). Elaborado o estudo, o dispositivo mudancista anteriormente previsto no art. 4º passa a figurar no art. 2º, conservando-se na íntegra o art. 5º das disposições transitórias.[1188]

Restava ainda uma última temporada de emendas, chamadas de redação (*9ª fase*). Neste instante, são requeridas exatamente quatro pedidos de modificação. A emenda nº 2, assinada pelos situacionistas, deslocava o artigo 2º para o capítulo das disposições transitórias:

> Emenda nº 2 (À redação final do Projeto de Constituição).
> Transfiram-se para as Disposições Transitórias, onde será art. 5º, o art. 2º e seus §§, do Capítulo I, Título I, com a seguinte redação: Art. 5º - A Capital do Estado será a cidade ora em construção no Município de Campinas. § 1º - Até que se realize a transferência, para o que se marca o prazo máximo de dois anos, contados da promulgação desta Constituição, o Governo continuará na sua séde atual. § 3º - O Governo empregará medidas consentâneas que salvaguardem os interesses econômicos da cidade de Goiaz.
> O art. 5º das Disposições Transitórias passará a ser o § 2º do art. acima, com a seguinte redação. § 2º - Entretanto, antes que se efetua a mudança definitiva, o Governador poderá passar, na referida cidade em construção, seguida ou fracionadamente, o tempo julgado necessário ao incremento das obras que ali se realizam, transportando o aparelho administrativo de mister ao desempenho de suas funções. O § único do art. 1º, do Capítulo I, Título I, passará a ser o art. 2º. Sala de Sessões, 31 de Julho de 1935.[1189]

Incontinenti, o relator deitou manifestação:

> Este artigo somente não foi transportado para as Disposições Transitórias por não ter querido a Comissão de Redação realizar, por conta própria, a modificação. Matéria que provocou, no seio da Assembléa, grandes debates, e foi motivo de vários discursos, ela constituiu o ponto nevrálgico da luta das duas grandes bancadas. A Comissão receou fazer modificação dos textos, embora certa de que eles não podiam ficar no corpo definitivo da Constituição, pois importavam em disposições de ordem transitória. [...] Opino assim para que a emenda seja aprovada. Goiaz, 1º de agosto de 1935. Jacy de Assis – relator.[1190]

[1186] Cf. *Diario da Assembléa Constituinte*, Goiaz, p. 161.
[1187] Cf. *Diario da Assembléa Constituinte*, Goiaz, p. 132.
[1188] Cf. *Correio Official*, Goiaz-Capital, 27 de julho de 1935.
[1189] Cf. *Diario da Assembléa Constituinte*, Goiaz, p. 193.
[1190] Cf. *Diario da Assembléa Constituinte*, Goiaz, p. 194.

Submetida ao plenário (*10ª fase*), a emenda de redação nº 2 é aprovada,[1191] enquadrando-se o artigo mudancista na seção das disposições transitórias (da mesma forma que ocorrera na Constituição Mineira de 1891). Ficava assim redigido o texto definitivo:

> Art. 5º - A Capital do Estado será a cidade ora em construção no município de Campinas.
> § 1º - Até que se realize a transferência, para o que se marca o prazo máximo de dois anos, contados da promulgação desta Constituição, o Governo continuará na sua séde atual.
> § 2º - Entretanto, antes que se efetue a mudança definitiva, o Governador poderá passar, na referida cidade em construção, seguida ou fracionadamente, o tempo julgado necessário ao incremento das obras, que ali se realizam, transportando o aparelho administrativo de mister ao desempenho de suas funções.
> *§ 3º - O Governo empregará medidas consentâneas que salvaguardem os interesses econômicos da cidade de Goiaz*. [destaque nosso][1192]

Por derradeiro, impunha-se a homologação da redação final pelo conjunto dos deputados constituintes (*11ª fase*):

> O sr. Presidente submete a votos, em seguida, o Projeto de Constituição na sua redação final. E, por unanimidade de votos, é o mesmo aprovado. O sr. Presidente cientifica à Casa de que vai remeter o Projeto à impressão e, nos termos do Regimento Interno, convoca uma sessão extraordinária para o dia 4 de agosto, às 14 horas, para a promulgação solene da Constituição do Estado.[1193]

A reunião de promulgação (*12ª fase*) da segunda Constituição de Goiás realizou-se no dia 04 de agosto de 1935, oportunidade em que o presidente Hermógenes Coelho declarou solenemente:

> Está finda a primeira parte da alta missão que nos confiou o grande povo goiano. […] Apezar de se me afigurar difícil e penosa a tarefa de presidir aos trabalhos de uma Assembléa, onde tem assento figuras das mais representativas dos nossos meios políticos e intelectuais, forçoso no entanto é confessar que, com grande surpreza para mim, ela foi das mais gratas e das mais suaves de quantas hei experimentado. E isso devo à colaboração eficaz, no concurso valioso dos colegas de representação, quer da minoria, quer da maioria, e cujas deferências pessoais para comigo muito me penhoraram e desvaneceram. […] Dando, agora, ao povo goiano a Constituição que ele tanto almejava e que será o Pharol a guiar-lhe os destinos, façamos votos ao Deus que invocamos no preâmbulo da Carta, para que, protegido por ele e amparado pelos dispositivos desta, tenha sempre o nosso Estado dias de paz, de prosperidade e de justiça, síntese de todas as ambições que nortearam os nossos trabalhos. Declaro, pois, promulgada a Constituição Política do Estado de Goiaz.[1194]

Entrando o estado de Goiás em uma ordem jurídica formalmente democrática, a expectativa de uma vida política mais tolerante parecia embalar o sentimento dos políticos. Nessa esteira, expressou-se Gomes da Frota: "Começa lembrando o fato auspicioso que hoje se realiza: termos passado do direito da força à força do direito. E alteia a democracia. Fala sobre a ditadura,

[1191] Cf. *Diario da Assembléa Constituinte*, Goiaz, p. 195.
[1192] Cf. *Correio Official*, Goiaz-Capital, 1º de agosto de 1935.
[1193] Cf. *Diario da Assembléa Constituinte*, Goiaz, p. 196.
[1194] Cf. *Correio Official*, Goiaz-Capital, 04 de agosto de 1935.

filha das revoluções."[1195]

IV.5. A Constituição Estadual de 1935: fonte normativa legitimadora da transferência

O saber histórico tem procurado abrir-se à interdisciplinaridade, buscando concepções em outros ramos do conhecimento.[1196] Para melhor aclarar o vertente subcapítulo, alguns conceitos básicos de Direito Constitucional e Ciência Política serão rapidamente mencionados, como poder constituinte, Constituição, ordenamento jurídico e estado federal.

A soberania de uma nação, enquanto capacidade de auto-organização política, expressa-se por meio do poder constituinte. A origem da noção deste conceito está presente na clássica obra de Emmanuel Joseph Sieyès, *Qu'est-ce que le Tiers État?*.[1197] O trabalho, redigido pouco antes da Revolução Francesa, serviu de instrumento para a burguesia fundamentar suas aspirações de poder. Pela primeira vez alguém formulou a divisão entre os poderes constituinte e constituído. Sobre o assunto, ensina a doutrina:

> O poder constituinte é, assim, um poder de direito, que não encontra limites em direito positivo anterior, mas apenas e tão-somente no direito natural, existente antes da nação e acima dela. Além disso, o poder constituinte é inalienável, permanente e incondicionado. [...] Os poderes constituídos, ao contrário, são limitados e condicionados; recebem a sua existência e a sua competência do poder constituinte; são organizados na forma estabelecida na Constituição e atuam segundo esta.[1198]

O poder constituinte é sempre exercitado em momentos de rupturas institucionais e geralmente é representado por uma Assembleia Constituinte. Para fins jurídicos, entende-se que a partir da conclusão de seu produto, ou seja, o texto escrito da Constituição, surge um novo estado.

A classificação mais usual de poder constituinte é a sua divisão em três espécies: a) o originário, b) o derivado e c) o decorrente. O primeiro, inicial e incondicionado, produz um outro ordenamento jurídico, criando uma nova organização estatal. O segundo é limitado, secundário ao primeiro e condicionado pelos limites estabelecidos na Carta Magna. Por fim, o último decorre da forma federativa de estado, onde unidades autônomas se auto-organizam e elaboram suas próprias Constituições, porém, sempre condicionadas ao poder constituinte originário.

O ordenamento jurídico, entendido como conjunto de normas, para ter coerência e sustentação lógica necessita de um critério de hierarquia entre as regras, já que se estas estivessem

---

[1195] Cf. *Diario da Assembléa Constituinte*, Goiaz, p. 201.
[1196] BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da Historiografia:* A Escola dos Annales (1929-1989). 2ª ed. São Paulo: Ed. Unesp, 1992, p. 121-122
[1197] SIEYÈS, Emmanuel Joseph. *A Constituição Burguesa*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.
[1198] BASTOS, Celso Ribeiro. *Curso de Direito Constitucional*. 19ª ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 1998, p. 22.

em um mesmo plano haveria muitas incompatibilidades. A construção teórica mais aceita sobre a temática é a concebida por Hans Kelsen e conhecida como teoria da construção escalonada do ordenamento jurídico.[1199]

Aduz o referido pensador alemão que o sistema jurídico possui uma estrutura hierárquica e que no topo do sistema situa-se a norma constitucional. Assim, todas as outras disposições tirariam sua validade da supremacia da Constituição.

Esta, também chamada de Carta Magna, proveniente do poder constituinte originário, é a lei suprema de um país e está no vértice do ordenamento jurídico, não podendo nenhum preceito infraconstitucional (leis complementares, leis ordinárias, decretos autônomos, etc.) contrariá-la, sob pena de inconstitucionalidade, ou seja, invalidade jurídica.

Nos estados federais, existem entes políticos com autonomia além da União. No Brasil, por exemplo, desde 1889, a organização político-administrativa da República Federativa compreende a União, os estados-membros, o Distrito Federal e, após 1988, também os municípios, todos com autonomia.

Assim, o cidadão se submete a mais de um sistema normativo, devendo observância às ordens jurídicas existentes (federal, estadual, distrital e municipal). A definição de Barroso ajuda a esclarecer o conceito:[1200]

> Estado federal é uma modalidade de Estado composto, onde se verifica a superposição de duas ordens jurídicas – federal, representada pela União e federada, representada pelos Estados-membros –, coordenadas por um processo de repartição de competências determinado pela Constituição Federal, em que a União titulariza a soberania e os Estados–membros detêm autonomia, participando, por um critério de representação, na formação da vontade federal.[1201]

É sabido que um dos elementos caracterizadores da forma federal de estado é a autonomia das unidades federativas. Por seu turno, o primeiro conteúdo da autonomia do estado-membro é dar-se uma Constituição própria.[1202]

[1199] BOBBIO, Norberto. *Teoria do Ordenamento Jurídico*. 10ª ed. Brasília: Ed. Unb, 1999.

[1200] Aprofunda Gabriel Ivo: "O Estado Federal é aquele cuja ordem jurídica é composta do subconjunto de normas centrais, vigentes para todo o território e produzida por um órgão central, e do subconjunto de normas locais, válidas para partes do território e produzidas por outros órgãos que não o central. O conjunto das normas centrais e normas locais - ambas parciais -, forma a ordem jurídica global do Estado. Há a confluência da descentralização estática e da descentralização dinâmica. As normas jurídicas têm âmbito territorial de validade distintos e são produzidas por diversos órgãos. A ordem jurídica total está na Constituição do Estado Federal e sua complementação, como no caso do Direito positivo brasileiro, no contexto da legislação nacional. O regime jurídico brasileiro possui quatro sistemas: a) *sistema nacional*; b) *sistema federal*; c) *sistemas estaduais*; e d) *sistemas municipais*." In: IVO, Gabriel. *Constituição Estadual:* Competência para elaboração da Constituição do Estado-membro. São Paulo: Max Limonad, 1997, 83.

[1201] BARROSO, Luís Roberto. *Direito Constitucional Brasileiro:* O Problema da Federação. Rio de Janeiro: Forense, 1982, p. 27.

[1202] Sobre o assunto, explica a doutrina: "Quatro elementos essenciais caracterizam-na [a autonomia]: a capacidade de auto-organização, a capacidade de autogoverno, a capacidade de autolegislação e a capacidade de auto-

Como os estados-membros se auto-organizam, ou seja, adotam seus estatutos, sempre em observância aos ditames contidos na Constituição Federal, é natural que o princípio da supremacia da Carta Magna tenha aplicação também nas unidades federativas, não podendo, portanto, as normas infraconstitucionais de determinado estado-membro chocarem-se com a Lei Maior daquele específico ente político:[1203] "(...) a nota jurídica essencial da Constituição Estadual está na superioridade de sua força, como Lei Maior, do ponto de vista formal. Em outras palavras, consequência que deriva da eficácia da Constituição é a sua supremacia em relação às demais normas jurídicas internas."[1204]

Cumpre, entretanto, ressaltar que a autonomia de organização do estado-membro não é ilimitada, até porque seria inviável conceber um federalismo em que as unidades gozassem da plenitude do poder.

As Constituições Federais estabelecem limitações de mais de uma espécie, que devem ser observadas pelo constituinte estadual. Nessa direção, o art. 7º da Carta Magna de 1934: "Art. 7º. Compete privativamente aos Estados: I – decretar a Constituição e as leis por que se devam reger, respeitados os seguintes princípios: a) forma republicana e representativa; (…) h) representação profissional;".[1205]

A repetição cogente na Constituição Estadual de princípios estampados na Lei Maior Federal certamente reduz o nível de inovação e originalidade daquela. Por isso, juristas chegam a indagar: "o que resta, após consideradas todas estas limitações, como atividade legítima e inédita ao constituinte estadual?".[1206] Uma das respostas possíveis incrementa demasiadamente o valor do vertente trabalho: a transferência de uma capital estadual.

Ora, a escolha da sede administrativa de qualquer unidade federativa é de sua única e exclusiva competência. Tal deliberação cabe privativamente ao próprio estado. Raciocinar em sentido contrário, por certo, restaria inconcebível, para dizer o mínimo. Hipoteticamente, seria como aceitar que a capital de Goiás pudesse ser transferida por decisão do Congresso Nacional.

---

administração. (...) O primeiro conteúdo dessa autonomia, é, assim, a auto-organização, ou seja, a capacidade de que é dotada a unidade federada de dar-se uma organização que descanse sobre suas próprias leis, isto é, sobre leis que não extraiam seu valor jurídico de nenhuma outra autoridade. Vale dizer, o primeiro elemento da autonomia estadual é a capacidade atribuída à unidade federada para dar-se uma Constituição particular." In: FERRAZ, Anna Cândida da Cunha. *Poder Constituinte do Estado-membro*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1979, p. 54.

[1203] Explica Ivo: "A Constituição Estadual é superior em relação às demais normas estaduais que nela retiram seu fundamento de validade, desde que compatível com as prescrições da Constituição Federal. Não há uma regra explícita consagradora do princípio da supremacia da Constituição Estadual; esta decorre logicamente." In: IVO, Gabriel. *Op. Cit.*, p. 195.

[1204] FERRAZ, Anna Cândida da Cunha. *Op. Cit.*, p. 110.

[1205] Cf. *Diario Official*, Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1935, p. 27311.

[1206] FERRARI, Sérgio. *Constituição Estadual e federação*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003, p. 267.

A matéria invoca a autonomia garantida aos estados-membros. Assim, da mesma forma que só competiria ao Congresso Nacional transferir a capital da União, consoante expressamente chegou a prever o art. 34, inciso 13, da Constituição Federal de 1891,[1207] também unicamente ao poder Legislativo de Goiás incumbiria a decisão de mudar sua metrópole, conforme aliás ficou insculpido na Carta Magna Estadual de 1891.

A Assembleia Constituinte de Goiás de 1935 foi o palco institucional em que aconteceram os debates e confirmou-se a transferência da capital. Se a decisão parlamentar tivesse sido outra, a ideia-força demoraria alguns anos a reaparecer. Em verdade, o poder constituinte goiano "democratizou" o maior projeto do governo ludoviquista, que vinha se processando sob a égide de um regime de exceção, aniquilando qualquer alegação de ilegalidade ou ilegitimidade.

O art. 5º das disposições transitórias da Constituição de 1935 estatuiu de modo completo todos os contornos necessários à efetivação da mudança.[1208] Estabeleceu o prazo, ratificou o local escolhido em 1933, bem como franqueou a possibilidade de o poder Executivo transportar provisoriamente seus órgãos administrativos rumo à nova cidade.[1209]

A previsão mudancista de 1935 possuía concretude indiscutível. Sua densidade normativa era diametralmente oposta à exortação fluída e abstrata da primeira Carta Política Estadual de 1891: "Art. 5º. A cidade de Goiaz continuará a ser a Capital do Estado, emquanto outra cousa não deliberar o Congresso."[1210] De todo modo, se ainda pairar alguma dúvida em relação à interpretação lançada, o cotejo com outras disposições similares não apenas solapa eventual incerteza como também avulta a percepção assinalada.

A título de exemplo, vale reproduzir o art. 4º da Constituição Federal de 1934 que preconizava a mudança para "um ponto central do Brasil":

> Art. 4º. Será transferida a Capital da União para um ponto central do Brasil. O Presidente da República, logo que esta Constituição entrar em vigor, nomeará uma comissão que, sob instrucções do Governo procederá a estudos de várias localidades adequadas à installação da Capital. Concluídos taes estudos, serão presentes à Câmara dos Deputados, que escolherá o local e tomará, sem perda de tempo, as providências necessárias à mudança. Effectuada esta, o actual Districto Federal passará a constituir um Estado.[1211]

Nesse mesmo sentido, o art. 13 da Constituição Mineira de 1891 determinava a

---

[1207] Rezava o art. 34, inciso 13, da Constituição Federal de 1891: "Compete privativamente ao Congresso Nacional: (…) 13. Mudar a capital da União." In: MAXIMILIANO, Carlos. *Op. Cit.*, p. 361.

[1208] Ver subcapítulo IV.4 – *A trajetória da proposta de mudança na Constituinte e os debates parlamentares*.

[1209] Apenas a dimensão da compensação vilaboense, prevista no § 3º, restou indefinida, exigindo, portanto, sua devida regulamentação pelo legislador ordinário.

[1210] MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Op. Cit.*, p. 04.

[1211] MIRANDA, Pontes de. *Comentários à Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1937, tomo II, p. 573.

transferência para "um local" que oferecesse as precisas condições higiênicas.[1212]

Depreende-se, portanto, que as três normas constitucionais aludidas não disciplinavam adequadamente o plano mudancista ambicionado. Regulavam-no de forma incompleta, uma vez que as prescrições eram realmente abstratas e genéricas e prorrogavam a efetivação do objetivo a um porvir incerto e improvável, tanto que duas delas não se realizaram, pelo menos enquanto vigorou a correspondente ordem constitucional.[1213] Em outras palavras, as regras apresentavam um caráter aberto e de baixa normatividade.

A comparação normativa empreendida acima releva a expressividade do mandamento talhado durante a segunda Constituinte Goiana. A transcrição integral do singelo decreto nº 1.816, de 23 de março de 1937, composto de apenas dois concisos artigos, malgrado vários "considerando", fulmina eventual desconfiança em relação à imprescindibilidade do art. 5º das disposições transitórias:

> O governador do Estado de Goiaz, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso 2 do art. 38 da Constituição do Estado; e, *Considerando* que o art. 5º das Disposições Transitórias da mesma Constituição dispõe que a capital do Estado será a cidade em construção no município de Campinas; *Considerando* que a esta cidade foi dada a denominação de Goiânia, por força do disposto no art. 1º do decreto legislativo n. 327, de 2 de agosto de 1935; *Considerando* que na cidade de Goiânia já foram construídos todos os edifícios necessários ao regular funcionamento dos poderes executivo, legislativo e judiciário do Estado; *Considerando* que, além destes, estarão concluídos dentro do prazo de trinta dias os destinados ao funcionamento das repartições da União, a que se refere a lei federal n. 181, de 10 de janeiro de 1936; *Considerando* que o governo do Estado mandou construir nesta cidade numerosos edifícios destinados à residência dos funcionários públicos e que, ao mesmo tempo, por iniciativa particular, muitos outros têm sido edificados, com a mesma finalidade; *Considerando* que na cidade já existem, em pleno funcionamento, os serviços de iluminação e energia elétrica e, parcialmente, de canalização de água para o abastecimento da população local; *Considerando* que a cidade de Goiânia já dispõe das condições de habitação e dos elementos de conforto compatíveis com o padrão normal de vida nos centros mais adiantados do Estado; *Considerando* que já se transportou para esta cidade, em épocas diversas, quase todo o aparelhamento administrativo do Estado, *ex-vi* da faculdade contida no § 2º do art. 5º da citada Constituição, além de algumas repartições da administração federal; *Considerando* que a

[1212] Eis sua redação: "Art. 13. É decretada a mudança da capital do Estado para um local que, offerecendo as precisas condições hygienicas, se preste à construcção de uma grande cidade. § 1º. Encetada a 1ª sessão ordinária, reunidas as duas câmaras em Congresso, este determinará quaes os pontos que devam ser estudados e bem assim nomeará, ou requisitará do presidente do Estado a nomeação de uma ou mais commissões de profissionaes, de modo que estudos completos sobre os pontos indicados sejam presentes ao congresso no primeiro dia de sua segunda sessão ordinária. § 2º. Na mesma sessão, em que o Congresso determinar quaes os pontos a estudar, votará uma verba sufficiente para esses trabalhos e estudos. § 3º. Durante a 2ª sessão ordinária, reunidas as duas câmaras em Congresso, este, à vista dos estudos, determinará o ponto para onde se fará a mudança e essa lei fará parte da presente Constituição. § 4º. Na mesma occasião o Congresso regulará o modo de se effectuar a construcção de edifícios públicos e decretará os meios financeiros e providencias necessárias, marcando um prazo fatal para a realização da mudança." MINAS GERAIS. *Constituição Política do Estado de Minas Geraes de 1891*. [s.l.:s.n.],]s.d.].

[1213] A construção de Brasília efetivou-se sob a égide da Constituição Federal de 1946 e não da de 1934. A edificação de Goiânia só aconteceu durante a vigência da Constituição Estadual de 1935 e não da de 1891. Das três, apenas a Constituição Mineira de 1891 proporcionou a transferência da capital, e mesmo assim após a devida regulamentação pelo Congresso Legislativo Estadual.

> Constituição do Estado fixou o prazo máximo de dois anos para que se realize a mudança definitiva da capital para a localidade nela designada e que esse prazo está prestes a terminar (Const. Est. Art. 5º, § 1º); DECRETA: Art. 1º. Fica transferida, da cidade de Goiaz para a de Goiânia, a capital do Estado de Goiaz. § único. O Secretário Geral do Estado expedirá as instruções que se tornarem necessárias para a execução do presente decreto. Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário. Palácio do Governo do Estado de Goiaz, em Goiânia, 23 de março de 1937 49º da República. *Dr. Pedro Ludovico Teixeira. Albatênio Caiado de Godoi*[1214]

O governo ludoviquista interpretou que não precisava de mais nada além do preceito mudancista gravado na Constituição de 1935, nem mesmo a aprovação de uma "lei" pela Assembleia Legislativa.[1215] Segundo o pensamento do governador, caberia tão-somente ao chefe do poder Executivo declarar a melhor ocasião para a retirada dos poderes da Cidade de Goiás. Nada mais.

Por fim, compulsando a bibliografia produzida em Goiás, inclusive diversos jornais, constata-se com facilidade que a memória hegemônica regional valoriza demasiadamente o ato de assinatura do decreto nº 1.816/37 e desconsidera com a mesma intensidade a celebração da promulgação da Constituição de 1935. Raciocinar desse modo significa o mesmo que trocar o principal pelo acessório.[1216]

[1214] MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Op. cit.*, p. 607-608.
[1215] No próximo capítulo melhor detalharemos o assunto.
[1216] A desconsideração com Constituição de 1935 reflete um esquecimento que será melhor elucidado em um próximo estudo.

CAPÍTULO V - MUDANÇA SEM LEI

V.1. A trajetória do projeto de lei nº 1 na Assembleia Legislativa – Parte I (de 07 de julho a 14 de agosto de 1936)

Em 1966, Pedro Ludovico Teixeira ministrou conferência na Universidade Federal de Goiás a respeito dos acontecimentos relacionados à transferência da capital goiana, posteriormente publicada sob o título *Como e por que construí Goiânia*. Num dos mais importantes trechos da exposição, o então senador da República pontificou que "a lei [da mudança] foi aprovada",[1217] sem, no entanto, apontar maiores informações acerca do propalado ato legal[1218] nem tampouco citar o sempre lembrado decreto nº 1.816, de 18 de março de 1937, que determinou a mudança definitiva.

A despeito da riqueza de detalhes da palestra, inclusive com a leitura integral dos nove artigos do decreto nº 3.359, de 18 de maio de 1933, que fixou o local da futura cidade e outras balizas mudancistas, o silêncio sobre a lei, seu conteúdo e demais pormenores instigaram dúvidas sobre a sorte das reivindicações vilaboenses, o destino dos compromissos ludoviquistas e o resultado concreto de todo o esforço despendido pelo mudancismo condicionado, afinal cristalizado no preceito da Constituição Estadual que ordenava proteção governamental à Cidade de Goiás.[1219]

Em decorrência das incertezas levantadas, a tentativa de recomposição do caminho trilhado pelo projeto de lei da mudança na Assembleia Legislativa restou imprescindível.[1220]

Em 30 de junho de 1936, o parlamento estadual, após mais de sete meses de interrupção,[1221] retoma suas atividades, ainda sediado na Cidade de Goiás,[1222] dando início à segunda sessão legislativa da única legislatura existente no primeiro consulado ludoviquista (1930-1945).

[1217] TEIXEIRA, Pedro Ludovico. *Como e por que contruí Goiânia*. Brasília: Senado Federal, 1966, p. 33.

[1218] Essa informação a respeito da aprovação da lei da mudança influenciou a historiografia (ver PALACIN, Luiz. *Op. Cit.*, 1976, p. 81). Além disso, aparece na memória: "Mas uma vez o representante de Itaberaí [Juca Ludovico] demonstrou sua fibra. Recusou tôdas as solicitações, mesmo aquelas partidas de pessoas que lhe eram mais caras e, indiferente às ameaças recebidas, compareceu à histórica sessão que votou a autorização da transferência, tornando com o seu voto vitoriosa aquela causa que iria representar a redenção de Goiás." In: PEREIRA, Joaquim Neves. *Um estadista do sertão*. Goiânia: ed. do autor, 1959, p. 17.

[1219] Apesar de à primeira vista a indagação parecer uma questão meramente acadêmica, veremos seus desdobramentos e relevância para a compreensão do tema.

[1220] No capítulo anterior, decompomos o percurso da proposta de transferência na Constituinte Estadual. Agora, o nosso objetivo, apesar de parecido, refere-se ao itinerário do projeto de lei que regulamentaria na Assembleia Legislativa a previsão mudancista da Constituição de 1935. A ação legislativa de 1936 é uma complementação da de 1935.

[1221] A reunião de encerramento da primeira sessão legislativa ocorreu em 15 de novembro de 1935. In: *Diario da Assembleia Legislativa*, p. 155.

[1222] No final do ano de 1935, o governador Pedro Ludovico Teixeira transferiu seu gabinete para a nova capital e posteriormente quase todos os órgãos do poder Executivo, permanecendo, entretanto, na Cidade de Goiás, os poderes Legislativo e Judiciário.

Na primeira reunião ordinária, dirigida pelo vice-presidente Taciano de Mello, uma vez que o presidente Hermógenes Coelho se encontrava no exercício da governadoria (já em Goiânia), procede-se à eleição da mesa diretora e das comissões permanentes. A composição da mesa é mantida pela terceira vez consecutiva.[1223] De novo, é aclamado presidente, por unanimidade,[1224] Hermógenes Coelho, e eleito vice-presidente, por maioria, Taciano de Mello.[1225] Para as vagas de 1º, 2º, 3º e 4º secretários são escolhidos, respectivamente, João Coutinho, Irany Ferreira, Costa Gomes e Jacinto de Almeida.[1226] Repete-se o mesmo arranjo – integralmente pesserrista – da Constituinte e da primeira sessão legislativa de 1935.

As oito comissões, organismos de invulgar destaque na operação legislativa, ficam assim constituídas: *a) Comissão de Justiça:* Oscar Campos, Xavier de Almeida, João de Abreu e Felicíssimo Netto (integrantes da maioria); Jacy de Assis e Jubé Júnior (membros da minoria); *b) Comissão de Finanças:* João d'Abreu, Juca Ludovico, Sebastião Machado e Felicíssimo Netto (maioria); Agenor de Castro (minoria) e Salomão de Faria (dissidência);[1227] *c) Comissão de Educação e Cultura:* Gomes da Frota e Xavier de Almeida (maioria); Alfredo Nasser (minoria); *d) Comissão de Saúde Pública e Assistência Social:* Vasco dos Reis e Cunha Bastos (maioria); Agenor de Castro (minoria); *e) Comissão de Obras Públicas:* Juca Ludovico e Jacinto de Almeida (maioria); José Paranhos (minoria); *f) Comissão de Agricultura, Comércio e Indústria:* Taciano de Mello e Costa Gomes (maioria); Victor de Almeida (minoria); *g) Comissão de Estatística:* Costa Gomes e Vasco dos Reis (maioria); Genserico Jaime (minoria); *h) Comissão de Redação:* Oscar Campos e Felicíssimo Netto (maioria); Alfredo Nasser (minoria).[1228] Pela simples observação numérica de sua composição, é fácil notar que o parlamento emprestava às Comissões de Justiça e Finanças maior relevância.

Definidas as posições, iniciam-se as reuniões da Assembleia. O grande debate continua sendo a transferência da capital. Contudo, as discussões centram-se nesse momento nos contornos da regulamentação do art. 5º das disposições transitórias da Constituição Estadual, sobretudo de seu parágrafo 3º, cânon que exteriorizava as postulações do mudancismo condicionado. A declaração de voto do deputado Salomão de Faria espelha bem a conjuntura: "Não passa ele [o projeto de lei da mudança] da regulamentação de um dispositivo de nossa Constituição,

[1223] Inclui-se na contagem a eleição da Constituinte de abril de 1935 e da 1ª legislatura (agosto a novembro de 1935).
[1224] Por unanimidade, pela segunda vez consecutiva, tendo em vista que na Constituinte, conforme visto no capítulo anterior, a eleição foi por maioria de votos.
[1225] Ver seção de imagens. In: MENDONÇA, Jales Guedes Coelho. *Op. Cit.*, 2013.
[1226] Cf. *Diario da Assembléa Legislativa*, p. 04.
[1227] Rompeu com o governador Pedro Ludovico Teixeira em março de 1936.
[1228] Cf. *Diario da Assembléa Legislativa*, p. 05.

portanto, assunto que não admite mais discussão quanto à sua obrigatoriedade."[1229]

Os deputados governistas, no intuito de elaborarem o projeto de lei da mudança, instam o prefeito municipal da capital, Joaquim da Cunha Bastos, os juízes do Tribunal Regional Eleitoral e os desembargadores da Corte de Apelação[1230] a encaminharem suas sugestões:

> Constitue objéto de estudo da bancada pesserrista o problema da mudança definitiva da Capital do Estado. Ao que estamos informados varias deliberações tem sido tomadas. Uma comissão parlamentar esteve em visita à Prefeitura solicitando da mesma sugestões no sentido das medidas a serem adotadas pelo Governo, quanto ao amparo ao municipio e à cidade de Goiaz, conforme preceituam dispositivos constitucionais. Na ultima sexta-feira, dia 3, na Secretaria da Prefeitura, houve uma reunião dos senhores membros da Camara Municipal e de varias pessôas do nosso alto comercio, industria, bem como juristas, sob a presidencia do Prefeito Cunha Bastos, discutindo-se as medidas a serem lembradas.[1231]

Para o prefeito Joaquim da Cunha Bastos chegara o instante decisivo para a concretização das promessas de amparo à Cidade de Goiás emitidas pelo interventor[1232] e reivindicadas no manifesto do Partido Republicano Municipal, fundado por ele e outros correligionários em fevereiro de 1933.[1233] Acima de tudo chegara o momento de adimplir os compromissos firmados com os eleitores vilaboenses, que fiaram em sua palavra e lhe proporcionaram três vitórias seguidas nas urnas. Assim, o alcaide envia ofício[1234] à Assembleia Legislativa com o seguinte teor:

> Acudindo, pressuroso, ao convite de V. Excias. para apresentar as medidas assecuratorias dos interesses economicos do Municipio e cidade de Goiaz, venho agradecer a V. Excias., e, comunicar que depois de ouvir os Vereadores Municipais, assentamos todos em traçar as medidas que se nos afiguram necessarias para resguardar os interesses economicos do Municipio e empedir o seu colapso. A Constituição do Estado de Goiaz, prefixou em dois anos contados de sua promulgação, o prazo para a transferencia definitiva da Capital do Estado e dispoz no § 3º das Disposições Transitorias a obrigação constitucional em que está o Governo de empregar todas as medidas ao resguardo dos interesses economicos da cidade de Goiaz. Não era possivel que continuando ainda por força do § 1º do art. 5º das Disposições Transitorias, o Governo na antiga Capital, ou seja, cidade de Goiaz, fique desamparado o municipio que é por assim dizer o mais extenso do Estado e tambem o mais populoso. Cumpre ao governo salvar o nosso futuro, conservar e manter a cidade de Goiaz que é o relicario das nossas tradições e ainda é o centro da civilização mais intenso. Nestas condições, a colaboração do Legislativo neste momento e de acordo com as sugestões que tenho a honra de apresentar e que inclusas vão em apenso a este, atenuará os efeitos da

[1229] Cf. *Diario da Assembléa Legislativa*, p. 60.
[1230] Segundo Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro, todos os desembargadores, sem exceção, eram antimudancistas. Ver MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Op. Cit.*, p. 561.
[1231] Cf. *A Razão*, Goiaz, 05 de julho de 1936.
[1232] Inclusive a prometida pessoalmente ao prefeito em 1932, ocasião em que aceitou o convite para assumir a Prefeitura Municipal, em substituição a Samuel Sabino dos Passos, consoante visto no terceiro capítulo.
[1233] Ver subcapítulo *III.5. A luta pelo saneamento ambiental.*
[1234] Cf. *Diario da Assembléa Legislativa*, p. 09.

mudança da Capital.[1235]

O pensamento esposado por Joaquim da Cunha Bastos pode ser sintetizado por estas palavras: "cumpre ao governo salvar o nosso futuro, conservar e manter a cidade de Goiaz que é o relicario de nossas tradições e ainda é o centro de civilização mais intenso."

Em anexo ao ofício, o prefeito pleiteia várias providências tendentes a ampararem os interesses econômicos do município, entre as quais excelem: a permanência dos estabelecimentos de ensino público, o auxílio de duzentos contos de réis para a implantação do saneamento básico no espaço urbano e a doação dos prédios estaduais para a municipalidade.

Esses pedidos do prócer vilaboense exerceram perceptível ascendência na redação final do projeto de lei, encaminhado à mesa do poder Legislativo pelo líder da maioria, Guilherme Xavier de Almeida, na reunião de 07 de julho de 1936.[1236] Subscrito por dez legisladores, todos governistas, e contando com o apoio incondicional do governador interino, Hermógenes Coelho, a proposição legislativa desempenhou nos eventos posteriores notável realce, motivo pelo qual será integralmente transcrita:

> A Assembleia Legislativa do Estado de Goiaz decreta:
> Art. 1º. Fica transferida para a cidade de Goiânia a Capital do Estado de Goiaz.
> § Único. Durante um ano apenas, a contar do dia da transferência, o Governo fornecerá aos Desembargadores e funcionarios do Poder Judiciário, prédios condignos, alugados ao preço correspondente aos juros anuais de 6% sobre o custo da construção dos mesmos, para suas residencias particulares.
> Art. 2º. Será abonada, a titulo de ajuda de custo, a cada membro da Côrte de Apelação, a importância de 1:000$000.
> Art. 3º. As despesas decorrentes dos artigos acima correrão pela verba orçamentaria intitulada "Prosseguimento das Obras da Nova Capital".
> Art. 4º. Ficam estabelecidas as seguintes medidas assecuratorias do interesse economico da cidade e do municipio de Goiaz:
> I – Permanecerão em Goiaz o Jardim de Infancia, Grupo Escolar, Escolas Noturnas existentes, Escolas Normal e Complementar e Liceu de Goiaz; II – Ficam creados mais um Grupo Escolar na cidade de Goiaz, com tantas cadeiras quantos sejam os grupos de 40 alunos atualmente matriculados no Grupo Escolar Municipal, e outro em São José de Mossamedes, de 4 cadeiras, o qual será instalado logo que a Prefeitura ofereça o prédio apropriado para o seu funcionamento; III – Fica concedido o auxilio de 200:000$000 para a instalação de agua e exgoto na cidade de Goiaz; IV – Fica equiparado ao Hospital da Caridade o auxilio concedido ao Asilo de São Vicente de Paula; V – Ficam isentas de impostos estaduais as cooperativas creadas e que se crearem no municipio de Goiaz, bem como todas as suas industrias nascentes, pelo prazo de 5 anos; VI – O Poder Executivo entregará, mensalmente, à Prefeitura Municipal de Goiaz, por intermedio das Coletorias Estaduais existentes no municipio, e pelo espaço de 10 anos a renda liquida de impostos estaduais nelas arrecadados, para efetivação das seguintes medidas e de outras que forem

[1235] Cf. ofício do prefeito municipal de Goiás, Joaquim da Cunha Bastos, aos deputados da Assembleia Legislativa, datado de 06 de julho de 1936. Datilografado. Documentos avulsos de arquivos pessoais: Pedro Ludovico Teixeira e Venerando de Freitas Borges. Agepel, 2002, p. 2090. CD-ROM.
[1236] Cf. *Diario da Assembléa Legislativa*, p. 10.

> julgadas necessarias à defesa economica do municipio de Goiaz:
> a) fundação de uma biblioteca publica; b) instalação dos serviços de agua e exgoto; c) colonização, para o que será concedida ao municipio a area de terrenos devolutos necessaria; d) vias telefonicas e telegraficas; e) escolas profissionais agricolas, veterinarias e postos de monta e veterinarios; f) construção de balnearios nas aguas de S. Barbara e São João; g) industrialização da pesca nos rios Vermelho e Araguaia; h) instalação de custeio de estufas para o preparo de fumo pelo sistema "Barn"; i) instalação de usina de beneficiamento de algodão; j) premios às obras literarias, musicais e artisticas.
> Art. 4º. As despêsas resultantes do artigo antecedente serão consignadas no orçamento para o exercicio de 1937. § único. O preenchimento das cadeiras dos Grupos Escolares de que trata o art. 3º será feio com as atuais professoras do Grupo Escolar Municipal.
> Art. 5º. No caso do Governo do Estado resolver crear mais batalhões na Policia Militar, um deles terá séde na cidade de Goiaz.
> Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrario.
> Sala de reuniões, 7 de julho de 1936.
> Guilherme Xavier de Almeida, João J. Coutinho, Sebastião de Araujo Machado, Gomes da Frota, Moysés Costa Gomes, Vasco dos Reis, Oscar Campos Junior, Jacintho de Almeida, João d'Abreu e Espirito Santos Netto[1237]

Depreende-se do texto do projeto de lei, visivelmente, as impressões digitais do mudancismo condicionado, na medida em que define expressivas vantagens à antiga capital.

Didaticamente, a proposição legislativa pode ser dividida em três partes distintas: a) a que trata do § 1º do art. 5º,[1238] da Constituição Estadual e determina a transferência imediata da sede dos poderes;[1239] b) a que cuida do § 3º do referido artigo[1240] e elenca vários benefícios ao município de Goiás; c) e a que anuncia as vantagens conferidas aos integrantes do poder Judiciário.

É inquestionável que a compensação à antiga capital, prevista no § 3º do art. 5º da Carta Magna de Goiás, recebeu generoso espaço no projeto de lei, até por ser o principal tópico do artigo constitucional mudancista a exigir a devida regulamentação normativa, em razão de seu teor genérico e indeterminado: "o governo empregará medidas consentâneas que salvaguardem os interesses econômicos da Cidade de Goiás."

Com efeito, vale salientar que os desembargadores apresentaram sugestões para a elaboração do projeto de lei, da mesma forma que o prefeito Cunha Bastos:

> Estamos seguramente informados de que entre as sugestões apresentadas pela Côrte de Apelação do Estado, com referência à mudança da Capital, figuram as seguintes: a) adopção do prazo de dois anos para mudança definitiva, nos termos da Constituição do Estado; b) construção de predios proprios para funcionamento da Côrte de Apelação e Tribunal Eleitoral; c) casas residenciais para os respectivos juizes e funcionarios; d)

[1237] Cf. *Legislação Goiana*, Goiaz, julho de 1936, ano I, nº 1, p. 19.
[1238] Art. 5º. (…) § 1º. Até que realize a transferência, para o que se marca o prazo máximo de dois anos, contados da promulgação desta Constituição, o Govêrno continuará na sua séde atual. In: GOIÁS. *Constituição...,* 1935, p. 36.
[1239] Como a sessão legislativa encerraria suas atividades em setembro de 1936, a mudança da capital se efetivaria, portanto, praticamente um ano antes da data fixada na Constituição, vez que a Lei Maior foi promulgada em agosto de 1935.
[1240] Art. 5º. (…) § 3º. O Govêrno empregará medidas consentâneas que salvaguardem os interêsses econômicos da cidade de Goiaz. In: GOIÁS. *Constituição...*, 1935, p. 36.

> solicitar que sejam assegurados aos juizes que não quizerem transferir para a futura Capital, as garantias estabelecidas no § 1º, do art. 104 da Constituição Federal, isto é, "em caso de mudança da séde do juizo, é facultado ao juiz remover-se com ela ou pedir disponibilidade com vencimentos integrais."[1241]

Cotejando-se os termos do projeto de lei apresentado pelos deputados com as postulações dos desembargadores, chega-se à conclusão de que nem todas as recomendações dos magistrados foram acolhidas, máxime a que pedia a extensão da transferência para o prazo limite de dois anos, ou seja, 04 de agosto de 1937. Segundo Jaime Câmara, os desembargadores achavam que Goiânia ainda não oferecia habitabilidade "e a transferência do Tribunal, na forma que estavam sendo feitas a das repartições públicas, constituía não somente açodamento daquele Poder [Executivo] como um desprestígio para a justiça, uma vez que Goiânia não tinha condições adequadas para o seu funcionamento".[1242]

Por seu turno, grife-se que o Tribunal Regional Eleitoral e a Justiça Federal em Goiás – ambos órgãos do Judiciário federal – defenderam, como não poderia deixar de ser, o cumprimento preciso das regras estatuídas na lei federal nº 181, de 10 de janeiro de 1936, que concedia apólices da dívida pública ao estado de Goiás para a conclusão das obras de Goiânia:

> A proposito da transferencia, para Goiânia, do Tribunal Regional de Justiça Eleitoral e do Juizo Federal na Secção deste Estado, informamo-nos em fonte autorizada que o criterio a obedecer será o determinado pela lei federal n. 181, de 10 de janeiro ultimo, que dispõe: "Art. 5º. Dentro de doze mezes, a contar da data do recebimento das apolices, fica o estado de Goiaz obrigado a entregar à União Federal quatro predios, sendo um para Correio e Telegrafos, um para Delegacia Fiscal, um para Tribunal Eleitoral e juizo federal e um para Inspetoria Agricola e Inspetoria Regional do Ministerio do Trabalho. Paragrafo único. O valor dos tres primeiros predios, e respectivo terreno, não poderá ser inferior a trezentos contos de réis e o ultimo de duzentos contos de réis."[1243]

A opinião enunciada, apesar de a imprensa não ter divulgado o nome do emissor, é seguramente de Marcelo Francisco da Silva,[1244] visto que ele era o único juiz federal titular em Goiás e na ocasião da entrevista exercia interinamente a presidência do Tribunal Regional Eleitoral, já que o desembargador Antônio Perillo encontrava-se de férias. Dias depois, o jornal *A Razão* confirma sua "fonte autorizada" ao auscultar a opinião do primeiro desembargador nomeado pelos revolucionários de 1936 em Goiás:

[1241] Cf. *A Razão*, Goiaz, 05 de julho de 1936.
[1242] CÂMARA, Jaime. *Op. Cit.*, 1967, p. 201.
[1243] Cf. *A Razão*, Goiaz, 05 de julho de 1936.
[1244] O juiz federal Marcelo Francisco Silva é o mesmo deputado federal bulhonista Marcelo Silva, muito citado no primeiro capítulo.

> Na qualidade de jornal que só visa informar de maneira segura seus inumeros assinantes, A RAZÃO visitou ontem o Desor. Antonio Perilo, ilustre Presidente do Tribunal Eleitoral, afim de conhecer a opinião de S. Excia. sobre o momentoso assunto. Recebido gentilmente pelo Desor. Perilo que é, sem favor uma inteligencia fulgurante e um carater que não se amolda ás conveniencias politicas, só tendo a lei como guia e como finalidade, mantivemos com êle longa palestra através da qual verificamos que S. Excia. está de pleno acordo com o seu antecessor, Dr. Marcelo F. Silva sobre a data da transferencia da sede do Tribunal Eleitoral para Goiania, o que se verificará logo que estejam concluidos os prédios federais e recebidos pelo engenheiro do dominio da União.[1245]

Diante das propostas confeccionadas foram elaborados três projetos de lei: "Os mudancistas, no intuito de evitarem uma serie de reuniões tempestuosas no seio da Assembleia, sondaram as opiniões de membros da minoria, consultaram competências jurídicas, formularam sucessivamente três projetos, deliberando apresentar o ultimo."[1246] Note-se que harmonização foi buscada como mecanismo de redução das resistências, sendo que até a opinião da minoria foi sondada. Ademais, extrai-se que, além do projeto vencedor e formalmente acatado pela bancada governista, outras duas opções alternativas foram avaliadas e afinal rejeitadas.

Ao analisar as compensações do projeto de lei, o mestre Luiz Palacin entendeu que elas "oscilavam da chantagem política ao absurdo irrealizável."[1247] Prosseguindo, verberou que "em nome da 'defesa econômica do município de Goiás' [aspas do texto] pretendiam para a cidade e sua zona, na ocasião da mudança, benefícios nunca sonhados nos seus 200 anos de existência: água e esgoto, […] e prolongação da estrada de ferro até a cidade."

Examinando detidamente o contexto da ponderação, percebe-se claramente a incidência de um equívoco entre o teor da emenda nº 1, subscrita pela oposição na Constituinte de 1935, e o conteúdo do projeto de lei apresentado perante a Assembleia Legislativa em 1936, porquanto o historiador menciona a exigência no citado projeto de lei do prolongamento da via férrea até a capital. Tal pleito,[1248] porém, não constou absolutamente do referido ato em apreço. A etapa legislativa vivida em 1935 era diversa da sucedida em 1936.[1249]

Ninguém ousa afirmar que os melhoramentos constantes do projeto de lei não eram vantajosos ao relicário goiano. Todavia, sem querer repetir o que já foi consignado amplamente no terceiro capítulo, essas reivindicações encontravam-se no horizonte de expectativa dos vilaboenses há muitos anos. Não surgiram apenas em 1936, conforme parece ser sugerido. Interpretar a

---

[1245] Cf. *A Razão*, Goiaz, 16 de agosto de 1936.
[1246] Cf. *Lavoura e Comercio*, Uberaba, 14 de julho de 1936.
[1247] PALACIN, Luiz. *Op. Cit.*, 1976, p. 76.
[1248] Conforme já salientado no capítulo anterior, se essa exigência estivesse presente no projeto de lei seria realmente procrastinatória, da mesma forma que a emenda nº 1.
[1249] A confusão verificada entre as duas trajetórias normativas – a da Constituinte e a da Assembleia Legislativa – reforça a importância de se analisá-las separadamente.

experiência mudancista desconsiderando ou não enxergando claramente este pujante elemento é certamente incorrer em sério equívoco exegético.

A materialização de benefícios à antiga capital no momento da transferência – nunca realizados nos seus 200 anos de existência –, reforça o valor das postulações do mudancismo condicionado. Em outras palavras, o apoio dado ao governo estadual resultaria em um salto de qualidade para o município de Goiás em vários aspectos, mormente nos sempre sonhados melhoramentos ambientais e urbanísticos.

Ressalte-se que o projeto de lei não exigia do governo estadual a implantação do serviço de saneamento básico em Vila Boa, o que superaria, segundo os cálculos oficiais,[1250] o valor de 3.000 (três mil) contos de réis. A proposição legislativa previa na verdade uma remuneração fixa anual ao município (receita arrecadada na localidade) para tentar efetivar vários benefícios, entre os quais o abastecimento de água potável nos lares e a construção de uma rede de esgoto.

Ademais, o estado de Goiás, em 1936, após um período de estagnação da receita tributária, passava por um momento de incremento de sua renda orçamentária, a ponto de a arrecadação preliminar de 1935 alcançar quase 9.000 (nove mil) contos de réis.[1251]

Desprezando o montante já gasto com Goiânia até aquele instante, o poder Executivo recebera ainda no final do ano anterior autorização da Assembleia Legislativa para contrair empréstimo de até 12.000 (doze mil) contos de réis, com o objetivo específico de concluir as obras iniciadas na nova metrópole,[1252] ou seja, mais do que um ano inteiro de arrecadação fiscal.

As despesas do estado com a antiga capital seriam de uma parcela única no valor de 200 (duzentos) contos de réis, acrescidas do repasse anual da receita líquida arrecadada no município nos dez anos consecutivos. Vê-se, consoante a lei federal nº 181 citada acima, que os duzentos contos de réis mencionados não suplantavam o valor de nenhum dos quatro prédios que o governo goiano deveria entregar para a União Federal e que totalizavam 1.100 (um mil e cem) contos de réis.

Sem embargo, segundo dados do fisco estadual, a arrecadação gerada em Vila Boa alcançara em 1935 a cifra total de 271 contos de réis.[1253] Em síntese, frente à receita estadual de

---

[1250] Ver GOIÁS, *Op. Cit.*, 1933, p. 116.

[1251] GOIÁS. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado de Goyaz, 2ª sessão ordinaria da 1ª legislatura, em 1º de julho de 1936, pelo governador Dr. Pedro Ludovico Teixeira*. Goyania: Officinas do Correio Official, 1936, p. 42.

[1252] Ver Lei nº 29, de 20 de novembro de 1935. In: GOIÁS. *Coleção das leis relativas á 1ª sessão da 1ª legislatura da Assembléa Constituinte do Estado de Goiaz, inclusive a lei orçamentaria para 1936*. Cidade de Goiaz: Oficinas Graficas da Imprensa Oficial, seção do Departamento de Estatistica e Publicidade do Estado de Goiaz, [s.d.], p. 42, V.1.

[1253] Ver quadro comparativo das arrecadações efectuadas pelas estações fiscais do Estado, nos exercícios de 1934 e

quase 9.000 (nove mil) contos e das ponderações já lançadas, falar em "absurdo irrealizável" talvez seja muito pouco razoável.

De mais a mais, a permanência na antiga capital dos estabelecimentos educacionais, salvo a Faculdade de Direito, era e ainda seria hoje medida completamente normal e lógica. A praxe do procedimento governamental é edificar escolas em locais que passam a demandar a presença de educadores. Remover, no entanto, escolas de um município para outro não se amolda à equidade e razoabilidade.

Por último, na interpretação, há de ser considerada a seguinte variável: a ambição do vilaboense de ver sua terra natal granjear benefícios similares aos de Goiânia, a fim de que aquela (Vila Boa), no mínimo, se aproximasse de sua sucessora.[1254]

Em verdade, a ênfase dos estudos históricos em fontes de caráter oficial muitas vezes dificulta a compreensão global do cenário político estadual, interditando, por consequência, a memória da cidade condenada ao esquecimento pelo mudancismo incondicionado. O intelectual Paulo Bertran percebeu a situação:

> É muito provável que toda visão, toda interpretação, toda versão histórica, econômica, antropológica sobre Goiás, incluindo-se aqui o olhar astuto desta Academia, seja nos estudos de História, de Ciências Sociais ou os Literários, quase todos se fizeram com os óculos reducionistas, estadonovistas, da visão de poder de Goiânia. […] São os óculos de Goiânia. A visão estadonovista todo-poderosa de Goiânia. Em certo sentido, a ótica do opressor.[1255]

Fechada essa digressão e retornando ao percurso do projeto de lei da mudança na Assembleia, verifica-se que ele foi encaminhado à mesa do poder Legislativo pelo líder da maioria, Guilherme Xavier de Almeida, na reunião do dia 07 de julho de 1936. Após sua leitura em plenário, requereu a palavra o novo líder da minoria Alfredo Nasser.

De saída, o orador entende incabível o recebimento da proposição, enquanto não houvesse a apresentação dos pareceres das Comissões de Justiça e Finanças a respeito das contas do governador. Presidente em exercício, Taciano de Mello manifesta-se contrariamente ao entendimento de Alfredo Nasser, que imediatamente protesta. Consultada a casa, ela julga o projeto

1935. In: GOIÁS. *Mensagem...*, 1936.

[1254] ASMAR, José. Pioneirismo no desenvolvimento de Goiânia. *O Popular*, Goiânia, 1º de agosto de 1991, Caderno 2.

[1255] BERTRAN. Paulo. Memória consútil e a goianidade. *Revista da UFG*, ano VIII, n.1, jun. 2006, p. 66.

objeto de deliberação,[1256] contra seis votos da oposição.[1257] Em seguida, a mesa determina seu registro, que toma o nº 1, e ulterior encaminhamento às seguintes comissões: *a)* Justiça; *b)* Finanças; e *c)* Educação e Cultura.

Nasser pede novamente a palavra para declaração de voto e acusa o presidente em exercício, Taciano de Mello, de violar o regimento interno. A situação reage. Surgem apartes de apoio e de rejeição. A reunião torna-se tumultuosa. Na tensão do momento, Taciano de Mello adota uma decisão polêmica: deixa a cadeira da presidência e retira-se do recinto, oportunidade em que é acompanhado pelos demais membros da maioria. Alfredo Nasser, entretanto, permanece na tribuna, até encerrar seu pensamento. Sua fama de grande orador avançava a passos largos.

Em relação ao episódio, Victor Coelho de Almeida assinalou em suas memórias: "No dia 7, Nasser pronunciou violento discurso contra o Dr. Taciano de Mello, que pretende forçar a mudança dentro de um mês. Houve tumulto. Foi o início de uma luta cada mais mais violenta. A maioria retirou-se do recinto!".[1258]

É interessante observar ainda do testemunho registrado pelo deputado Victor, a dissonância existente no interior da oposição parlamentar sobre o tema mudancista, porquanto os três legisladores com base eleitoral na capital divergiam de outros dois oriundos da região sudeste:

> Tendo o Governador fixado residência em Goiânia, a maioria sentiu-se enfraquecida e, em julho, sofreu derrotas sucessivas dos cinco únicos oposicionistas presentes: Nasser (líder), Jubé, Agenor, Costa Paranhos e Victor. A minoria, porém, guiada por Jubé, *contra o meu voto e o de Costa Paranhos*, [destaque nosso] começou a orientar a oposição no sentido de impedir ou, pelo menos, dificultar a mudança da capital. Em vista do texto constitucional, do estado adiantado das obras e do auxílio federal de 5.6000 contos, tivermos por impatriótica e injustificável essa atitude obstinada. Todavia, ficamos atentos, e não houve rompimento de bancada.[1259]

No mesmo sentido, enuncia o diretor do *Correio Official*: "Porque nem siquer encarna ele [Alfredo Nasser] a opinião coêsa de seu partido, sabido como é que varios de seus chefes e companheiros não formam ao seu lado nessa campanha impatriotica [contra a mudança]."[1260]

Referindo-se decerto ao apoio dado por Domingos Netto de Vellasco, no Congresso

---

[1256] Eis o artigo do Regimento Interno do Legislativo que fundamentava a necessidade da deliberação: "Art. 117. Os projetos serão lidos por seus autores e, terminada a leitura, o Presidente verificará, por meio de votação, a que não precederá discussão, se são objeto de deliberação, ficando rejeitados, se se decidir o contrário." In: Lei Interna nº 2, de 30 de agosto de 1935 (Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás).

[1257] Aqui incluído o voto do deputado dissidente Salomão Clementino de Faria.

[1258] ALMEIDA, Victor Coelho de. Caderno manuscrito denominado *Miscellania* (1897-1938), Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central da PUC de Goiás, p. 334.

[1259] ALMEIDA, Victor Coelho de. Caderno manuscrito denominado *Miscellania* (1897-1938), Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central da PUC de Goiás, p. 334.

[1260] TEIXEIRA, Celso Herminio. Uma extranha atitude. *Correio Official*, Goiânia, 26 de julho de 1936.

Nacional, à proposta de lei que concedeu apólices para a construção de Goiânia, a *Folha de Goiaz* provocou: "Mas o que é bem verdade e que os fátos atestam, é que até mesmo alguns chefes do partido do qual a 'A Coligação' é orgão, emprestam seu concurso e aplaudem a transferencia da séde do Governo."[1261] Taciano de Mello também observou o impasse durante a Constituinte:

> Com efeito, foi o espírito uno da bancada; uno pela conjugação e justaposição de todos esses espíritos isoladamente belos, que gerou esse monstro em matéria política, essa malfadada emenda ao artigo 4º que passamos a ler: […] Quem não vê claramente que havia antagonismo de pensar entre os elementos coligados? Uns queriam a mudança e outros desejavam a permanência. Transigiram ambos e veio à luz essa coisa inqualificável, saindo vencedores, em última análise, no momento atual, os antimudancistas, pois o mesmo partido já declarou o Estado dentro do abismo.[1262]

Distribuído o projeto de lei nº 1 às comissões permanentes (Justiça, Finanças e Educação e Cultura) por deliberação do plenário, cada uma das três comissões teria seis dias sucessivamente para a emissão de seu respectivo parecer.[1263]

Chegando, inicialmente, à Comissão de Justiça,[1264] o líder do governo e relator da aludida comissão, Guilherme Xavier de Almeida, atendendo solicitação emanada do governador Pedro Ludovico Teixeira,[1265] apresenta substitutivo[1266] ao projeto de lei nº 1:

> Art. 1º. Fica determinado o dia 25 de dezembro do corrente ano de 1936 para a transferencia definitiva da Capital do Estado de Goiaz para a cidade de Goiania, sita no municipio de identica denominação, antigo de Campinas, o mesmo a que se refere o art. 5º das Disposições Transitorias da Constituição Estadual.
> Art. 2º. Em cumprimento ao dispôsto no parágrafo terceiro do referido artigo 5º das disposições Transitorias da Constituição Goiana, são empregadas as seguintes medidas:[1267]

Daí por diante, a redação é semelhante ao conteúdo do projeto de lei nº 1, com exceção de uma pequena variação no aspecto orçamentário. Os benefícios concedidos ao município de Goiás são mantidos incólumes.

Examinando a redação do substitutivo, dois pontos chamam atenção: a) todas as

---

[1261] Cf. *Folha de Goiaz*, Goiaz, 06 de fevereiro de 1936.
[1262] MELLO, Taciano Gomes de. *Op. Cit.*, 1935.
[1263] "Art. 118. Decidindo-se, porém, que são objéto de deliberação, serão enviadas à comissão a que pertencerem, para, sobre eles emitir o seu parecer, depois de registrados, salvo aqueles considerados urgentes, os quais neste caso, serão impressos para entrar na ordem dos trabalhos. A comissão dará o parecer no prazo de seis dias." In: Lei Interna nº 2, de 30 de agosto de 1935 (Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás).
[1264] O trabalho realizado nas comissões da Assembleia não foi divulgado no *Diario do Poder Legislativo* e nos arquivos pesquisados não existem as atas originais das comissões relacionadas ao ano de 1936.
[1265] Reassumiu o posto no dia 13 de julho de 1936.
[1266] O substitutivo foi assinado tão-somente por Guilherme Xavier de Almeida, contrastando com o projeto de lei nº 1, que foi subscrito por dez parlamentares da maioria. O substitutivo terá grande relevância nos acontecimentos posteriores relacionados à mudança da capital. In: *A Razão*, Goiaz, 09 de agosto de 1936.
[1267] Cf. *A Razão*, Goiaz, 09 de agosto de 1936.

vantagens concedidas aos desembargadores e servidores do poder Judiciário são suprimidas; b) o prazo de transferência passa para o dia 25 de dezembro de 1936 e não mais imediatamente, conforme anteriormente previsto.

Não se sabe exatamente a data em que Guilherme Xavier de Almeida apresentou o substitutivo, mas certamente ocorreu antes de 20 de julho, pois na reunião legislativa deste dia, segundo o jornal *A Razão*,[1268] Oscar Campos Júnior, presidente da Comissão de Justiça, comunicou a novidade ao plenário:

> Segunda feira – dia 20 […] Em seguida, usa da palavra o deputado Oscar Campos Junior, falando sobre o telegrama publicado na imprensa do Rio, mais ou menos nestes termos: [...] V. Excia., Sr. Presidente, pode verificar que não é nosso objetivo a imediata efetivação da mudança da capital, tanto assim que, na Comissão de Justiça, foi apresentado um substitutivo ao projeto que trata do assunto, determinando-a para dezembro proximo.[1269]

No entanto, inexplicavelmente, a ata da reunião do mesmo dia 20 de julho, publicada no *Diario da Assembléa Legislativa*, eliminou dos anais essa importante informação:

> Usa da palavra, em seguida, o sr. Campos Junior. Começa afirmando que o autor do telegrama não conhece responsabilidades. Analisa a atitude da maioria que se tem batido, com convicção, pela mudança da capital, sem menosprezar, entretanto, a cidade de Goiaz. Afirmando a insinceridade do telegrama, declara que não é ponto de vista do Executivo a mudança imediata da Capital. E termina assegurando que o Governo saberá desmascarar o irresponsavel autor desse despacho telegrafico.[1270]

Não é possível saber se a omissão foi um erro ou uma tentativa de manipulação. Mas isso é o de menos, perto do que aconteceu depois, que, desde logo, vale frisar: o *Diario da Assembléa Legislativa* – informativo que divulgava as atividades parlamentares e era distribuído como um encarte do *Correio Official* – apenas começou a circular após praticamente findar a sessão legislativa de 1936. E o mais curioso e instigante: só foi publicado pela metade no ano de 1936. Dessa forma, somente as primeiras 35 reuniões legislativas de um total de 70 ganharam a devida e indispensável publicidade. Por quê? Mistério.

O fato é que após ser submetido à apreciação da Comissão de Justiça, o substitutivo é ratificado em 24 de julho. O deputado Oscar Campos informa de imediato ao chefe político a vitória alcançada: "Hoje foi aprovado, depois de ser dado vista aos deputados coligados, o projeto da mudança, na Comissão de Justiça. Faltam pareceres das Comissões de Finanças e de Educação e

[1268] O referido periódico divulgava regularmente o resumo das atividades parlamentares em suas colunas.
[1269] Cf. *A Razão*, Goiaz, 26 de julho de 1936.
[1270] Cf. *Diario da Assembléa Legislativa*, p. 26.

Cultura. Estou providenciando para que se resolva isto com urgência."[1271]

A missiva de Oscar Campos Júnior endereçada a Pedro Ludovico não se limita a esse assunto. Vai além, significando um documento de expressivo valor para o vertente estudo histórico. Inicia-se com a frase: "As cousas por aqui, vão indo bem."

Emerge do texto que a ausência do governador da antiga capital realmente dificultava as ações político-administrativas do governo na Assembleia. A resolução dos inúmeros problemas relacionados à administração pública e à política já não possuíam a mesma velocidade do ano anterior, quando Ludovico residia na Cidade de Goiás.

Prosseguindo na correspondência, Campos, expressando sua proximidade política com o governador, sugere: "Sei que o [João] Coutinho está aborrecido, por não ter sido nomeado o seu futuro genro inspetor de higiene, em Leopoldo. Se fôsse possivel, seria bom atendê-lo. Já ando aborrecido com esta situação de estar precisando tolerar picuinhas de companheiros." O futuro genro de João Coutinho acabou se tornando realmente seu parente no ano seguinte ao contrair núpcias com Célia Coutinho.[1272] Tratava-se do médico Hélio Seixo de Brito.[1273]

O aborrecimento de João Coutinho é um indicativo relevante para a compreensão do período e para a montagem do complexo quebra-cabeça, vez que um mês depois o deputado rompe com o governador.

Na sequência, Oscar Campos Júnior aborda assunto relacionado aos interesses de Morrinhos: "Houve aqui a apresentação de um projeto sôbre a comarca de Morrinhos, que retirámos hoje. Tive de assiná-lo, embora conhecesse o seu ponto de vista a respeito. São as tais contingências! Tudo fiz para que o Guilherme desistisse da idéia, o que afinal foi conseguido com o seu telegrama." O Guilherme referido é obviamente o líder da maioria Guilherme Xavier de Almeida, filho do ex-governador José Xavier de Almeida,[1274] e residente em Morrinhos.

Ressai desta passagem que o chefe político deveria não somente ser comunicado dos temas discutidos como também consultado, sendo também de bom alvitre o acatamento de seu ponto de vista, a não ser que as "contingências" impedissem. Aliás, a participação ativa do governador no jogo parlamentar pode ser notada em outro trecho: "Oportunamente voltarei aí, para combinarmos umas tantas leis que precisam de ser apresentadas."

Em seguida, Oscar Campos Júnior parece não mais suportar a carga de tanta pressão

---

[1271] Cf. carta do deputado estadual Oscar Campos Júnior ao governador Pedro Ludovico Teixeira. Cidade de Goiás, datada de 24 de julho de 1936. Manuscrito. Arquivo Pedro Ludovico Teixeira.
[1272] Cf. *A Razão*, Goiaz, 21 de novembro de 1937.
[1273] Hélio Seixo de Brito foi eleito Prefeito de Goiânia na década de 1960.
[1274] O governador foi citado diversas vezes no primeiro capítulo deste trabalho.

que é exercida sobre ele e o presidente Hermógenes Coelho:

> Decididamente, se não fosse a necessidade de estar equilibrando as cousas afim de evitar choques, até se resolverem o caso da mudança e outros que lhe estão afétos, eu já me teria estourado. O senhor não imagina como tem sido dificil a mim e ao Hermogenes [Coelho] conciliar as questões. Entretanto, tudo se tem contornado com habilidade e as cousas estão sendo conduzidas para feliz resolução.

O prognóstico de "feliz resolução" não se confirmou. Todavia, as dificuldades em gerir os constantes conflitos no parlamento e principalmente fora dele, sem a presença do governador por perto, resta patente. Consta do relato que o papel de pacificação política era desempenhado por ele e pelo presidente da Assembleia Legislativa. É bom frisar, outrossim, que esse perfil conciliador de igual modo acolhia a personalidade de Guilherme Xavier de Almeida, sempre retratado como um homem cordato e de fino trato.

Por fim, é oportuno observar a recomendação lançada ao governador:

> Somente lhe peço não ouvir muito o que levarem daqui, pois o senhor poderá estar certo de que tudo resolveremos bem. É preciso evitar tambem que companheiros nossos, com notícias levianas, nos criem dificuldades, pois o senhor sabe bem que o ambiente aqui é o melhor possivel para medrarem notícias tendenciosas.

O parlamentar do sudoeste goiano, mesmo gozando da confiança do mandatário, demonstra receio com as intrigas políticas, principalmente dos "companheiros nossos". Antecipa-se à rede de boatos, que pelo jeito operava de modo arrebatador na Cidade de Goiás.

É provável que Oscar Campos tenha formulado expressamente essa advertência por conhecer bem Pedro Ludovico. A propósito, Wagner Estelita Campos anteriormente emitira sua opinião sobre a personalidade do governador: "O dr. Pedro Ludovico Teixeira não é, propriamente, um homem de máos instintos. Impulsivo, porém, e espirito altamente impressionavel, deixa-se levar, não raro, pela força dos primeiros impetos e faz dos ouvidos pasto fertil às insinuações e intrigas dos que o rodeiam."[1275]

Regressando ao trâmite legislativo, tudo indica que tanto o projeto original quanto os substitutivos deveriam ser submetidos à deliberação das comissões. Estas, por sua vez, adotariam qualquer um deles, mas obrigatoriamente os enviariam para a decisão soberana do plenário.[1276]

[1275] Cf. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1934.

[1276] Nesse sentido, o preceito inserto no Regimento Interno do parlamento: "Art. 121. A comissão a que for remetido o projeto poderá propor ou não a sua adoção sem emendas, ou a sua reforma, com as emendas que julgar necessárias ou sua total rejeição." In: Lei Interna nº 2, de 30 de agosto de 1935 (Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás).

Após ser aprovada na Comissão de Justiça, a proposição legislativa também é aprovada na Comissão de Finanças, recebendo, contudo, além de duas declarações de voto de Agenor Alves de Castro[1277] e Salomão de Faria, outro substitutivo, este de lavra apenas do último.

Ao se perquirir a justificação de voto de Salomão de Faria, salta aos olhos a sua recente preocupação com a proteção do município de Goiás. Recente, pois durante a Constituinte seus pronunciamentos não defendiam essa opinião: "Nós, senhor Presidente, apesar de apegados às tradições de cultura do povo de Vila Boa, precisamos encarar a vida do Estado em conjunto, sem nos deixarmos levar pelo lado do coração."[1278] Após o rompimento político com Pedro Ludovico,[1279] entretanto, Salomão de Faria, redescobrindo o seu lado mais vilaboense que sudoestino, passa a cobrar do governo amparo à Cidade de Goiás:

> A cidade de Goiaz, despojada da séde do Governo, com a sua economia profundamente abalada, precisa de medidas prontas e imediatas que a salvaguardem de uma decadencia inevitavel. […] Está no interesse da propria maioria desta Assembléa provar ao povo de Goiaz que o Poder Executivo, tirando daqui a séde do Governo, não pretende liquidar esta cidade. Goiânia, outras e outras cidades poderão surgir, para grandeza de Goiaz, sem que aniquilemos uma população de quasi 30 mil almas.[1280]

No mais, salvo o tópico transcrito e de alguns apontamentos sobre aspectos

[1277] Declaração de voto do sr. Agenor de Castro: "Entendo que o prazo de que cogita o Projeto é deficiente para se efetivar a mudança definitiva da Capital para Goiânia por não estarem prontos ainda os predios necessarios para o funcionamento dos Poderes do Estado e bem assim para os Membros desses poderes e seus funcionarios. Acho que se deve ao Governo um prazo razoavel, dentro do dispositivo constitucional que regula o assunto, afim de ser satisfeita a finalidade do Projeto. Até vinte e cinco de dezembro proximo, com o inverno que, brevemente virá, o Executivo ficará impossibilitado de ultimar a construção de todos os predios indispensaveis à nova séde do Governo. Não se compreende e nem se justifica a mudança tão precipitada da Capital sem que o novo local esteja devidamente preparado, salvo se se pretende humilhar os outros Poderes do Estado, deixando os seus membros sem o necessario conforto e acomodação para si e suas familias e para os diversos funcionarios pertencentes a esses Poderes. Ninguem acredita que o Governo tenha essa intenção, nem tão pouco a maioria da Assembléa. Por que então não se aguardar a conclusão definitiva das obras da nova Capital, nos termos da Constituição Estadual? Qual a medida, de carater urgente e inadiavel, que está a exigir a mudança imediata da Capital para outro local, sem que este possua ainda os requisitos essenciais de uma Capital? Não estamos em estado de guerra, nem diante de uma calamidade publica. O projeto não tem pois justificativa. Seja como for, os Poderes do Estado estão mais ou menos confortavelmente instalados na atual Capital. Será que a cidade de Goiaz que foi a Capital do Estado por mais de 200 anos não possa ser mais alguns mêses? Será que os patrocinadores da mudança a queiram tão apressadamente só para terem o prazer de arrancar da velha Goiaz a Capital, colocando dessa forma os poderes publicos, os funcionarios e os membros desses poderes em situação de tão grande constrangimento? Não se pode acreditar nesse ato de tão manifesta má vontade da maioria da Assembléa com relação à velha Goiaz, dotada de uma população culta e capaz de figurar na vanguarda dos centros mais adiantados do País. Nessas condições, penso que se poderia dar ao Executivo autorização para, dentro de um ou dois mêses antes de findar o prazo constitucional, realizar a mudança da Capital, desde que tivesse preparado condignamente Goiânia para ser a Capital do Estado com a construção de todos os predios publicos necessarios, 150 casas residenciais, no minimo, Cemiterio, Mercado publico, Luz, Agua e Esgoto, tão indispensaveis a uma cidade, principalmente a uma moderna Capital do Estado." In: *Diario da Assembléa Legislativa*, p. 66-68.

[1278] FARIA, Salomão de Faria. *Correio Official*, Goiaz, 19 de junho de 1935.

[1279] Pretendemos, em um posterior trabalho, analisar detalhadamente o rompimento entre Salomão de Faria e Pedro Ludovico.

[1280] Cf. *Diario da Assembléa Legislativa*. p. 62.

orçamentários, a justificação de voto de Salomão de Faria seguia mais ou menos a mesma linha argumentativa da declaração de voto de Agenor Alves de Castro.

No tocante ao substitutivo[1281] elaborado por Salomão de Faria, dois itens merecem exame. Primeiro, a transferência definitiva passa para o dia 31 de dezembro de 1936. Segundo, determina-se que das mais de 5.600 apólices cedidas pela lei federal nº 181, de 10 de janeiro de 1936, ao estado de Goiás, 2.000 apólices deveriam ser entregues à Prefeitura de Goiás para a efetivação dos benefícios a ela concedidos.

Por certo, tal providência mostrava-se indevida, posto que a própria lei federal expressamente ordenava que o montante apurado com a venda das apólices fosse aplicado rigorosamente na construção da nova capital.

Na última das três comissões permanentes (Comissão de Educação e Cultura), o substitutivo de Xavier de Almeida, de igual modo, recebe a anuência da maioria, mas Nasser não perde a oportunidade para profligar:

> O orador [Alfredo Nasser], ocupando a tribuna, o faz na qualidade de membro da Comissão de Educação e Cultura; e, nesse carater, pede venia para ler, requerendo seja transcrito nos anais da Assembléa,[1282] o rascunho dos motivos por que é a minoria contraria ao Projéto de Lei n. 1, supletivo do art. 5º da Constituição Estadual vigente. O orador procede à leitura, havendo, então, apartes dos srs. Irany Ferreira, Jubé Junior e Salomão de Faria. O sr. Presidente reclama ordem, declarando que o Regimento Interno não permite dialogos, e a palavra está concedida ao sr. Alfredo Nasser. O orador diz que, se não restarem outros argumentos a favor da campanha anti-mudancista, que leve o Governo a Capital do Estado, mas a leve, como, servindo-se da expressão de Ricardo Wagner, com as esperanças e a vitoria do seu povo. Citando as palavras do escritor Graça Aranha ao heroi de Canaam: "A terra da promissão [não] veiu ainda, espera...", termina aconselhando aos goianos desta cidade que tenham confiança em si proprios.[1283]

Dando sequência aos trabalhos legislativos, as três comissões entenderam por bem adotar o substitutivo de Xavier de Almeida. Eis a informação do único jornal que circulava à época na Cidade de Goiás: "Damos a seguir, o substitutivo adotado pela Comissão de Justiça, Finanças e Educação e Cultura, ao projeto de lei nº 1, e lido na reunião de 6 do corrente."[1284]

Aprovado, em 06 de agosto de 1936 (quinta-feira), na última comissão, o projeto de lei, no dia seguinte, ou seja, exatamente um mês após sua apresentação inicial na Assembleia Legislativa, é enviado à mesa para as deliberações regimentais:

[1281] Cf. *Diario da Assembléa Legislativa*, p. 63-64.
[1282] Tal manifestação não foi divulgada nos anais e nem localizada nos arquivos.
[1283] Cf. *Diario da Assembléa Legislativa*, p. 87.
[1284] Cf. *A Razão*, Goiaz, 09 de agosto de 1936.

> Finda a leitura do expediente, o sr. Espirito Santo Netto lê e envia à mesa os pareceres das Comissões de Justiça, de Finanças e de Educação e Cultura, sobre o Projéto de Lei nº 1, que transfere para a cidade de Goiânia a Capital do Estado, com dois substitutivos, sendo um do sr. Xavier de Almeida, e o outro, precedido de voto em separado, do sr. Salomão de Faria; e com o voto em separado, do sr. Agenor de Castro. Em virtude de trazerem votos em separado, ficam os pareceres sobre a mesa, para serem discutidos na reunião seguinte. Como não haja numero para a votação, o sr. Presidente anuncia para a ordem do dia da reunião seguinte a mesma materia dada para a de hoje, acrescida da discussão dos pareceres sobre o Projéto da Lei n. 1 (mudança da Capital), com votos em separado.[1285]

Na reunião do dia 13 de agosto (quinta-feira seguinte), o parecer das comissões é colocado em discussão no plenário da casa:

> Nenhum outro sr. Deputado solicitando a palavra, é anunciada a ordem do dia. Como não haja numero para ser votada, é submetida apenas à discussão a materia dada para hoje. São, sucessivamente, submetidos à discussão, em terceiro turno, o projeto de lei n. 10, que concede o auxilio de [ilegível] ao municipio de Santa Cruz, para construção de pontes sobre os rios Piracanjuba e Peixe; em segundo turno, os projétos de lei ns. 8 e 3, o primeiro elevando o subsidio dos srs. Deputados, e o outro concedendo auxilio à Sociedade de S. Vicente de Paulo, da cidade de Ipameri; e finalmente, o parecer das Comissões de Justiça, Finanças e Educação e Cultura, sobre o projéto de lei n. 1, que transfere para a cidade de Goiânia a Capital do Estado. Nenhum sr. deputado fala sobre a materia posta em discussão, pelo que é esta encerrada, dando-a o sr. Presidente para ser votada na reunião seguinte.[1286]

Na reunião realizada no dia seguinte,[1287] que contava com a presença de cinco legisladores oposicionistas e doze situacionistas, a Assembleia aprova, com apenas um voto divergente, o requerimento de Victor de Almeida, que solicita a nomeação, antes da votação da lei, de uma comissão parlamentar para verificar o andamento das obras da nova capital:

> Facultada a palavra, pede-a o sr. Victor Coelho. Diz que, apezar das bôas informações que tem sobre o estado das obras da cidade de Goiânia, pensa que a Assembléa, antes de votar a mudança da Capital, deve ter pleno conhecimento do estado das obras referidas. Lê e envia à Mêsa um requerimento no sentido de se nomear uma comissão de srs. Deputados, tendo a mesma um relator, para examina-las, afim de que se habilite a discutir e votar o que de mister para a transferencia da séde do Governo. (Comparecem os srs. Alfredo Nasser e Agenor de Castro). O requerimento é apoiado, contra um voto. Em discussão, o sr. Campos Junior, com a palavra, fala sobre o mesmo, declarando que, embora justa, porém, dispensavel, a medida pleiteada, vota pela sua aprovação, por isso que ela não implicará paralisação do projéto de lei n. 1. O sr. Irany Ferreira confirma o seu voto contrario ao requerimento, quando posto ela em apoiamento, e declara que vota contra a sua aprovação, porque a esta Casa já prestou o Governo todas as informações referentes ao assunto, requeridas pela minoria; e porque a palavra do Poder Executivo deve merecer fé. O sr. Victor Coelho apartea, dizendo que não contesta sejam dignas de fé as informações prestadas pelo Governo; o seu desejo é que, adotada a medida proposta a Casa fique mais orientada para discutir e votar a lei que pretende com o projéto n. 1. O sr. Jubé Junior dá um aparte. Posto em votação, é o requerimento aprovada, contra um voto. O sr. Presidente consulta a Casa, nos termos do § único do artigo 30 do Regimento Interno, sobre qual o

[1285] Cf. *Diario da Assembléa Legislativa*, p. 89.
[1286] Cf. *Diario da Assembléa Legislativa*, p. 109.
[1287] Último dia em que o *Diario do Poder Legislativo* do ano de 1936 foi divulgado no órgão de imprensa oficial. In: *Correio Official,* Goiânia, 02 de fevereiro de 1937.

> numero de membros de que se deve compor a comissão requerida. De três ou de cinco? O sr. Campos Junior, com a palavra, opina pela nomeação de uma comissão composta de cinco srs. Deputados. O sr. Irany Ferreira aparteia: "V. Excia. é excessivamente liberal!" O sr. Presidente, tendo-se a Casa manifestado favoravelmente à proposta do sr. Campos Junior, nomeia os srs. Victor Coelho, Agenor de Castro, Balbino de Carvalho, Sebastião Machado e João d'Abreu, para serem a comissão requerida.[1288]

Instituída a comissão parlamentar, incontinenti, ela se dirige para Goiânia, onde se hospeda no novíssimo Grande Hotel, permanecendo na nova capital entre os dias 15 a 18 de agosto. O *Correio Official* deu publicidade à caravana:

> Acompanhados pelo exmo. sr. dr. Governador do Estado, pelas altas autoridades estaduais, pelos deputados Jací de Assis, da Coligação Libertadora, e Iraní Alves Ferreira, João Jacinto de Almeida e Herminio Alves de Amorim, de P.S.R. percorreram os membros da Comissão esta cidade, visitando as obras, as repartições, a Prefeitura, o matadouro, colhendo de tudo as suas impressões. Na vespera de sua partida, foi-lhes oferecido no Grande Hotel, onde se hospedaram, pelo engenheiro Abelardo Bueno, Superintendente das Obras de Goiânia, um excelente coktail, após o qual foram tiradas diversas fotografias.[1289]

Ante o exposto até o presente momento, assinale-se que a versão fossilizada pela repetição no tempo acerca da procrastinação do projeto de mudança na Assembleia deve ser agora confrontada com as fontes coligidas.

A narrativa da autora do livro *Como Nasceu Goiânia*, Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro, ao relatar o trâmite do projeto de lei, sempre busca enfatizar seu andamento moroso no Legislativo. Em pelo menos quatro oportunidades distintas,[1290] – em todas elas, frise-se, anteriores ao rompimento político deflagrado em agosto de 1936 –, Monteiro repete as dificuldades enfrentadas pela proposição no parlamento goiano: a) "Com o regresso do Governador, voltou o deputado Hermógenes Coelho à presidencia da Assembléa Legislativa. Nessa casa começou, então, a se arrastar lentamente o projeto de mudança definitiva"; b) "Cada vez mais moroso se tornava andamento do projeto de lei nº 1, que sumia dias e dias sem aparecer na Câmara"; c) "E continuavam as protelações na Câmara, e os discursos contrários à mudança"; d) "Ainda no intuito de protelar mais a votação do projeto de mudança".

A ênfase dada por Monteiro, cronologicamente, coincide exatamente com o período esquadrinhado neste subcapítulo, que se estende de 07 de julho (data da apresentação do projeto de lei nº 1) a 14 de agosto (data do deferimento do requerimento do deputado Victor de Almeida para a formação de uma comissão parlamentar incumbida de visitar Goiânia).

[1288] Cf. *Diario da Assembléa Legislativa*, p. 110-111.
[1289] Cf. *Correio Official*, Goiânia, 20 de agosto de 1936.
[1290] MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Op. Cit.*, p. 570, 572 (duas vezes) e 574.

O prazo perfaz, portanto, pouco mais de um mês. Assim, o lapso temporal abrange desde o recebimento da proposição pela Assembleia, passando pelos debates e deliberações em três comissões parlamentares distintas até, por último, a apresentação do projeto e dos substitutivos no plenário do parlamento para a primeira votação.

A narrativa procrastinatória presente na obra *Como Nasceu Goiânia* desconsidera completamente a dinâmica do poder Legislativo, baseada em regras estabelecidas pelo Regimento Interno da casa, sem prejuízo de negligenciar o grau de polêmica que permeava o debate da regulamentação da transferência.

Dissertando sobre a mitologia política, Raoul Girardet ensina que existem quatro conjuntos mitológicos: a conspiração, a idade de ouro, o salvador e a unidade.[1291] Mais à frente, complementa: "o mito político é fabulação, deformação ou interpretação objetivamente recusável do real." Ao focalizar a conspiração, o autor leciona:

> Lenda dourada ou lenda sombria, a veneração ou a execração alimentam-se dos mesmos fatos, desenvolvem-se a partir da mesma trama. Entre as duas versões, entre Napoleão, o Grande, e o Ogro da Córsega, não há muito mais que uma oposição de ponto de vista: aureolado de glória ou cercado de nuvens sinistras, no final das contas é o mesmo perfil que se descobre.[1292]

A estratégia discursiva procrastinatória da literatura mudancista mobiliza inegavelmente conceitos da mitologia da conspiração. Em busca de coerência para a conspiração relatada e a demonização de personagens, recorre-se à morosidade do projeto. Tanto isso é verdade que, após o rompimento político, o discurso desaparece, arrastando consigo o paradeiro do projeto de lei nº 1. A rigor, a narrativa deixa o atento leitor completamente desinformado sobre o desfecho tomado pelo mencionado projeto mudancista. E o mais curioso é que justamente ele – o projeto –, segundo o raciocínio em foco, simbolizava o motivo de toda celeuma política.

A fragilidade da versão está estampada na edição do *Correio Official*[1293] que noticiou o rompimento político de três deputados situacionistas, vez que em nenhum momento se observa, mesmo no calor dos acontecimentos, qualquer crítica ao andamento do projeto de lei nº 1 na Assembleia, inclusive pelos deputados estaduais que usaram a palavra.

Assim sendo, é imperioso concluir que a narrativa procrastinatória do livro *Como*

[1291] GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 12.
[1292] GIRARDET, Raoul. *Op. Cit.* p. 16.
[1293] Edição que retratou a versão do chefe do Poder Executivo de Goiás sobre a crise política gerada pelo rompimento de três deputados estaduais situacionistas. Este exemplar do *Correio Official* é sem paralelo na história da imprensa oficial de Goiás em matéria de uso político-partidário do órgão de publicidade estatal.

Nasceu Goiânia, que coincide justamente com o momento de circulação regular do *Diario do Poder Legislativo* (mês integral de julho a 14 de agosto de 1936), ao ser confrontada com as fontes, mostra-se inconsistente e inverossímil.

V.2. A trajetória do projeto de lei nº 1 na Assembleia Legislativa – Parte II (de 15 de agosto a 30 de setembro de 1936)

O primeiro e o segundo subcapítulos, embora retratem a trajetória do projeto de lei nº 1 na Assembleia Legislativa, foram separados em duas partes por dois motivos: primeiro, em 22 de agosto de 1936 eclodiu uma crise política em Goiás, em razão do rompimento de três deputados estaduais situacionistas com o governador; segundo, a partir de 14 de agosto[1294] (35ª reunião das 70 realizadas na sessão legislativa de 1936), o *Diario do Poder Legislativo* referente ao ano de 1936 não foi mais publicado pela imprensa oficial e as atas manuscritas e originais da Assembleia até hoje não foram encontradas nos vários arquivos palmilhados.[1295]

Como a Assembleia, na sessão legislativa de 1936, funcionaria nos meses de julho, agosto e setembro, conclui-se, pois, que apenas a metade do período aludido, isto é, o mês de julho completo até o dia 14 de agosto, recebeu a devida divulgação pelo órgão de publicidade dos poderes de Goiás. Frise-se que similar silenciamento não ocorreu com os anais da Constituinte Estadual de 1935 e tampouco com as sessões legislativas de 1935 e 1937, que tiveram plena cobertura da imprensa oficial.

Esse vazio documental da memória institucional do Legislativo de Goiás[1296] dificulta sobremaneira a compreensão dos problemas levantados no presente trabalho,[1297] em especial a recomposição do percurso do projeto de lei nº 1.

Como dito, o *Diario da Assembléa Legislativa* referente aos três meses de funcionamento do parlamento em 1936 só foi publicado pela metade, cobrindo o mês de julho até 14 de agosto (1ª a 35ª reunião), deixando a descoberto o intervalo de 15 de agosto a 30 de setembro (36ª a 70ª reunião). Não custa repetir que o *Diario da Assembléa Legislativa* era divulgado como um encarte do *Correio Official.*

Constata-se ainda outra deficiência na publicidade dos anais da Assembleia: sua

[1294] Publicado na edição do *Correio Official* do dia 02 de fevereiro de 1937, quase seis meses depois da reunião legislativa.
[1295] Ver a extensa relação no final do trabalho.
[1296] A imprescindibilidade dos anais do poder Legislativo de Goiás para o vertente estudo é manifesta.
[1297] Calha destacar ainda que no *Diario da Assembléa Legislativa* as atas eram divulgadas em forma de resumo, vez que inexistia o serviço de taquigrafia.

circulação só começou na edição do *Correio Official* de 29 de setembro de 1936 – um dia antes do término da sessão legislativa – e terminou (repise-se: atinente à reunião do dia 14 de agosto) no exemplar de 02 de fevereiro de 1937.

As inúmeras diligências empreendidas para a localização das atas manuscritas do Legislativo naufragaram. A documentação original da Assembleia de 1936 não foi encontrada, até o presente momento (e será algum dia?), em nenhum dos vários arquivos visitados. No acervo pessoal de Pedro Ludovico Teixeira, acha-se somente rastro da valiosa fonte, a saber: uma folha avulsa, provavelmente pertencente ao livro-ata das comissões de Justiça e Finanças.

Convém sublinhar que as críticas tecidas pelo jornalista José Asmar infelizmente ainda repercutiram pouco: "apesar de o Legislativo goiano primar por omitir fontes de consultas ao povo, negligenciar a montagem de arquivo e documentação, os discursos dos libertadores lograram subsistir nas páginas ensepiadas dos semanários extintos."[1298]

Seguindo as sugestões do qualificado pesquisador José Asmar, as respostas foram buscadas nos semanários da época. Debalde, novamente. As edições do *Correio Official*[1299] de 1936 compulsadas não retrataram qual sorte levou o projeto de lei nº 1.

A única referência encontrada no periódico governamental de 15 de agosto assim comenta: "Segundo um prójeto de lei[1300] apresentado à Assembléa Legislativa Estadual, só se efetivará a transferencia dos outros Poderes constitutivos do Governo, que ainda se acham na cidade de Goiaz, para a nova capital do Estado, em dezembro proximo."[1301]

O artigo indefinido "um" usado para referir-se ao projeto de lei chama a atenção. Do mesmo modo, o silêncio sobre o andamento da proposição legislativa também é deveras eloquente, pois a partir de 1935, quando Celso Hermínio assume a direção do *Correio Official*, o veículo de comunicação focaliza insistentemente a mudança, mas, em contrapartida, despreza solenemente o projeto de lei. A omissão evidencia intencionalidade.

O único jornal existente na antiga capital[1302] – *A Razão* –, que inclusive possuía uma seção denominada "semana parlamentar", após noticiar a dissidência verificada no seio do partido situacionista em 23 de agosto de 1936,[1303] viu-se impedido momentaneamente de circular por ordem da polícia política.[1304] Cerca de um mês depois, voltou a ser publicado, mas agora sob o guante da

[1298] ASMAR, José. *Op. Cit.*, 1994, p. 67.
[1299] Único jornal goiano com publicação diária.
[1300] Na realidade o substitutivo e não o projeto de lei nº 1.
[1301] Cf. *Correio Official*, Goiânia, 15 de agosto de 1936.
[1302] Em meados do primeiro semestre de 1936, o *Correio Official* transferiu suas oficinas para Goiânia.
[1303] Cf. *A Razão*, Goiaz, 23 de agosto de 1936.
[1304] O periódico saiu regularmente das edições de nº 1 (05 de julho de 1936) a nº 8 (23 de agosto de 1936), voltando a circular, quase um mês depois, com mais duas edições, estas, porém, censuradas pela polícia-política, até ser

censura,[1305] em mais duas oportunidades no mês de setembro,[1306] até ser finalmente empastelado pela repressão política.

A propósito, nas duas edições de setembro de *A Razão*, ambas censuradas, publica-se o resumo da ata do parlamento atinente à semana de 14 a 18 de setembro de 1936. Daí extraem-se pistas sobre as causas do silenciamento do *Diario da Assembleia Legislativa*.

Em uma de suas perorações, Alfredo Nasser verbera: "Utiliza [o orador] a tribuna porque falta a imprensa livre, sendo obrigado a fazer desta Casa o reduto da defesa dos postulados da democracia."[1307] Nessa mesma linha, o pronunciamento de Assis: "O sr. Jaci de Assis, em aparte, declara que são obrigados a trazer para a Assembléia esse fáto por falta de imprensa livre."[1308]

No afã de justificar a sonegação dos anais do Legislativo do ventre do *Correio Official* até a falta de papel foi mobilizada como desculpa:

> Usa da palavra o deputado Irany Ferreira. Referindo-se ao pedido de informações do seu colega, sr. Jubé Junior, sobre a Imprensa Oficial do Estado, lê um telegrama em que o Diretor desse Departamento justifica os motivos por que aquele jornal não poude, até hoje, publicar os átos da Assembléa, salientando a falta de papel para impressão do respectivo diario. O deputado Jubé, agradecendo as informações que lhe foram prestadas declara que não as julga satisfatorias, pois esse orgão dos poderes publicos, vem dispondo, sempre, de suas colunas para assuntos literarios e estranhos ao jornal, não vendo, por isso razão para as alegações apresentadas.[1309]

Em verdade, os deputados dissidentes e coligados, ante a censura da imprensa, passaram a utilizar a tribuna da Assembleia na expectativa de verem seus pronunciamentos ganharem repercussão no *Diario da Assembléa Legislativa*. Desse modo, simultaneamente, os registros parlamentares ocupariam também a função de repositório das denúncias de arbitrariedades perpetradas pelo aparato policial, que, convenientemente, recorreu às autoritárias regras do vigente estado de guerra[1310] para calar a oposição.

Paulo Bertran enxergou claramente essa zona de sombra na narrativa mudancista,

---

definitivamente empastelado. Era dirigido pelos juristas Joaquim Carvalho Ferreira, filho do professor Ferreira, e Ignácio Xavier da Silva, o mesmo que escreveu em 1932 o artigo convocando os goianos a enfileirarem-se no mudancismo condicionado.

[1305] Consta do resumo da ata do dia 14 de setembro: "Do expediente consta: III: Oficio dos srs. Diretores da "A Razão", protestando contra o ato da Delegacia Especial nomeando censor para seu jornal, sob alegação de esposar ele ideias extremistas." In: *A Razão*, Goiaz, 20 de setembro de 1936.

[1306] Edições de 20 e 27 de setembro de 1936.

[1307] Cf. *A Razão*, Goiaz, 20 de setembro de 1936.

[1308] Cf. *A Razão*, Goiaz, 27 de setembro de 1936.

[1309] Cf. *A Razão*, Goiaz, 27 de setembro de 1936.

[1310] Implantado, em 1936, com o aval do Congresso Nacional, em decorrência da intentona comunista de novembro de 1935. Para ser preciso, denominava-se comoção intestina grave equiparada a estado de guerra.

que ele chamou de "buraco negro da história de Goiás":[1311]

> Seja como for, o sentimento que tenho hoje é que a mudança da capital da Cidade de Goiás para Goiânia fez-se com extraordinária violência ideológica e emocional, a qual nada podiam obstar os funcionários públicos transferidos, diante da arrogância dos novos poderes de 1930. A imprensa, sob censura, sem contestações. A Assembléia Legislativa fechada à força. Foi quando Goiás – Velho passou a chamar-se assim, em contraposição ao Goiás – Novo, capital Goiânia.[1312]

Apesar de não mencionar a violência física, que também veio associada à violência ideológica e emocional, o pensamento de Bertran, fruto de muita reflexão e pesquisa, condensa uma exegese inovadora e pouco explorada pela historiografia, ao definir o caráter autoritário da transferência e a versão silenciada daqueles que permaneceram na antiga capital.

No arquivo de Pedro Ludovico Teixeira[1313] existem apenas cópias datilografadas das duas últimas reuniões da sessão legislativa de 1936 da Assembleia, realizadas em 29 e 30 de setembro.[1314] Ambas as atas, sem embargo, em nenhuma oportunidade elucidam o paradeiro do projeto de lei nº 1, mesmo tendo sido votadas outras propostas[1315] quando estava presente tão-somente a bancada da maioria.

Registre-se que os deputados antigovernistas – dissidentes e coligados – encaminharam na ocasião à mesa interina da Assembleia um ofício justificando sua ausência dos trabalhos legislativos em virtude da presença "ostensiva e provocante nas galerias" de uma "milícia irregular" na cidade:

> A movimentação de uma milicia irregular, na madrugada de ante-hontem, de Goyania a esta capital, e a sua presença ostensiva e provocante nas galerias da Assembléa, com o intuito exclusivo de repetir, em Goyaz a historia da mudança da capital mineira, constituem tão grave desrespeito à grandeza do Poder Legislativo, que seria uma covardia calar, nesta hora, uma repulsa franca, que é, antes e acima de tudo, a repulsa do proprio povo, tão duramente offendido nos seus brios e trabalhado já por tanto soffrimento. Pretenderam os dominadores de Goyaz, com esta milicia, tumultuar os trabalhos da Assembléa, para crear o caso da remoção da séde do Legislativo, de que fala o art. 18, inciso 16, da Constituição. E nós, que tantas vezes temos arriscado a vida nesse plenario, enfrentando as hostes policiaes e estes mesmos agrupamentos illicitos, não quizemos dar ensejo a esta manobra política, nem consentir a repetição da história mineira. O povo da cidade de Goyaz, ordeiro e pacato, e

[1311] BERTRAN, Paulo. *Op. Cit.*, 2006, p. 66.
[1312] BERTRAN, Paulo; FAQUINI, Rui. *Cidade de Goiás, Patrimônio da Humanidade.* Brasília e São Paulo: Ed. Verano e Takano, 2002, p. 158.
[1313] Atualmente sob a guarda da AGEPEL, órgão da estrutura administrativa do governo de Goiás.
[1314] Cópias das atas da 69ª e 70ª reuniões ordinárias da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, na segunda sessão da primeira legislatura. Datilografada. Documentos avulsos de arquivos pessoais: Pedro Ludovico Teixeira e Venerando de Freitas Borges. Agepel, 2002, p. 2080 e segs. CD-ROM.
[1315] A Assembleia, na presença de treze deputados, votou ainda uma moção contra o presidente Hermógenes Coelho para destituí-lo da chefia do Legislativo, sob a alegação de não mais possuir a confiança da maioria, desde seu rompimento com o situacionismo.

> que na propria expressão do "Correio Official", detem a primazia da cultura do Estado, nem uma só vez realizou qualquer manifestação de hostilidade à obra mudancista. Pelo contrário, vem assistindo à derrocada de sua cidade, com estoicismo e abnegação, confiado unicamente no patriotismo de seus representantes e no cumprimento do dispositivo constitucional, que lhe manda assegurar todas as condições imprescindiveis de vitalidade e progresso. Seria, portanto, um crime consentir que, em seu nome, os interesses pessoaes movimentassem um tumulto na Assembléa, capaz de justificar mais uma violencia. Por isso não comparecemos às ultimas reuniões.[1316]

Em decorrência da falta de respostas a muitas indagações nas fontes mencionadas, coube então a consulta à literatura mudancista. No livro *Como Nasceu Goiânia*, "principal matriz interpretativa"[1317] sobre a construção de Goiânia, repise-se, a escritora Ofélia Monteiro, após o rompimento político de agosto de 1936, refere-se ao projeto de lei apenas duas vezes.[1318] Já foram consignadas no anterior subcapítulo as quatro menções precedentes à crise política.

Eis a primeira referência: de acordo com Ofélia Monteiro, em 27 de agosto de 1936, realizou-se uma "reunião secreta" no Grande Hotel de Goiânia entre o governador e alguns situacionistas com o objetivo de "combinar os meios para a rapida votação, na Assembléa, da lei da mudança, ficando assentada a ida para Goiaz, na manhã seguinte dos membros da maioria na Camara Estadual e dos dois representantes do Estado no Congresso Nacional."[1319]

Como a obra organiza-se em torno do eixo maniqueísta mudancistas *versus* antimudancistas – os primeiros representando o bem e os últimos o mal[1320] –, e envolta na mitologia política da conspiração, essa passagem da "reunião secreta" consagra as lições de Girardet:

> O tema da própria conspiração não é necessariamente acompanhado de exclusivas conotações negativas: a imagem do complô demoníaco tem como contrapartida a da santa conjuração. Se existe uma sombra ameaçadora, existe também uma sombra tutelar, e os Filhos da Luz escolhem frequentemente a noite para travar seu combate. Só o complô parece frustar o complô. O segredo, a máscara, o juramento iniciático, a comunidade de cúmplices, a maquinação oculta, em suma, tudo o que é denunciado e temido no outro reveste-se de repente, voltado contra este, de um sombrio e todo-poderoso atrativo...[1321]

Agora a segunda referência: na sequência, Ofélia assinala que os dissidentes propuseram ao senador Nero Macedo um acordo tendo como ponto principal "a renúncia de Pedro Ludovico em troca da lei da mudança definitiva." De sua própria lavra, esta foi a segunda e última remissão da escritora ao projeto de lei nº 1, após a eclosão da crise política.

[1316] Cf. *Correio Paulistano*, São Paulo, 16 de outubro de 1936.
[1317] ARRAIS, Cristiano Pereira Alencar. *Op. Cit.*, 2008, p. 92.
[1318] Considerando a narrativa da própria escritora, sem contar as citações.
[1319] MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Op. Cit.*, p. 585.
[1320] OLIVEIRA, Eliézer Cardoso. *Op. Cit.*, 2004, p. 141.
[1321] GIRARDET, Raoul. *Op. Cit.*, p. 16.

As referências posteriores encontradas no livro *Como Nasceu Goiânia* emanam de duas matérias jornalísticas publicadas em periódicos cariocas. A primeira delas, oriunda de um telegrama originário de Goiânia, noticia que, após o reinício dos trabalhos legislativos em 31 de agosto,[1322] a Assembleia aprovara, em primeiro turno, o projeto de lei da mudança:

> Goiânia, 1 (Havas) – A Assembléa Legislativa voltou a funcionar ontem, após varios dias de interrupção dos trabalhos. Foi aprovada em primeira discussão, depois de acalorados debates, o projeto da mudança da capital para esta cidade, por doze votos contra dez. A questão deverá ser resolvida em alguns dias.[1323]

A segunda reportagem transcrita na obra informa que os deputados da maioria desejavam votar o "substitutivo":

> Leopoldo de Bulhões, 2 (União) Noticias procedentes da velha capital do Estado informam que elementos contrarios á mudança definitiva da séde do governo para Goiânia, procuram dificultar o funcionamento da Assembléa Legislativa, afim de evitar que os deputados, em maioría, solidarios com o governador Pedro Ludovico, votem o substitutivo que determina a mudança.[1324]

Em idêntico sentido, o telegrama de Albatênio Godói, sucessor de Joaquim da Cunha Bastos na Prefeitura de Goiás,[1325] endereçado ao governador, em que comunica a aprovação do "substitutivo" da mudança. Veja que já se menciona a aprovação "em segunda discussão":

> Aprovado em segunda discussão o projéto da Mudança da Capital
> Goiaz, 31 – Dr. Pedro Ludovico Goiânia
> A Assembléa, por doze votos contra dez, acaba de aprovar o substitutivo da mudança, após renhido debate. A sessão continua. Companheiros firmes, estando a Casa repleta. Cords. Sds. (a) Albatenio Godoy[1326]

Com efeito, convém acrescentar que a mensagem telegráfica de Albatênio Godói recebeu formal e pronto desmentido do deputado Jacy de Assis, não quanto à sua aprovação propriamente dita, mas no tocante ao placar da votação – 20 votos favoráveis à lei da mudança contra apenas 03 desfavoráveis:

[1322] Cf. telegrama de Nero Macedo e Claro Godói ao presidente da República *Apud* MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Op. Cit.*, p. 595.

[1323] *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 02 de setembro de 1936 *Apud* MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Op. Cit.*, p. 593.

[1324] *A Nação*, Rio de Janeiro, 03 de setembro de 1936, *Apud* MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Op. Cit.*, p. 594.

[1325] Joaquim da Cunha Bastos acompanhou a dissidência dos três deputados estaduais (João Coutinho, Hermógenes Coelho e Luiz da Cunha Bastos), renunciando ao cargo de prefeito municipal de Goiás em agosto de 1936.

[1326] Cf. *Burity*, Burity Alegre, 06 de setembro de 1936.

> B. Alegre – Goyaz 13 – Telegrama Dr. Albatenio Godoy sobre projecto mudança capital não exprime verdade. Projecto foi aprovado primeira discussão vinte votos contra três. 2ª recebeu emendas ambas bancadas estando comisões. Fineza publicar, Jacy Assis[1327]

Nesse contexto, a controvérsia surge no instante em que a literatura mudancista nada mais esclarece sobre o desfecho do projeto de lei nº 1. Na realidade o leitor é pego de surpresa quando, de uma hora para outra, sem maiores explicações, Ofélia Monteiro assevera: "Estando os predios das repartições federais prestes a se concluirem, resolveu o dr. Pedro Ludovico baixar o decreto determinando a mudança definitiva, que damos abaixo, e que foi publicado no 'Correio Official' de 25 de março".[1328]

De pronto, emerge a indagação: qual o destino do projeto de lei mudancista na Assembleia de Goiás? Por que o governador "resolveu", de repente, "baixar" um decreto e abandonar a aprovação da lei? Por que ele não editou esse decreto antes?

A autora do *Como Nasceu Goiânia* nem tenta esboçar uma explicação para a notória lacuna, até porque esta tarefa lhe acarretaria inúmeros percalços, a começar pelo choque fatal com asserções anteriormente escritas.[1329]

Quem ensaia um esclarecimento para a atitude do governador é Gerson de Castro Costa, também integrante da literatura mudancista:

> O Governador queria que a Assembléia votasse uma lei especial transferindo a sede do govêrno estadual para Goiânia, a fim de que aquêle ato definitivo, partido dêle tão sómente, não fosse interpretado como uma *violência*, como desenxabidamente insinuavam elementos anti-mudancistas. Mas um simples decreto executivo resolveria o caso, que tanto cuspo e verbosidade roubava aos deputados. Efetivamente, a própria Constituição, que marcou o prazo máximo de dois anos, não dispôs, por outro lado, que a capital do Estado seria a cidade em construção no então município de Campinas? Por ventura, dispunha que a transferência exigiria uma lei ao invés de um decreto? Não! Aí estava pois o remédio. Faltava apenas aplicá-lo a tempo.[1330]

A explicação de Costa é manifestamente contraditória. Inicialmente, assevera que "o governador queria que a Assembleia votasse uma lei especial transferindo a sede do governo estadual" para que o ato não fosse interpretado como uma "violência". Ato contínuo, todavia, o mesmo autor, incoerentemente, lembra que "um simples decreto executivo resolveria o caso."

[1327] Cf. *Burity*, Burity Alegre, 27 de setembro de 1936.
[1328] MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Op. Cit.*, 606.
[1329] Como a autora sempre descreveu o governador como um verdadeiro obstinado pela aprovação do projeto mudancista na Assembleia e, em sentido diametralmente oposto, sempre retratou os deputados dissidentes como adversários ferrenhos da citada aprovação, justificar a abrupta e intempestiva discordância do governador representaria realmente tarefa para poucos.
[1330] COSTA, Gerson Castro. *Goiânia*, *a metrópole do Oeste*. Goiânia: Prefeitura Municipal, 1985, p. 66.

Destarte, a conclusão que se impõe é que o decreto de fato foi interpretado como uma "violência" pela oposição, o que por certo enfraqueceu a legitimidade da nova cidade.

Nas entrelinhas do parágrafo extratado, infere-se, outrossim, que o governador desistiu da aprovação do projeto de lei no poder Legislativo. Gerson de Castro Costa não esclarece o motivo. Somente ressalta a desnecessidade de lei.

Anteriormente, contudo, o autor ressaltara que o "Governador tinha a preocupação de conseguir, por intermédio da maioria dos deputados que o apoiavam, a decretação de uma lei especial da Assembléia autorizando a transferência da sede da capital, em caráter definitivo."[1331]

O memorialista Gerson de Castro Costa lançou duas perguntas, ambas derivadas da redação do art. 5º das disposições transitórias da Constituição Estadual de 1935: a) "a própria Constituição, que marcou o prazo máximo de dois anos, não dispôs, por outro lado, que a capital do Estado seria a cidade em construção no então município de Campinas?"; b) "por ventura, dispunha que a transferência exigiria uma lei ao invés de um decreto?".

Do silêncio é possível deduzir-se premissas. Por isso, o mais relevante para a presente análise não são propriamente as perguntas feitas, mas sim as indagações não formuladas. É óbvio que Castro Costa tangenciou o conteúdo inserto no § 3º do referido artigo constitucional, caso contrário emergiria ainda a seguinte dúvida: a Carta Magna ordenava que o governo salvaguardasse os interesses econômicos da Cidade de Goiás?

O não-dito reforça a interpretação de que, neste ponto, repousa a maior tensão entre os protagonistas da cena política mudancista de Goiás. Eis o campo de atrito mais saliente na regulamentação do dispositivo constitucional.

Até o presente momento, a narrativa tem se baseado no relato da literatura mudancista. A despeito de encontrar-se soterrada sob escombros do autoritário período do "estado de guerra" e de seu sucessor, o Estado Novo, a memória silenciada da minoria ainda existe, embora apenas parcialmente.

O garroteamento da liberdade de imprensa em Goiás durante os 15 anos do primeiro consulado ludoviquista foi a regra, permeado, é verdade, por um pequeno intervalo de relutante tolerância democrática com os veículos de comunicação de feição oposicionista ou mesmo independente.

Então, a maneira encontrada para o resgate da versão esquecida da minoria foi a pesquisa em jornais de outras unidades federativas, particularmente do Rio de Janeiro, São Paulo e

[1331] COSTA, Gerson Castro. *Op. Cit.*, p. 61.

Minas Gerais. Nessa busca hercúlea, o êxito alcançado foi relativo.

Perlustrando as fontes localizadas, nota-se que a repetida cantilena da memória hegemônica goiana de que a aprovação da lei da mudança na Assembleia sofreu radical oposição da minoria, merece no mínimo ser melhor analisada, porquanto não apresenta sua integral confirmação ao ser confrontada com as reportagens jornalísticas.

Os termos ditados pelos deputados estaduais da Coligação Libertadora, Jacy de Assis e José da Costa Paranhos, na comunicação telegráfica abaixo, sinalizam que o projeto de lei da mudança recebeu o apoio de 20 parlamentares, consoante matéria estampada no *Correio Paulistano,*[1332] um dos maiores veículos de comunicação do Brasil nos anos de 1930:

> A oposição goiana dá esclarecimentos
> Dos srs. Jaci de Assis e Costa Paranhos, ilustrados deputados estaduais de Goiaz, pertencentes à oposição, recebemos, hoje, o seguinte telegrama:
> "GOIAZ, 7 – O projeto de mudança da capital foi aprovado, em primeira discussão, por 20 votos. Em segunda discussão, recebeu varias emendas nossas e de deputados situacionistas, estando atualmente em poder das comissões. Contestamos, pois, as explorações feitas pelo governo de que estamos votando contra a mudança da capital. A emenda apresentada pelo deputado Irani Ferreira modificou a formula da mudança, mostrando que a razão estava conosco, quando combatiamos a precipitação do governo. Pedimos dar publicidade a esta contestação. (aa) Jaci de Assis, Costa Paranhos".[1333]

O mesmo telegrama foi publicado na imprensa do Triângulo Mineiro.[1334] Ademais, em entrevista concedida ao periódico carioca *O Radical*, Jacy de Assis confirma o teor da mensagem anterior: "O projeto de mudança da capital foi approvado, em primeira discussão, por vinte votos. Em segunda discussão, recebeu várias emendas nossas e de deputados governistas, estando actualmente nas comissões."[1335]

As reportagens estampadas nas páginas do *Estado de Minas,*[1336] de Belo Horizonte, e do *Correio Paulistano* apresentam maior riqueza de detalhes:

> Na impossibilidade de obter uma solução para o caso [dissidência no PSR], o governo procura explicar a luta politica do Estado, como criada pela mudança da Capital para Goyania, cidade que vem sendo construida atabalhoadamente, e sem mesmo orçamento previo dos edificios. Mas isto não é verdade. O projeto de transferencia da Capital entrou em primeira discussão na sessão de quinta-feira ultima, sendo aprovado apenas contra tres votos, dos deputados Alfredo Nasser, Agenor de Castro e Cunha Bastos, que o reputaram inconstitucional. Submetido à segunda discussão, no dia seguinte, recebeu innumeras emendas das duas bancadas. O deputado governista sr. Irany Ferreira apresentou uma emenda subscrita por todos os seus companheiros, marcando a mudança para trinta dias

[1332] Órgão do Partido Republicano Paulista (PRP). In: *Correio Paulistano*, São Paulo, 1º de novembro de 1918.
[1333] Cf. *Correio Paulistano*, São Paulo, 08 de setembro de 1936.
[1334] Cf. *O Triangulo*, Araguary, 13 de setembro de 1936.
[1335] Cf. *O Radical*, Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1936.
[1336] Cf. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 24 de setembro de 1936.

> depois de estarem concluidos todos os predios federaes de accordo com a lei que dôou apolices da União ao Estado. Esta emenda veio mostrar que exactamente o governo reconheceu a procedência dos argumentos da opposição, combatendo os processos descontrolados de uma mudança immediata, nociva ao estado, pois em Goyania não há predios para installações de repartições e nem para residencias dos funccionariaos.[1337]

Ressai do texto a confirmação da aprovação do projeto de lei, em primeiro turno, contra três votos, bem como a formal impugnação à propalada versão oficial de que o rompimento da dissidência ocorreu pela objeção à transferência da capital. Ainda, segundo a imprensa paulistana, uma emenda da maioria prorrogava a efetivação da transladação dos poderes para 1937, alinhando-se, assim, com os preceitos da lei federal nº 181/36.

Conforme transcrito acima, Jacy de Assis impugnou a mensagem telegráfica do então prefeito de Goiás, Albatênio Godói. O telegrama do deputado certamente foi divulgado pelo prestígio que ele desfrutava no município sulista de Buriti Alegre, onde residia, bem como em razão de o periódico colaborar com o governo estadual, o que, consequentemente, flexibilizava a pressão imposta pela censura.

O senador Nero Macedo, em virtude da crise política em Goiás, interrompeu suas atividades no Rio de Janeiro e rumou para o estado mediterrâneo, regressando à capital federal dias depois. Passando, na volta, por Uberaba, concedeu "momentosa entrevista" ao *Lavoura e Comercio*, aduzindo: "Com referencia ao projeto de mudança da capital da antiga Vila Boa para Goiania, posso informar que o dito projeto continua o seu turno regimental."[1338]

O senador pesserrista ratificou as informações prestadas por Jacy de Assis e mais: em nenhum momento frisou eventual procrastinação do projeto de lei na Assembleia. Vale lembrar que Macedo, em sua curta estadia no estado, não permaneceu apenas em Goiânia, indo também à Cidade de Goiás, o que lhe deu amplo conhecimento do ambiente político-institucional reinante.

Apenas mais uma referência foi obtida acerca do paradeiro do projeto de lei. Trata-se do editorial da edição de 06 de junho de 1937 do jornal *A Razão* intitulado "O municipio de Goiaz". Esclarecem os diretores Joaquim Carvalho Ferreira e Ignácio Xavier da Silva que faltaria somente a deliberação da Comissão de Saúde Pública da Assembleia Legislativa para que o dito projeto voltasse ao plenário do parlamento:

> Com a transferencia definitiva da séde do Governo do Estado para a sua nova Capital, ocorrida recentemente, seria de se esperar que se tornasse efetiva a disposição do paragrafo 3º do art. 5º, de nossa Constituição que preceitúa: "O Governo empregará medidas consentaneas que salvaguardem os interesses economicos da cidade de Goiaz". Existe um

[1337] Cf. *Correio Paulistano*, São Paulo, 20 de setembro de 1936.
[1338] Cf. *Lavoura e Comercio*, Uberaba, 12 de setembro de 1936.

> projéto de lei – o de numero um de julho de 1935 – ao qual foi apresentado um substitutivo, pelo deputado Guilherme Xavier de Almeida, contendo disposições necessárias à observancia daquele preceito constitucional e cuja solução depende da Comissão de Saude Publica, onde deve estar sendo minuciosamente estudado pelo respectivo relator, desde setembro do ano passado. E por não compreendermos tão prolongada demora, que acarreta, como é de ver, os embaraços à vida do municipio de Goiaz acautelada pela Constituição, é que desejamos lembrar a oportunidade daquela solução. Tanto o projéto como o substitutivo em téla, comportam medidas assaz beneficas ao populoso municipio de Goiaz e à cidade que foi a Capital do Estado durante mais de duzentos anos e onde sacrificio de inumeras gerações logrou estabelecer um patrimonio que existe a assistencia reconhecida pela lei. […] A demora no encaminhamento do projéto e seu substitutivo à deliberação da Assembleia não se justifica. Esperamos que até dia 15 de julho, antes, portanto, do encerramento dos trabalhos da presente legislatura, a questão possa ser solucionada, mesmo que tenhamos necessidade de voltarmos ao assunto. Assinado por quase todos os deputados, aquele projéto já tem o parecer de todas as comissões e, mesmo assim, ainda não foi resolvido.[1339]

O editorial representa uma fonte valiosa. Expressa indubitavelmente o pensamento do periódico vilaboense, que sob a direção dos diretores nominados, deu voz à reivindicação do mudancismo condicionado, acrescentando:

> A permanencia em Goiaz do Jardim da Infancia, Grupo Escolar, Escolas noturnas existentes, Escola Complementar e Normal e do Liceu de Goiaz, é tratado no projéto e seu substitutivo, que cuida da creação de outros Grupos Escolares, auxilio para instalação de aguas e exgotos à cidade, equiparação ao auxilio do Hospital de Caridade e concedido ao Azilo de S. Vicente, isenção de impostos, transferencia de rendas estaduais ao Municipio, além de outros relevantes beneficios.

Ao se contextualizar a opinião emitida, releva sublinhar ser ela posterior ao decreto nº 1.816 de 23 de março de 1937, que, como é sabido, nenhum benefício concedeu à Cidade de Goiás, desprezando solenemente o § 3º do art. 5º das disposições transitórias da Carta Magna de 1935. Assim, o editorial apresenta um claro viés de cobrança vilaboense ao governador.

É conveniente salientar ainda que a diferenciação entre o projeto de lei nº 1 e o seu substitutivo aparece bem definida no texto jornalístico em três oportunidades distintas, o que faz presumir a existência de uma dicotomia entre os dois pontos de vista. Por isso, quiçá, esse tópico seja um dos elementos necessários para a elucidação do enigma das versões divergentes entre as bancadas da maioria e minoria, na medida em que indica a possibilidade de uma compatibilização coerente.

Por fim, cumpre pontificar várias vezes: o projeto de lei nº 1 jamais foi aprovado, conforme chegou a asseverar o senador Pedro Ludovico Teixeira. Após o levantamento da produção legislativa no tempo em que a Assembleia esteve em atividade durante a Segunda República (1935

[1339] Cf. *A Razão*, Goiaz, 06 de junho de 1937.

a 1937), verifica-se que a lei da mudança nunca mereceu a anuência do Legislativo. A última lei aprovada em 1936 foi a de nº 100, não constando entre elas a da transferência da capital.[1340] Da mesma forma, na sessão de 1937.

Esta é a mais valiosa e segura conclusão que se extrai do confuso período legislativo de 15 de agosto a 30 de setembro de 1936, considerando a ausência de divulgação do *Diario do Poder Legislativo* e o desaparecimento das atas originais da Assembleia de Goiás.

V.3. Entre o decreto e a lei

Eis o modo pelo qual a autora do *Como Nasceu Goiânia* refere-se ao projeto de lei da mudança: "Desses absurdos pedidos de sugestão [aos desembargadores, Tribunal Regional Eleitoral e prefeito de Goiás], nasce o pitoresco."[1341]

O "pitoresco", no caso, é justamente o projeto de lei nº 1, que, na sequência, é transcrito na íntegra. O emprego do vocábulo "pitoresco", por óbvio, expressa um significado pejorativo e de indisfarçável malquerença.

O tratamento dispensado chama a atenção por que Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro, entusiasta partidária da transferência, ao reproduzir justamente o ato legal que mudaria definitivamente a capital de Goiás, tece-lhe uma consideração muito pouco lisonjeira, destoando de seu estilo grandiloquente.

A despeito da surpresa inicial com a adjetivação empregada, parece que a opinião da escritora apenas refletia o pensamento dominante em Goiânia. No livro *Nos tempos de Frei Germano*, Jaime Câmara anuncia que a apresentação do projeto de lei "causa verdadeira celeuma em Goiânia".[1342] Mais à frente, esclarece:

> Visava o sr. Hermógenes Coelho, no melhor dos intuitos, criar ambiente favorável na Assembléia para aprovação das leis de interesse do governo pela bancada da oposição e melhorar a situação política do Partido na Capital. O seu ato foi interpretado, entretanto, como um meio de retardar a mudança da Capital ou prejudicá-la, e elementos, que lhe faziam restrições, envenenaram o espírito do sr. Pedro Ludovico, que se encontrava repousando em sua fazenda no município de Rio Verde. Tais elementos chamam-no, com toda urgência, a Goiânia, e preparam-lhe uma manifestação, que foi a maior, até aquela data, prestada a um homem público em Goiás.[1343]

Nessa mesma direção, a entrevista concedida por Jaime Câmara assinala que os

[1340] Cf. *Legislação Goiana*. Goiaz, ano I, dezembro de 1936, nº 6, p. 152-154.
[1341] MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Op. Cit.*, p. 562.
[1342] CÂMARA, Jaime. *Op. Cit.*, 1979, p. 257.
[1343] CÃMARA, Jaime. *Op. Cit*., 1979, p. 259.

moradores da nova capital interpretaram o conteúdo do projeto de lei como "sabotagem" à construção de Goiânia: "Ele [Pedro Ludovico] assumiu ostensivamente em Campinas, em praça pública, depois de violentos discursos seu e de seus auxiliares, contra Hermógenes e o projeto que eles tachavam de sabotagem à construção de Goiânia."[1344]

A interpretação de que o projeto de lei nº 1 seria uma "sabotagem" à nova capital coaduna-se tanto com o adjetivo "pitoresco" de Ofélia Sócrates quanto com o silêncio do *Correio Official* sobre a proposição legislativa. Ademais, conforma-se ainda com outro comentário exarado por Jaime Câmara:

> O deputado Xavier de Almeida, segundo se disse por inspiração do governador Hermógenes Coelho, apresenta um projeto criando condições para a mudança do Tribunal. Foi este projeto, no nosso ponto de vista, a semente que gerou o rompimento de Hermógenes com Ludovico. Não concordando com o mesmo, como se verifica mais à frente, Pedro Ludovico reassume o governo e manda apresentar um substitutivo tirando todas as vantagens que o projeto oferecia aos desembargadores.[1345]

As três contribuições de Jaime Câmara acima mencionadas, todas elas de inegável valor para o presente estudo, reforçam a indispensabilidade da análise do projeto de lei nº 1, visto ser ele a "semente", no dizer meditado do memorialista, que gerou o rompimento entre o governador e o presidente da Assembleia e, por consequência, acarretou uma séria crise política em Goiás.[1346]

Aflui do último trecho transcrito da obra *Os tempos da mudança* a relevante asserção de que Pedro Ludovico discordou do conteúdo da proposição legislativa mudancista: "Não concordando com o mesmo [projeto de lei nº 1], como se verifica mais à frente, Pedro Ludovico reassume o governo."

Desde logo, é oportuno registrar que Ludovico manifestou sua opinião sobre o citado livro, aduzindo ser ele "o melhor cabedal até agora aparecido para a história do nosso Estado, relativa à construção de Goiânia"[1347] e acrescentou: "há noventa por cento de verdade nas suas afirmações e nos seus comentários."[1348] Incontinenti, o então senador formulou uma série de reparos ao trabalho, nada opondo, no entanto, ao parágrafo em comento, o que faz presumir, pois, tacitamente, sua concordância ao conteúdo.

[1344] Cf. *Jornal Opção*, Goiânia, 28 de maio a 03 de junho de 1978, p. 13.
[1345] CÂMARA, Jaime. *Op. Cit.*, 1967, p. 202.
[1346] Esta crise política será devidamente analisada em outro estudo.
[1347] É interessante notar, portanto, que mesmo para Pedro Ludovico o livro de Jaime Câmara superou o de Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro.
[1348] TEIXEIRA, Pedro Ludovico. Pedro Ludovico pronuncia-se sôbre Os Tempos da Mudança. *O Popular*, Goiânia, 08 de fevereiro de 1968.

Seguindo as lições de Câmara, dois fatos comprovariam a discordância de Pedro Ludovico quanto à apresentação do projeto de lei nº 1. Ambos valorizam a dinâmica dos conflitos políticos visíveis. O primeiro refere-se à suspensão do restante da licença de quatro meses concedida pelo Legislativo, acarretando sua reassunção ao cargo de governador. O segundo diz respeito à determinação enviada ao líder da maioria, Guilherme Xavier de Almeida, para que apresentasse um substitutivo ao projeto de lei, retirando todos os privilégios conferidos aos desembargadores.

Além dos dois tópicos elencados por Jaime Câmara, urge acrescentar ainda a existência de duas outras evidências, ambas subliminares, que denotam a contrariedade de Pedro Ludovico com o projeto de lei nº 1, a saber: a) discordância em relação à dimensão das salvaguardas concedidas ao município de Goiás; e b) oposição à forma utilizada para a regulamentação do art. 5º das disposições transitórias da Constituição de 1935, ou seja, preferência por decreto à lei.

V.3.1. O gesto de reassumir

Examinando o primeiro dos quatro pontos ventilados, isto é, a reassunção, calha inicialmente trazer à baila a redação do artigo único da lei estadual nº 44, de 28 de novembro de 1935: "É concedida uma licença de quatro mêses ao Governador do Estado, dr. Pedro Ludovico Teixeira, que a poderá gozar quando e onde lhe convier, seguida ou fracionadamente."[1349]

Como Ludovico se afastou do governo em 12 de maio de 1936, a previsão era, portanto, que ele retornasse apenas em setembro. Em virtude da inexistência do cargo de vice-governador, assumiu a governadoria, já em Goiânia,[1350] o presidente da Assembleia Legislativa, Hermógenes Coelho, que recebeu na oportunidade os cumprimentos do *Correio Official* pelo seu "franco e decidido apoio" à mudança da capital:

> Menos brilhante não foi a sua atuação na presidencia da Assembléa Legislativa, onde tambem sempre manteve aquela atitude digna que o caracteriza, o que lhe valeu a reeleição por unanimidade. Ao assumir o Governo é com muita simpatia e admiração que os goianos aqui o recebem, por verem no deputado Hermogenes Coelho, além do cavalheirismo que lhe é peculiar, o desejo de tudo fazer, ao seu alcance, pelo nosso querido Estado, um continuador, portanto, da gigantesca idéa do dr. Pedro Ludovico, na maior realização de todos os tempos no grande Estado mediterraneo – a Mudança da Capital. *Tendo emprestado*

[1349] GOIÁS. *Coleção das leis relativas á 1ª sessão da 1ª legislatura da Assembléa Constituinte do Estado de Goiaz, inclusive a lei orçamentaria para 1936*. Cidade de Goiaz: Oficinas Graficas da Imprensa Oficial, seção do Departamento de Estatistica e Publicidade do Estado de Goiaz, [19__], v. I, p. 63-64.

[1350] Hermógenes Coelho foi o segundo governador a assumir o cargo de governador na nova capital.

> *o seu franco e decidido apoio a esta medida*, no seio da Camara, tornou-se o digno Presidente da Assembléa Goiana credor da gratidão dos goianos, como os demais deputados que, patrioticamente o fizeram. [destaque nosso][1351]

A elevação de Hermógenes Coelho à governadoria demonstra a confiança de Pedro Ludovico em seu substituto legal e correligionário político. Ao analisar a individualidade do presidente do parlamento, Jaime Câmara salienta que os dois expoentes do PSR eram amigos desde a infância: "[Hermógenes] Ponderado nas suas atitudes e leal ao sr. Pedro Ludovico de quem era parente e amigo desde a infância, gozava, por isso, da sua confiança a ponto de vir se reelegendo presidente da Assembleia Legislativa desde que o país havia se constitucionalizado, em 1934."[1352]

O memorialista frisa ainda que eles eram parentes. A fim de desvendar o enigma dos meandros genealógicos das famílias de Vila Boa, cidade "onde todos se conhecem e muitos são aparentados entre si",[1353] convém resgatar a lembrança de uma pessoa pouco citada na bibliografia existente, apesar do nome: Pedro Ludovico Coelho. Isso mesmo: Coelho. Não Teixeira. Pedro Ludovico Coelho resta totalmente esquecido pela memória de Goiás; de outro lado, Pedro Ludovico Teixeira é cultuado desmedidamente, segundo a acurada observação de Noé Freire Sandes.[1354]

Pedro Ludovico Coelho foi tesoureiro da Prefeitura Municipal de Goiás[1355] na década de 1930 e tornou-se vereador no município de Goiás em 1947 pela UDN.[1356] Era filho de Antônia Ludovico Coelho, tia de Pedro Ludovico Teixeira. Este, ao escrever suas memórias, menciona que a tia lhe ajudara: "Em Goiás, não existia nenhum estabelecimento de ensino superior. Seria forçado a ir para o Rio ou São Paulo. Mas ir como? Não tinha condições financeiras para fazê-lo. […] A minha tia Antônia Ludovico Coelho auxiliou-me com 400 mil réis, para empreender a viagem."[1357]

Na mesma obra, Teixeira cita um primo com o mesmo sobrenome de Antônia Ludovico Coelho: "Terminada a festa, segui para Rio Verde, acompanhado do meu primo Sebastião Ludovico Coelho."[1358] No entanto, não há qualquer menção ao xará Pedro Ludovico Coelho.[1359]

No usufruto de sua licença, Teixeira viaja para o Rio de Janeiro em maio, retornando no fim do mês de junho ao estado. Nessa ocasião, uma caravana composta por Benjamim Vieira,

---

[1351] Cf. *Correio Official*, Goiânia, 12 de maio de 1936.
[1352] CÂMARA, Jaime. *Op. Cit.*, 1973, p. 256.
[1353] FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. *Op. Cit.*, 2009, v. I, p. 455.
[1354] SANDES, Noé Freire. Memória e história de Goiás. In: SANDES, Noé Freire (Org.). *Memória e região*. Brasília: Ministério da Integração Nacional/UFG, 2002, p. 26.
[1355] Ver balancete da receita e despesa da Prefeitura Municipal da Capital de Goiás referente ao mês de julho. In: *A Razão*, Goiaz, 20 de setembro de 1936.
[1356] Cf. *Cidade de Goiás*, Goiás, 02 de novembro de 1947.
[1357] TEIXEIRA, Pedro Ludovico. *Op. Cit.* p. 12-13.
[1358] TEIXEIRA, Pedro Ludovico. *Op. Cit.* p. 23.
[1359] Provavelmente em razão de Pedro Ludovico Coelho ter se posicionado favoravelmente ao primo Hermógenes Coelho no momento do rompimento político de 1936.

Hermógenes Coelho, Oscar Campos, Coimbra Bueno e Jorge Jardim se desloca até Santa Rita do Paranaíba para recepcionar o governador. Divulgando o evento, o órgão de publicidade oficial afirma que Teixeira se dirigiu para Rio Verde, "aonde permanecerá um mês de merecido descanso, em continuação da licença que lhe foi concedida pela Assembléa Estadual."[1360]

Ocorre que Pedro Ludovico, ao receber informações telegráficas sobre a apresentação do projeto de lei mudancista e a retirada da bancada pesserrista da Assembleia na reunião do dia 07 de julho, resolve reassumir de pronto o governo. Na manifestação que lhe é organizada em Goiânia transparece dos discursos proferidos contrariedade com o presidente do Legislativo. O discurso de Aquino Calado reflete um pouco tal percepção:

> E, em nome do povo goiano, pedia ao inclito governador que não mais deixasse Goiânia, a obra monumental em sua ultima demão e para a qual todos os goianos, partidarios ou opositôres, tinham as vistas, ipnotisadamente voltadas. Não que desconhecesse a competencia dos seus auxiliares, mas porque sabía estes mesmos ficavam receiosos de com toda a exatidão prosseguir o cinzelamento da obra traçada. Apelava, assim, para que ele não mais se afastasse, porque Goiânia era ainda a criança que não podia prescindir da mão carinhosa do seu obreiro, unica capaz de, impressa que foi a forma, guiá-la nos primeiros passos e conduzi-la em sua rapida escalada e em sua ascenção.[1361]

Jaime Câmara esclarece que a interrupção representou ato de hostilidade pública a Coelho: "A atitude de Pedro Ludovico, reassumindo o Govêrno antes de decorrido o prazo de sua licença, e a apresentação do substitutivo ao projeto Xavier de Almeida, foram considerados atos de hostilidade pública a Hermógenes Coelho, que vinha sendo vítima de intrigas da equipe oficial."[1362]

Tais hostilidades contrapõem-se aparentemente às informações de que Hermógenes Coelho sucederia Pedro Ludovico no governo de Goiás. Entretanto, os dados demonstram coerência entre si, na medida em que os ataques são assacados posteriormente à apresentação do projeto de lei nº 1 e na realidade corroboram a extensão do aborrecimento ludoviquista com a proposição legislativa patrocinada pelo mudancismo condicionado.

Além de presidir o poder Legislativo e, consequentemente, ocupar a vice-governadoria,[1363] a mais visível confirmação de que Hermógenes sucederia Ludovico encontra-se na afirmação lançada por José Xavier de Almeida Júnior de que "todo mundo já sabe que elle [Hermógenes Coelho] iria substituir o Dr. Pedro Ludovico, assumindo o compromisso de indical-o para a representação federal."[1364] A expressão usada – "todo mundo já sabe" – propaga uma

[1360] Cf. *Correio Official*, Goiânia, 27 de junho de 1936.
[1361] Cf. *Correio Official*, Goiânia, 14 de julho de 1936.
[1362] CÂMARA, Jaime. *Op. Cit.*, 1967, p. 212.
[1363] Em regra, no jogo político-eleitoral, o vice-governador é o sucessor natural do governador.
[1364] ALMEIDA JÚNIOR, José Xavier de. A carta do sr. Hermogenes Coelho. *Voz do Sul*, Annapolis, 03 de janeiro de 1937.

sonoridade deveras vigorosa, ainda mais em se tratando de frase enunciada no bojo de uma polêmica envolvendo os personagens.

O mesmo José Xavier de Almeida Júnior salientara anteriormente que Pedro Ludovico, quando de viagem para o Rio de Janeiro, já manifestara intenção de passar definitivamente o governo a Hermógenes Coelho.[1365]

Mas não é só. As referências da imprensa ao presidente da Assembleia, notadamente após assumir o governo do estado, passam a ser grandiloquentes, consoante se infere do seguinte trecho do artigo assinado pelo jornalista José Lourenço Dias:[1366]

> O que se acha, porem, assentado, é a reeleição do deputado Hermogenes Coelho, para dirigir os trabalhos da Camara. Espirito bastante calmo e ponderado, s. excia. bem concretiza, e com admiravel precisão, aquella figura de Brutus, de Marco Antonio, no final de "Julio Cesar" de Shakespeare: *Sua vida foi pura e os elementos nelle de tal modo se combinavam, que a Natureza, poderia bradar: Era um homem!* [destaques do texto] Hermogenes Coelho sempre foi um coordenador, um pacifista. Avesso, elle se mostrou ser, às injuncções politicas, nas demarches das cousas da Camara, em cujo meio, soube conquistar, não sómente a confiança, mas, a amizade de seus pares, que o irão agora eleger novamente ao alto posto de Presidente da Camara, na certeza de que, com esse gesto de justiça, Hermogenes Coelho não interromperá, – quer na Camara ou mesmo substituindo o Governador do Estado – sua obra de coordenação de forças vivas do Estado, attitude que muito o tem dignificado, não só em todo Goyaz, senão fóra dos limites do Estado. A reeleição do deputado Hermogenes é um interesse geral e que deve mesmo impressionar o espirito collectivo dos parlamentares goyanos, no momento por que passamos, e no qual, cada elemento de valor social ou politico, deve deixar de pertencer a grupos partidarios, para se constituir um advogado dos interesses goyanos.[1367]

O *Correio Official* segue a mesma linha laudatória da folha anapolina, ao classificar Hermógenes como uma "figura das mais simpaticas no cenario politico de nossa terra", detentor de "grande prestigio", além de "excelente estadista".[1368] Ato contínuo, pondera ser ele "dotado de invejaveis qualidades morais e administrativas" e ter sido de grande proveito "para a administração estadual à sua atuação, durante o periodo de licença gozada pelo Governador Pedro Ludovico, que

---

[1365] ALMEIDA JÚNIOR, José Xavier de. A ambição de mandar. *Voz do Sul*, Annapolis, 20 de setembro de 1936.

[1366] Nesse mesmo sentido, matéria divulgada no jornal *Voz do Sul*: "Elemento reconhecidamente articulador e pacifico, homem de alto conceito social e politico de responsabilidade directamente ligado à direção do P.S.R. o deputado Hermogenes Coelho, no periodo da substituição accidental do titular effectivo do governo de seu Estado, será um continuador de confiança e que não alterará o rythmo da administração. Conhecedor profundo das necessidades palpitantes de Goyaz, bem como das injuncções politicas do meio, pacificador de choques, influente politico, Hermogenes Coelho é credor da sympathia dos goyanos, pela grande somma de serviços prestados ao Estado e ao Partido, que o elegeu à Camara Legislativa. Commerciante muito operoso e honesto, soube conquistar independencia pecuniaria dentro da louvavel modestia e seriedade que todos nós lhe reconhecemos. O governo de Goyaz sob o criterio e administração do deputado Hermogenes, constitue real garantia para todos os goyanos – gregos e troyanos – e nós lhe damos parabens extensivos a todos os seus jurisdiccionados e ao Estado de Goyaz." In: *Voz do Sul*, Annapolis, 17 de maio de 1936.

[1367] DIAS, José Lourenço. Camara Legislativa – A eleição de seu presidente. *Voz do Sul*, Annapolis, 28 de junho de 1936.

[1368] O "ilustre estadista" também aparece na edição em que comunica sua reeleição, novamente por unanimidade, para o Legislativo de Goiás. In: *Correio Official*, Goiânia, 07 de julho de 1936.

nele teve um admiravel continuador de sua obra."[1369]

De acordo com Mário Grynszpan, em 1936, a sucessão presidencial estava entre as principais pautas políticas: "Duas questões serão básicas no ano de 1936: a sucessão presidencial e a prisão e punição dos envolvidos no levante comunista de novembro de 1935. Em torno destas é que serão elaboradas as principais propostas políticas então encaminhadas."[1370]

Nem se faria necessário o debate sucessório presidencial para que o tema chegasse pujante às fronteiras de Goiás, porquanto o próprio Pedro Ludovico, no dia mesmo de sua posse como governador, fixara critérios para o futuro candidato ao posto.[1371]

A carta do advogado Ernani Cabral corrobora o debate suscitado nos bastidores políticos: "Em synthese, creio que o sr. tem o direito de fazer seu sucessor, visto estar empenhado em uma obra de real vulto e SEJA ELLE QUEM FÔR [destaque do texto] – deve merecer nosso apôio."[1372]

Por derradeiro, é importante ressaltar que ressai da documentação perquirida que a área de atrito nas hostes pesserristas vai gradativamente se avolumando após a apresentação do projeto de lei nº 1.

V.3.2. O veto aos desembargadores

No subcapítulo *I.6. A reorganização do Partido Republicano de Goiás em 1927* estão registradas as divergências ocorridas na segunda metade da década de 1920 entre os membros dos poderes Executivo e Judiciário de Goiás, inclusive sublinhada a edição da lei estadual nº 892, de 20 de julho de 1927, o que possibilitou ao governo a nomeação de quatro novos desembargadores, superando desse modo a crise institucional deflagrada.

No entanto, após a Revolução de 1930, um dos primeiros atos da nova ordem política em Goiás foi revogar a referida lei nº 892, patenteando assim a força e o protagonismo da magistratura nos anos em comento.

Com efeito, em agosto de 1935, é a vez de o governador Pedro Ludovico nomear

---

[1369] *Correio Official*, Goiânia, 14 de julho de 1936.

[1370] GRYNSZPAN, Mário. *Acordos e desacordos na política nacional*: as tentativas de conciliação no ano de 1936. FGV/CPDOC, 1983, p. 06.

[1371] Ver subcapítulo *IV.2. A posse do governador e a promessa de pacificação.*

[1372] Cf. carta do advogado Ernani Cabral ao governador Pedro Ludovico. Goiás, datada de 18 de abril de 1936. Datilografada. Documentos avulsos de arquivos pessoais: Pedro Ludovico Teixeira e Venerando de Freitas Borges. Agepel, 2002, p. 1690. CD-ROM.

desembargador[1373] à revelia da Corte de Apelação.[1374] Em função disso, Jaime Câmara batiza o capítulo em que aborda o assunto como "A história se repete".[1375]

Desta vez, contudo, o Judiciário, peremptoriamente, não aceita a indicação. Em sessão secreta, nega aplicação ao decreto de nomeação de Ignácio Bento de Loyola, por considerá-lo inconstitucional. A deliberação repercute na sociedade e a imprensa oposicionista busca explorar politicamente o caso, estampando a seguinte manchete: "Sério conflicto entre os poderes do Estado! A Côrte de Appellação declara inconstitucional o acto do Governo que augmentou o numero de seus juizes e adianta que a propria Assembléa não tem competencia para fazer esse augmento."[1376]

Tudo faz crer que o aludido pronunciamento judicial estremeceu a relação entre o governador e a Corte de Apelação.[1377] Nesse sentido, o depoimento prestado por Hélio Seixo de Brito informa que o chefe do Executivo "estava chocado com o Judiciário estadual" em 1936:[1378]

> Há na entrevista [de Pedro Ludovico ao jornal Cinco de Março] um tópico que merece reparo, a bem da verdade, da justiça e da história. Diz ele: "Contra a mudança da Capital se manifestaram veementemente os deputados Hermógenes Coelho, João Coutinho e Luis Bastos (romperam comigo)." Não. A mudança da Capital não foi o motivo do rompimento. O senhor Pedro Ludovico, pela sua conduta no governo e na política, estava chocado com o Poder Judiciário estadual e com parte da sua própria bancada na Assembléia Legislativa, o que era profundamento prejudicial ao Estado. A conciliação geral, então, era uma necessidade, para a harmonia dos três Poderes e os altos interesses estaduais. Como ele não estivesse disposto a uma aproximação entre todos: ao contrário, até se mostrasse irreconciliável mesmo, e viesse, influenciado por intrigas de companheiros falsos da própria situação, hostilizando o deputado Hermógenes Coelho, líder inconteste, resolveu convocar os deputados situacionistas para uma reunião em Goiânia a fim de saber quais apoiavam a sua orientação.[1379]

Portanto, é na conjuntura acima descrita que as vantagens estatuídas no projeto de lei nº 1 aos desembargadores são repelidas por Ludovico. Segundo Jaime Câmara "o governador irritou-se profundamente, já que entendia serem indevidos os favores abertos aos desembargadores, quando os demais pôderes não os tiveram."[1380]

De acordo ainda com Câmara, os privilégios insertos no ato legislativo não irritaram apenas o governador, como também os demais servidores públicos que já estavam residindo em

[1373] Foi nomeado desembargador o juiz corregedor Ignácio Bento de Loyola, editor no período pré-1930 do hebdomadário *Voz do Povo*.
[1374] Nome dado ao atual Tribunal de Justiça pela Constituição Federal de 1934.
[1375] CÂMARA, Jaime. *Op. Cit.*, 1967, p. 186.
[1376] Cf. *A Colligação*, Goyaz, [?] de agosto de 1935.
[1377] Em 04 de agosto, na solenidade de promulgação da Constituição, a Corte de Apelação não se faz representar, causando "esse gesto geral de estranheza", segundo a imprensa oposicionista. In: *A Colligação*, Goyaz, 08 de agosto de 1935.
[1378] O contexto da narrativa de Hélio Seixo de Brito remete ao mês de agosto de 1936.
[1379] BRITO, Hélio Seixo de. *Op. Cit.*
[1380] CÂMARA, Jaime. *Op. Cit.*, 1967, p. 205.

Goiânia sem o recebimento das benesses previstas aos desembargadores:

> Ora, o tribunal era radicalmente contra a mudança e afirmava que só se mudaria quando a nova capital oferecesse residências dignas para os desembargadores. Por sua vez, os auxiliares do Governo, que haviam se transferido para casas de madeira, com sacrifícios pessoais de toda espécie, reclamavam e apontavam a situação privilegiada dos desembargadores que, mesmo contra a mudança, recebiam regalias do governador Hermógenes, substituto de Pedro.[1381]

O relato de Pedro Ludovico sobre a sua "luta" com a Corte de Apelação auxilia na elucidação da questão:

> Há uma falha no seu livro [de Jaime Câmara], além de outras com relação à minha luta com o Tribunal de Justiça, que se opunha à finalização da mudança. Não foram todos os desembargadores que tomaram tal atitude. Foi uma minoria. O desembargador Jarbas Caiado, embora fôsse parente muito próximo dos que dominavam o Estado antes de 1.930, nunca vacilou no apoio que sempre me deu na construção de uma nova metrópole para a nossa unidade federativa, e também nunca houve o menor desentendimento entre o Senador Mario Caiado e quem realizou a mudança.[1382]

A seguir, serão analisadas as duas outras explicações para a oposição ludoviquista ao projeto de lei nº 1.

V.3.3. A dimensão da compensação ao município de Goiás[1383]

A principal matéria emanada do art. 5º das disposições transitórias da Constituição Estadual de 1935 a exigir regulamentação recaía justamente sobre seu § 3º, considerando sua redação genérica e indeterminada. Tal fato tanto é verdadeiro que a compensação vilaboense representava o grande tema do projeto de lei nº 1.

Malgrado o veto aos desembargadores, a tensão causada pelo conteúdo da proposição legislativa da mudança alcança nos melhoramentos projetados à antiga capital maior profundidade.

Segundo as várias fontes esquadrinhadas, a rejeição mais veemente do mudancismo incondicionado ao projeto de lei nº 1 centrava-se na dimensão das salvaguardas a serem auferidas pelo município de Goiás. Em verdade, o talhe sugerido ia muito além do idealizado pela citada corrente, que, relembre-se, considerava irrecuperável aquele bicentenário espaço urbano.

Aloja-se, nesse ponto, a mais intensa faixa de atrito entre os pesserristas do interior e

---

[1381] Cf. *Jornal Opção*, Goiânia, 28 de maio a 03 de junho de 1978, p. 13.
[1382] TEIXEIRA, Pedro Ludovico. *Op. Cit.,* 1968.
[1383] Para uma boa compreensão deste subcapítulo, faz-se imperiosa a leitura do capítulo sobre o mudancismo condicionado.

os da capital. É no ajuste ao amparo vilaboense que as contradições latentes entre o mudancismo condicionado e o mudancismo incondicionado se exteriorizam. Em relação a este aspecto, Palacin já registrou: "[Na sessão legislativa de 1936 da Assembleia] O ponto que polarizou, imediatamente, as divergências foi o que poderíamos chamar de 'indenização' a Goiás, isto é, a interpretação do alcance da cláusula constitucional."[1384]

Em artigo estampado na imprensa anapolina, em maio de 1936, sob o pseudônimo "goyano da gemma",[1385] são comentadas as ações que estavam sendo tomadas pelos vilaboenses no intuito de abrandarem os prejuízos decorrentes da mudança, frisando-se que todos aspiravam uma compensação "honesta".[1386] O adjetivo "honesta" empregado aponta um indicativo valioso para a compreensão integral da mentalidade de parte dos goianos do interior. O conteúdo do projeto de lei nº 1 não teria soado para eles como uma medida "desonesta", no sentido de excessiva?

O cardápio do projeto de lei nº 1, formatado pelo mudancismo condicionado, afigurou-se indigesto ao paladar do mudancismo incondicionado. Nessa esteira, o teor de um boletim supostamente divulgado por municípios do sul e publicado no *Correio Official* é emblemático, a começar do título "Pela igualdade dos municípios":

> Os municipios do sul lançam o seu protesto contra a concessão de privilegios a qualquer cidade, distribuindo o seguinte boletim: A urbs situada às margens do Rio Vermelho continúa a viver com mais intensidade ainda do que quando tonificada pelo metal do funcionalismo publico.[1387] Os habitantes daquela cidade, uma das mais cultas do Estado, volvem suas vistas neste instante para os magnos problemas da industria, da agricultura e da pecuaria, três ramos estes que em franco desenvolvimento poderão assegurar a qualquer cidade vida ativa, independente e de intenso progresso. Assim, os filhos de Goiaz se empenham no momento por soerguer com graus de melhoria a vida de sua cidade. Até aqui chegamos com admiração pelo povo digno daquela cidade. Agora, deter a marcha dos Estado, de sua nova e já extraordinaria capital, de seu povo, para atender às exigencias e ceder privilegios àquela cidade e aos seus filhos, é atentar contra a vida dos demais municipio, é abrir máu precedente, é estabelecer a exceção. Idealizam, pois, os filhos de Goiaz, obter da Assembléa do Estado, além de outros, os seguintes privilegios: a renda da Coletoria Estadual durante 10 anos; a permanecia do Liceu naquela cidade; o pagamento da iluminação publica por conta do Estado, o que já se vem fazendo de há muito. Interpretando os sentimentos dos filhos do sul, lançamos nosso veemente protesto contra a concessão de privilegios a qualquer municipio, a não ser que estendam a outros que em iguais condições deles muito necessitem.[1388]

Depreende-se do boletim o raciocínio de que a compatibilidade entre a proteção econômica da antiga capital e a construção de Goiânia, simultaneamente, mostrava-se

[1384] PALACIN, Luiz. *Op. Cit.*, 1976, p. 76.
[1385] Não conseguimos identificar quem se utilizava do pseudônimo.
[1386] GOYANO DA GEMMA. A velha capital. *Voz do Sul*, Annapolis, 10 de maio de 1936.
[1387] A afirmação indica que grande parte dos servidores públicos federais e estaduais à época já haviam deixado a Cidade de Goiás.
[1388] Cf. *Correio Official*, Goiânia, 26 de agosto de 1936.

absolutamente inexequível quando assevera: "agora, deter a marcha do Estado, de sua nova e já extraordinaria capital, de seu povo, para atender às exigencias e ceder privilegios àquela cidade e aos seus filhos, é atentar contra a vida dos demais municipios".

Prosseguindo, o boletim sulista nega anuência aos benefícios projetados ao município de Goiás: "Idealizam, pois, os filhos de Goiaz, obter da Assembléa do Estado, além de outros, os seguintes privilegios: […] Interpretando os sentimentos dos filhos do sul, lançamos nosso veemente protesto a qualquer concessão de privilegios a qualquer municipio."

Uma outra frase gravada, em destaque, no mesmo exemplar do *Correio Official* auxilia no esclarecimento da mentalidade em voga: "Ao lado de Goiânia ou contra o Estado de Goiaz: Este, o dilema."[1389] *A contrario sensu*, pois, quem está concomitantemente ao lado de Goiânia e da Cidade de Goiás labora contra o estado anhanguerino. Quem milita apenas ao lado de Vila Boa e opõe-se a Goiânia então, nem se fala. Ou melhor, quem brevemente falará será a Lei de Segurança Nacional!

O artigo de lavra do advogado Aderaldo Lyra é elucidativo. Depois de frisar que a "mais atrasada das capitais brasileiras, graças ao impatriotismo de seus filhos opulentos, desaparecerá, e dela, restará, só um em cada rua silenciosa e tropical, barbara e apocaliptica – uma saudade" dispara uma frase contundente: "o pensamento contemporâneo é destruir para construir"[1390]

Em seguida, o autor ameniza o tom ao ressaltar que não deseja o fim de Vila Boa. Mesmo assim, a frase anterior – "destruir para construir" – é muito incisiva e reflete realmente o pensamento de parcela da intelectualidade goiana.

Em outras palavras, proclamava-se a inviabilidade do mudancismo condicionado. Não havia espaço para o meio-termo: ou se estava ao lado de Goiânia ou de Goiás (a capital). A solução centrista de "construir sem destruir" deveria ser abandonada imediatamente.

No bojo da mensagem encaminhada pelo governo de Goiás à Assembleia no início da sessão legislativa de 1936, percebe-se que o cumprimento do § 3º do art. 5º da Carta Política de 1935 não atenderia nem minimamente às expectativas vilaboenses. A única referência no relatório governamental ao preceito constitucional é a seguinte:

> A cidade de Goiaz, a nosso ver, deverá ser a séde do 2º batalhão. Lá possue o Estado um quartel capaz de abrigar grande numero de nossos milicianos e, além disso, será uma das medidas que devem ser postas em pratica para o cumprimento das disposições transitorias

[1389] Cf. *Correio Official*, Goiânia, 26 de agosto de 1936.
[1390] LYRA, Aderaldo. *Op. Cit.*

> do art. 5º – § 3º – de nossa Carta Política.[1391]

Certo é que o substitutivo apresentado por Guilherme Xavier de Almeida, a mando de Pedro Ludovico, não retirou nenhum benefício da antiga capital. Em contrapartida, certo é também que o decreto nº 1.816, de 23 de março de 1937, como já visto, não previu nenhuma proteção econômica ao município de Goiás. Nenhuma!

A manutenção no substitutivo do manequim compensatório vilaboense previsto no projeto de lei nº 1, ao que parece, ocorreu muito mais por conveniência política do momento do que propriamente pela convicção do acerto da medida. O exame dos atos legais ulteriores ajudarão a iluminar a vertente ponderação.

A despeito de o aludido decreto de março de 1937 ordenar a transferência definitiva sem estabelecer nenhum benefício à Cidade de Goiás, em 19 de junho de 1937, aprova-se a lei estadual nº 133,[1392] que traz em seu ventre o seguinte dispositivo:

> Art. 6º – De acordo com o que dispõe o § 3º do art. 5º das Disposições Transitorias da Constituição do Estado, permanecerão na cidade de Goiaz o Liceu de Goiaz, Escola Normal e Complementar, Grupo Escolar e Jardim de Infancia. § Unico – A Escola Normal da cidade de Goiaz passará a denominar-se Escola Normal de Goiaz. […] Palacio do Governo do Estado de Goiaz, em Goiânia, 19 de junho de 1937, 49º da República.
> Dr. Pedro Ludovico Teixeira
> João Teixeira Alvares Junior.[1393]

Ou seja, o constitucional § 3º do art. 5º, símbolo maior da luta do mudancismo condicionado, em tese, efetivava-se de maneira totalmente desvinculada da transferência definitiva, que já havia sido determinada, em março de 1937, desacompanhada de qualquer amparo a Vila Boa e por ato exclusivo do governador.

De acordo com as regras de política legislativa, o adimplemento do § 3º do art. 5º da Constituição deveria ter sido incluído no âmago do decreto nº 1.816, de 23 de março de 1937.

Em resumo, fracionou-se o preceito constitucional mudancista, levando a cabo seus comandos de modo isolado e desconexo. Esse foi certamente um dos motivos pelo qual se ergueu a bandeira da inconstitucionalidade do citado decreto: "Depois de engolir o decreto inconstitucional da mudança, [nº 1.816, de 23 de março de 1937] a Assembléa Legislativa pela sua maioria cassou a autonomia de Goiaz. Belo exemplo de altivez e respeitabilidade politica!"[1394]

[1391] GOIÁS. *Mensagem...*, 1936, p. 25.
[1392] A referida lei cria o Ginásio Oficial do Estado, a Escola Normal Oficial, o Grupo Escolar Oficial, a Escola Complementar e o Jardim de Infância, todos em Goiânia.
[1393] Cf. *Legislação Goiana*, Goiaz, ano II, junho de 1937, n. 12, p. 362.
[1394] Cf. *A Razão*, Goiaz, 15 de agosto de 1937.

Cotejando-se as salvaguardas estatuídas na lei nº 133 com os termos do projeto de lei nº 1 verifica-se a distância quilométrica entre a pretensão vilaboense e a definição ludoviquista. Este vácuo, que tem sido completamente desconsiderado pela historiografia, é a chave principal para o esclarecimento dos desentendimentos políticos verificados. A norma estadual de 19 de junho de 1937 preservava os estabelecimentos de ensino,[1395] no entanto, não estabelecia nenhum gasto público adicional com a Cidade de Goiás.

A realidade é uma só: o ato legal de 1937 se aproximava muito mais dos compromissos assumidos pelo interventor federal Pedro Ludovico Teixeira em 1932[1396] do que dos contornos do projeto de lei nº 1 de 1936. Esta constatação, sem dúvida alguma, reforça a objeção ludoviquista pelo conteúdo da proposição legislativa de 1936, consoante preconizou Jaime Câmara.

É bom lembrar ainda que na ocasião da aprovação da lei nº 133/1937 não existia mais o autônomo município de Goiás e sim a estância hidromineral,[1397] tendo em vista que na semana anterior, os poderes Legislativo e Executivo haviam cassado a autonomia municipal[1398] da antiga capital, impedindo, assim, a realização de eleição para prefeito.[1399] A partir de então, o alcaide seria nomeado ao alvitre do governador, o que representou outro duro golpe na autoestima vilaboense.

Dessa forma, a imagem do Legislativo não poderia ser das melhores na bicentenária comuna: "Os meios indispensaveis para o seu progresso [da Cidade de Goiás], previstos na carta politica de 4 de agosto, o Poder Legislativo não soube interpretá-los senão como um luxo de força e de humilhação, passando-lhe carta de incompetencia publica para se governar."[1400]

Com efeito, perdura por apenas cinco meses a vigência da lei estadual nº 133. Em decorrência do golpe de estado de 10 de novembro de 1937, as atividades legislativas no Brasil são suspensas e o agora novamente interventor federal de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira, não vacila em revogar o único amparo preservacionista concedido à Cidade de Goiás.

Logo em seu terceiro decreto,[1401] o interventor já anula a salvaguarda, sob a

---

[1395] A única exceção é a Faculdade de Direito, que, diga-se de passagem, também não estava prevista no projeto de lei nº 1, ou seja, sua transferência para Goiânia era ponto pacífico.

[1396] Ver subcapítulo III.3. *Os compromissos ludoviquistas*.

[1397] Foi redigido assim o art. 3º da Lei nº 116, de 12 de junho de 1937: "Art. 3º – O municipio de Goiaz passará a constituir, desde a data da publicação desta lei, estancia hidromineral, para todos os efeitos de direito." In: *Legislação Goiana*, Goiaz, ano II, junho de 1937, n. 12, p. 352.

[1398] Em 1934, o interventor Pedro Ludovico Teixeira já havia cassado a autonomia do município de Santa Cruz por motivos políticos. Ver: COUTO, Luiz do. *O caso de Santa Cruz*. Barretos: Grafica Tedesco, [s. d.].

[1399] Segundo a imprensa vilaboense, era "público e notório" que o candidato a prefeito seria Joaquim da Cunha Bastos. In: *A Razão*, Goiaz, 25 de julho de 1937.

[1400] Cf. *A Razão*, Goiaz, 15 de agosto de 1937.

[1401] O Decreto nº 3, de 27 de novembro de 1937, tinha a seguinte redação: "O Interventor Federal, neste Estado: Considerando que, pela vigente Constituição Federal, as rendas do Estado sofrerão apreciavel redução, visto como

justificativa de que as rendas sofreriam "apreciável redução" e o estado não comportaria o gasto de duplicar o Ginásio Oficial e a Escola Normal. Parece que o "plano de vingança contra Rio Verde" ainda repercutia bastante nas lembranças sudoestinas.[1402]

Na sequência, o município de Goiás vai perdendo paulatinamente seus estabelecimentos públicos de ensino para a nova capital. O depoimento de Célia Coutinho confirma o evento: "O Jardim da Infância, a Escola Complementar e Normal e o Liceu, todos, foram transferidos."[1403] Vale registrar que a escritora esqueceu de arrolar na relação a Escola de Aprendizes e Artífices, futura Escola Técnica Federal,[1404] e a Faculdade de Direito.

Ao rememorar o ciclo ludoviquista, a memória vilaboense acabou por creditar ainda na conta da procela mudancista a liquidação das Faculdades de Farmácia e Odontologia, embora, a rigor, a extinção tenha acontecido logo após o triunfo do movimento insurrecional de 1930 e não em 1937: "O Liceu de Goiás, ele [Ludovico] levou embora. Aqui tinha escola de Farmácia e Odontologia, Direito, ele levou tudo!"[1405]

Para Gomide, a retirada do Liceu foi tão impactante para a antiga capital que representou a desconstrução de seu ambiente urbano, "uma vez que por esse estabelecimento de ensino público, gratuito e reconhecido nacionalmente passou grande parte dos políticos locais, e por isso ele representava para a comunidade um bem cultural intransferível."[1406]

Em dezembro de 1937, nomes de peso do meio intelectual estadual[1407] protestaram veementemente contra o desmonte da completa rede de ensino público edificada ao longo de anos na Cidade de Goiás. Divulgando um manifesto endereçado às autoridades da esfera federal sob o título "A Cidade de Goyaz privada de instrucção – Protesto contra um decreto do interventor federal, que transferiu da antiga capital daquelle Estado os seus principaes estabelecimentos de ensino", *O Estado de São Paulo*[1408] propagou para o Brasil o abafado grito vilaboense: "o Lyceu

Impostos que figuram no orçamento votado para ano proximo terão que desaparecer, por inconstitucionais; Considerando que, assim sendo, se torna de absoluta necessidade a compressão das despesas publicas; Considerando que a manutenção de dois ginasios e duas escolas normais oficiais, custeados pelo Estado, vêm aumentar, sobremodo, [ilegível] despesas, o que, no momento, não é aconselhavel; Considerando que a Constituição Federal de 10 de novembro do corrente ano, em seu art. 181, *in fine*, lhe dá atribuição de legislar, conquanto não se reunirem as assembleias legislativas; DECRETA: Art. 1º – Fica revogada a lei n. 133, de 10 de junho de 1937. Art. 2º – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação. Palacio da Interventoria Federal de Goiaz, em Goiânia, 27 de novembro de 1937, 49º da Republica. Dr. Pedro Ludovico Teixeira. João Teixeira Alvares Junior."

[1402] Expressão utilizada pelo advogado de Pedro Ludovico no *habeas corpus* impetrado perante o Supremo Tribunal Federal em 1925. Ver subcapítulo *I.5. O Partido Republicano Independente de 1924: a tentativa de protagonismo do sudoeste.*

[1403] BRITTO, Célia Coutinho Seixo de. *Op. Cit*., p. 351.

[1404] BRETAS, Genesco Freitas. *Op. Cit.*, p. 534.

[1405] Entrevista com A.R.C. *Apud* GOMIDE, Cristina Helou. *Op. Cit.*, 2004, 112.

[1406] GOMIDE, Cristina Helou. *Op. Cit.*, 2004, p. 112.

[1407] Entre eles, Sebastião Fleury Curado, Emílio Póvoa e Francisco Ferreira dos Santos Azevedo.

[1408] Não localizamos o manifesto em nenhum jornal que circulava no estado de Goiás, muito provavelmente em razão da

pertence à cidade de Goyaz por força de direito consummado na vigencia da Constituição."[1409]

Debalde o protesto. Em síntese, naufraga o mudancismo condicionado. A antiga capital é derrotada. O mudancismo incondicionado vence olimpicamente. Tudo para Goiânia. Nada para a Cidade de Goiás.

Agora resta cristalino o veto do governador às várias compensações vilaboenses insertas no projeto de lei nº 1.

Os ensinamentos evocados por Taciano de Mello na Constituinte de 1935 ecoam sonoramente: "gaste-se tudo com Petrônia!". O pensamento contemporâneo, no dizer de Aderaldo Lyra, repercute: "destruir para construir." Os gritos bradados por amigos do governo, tendo à frente um filho e um cunhado do próprio governador Pedro Ludovico embalam o momento: "Morra Villa Boa! Morram os Colligados! Viva a Nova Capital!".[1410]

Anos depois, conforme já visto acima, no relatório do interventor federal de 1940/1942, Pedro Ludovico Teixeira explica francamente seu pensamento, quando assevera que gastar com o espaço urbano vilaboense seria o mesmo que "botar sal em carne podre."[1411]

Mesmo que parcialmente, agora é possível entender o motivo pela qual a obra mudancista foi comparada ao "Cavalo de Troia":

> A obra mudancista, focalizada em tôda sua nudez, era o Cavalo de Tróia, com o ventre repleto de inimigos. Desvirtuada de sua finalidade, mutilada em seu espírito de construção de uma nova Capital, que correspondesse plenamente às necessidades econômicas e geográficas do Estado, ela se transformou desde o inicio, malgrado nosso, em uma lamentável campanha de descrédito e insultos ao povo e à cidade de Goiás. Dir-se-ia que estava em tela, não a construção de uma cidade, mas a destruição de uma outra.[1412]

As lições do mestre Paulo Bertran clarificam-se igualmente, em especial naquele trecho em que enuncia a "ruptura do tecido cultural antigo":

> E processou-se [a construção da nova capital] em tais condições, que arrasou, aniquilou por inteiro a noção de continuidade na história goiana. E não só de continuidade: provocou a ruptura do tecido cultural antigo, urdido na velhice de dois séculos pregressos de história. E a ruptura daquilo que hoje se chama de goianidade, um desejo de identidade que Goiânia, banalizada como qualquer outra capital brasileira, deseja assumir tardiamente, para transformar em mito, para fins diversos, econômicos e sociais.[1413]

A situação a que restou reduzida a Cidade de Goiás após a mudança da capital ainda

---

forte censura imposta pelos órgãos governamentais estaduais estadonovistas.

[1409] Cf. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 05 de dezembro de 1937, p. 14.

[1410] Cf. *A Colligação*, Goyaz, 28 de abril de 1935.

[1411] GOIÁS. *Relatório do interventor federal Pedro Ludovico Teixeira de 1940/1942*, [S.l.:s.n.], [s.d.], p. 11-12.

[1412] *A Razão Apud* CÂMARA, Jaime. *Op. Cit.*, 1967, p. 243-244.

[1413] BERTRAN, Paulo. *Op. Cit.*, 2006, p. 66.

é um capítulo da história brasileira que precisa ser escrito. Os relatos existentes são esparsos e raros. A máxima de que a versão dos vencidos quase sempre é relegada ao esquecimento de novo se confirma. Sem embargo, os poucos vestígios encontrados descrevem um quadro desolador do espaço urbano – quase de terra arrasada –, onde "ruas inteiras ficaram abandonadas, sem moradores", nos termos do texto subscrito por Leão Caiado Filho:

> "Da noite para o dia", a Velha Cidade, ficou reduzida a uma situação de penúria face a qualquer outra cidade do Estado. Era uma cidade alicerçada economicamente em vencimentos do funcionalismo federal e estadual e em decisões do Cofre do Tesouro do Estado. A economia rural e urbana, comércio, incipiente indústria, empresas, serviços das mais variadas formas e modalidades, movimento imobiliário, desapareceram. Não havia o que comerciar, como gerar receita. As atividades sociais, administrativas, culturais, de ensino e outras foram retiradas da cidade. A mesma, então, estagnou-se sem amparo, sem forças, sem rendas. Ruas inteiras ficaram abandonadas, sem moradores. Proprietários destruíram residências para comércio dos portais, travas de aroeiras, telhas. O sistema de escambo tornou-se modalidade transacional corrente. Imaginemos Goiânia, que é uma cidade autônoma, empresarial, de vida econômica própria, de repente, sem repartições públicas, sem funcionários, sem empresários, sem escolas, sem universidades, sem empresas, tudo transferido para outro local. Seria o descalabro. E foi isto que aconteceu com a ex-Capital, guardadas as proporções e as circunstâncias históricas.[1414]

O relato de Nice Monteiro Daher corrobora os rastros acima:

> Nós adolescentes daquela época [da mudança da capital], trazíamos no coração a angústia nunca esquecida também procurando entender os passos dos homens que, para construir uma cidade, pisavam, tão agrestes, na sensibilidade da outra.
> Sempre que eu ali passava, imaginava que Vila Boa era uma velhinha abandonada, sentada nas escadas do Palácio, com as mãos trêmulas mergulhadas nos cabelos brancos, olhos chorosos que não queriam ver os caminhões levando pedaços de seu corpo transformado nos escombros, sobras de sua alma molhada de amargura.
> Trouxeram tudo. Carteiras velhas de todas as escolas, mesas quebradas, famílias chorosas, corpos sofredores carregando emoções nascidas na Cidade de Bartolomeu Bueno. Somente ficaram conosco as queridas irmãs Dominicanas e nossos lindos santos de Veiga Vale.
> Vila Boa ficou jogada ao seu destino incerto. Não sabia bem se estava viva com a alma entorpecida na realidade.[1415]

No mesmo sentido, a narrativa de Bernardo Élis: "donos de bordéis eram as únicas pessoas que ainda ganhavam dinheiro ali naquela cidade. A casa que fora do avô de meu avô, homem de muitas posses, […] hoje essa casa era simplesmente o bordel mais movimentado da cidade, ali bem na cara das famílias."[1416] Mais à frente, o membro da Academia Brasileira de Letras fala até em utilização do fogo em residências abandonadas: "Até o fogo, pois é, até fogo começaram a tacar em algumas casas abandonadas, as quais eram muitas, tantas que não haviam como

[1414] CAIADO FILHO, Leão. Depoimentos. In: QUEIROZ, Luiz Alberto de. *O Velho Cacique.* Goiânia: Líder, 1990, p. 73-74.
[1415] DAHER, Nice Monteiro. *Velhos portais:* prefácios – crônicas. Goiânia: Kelps, 2000, p. 79.
[1416] ÉLIS, Bernardo. *Apenas um violão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p. 140.

combater os ratos, as baratas, os cães, e gatos abandonados, que percorriam os quintais, as casas, as ruas, uivando, miando, roubando alimentos."[1417]

Os versos da poetisa vilaboense Josefina Pinheiro Mendes externam o descontentamento com a cidade esvaziada:

> Ó cidade de outeiros
> Que pena, tudo passou!...
> É isto que aqui ficou:
> Algum caçador já velho,
> Funcionário aposentado...
>
> Ponte Nova, Carmo e Lapa,
> É uma trinca que escapou...
> Também o Rio Vermelho,
> Pois esse ninguém levou...[1418]

Até servir de base para a expedição Xingu-Roncador (década de 1940) estava vetado à antiga capital, consoante observaram os irmãos Villas Bôas:

> Os planos da Expedição, traçados no Rio de Janeiro, falavam em Goiás Velho – antiga capital do Estado – como porta de entrada para o sertão. Dali o Araguaia seria alcançado por uma estrada precária, arenosa, que saindo da capital ia esbarrar em Leopoldina, na margem do rio. O traçado não era do agrado governador Pedro Ludovico, que não queria que a área da capital velha fosse prestigiada por uma frente de trabalho ligada ao governo federal. Aquilo era reduto dos Caiado, seus opositores políticos de grande força, com quem não afinava desde a mudança da capital. Jogou todos os trunfos o governador e, prestigiado pelo governo federal, conseguiu mudar o traçado do avançamento. Em vez de Goiás Velho a porta de entrada para o Araguaia, ele propôs Uberlândia, embora fora do seu Estado. O Araguaia, pela nova rota, seria alcançado na junção com seu maior afluente, o rio das Garças. Ali iria se estaelecer a base da Expedição, que ficaria na nargem goiana, defronte à foz do tributário.[1419]

Em 1946, o candidato a governador Jerônimo Coimbra Bueno, notabilizado pelo governo de Goiás como o "construtor de Goiânia", usou politicamente a mágoa e o ressentimento da população da antiga capital com a forma da mudança, qualificando o município como abandonado e traído: "Eu já disse e agora repito em praça pública. Voltarei aqui, viajando em poucas horas, numa estrada reconstruída, mas, uma estrada que possa corresponder e atender ao

[1417] ÉLIS, Bernardo. *Op. Cit.*, 1984, p. 144.
[1418] MENDES, Josefina Pinheiro. *Recordando*. Goiânia: Deescubra, 2002, p. 17.
[1419] VILLAS BÔAS, Orlando; VILLAS BÔAS, Cláudio. *A marcha para o Oeste*: a epopéia da Expedição Roncador-Xingu. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 38.

desenvolvimento econômico deste Município abandonado e traído."[1420]

Após passar em revista diante de tantas fontes contundentes, calha assinalar que, em regra, a interpretação sobre a construção de Goiânia contada pela memória dominante representa uma história única, ou seja, os eventos narrados transformaram-se na única opção possível em decorrência de um suposto determinismo histórico. No entanto, é sabido que o passado é "um mundo de possibilidades não-efetivadas, possibilidades essas tão ricas quanto aquelas existentes no presente."[1421]

Na verdade existiram outras possibilidades concretas para a transferência da metrópole goiana além do caminho afinal trilhado, como, por exemplo, a efetivação do amparo à antiga capital concomitantemente com a edificação de sua sucessora, ou seja, construir uma cidade sem destruir a outra.

V.3.4. O poder Legislativo não regulamenta a mudança definitiva

Em 1936, a conjuntura internacional estimulava a admiração pelos regimes de força, a começar pela impressionante prosperidade econômica e bélica que a Alemanha de Adolf Hitler experimentava. Segundo Lena Castello Branco, o deslumbramento dos políticos goianos, tanto da situação quanto da oposição, pelo modelo autoritário europeu remontava à década de 1920:

> Os democratas – assim como os oposicionistas de Rio Verde, conforme visto anteriormente – estavam fascinados pela figura e pelos feitos do *Duce* italiano. Os regimes de força exerciam singular atração sobre os políticos, a partir do raciocínio simplista de que o progresso e bem-estar poderiam ser facilmente alcançados pela ação voluntarista de "pró-homens", líderes fortes e carismáticos.[1422]

No Brasil, o levante comunista de 1935, também denominado de "Intentona Comunista", desencadeou uma brutal repressão governamental, que se apoiava na grande maioria das forças políticas pátrias, tanto que Edgard Carone classificou o período como "união sagrada contra o comunismo".[1423] Para o brasilianista R. S. Rose, "a onda de terror que surgiu nas últimas semanas de 1935 foi a maior dessa espécie na história do país."[1424]

O ambiente vivido desencorajava a propagação da liberdade de expressão em suas

[1420] BUENO, Jerônimo Coimbra. Discurso do Dr. Coimbra Bueno. *Cidade de Goiás*, Goiás, 15 de dezembro de 1946.
[1421] ARRAIS, Cristiano Pereira Alencar. *Op. Cit.*, 2002, p. 37.
[1422] FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. *Op. Cit.*, 2009, v. II, p. 58.
[1423] CARONE, Edgard. *A República Nova*. São Paulo: Difel, 3ª ed., p. 316.
[1424] ROSE, R. S. *Uma das coisas esquecidas:* Getúlio Vargas e controle social no Brasil – 1930-1954. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 90.

múltiplas formas. Após a decretação do estado de sítio e posteriormente do estado de guerra – bem dito, comoção intestina grave, com finalidades subversivas das instituições políticas e sociais, equiparada ao estado de guerra[1425] –, vários direitos e garantias fundamentais foram suspensos e as instituições políticas criadas pela Constituição Federal só conservaram a "aparência de vida".[1426] Examinando o quadro, Leoncio Bausbaum emitiu sua impressão:

> A reação que desencadeou a seguir [à Intentona Comunista] não encontra paralelo em nossa história, nem mesmo nos tenebrosos tempos do estado-de-sítio de Artur Bernardes. Foi um período de terror negro que durou até 1941, e durante o qual a selvageria policial não respeitou nem categoria social ou política, nem idade nem sexo. A Constituição foi emendada para nela se estatuir o Estado-de-guerra, no qual a rebelião era equiparada à intervenção de uma nação estrangeira! Foram feitas milhares de prisões. Presos foram não somente comunistas ou simpatizantes. Até mesmo parentes e vizinhos, assim como membros e dirigentes da ANL que nada sabiam do levante. Parlamentares como Abel Chermont, Domingos Velasco, foram presos e espancados com a complacência do Congresso. Escritores como Graciliano Ramos e Lins do Rêgo, jornalistas, muitos dos quais nem eram da ANL, foram encarcerados e submetidos a humilhações e espancamentos. O prender, para o chefe de polícia se havia transformado em psicose.[1427]

Nem sequer a imunidade parlamentar – fundamento elementar da democracia liberal – mereceu reverência do governo federal. Capitaneado pelo chefe de polícia, capitão Filinto Muller, o aparato repressivo prendeu, em março de 1936, um senador da República e quatro deputados federais.

Na lista dos encarcerados encontrava-se Domingos Vellasco, expoente da Coligação Libertadora. Esta prisão, de grandes implicações para o cenário político de Goiás, silenciou a única voz da oposição anhanguerina no Congresso Nacional, uma vez que o primeiro suplente da chapa antigovernista, Jalles Machado de Siqueira, não assumiu a vaga.[1428]

O congressista goiano permaneceu detido por mais de um ano, sendo solto após o julgamento absolutório pronunciado pelo Tribunal de Segurança Nacional em 1937. Segundo Genserico Gonzaga Jaime, o governador de Minas, Benedito Valadares, e o parlamentar João Neves da Fontoura influenciaram na decisão pró-Vellasco.[1429] Retornando à tribuna da Câmara dos Deputados, Vellasco não hesita em responsabilizar o chefe de polícia pela privação de sua liberdade: "minha prisão foi vingança pequenina de um inimigo pessoal – o Sr. Felinto Muller."[1430]

[1425] Ver MIRANDA, Pontes de. *Comentários à Constituição da República dos E. U. do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1937, p. 601, V. II.

[1426] BARROSO, Luis Roberto. *O direito constitucional e a efetividade de suas normas*: limites e possibilidades da Constituição Brasileira. 7ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, p. 21.

[1427] BASBAUM, Leoncio. *Op. Cit.*, p. 96-97.

[1428] Cf. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1936.

[1429] Cf. carta de Genserico Gonzaga Jaime a João Luiz de Oliveira, datada do Rio de Janeiro, em 18 de maio de 1937. Manuscrito. Arquivo do autor.

[1430] Cf. *Diario do Poder Legislativo*, Rio de Janeiro, 15 de maio de 1937, p. 30606.

O desapreço da maioria da elite revolucionária pelas funções desempenhadas pelo Legislativo era inconteste: "O desprêzo de Goés Monteiro pelos *paisanos* e sobretudo pelos *paisanos deputados* que, como tal, se punham em pé de igualdade com os generais, era notório. Getúlio, por sua vez, os desprezava como mercadoria barata."[1431]

Examinando o lapso temporal compreendido entre os anos de 1935 e 1937, Renato Lessa ensina: "Na aversão ao pleno funcionamento do Legislativo, cabe lembrar que a elite pós-revolucionária no poder viveu intensamente a experiência, no pré-30, da utilização do Legislativo como arena alternativa e como recurso capaz de minar a autoridade do Poder Executivo."[1432] Prosseguindo, Lessa anuncia a relutância dos novos donos do poder em aceitarem o Legislativo como poder independente:

> O período compreendido pelos anos de 1934 e 1937 ultrapassa o mero significado de uma ante-sala para o autoritarismo, e se constitui como um momento privilegiado para a compreensão de um padrão específico da política brasileira. Tal padrão pode ser localizado empiricamente nas diferentes articulações que se constroem entre o Executivo e o Legislativo, e remete a uma questão mais abrangente: a incapacidade das elites brasileiras de pensarem um exercício plural do poder, no qual diversas arenas políticas seriam igualmente legítimas. O esforço contínuo das diferentes elites no poder, na política republicana, de minimizar ou, simplesmente, anular a presença do Legislativo, manifesta uma adesão a uma idéia de Estado como tutela máxima da nação, e a uma idéia de atividade política na qual a presença de arenas políticas, que aumentem a possibilidade do imprevisto, seja afastada.

Após salientar que o jogo parlamentar introduzia para as elites no poder uma razoável "dose de imprevisibilidade", Lessa lembra que a principal manobra militar no golpe de estado de 10 de novembro de 1937 foi o cerco ao Congresso Nacional.

Nessa linha de pensamento está a conferência proferida por Francisco Campos em 28 de setembro de 1935: "Na Alemanha, enquanto um parlamento em que já houve o maior número de partidos procurava inutilmente chegar a uma decisão política mediante os métodos discursivos da liberal-democracia, Hitler organizava nas ruas […] o controle do poder da Nação."[1433]

O governador Pedro Ludovico conhecia muito bem o que se passava na capital federal, haja vista ter permanecido no Rio de Janeiro grande parte dos meses de maio e junho de 1936. Compunha ele a elite pós-revolucionária definida por Lessa, a ponto de permanecer ininterruptamente no poder por 15 anos (1930-1945): "[Ludovico] Começou antes e terminou

---

[1431] BASBAUM, Leoncio. *Op. Cit.*, p. 105.
[1432] LESSA, Renato. *Da desordem á regulação (1935 – 1937)*. FGV/CPDOC, 1979, p. 19
[1433] CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional*: sua estrutura, seu conteúdo ideológico. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 34-35.

depois do seu modelo nacional.[Vargas]"[1434]

Ademais, o fundador do Partido Republicano Independente de Rio Verde em 1924 professava abertamente ideias simpáticas aos regimes autoritários, conforme chegou a admitir em discurso pronunciado na criação do Partido Social Republicano em 1933: "É preferível a ditadura honesta e criteriosa, como a que temos, do que um governo mascarado de liberal, mal intencionado e carcomido pela politicagem."[1435]

Por isso, quando lhe conveio, em outubro de 1936, Ludovico não vacilou em repetir a façanha varguista, jogando na enxovia o deputado Jacy de Assis e tentando prender Nasser: "Comuniquei ministro da Justiça seguinte ocorrencia: delegacia especial policia cidade Goiaz apurou responsabilidade deputados Jací Assis e Alfredo Nasser como comunistas encontrando arquivos mesmos verídicas provas – Diligencias policiais prosseguem. Pedro Ludovico"[1436]

Nesse contexto, a imprensa paulistana divulgou que Pedro Ludovico chegou a afirmar que "deputado não valia nada":

> Quinta-feira ultima, o deputado Hermogenes Coelho foi a Goyania, e fez sentir ao governador a gravidade da hora, mostrando-lhe a necessidade de realizar um entendimento com a minoria, para serem votadas as leis de orçamento, de mudança da capital, de fixação de força, e de movimentação das apolices, que a União dôou ao Estado, ultimamente. O governador, indignado e irritado, recebeu o presidente da Assembléa, grosseiramente, dizendo que elle dispunha da maioria, e que *deputado não valia nada*. [destaque nosso][1437]

Destarte, resta patente a prevenção da elite revolucionária com a independência do poder Legislativo.

****

Sem contar tudo o que já foi dito até agora, a objeção do governador ao projeto de lei nº 1 transpunha as fronteiras de seu conteúdo. A forma pela qual seria encaminhada a regulamentação do art. 5º das disposições transitórias da Constituição Estadual de 1935 também gerava controvérsias em 1936: uns entendiam indispensável a aprovação de uma lei, enquanto outros defendiam a edição de um simples decreto.

Segundo Ofélia Monteiro, a Corte de Apelação, consultada informalmente a respeito

---

[1434] ROSA, Joaquim. *Op. Cit.*, 1980, p. 103.
[1435] TEIXEIRA, Pedro Ludovico Teixeira. *Op. Cit.*, 1973, p. 48-49.
[1436] Telegrama endereçado ao senador Nero Macedo *Apud* MONTEIRO, Ofélia Sócrates. *Op. Cit.*, p. 602.
[1437] Cf. *Correio Paulistano*, São Paulo, 30 de agosto de 1936.

do dilema, entendeu ser essencial a aprovação de uma lei subsidiária[1438] para disciplinar o mencionado preceito constitucional mudancista. Tal concepção lastreava-se no art. 18, inciso I,[1439] da Constituição e naturalmente acentuava o papel da Assembleia Legislativa.

Não obstante, diversa era a exegese de Pedro Ludovico Teixeira e do Procurador-Geral do Estado (chefe do Ministério Público), Colemar Natal e Silva, isto é, a lei subsidiária seria absolutamente dispensável, bastando tão-somente a publicação de um mero decreto pelo chefe do poder Executivo, porquanto o artigo 5º referido era auto-aplicável. Este entendimento, por seu turno, baseava-se no art. 38, inciso II,[1440] da Carta Magna, e obviamente ofuscava o protagonismo dos deputados estaduais na apreciação da matéria, conferindo autonomia exclusiva ao governador.

Em síntese, a divergência interpretativa, que não pode ser desconsiderada, como vem acontecendo até os dias de hoje, esbarrava na seguinte dúvida: a mudança definitiva efetivar-se-ia por meio de lei ou decreto?[1441]

Prevaleceu, é certo, no início da sessão legislativa de 1936, a opinião dos desembargadores, acolhida pelos deputados estaduais pesserristas, e cristalizada no projeto de lei nº 1. Na ocasião, como já sublinhado anteriormente, ocupava interinamente a governadoria o presidente da Assembleia Legislativa, Hermógenes Coelho, integrante do mudancismo condicionado. Esta situação político-institucional momentânea influenciou na definição *a priori* escolhida, vale dizer, a mudança definitiva ocorreria mediante a aprovação de lei subsidiária.

É lícito assinalar que, de acordo com a visão ludoviquista, o Legislativo já havia contribuído plenamente para a efetivação de Goiânia ao promulgar a Constituição, visto ser o art. 5º norma de eficácia plena, ou seja, regra com normatividade suficiente para gerar efeitos imediatos, dispensando qualquer providência legislativa ulterior para sua aplicação. Em outras palavras, a intervenção do parlamento restaria, pois, despicienda.

Para resumir, Pedro Ludovico objetivava levar a cabo a mudança definitiva mediante a lavratura de um simples "decreto" e não através de "lei". Para a comprovação do alegado, além das fontes colacionadas e do exercício de lógica, basta recorrer ao instrumento afinal adotado – precisamente um "decreto". Mas as evidências não param por aí.

Na mensagem encaminhada pelo governador ao poder Legislativo, no início da

[1438] MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Op. Cit.*, p. 561.

[1439] Eis sua redação: "Art. 18. É da competência privativa da Assembléia Legislativa fazer leis, alterá-las e revogá-las, nos limites das atribuições conferidas ao Estado, pela Constituição Federal, e especialmente: 1. decretar leis subsidiárias para a completa execução da Constituição." In: GOIÁS. *Constituição...*, 1935, p. 6-7.

[1440] Eis sua redação: "Art. 38. São atribuições do Governador: (…) 2. expedir decretos e regulamentos para a execução dos atos do Legislativo." In: GOIÁS. *Constituição...*, 1935, p.15.

[1441] Grosso modo, como é sabido, decreto é um ato administrativo elaborado exclusivamente pelo chefe do poder Executivo, enquanto lei é uma norma que exige a participação dos poderes Legislativo e Executivo.

sessão legislativa de 1936, patenteia-se a ambição de promover a mudança via decreto:

> Preciso é agora que a illustrada Assembléa lhe dê [à Constituição Estadual] mais algumas leis suppletivas, capazes de pôr, em pleno funcionamento, varias de suas determinações que estão ankylosadas por falta de preceitos vivificadores. Entre ellas resalta de prompto as dos artigos 86 e 110, além de outros dispositivos que não tiveram ainda cumprimento por falta da necessaria verba no orçamento vigente. Outro ponto sobre a mesma ordem de idéias: o art. 18 das disposições transitórias da nossa Constituição, diz: "Art. 18. Enquanto não houver lei federal". Ora, tendo surgido, no caso vertente, a lei chamada Arruda Camara, preciso é que se dê nova organisação á Policia Militar do Estado.[1442]

Ressai do tópico acima que, para Pedro Ludovico, a transferência definitiva prescindia de lei regulamentadora. Na ótica do poder Executivo, a Constituição Estadual já lhe havia concedido todos os poderes suficientes para o sucesso da empreitada.

O governador chega a registrar a necessidade da obtenção de determinadas leis para o disciplinamento de situações específicas, como, por exemplo, a organização da Polícia Militar. Contudo, a mensagem nem *en passant* solicita do poder Legislativo qualquer ato legal para consolidar a mudança.

Segundo o governo estadual, a dispensabilidade de lei subsidiária é manifesta: "Senhores Deputados, (…) Como nos referimos em nossa ultima mensagem a essa douta Assembleia, a mudança da capital dever-se-ia fazer em breve espaço de tempo, realizando-se assim, em nossa opinião, o maior passo para o engrandecimento do Estado."[1443] De novo, silêncio eloquente e intencional em relação à obrigatoriedade de edição de lei, confirmada no ano seguinte pelo próprio *Correio Official*:

> [o chefe do Executivo], em sua mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, em 1936 e em que lembrava todas as medidas necessarias para bem governar a Unidade e seu pôvo, não solicitou êle, *nem de leve*, a criação de uma lei que, embora destruidora dos tropeços que o confusionismo opposicionista gerou, *não era necessaria absolutamente*. [destaque nosso][1444]

Quiçá por divergir, entre outros pontos, da desnecessidade de lei, o governador em exercício, Hermógenes Coelho, membro do mudancismo condicionado, apesar de assinar o documento oficial, tenha feito questão de ressalvar:

> Esta mensagem foi organizada pelo Dr. Pedro Ludovico Teixeira, Governador do Estado, com excepção unica da parte relativa à intervenção municipal em Bôa Vista do Tocantins. Vae ella, entretanto, por nós assignada, de vez que esse titular se encontra em gozo da

[1442] GOIÁS. *Mensagem...*, 1936, p. 04.
[1443] GOIÁS. *Mensagem...*, 1936, p. 52.
[1444] Cf. *Correio Official*, Goiânia, 09 de abril de 1937.

> licença que lhe foi concedida por essa douta Assembléia e nós o substituimos, actualmente.
> Goiânia, 30 de junho de 1936.
> a) Hermogenes Ferreira Coelho[1445]

A possibilidade de transferir a sede administrativa sem a confecção de lei foi expressamente cogitada por Ludovico no final de agosto de 1936: "Respondendo, diz Pedro Ludovico: 'Quereis a Capital aqui?' aos gritos de Queremos! Queremos!, declarou: 'Pois bem; *Com a lei ou sem a lei*, pela força do direito ou pelo direito da força, te-la-eis aqui muito em breve!'"[1446]

Em entrevista concedida ao *Diario de São Paulo*, o deputado federal Claro de Godói admitiu peremptoriamente a mudança "mesmo sem as medidas legislativas":

> Embora a oposição e os dissidentes fizessem constar que o motivo da desinteligencia dos referidos deputados, não se prendia à mudança da Capital, pode-se, todavia, observar que os mesmos vêm creando dificuldades no andamento dos projetos que se relacionam com a transferencia da séde governamental, que constitui uma aspiração de todo o Estado e que, mesmo sem as medidas legislativas, o governador Pedro Ludovico pode efetivar, de acordo com o imperativo da Constituição Estadual e com a lei federal que concedeu recursos para a construção dos principais edificios federais.[1447]

É forçoso reconhecer que emerge da reportagem veiculada na imprensa paulista novamente o valor da Constituição Estadual, conforme o raciocínio exteriorizado por Claro de Godói: "mesmo sem as medidas legislativas, o governador Pedro Ludovico pode efetivar, [a transferência] de acordo com o imperativo da Constituição Estadual".

Ademais, o representante jurídico do estado de Goiás comungava do mesmo ponto de vista. Durante a crise política de 1936, o Procurador-Geral do Estado, Colemar Natal e Silva, envia telegrama[1448] "urgente" ao governador manifestando categoricamente "não termos maior necessidade leis sobre mudança":

> Cordial abraço – pt – Acabo ser procurado Coronel Joaquim Bastos que autorizado oposicionistas expoz me o seguinte pedido levar seu conhecimento pt Deputados oposicionistas se propoe prestar inteiro apoio administrativo seu governo votando na assemblea tudo for necessario breve efectivacao mudança capital sem compromisso politico, pedindo em troca seja votado primitivo projecto mudança que ampara cidade e municipio pt Entendo quasi inocua proposta visto não termos maior necessidade leis sobre mudança. (...)[1449]

[1445] GOIÁS. *Mensagem...*, 1936, p. 63.
[1446] MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Op. Cit.,* p. 577.
[1447] *Diario de São Paulo*, São Paulo, 15 de setembro de 1936 *Apud* MONTEIRO Ofélia Sócrates do Nascimento. *Op. Cit.*, p. 598.
[1448] Está ilegível a data da telegrama, mas certamente foi redigido no mês de setembro de 1936.
[1449] Cf. telegrama do Procurador-Geral do Estado, Colemar Natal e Silva, endereçado ao governador Pedro Ludovico Teixeira. Enviado da Cidade de Goiás para Goiânia, sem data legível, horário 15:15 hs. Reprografia. Arquivo do autor.

O telegrama corrobora a percepção de que a apregoada oposição radical da minoria à aprovação da lei deve ser melhor estudada. De igual modo, vê-se ainda da comunicação a divergência entre o texto do projeto de lei nº 1 e o de outro substitutivo que não o apresentado por Guilherme Xavier de Almeida.[1450] Enfim, reitera-se mais uma vez o entendimento – enunciado agora pelo chefe do Ministério Público de Goiás[1451] – sobre a desnecessidade da aprovação de lei subsidiária.

Dois relevantes artigos do advogado e proprietário do jornal *Voz do Sul*, José Lourenço Dias, não deixam a menor dúvida sobre a vitalidade da concepção contrária à edição de ato legal:

> A transferencia da séde independe do Legislativo. Este, já se manifestou francamente sobre ella, em termos claros que não podem admittir duas interpretações: *A Capital do Estado* será *a cidade ora em construcção no municipio de Campinas* (Art. 5º das Disposições Transitorias da Constituição Goiana). Até a Constituição Federal tambem endossou de modo insophismavel esse caso, porque, tendo o então Interventor de Goyaz feito baixar diversos decretos sobre a mudança notadamente aquelle que dividiu geographicamente o novo municipio de Goiania [ilegível] elles foram declarados validos pelo art. 18 das Disposições Transitorias da Carta Magna. […] O que já se fez para a mudança, não se pode desfazer jamais. Mirem-se os exegetas nesses dispositivos e hão de convir da desnecessidade de outra qualquer lei suppletiva sobre a mudança.[1452]

A frase – "mirem-se os exegetas nesses dispositivos e hão de convir da desnecessidade de outra qualquer lei suppletiva sobre a mudança" – é paradigmática. Na edição seguinte de sua gazeta, José Lourenço Dias escreve outro artigo com o esclarecedor título "A mudança independe do Legislativo":

> Proseguindo na serie de commentarios com que pretendemos, data venia, defender a these por nós suscitada no numero anterior da "Voz do Sul" de que a mudança da Capital independe do Legislativo, chamamos attenção do publico para a sequencia de decretos sobre a transferencia da séde do Governo, baixados pelo Interventor de Goyaz, ainda no periodo anterior ao advento constitucional, cujos dispositivos foram validados, categoricamente, por força não sómente das Disposições Transitorias da Constituição Federal, senão da nossa Carta Politica, promulgada pelos constituintes, *em nome do povo goyano e com o pensamento em Deus*, em 4 de agosto de 1935. […] Que se poderá additar mais, a esse caso, exhaustivamente legislado? O praso para a transferencia? Este está previsto pela Constituição. A verba para Construção dos predios officiaes? Esta já está consignada. Nada mais se torna preciso, senão a conclusão das obras e uma comunicação do

[1450] Isto porque o substitutivo de Guilherme Xavier de Almeida manteve integralmente todas as salvaguardas ao município de Goiás previstas no projeto de lei nº 1 e a mensagem telegráfica ressalta que a oposição negociava a aprovação do "primitivo projecto [de] mudança que ampara cidade e municipio". A interpretação mais consentânea com a realidade, portanto, é a de que existiu um terceiro substitutivo retirando os melhoramentos vilaboenses.

[1451] O Ministério Público possuía à época, entre suas funções institucionais, a defesa jurídica do Estado, tarefa hoje desempenhada pela Procuradoria-Geral do Estado.

[1452] DIAS, José Lourenço. Campanha contra a Constituição. *Voz do Sul*, Annapolis, 20 de setembro de 1936.

Executivo, de que está disposto a cumprir o que se acha legislado!...[1453]

Ao se perquirir as indagações formuladas por José Lourenço Dias a respeito do dispositivo constitucional mudancista – "Que se poderá additar mais, a esse caso, exhautivamente legislado? O prazo para a transferencia? (…) A verba para construção dos predios officiais?" –, conclui-se, por exclusão, que o principal foco de tensão na regulamentação da transferência da metrópole goiana,[1454] incidia realmente sobre as compensações vilaboenses.

Infere-se que o articulista indaga o que poderia ser aditado ao já legislado na Lei Maior, elencando, na sequência, apenas o prazo e as verbas orçamentárias necessárias. Ao sonegar das perguntas lançadas justamente as reivindicações do mudancismo condicionado, José Lourenço Dias evidencia que era precisamente este tema que deveria ser apartado do debate público, por desinteressar ao governo.[1455] O silêncio tentava mascarar a grande dissensão em voga.

Em 1937, o *Correio Official* reconheceu expressamente que o governo entendia ser prescindível a aprovação de lei:

> a Constituição do Estado é bem clara. E ela disse, na cristalinidade de suas expressões, que se prestam à chicana, que a Capital do Estado seria a "cidade em construcção no municipio de Campinas" e que a mudança se daria "dentro de dois anos". Contados a partir de 4 de agosto de 1934 [5], subentende-se que, para sua execução, não mais se tornava necessario o assentimento de Assembleia Legislativa, e que sua efetivação dependia exclusivamente da ultimação das obras. O prazo de dois anos não se destinou à elaboração de uma lei complementar, mas sim à construcção dos principais edificios publicos de uma cidade.[1456]

Outrossim, o deputado estadual Hermínio de Amorim, na sessão legislativa de 1937, advoga idêntica tese, acrescentando que desde 1936 assim pensava:

> O sr. Herminio de Amorim, continuando com a palavra, afirma ser claro, taxativo o texto da Constituição do Estado, art. 5º das Disposições Transitorias, independendo, absolutamente, de lei subsidiaria para a sua completa execução. Não se trata do caso previsto no inciso 1 do artigo 18 da Constituição de 1935. Aliás, era esse, desde o ano preterito, o seu modo de pensar.[1457]

Ato contínuo, Hermínio Amorim é secundado pelo deputado Antônio Raimundo

---

[1453] DIAS, José Lourenço. A mudança independe do Legislativo. *Voz do Sul*, Annapolis, 27 de setembro de 1936.

[1454] No tocante especificamente ao conteúdo da regulamentação mudancista, pois em relação ao aspecto formal da dita regulamentação a tensão aloja-se justamente no dilema lei *versus* decreto.

[1455] O jornalista José Lourenço Dias era desde 1930, quando foi fundado o jornal *Voz do Sul*, em Anápolis, rubro partidário do governo revolucionário. Por ocasião da cisão entre Domingos Vellasco e Pedro Ludovico, apesar da hesitação inicial, Dias e seu periódico posicionaram-se ao lado do interventor federal.

[1456] Cf. *Correio Official*, Goiânia, 09 de abril de 1937.

[1457] Ata do dia 30 de abril de 1937 da Assembleia Legislativa de Goiás.

Gomes da Frota, então líder da maioria:

> A Constituição, afirma o orador [Alfredo Nasser], não é áto da Assembléa Legislativa; emana-se da Assembléa Constituinte. A propria maioria desta Casa, já na sessão passada, reconhecera a necessidade de se votar lei suppletiva do artigo 5º das Disposições Transitorias da Constituição do Estado. O sr. Gomes da Frota aparteia, dizendo que, dentro dos dispositivos da Magna Carta do Estado, o sr. Governador tinha poderes para baixar o decreto da mudança. O sr. Alfredo Nasser termina a sua oração, pedindo se consigne em ata o seu ponto de vista, declarando inconstitucional o decreto n. 1.816, de 23 de Março de 1937.[1458]

A passagem acima ilumina sobejamente que a maioria, em 1937, respaldou a decisão ludoviquista de mudar a capital "por decreto".[1459] E nem se diga que o governo se opunha à aprovação da lei em 1937 por possuir uma frágil base parlamentar na Assembleia, pois tal fato não corresponde à verdade, tendo em vista a adesão de dois deputados coligados ao situacionismo e a ocorrência de outros acontecimentos que enfraqueceram a oposição, como, por exemplo, a "deportação" de Jacy de Assis do estado de Goiás.[1460]

Desse modo, soa exagerada a afirmação de Colemar Natal e Silva de que a possível declaração de inconstitucionalidade do decreto pelo Poder Judiciário seria um "golpe de morte"[1461] na mudança. O depoimento do jurista foi provocado pela pergunta formulada por Jaime Câmara: "É verdade que o Tribunal de Justiça, à época da mudança para Goiânia, se reuniu para considerar inconstitucional o decreto da mudança da Capital, tendo sido a votação de três a dois a favor do decreto?"

A rigor, o julgamento não foi sobre a constitucionalidade em si do decreto.[1462] O debate surgiu a partir de uma consulta feita pelo juiz de Direito da comarca de Goiás, Inácio Bento de Loiola, sendo que a Corte de Apelação não tomou conhecimento da postulação por entender ser da competência exclusiva do presidente do Judiciário goiano. Daí então um dos desembargadores ventilou a inconstitucionalidade do decreto.

O testemunho de Colemar corrobora a relevância da presente análise e confirma que a discussão jurídica centrava-se sobre o tema da aplicabilidade das normas constitucionais:[1463]

[1458] Ata do dia 30 de abril de 1937 da Assembleia Legislativa de Goiás.

[1459] A Assembleia Legislativa referendou, por maioria absoluta, o decreto ludoviquista, na terceira sessão legislativa de 1937.

[1460] Ver capítulo "Pródomos do Fascismo Caboclo". In: BRITTO, Francisco de. *Op. Cit.*, 1980, p. 139-142.

[1461] SILVA, Colemar Natal e. Entrevistas. *Revista da Academia Goiana de Letras*. Goiânia: Editora Oriente, junho de 1974, n. 4, p. 97.

[1462] Vale lembrar, inclusive, que na ocasião ainda não havia a chamada ação direta de inconstitucionalidade. In: BASTOS, Celso Ribeiro. *Curso de Direito Constitucional*. 19ª ed. São Paulo: Saraiva, 1998, p. 399.

[1463] Ver SILVA, José Afonso. *Aplicabilidade das normas constitucionais*. São Paulo: Malheiros Editores, 1999.

> A questão da inconstitucionalidade do Decreto 1.816, de 23/03/37, foi levantada pelo Desor. Perilo. Votando, afirmou que entendia que a Côrte devia continuar funcionando em Goiás, porque não dava eficácia ao dito Decreto que fere a Constituição Estadual, art. 18. Votou em seguida o Desor. Jovelino de Campos, entendendo que o preceito contido no art. 5º das Disposições Transitórias da Carta política do Estado e que prevê a respeito da transferência da Capital, é dessa normas constitucionais a que Rui Barbosa chama auto-aplicáveis ou auto-executáveis, e, assim, se executa por si mesmo, não dependendo de nenhum ato de legislativo ordinário para se por em efetividade, para ser executado. O Desor. Jarbas de Castro votou no sentido que o referido Decreto ainda não tinha existência jurídica, pois deveria seguir o prazo comum para a lei entrar em vigor no Estado, o qual é de 15 dias. Se estivesse em vigor o Decreto, negar-lhe-ia aplicação, de conformidade com o voto do Desor. Perilo. Os Desembargadores Artur Abreu e Saturnino de Azevedo não se manifestaram sobre a inconstitucionalidade, entendendo que o decreto ainda não estava em vigor.

Como se vê, a questão suscitada era controversa, a ponto de dois desembargadores (Antônio Perillo e Jarbas Caiado de Castro[1464]) terem claramente se posicionado pela inconstitucionalidade do decreto; um (Jovelino de Campos) pela constitucionalidade e dois (Artur Abreu e Saturnino de Azevedo) preferiram não se manifestar.

O problema da inconstitucionalidade do decreto levou o governo a encomendar parecer de Levy Carneiro, um dos maiores juristas do Brasil. O estudo revigora o valor da Constituição Estadual de 1935: "– A transferência decorre de preceito constitucional, então tudo se acha revestido de procedimento legal."[1465]

A postura adotada por Pedro Ludovico, em especial no momento em que reassume a administração pública em julho de 1936, demonstra que, a seu ver, aquela sessão legislativa não teria grandes debates a respeito da transferência, porquanto a fase mais tensa já passara:[1466] "Inuteis seriam os esforços mesquinhos e deleterios dos que procuravam entravar a marcha dos serviços da Nova Capital. O Governo, mais que nunca, se sente forte, vencida que foi a etapa mais difícil, para desnortear a falange impotente dos impatriotas."[1467]

À primeira vista, a diferença entre lei e decreto poderia parecer mera divagação acadêmica. Meditando mais acuradamente acerca da matéria, porém, avulta-se o destaque da questão, tornando-se tópico imprescindível para a compreensão de um dos capítulos mais enigmáticos da História de Goiás.

Como é cediço, a aprovação da lei exigiria a participação dos poderes Legislativo e Executivo, ao passo que o decreto reclamaria decisão apenas do último. A opção pelo decreto,

---

[1464] Segundo Pedro Ludovico, o desembargador Jarbas Caiado de Castro sempre lhe apoiou na ideia da mudança, do que é possível concluir que a opinião esposada sobre a inconstitucionalidade do decreto era um entendimento jurídico isento de eventual objeção à transferência. In: TEIXEIRA, Pedro Ludovico Teixeira. *Op. Cit.*, 1968.

[1465] ASMAR, José. *Op. Cit.*, 1994, p. 65.

[1466] Certamente se referia às eleições de outubro de 1934 e à Constituinte de 1935.

[1467] *Correio Official*, Goiânia, 14 de julho de 1936 *Apud* MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Op. Cit.*, p. 570.

portanto, traduziria uma solução muito mais cômoda ao mandatário do que o caminho parlamentar, além de eliminar, no dizer de Renato Lessa, a dose de imprevisibilidade inserta no jogo legislativo.

Via decreto, Pedro Ludovico enfeixava em suas mãos o controle absoluto da situação e nenhuma negociação precisaria ser novamente entabulada com sua base política,[1468] tampouco a dimensão das compensações devidas ao município de Goiás. Se optasse pela senda parlamentar, sairia de seu controle exclusivo a própria data da transferência definitiva, fixada dentro de dois anos pelo constitucional, sem prejuízo de eventuais concessões a servidores públicos com maior poder de pressão.

Enfim, a dose de imprevisibilidade que o ludoviquismo ambicionava fulminar da trajetória mudancista emergia exatamente com a apresentação do projeto de lei nº 1 na Assembleia.

[1468] Conforme ocorrera na Constituinte de 1935.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho procurou analisar aspectos ainda pouco explorados da mudança da capital de Goiás, bem como examinar a alteração da vida política do estado em face da construção da nova metrópole. Nessa direção, de antemão, urgia adentrar no sistema político da Primeira República. Por isso, o capítulo inaugural, além de reconstituir parcialmente a experiência de alguns partidos políticos estaduais, buscou detalhar o peso da unidade goiana na federação pátria entre os anos de 1889 e 1937, no afã de razoavelmente aclarar o contexto histórico, político, social e econômico em que se efetivou a transferência.

De acordo com a tipologia concebida por Joseph Love e os dados coligidos ao longo de sete anos de pesquisa, Goiás à época enquadrava-se indiscutivelmente na categoria de estado "satélite". Todavia, nas duas oportunidades em que Leopoldo de Bulhões exerceu o elevado cargo de ministro da Fazenda, o ente mediterrâneo participou com outro perfil do jogo da política nacional, embora sem deixar sua posição periférica.

É certo que áreas mais afastadas do centro político e distantes dos fluxos econômicos mais pujantes tinham pouca influência nas decisões essenciais da nação. Entretanto, não se pode concluir pela sua completa irrelevância, porquanto o sistema oligárquico fundava-se em uma rede de poderes estaduais ordenada pelo presidente da República, que se incumbia da tarefa de garantir a harmonia e o funcionamento da engrenagem, tentando evitar, ou arbitrar, os inevitáveis conflitos entre os grupos rivais regionais.

No ato de fundação do Partido Democrata, em 1909, um dado inusitado, ainda totalmente apartado do conhecimento público, foi detectado: as três personalidades que, sucessivamente, lideraram o cenário político estadual entre 1878 e novembro de 1964, quais sejam, Leopoldo de Bulhões, Antônio Ramos Caiado e Pedro Ludovico Teixeira repousam unidas.

Em razão da expressividade política dos três próceres citados, formulou-se, com lastro nos ensinamentos de K. Pomian e nos rastros deixados pelos memorialistas e cronistas, a seguinte periodização da história política de Goiás: a) ciclo bulhonista (1878-1912); b) ciclo caiadista (1912-1930); c) ciclo ludoviquista (1930-1964).

Na Primeira República, a possibilidade de as siglas oposicionistas galgarem o comando dos governos estaduais, dentro do espectro político-eleitoral institucionalizado pelo presidente Campos Sales, eram bem remotas, quase uma utopia, no dizer de Epitácio Pessoa. Em regra, era a revolução ou a intervenção federal que apareciam no horizonte de expectativa factível

das minorias.

O ano de 1912 marcou o afastamento do governador Urbano Coelho de Gouvêa do cargo. A data tem sido costumeiramente lida como o "fim" da oligarquia bulhonista. No entanto, a vigorosa criação do Partido Republicano em 1916 desmente a asserção, sem prejuízo da ocorrência de outras pistas em idêntico sentido.

Os acontecimentos sucedidos na região sudoeste de Goiás na década de 1920 imprimiram forte influência na transferência da capital. Em verdade, os sudoestinos acreditavam de fato que os próceres do Partido Democrata, domiciliados em Vila Boa, nomeadamente Antônio Ramos Caiado, não possuíam grande simpatia pela zona. Este sentimento, conjugado com as hostilidades iniciadas a partir da dissidência de 1924 e a formação do Partido Republicano Independente de Rio Verde, transformou-se em ressentimento e acabou sendo canalizado para a Cidade de Goiás, berço da oligarquia destronada em outubro de 1930.

O vertente estudo procurou resgatar ainda quatro momentos de tensão que marcaram a transferência da capital de Goiás, a saber: a operação de escolha do local da nova metrópole; a discussão e o trâmite da proposta de mudança no seio da Constituinte de 1935; o debate e o percurso do projeto de lei nº 1 na Assembleia Legislativa em 1936; e, por fim, a solução política encontrada para a superação da resistência dos vilaboenses pesserristas à construção de Goiânia. Malgrado a intensidade das aludidas etapas, são justamente tais fases que aparecem usualmente negligenciadas pela bibliografia existente, quando não completamente encobertas pelo manto do esquecimento e do silêncio.

A experiência mudancista de Minas Gerais, realizada do final do século XIX, sem dúvida, convolou-se em matriz histórica para o idêntico empreendimento levado a efeito em Goiás quarenta anos depois, na medida em que os donos de poder goiano pós-1930 absorveram as lições mineiras – ainda que tacitamente –, algumas vezes para repeti-las, outras para evitá-las.

No âmbito político-institucional, a trajetória montanhesa seguiu rigorosamente a cartilha liberal-democrática, porquanto os debates começaram na Constituinte Estadual de 1891 e terminaram nas reuniões parlamentares extraordinárias de Barbacena de 1893. Em suma, o julgamento competiu essencialmente ao poder Legislativo.

O próprio recuo do governador mineiro Augusto de Lima, que chegou a lavrar decreto transferindo a sede administrativa para o sítio de sua preferência, comprova o rito palmilhado. Legando a responsabilidade do veredicto aos constituintes, o chefe do poder Executivo permitiu a participação ativa de outros personagens em um aspecto vital do problema: a escolha do

local.

Sem embargo, é perfeitamente plausível supor que o desiderato inicial de Augusto de Lima – afinal abandonado –, de estabelecer logo a área de sua predileção, tenha influenciado bastante o interventor Pedro Ludovico Teixeira. A possibilidade não efetivada em Minas é retomada em Goiás. Neste particular, o roteiro além-Paranaíba serviu de guia prático ao inverso.

Ao buscar atalhar a zona de maior conflituosidade verificada em Minas Gerais, o governante de Goiás entendeu por bem não aguardar a instalação da Assembleia Constituinte Estadual, foro decisório supremo de qualquer assunto relacionado ao estado. Antecipando-se ao parlamento, a administração pública anhanguerina constituiu uma comissão de oito membros, composta, entre outros, por representantes do Exército e da Igreja Católica, mas controlada majoritariamente pelo oficialismo, incumbida de eleger o melhor lugar.

Apesar da aparente liberdade de ação conferida à citada comissão, o peso do ambiente autoritário em que se processou a seleção se fez sentir implacavelmente sobre o grupo, a ponto de o primeiro relatório da subcomissão técnica, que concluía pelo município de Bonfim, ter sido modificado, alterando-se os rumos do primitivo parecer e naturalmente a sorte bonfinense.

Apostando em sua continuidade no poder, resta patente que o interventor Pedro Ludovico Teixeira atuou, ancorado no regime de exceção então vigente,[1469] para consolidar rapidamente o lugar do futuro espaço urbano que mais lhe agradava, superando consequentemente uma das etapas de maior complexidade no itinerário mudancista.

Imprimindo quase dois anos de febril atividade no município de Campinas, o interventor goiano reduziu drasticamente o risco de os legisladores modificarem a escolha da "comissão". A dose de imprevisibilidade do jogo parlamentar praticamente esvaiu-se, tanto que a emenda nº 1, apresentada pela oposição durante a Constituinte de 1935, sequer questionou a matéria. Isso significou a irreversibilidade do local da nova capital. Em outras palavras, vê-se nitidamente a imagem do governador Augusto de Lima reproduzida no retrovisor ludoviquista.

Em decorrência da descoberta de novas fontes e da incorporação de outros olhares ao tema, a hipótese do mudancismo condicionado, delineada no curso de mestrado, aparece agora mais tonificada. Partindo de um dado claramente objetivo, qual seja, a vitória do Partido Social Republicano nas três eleições disputadas na década de 1930 na Cidade de Goiás, infere-se que o consagrado maniqueísmo mudancismo *versus* antimudancismo, derivado de um traço cultural preso à concepção do "tudo ou nada", merece realmente melhor reflexão.

[1469] Os poderes Legislativo e Executivo encontravam-se enfeixados em suas mãos e a imprensa arrolhada.

Com efeito, as evidências da solução centrista adotada pelo situacionismo não limitam-se ao consistente fator eleitoral evocado. Vão muito além. São sinais incontestes da ocorrência do *tertius* – lugar-comum no típico jogo de acomodação da cultura política brasileira – a saber: a convocação enunciada por Ignácio Xavier da Silva em julho de 1932; a evolução do emblemático posicionamento assumido por Mário de Alencastro Caiado em relação à construção de Goiânia; as promessas de proteção à antiga capital, institucionalizadas insofismavelmente no art. 2º do decreto nº 3.359, de 18 de maio de 1933, no art. 5º, das disposições transitórias da Constituição de 1935 e no projeto de lei nº 1 de 1936.

Outrossim, a preocupação dos vilaboenses com a manutenção do nível educacional e cultural alcançado, a duras penas, pela cidade, bem assim as várias tentativas de implantação de obras de saneamento ambiental no bicentenário espaço urbano, iluminam uma perspectiva *in medio est virtus* que terminou soterrada pela poderosa máquina de propaganda estadonovista. A leitura tradicional acabou associando, de maneira simplista, a defesa da antiga capital exclusivamente ao antimudancismo, apagando o conflito de lealdade enfrentado pelos moradores da Cidade de Goiás que apoiavam decididamente o governo revolucionário.

De outro lado, demonstrou-se que a ideia de salvaguardar o município de Goiás às custas do erário estadual não recebia boa acolhida de todos os goianos, como poderia contemporaneamente parecer, principalmente após a conquista do título de patrimônio cultural da humanidade. Na realidade, havia uma antítese ao mudancismo condicionado: o mudancismo incondicionado. Em linhas gerais, o lema de um grupo era "construir sem destruir", enquanto o de outro era "destruir para construir".

As doze fases trilhadas pela proposta mudancista na Constituinte de 1935 foram decompostas, descrevendo-se pormenorizadamente os anteprojetos de Constituição, as emendas e votações sucedidas tanto na comissão constitucional quanto no plenário, até final promulgação da Carta Magna.

Esquadrinhando os anais da segunda Constituinte de Goiás, a hipótese de que a Lei Maior de 1935 representou a fonte normativa legitimadora da transladação emergiu revigorada. O cotejo com outras prescrições constitucionais similares, todas invariavelmente abstratas e genéricas, fulminou eventual incerteza a respeito da concretude e segurança da previsão goiana, que estatuíra de forma cabal os contornos indispensáveis à efetivação da retirada dos poderes da antiga metrópole. A própria redação do decreto nº 1.816, de 23 de março de 1937, que simplesmente declarava a transferência, salientou a relevância do mandamento inserto no pacto político.

A dúvida sobre o cumprimento do referido preceito constitucional que determinava amparo à Cidade de Goiás praticamente ditou o caminho pelo qual a investigação deveria prosseguir: a regulamentação normativa do art. 5º das disposições transitórias da Constituição de 1935 na Assembleia Legislativa.

Por isso, perquiriu-se de novo o roteiro do projeto de transferência no interior do parlamento, só que dessa vez não mais perante a Constituinte e sim no âmago de sua sucessora, a Assembleia Legislativa. Embora ambas revelassem etapas diversas, tal diferença geralmente tem sido desconsiderada, acarretando sérias distorções na produção do conhecimento histórico.

Após a análise mencionada, depreende-se que a lei da mudança jamais foi aprovada. O principal motivo, indubitavelmente, repousa no interesse do governador Pedro Ludovico de efetivar a transferência mediante a edição de um mero decreto.

Novamente verifica-se outra dessemelhança – agora entre lei e decreto – tangenciada. No entanto, a divergência apresenta implicações práticas expressivas, a começar pelo papel a ser desempenhado na regulamentação por cada um dos poderes estaduais. A propósito, o projeto de lei nº 1, elaborado pela bancada pesserrista quando dirigia o estado de Goiás o presidente do Legislativo, Hermógenes Coelho, e que salvaguardava o município de Goiás,[1470] causou prevenção em setores governistas desvinculados da antiga capital e, segundo Jaime Câmara, foi a "semente" que gerou o rompimento entre os chefes dos poderes Legislativo e do Executivo.[1471]

Admitimos que a ambição de rever verdades fossilizadas pela repetição no tempo nos moveu, bem como o desejo de ampliar, corrigir e criticar a memória, tarefa esta, aliás, própria da história. A rigor, tais objetivos caminharam conectados aos ensinamentos exarados por Israel Beloch, que advoga a indispensabilidade da conjugação equilibrada entre a análise interpretativa e a compreensão factual:

> penso também que a ignorância factual, decorrente em grande parte dessa rarefação informativa, e o exagero teoricista que marcou ultimamente o ensino e prática das ciências sociais no país são fatores que se alimentam reciprocamente, contribuindo para a

[1470] Por importante, cumpre relembrar, conforme visto no quinto capítulo, que o projeto de lei nº 1 era plenamente realizável, embora realmente generoso com o município de Goiás, consoante defendia o mudancismo condicionado. Isso porque previa para antiga capital uma parcela única de 200 (duzentos) contos de réis – valor correspondente a um dos quatro prédios que o governo estadual deveria entregar ao governo federal em Goiânia –, além do montante arrecadado pelo fisco estadual no território vilaboense no prazo de 10 anos. Em 1935, o valor recolhido em Vila Boa alcançou 271 (duzentos e setenta e um) contos de réis. A título de comparação, desprezando-se o montante gasto entre 1933 e 1935, vale acrescentar que o parlamento autorizou, por meio da lei estadual nº 29, de 20 de novembro de 1935, que o governo contraísse empréstimo de até 12.000 (doze mil) contos para a conclusão das obras da nova metrópole.

[1471] Tal rompimento produziu uma crise política de grandes proporções em Goiás. Esta crise, porém, será objeto de estudo em um outro trabalho.

> persistência de mitos que toldam a compreensão do passado e o projeto de futuro. Francisco Iglesias reconhece o problema ao afirmar que "não tardou a chegar-se ao exagero, por parte dos mais afoitos e ligeiros, que vão negar o fato e querem só a interpretação, servida da teoria. […] O seguro levantamento da realidade, com a valorização do factual (ele só pode ser desprezado depois de conhecido), é imposição da história contemporânea, como o foi em outros tempos."[1472]

Consoante ressaltou Paul Ricoeur, a partir de agora, a presente tese faz-se documento, permitindo uma série de reinscrições que submetem o conhecimento histórico a um processo contínuo de revisão.[1473]

Por fim, acreditamos que o resgate dos quatro momentos de tensão que marcaram o percurso mudancista goiano dará um novo alento aos estudos históricos atinentes ao tema. As interpretações lançadas, assentadas em copiosa documentação e profusa investigação, dialogam com os paradigmas propostos por Paulo Bertran, especialmente o concernente ao denominado "buraco negro" de Goiânia, e abrem uma outra perspectiva de compreensão da História de Goiás, restituindo sentido à ação política de personagens de um tempo e de um lugar não tão distantes da moderna capital.

[1472] BELOCH, Israel. Introdução à 1ª edição. In: FGV/CPDOC. *Op. Cit.*, 2001, v. I, p. XXV.
[1473] RICOEUR, Paul. *Op. Cit.*, p. 247.

REFERÊNCIAS

ABREU, João de. *O Norte reclama para os seus problemas uma solução racional em harmonia com a situação atual do Estado e da civilização*. Cidade de Goiaz: Oficinas Gráficas do Dep. de Estatística e Publicidade, 1935.

ALBERNAZ, Ondina de Bastos. *Reminiscências*. Goiânia: Kelps, 1991.

ALMEIDA, Laudelino Gomes de. Petroleo em Campininhas? *Voz do Povo*, Goyaz, Capital, 10 de julho de 1931.

_____. A mudança da capital. *Voz do Povo*, Goyaz, Capital, 24 de julho de 1932.

_____. Nenenzinho Santana. *O Social*, Goiaz, 31 de maio de 1934.

ALMEIDA, Victor Coelho de. Mudança da Capital de Goiaz. *Brasil Central*, Bomfim, Estado de Goiaz, 30 de outubro de 1932.

_____. *Goiaz e a prodigiosa riqueza do seu sub-solo – discurso pronunciado na Assembléa Constituinte pelo Deputado Victor Coelho de Almeida*. [S.l.:s.n.], 1935.

_____. Caderno manuscrito denominado *Miscellania* (1897 – 1938). Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central/PUC/GO.

ALMEIDA JÚNIOR, José Xavier. A ambição de mandar. *Voz do Sul*, Annapolis, 20 de setembro de 1936.

_____. A carta do sr. Hermogenes Coelho. *Voz do Sul*, Annapolis, 03 de janeiro de 1937.

ÁLVARES, Geraldo Teixeira. *A luta na epopéia de Goiânia: uma obra da engenharia nacional*. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica do Jornal do Brasil, 1942.

AMORIM, Eduardo Guedes de. *Aruanã*. Goiânia: Oriente, 1973.

AMORIM. Victor. A história panfletária de Goiás. *Jornal Opção*, Goiânia, 22 a 28 de julho de 2012.

ANHANGUERA. Mudança da Capital de Goyaz. *O Triangulo*, Araguary, 11 de dezembro de 1932.

_____. O Eldorado Goyano. *O Triangulo*, Araguary, 05 de fevereiro de 1933.

_____. Pró-Goyaz. *O Triangulo*, Araguary, 04 de junho de 1933.

AQUAROLI, Marcelo. *Dicionário Jurídico de Latim e Gramática*. 3ª edição. São Paulo: WVC Editora, [s.d.].

ARAÚJO, Lídia Gonçalves de. A Coluna Prestes: memória e política em Goiás. In: SANDES, Noé Freire. *Memória e região*. Brasília: Ministério da Integração Nacional/UFG, 2002, nota de rodapé nº 18.

ARENDT, Hannah. *Sobre a Revolução.* São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ARRAIS, Cristiano Pereira Alencar. As imagens da cidade e a memória do conflito. In: SANDES, Noé Freire. *Memória e região*. Brasília: Ministério da Integração Nacional: Universidade Federal de Goiás, 2002.

_____. *Identidade e cidades de fronteira:* um estudo sobre a construção de Goiânia a partir do conceito de momento de fronteira. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.

_____. *Projeções urbanas:* um estudo sobre as formas de representação e mobilização do tempo na construção de Belo Horizonte, Goiânia e Brasília. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

ASMAR, José. Pioneirismo no desenvolvimento de Goiânia. *O Popular*, Goiânia, 1º de agosto de 1991, Caderno 2.

_____. *Oposição também governa:* Alfredo Nasser na política estadual e nacional. Goiânia: ed. do autor, 1994.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *As Constituintes Mineiras de 1891, 1935 e 1947:* uma análise histórica. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1989.

ASSIS, Jacy. Um sensacional discurso proferido pelo Dep. Jacy de Assis, na Constituinte Estadual. *A Colligação*, Goyaz, 04 de junho de 1935.

_____. A mudança da capital. *A Colligação*, Goyaz, 14 de junho de 1935.

_____. Querem destruir Goiânia!. *O Bandeirante*, Uberlandia, 28 de agosto de 1937.

ASSIS, Wilson Rocha. *Estudos de História de Goiás*. 2ª ed. Goiânia: ed. Vieira, 2008.

ASSOCIAÇÃO GOIANA DE IMPRENSA. *Depoimentos para a sua história*. Goiânia: Cerne, 1980.

AXT, Gunter; TORRE, Márcia de la. *História de vida:* representações do Judiciário. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, 2003, v. 3.

AZEVEDO, Francisco Ferreira dos Santos. *Annuario Historico, Geographico e Descriptivo do Estado de Goyaz para 1910*. Brasília: SPHAN/8ª DR, 1987.

AZEVEREDO FILHO, Capitão. A nova capital de Goiás. *Ipamerí*, Ipamerí-Goiaz, 28 de maio de 1933.

BARBOSA, Alaor. Totó Caiado depõe. *O Popular*, Goiânia, 11 de junho de 1978, Suplemento Cultural.

BARBOSA, Eurico. *Pedro Ludovico:* a mudança revolucionária. Goiânia: Cerne, 1994.

BARRETO, Abílio. *Bello Horizonte:* memória histórica e descriptiva. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1928.

_____. *Bello Horizonte:* memoria historica e descriptiva (historia antiga). 2ª ed. Bello Horizonte: Rex., 1936.

BARROSO, Luís Roberto. *Direito Constitucional Brasileiro:* O Problema da Federação. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

_____. *O direito constitucional e a efetividade de suas normas*: limites e possibilidades da Constituição Brasileira. 7ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

BASBAUM, Leoncio. *História Sincera da República*: de 1930 a 1960. São Paulo: Editora Edaglit, 1962.

BASTOS, Celso Ribeiro. *Curso de Direito Constitucional*. 19ª ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 1998.

BASTOS, Joaquim da Cunha. Parecer emitido no processo nº 129 – Abastecimento de agua e esgoto desta capital. *Correio Official*, Goiaz, 19 de dezembro de 1932.

_____. A mudança da capital. *A Colligação*, Goyaz, 30 de setembro de 1934.

BASTOS, Luiz Confúcio da Cunha. *Estudo Genealógico da Família Bastos*. Araguari: Tipografia Cardoso, [s.d.].

BELOCH, Israel. Introdução à 1ª edição. In: FGV/CPDOC. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30/*Coordenação: Alzira Alves de Abreu...[et al]. Ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001, v. I.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BERQUÓ, Urbano. Voto nos autos nº 15. *Documentos avulsos do arquivo pessoal de Pedro Ludovico Teixeira*. Agepel, 2002, CD-ROM.

BERTRAN. Paulo. *Formação econômica de Goiás*. Goiânia: Oriente, 1978.

_____. Memória consúltil e a goianidade. *Revista da UFG*, ano VIII, n.1, jun. 2006.

BERTRAN, Paulo; FAQUINI, Rui. *Cidade de Goiás, Patrimônio da Humanidade.* Brasília e São Paulo: Ed. Verano e Takano, 2002.

BLASENHEIM, Peter. Uma história regional: a zona da mata mineira (1870 – 1906). In: *V Seminário de Estudos Mineiros:* A República Velha em Minas. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.

BOBBIO, Norberto. *Teoria do Ordenamento Jurídico*. 10ª ed. Brasília: Ed. Unb, 1999.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*, 5ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo,

2000, v. I.

BORGES, Barsanulfo Gomides. *O despertar dos dormentes:* estudo sobre a Estrada de Ferro de Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais (1909-1922). Goiânia: Cegraf, 1990.

_____. *Goiás nos quadros da economia nacional:* 1930-1960. Goiânia: Ed. da UFG, 2005.

BORGES, Filadelfo. *César Bastos*: vida e obra. Goiânia: Gráfica e Editora O Popular, 1987.

BORGES, Humberto Crispim. *Generais Goianos*. Goiânia: Ed. O Popular, 1979.

_____. *Moisés Santana:* vida e obra. Goiânia: Cerne, 1980.

BORGES, Oswaldo Affonso. *Constituição do Estado de Goiaz e sugestões apresentadas ao seu anteprojeto*. São Paulo: Tipografia Acadêmica, 1935.

BORGES, Venerando de Freitas. *Dobras do tempo*. Goiânia: O Popular, 1980.

BRANDI, Paulo. *Vargas:* da vida para a história. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934. In: *Diario Official*, Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1935.

BRASIL, Antônio Americano do. *Pela história de Goiás*. Coleção Documentos Goianos. Goiânia: Ed. da UFG, 1980.

BRETAS, Genesco Ferreira. *História da Instrução Pública em Goiás*. Goiânia: Cegraf/UFG, 1991.

_____. *Memórias de um botocudo*. Goiânia: Cânone Editorial, 2001.

BRITTO, Célia Coutinho Seixo. *A mulher, a História e Goiás.* 2ª ed. Goiânia: ed. da autora, 1982.

BRITTO, Francisco de. A oração do Apostolo. *A Colligação*, Goyaz, 12 de maio de 1935.

_____. O vilão e a vara. In: CÂMARA, Jaime. *Os tempos da mudança*. 2ª ed. Goiânia: Cultura Goiana, 1973.

_____. *Memórias de outro tempo*. Goiânia: Aberta, 1980.

BRITTO, Hélio Seixo de. Mudança da Capital: a verdade para a História. *Cinco de Março*, Goiânia, 30 de outubro a 05 de novembro de 1972.

BUENO, Jeronymo Coimbra. A Nova Capital: a maior realização goyana de todos os tempos. *Correio Official*, Goyaz-Capital, 13 de fevereiro de 1935.

_____. Discurso do Dr. Coimbra Bueno. *Cidade de Goiás*, Goiás, 15 de dezembro de 1946.

BULHÕES, Augusto de. *Leopoldo de Bulhões*: um financista de princípios (1856 – 1928). Rio de Janeiro: Edições Financeiras S.A., [s.d.].

BULHÕES, Leopoldo de. *Discursos Parlamentares.* Brasília: Câmara dos Deputados, 1979.

BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da Historiografia:* A Escola dos Annales (1929-1989). 2ª ed. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.

CABRAL, Ernani. Agua encanada à Capital!. *Voz do Povo*, Goyaz, Capital, 18 de setembro de 1931.

CAIADO, Antônio Ramos. Aos Goyanos! *A Colligação*, Goyaz, 25 de agosto de 1934.

CAIADO, Mario. Olygarchia goyana. *Voz do Povo*, Goyaz, 15 de julho de 1927.

_____. Estrada de Ferro de Goiaz. Voz do Povo, Goiaz, 18 de setembro de 1931.

_____. Carta ao "Lavoura e Comercio". *Lavoura de Comercio*, Uberaba, 03 de dezembro de 1932.

_____. O deputado Mario Caiado explica a posição do sr. Domingos Vellasco em face dos seus ex-companheiros. *Voz do Povo*, Goiaz, 04 de março de 1934.

_____. A situação politica. *Voz do Povo*, Goiaz, 17 de março de 1935.

CAIADO FILHO, Leão. Depoimentos. In: QUEIROZ, Luiz Alberto de. *O Velho Cacique.* Goiânia: Líder, 1990.

CALDEIRA, Aristides. Discurso pronunciado na 5ª sessão ordinária do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais aos 04 dias do mês de maio de 1891. In: *Annaes do Congresso Constituinte do Estado de Minas Geraes de 1891*. Ouro Preto: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1896.

CALDEIRA, Jorge. Voto secreto: nossa dívida intelectual com a democracia. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 27 de maio de 2012, Ilustríssima, p. 4-5.

CÂMARA, Jaime. *Os tempos da mudança*. Goiânia: ed. do autor, 1967.

_____. *Os tempos da mudança*. 2ª ed. Goiânia: Cultura Goiana, 1973.

_____. *Nos tempos de Frei Germano*. 2ª edição. Goiânia: Ed. O Popular, 1979.

CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional*: sua estrutura, seu conteúdo ideológico. Brasília: Senado Federal, 2001.

CAMPOS, Francisco Itami. Mudança da capital: uma estratégia de poder. *Cadernos do Indur.* Goiânia: Fundação Indur. nº 2, 1980.

_____. *Coronelismo em Goiás*. 2ª ed. Goiânia: Ed. Vieira, 2003.

CAMPOS, Francisco Itami; DUARTE, Arédio Teixeira. *O Legislativo em Goiás*. Goiânia: ed. do autor, 1998, V. II – perfil parlamentar (1891 – 1937).

CAMPOS, Onaldo. *Rio Verde histórico*. São Paulo: Edigraf S.A., 1971.

CAMPOS, Wagner Estelita. Introdução. In: BULHÕES, Leopoldo de. *Discursos Parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1979.

CAMPOS JÚNIOR, Oscar. *A mudança da capital do Estado de Goiaz – discurso pronunciado na sessão de 4 de julho de 1935, pelo deputado Oscar Campos Júnior.* Cidade de Goiaz: Seção de

Obras do Dep. de Estatística e Publicidade, 1935.

_____. *Correio Official*, Goiaz-Capital, 18 de junho de 1935.

CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência:* a polícia da era Vargas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História:* ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

CARNEIRO, Maria Luiz Tucci (org.). *Minorias Silenciadas:* História da Censura no Brasil. São Paulo: Ed. da USP/Imprensa Oficial do Estado/Fapesp, 2002.

CARONE, Edgard. *A Primeira República (texto e contexto)*. São Paulo: Difel, 1969.

_____. *República Velha (Instituições e classes sociais)*. 3ª ed. São Paulo: Difel, 1975.

_____. *Revoluções do Brasil Contemporâneo (1922/1938)*. São Paulo: Difel, 1975.

_____. *A República Velha (evolução política)*. 3ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1977.

_____. *A República Nova (1930-1937)*. 3ª ed. São Paulo: Difel, 1982.

CARVALHO, José Murilo de. As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. *Cadernos do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais.* Belo Horizonte: Imprensa Universitária, março de 1974, nº 1.

_____. *A formação das almas*: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Pontos e Bordados: escritos de História e Política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CASTRO, Abel Soares de. *Origem dos Institutos Jurídicos de Goiaz*. Goiânia: ed. do autor, 1946.

CASTRO, Agenor Alves de. Ainda na sessão de segunda-feira o Dep. Agenor de Castro pronunciou o seguinte discurso. *A Colligação*, Goyaz, 07 de julho de 1935.

CASTRO, Maria Helena de Magalhães. O Rio Grande do Sul no pós-30: de protagonista a coadjuvante. In: Gomes, Ângela Maria de Castro (Org.). *Regionalismo e Centralização Política:* partidos e constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

CASTRO, Zacheu Alves de; CASTRO, Zabulon Alves de. Declaração necessaria. *Correio Official*, Goiaz-Capital, 16 de outubro de 1934.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. *Tocantins:* o movimento separatista do norte de Goiás, 1821 1988. São Paulo: Anita Garibaldi, 1999.

CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros:* discurso e práxis dos seus programas. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

CHAUL, Nasr Fayad. *A construção de Goiânia e a transferência da capital.* Goiânia: Centro

Editorial e Gráfico da UFG, 1988.

_____. *Caminhos de Goiás*: da construção da decadência aos limites da modernidade. 3ª ed. Goiânia: Editora UFG, 2010.

CHAUL, Nasr Fayad; DUARTE, Luis Sérgio. (Org.). *As cidades dos sonhos:* desenvolvimento urbano em Goiás. Goiânia: Ed. da UFG, 2004.

CINTRA, Antônio Octavio. A política tradicional brasileira: uma interpretação entre o centro e a periferia. *Cadernos do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Universitária, março de 1974, nº 1.

CINTRA, Assis. *Os escândalos da 1ª República*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1936.

COELHO, Indalícia Guedes de Amorim. *Retalhos d'alma.* Goiânia: Gráfica O Popular, 1972.

COELHO, Magaly Caiado de Castro Aquino. *Lembrando fatos e curtindo os setenta (e muitos mais) anos.* Goiânia: Kelps, 2003.

_____. *Lembrando fatos e curtindo os setenta (e muito mais) anos – livro II*. Goiânia: King Gráfica e Editora, 2005.

CONTART, Luiz Gonzaga. *Vellasco:* paladino do socialismo. Goiânia: ed. do autor, 1995.

CORALINA, Cora. Como a mudança se fez tão tarde!. *Folha de Goiaz*, Goiânia, 24 de outubro de 1979.

COSTA, Emília Viotti da. *STF:* O Supremo Tribunal Federal e a construção da cidadania. 2ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

_____. *Da monarquia à república:* momentos decisivos. 8ª ed. rev. e ampliada. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2007.

COSTA, Gerson Castro. *Goiânia, a metrópole do Oeste.* Goiânia: Prefeitura Municipal, 1985.

COUTO, Luiz do. *O caso de Santa Cruz*. Barretos: Gráfica Tedesco, [s.d.].

_____. Historia Politica de Goyaz. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 1927, p. 05.

_____. A mudança da capital de Goiás. *A Tribuna*, Uberlandia, 16 de agosto de 1931.

_____. Coronel Miguel da Rocha Lima. *Cidade de Goiás*, 14 de janeiro de 1940.

CURADO, Sebastião Fleury. Réplica indispensável. *Goyaz*, Goyaz, 13 de fevereiro de 1909.

_____. *Voz do Povo*, Goyaz, 24 de fevereiro de 1935.

_____. *Memórias Históricas*. Goiânia: ed. do autor, 1956.

CUSTÓDIO, Fábio Nasser. Biografia. In: NASSER, Consuelo. *Alfredo Nasser:* o líder não morreu. Goiânia: Líder, 1995.

DAHER, Nice Monteiro. *Velhos portais:* prefácios – crônicas. Goiânia: Kelps, 2000.

DIAS, José Lourenço. Camara Legislativa – A eleição de seu presidente. *Voz do Sul*, Annapolis, 28 de junho de 1936.

_____. Campanha contra a Constituição. *Voz do Sul*, Annapolis, 20 de setembro de 1936.

_____. A mudança independe do Legislativo. *Voz do Sul*, Annapolis, 27 de setembro de 1936.

DOLES, Dalísia Elisabeth Martins. *As comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX*. Goiânia: Ed. Oriente, 1973.

ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

ÉLIS, Bernardo. *Apenas um violão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

_____. Goiás em sol maior. *Obra reunida de Bernardo Élis*. Coleção Alma de Goiás, v. 4. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1987.

FAORO, Raymundo. *Assembléia Constituinte:* a legitimidade recuperada. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder:* formação do patronato político brasileiro. 3ª ed. São Paulo: Globo, 2001.

FARIA, Salomão Clementino de. *Discurso proferido pelo deputado Salomão de Faria na sessão de 5 de junho de 1935*. Cidade de Goiaz: Seção Gráfica do Dep. de Estatística e Publicidade, 1935.

_____. Justificação da emenda sobre a mudança da capital. *Correio Official*, Goiaz-Capital, 19 de junho de 1935.

_____. Explicação necessaria. *Folha de Goiaz*, Goiaz, 04 de julho de 1935.

FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel. 1983.

_____. *A revolução de 1930:* historiografia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. *História do Brasil*. 6ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

_____. *Memória e História*. São Paulo: Graal, 2005.

FERNANDES, Clever Luiz; AQUINO, Reginaldo Lima de. *Jalles Machado:* utopia e modernidade. Goianésia: UEG, 2001.

_____. *A UDN e o PSD goianos*: ensaio de história política (1945-1966). Goiânia: Kelps, 2005.

FERRARI, Sérgio. *Constituição Estadual e Federação*. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2003.

FERRAZ, Anna Cândida da Cunha. *Poder Constituinte do Estado-membro*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1979.

FERREIRA, Joaquim Carvalho. *Presidentes e Governadores de Goiás*. Goiânia: Editora UFG (Coleção Documentos Goianos, 5), 1980.

FERREIRA. Mário da Costa. A mudança da capital goyana. *Informação Goyana*, Rio de Janeiro,

julho e agosto de 1932.

_____. A mudança da capital. *Informação Goyana*, Rio de Janeiro, setembro de 1932.

FGV/CPDOC. *Dicionário histórico-biográfico pós-30*/Coordenação: Alzira Alves de Abreu...[et al]. Ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001, v. I, II, III, IV e V.

FIGARO. Cartas do Rio. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 14 de setembro de 1905, p. 01.

FLEISCHER, David V. A cúpula mineira na República Velha. In: *V Seminário de Estudos Mineiros:* A República Velha em Minas. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.

FLEURY, Maria Elizabeth. Estudo técnico x política. *Diário da Manhã*, 25 de janeiro de 2010, Suplemento Literário.

FONSECA, Alberto; PRADO FILHO, José Francisco do. *Um esquecido marco do saneamento no Brasil*: o sistema de águas e esgotos de Ouro Preto (1887-1890). Rio de Janeiro: História, Ciências, Saúde Manguinhos, jan/mar/2010, vol. 17, nº 1.

FONSECA, Janete Flor de Maio. *Tradição e modernidade:* a resistência de Ouro Preto à mudança da capital. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.

FONTOURA, João Neves da. *Discursos Parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978.

FRANÇA, Basileu Toledo. *Cavalo de rodas:* a entrada do automóvel em Goiás. Goiânia: Oriente, 1979.

FREIRE, Nilson de Souza. *Nas barrancas de Santa Rita do Paranahyba*: jogos do poder em Itumbiara de 1830-2011. Itumbiara: ed. do autor, 2011.

FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. Arraial e coronel. São Paulo: ed. Cultrix, 1978.

_____. *Poder e paixão*: a saga dos Caiado. Goiânia: Cânone Editorial, 2009, V. I e II.

GALVEZ, José A. (Org.). *Dicionário Larousse francês-português, português-francês: mini.* São Paulo: Larousse do Brasil, 2005.

GARCIA, Ledonias Franco. *Anápolis:* para viver e aprender. Ensino fundamental. Goiânia: Cânone Editorial, 2006.

_____. *Goyaz:* uma província do sertão. Goiânia: Cânone Editorial/Editora PUG – Goiás, 2010.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GODOI, Albatenio de. *Do meu tempo*. Goiânia: UFG, 1969.

GODOY, Claro Augusto. Olygarchia goyana. *Voz do Povo*, Goyaz,1º de julho de 1927.

_____. *Fragmentos do Passado*. Goiânia: O Popular, 1975.

GODOY, Maria Paula Fleury de. *Do Rio de Janeiro a Goiás – 1896 (a viagem era assim)*. 2ª ed.

Goiânia: ed. da autora, 1985.

GOIÁS. *Ante-Projecto da Constituição do Estado*. Elaborado pela Comissão nomeada pelo Decreto n. 4.952 de 5 de setembro de 1934. Cidade de Goiaz: Seção de Obras do Dep. de Estatística e Publicidade, 1935.

_____. *Atos do Governo Revolucionário do Estado de Goyaz em 1930*. Organização de Segismundo Melo. Cidade de Goiaz: Oficinas Gráficas Popular, 1936.

_____. *Atos do governo revolucionário do Estado de Goiaz de 1932*. Organização de Segismundo Melo. Goiânia: Livraria, Papelaria e Tipografia Popular, 1938.

_____. *Colleção das Leis do Estado de Goyaz*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1911, tomo XV.

_____. *Colleção das Leis do Estado de Goyaz*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1911, tomo XVII.

_____. *Colleção das Leis do Estado de Goyaz sanccionnadas no anno de 1911*. Goyaz: Typographia do "Goyaz", 1911, tomo XVIII.

_____. *Collecção das leis do Estado de Goyaz saccionadas no anno de 1917,* tomo XXIV. Goyaz: Typographia do Correio Official, 1917.

_____. *Colleção das Leis do Estado de Goyaz sanccionadas no anno de 1927*. 2ª ed. Goyaz: Correio Official, 1929.

_____. *Coleção de Atos do Governo Provisório em 1933*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, [s.d].

_____. *Coletânea de leis dos atos do Governo Provisório em 1934.* Organização de Alberto R. Silva. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1946.

_____. *Coleção dos Atos do Governo Provisório em 1935*. Organização de Alberto R. Silva. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas. [s.d.].

_____. *Coleção de Leis relativas à 1ª sessão da 1ª Legislatura da Assembléa Constituinte do Estado de Goiaz, inclusive a lei orçamentária para 1936*, Cidade de Goiaz: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, secção do Departamento de Estatística e Publicidade do Estado de Goiaz, [s.d.], V. I.

_____. *Constituição Politica do Estado de Goyaz.* Edição especial contendo a consolidação a que se refere o art. 4º, das Disposições Transitorias da Reforma Constitucional de 13 de Julho de 1898, tirada por ordem do Presidente da Camara dos Deputados. [s.l.: s.n.], [189_].

_____. *Constituição do Estado de Goiaz*. Cidade de Goiaz: Seção Gráfica do Dep. de Estatística e Publicidade, 1935.

_____. *Divisão Judiciaria e Administrativa e Circulos Eleitorais do Estado de Goyaz em 1923*. Organizada pelo chefe da 1ª secção da Secretaria do Interior e Justiça, Bacharel Emiliano Ferreira Rios. Goyaz: Correio Official, 1924.

_____. *Mensagem dirigida à Camara Legislativa de Goyaz pelo governador do estado Major Dr. Rodolpho Gustavo da Paixão no dia 5 de dezembro de 1891.* In: *Memória Goianas,* nº 15. Goiânia: Ed. UCG, 2002.

_____. *Mensagem dirigida à Camara dos Deputados de Goyaz pelo Exmo. Sr. Tenente Coronel do Exército José Ignacio Xavier de Brito, presidente do Estado, por occasião de ser installada a 1ª sessão ordinaria da 2ª legislatura em 16 de maio de 1895*. Goyaz: Typographia Perseverança, 1895.

_____. *Mensagem enviada ao Congresso na abertura da primeira sessão da quinta legislatura pelo Presidente do Estado Dr. José Xavier de Almeida.* Goyaz: Typ. "Perseverança", 1905.

_____. *Mensagem enviada ao Congresso na abertura da segunda sessão da quinta legislatura pelo Presidente do Estado Miguel da Rocha Lima*. Goyaz: Typ. Perseverança, 1906.

_____. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de Goyaz pelo Dr. Olegário H. da Silveira Pinto em 13 de maio de 1914*. Goyaz: Typ. do Estado de Goyaz.

_____. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de Goyaz na 1ª sessão da 8ª legislatura em 13 de maio de 1917 pelo Exmo. Sr. Coronel Joaquim Rufino Ramos Jubé presidente do Senado em exercício do cargo de Presidente do Estado*. Goyaz: Typ. da Casa Progredior, 1917.

_____. *Mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Estado de Goyaz pelo Presidente do Estado Desembargador João Alves de Castro na 2ª sessão da 8ª legislatura em 13 de maio de 1918*. Goyaz: Typ. do Correio Official, 1918.

_____. *Mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Estado pelo Presidente Desembargador João Alves de Castro, na 1ª sessão da 9ª legislatura, em 13 de maio de 1921.* Goyaz: Typ. do Correio Official, 1921.

_____. *Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado de Goyaz, apresentada a 13 de maio de 1922 pelo Presidente do Estado, Cel. Eugenio Rodrigues Jardim*. Goyaz: Typographia do Correio Official, 1922.

_____. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo a 13 de maio de 1924 pelo Coronel Miguel da Rocha Lima, Presidente do Estado.* [S.l.:s.n.], 1924.

_____. *Mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Estado de Goyaz a 14 de maio de 1926 pelo Presidente Dr. Brasil Ramos Caiado*. [S.l.:s.n], 1926.

_____. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo a 13 de maio de 1928 pelo exmo. sr. dr.*

Brasil Ramos Caiado, Presidente do Estado de Goyaz. Goyaz: Typ. do Correio Official, 1928.

_____. *Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado de Goyaz apresentada em 13 de maio de 1929 pelo Presidente do Estado Dr. Brasil Ramos Caiado*. Goyaz: Officinas do Correio Official, 1929.

_____. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado de Goyaz, 2ª sessão ordinaria da 1ª legislatura, em 1º de julho de 1936, pelo governador Dr. Pedro Ludovico Teixeira*. Goyania: Officinas do Correio Official, 1936.

_____. *Relatório dos Trabalhos do Congresso Legislativo do Estado de Goyaz em 1909*. Goyaz: Typographia do "Goyaz", 1909.

_____. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Coronel Miguel da Rocha Lima pelo Secretário de Estado dos Negócios das Finanças Luiz Guedes d'Amorim em 30 de abril de 1924*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924.

_____. *Relatório apresentado ao Senhor Doutor Alfredo Lopes de Moraes Presidente do Estado pelo Secretário das Obras Públicas Jalles Machado de Siqueira*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1930.

_____. *Relatório apresentado ao Chefe do Governo Provisório pelo Interventor Federal em Goiás em 1933,* [S.l.:s.n.], 1933.

_____. *Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Presidente da República pelo Dr. Pedro Ludovico Teixeira em 1939. Goiânia: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial,* [s.d.]

_____. *Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Presidente da República pelo Dr. Pedro Ludovico Teixeira de 1940 a 1942*, [S.l.:s.n.], [s.d.].

GOMES, Horieste; TEIXEIRA NETO, Antônio; BARBOSA, Altair Sales. *Geografia Goiás-Tocantins*. 2ª ed. Goiânia: Editora da UFG, 2004.

GOYANO DA GEMMA. A velha capital. *Voz do Sul*, Annapolis, 10 de maio de 1936.

GOYANO, João. Hebdomadaes... *O Democrata*, Goyaz, 17 de outubro de 1924.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *Regionalismo e Centralização Política: partidos e constituinte nos anos 30* (introdução). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930 – 1935). In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel. 1983.

GOMIDE, Cristina Helou. *História da transferência da capital de Goiás para Goiânia*. Goiânia: Editora Alternativa, 2003.

_____. Cidade de Goiás: da idéia de preservação à valorização do patrimônio – a construção da

imagem de cidade histórica (1930-1978). In: CHAUL, Nasr Fayad; DUARTE, Luis Sérgio. (Org.). *As cidades dos sonhos:* desenvolvimento urbano em Goiás. Goiânia: Ed. da UFG, 2004.

GRAEFF, Edgar Albuquerque. *Goiânia:* 50 anos. Brasília: MEC-SESU, 1985.

GRYNSZPAN, Mário. *Acordos e desacordos na política nacional*: as tentativa de conciliação no ano de 1936. FGV/CPDOC, 1983.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Quinhentos anos de periferia:* uma contribuição ao estudo da política internacional. 3ª edição. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/Contraponto, 2001.

HAAS, Carlos. Memorial. *Voz do Povo*, Goyaz, Capital, 20 de fevereiro de 1931.

_____. A mudança da Capital. *Voz do Sul*, Annapolis-Goyaz, 17 de julho de 1932.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva.* São Paulo: Centauro, 2006.

HEINZ, Flávio M. (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

I.B. Goyanos da Capital! *A Colligação*, Goyaz, 16 de setembro de 1934.

IBGE. *Sinopse Estatística do Estado de Goiás*, nº 2. Goiânia: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial do Estado, 1938.

IGLÉSIAS, Francisco. Política Econômica do Estado de Minas Gerais. In: *V Seminário de Estudos Mineiros*: a República Velha em Minas. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.

_____. Prefácio. In: BRANDI, Paulo. *Vargas:* da vida para a história. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

IVO, Gabriel. *Constituição Estadual:* Competência para elaboração da Constituição do Estado-membro. São Paulo: Max Limonad, 1997.

JAMEGÃO, Jota. A mudança da capital de Goiás. *Lavoura e Comercio*, Uberaba, 21 de novembro de 1932.

JAYME, Senador Gonzaga. Autonomia dos Estados. *O Planalto*, Santa Luzia, Estado de Goyaz, 30 de julho de 1916.

JUBÉ JÚNIOR, Joaquim Rufino Ramos. Declaração de voto. *A Colligação*, Goyaz, 08 de agosto de 1935.

JUNGMANN, Augusto. Restaurando a verdade. *Voz do Povo*, Goyaz, 18 de março de 1934.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto:* o município e o regime representativo no Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2005.

LÉO-LYNCE. Notas à margem. *O Social*, Goyaz, 17 de fevereiro de 1935.

_____. Nota extra. *O Social*, Goiaz, 10 de março de 1935.

LESSA, Renato. *Da desordem á regulação (1935 – 1937)*. FGV/CPDOC, 1979.

_____. *A invenção republicana:* Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira. 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história*: novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

LEVINE, Robert. *A Velha Usina* – Pernambuco na federação brasileira, 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. *O Regime de Vargas (1934-1938):* os anos críticos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. *A verdade sobre a Revolução de Outubro – 1930*. 3ª ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1983.

_____. Prefácio à segunda edição. In: LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto:* o município e o regime representativo no Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LINHARES, Joaquim Nabuco. *Mudança da Capital (apontamentos históricos)*. Bello Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1905.

LIRA NETO. *Getúlio:* dos anos de formação à conquista do poder (1882-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LYRA, Aderaldo. Estados de inconsciencia pathologica. *Correio Official*, Goiânia, 26 de agosto de 1936.

LÔBO, José. *Goianos ilustres*. Goiânia: Oriente, 1974.

LOBO, José Sêneca. *Bonfim de Goiás:* minha terra e minha gente. Goiânia: ed. do autor, 1983.

_____. Campinas de Goiás (Relato Geral). *Diário da Manhã*, Goiânia, 1º de agosto de 2011, Suplemento Literário.

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.

_____. *A locomotiva*: São Paulo na federação brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. Autonomia e Interdependência: São Paulo e a Federação Brasileira, 1889-1937. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*, 4ª ed., 1985, tomo III, v. I.

_____. O Rio Grande do Sul como Fator de Instabilidade na República Velha. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*, 4ª ed., 1985, tomo III, v. I.

LOVE, Joseph; BARICKMAN, Bert. Elites regionais. In: HEINZ, Flávio M. (org.). *Por outra*

história das elites. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MACHADO, Maria Cristina Teixeira. *Pedro Ludovico:* um tempo, um carisma, uma história. Goiânia: Cegraf/UFG, 1990.

MAC LEOD. A taxa do cambio e a economia nacional. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 07 de maio de 1910, p. 01.

MANGABEIRA, Otávio. *Discursos Parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978.

MANSO, Celina Fernandes Almeida. *Goiânia:* uma concepção urbana, moderna e contemporânea – um certo olhar. Goiânia: ed. do autor, 2001.

MANTOVANI, André Luiz. *Melhorar para não mudar*: ferrovia, intervenções urbanas e seu impacto social em Ouro Preto-MG, 1885-1897. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

MARTINELLI, Maria Cavalcante. *João D'Abreu:* sua vida, sua obra. Goiânia: Unigraf, 1983.

MARTINS, Osmar Pires. Significados possíveis da instalação do monumento equestre de Neusa Morais no Parque Serrinha. *Diário da Manhã*, Goiânia, 15 de julho de 2010.

MASCARENHAS, Viriato. Discurso pronunciado na 10ª sessão ordinária do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais aos 09 dias do mês de maio de 1891. In: *Annaes do Congresso Constituinte do Estado de Minas Geraes de 1891*. Ouro Preto: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1896.

MAXIMILIANO, Carlos. *Comentários à Constituição brasileira de 1891*. Brasília: Senado Federal, (coleção história constitucional brasileira), 2005.

MEDEIROS, Wilton de Araújo. *Goiânia Metrópole:* sonho, vigília e despertar (1933-1973). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, 2010.

MELLO, Taciano Gomes de. Na Constituinte de Goyaz. Discurso do dep. Taciano de Mello sobre a mudança da capital. *Araguary*, Minas, 04 de agosto de 1935.

MENDES, Josefina Pinheiro. *Recordando*. Goiânia: Deescubra, 2002.

MENDONÇA, Alzino Furtado de; ROCHA, Cláudia Regina Ribeiro; NUNES, Heliane Prudente; REGINO, Sueli Maria de. *Metodologia científica:* guia para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos. Goiânia: Faculdades Alves Faria, 2003.

MENDONÇA, Jales Guedes Coelho. *A Assembléia Constituinte Goiana de 1935 e o mudancismo condicionado*. Goiânia: Ed. da UCG, 2008.

_____. *A Invenção de Goiânia*: o outro lado da mudança. Goiânia: Editora Vieira, 2013.

_____. A queda de Bonfim e a escolha prévia de Campinas. *Tribuna do Planalto*, Goiânia, 18 a 24

de outubro de 2009, p. 1-4, Tribuna Documento.

_____. O crime de Santa Rita do Paranaíba: coronelismo no extremo sul de Goiás. In: *VIII Semana de Pesquisa e III Colóquio de Pesquisa de História/UFG*, 2010.

MENEZES, Irmã Áurea Cordeiro. *Dom Emmanoel Gomes de Oliveira: arcebispo da instrução*. Goiânia: Agepel, 2001.

MINAS GERAIS. *Constituição Política do Estado de Minas Geraes de 1891*. [s.l.:s.n.], [s.d.].

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES. *Processo nº 1698/34*. Recurso da empresa Guedes, Ratto & Cia contra ato da interventoria do estado de Goiás. Secretaria de Estado. Diretoria do Interior, 1ª Secção. Arquivo Nacional.

MIRANDA, J. Licinio de. Bilhete de um mudancista. *Lavoura e Comercio*, Uberaba, 17 de abril de 1933.

MIRANDA, Pontes de. *Comentários à Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*, Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1937, V. I e II.

MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Como nasceu Goiânia*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1938.

MOOG, Viana. Depoimentos. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Simpósio sobre a Revolução de 30*. Porto Alegre: Erus, 1983.

MORAES, Joviano de. Explicação. *O Sudoeste*, Rio Verde, Goyaz, 22 de junho de 1924.

MORAES, Maria Augusta Sant'anna. *História de uma oligarquia:* os Bulhões. Goiânia: Oriente, 1974.

MORAES, Cristina de Cássia Pereira. O Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara e os trabalhadores na Cidade de Goiás (1830-1860). In: FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. (Org.). *Saúde e Doenças em Goiás*: a medicina possível. Goiânia: Ed. UFG, 1999.

MOTA, Ático Vilas Boas da; GOMES, Modesto. *Aspectos da cultura goiana*. Goiânia: Oriente, 1971.

MUNICÍPIO DE GOIÁS. *Collecção de Leis Municipais da Capital de Goyaz (1915-1919)*. Goyaz: Imp. Official C. Alves Pinto, 1921.

NAGO, Matma. Villa Bôa de Goyaz e a Nova Capital. *Correio Official*, Goiaz-Capital, 21 de março de 1935.

NASSER, Alfredo. A Mudança da Capital Debatida na Assembléa Constituinte. *A Colligação*, Goyaz, 14 de junho de 1935.

_____. A Mudança da Capital empolga a Constituinte. *A Colligação*, Goyaz, 07 de julho de 1935.

NASSER, Consuelo. *Alfredo Nasser:* o líder não morreu. 2ª ed. Goiânia: Líder, 1995.

NEY, Licardino de Oliveira. *Um lutador*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora Ltda., 1975.

NOVAIS, Fernando; CARDOSO, Fernando Henrique. Anotações para um preâmbulo. In: LOVE, Joseph. *A locomotiva:* São Paulo na federação brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PRADO, Maria Lígia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. (Orgs.) *A história na política, a política na história*. São Paulo: Alameda, 2006.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. *As imagens e mudança cultural em Goiânia*. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1999.

_____. As imagens de Goiânia na literatura mudancista. In: CHAUL, Nasr Fayad; DUARTE, Luis Sérgio. (Org.). *As cidades dos sonhos:* desenvolvimento urbano em Goiás. Goiânia: Ed. da UFG, 2004.

PAES, Lycidio. A capital de Goyaz. *A Tribuna*, Uberlandia, 21 de setembro de 1935.

PALACIN, Luiz. *Fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás*. Goiânia: Oriente, 1976.

_____. *Coronelismo no extremo norte de Goiás:* o padre João e as três revoluções de Boa Vista. Goiânia: Cegraf, 1990.

PANDOLFI, Dulce Chaves. A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político. In: Gomes, Ângela Maria de Castro (Org.). *Regionalismo e Centralização Política:* partidos e constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquia (1889-1934)*: a Bahia na Primeira República Brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1979.

PASSOS, Lindolpho Emiliano dos. *Goiás de ontem:* memórias militares e políticas. Goiânia: ed. do autor, 1987.

PENNA, Affonso. Aparte pronunciado na 31ª sessão extraordinária do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais aos 07 dias do mês de junho de 1891. In: *Annaes do Congresso Constituinte do Estado de Minas Geraes de 1891*. Ouro Preto: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1896.

PENNA, José Osvaldo de Meira. *Quando mudam as capitais*. Brasília: Senado Federal, 2002.

PEREIRA, Joaquim Neves. *Um estadista do sertão*. Goiânia: ed. do autor, 1959.

PINHEIRO, Antônio César Caldas. *Os tempos míticos das cidades goianas:* mitos de origem e invenção de tradições. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.

PINTO, Olegário. *Discursos pronunciados no Senado Federal nas sessões de 22 de abril de 1922, 23, 31 de outubro e 8 de dezembro de 1923*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923.

PIRES, Mário Jorge. O gosto pela História. *História Viva*, Rio de Janeiro, setembro de 2004.

POLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Revista de Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, vol. 2, nº 3, 1989.

POMIAN, k. Ciclo. In: *Enciclopédia Einaudi,* Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1993, v. 29 (Tempo/Temporalidade).

_____. Periodização. In: *Enciclopédia Einaudi.* Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1993, V. 29 (Tempo/Temporalidade).

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA. *Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Interventor Federal pelo Prefeito Venerando de Freitas Borges (20/11/935 a 31/12/939)*, [s.l.:s.n.], 1940.

QUEIROZ, Luiz Alberto de. *O Velho Cacique.* Goiânia: Líder, 1990.

RAMINELI, Ronald. História Urbana. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história*: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

RAZO, Monte. Discurso pronunciado na 5ª sessão ordinária do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais aos 04 dias do mês de maio de 1891. In: *Annaes do Congresso Constituinte do Estado de Minas Geraes de 1891*. Ouro Preto: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1896.

REIS, Gelmires. *Efemérides Goianas*. Goiânia: Tipografia e Editora Bandeirante, 1979.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. (Org.). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

RESENDE, Maria Efigenia Lage de. Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte: Imprensa Universitária, 1974.

RIBEIRO, Ovidio. A mudança da capital de Goiás. *Lavoura e Comercio*, Uberaba, 22 de outubro de 1932.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.

ROCHA, Hélio. *Memória da Energia em Goiás:* Celg 50 anos. Goiânia: ed. do autor, 2005.

_____. Pedro Ludovico, a estátua e o cavalo. *O Popular*, Goiânia, 02 de julho de 2010.

ROCQUE, Carlos. *Magalhães Barata: o homem, a lenda, o político*. Belém: Secult, 1999.

RODRIGUES, José Eduardo Ramos; MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. *Estudos de direito do patrimônio cultural.* Belo Horizonte: Fórum, 2012.

ROSA, Joaquim. *De Totó Caiado a Pedro Ludovico*. Goiânia: Oriente, 1980.

_____. *Por esse Goiás afora*. Goiânia: Livraria Editora Cultura Goiana, 1974.

_____. Texto inédito intitulado “Por esse Goiás adentro”, sob a guarda do Instituto Cultural José Mendonça Teles. Trabalho datilografo contendo 112 páginas.

ROSA, Maria Luíza Araújo. *Dos Bulhões aos Caiado:* um estudo da História Política de Goiás (1899-1909). Goiânia: UCG, 1984.

ROSE, R. S. *Uma das coisas esquecidas:* Getúlio Vargas e controle social no Brasil – 1930–1945. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

S. O que ha de novo. *Estado de São Paulo*, São Paulo, 11 de julho de 1911, p. 03.

_____. O que ha de novo. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 02 de agosto de 1911, p. 06.

_____. O que ha de novo. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 10 de setembro de 1913, p. 03.

SÁ, Gil de. Bomfim. In: *Informação Goyana*, Rio de Janeiro, julho de 1931.

SABINO JÚNIOR, Oscar. *Goiânia documentada*. São Paulo: Edigraf, 1960.

_____. *Goiânia Global*. Goiânia: Oriente, 1980.

SALGUEIRO, Heliana Angotti (org.). *Cidades Capitais do Século XIX:* Racionalidade, Cosmopolitismo e Transferência de Modelos. São Paulo: Editora da USP, 2001.

SANCHES, Cida. Bonfim – Silvânia rejeitada por Pedro Ludovico para ser a Capital de Goiás. *Diário da Manhã*, Goiânia, 28 de dezembro de 2009, Suplemento Literário.

SANDES, Noé Freire. A invenção da nação: entre a monarquia e a república. Goiânia: Ed. da UFG: Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, 2000.

_____. Memória e história de Goiás. In: SANDES, Noé Freire (Org.). *Memória e região*. Brasília: Ministério da Integração Nacional: Universidade Federal de Goiás, 2002.

_____. 1930 e a leitura do passado: política e exílio. In: *XII Encontro Regional de História*. Usos do passado. Rio de Janeiro: Anpuh-Rio, 2006.

_____. *O tempo revolucionário e outros tempos:* o jornalista Costa Rego e a representação do passado (1930-1947). Goiânia: Ed. UFG, 2012.

SANTOS, Miguel Archângelo Nogueira de. *Missionários redentoristas alemães em Goiás, uma participação nos movimentos de renovação e de restauração católicas – 1894 a 1944*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, 1984.

SATURNO. Por Vila Bôa. *Folha de Goiaz*, Goiaz, 29 de dezembro de 1935.

SENADO FEDERAL. *Constituições do Brasil:* de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946 e 1967 e suas alterações. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1986.

SIEYÈS, Emmanuel Joseph. *A Constituição Burguesa*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.

SILVA, Ana Lúcia da. *A Revolução de 30 em Goiás*. Goiânia: Cânone Editorial e Agepel, 2001.

SILVA, Collemar Natal e. O pleito na Capital. *Voz do Povo*, Goyaz, Capital, 13 de maio de 1933.

_____. Entrevistas. *Revista da Academia Goiana de Letras*. Goiânia: Editora Oriente, junho de 1974, n. 4.

_____. *Realizações e projetos de Colemar Natal e Silva no campo da cultura em Goiás*. Org. por Moema de Castro e Silva Olival. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992.

SILVA, Francisco Ayres. *Caminhos de outrora:* diário de viagens. Goiânia: Oriente, 1972.

SILVA, Ignácio Xavier. A mudança da Capital, *Voz do Povo*, Goyaz, Capital, 10 de julho de 1932.

SILVA, J. Trindade da Fonseca. *Lugares e Pessoas: subsídios eclesiásticos para a história de Goiás*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesiana. 1948, V. I.

SILVA, José Afonso. *Aplicabilidade das normas constitucionais*. São Paulo: Malheiros Editores, 1999.

SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. *A construção de Brasília:* modernidade e periferia. Ed. da UFG, 1997.

_____. *O enigma dos anéis e dos dedos:* discurso e prática liberal nos anos 30. Goiânia: Ed. da UFG, 2006.

SILVA FILHO & CIA. *Goiás tétrico*. [S.l.:s.n.], 1931.

SOARES, Inês Virgínia Prado; KISHI, Sandra Akemi Shimada (Coord.). *Memória e verdade*: a justiça de transição no Estado Democrático brasileiro. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

SÓCRATES, Marechal Eduardo. Em revide. *Voz do Povo*, Goyaz, 02 de março de 1928.

_____. Goyaz no ostracismo. *Voz do Povo*, Goyaz, 16 de março de 1928.

SOUSA, José Bernardo Félix. As eleições goianas. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais, jan. 1964, nº 16.

SOUZA, Dalva Borges de. *Violência, poder e autoridade em Goiás*. Goiânia: Ed. da UFG, 2006.

SOUZA, José Honorato da Silva e. *Ante-Projecto da Constituição do Estado*. Cidade de Goiaz: Seção de Obras do Dep. de Estatística e Publicidade, 1935.

_____. A mudança da capital e o ante-projecto da Constituição goyana. *Correio Official*, Goyaz-Capital, 06 de abril de 1935.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. O processo político-partidário na Primeira República. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva*. 7ª ed. São Paulo: Difel, 1976.

STACCHINI, José. Goiás, ou o "socialismo oligárquico". *Estado de São Paulo*, São Paulo, 06 de dezembro de 1964, p. 148.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *HC nº 15611/1925*. Paciente: Pedro Ludovico e outros.

Coator: Presidente do Estado.

TEIXEIRA, Egerinêo. Cupins e Condores. *Lavoura e Comercio*, Uberaba, 08 de março de 1934.

_____. Politica de Goiaz. *Lavoura e Comercio*, Uberaba, 11 de agosto de 1934.

TEIXEIRA, Celso Herminio. Uma extranha atitude. *Correio Official*, Goiânia, 26 de julho de 1936.

TEIXEIRA, J. A nova capital goiana. *O Triangulo*, Araguary, 13 de novembro de 1932.

TEIXEIRA, Mauro Borges. *Tempos idos e vividos*. Goiânia: ed. do autor, 2002.

TEIXEIRA, Pedro Ludovico. Com o Sudoeste. *Voz do Povo*, Goyaz, 04 de maio de 1928.

_____. A "O Democrata". *Voz do Povo*, Goyaz, 18 de maio de 1928.

_____. Attitudes indignas. *Voz do Povo*, Goyaz, 1º de novembro de 1929.

_____. Agradecimento do Dr. Governador. *Correio Official*, Goiaz-Capital, 24 de abril de 1935.

_____. *Como e por que construí Goiânia*. Brasília: Senado Federal, 1966.

_____. Pedro Ludovico pronuncia-se sôbre Os Tempos da Mudança. *O Popular*, Goiânia, 08 de fevereiro de 1968.

_____. *Memórias; autobiografia*. Goiânia: Livraria Editora Cultura Goiana, 1973.

TELES, José Mendonça. *A vida de Pedro Ludovico – fundação de Goiânia*. Goiânia: Kelps, 2ª ed., 2004.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado:* história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *História de Minas Gerais.* [s.l.:s.n.], [s.d.], V. III.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE GOIÁS. *Justiça Eleitoral:* 60 anos/Coordenação: Mary Denise Martins. Goiânia: [s.n.], 2005.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Justiça Eleitoral:* uma retrospectiva/Coordenação: Eliana Passarelli. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.

TRIGUEIRO, Oswaldo. *Direito Constitucional Estadual.* Rio de Janeiro: Forense, 1980.

TRINDADE, Hélgio. *Revolução de 30:* Partidos e Imprensa Partidária no Rio Grande do Sul (1928-1937). Porto Alegre: L&PM, 1980.

WIRTH, John D. *O fiel da balança*: Minas Gerais na Federação Brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

WOLNEY, Joaquim Ayres Cavalcante. Carta Aberta. *Goyaz*, Goyaz, 27 de março de 1909.

UM DEMOCRATA. Rio Verde. *O Democrata*, Goyaz, 11 de julho de 1924.

UM GOYANO. Mudança da Capital. *Voz do Sul*, Annapolis-Goiaz, 21 de agosto de 1932.

VARGAS, Getúlio. *Getúlio Vargas:* Diário. São Paulo: Siciliano, Rio de Janeiro: FGV, 1995, v. I e

II.

VASCONCELLOS, Lauro de. *Santa Dica:* encantamento do mundo ou coisa do povo. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991.

VAZ, Geraldo Coelho. *Memória do Poder Judiciário de Goiás*. Goiânia: Kelps, 1998.

VAZ, Ronaldo Ferreira. *Da separação Igreja-Estado em Goiás à nova cristandade (1891-1955)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, 1997.

VEIGA, J. *Ipameri Histórico*. [s.l.:s.n.], [s.d], V. II.

VEIGA, Xavier da. Discurso pronunciado na 10ª sessão ordinária do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais aos 09 dias do mês de maio de 1891. In: *Annaes do Congresso Constituinte do Estado de Minas Geraes de 1891*. Ouro Preto: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1896.

VELLASCO, Domingos Netto de. Congresso politico de Goiás. *Lavoura e Comercio*, Uberaba, 13 de fevereiro de 1933.

_____. Em torno da mudança da capital. *Correio Oficial*, Goiaz-Capital, 08 de abril de 1933.

_____. Aos goianos. *Ipamerí*, Ipamerí-Goiaz, 28 de janeiro de 1934.

_____. O que prova meu arquivo. *Lavoura e Comercio*, Uberaba, 17 de maio de 1934.

_____. Questão de policia. *Lavoura e Comercio*, Uberaba, 18 de maio de 1934.

_____. Começo do fim. *Lavoura e Comercio*, Uberaba, 29 de maio de 1934.

_____. Importantes declarações do deputado Vellasco. *A Colligação*, Goyaz, 16 de setembro de 1934.

_____. A retractação do sr. Interventor. *A Colligação*, Goyaz, 30 de setembro de 1934.

_____. *Direito Eleitoral*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1935.

_____. O discurso do governador goiano. *A Colligação*, Goyaz, 15 de maio de 1935.

_____. As "ideologias" do governador goiano. *Lavoura e Comercio*, Uberaba, 24 de maio de 1935.

_____. A mudança da capital. *A Colligação*, Goyaz, 08 de agosto de 1935.

_____. Joaquim da Cunha Bastos, o homem. In: MOTA, Ático Vilas Boas da; GOMES, Modesto. *Aspectos da cultura goiana*. Goiânia: Oriente, 1971.

VICTOR, Rogério Lustosa. A política da mídia e o integralismo nas páginas da revista O Cruzeiro (1946-1947). *Diario da Manhã*, Goiânia, 03 de agosto de 2012, Opinião Pública, p. 05.

VIEIRA, Emílio. *O processo de satanás*. Goiânia: Kelps, 2002.

_____. *A saga da Posse e álbum das famílias.* Goiânia: ed. do autor, 2005.

VIEIRA, Joaquim Veloso. A Mudança da Capital. *Voz do Povo*, Goiaz, 31 de julho de 1932.

_____. A Mudança da Capital. *Voz do Povo*, Goiaz, 28 de agosto de 1932

_____. A Mudança da Capital. *Voz do Povo*, Goiaz, 20 de novembro de 1932.

_____. A Mudança da Capital. *Voz do Povo*, Goiaz, 04 de dezembro de 1932.

VIEIRA, José de Araújo. *A Cadeia Velha:* memória da Câmara dos Deputados. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa/MEC, 1980.

VILAÇA, Fabiano. *A prole bastarda e imperial*. Revista de História da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, nº 64 – jan. 2011.

VILLAS BÔAS, Orlando; VILLAS BÔAS, Cláudio. *A marcha para o Oeste*: a epopéia da Expedição Roncador-Xingu. São Paulo: Companhia das Letras, 2012

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. A capital controversa. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano 43, nº 2, jul/dez. 2007.

_____. *O teatro das oligarquias*: uma revisão da "política café com leite". 2ª ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

ZWEIG, Stefan. *Joseph Fouché:* retrato de um homem político. Rio de Janeiro: Record, 1999.

ENTREVISTAS

Nice Monteiro Daher; Mauro Borges Teixeira; Luiz Barreto Correia de Menezes Neto; Tancredo Ramos Jubé; Aloísio Celso Ramos Jubé; Erondina Assis; Brasílio Caiado; Cleomar de Barros Loiola; Carlos Alberto Coelho; Leão Caiado Filho; Orestes Borges Guimarães Filho; Ecival Alves de Castro; João Pereira de Almeida; Hélios de Amorim; Joaquim Guedes de Amorim Coelho; Goiandira Aires do Couto; Dinorah de Faria Cury; Maria de Lurdes Lacerda de Oliveira; Lígia Maria Coelho Rabelo; Sidney Pereira de Almeida Neto; Clepino de Araújo e Pedro Osório.

PERIÓDICOS

A Colligação, Goyaz, 1934 a 1936.

A Imprensa, Goyaz, 1914 e 1916.

Altamir, Planaltina-Goyaz, 14 de maio de 1931.

Annaes do Senado Federal, Rio de Janeiro, 1923.

Araguary, Araguary-Minas, 1933 a 1935.

A Razão, Goyaz, 1936 a 1938.

A Tribuna, Uberlandia, 1931 a 1935.

Boletim Eleitoral, Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, Rio de Janeiro, 1932 a 1936

Brasil Central, Bonfim, 1931 a 1936.

Burity, Burity Alegre, 1935 e 1936.

Cidade de Goiás, 1940, 1945 a 1950.

Cinco de Março, Goiânia, 1972 e 1975.

Correio Official, Goiaz-Capital, 1921 e 1931 a 1936.

Correio Paulistano, São Paulo, 1936.

Diario da Assembléa Constituinte, Goiaz, 1935.

Diario da Assembléa Legislativa, Goiaz, 1935 e 1936.

Diário da Manhã, Goiânia, 1980.

Diario de Noticias, Ribeirão Preto, 1934.

Diario do Congresso Nacional, Rio de Janeiro, 1904, 1905, 1909, 1912, 1916, 1922.

Diario Official, Rio de Janeiro, 1935.

Estado de Goyaz, Goyaz, 1912.

Estado de Minas, Belo Horizonte, 1936.

Folha de Goiaz, Goiaz, 1935 e 1936.

Goyaz, Goyaz, 1909, 1912, 1916, 1920.

História Viva, Rio de Janeiro, 2004.

Informação Goiana, Rio de Janeiro, 1917 a 1935.

Ipamerí, Ipamerí-Goiaz, 1932 a 1934.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1935.

Jornal Opção, Goiânia, 1978.

Lavoura e Comercio, Uberaba, 1916, 1924, 1931 a 1936.

Legislação Goiana, Goiaz, 1936 e 1937.

O Bandeirante, Uberlandia, 1937.

O Democrata, Goyaz, 1920 a 1922, 1924 a 1930.

O Diario da Revolução, Uberlandia, 1930.

O Jornal, Rio de Janeiro, 1927.

O Liberal, Jatahy, Sudoeste Goyano, 1931 a 1935.

O Malho, Rio de Janeiro, 1921.

O Planalto, Santa Luzia, Estado de Goyaz, 1916.

O Popular, Goiânia, 1968, 1978 e 1991.

O Kró, Caldas Novas, 1934 a 1936.

O Radical, Rio de Janeiro, 1936.

O Sertão, Rio Verde, 1920.

O Social, Goiaz, 1933 a 1935.

O Sudoeste, Rio Verde, 1924.

O Triangulo, Araguary, 1932 a 1936.

Paranaiba, Santa Rita do Paranaiba, maio de 1919.

Voz do Povo, Goyaz, 1927 a 1935.

Voz do Sul, Annapolis, 1932 a 1937.

ARQUIVOS

Acervo de Alexandre Ramos Caiado.

Acervo de Bento Fleury.

Acervo de Bento de Godoy Neto.

Acervo de Cidinha Coutinho.

Acervo de Marcos Assis Silvano.

Acervo de Victor Amorim.

Acervo do Autor.

Arquivo do Fórum da Cidade de Goiás.

Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

Arquivo Histórico do Estado de Goiás.

Arquivo de Pedro Ludovico Teixeira.

Arquivo Público de Araguari.

Arquivo Público de Uberlândia.

Arquivo Público de Uberaba.

Arquivo Nacional.

Biblioteca da Universidade Católica de Goiás.

Biblioteca da Universidade Federal de Goiás.

Biblioteca da Universidade Federal de Uberlândia.

Biblioteca do Supremo Tribunal Federal.

Biblioteca Nacional.

Biblioteca do Tribunal Superior Eleitoral.

CEDOC, Diário da Manhã.

CEDOC, Organização Jaime Câmara.

Fundação Frei Simão Dorvi.

Gabinete Literário.

Instituto Cultural José Mendonça Teles.

Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central.

Instituto Histórico do Estado de Goiás.

Museu das Bandeiras/IPHAN.

Museu Histórico de Jataí.

Museu Histórico de Anápolis.

Museu Histórico de Ipameri.

Museu Histórico de Morrinhos.

ARQUIVOS ELETRÔNICOS

Anais da Câmara dos Deputados (http://www.camara.gov.br/)

BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. *Textos políticos da História do Brasil*. CD-ROM. Brasília: Senado Federal, 2002.

Center for Research Libraries (http://www.crl.edu/)

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (http://www.cpdoc.fgv.br/)

Documentos avulsos de arquivos pessoais: Pedro Ludovico Teixeira e Venerando de Freitas Borges. Agepel, 2002. CD-ROM.